UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARIA LÚCIA RESENDE CHAVES TEIXEIRA

**As cartas de seguro: de Portugal para o Brasil Colônia.
O perdão e a punição nos processos-crimes das Minas do Ouro
(1769-1831)**

São Paulo
2011

MARIA LÚCIA RESENDE CHAVES TEIXEIRA

**As cartas de seguro: de Portugal para o Brasil Colônia.
O perdão e a punição nos processos-crimes das Minas do Ouro
(1769-1831)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Puntoni.

Versão Original

São Paulo
2011

MARIA LÚCIA RESENDE CHAVES TEIXEIRA

As cartas de seguro de Portugal para o Brasil Colônia: o perdão e a punição nos processos-crimes das Minas do Ouro (1769-1831)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social, do Departamento de História
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Doutor em História.
Área de concentração: História Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.
Instituição:

Assinatura:_____

Prof. Dr.
Instituição:

Assinatura:_____

Prof. Dr.
Instituição:

Assinatura:_____

Prof. Dr.
Instituição:

Assinatura:_____

Prof. Dr.
Instituição:

Assinatura:_____

Prof. Dr.
Instituição:

Assinatura:_____

Ao Jorge,
Meu companheiro de jornada!!!

AGRADECIMENTOS

Um longo trabalho, como o que ora se apresenta, nunca é feito sem ajuda, compreensão, paciência e tolerância de outras pessoas. Muitas cruzaram o meu caminho durante a realização desta tese e, à grande maioria delas, devo inúmeros agradecimentos. Os riscos de falha de memória, neste momento, são imensos e, por isso, de antemão, faço um agradecimento geral, dirigindo-me a todos que me ouviram, pois um incontido desabafo seguia-se a cada momento de ansiedade, antes da produção de cada uma das partes deste texto. Assim, a cada pessoa da minha convivência, a quem ou “sobre quem” eu acabei desabafando, agradeço muitíssimo!!!

Nomear é difícil. Temo esquecer, mas estarei atenta para agradecer às formas mais diretas de ajuda. Vou tentar sintetizar em uma lista os meus inúmeros agradecimentos.

Início agradecendo ao programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP, que me recebeu, prestou-me serviços, ajuda e apoio. Agradeço, sobretudo, a acolhida. Ao meu querido orientador, Professor Dr. Pedro Luis Puntoni, agradeço imensamente o amparo, a constante simpatia, o apoio e as palavras de ânimo. Através de sua disposição em me ouvir, entrei como aluna no Programa de História Social. Agradeço-lhe muito a orientação e a disponibilidade em acompanhar meu trabalho.

Agradeço a premiação oferecida em forma da bolsa ICAM/Usiminas no ano 2010 pelo Instituto Cultural Amílcar Martins (ICAM), bem como aos professores Dra. Clotilde Paiva e Dr. Douglas Cole Libby, por acreditarem no trabalho e me recomendarem à premiação da citada bolsa, juntamente com a carta de meu orientador paulista, que recomendou o trabalho de pesquisa com o tema de Minas Gerais.

Agradeço às professoras Dra. Iris Kantor e Dra. Andréia Slemian pela leitura cuidadosa e pela avaliação do trabalho. Além da leitura cautelosa, agradeço-lhes o julgamento positivo e até mesmo elogioso em um dos momentos mais difíceis da tese: a qualificação. Agradeço pela generosidade das professoras e pela forma humana como não esconderam a admiração pelo trabalho em execução. Iris e Andréia não podem calcular a dimensão da importância da avaliação feita. Muito obrigada, professoras!!!

Ao Professor Dr. António Manuel Hespanha, agradeço a recepção à distância. Sou-lhe grata pelas muitas cartas de orientação enviadas e que me deram muito alento para continuar com trabalho tão extenuante e solitário. Suas palavras carinhosas, a surpresa de oferecer-me

uma orientação, que, infelizmente, não se efetivou, mas que sempre esteve presente em potencial e incondicionalmente, reservo-lhe grande dose destes agradecimentos com muito carinho. Não posso deixar de destacar o tratamento amigável com que o professor respondia aos meus e-mails, emocionando-me e fortalecendo minha coragem para terminar esta tese.

Dos amigos, oriundos do meio acadêmico, recebi boa parcela de contribuição. À professora Andréa Lisly Gonçalves agradeço o incondicional apoio, o sorriso, a aceitação de longa data: minha primeira orientadora! A permanente simpatia e amizade me foram e são muito caras. Ao Francisco Cosentino agradeço as caronas e sua capacidade de escutar minhas dúvidas, seguidas de infinitas lamentações. As longas conversas travadas, durante o trajeto costumeiro, acabaram-se desdobrando em alguma forma de solução, a ele o meu muito obrigada! À Ana Rosa Cloclet, que, em vários momentos, se dispôs a ajudar! Sua presença amiga representou um porto seguro em momentos de tempestade! Agradeço-lhe a ajuda e compreensão, bem como sua passagem por Minas Gerais. À Maria Lúcia Lamounier, por sua presença carinhosa, suas palavras cautelosas, seu diálogo e, sobretudo, pelo alento oferecido por ocasião de seu retorno temporário a Minas Gerais, no Seminário do CEDEPLAR. Tudo isso foi para mim de grande importância. Agradeço-lhe muito.

Agradeço à Cynthia Morais Mota todas as conversas e sugestões de como agir. Agradeço-lhe a amizade. A Lidiany Barbosa, cuja curta convivência diária permitiu-me contar com suas palavras amigas. Muito obrigada à Cynthia e Lidiany. Ao Daniel Diniz agradeço todas as formas de ajuda.

Agradeço à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, pela liberação para pesquisar, durante três anos. Agradeço a todos os colegas que me substituíram em minha ausência, principalmente quando de minhas participações em Congresso. Destaco a ajuda de Mirian Rocha e Gilson Pietra.

Ao Rubinho Beckler, não tenho palavras para agradecer. Sua ajuda profissional para consultar os bancos de dados foi de generosidade sem igual. Que todos encontrem alguém com tal carga de generosidade é o que desejo. Sua preciosa ajuda poupou-me tempo e deu-me respostas às quais eu nunca chegaria se não contasse com seus conhecimentos da computação. Muito obrigada, Rubinho!

À Luciana agradeço os cuidados da revisão e o carinho com que leu e comentou o trabalho, o meu muito obrigada!!! Ao Welber e Valdivânia agradeço a escrita de abstracts durante a pesquisa, bem como pela sua amizade e conversas agradáveis, além de várias ocasiões em que se mostrou amigo e solidário, muito obrigada pela convivência!

Agradeço à Faculdade ASA a presença e ao funcionário Breno, amigo a quem sempre recorri nas necessidades. Agradeço aos funcionários do Arquivo do IPHAN, em São João del Rei, principalmente à Ângela Chaves, que me ajudou na pesquisa com as fontes, como também agradeço aos funcionários responsáveis pela biblioteca Batista Caetano, pelo manuseio das obras raras.

À minha família, esteio e fonte repositória de energia, não há palavras para agradecer, tampouco para me desculpar das ausências e dores inerentes à longa caminhada. Ao Jorge, Ana Amélia, Jorge Eduardo e Paula muito obrigada por tudo! Leituras, ombros, revisão técnica, solidariedade, abraços foram as manifestações mais comuns. Quero agradecer ao Jorge por todo o companheirismo de longa data, compreensão e paciência. Talvez eu não conseguisse sem sua parceria. À Ana Amélia e Hiroshi muito obrigada pela companhia e sugestões; Jorge Eduardo, Alcione, obrigada pela presença de Maria Eduarda, e à Paula, companheira de pesquisa, de formatação e de ajuda técnica, muito obrigada a todos! Desculpem-me as inúmeras falhas do percurso. À minha madrinha, Terezinha, eu agradeço a oportunidade do reencontro e a possibilidade de lembrar o quanto o seu carinho me foi e continua sendo importante. Obrigada pela hospedagem, por ocasião das disciplinas cursadas em São Paulo.

À Fátima, amiga de Coronel Xavier Chaves, eu agradeço todos os momentos de solidariedade. Em Belo Horizonte, agradeço a presença dos amigos: Dom Maria, Eustáquio, Adriana, Francis, Cida, Márcia Antônia, João, Sandra, Andréia Gonçalves, Marta, Márcia Nunes e Élia. A minha prima Janice agradeço o apoio em momentos tempestuosos.

*“Serviço de sua Majestade, Segredo à Justiça e
Direito às Partes”.*
(Processo-crime, caixa 23, doc.10, 1821- AMRSJ)

RESUMO

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *As cartas de seguro: de Portugal para o Brasil Colônia. O perdão e a punição nos processos-crimes das Minas do Ouro (1769-1831)*. 2011. 395f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Esta tese apresenta as cartas de seguro dentro da matriz doutrinária portuguesa e suas formas de aplicação na justiça do Brasil colônia, no período de 1769 a 1831. Ela inicia apresentando uma versão da carta de seguro que foi um modelo de graça régia, para, em seguida, preocupar-se em revelar as repetições de aplicação, a transferência do Reino para o território colonial, procurando desvendar o significado do recurso dentro da organização doutrinária e da justiça lusitanas. O funcionamento das cartas de seguro, dentro do sistema jurídico e administrativo português, foi explanado no estudo empírico dos documentos remanescentes da comarca do Rio das Mortes, os processos-crimes, e, para entender a aplicação da justiça, bem como as formas como sua efetividade se apresentou na Comarca do Rio das Mortes, capitania e província de Minas Gerais, no período de 1769 a 1831, procurou-se estudar os manuais dos praxistas que ensinaram a praxe do foro na segunda metade do século XVIII e início do século seguinte. Buscou-se mapear tanto os comportamentos confluentes entre as Minas e a matriz lusitana, bem como as formas incongruentes entre as duas instâncias. A tese foi dividida em duas partes, sendo que, na primeira, procurou-se explicitar a origem lusitana do recurso, descrevendo seus vínculos com a administração e justiça lusitanas. Na segunda parte, o trabalho voltou-se para o uso das cartas de seguro dentro do Brasil, ressaltando a aplicação local no território das Minas do Ouro, discutindo as diferentes formas de aplicação das cartas de seguro frente à diversidade social marcada com a presença de livres, cativos e forros; homens e mulheres; regiões mais e menos institucionalizadas, bem como regiões de fronteira. Estudou-se esse tema com o objetivo de instalar um debate sobre o funcionamento da justiça colonial e sobre a relação entre a colônia e sua metrópole, bem como se objetivou estudar a forma como a centralização do poder real influenciou a administração colonial.

Palavras-chave: Carta de seguro. Justiça Colonial. Matriz doutrinária portuguesa. Administração. Justiça. Perdão. Punição. História do Direito Penal.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Letters of insurance: from Portugal to Brazil Colony. Forgiveness and punishment in cases of crimes in Gold Mines (1769-1831)*. 2010. 395f. Thesis (Ph.D.) - Faculty of Philosophy, Literature, Science and History, University of São Paulo, São Paulo, 2010.

This thesis presents the letters of insurance, according to the Portuguese doctrinal matrix and their forms of application in the justice of colonial Brazil, the period from 1769 to 1831. It begins by presenting a version of the letter of insurance, which was a model of regal grace, then it is concerned about revealing the repetitions, its application, the transfer of the Kingdom to the colonial territory, trying to unravel the meaning of the resource in the Lusitan doctrinal and juridical organization. The functioning of insurance cards within the Portuguese legal and administrative system was based in the empirical study of the remaining documents of the district of Rio das Mortes, crimes cases, and to understand the application of justice, as well as the ways their effectiveness is presented in County of Rio das Mortes, captaincy and province of Minas Gerais in the period 1769 to 1831. It was made a study of the manuals of those who had the traditional rules and who taught the practice of court in the second half of the eighteenth century and the beginning of the next century. We attempted to map both the confluent behaviors between Minas and the Lusitanian matrix, as well as incongruent ways between these two bodies. The thesis was divided into two parts, which at first is an effort to explain the origin of the Lusitanian resource describing their ties to the Lusitanian administration and justice. In the second part, the work is about the use of letters of insurance in Brazil, with the application site in the Gold Mines, discussing the different ways to implement the insurance cards in face of the social diversity characterized by the presence of free and captive people and liners, men and women, most and least institutionalized places, as well as border regions. The purpose of studying this issue was the debate on the functioning of the colonial justice and the relationship between the colony and its metropolis, and also the intention of studying how the centralization of royal power influenced the colonial administration.

Keywords: Letter of insurance. Colonial Justice. Portuguese doctrinal matrix. Administration. Justice. Sorry. Punishment. History of Criminal Law.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1.1 – Crescimento dos autos na Vila de São João a partir de 1795.....	52
GRÁFICO 1.2 - Processos-crimes no arquivo regional de São João del Rei.....	53
GRÁFICO 1.3 - Quantidade de leis promulgadas distribuídas por ano e século.....	70
GRÁFICO 1.4 - Quantidade de leis criminais antes e depois de 1750.....	71
GRÁFICO 1.5 - Variação das promulgações das leis criminais no século XVIII separadas por décadas.....	71
QUADRO 4.1 - Ordem de entrada de registros nos autos do libelo de João Teixeira e Germano Cordeiro.....	217
QUADRO 4.2 - Pedidos de dilação e citação ao réu para dela tomar conhecimento.....	221
QUADRO 5.1 - Demonstração das paragens, freguesias, distritos citados no rol de culpados da comarca do Rio das Mortes como o local de ocorrência do crime.....	244
GRÁFICO 5.1 – Número de processos que geraram inclusão de nomes no rol de culpados no período 1773-1831.....	249
GRÁFICO 5.2- Devassas e querelas que geraram inclusão de nomes no rol de culpados no período 1773-1831, separados por década.....	251
GRÁFICO 5.3 - Devassas e querelas que geraram inclusão de nomes no rol de culpados no período 1773-1831, separados por década.....	252
QUADRO 5.2 – Procedimentos legais apresentados pelos inclusos no rol de culpados.....	254
GRÁFICO 5.4 - Devassas e querelas que geraram inclusão de nomes no rol de culpados no período 1773-1831 e apresentadores de cartas de seguro, separados por década.....	255
GRÁFICO 5.5 - Devassas e querelas que geraram inclusão de nomes no rol de culpados no período 1773-1831 e apresentadores de cartas de seguro, separados por década.....	257
QUADRO 5.3 – Registro da situação do réu no rol de culpados, 1773-1831.....	258
QUADRO 5.4 - Distribuição dos presos por fonte.....	262
QUADRO 5.5 - Distribuição dos presos ao longo dos anos.....	263
QUADRO 5.6 – Criminalidade dos presos no período de 1823 a 1832.....	264
QUADRO 5.7 - Demonstração da cor indicada para as pessoas presas.....	266
GRÁFICO 5.6 - Os presos distribuídos pela localidade.....	268

GRÁFICO 5.7 - Disposição dos lugares que mais apresentaram indivíduos presos.....	268
QUADRO 5.8 - Quantidade anual dos pronunciados no rol de culpados do Julgado de Araxá.	270
QUADRO 5.9 – Origem das culpas no rol de culpados de Araxá.....	270
GRÁFICO 5.8 - Cor dos culpados no rol de Araxá.....	271
QUADRO 5.10 - Procedimentos legais separados por devassa e querela antes e depois de 1820.....	274
QUADRO 5.11 - Índices percentuais dos procedimentos legais separados entre devassa e querela antes e depois do ano de 1820.....	275
QUADRO 5.12 - Classificação dos crimes que geraram as prisões em procedimentos legais...	277
QUADRO 5.13 – Crimes dos réus em situação de “presos”.....	278
GRÁFICO 6.1 - Livres, escravos e forros no rol de culpados entre 1773 e 1831.....	338
GRÁFICO 6.2 – Cor dos culpados no rol dos culpados entre 1773 e 1831.....	339

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
PARTE I – AS CARTAS DE SEGURO NO IMPÉRIO ULTRAMARINO PORTUGUÊS.....	32
CAPÍTULO I - ELEMENTOS PORTUGUESES NAS PRÁTICAS JUDICIÁRIAS DA COMARCA DO RIO DAS MORTES EM MINAS GERAIS NO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO SÉCULO XIX.....	33
1.1 <i>A petição de Jerônimo de Souza Ferraz.....</i>	33
1.2 <i>As fontes da pesquisa: como e para que eram feitos os processos-crimes e o rol de culpados?.....</i>	42
1.3 <i>O processamento dos dados.....</i>	51
1.4 <i>O recorte cronológico e o tema: uma alquimia.....</i>	59
CAPÍTULO II - A CARTA DE SEGURO: DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA AO TERRITÓRIO DAS MINAS NA CAPITANIA E PROVÍNCIA.....	76
2.1 <i>Notícias da carta de seguro na lei antiga do Reino Lusitano.....</i>	77
2.2 <i>Os tratadistas e a carta de seguro.....</i>	87
2.3 <i>O significado dos perdões e da carta de seguro no território das Minas.....</i>	106
2.4 <i>As cartas de seguro e o tratamento criminal no Império Português do final do século XVIII.....</i>	116
2.5 <i>O império do silêncio: a carta de seguro, as interpretações e a historiografia....</i>	132
CAPÍTULO III - O DIREITO PENAL EM CONEXÃO COM O TERRITÓRIO DAS MINAS.....	138
3.1 <i>A forma do processo e as cartas de seguro na passagem dos séculos.....</i>	141
3.2 <i>As testemunhas.....</i>	151
3.3 <i>As permanências: graças e perdões régios, juramentos sobrepostos aos processos ordinários.....</i>	162
CAPÍTULO IV – O BINÔMIO: PUNIÇÃO E GRAÇA.....	183

PARTE II – AS CARTAS DE SEGURO NAS MINAS GERAIS.....	227
CAPÍTULO V - A EXTENSÃO DAS MALHAS DA JUSTIÇA NAS MINAS GERAIS.....	228
5.1 <i>A comarca do Rio das Mortes: história e historiografia.....</i>	233
5.2 <i>Na ouvidoria da comarca do Rio das Mortes: o rol dos culpados.....</i>	245
5.3 <i>Estudos quantitativos do rol de culpados da comarca do Rio das Mortes.....</i>	249
5.4 <i>O rol de culpados de Araxá e os presos na província das Minas Gerais.....</i>	259
5.5 <i>Punidos no rol da comarca do Rio das Mortes.....</i>	273
CAPÍTULO VI - CRIMES E CRIMINOSOS: PERFIL DE UMA SOCIEDADE RETESADA.....	285
6.1 <i>Processos e mulheres.....</i>	289
6.2 <i>As matrizes do direito, as desavenças no casamento e a separação de casais no mundo colonial.....</i>	305
6.3 <i>O lugar de cativos e forros na matriz doutrinária portuguesa.....</i>	321
6.4 <i>Escravos, forros e brancos criminosos no rol de culpados.....</i>	336
CAPÍTULO VII - E COMO CONSTRUIR O IMPÉRIO DO BRASIL.....	341
7.1 <i>Os (des)arranjos do debate político.....</i>	342
7.2 <i>O desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza.....</i>	350
7.3 <i>O debate geral e os localismos na aplicação da justiça.....</i>	357
7.4 <i>Em busca da boa ordem... ..</i>	367
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	380
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	385

INTRODUÇÃO

O tema central deste estudo são as cartas de seguro e o seu funcionamento dentro do sistema jurídico e administrativo português. Estudando os documentos remanescentes da Comarca do Rio das Mortes, para entender a aplicação da justiça e as formas como sua efetividade se apresentou na Capitania e Província de Minas Gerais, no período de 1769 a 1831, buscou-se mapear tanto os comportamentos confluentes entre as Minas e a matriz lusitana, bem como as formas incongruentes entre as duas instâncias.

Este tema apresentou-se de forma muito espontânea. Tratava-se de explicar o funcionamento, aplicação, significado e origem das tais cartas de seguro, uma vez que elas se mostraram recorrentes na vida jurídica da Comarca do Rio das Mortes. Perguntas tais como: o que eram, como funcionavam e desde quando existiram emergiram com força significativa e de forma recorrente quando se deparou com as cartas dentro dos processos-crimes. As impressões forçavam a procurar respostas e a emergência do problema saiu da própria fonte.

Esse trabalho possui uma história. Apresentamos ao longo do estudo a presença das cartas de seguro, originárias do Reino Lusitano, nas Minas Gerais. Elas, as cartas de seguro, foram localizadas dentro dos processos-crimes em um momento inicial de pesquisa, no qual se pretendia buscar elementos para estudar a organização da disciplina social no território mineiro, sobretudo da população cativa ali sediada.

Para isso, decidiu-se estudar os processos-crimes com vistas a abordar o tema da disciplina e relacionamento social entre os escravos e a sociedade que os envolvia. O mergulho nas fontes reservou surpresas que, superadas as primeiras impressões, deixaram a necessidade de explicar a lógica que orientava aqueles processos. Além disso, outra situação pedia esclarecimento: a quantidade de petições solicitando cartas de seguro e o requerimento de outras tantas diversas formas de tratamento de exceção ao Desembargo do Paço. Todas as petições eram deferidas e isso projetava uma série de dúvidas sobre a prática da justiça e sua correspondência com o que as leis pregavam. Diante disso, a pesquisa ganhou um direcionamento um pouco diferente daquele inicial, mas, manteve o intento de perceber a disciplina social, bem como o de procurar dimensionar a situação geral dos envolvidos em processos criminais.

Tomada a decisão de estudar a carta de seguro e de entendê-la como parte funcional da justiça lusitana, delineamos as formas processuais que as apresentavam. Percebeu-se que elas apareciam em processos-crimes e não ou raramente em processos de libelos cíveis, que são diferentes. Além disso, percebeu-se mais: os registros processuais não seguiam uma unidade formal. As formas apresentavam diferenças entre si, embora todas as diversidades estivessem cercadas pela moldura do pensamento lusitano de direito. Portanto, todos os casos estavam dentro da previsão legislativa de Portugal.

Quais foram as primeiras impressões? Aberto o processo, os envolvidos faziam suas petições e pediam para se livrar seguros, deixando o leitor com a impressão de que o processo acabaria ali. Mas qual era a surpresa ao constatar que os processos se estendiam e demandavam novas cartas de seguro, bem como solicitavam toda sorte de tratamentos especiais. Assim, aquela lógica processual escapava de forma escorregadia à compreensão e, cada vez mais, se mostrava rebelde ao enquadramento nas explicações historiográficas que poderiam iluminar a compreensão do comportamento processual. Os indícios que figuravam aos nossos olhos não se adaptavam a alguns vieses explicativos correntes.

Assim, a filiação metodológica básica e os conceitos dentro dos quais o estudo foi desenvolvido buscaram uma corrente teórica de explicação que vê o trabalho historiográfico como resultado de argumentos que constroem seu significado. Longe de considerar a produção do conhecimento como algo neutro, o tema da carta de seguro foi apropriado a partir dos vestígios encontrados na documentação e a pesquisa sobre elas seguiu no embalo dos indícios sociais deixados na própria documentação pesquisada.

As fontes se transformaram em laboratório e indicaram a existência de um esforço para cercear as práticas dos delitos, acentuando a necessidade de acompanhamento processual das ações consideradas criminosas, no final do século XVIII. Por exemplo, as próprias fontes informaram a existência de manuais práticos que iluminavam o trabalho dos advogados e solicitadores de causa no Brasil. Esses os liam e os citavam para compor suas argumentações.

Buscamos os manuais conhecidos dos advogados – os livros escritos pelos praxistas. Localizamos um a um em pontos separados de acervos de obras raras. Eles figuravam como os verdadeiros orientadores daqueles que viviam de trabalhar na prática do foro. Percebeu-se, então, que os manuais adotaram uma postura pré-dica. Ensinavam a forma e a ordem do processo, apresentavam até mesmo os modelos de petição com a argumentação aceitável, indicando a cada oficial no serviço do foro qual era o caminho a seguir na ordem dos processos.

Outra questão emergiu nesse cruzamento. Na época em foco no nosso estudo, vivia-se em um período de destacada fase de ensinamento das formas da prática processual, de alterações administrativas e de reformas institucionais que envolviam desde a educação, os Estatutos da Universidade de Coimbra, até a publicação de leis que remodelariam a prática do direito em Portugal. Ao lado disso, vivia-se também uma preocupação em construir e ensinar a ordem do processo. Isso impôs a necessidade metodológica de ditar a organização formal dos autos processuais criminais no período indicado e a escrita deste trabalho foi sustentada com o esforço de apresentar o procedimento empregado pelo direito penal, na busca da regulamentação processual.

Diante disso, pensamos que para defender a efetividade da prática forense ou reconhecer sua ineficácia no conhecimento e perseguição aos criminosos é necessário que se leve em consideração a sociedade que a praticou e isto significa não neutralizar os aspectos básicos construtores da sociabilidade que gerou tais comportamentos.

Desse passo, desdobrava-se outro muito atrativo. A história dos processados. Cada um possuía a sua individualidade e as experiências de suas vidas eram relatadas dentro do processo, descortinando uma viva paisagem social. Os sujeitos suplicantes ou suplicados nos processos relatavam suas experiências de vida e demandavam ao serviço régio as graças necessárias, bem como as mercês, para solucionar aquela página mais complicada de suas vivências. Entendemos, então, que deveríamos estudar os processos-crimes dentro da lógica das pessoas que nele trabalhariam e nele sentenciariam, dentro do conhecimento possível e disponível para tais pessoas e também dentro dos instrumentos existentes para esse trabalho. A lógica da vida dos processados, bem como dentro de sua capacidade de pagar, custeando todos os gastos advindos da dinâmica processual também contava muito para mover os serviços da justiça régia.

A partir de então, revisitamos muitos historiadores que estudavam questões mais específicas do pensamento lusitano de direito, da justiça do reino e a aplicada em território colonial, das organizações institucionais, bem como da perseguição no território das Minas. Muito do que se percebia nas fontes dos processos-crimes e nos praxistas se encontrava nos trabalhos historiográficos revisitados. Mas, o mais curioso é que às vezes a coincidência não se dava com o eixo central da tese estudada, mas com aspectos de abordagem utilizada pelos autores para tecerem as suas argumentações.

Alguns trabalhos ganharam destaque no elenco: António Manuel Hespanha¹ em inúmeras situações escreveu sobre pontos cruciais detectados nesse estudo. O repertório de intervenções desse autor proporcionou imensa contribuição para a abordagem teórica proposta no todo dessa tese. Laura de Mello e Souza² foi outra, ao lado de Hespanha e não segunda, grande contribuição. O isolamento científico que a autora fez com o tema problematizado da utilidade dos vadios, bem como das redes do poder, rendeu enorme fruto para esse estudo, funcionando como elemento esclarecedor da diversidade dentro do território. Quanto mais se lê e relê os trabalhos desses grandes autores, mais lógica e coerência se percebe nos argumentos sobre a justiça e sobre a aplicação das redes do poder lusitano ao longo do seu Império.

Outras grandes contribuições estiveram na base da tessitura dessa tese. A argumentação sobre as tensões existentes bem como a necessidade de alívio das pressões sociais e políticas no interior das Minas foram aventadas por Russell-Wood³ na esteira de António Manuel Hespanha. A lista não para, Pedro Cardim⁴ recortou das fontes a distinção entre o juízo contencioso e o juízo voluntário dentro das práticas jurisdicionalistas no território lusitano, apropriando-nos com outra grande contribuição para o delineamento do argumento da punição e graça, bem como das transformações que a ordem processual sofreu ao final do século XVIII e início do século XIX.

A existência dos dois juízos permitia entender como as reformas pombalinas poderiam se efetivar e alcançar a expectativa administrativa criada, sem contudo varrer do cenário histórico a presença de outros elementos e práticas, aparentemente, incoerentes, com as reformas em curso. A separação dos juízos forneceu elementos interpretativos para se dimensionar a existência de um pluralismo de aplicações perfeitamente aceitáveis dentro de qualquer época histórica, bem como o ritmo e os procedimentos submetidos às transformações em curso.

¹ HESPANHA, A. M. (Coord.). *História de Portugal. O Antigo regime (1620-1807)*. Direção Mattoso, José. Lisboa; Portugal: Editorial Estampa, s/d. HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. HESPANHA, A. M. (org.) *Justiça e Litigiosidade: História e Perspectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

² SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

³ RUSSEL WOOD, A. J. R. Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do *Código Costa Matoso*. In: *Varia História. Código Costa Matoso*. Número Especial. Belo Horizonte: No. 21, jul. 1999, pp. 100-118.

⁴ CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português (século XVI ao XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005. p.45-68.

Quando se percebeu que os processos apresentavam comportamentos diferenciados, mas que toda a divergência estava acobertada pelo pensamento doutrinário lusitano aplicado na colônia, a sugestão de conectar historiografias feita por Sílvia H. Lara⁵ ganhou uma clareza ímpar. A percepção que a historiadora demonstrou sobre o método a ser aplicado com vistas a resgatar os homens e suas ações sociais dentro das sociedades em que viveram no passado é, no mínimo, muito aguda. Entendemos que os processos-crimes precisam ser compreendidos dentro da lógica social vigente e de acordo com os atores sociais nele envolvidos.

Ao mapear os crimes e sua geografia Carla Anastasia⁶ também inside raios de compreensão sobre importantes aspectos da perseguição criminal na sociedade mineira do passado. O século do ouro e seu subsequente demandaram uma série de atenções da administração penal e territorial nas Minas. Para isso, o território mineiro objeto de atenção administrativa foi apreendido na sua diversidade e a acuidade com que a autora identifica zonas de direito e zonas de *non droit* foi bastante instigadora, gerando grande contribuição para o estudo em questão. Perceber as possibilidades aplicativas da justiça foi um dos elementos de argumentação desse trabalho.

As contribuições que Stuart Schwartz⁷ revelam que a carta de seguro estava presente no território colonial desde o século XVII. Outros trabalhos pontuais sobre as Minas Gerais e sobre a justiça e instituições lusitanas no território colonial revelaram informações que ajudaram a recompor o quebra-cabeça que deu significado às cartas de seguro dentro da via institucional lusitana.

O cotidiano da ação de perseguição e apreensão dos criminosos demonstra um quadro de muitas dificuldades para a efetividade da carceragem. Isto pressupõe que o grau de funcionamento da punição não fora diretamente proporcional à capacidade de aprisionamento. Até a fase do Império do Brasil, a existência de outras formas de enredamento dos criminosos nas malhas da justiça foi um dos sustentáculos da organização da justiça, que aplicou as penas ancoradas na noção misericordiosa. Assim, os episódios que demonstraram a dificuldade da ação dos oficiais de justiça e sua leva de agregados não foram tratados como indicativos de completa lassidão e muito menos de impunidade. A despeito das fugas, dos enfrentamentos aos oficiais, das transferências precárias de presos houve uma extensão das formas de punição

⁵ LARA, Sílvia H. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (Org.) *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005. p.21-38.

⁶ ANASTASIA, Carla M. J. *A Geografia do Crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

⁷ SCHWARTZ, Stuart. B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. A suprema Corte da Bahia e seus juízes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

quer via exclusão da circulação em zonas onde a ordem se mostrava mais sedimentada, quer pelo movimento exercido pela dispersão para territórios de fronteira, zona de não direito, quer pelo enredamento do réu num longo processo de livramento, situação que requeria o pagamento de muitas taxas e custas, quer pelo envio dos presos aos campos de batalha. Assim, a utilidade dos vadios foi reafirmada no território mineiro.

Mas isso não foi assim que os contemporâneos perceberam o funcionamento da justiça. Eles ficavam chocados frente à dificuldade de aplicação pura e simplesmente racional daquilo que sabiam ou que pretendiam ver funcionando na prática. Eles se queixaram muito da administração da justiça, suscitando uma repressão policial rigorosa e permanente sobre os criminosos. Assim, um dos argumentos desse trabalho, o seu propósito de ocupar-se com o lugar de debate que as questões mais gerais suscitavam em um nível local no tocante à aplicação da justiça criminal, destacou as vozes coevas que viam, sobretudo no exercício diário de suas funções, uma série de dificuldades próprias de qualquer cotidiano histórico de trabalho e, sobretudo, de formas de trabalho em transformação.

Nesse sentido, tomou-se a queixa dos contemporâneos, mas entendendo-a dentro da inserção social desses queixosos. A forma de atuação dos sujeitos foi buscada dentro da sua sociabilidade e dentro do funcionamento político-social em questão. Os dizeres dos sujeitos foram tomados como indiciários de sentimentos e práticas.

No que tange as práticas, não se pode deixar de apresentar o teor das graças régias e mercês – outros elementos da construção desse relato de pesquisa. As graças régias foram elementos equilibradores da sociedade carente de instrumentos punitivos aplicáveis. Claro que, para os casos extremos, a punição era implacável e a morte era a pena reservada para tais casos. Mas, isso não foi o comum. Havia os crimes que não podiam escapar a uma punição exemplar, mas a maioria deles era uma série de atitudes marcadas pelo cotidiano social e econômico dos envolvidos, que muitas vezes se mostravam resistentes à disciplinarização almejada. Na insuficiência dos meios de punir, adotava-se o perdão. O perdão funcionava como elemento moralizador.

Os praxistas recomendaram muitos cuidados para não encarcerar indevidamente. O estudo dos praxistas foi muito instigador. Os manuais se inspiravam no cotidiano de suas ações de trabalho e seus autores não se abstiveram de contar relatos de suas experiências. Tais relatos revelam as adaptações assumidas pelo oficial no seu exercício profissional, bem como a memória que tais sujeitos históricos guardaram de seus exercícios. Ao apontar aspectos

curiosos ou estarrecedores do trabalho de aplicação da justiça, eles se transformaram em fonte inestimável de inspiração para o estudo aqui apresentado. Em primeiro lugar porque a narrativa mantinha uma correspondência na realidade do vivido e em segundo lugar porque tais relatos desfilam diante dos olhos do historiador uma verdadeira gama de costumes, lendas e comportamentos assumidos pelas sociedades do passado.

Os praxistas foram localizados em acervos de obras raras espalhados em bibliotecas nacionais. Não os encontramos reunidos sob uma única guarda institucional. Em Minas Gerais, em Belo Horizonte na Faculdade de Direito, na Biblioteca do Tribunal de Justiça foram localizados alguns dos exemplares aqui utilizados. Ainda em Minas Gerais, o acervo de obras raras da Biblioteca Batista Caetano em São João del Rei também possuía alguns nomes, fato que permitiu a consulta à suas obras. No Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional permitiu a consulta a determinadas obras de praxistas sob sua guarda. Isso demandou deslocamentos para a pesquisa.

Dos praxistas, selecionamos aspectos considerados importantes para a compreensão do tema, bem como as demonstrações que eles apresentaram de se inspirarem uns nos outros. A construção de uma história do pensamento processual, incluindo a separação das esferas criminais e cíveis, através do acompanhamento dos ensinamentos desses verdadeiros mestres da arte de processar e de conhecer as leis, é uma possibilidade interessante para se aprofundar no conhecimento histórico. O acompanhamento de suas formas de tratamento, bem como da seleção e ordem que dão aos seus temas, revela a constituição de um saber em construção, demonstrando como a prática forense foi ganhando ares institucionalizados.

As prédicas deixadas por eles mostram a completa inexistência de neutralidade na arte de processar e julgar. No todo, os praxistas se mostravam profissionais com experiência suficientemente farta para escrever obras e colocá-las a serviço daqueles que precisavam desempenhar a profissão nos foros. Eram obras requeridas e muito bem recomendadas no próprio título que as consideravam “úteis e necessarias à praxe”⁸ do foro.

O fato de uma biblioteca em São João del Rei guardar exemplares raros dos praxistas é bastante sintomático. Sabe-se que a biblioteca ali guardada pertenceu ao Deputado Batista Caetano e mais, que os advogados da Vila conheciam os praxistas. Eles os citaram. A presença de tais obras em São João del Rei tem uma história e já bem cedo o Juiz de Fora em

⁸ FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente accrescentada, e illustrada com muitas Ordenaçoens, leys extravagantes, regimentos, e doutores. E em quatro tomos distribuida*. Porto: Officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767. Folha de rosto.

exercício naquela Comarca lembrava a sua condição de vila antiga e bem servida de juízes de vara branca.

O pensamento jurídico penal recebeu uma formatação mais racionalizada a partir da segunda metade do século XVIII. A obra de corte, que define a nova tendência como mais moderna e racionalista a partir de 1750, é a obra de Manoel Lopes Ferreira⁹ que é tratado como o último expoente de uma fase superada de pensamento doutrinário puro. A partir de então, novas tendências de leitura do crime se impõem a partir de um abandono gradual das formas doutrinárias misturadas com o pensamento religioso e são implementadas as noções mais humanistas que veem o delito como passível de punição humana e que, uma vez punido o delito, o praticante era recuperado.

A nova tendência que se afigura cada vez mais com a conceituação do crime e de suas penas apresenta-se como uma filosofia moderna, vinculada ao controle humano sobre os elementos terrenos. Ela se relaciona com a chamada administração ativa e se apresenta desejosa de sustentar a eficiência governativa, através de regras para delimitar os crimes e seus tipos, além de se preocupar em reservar para cada crime uma punição.

Essa ordem de razão prática diferencia-se da razão teórica que sustenta concepções generalizantes dos crimes e do direito. Os praxistas, ao escreverem seus manuais, traçam os caminhos que os advogados e pessoas envolvidas no trabalho de julgar deveriam seguir. Com recomendações explícitas de se evitar a todo o custo o cárcere, eles ainda se apegam às divisões jurisdicionalistas e, embora se apresentem como os arautos do ensinamento das práticas forenses, eles estimulam a busca dos perdões em potencial.

Isso mostra que, embora o advento das novas concepções venha se fortalecendo e nova leva de pensadores empreenda esforços para apropriar o rei com o direito de punição, o trabalho de compilação das leis, traduzidas em forma sintética e compendiosa, foi buscado, ao lado de ampla utilização dos poderes de perdão. A difusão dos perdões no início do século XIX colonial foi algo que pareceu paradoxal à muitos e experientes historiadores, que chegaram a duvidar quando esse trabalho afirmou ter existido um crescimento das práticas dos perdões no território das Minas Gerais, no período em questão. Mas, tal fato recebe esclarecimento com o cruzamento entre as informações que definem qual a fração do campo jurídico ganhou maior racionalidade e qual ainda estava provida em outras fontes teóricas. A necessidade de se instrumentalizar determinadas regiões localizadas em pontos estratégicos da

⁹ FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente accrescentada, e illustrada com muitas Ordenaçoens, leys extravagantes, regimentos, e doutores. E em quatro tomos distribuida*. Porto: Officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767. Folha de rosto..

organização institucional da Colônia também foi elemento esclarecedor do processo de distribuição das graças régias.

Sobre a certa desatenção que foi dada à história das instituições, António Manuel Hespanha lembra que a ascensão incontestada do estado liberal no século XIX absorveu as atenções tanto da ciência política, como da historiografia acentuando uma tendência excessiva em valorizar unilateralmente “o modelo estadualista”¹⁰. Para ele a época do *pathos* nacionalista obscurecia as questões da história, alimentando um modelo de historiografia que conseguia ver em todas as ações o prenúncio ou as pré-condições do pensamento liberal e deixava sem pesquisas aspectos importantes do plano da história institucional. Tal ofuscamento historiográfico deixava sem a devida atenção as distâncias entre a teoria e a prática, bem como as “intenções didáticas e programáticas das obras doutrinárias”¹¹ e buscando “com certa leveza de espírito” a correspondência entre a “realidade institucional-prática” e as proposições dos publicistas. Hespanha ainda salienta que a crise do “paradigma estadualista” entra em crise, na ciência política e na historiografia, a partir da década de 1950, sobretudo com as intervenções que salientam as continuidades entre os sistemas políticos medieval e moderno¹².

Diante disso, acentuamos a importância da história das instituições. Percebemos que um amplo programa de reformas introduz elementos novos no funcionamento da justiça no período de 1769-1831, mas também mantém aspectos de continuidade. Entendemos que o reformismo pombalino apresentou elementos novos para a história institucional, sobretudo no que se refere a forma processual, mas outros aspectos, como o vinculado aos perdões permaneceram, o que mostra a importância de se pesquisar para separar aspectos, setores ou práticas em que as novidades se instituíram.

Do mesmo modo, argumentamos em favor da continuação do estudo a partir do ano de 1822. A ruptura política com o Reino não provocaria imediatas transformações no sistema de perseguir e julgar os crimes. É aceitável, e de fato foi o que aconteceu, que se aproveitassem as estruturas existentes – oficiais, comarcas, cadeias, legislação – até que novo sistema fosse montado para substituir os anteriores.

As práticas jurídicas na década de 1820 no Brasil espelharam as transformações em curso e procuraram a ela se adaptar, obtendo delas a filiação filosófica e a orientação teórica acumulada, mas ainda gastaria um tempo para arranjar as novas regras de controle dos crimes.

¹⁰ HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. p.27.

¹¹ *Ibidem*, p. 26.

¹² *Ibidem*, p. 28.

Isso somente veio a acontecer com o Código Criminal do Império do Brasil. Quanto a esse quesito, não faltaram questionamentos sobre a insistência em se manter o estudo ao longo da década de 1820, mas tais questionamentos foram grandes contribuições para a articulação da argumentação.

Entendemos que há permanência dentro do reformismo pombalino e que as reformas se ligaram a uma parte formal e prática dos processos, com a intenção de perseguir e diminuir as incidências criminais. No entanto, essas reformas não chegaram a colocar fim ao amplo programa de perdões que figurava no Reino Lusitano. Tais reformas organizaram os elementos didáticos e programáticos que se instituíram e refletiram no Brasil independente da década de 1820, através da geração formada no programa reformado.

Quanto aos perdões, Natalie Zemon Davis¹³ fez um estudo sobre as narrativas e histórias de perdão na França do século XVI. Ali, o perdão era requerido mediante uma carta que narra uma história plausível de ser perdoada e, por isso, a narrativa deve encontrar eco na realidade vivida. Ela salienta que não há garantia da veracidade da história narrada, mas que isso não desacredita as cartas que devem apresentar um discurso adequado a época em questão. Era preciso que as cartas convencessem, pois sua veracidade era julgada por um tribunal e defendida pelo requerente do perdão. A especificidade dos perdões na França propiciava que surgissem os profissionais escreventes de cartas de perdão, mas a história original é contada pelo condenado que é obrigado a convencer acerca do seu direito de ser perdoado. Os fundos documentais permitiram que a autora analisasse centenas de cartas de perdão.

Isso nos mostra que as práticas de perdão eram elementos que ultrapassavam as fronteiras nacionais, constituindo-se em uma marca da ritualística monárquica. Na França, o perdão era concedido pelo rei. A monarquia moderna encontrou nos perdões um forte elemento de sua mística, utilizando-se da força que os perdões exerciam para compor os elementos da instituição monárquica. Nesse caso, a proximidade com a Igreja foi significativa e o poder de perdoar era moldado nas formas misericordiosas de agir, forjando uma liberalidade que apenas o rei exercia.

¹³ DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Em Portugal, tivemos, já o dissemos, modelos de petição apresentados pelos praxistas para exprimir o pedido. O modelo, conforme o texto escrito nos mostra, era seguido, o que fazia com que os argumentos da petição localizados na Colônia lusitana apresentassem elementos em comum. Isso mostra que, diferentemente da França, houve uma instituição do poder de perdoar em favor da monarquia. A criação do Desembargo do Paço foi o estabelecimento de uma instância que deliberava em nome do Rei.

A ritualística dos perdões compunha o programa da monarquia misericordiosa. O poder monárquico ao chamar a si a função de desembargar e julgar os casos de delitos, se apropria de elementos já secularmente instituídos nas comunidades locais do reino. A história dos perdões ajudou a arquitetar as funções da monarquia lusitana e compôs a sua feição de monarquia misericordiosa. O rei era o justo e o era dentro das concepções religiosas. A ele cabia perdoar os delitos, cuidando de salvaguardar os equilíbrios de sua sociedade, ao mesmo tempo em que exercia o seu poder dentro de um quadro de liberalidade, pois, dentro do pensamento político lusitano, o poder régio era instituído a partir de uma cessão de origem popular, que rejeitava as formas tirânicas de governar.

Na França, os réus não perdoados, de acordo com o estudo de Natalie Zemon Davis¹⁴, eram condenados à morte. Em Portugal, segundo António Manuel Hespanha¹⁵, os casos de pena capital eram pouco numerosos e na Colônia portuguesa encontramos raros casos de pena capital para o período, exceto o de crime de inconfidência como o da Conjuração Mineira, cujo processo nem sequer foi movido nas instâncias locais da Comarca e sim no âmbito do Tribunal da Relação no Rio de Janeiro. Bem, sendo assim, parece-nos que os perdões eram ainda mais institucionalizados no Reino Lusitano.

Esse ponto ajuda-nos a compreender as aproximações e especificidades nas práticas históricas. As tendências de sistematizar o sistema processual também ocuparam, resguardando as especificidades, vários espaços nacionais. É verdade que cada nação construía o seu direito pátrio, mas a Lei da Boa Razão em Portugal bem lembrou que se devia seguir os comportamentos modernos, inspirando-se da sábia razão já testada em outras nações também modernas.

Outro exemplo desse momento de constituição dos direitos nacionais é também a definição dos direitos internacionais em superação às noções doutrinárias puras. António

¹⁴ DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁵ HESPANHA, A. M. (Org.) *Justiça e Litigiosidade: História e Perspectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p.299-300.

Pedro Barbas Homem traça a História das Relações Internacionais, quanto ao Direito e as concepções políticas na Idade Moderna¹⁶.

As citadas aproximações permitem verificar o caráter institucional de procedimentos locais. A forma como se procede e se consegue impor uma institucionalização varia muito de acordo com cada ambiência local, mas as tendências mestras encontram raízes no pensamento comum, conformando aquilo que Michel Foucault caracteriza como “Arqueologia do Saber”¹⁷.

Por mais paradoxal que se possa parecer, a busca de sistematização das práticas processuais para julgar e punir os crimes coincide com um aumento acentuado de concessão de perdões. Tal fato é por nós entendido a partir de duas premissas. A primeira está relacionada com a obrigação de mais livramentos a partir da realidade que a sistematização processual forja. Quanto mais se processam mais os criminosos são perseguidos, permanecendo nas malhas da justiça. Assim, eles devem utilizar-se dos meios existentes para se livrarem de suas culpas. Como os perdões ainda compunham a cartela dos instrumentos régios, os réus pediam seus perdões.

O segundo aspecto se relaciona com o fato de que, embora distante, a Colônia acompanha as transformações politicamente e filosoficamente intentadas no pensamento monárquico reinol. À despeito da distância, o pensamento teorizado no Reino forçava as instituições locais a se adaptarem aos procedimentos da matriz doutrinária. Há ressonância entre o pensamento metropolitano e o funcionamento colonial.

António Manuel Hespanha¹⁸ salienta que faltaram investimentos historiográficos para estudar o plano institucional, tratado com elementos apenas ilustrativos para corroborar as argumentações que sobrevalorizam o papel da centralização do estado. Para ele, a ausência de estudos que trabalhem a via institucional como elementos condicionantes da centralização – as formas de atuação do regime senhorial, do municipal, do oficialato - pode ser atribuída à dificuldade de se estudar a época moderna em virtude das carências de trabalhos sobre o período. Ele considera que os poderes senhoriais, a autonomia municipal, o desenvolvimento

¹⁶ HOMEM, Antônio Pedro Barbas. *História das Relações Internacionais: o Direito e as Concepções Políticas na Idade Moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 2003.

¹⁷ FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

¹⁸ HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. p. 33-34.

do oficialato régio não são temas devidamente estudados e sua averiguação é decisiva para equacionar a questão dos centros de poder.

A queixa de Hespanha explicita que, quando muito, se estudou o aparelho administrativo central e seu desenvolvimento nos séculos XVI e XVII, e mesmo assim eles eram naturalmente vistos como sinais da centralização do poder estatal. Para ele, a questão da existência de recursos contra os atos do poder é decisiva e também permanece com carências historiográficas. Lembrando que o Alvará de 30 de outubro de 1751, sob os signos do Marquês de Pombal¹⁹, enfatizou a liberalidade do direito anterior na atribuição aos particulares da faculdade de contestarem e paralisarem as decisões do soberano, não faltou pesquisador que entendesse que os meios de defesa dos particulares em relação ao poder régio eram inexistentes.

Pois bem, entendemos que a questão da centralização é demasiadamente acentuada, sem apresentar de forma clara como se fazia ou onde as transformações ocorreram. Entendemos que os súditos coloniais entraram em cena no conjunto institucional, quando se viram às voltas com a necessidade de se livrarem de possíveis atos delituosos praticados no calor de suas vivências sociais e cotidianas. Quanto aos recursos, entendemos que o poder misericordioso de concessão do perdão, mesmo que proveniente do rei e dele advindo, era um elemento de recurso. Era uma forma de impor aos poderes centrais uma aceitação das formas instituídas na vida local, de maneira que os súditos tivessem, para se livrar de delitos, por vezes usuais na suas fainas, um recurso contra o poder central, mesmo que esse recurso emanasse do próprio poder central.

Isso por outro lado nos permite entender que a incidência do poder central nem sempre se apresentava pela via da sujeição, mas pela instrumentalização da superação das influências. Por esse motivo, dividimos o texto de nosso estudo em duas partes. A primeira apresenta os elementos da pesquisa, bem como se debruça sobre a organização do pensamento doutrinário lusitano, exemplificado nas cartas de seguro, e as constituições formais do direito penal. A essa parte, acrescente-se ainda um capítulo que procura demonstrar que os procedimentos locais eram coerentes com sua matriz doutrinária.

A segunda parte estuda a aplicação dos elementos mais gerais no território das Minas, levando em consideração as suas diferenças internas. Nesse aspecto, destaca-se a concepção de diferentes formas de aplicação da justiça como também de diferentes graus de institucionalização entre regiões mais antigas e outras mais distantes dos polos difusores da

¹⁹ HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. p.34.

economia e sociedade. A partir dessa percepção o trabalho privilegia os elementos sociais na região mineira e as formas adaptadas de aplicação da justiça. A sociabilidade mineira vem a tona na segunda parte, considerando que a sociedade que emerge em território colonial apresenta nuances próprias. E, finalmente, ainda nessa segunda parte, o esforço volta-se para demonstrar o caráter de prospecção sobre o tema da justiça, sobretudo da parte que se refere ao direito penal, com vistas a conhecer a organização vigente e as críticas sobre ela. Nessa segunda parte, procurou-se mostrar que a década de 1820 implementaria os esforços para constituir as regras criminais - Código Criminal do Império. Enquanto se traçava o modelo de código penal, as leis lusitanas ainda regeram os procedimentos processuais no Império.

O recorte cronológico adotado (1769-1831) justifica-se plenamente. O período é o das transformações na prática de julgar os crimes, estabelecendo uma didática formal para os processos como um elemento de pressão sobre os criminosos, mas que também e exatamente por isso, encheu o território lusitano com as práticas do perdão. Vemos que o monarca lusitano e depois a monarca do Império do Brasil fortaleceu os seus poderes políticos de governante, utilizando-se de perdões. Por esse motivo, entendemos que o período conta elementos de alquimia muito fortes. Nesse sentido, a amplitude do recorte cronológico favoreceu ao acompanhamento da implantação de um projeto reformista.

Dividimos essa tese em sete capítulos. Colocamos os quatro primeiros sob a regência do tema do funcionamento lusitano das regras de processar e punir e os três últimos procuraram definir e analisar a aplicação desse sistema nas Minas, salientando a influência que a organização social vigente nas Minas exercia sobre tais processos.

O primeiro capítulo denominado “Elementos portugueses nas práticas judiciárias da comarca do rio das mortes em Minas Gerais no final do século XVIII e início do século XIX” apresentou a mais antiga petição de carta de seguro localizada como abertura do tema e em seguida se voltou para discutir previamente o que foi a citada carta de seguro, sua recorrência e dificuldades enfrentadas para explicar o recurso. Em seguida, no mesmo capítulo, as fontes da pesquisa foram apresentadas com explicações sobre o tratamento metodológico aplicado a elas, ressaltando suas especificidades e significados. Ainda no mesmo capítulo se apresentou a forma como os dados foram processados na pesquisa, para terminar com uma explicação da escolha do recorte cronológico adotado na pesquisa.

O segundo capítulo – “A carta de seguro: da legislação portuguesa ao território das Minas na capitania e província” - apresentou a carta de seguro desde suas origens lusitanas até

sua localização em terras mineiras. Procurou-se acompanhar o trabalho de institucionalização do processo de perdoar, acompanhando as contribuições e inserções dos praxistas nesse processo. Estudou-se a conformação dos elementos da justiça portuguesa, sobretudo no direito penal, com sua adaptação ao território das Minas colonial. Procurou-se detectar notícias antigas e recentes na história do século XVIII sobre as cartas de seguro e seu funcionamento e sobre a justiça como elemento fundamental na administração régia.

O terceiro capítulo abordou “O direito penal em conexão com o território das minas”. Ao apresentarmos a formatação ou programação da forma que o direito penal recebeu, podemos acompanhar os ensinamentos dos praxistas. Procurou-se analisar as formas que os processos-crimes exibiram nas Minas e detectar até que ponto havia confluência entre os ensinamentos e as práticas processuais ou se pelo contrário encontravam-se grandes desacordos. No direito penal em conexão com as Minas salienta-se a forma que esse direito recebeu e sua conexão com o território.

O quarto capítulo, denominado “O binômio: punição e graça” aborda a correlação entre as duas formas de punição e perdão, bem como salienta a importância de tal combinação no governo e administração dos territórios do reino e de suas possessões. Nesse capítulo ressalta-se que o modelo administrativo vigente no reino foi adaptado ao território da colônia além do esforço para demonstrar que os processos-crimes e toda a sua lentidão eram resultantes da matriz legal que os inspirava. Com esses quatro capítulos trabalhamos de forma qualitativa parte do argumento defendido nessa tese.

A segunda parte, iniciada com o capítulo quinto denominado “A extensão das malhas da justiça nas Minas Gerais” procuramos dar ênfase à alguns dos aspectos históricos das Minas, no que se relaciona a aplicação da justiça. Através do estudo, analisamos quantitativamente os comportamentos dos criminosos, dos tipos de crime, das maiores ocorrências. Além dessa abordagem, foi feita uma busca prospectiva para localizar mais listas de culpados – os chamados “rol de culpados”. Localizamos um acervo de culpados para outra comarca mineira e uma comparação foi feita. A principal certeza que a comparação propiciou foi confirmar a diferença interna no território das Minas, corroborando aquilo que muitos historiadores já sustentaram ao afirmar que as Minas são muitas.

No entanto, a maior surpresa extraída da comparação entre os róis, com alto grau de confiabilidade nos resultados quantitativos, foi a de que a fuga era um elemento de punição. Isso é, para permanecer nas regiões atendidas com maior rigor de institucionalização, o réu deveria responder ao processo. Em caso contrário, ele fugiria para as regiões de fronteira, com o fardo de fugir constantemente da polícia. Assim, o índice comparativamente superior de

cartas de seguro em regiões antigas e institucionalizadas foi um elemento indicativo das exigências para se permanecer em tais lugares, usufruindo ali das possibilidades abertas pela sociabilidade vigente. Ao contrário, o menor ou quase inexistente índice de ocorrência da carta de seguro em zonas de fronteira revela que ali, os criminosos buscaram outras vias de se livrar dos processos. Assim, detectamos que os usuários da carta de seguro eram parte de um conjunto de súditos com maior poder econômico, contando com um mínimo de condição social e econômica para custear a permanência dentro da zona de direito do território colonial. A importância em distinguir dentro das Minas a existência de territórios de *non droit* e zonas de institucionalização mais efetiva leva a concluir que o público que se apresenta como réu e solicitador de livramento nos processos-crimes é constituído de sujeitos sociais possuidores de alguma posse.

O capítulo sexto intitulado “Crimes e criminosos: perfil de uma sociedade retesada” procurou analisar a inserção dos indivíduos no processo da institucionalização existente. Assim, salientou-se a participação das mulheres, dos cativos, dos forros, dos proprietários de escravos nos processos-crimes. Atentou-se para o fato de que a posição social, as redes de vizinhança, parentesco e amizade apresentavam um forte componente na constituição dos processos. Diante disso, percebeu-se que o exercício do poder de julgar e processar era um exercício profissional e dependendo dos envolvidos os processos-crimes poderiam ganhar uma atenção diferenciada, sem comprometimento da seriedade do serviço de sua majestade. Entendeu-se, a partir de então que o sistema de justiça era um “serviço de sua majestade” exercido pelos oficiais de justiça na sua faina profissional com preocupação de “segredo à justiça”, resguardando o “direito às partes” que podia ser reclamado. Assim, entendendo-se dentro da lógica do funcionamento de um serviço prestado para um conjunto de súditos, as situações de divergência dentro das formas processuais ganham mais lucidez aos olhos atuais.

O sétimo e último capítulo voltou-se para uma reflexão sobre a situação da justiça e sua aplicação, bem como o esforço para seu reconhecimento na década de 1820. Nesse capítulo, intitulado “E como construir o império do Brasil?”, destacaram-se as constantes solicitações sobre o funcionamento da justiça régia, tomada como centro nevrálgico de uma boa administração. Tomaram-se ainda os sinais das transformações penais no território em fase de construção do seu estado nacional. Procurou-se detectar o aumento do número de processos-crimes e o crescente rigor contra os delituosos. Percebeu-se que, nesse período, cresceu o número de processos, as pessoas se preocuparam em se livrar de suas culpas, retornando para providenciar os seus livramentos, depois de andar alguns anos foragidos por outras regiões. Nesse capítulo também se discutiu como o sistema liberal derogou as cartas

de seguro e como elas foram enterradas em silêncio completo. O resgate das cartas de seguro somente poderia ser com um estudo de objeto histórico.

Como os estudos historiográficos partem de perguntas que os contemporâneos fazem ao seu passado o estudo das cartas de seguro permite visualizar bem o perfil caótico e o caráter distorcido, frequentemente denunciado, do atual sistema prisional. O Antigo Regime ao manter os seus devedores nas redes do poder, anunciava que a prisão era algo indesejável e aplicava suas punições por outras vias.

PARTE I
AS CARTAS DE SEGURO NO IMPÉRIO ULTRAMARINO
PORTUGUÊS

CAPÍTULO I

ELEMENTOS PORTUGUESES NAS PRÁTICAS JUDICIÁRIAS DA COMARCA DO RIO DAS MORTES EM MINAS GERAIS NO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO SÉCULO XIX

1.1 A petição de Jerônimo de Souza Ferraz

Em 1795, na Vila de São João del Rei, Jerônimo de Souza Ferraz respondia a um libelo-crime que tinha como parte a justiça de sua majestade. Naquela data, ele dizia que fora incriminado injustamente na devassa que se realizara “*ex officio*” pelos ferimentos feitos na pessoa de Francisco José dos Reis. Afirmava Jerônimo de Souza Ferraz, o réu, que sua culpa fora insinuada por testemunhas de sua inimizade, convencidas em particular para jurarem contra ele na mesma devassa. Para mostrar a “falsidade do arguido crime”, Jerônimo de Souza Ferraz suplicava em requerimento que a justiça fizesse “citar o queixoso”, Francisco José dos Reis, para declarar, na primeira audiência do Juízo da Comarca do Rio das Mortes, “se queria ou não ser parte ao suplicante”. Em caso afirmativo, o réu suplicante esperava o comparecimento da parte ofendida na primeira audiência e que a ela se apresentasse munido “com o seu libelo acusatório”. No caso de a parte ofendida não proceder dessa forma, tudo correria à sua revelia, sob pena de, “não comparecendo, ser lançado” nos autos escritos que se “tomaria o feito pela Justiça e se seguiriam por esta os mais termos judiciais”.²⁰

Em seguida, o advogado do réu Jerônimo de Souza Ferraz apresentava o traslado da carta de seguro que se achava nos autos de agravo da “injusta pronúncia”, em que se reafirmava que o réu “foi pronunciado na devassa em que se tirou” e se requeria para o suplicante a condição de “poder se livrar solto” e “mostrar a sua inocência”. Para tal, pedia que o juiz da ouvidoria da Comarca do Rio das Mortes lhe concedesse a terceira carta de seguro. A petição do advogado afirmava que o suplicante já pedira anteriormente a primeira e a segunda carta de seguro, mas, “porque ainda o suplicante se não se acha livre por embaraços que tem tido e se acha finda a segunda carta de seguro”, ele ainda precisava receber a

²⁰ AMRSJ. Processo crime/Libelo de Jerônimo de Sousa Ferraz e a Justiça, Caixa 84, doc. 12, 1795.

concessão da terceira carta de seguro.²¹ Mediante o pagamento dos impostos de “novos direitos”, Jerônimo de Souza Ferraz a recebeu.

Essa história de Jerônimo de Souza Ferraz foi escolhida para a abertura deste trabalho para ilustrar um ponto essencial da experiência dos processos-crimes no Antigo Regime: a carta de seguro e sua relação com o sistema punitivo praticado no território das Minas. Esse sistema penal deita raízes no próprio processo de formação da ordem jurídica do Antigo Regime lusitano e, sobretudo, foi transportado para o Brasil colonial. O trabalho em questão ressalta o estudo das cartas de seguro e sua aplicação no território mineiro da Comarca do Rio das Mortes, no período de 1769 a 1831.

Para além da carta de seguro, a história do réu ainda apresenta outros elementos constituintes do pensamento jurídico português empregados nas terras coloniais. As práticas de devassa e o juramento das testemunhas foram procedimentos que, dentro das rixas locais e envoltas em brigas com ferimentos, compuseram a orquestra dos temas abordados ao longo deste estudo. Ao apresentar-se em audiência, o culpado, que pretendia citar sua parte ofendida para se defender da acusação, estava agindo dentro da representação social da justiça do Antigo Regime, que não concebia, em nenhum julgamento, que o perdão fosse concedido pelo poder régio sem levar em consideração o perdão da parte ofendida. O complexo território da aplicação da justiça, incorporado pelas funções administrativas exercidas em nome do poder real, ocupou, no Antigo Regime, parcela importante da função governativa, considerando-se que uma das atribuições do bom governante era aplicar a justiça no seu domínio jurisdicional.

Essa história, extraída de um libelo crime de 1795, relatada nos autos criminais escritos pela pena do escrivão, em um trabalho de audiência que ele tomou por escrito e pelo qual assinou com termo de responsabilidade, situou ainda outro elemento no conjunto do pensamento pré-oitocentista: a forma assumida pelos processos criminais, no período de 1769-1831, no território mineiro, em consonância com as alterações de maior escopo na condução do debate político-jurídico português. Isso impôs regras metodológicas para a compreensão do documento aqui estudado, de sorte que as fontes da pesquisa precisaram ser entendidas à luz de debates mais ampliados.

O ofendido, queixoso ou não, pois podia ou não comparecer com seu libelo acusatório, estava sujeito a adotar, pelo menos, dois comportamentos. Em caso afirmativo, ele deveria dirigir-se ao local onde a audiência tivesse lugar, quer fosse a residência do juiz ordinário,

²¹ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Jerônimo de Sousa Ferraz e a Justiça, Caixa 84, doc. 12, 1795, p.4.

quer a sala da Câmara Municipal, e, diante do escrivão, afirmar que queria acusar sua parte, apresentando seu libelo acusatório. Em caso negativo, a briga era metamorfoseada em um crime que seria tomado pela mão da justiça, que, por sua vez, agiria em nome do rei, “senhor de todos e que Deus o guarde”, atuando em um processo-crime com vistas a resolver o impasse criado pela desavença entre as partes que ofenderam a república. Os oficiais de justiça trabalhavam dentro da lógica governativa vigente a partir das últimas décadas do século.²²

Se o queixoso aparecesse e se apresentasse com o seu libelo acusatório, entraria em cena uma disputa judicial que poderia se estender, gerando um longo processo. Os processos com duração superior a três anos foram comuns, nessa época, e não faltaram exemplos de casos que compuseram um volumoso livro com os assentos dos autos registrados pela pena do escrivão e acompanhados de perto pelos advogados, procuradores das partes. Esses processos e suas formas de apresentação constituíram grande volume de fontes para esta pesquisa.

Por outro lado, se o ofendido não se apresentasse, o processo tomaria outros rumos. O feito era tomado pela mão da justiça pública, que tocava a questão à revelia do ofendido, mas que revestiria o crime com o caráter de ofensa à república, à qual o ofensor deveria responder para se livrar da falta que lhe fora imputada. Para retornar à sociedade livre de sua culpa, perdoado de sua falta ou com sua inocência provada, o réu deveria passar pelos auspícios públicos, não sem antes ter consultado o desejo de vingança da parte ofendida.

A petição de Jerônimo de Souza Ferraz apresentada em audiência no ano de 1795, na Vila de São João del Rei, Comarca do Rio das Mortes, foi a mais antiga localizada nos autos criminais da Comarca, embora muitos outros culpados já se tivessem dirigido ao juízo

²² Ao ocupar importante lugar dentro das funções governativas, a aplicação da justiça apresentava-se como uma área da administração que se tornava alvo de especial atenção, apresentando importantes sinais de mudança desde as últimas décadas do século XVIII e incorporando ao território do sistema punitivo as tendências de força impostas pela crítica humanista ao pensamento religioso. A percepção usual acerca do crime vinha-se transformando com a diluição cada vez mais nítida da tradicional conceituação do crime, enquanto delito e portanto próximo ao pecado, substituída pela visão racionalizada do crime como algo cometido contra a sociedade. Funcionando como ideias-força, o pensamento jurídico experimentaria alterações decisivas e, no campo das aplicações mais localizadas, encontrar-se-ia com outras contingências. Assim foi que, logo desembarcada de sua longa viagem, a Corte portuguesa, formada pelo monarca e seus conselhos, entraria em ação. O conjunto de medidas visando a transformar a cidade do Rio de Janeiro em ambiente apto para sediar o centro administrativo de um império de proporções ultramarinas entrou em vigor. Os desdobramentos administrativos com a criação, na cidade do Rio de Janeiro, de inúmeras jurisdições, seguindo o modelo português, introduziriam mudanças historicamente detectáveis, como mostrou Maria de Fátima S. Gouveia (2005), no trabalho que objetivou traçar os termos identitários do Rio de Janeiro com o processo de independência. (Cf. GOUVEIA, Maria de Fátima S. As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro. In: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p.707-745.). Nesse artigo, a autora apresenta a sequência de medidas administrativas que complexificaram o aparato jurídico no território do Rio e sua inserção na participação política da constituição política do Império.

daquela ouvidoria para pedir carta de seguro, como ficou registrado no rol dos culpados. Outro conjunto de fontes pesquisado, o rol de culpados daquela Comarca, também confirmou que os mineiros tinham amplo conhecimento do recurso régio concedido em forma de carta de seguro.

Para compreender a aplicação da carta de seguro na Comarca do Rio das Mortes, procurou-se delinear a sua utilização, rastreando-se, ao longo desta pesquisa, diversos aspectos de seu uso, através da explicação apresentada pelos pensadores juristas e praxistas portugueses. A regulamentação de seu uso foi procurada na legislação e isso possibilitou auferir as transformações que as cartas de seguro experimentaram, incluindo o motivo das adaptações aplicadas no território mineiro.

No âmbito deste estudo, a pesquisa sobre as cartas de seguro não pode isentar-se de acompanhar a vida social dos envolvidos nas desavenças do cotidiano social. Os requerentes de carta de seguro tinham sua própria história. Os seus crimes e as suas vidas estavam envolvidos nas redes do funcionamento administrativo e social em vigor, encontrando-se implantados em uma sociabilidade, constituída de um circuito de parentes, amigos, vizinhos, parceiros e sócios. Por outro lado, os personagens históricos tinham suas desavenças, viviam suas “encrenças” pessoais e, enfim, participavam de uma malha social que não passava ao largo do sistema administrativo, ao qual eram obrigados a prestar contas, se, porventura, incidissem em situação delituosa. Os autos processuais revelaram que as disputas judiciais em que os sujeitos se envolviam estavam eivadas de sua vivência cotidiana, e as pendências jurídicas apresentavam a marca da prática judicial exercida dentro dos moldes funcionais possibilitados pelo aparato oficial vigente no período em questão.

Vale lembrar que o uso da carta de seguro participou de uma organização judicial que funcionava dentro das lógicas praticáveis, o que implica dizer que o funcionamento do serviço de justiça foi efetuado dentro da possibilidade instrumental existente e que era de capacidade limitada. As disputas impressas no serviço de justiça, sobretudo da justiça criminal, revelam tensões que apresentaram nuances próprias do tempo histórico e do espaço geográfico onde ocorreram.

Inserida dentro dos processos criminais, a carta de seguro não se mostrou autoexplicativa e nem podia ser, pois, se assim fosse, estar-se-ia diante de uma experiência na qual a máxima de que “o documento fala por si só” não seria mais uma vez colocada em xeque. Diante disso, explicações metodológicas e interpretativas ganharam um espaço de relevância dentro deste capítulo. Essa forma de compreensão do trabalho representou um desafio diante do fato de que a carta de seguro ocupará o lugar central da análise esboçada ao

longo de todo este trabalho, e isso dificulta a sua apresentação sumária. Seu estudo está envolvido em todo um aparato conceitual que envolve as práticas do Antigo Regime, indicando, por outro lado, que o silêncio sobre as cartas de seguro pode ser tomado como sinalizador de outro aparato conceitual vigente a partir da sedimentação das práticas liberais no âmbito do Império Luso-Brasileiro.

A carta de seguro não constituiu um fato, no sentido conceitual e racional, mas um uso no sentido de costume e da existência do hábito. Diante disso, toma-se de empréstimo a sugestão de E. P. Thompson,²³ quando escreveu que o costume agrário “nunca foi fato”, mas foi “ambiência”. A necessidade coletiva de organização das comunidades usuárias da carta de seguro ditava a premência da regulamentação da condição do “réu seguro”, mas nunca dizia o que ela era. Isso era pouco importante. A regulamentação das situações de concessão e do processo de validação das cartas de seguro impunha o limite aos seus usos e isso urgia mais do que definir o que era a carta de seguro. Em termos históricos, isso pode ser assim interpretado, de modo geral: todos os homens, pelo menos os “homens bons” da vizinhança e, depois, os do reino, teriam conhecimento do que era uma carta de seguro, como prática resultante de “tempos imemoriais”. Diante disso, não era necessário dizer o que era a carta de seguro, para aqueles homens seria o mesmo que repetir o óbvio.

A situação mudava com a urgência de estabelecer regras que impusessem limites para a carta de seguro. As práticas de regulamentação do uso da carta de seguro estabeleciam as normas para se tornar um “réu seguro”, criando as leis que ordenavam sobre o direito de privilégio da carta, sobre os crimes em que ela era aplicável, sobre quais jurisdições detinham o poder de emití-la, sobre os comportamentos necessários à sua validação, e isso bastava. Enfim, não importava dizer o que era a carta de seguro.

O ambiente vivido pedia regras práticas para delimitar os usos da carta, estabelecendo assim o equilíbrio coletivo em uma sociedade que temia a desagregação. Nessas práticas imemoriais, o monarca buscou a inspiração para estabelecer seus estilos e, sem romper com o instituído pelo grupo, compilou em forma de lei aquilo que se praticava. Em nenhuma situação, a carta de seguro precisou ser explicada em termos de individuação racional para o estabelecimento de uma definição legal. Ela somente existia, e o que precisou ser regulamentado foi o seu uso. Do Antigo Regime português, ela foi transferida para as áreas de colonização implantadas pelos lusitanos no território ultramarino.

²³ Cf. o texto “Costume, lei e direito comum”, p.90, em que Thompson se utiliza do conceito de ambiência de Pierre Bourdieu para empreender seu estudo sobre o tema. (THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p.86-149).

A carta de seguro era uma promessa judicial, pela qual o réu deixava de ser preso, até finalizar o processo ordinário.²⁴ A forma mais próxima de dizer o que era a carta de seguro é afirmar que ela foi uma “segurança real”, ao permitir ao acusado de algum crime “que não seja preso até se achar contra ele tanto por que o deva ser, sem embargo da dita carta negativa que tomou”.²⁵ Ela foi aplicada em todo o território da colônia e compôs nas terras do ultramar o sistema administrativo e de justiça, permanecendo em vigência no Brasil até sua extinção com a publicação do Código Criminal em 1831.

O uso da carta de seguro foi bastante difundido pelo hábito de seu requerimento, no entanto, a mais antiga tentativa de conceituação se deu com o *Esboço de um dicionário jurídico, teórico e prático remissivo às leis compiladas e extravagantes*, elaborado por José Joaquim Pereira e Sousa, advogado na Casa de Suplicação, publicado postumamente no ano de 1827. Segundo esse praxista, a carta de seguro “he a promessa judicial, pela qual o réo debaixo de certas condições se exime da prisão até a decisão final da causa”.²⁶

Até a sua primeira conceituação, uma coleção de alvarás havia demarcado o território de sua concessão. O alvará de 29 de março de 1751 determinou que a “carta de seguro não se concede pelo crime de defloração”, e o alvará de 14 de outubro de 1781 determinou que somente se concederia carta de seguro para os crimes civis dos soldados, e nos casos de “crimes militares dos soldados” não haveria esse recurso. Para os crimes de “papéis falsos para conseguir filhamentos”, o alvará de 9 de dezembro de 1606 a negava. O decreto de 3 de outubro de 1672 e o regimento de 5 de setembro de 1671, parágrafo 11, negavam as cartas de seguro para os crimes de almotaceria. A lei de 3 de junho de 1676 negava as cartas de seguro para os condenados em crimes de contrabando do tabaco, bem como o decreto de 25 de janeiro de 1679, a carta régia de 12 de agosto de 1695, parágrafo 4, e o decreto de 3 de setembro do ano de 1695 negavam a carta de seguro para os crimes de travessia do pão. A travessia da palha foi condenada com a negação de carta de seguro pelo alvará de 1º de julho de 1752, de forma semelhante ao crime de travessia do sal, condenado com a proibição de carta de seguro desde o decreto de 1º de março de 1692. Aos crimes de cerceamento da moeda e de moeda falsa não se concedia carta de seguro pelos respectivos decretos de 27 de março de 1686 e decreto de abril de 1688. Crimes como os de não recuar carruagem, de uso de

²⁴ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Ordenações filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

²⁵ LARA, S. H. *Livro Ordenações filipinas*. Livro V. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p.464.

²⁶ SOUSA, José Joaquim Pereira e. *Esboço de um dicionário jurídico, teórico e prático remissivo às leis compiladas e extravagantes*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1827. Tomo III.

armas curtas, de ir a bordo dos navios mercantes representam exemplos das regulamentações sobre as cartas de seguro.²⁷

Passada em nome do rei, a carta iniciava-se com a inscrição em que ele, “fazendo saber a todos os seus ministros”, concedia carta de seguro a determinado súdito e o fazia por um determinado crime. Por isso, o texto da carta repetia o relato da petição, pois a promessa era feita ao súdito peticionário, pelo motivo alegado, conforme se observa na primeira carta de seguro, datada de 1815. Eis um exemplo da redação de uma carta de seguro:

Dom João pela Graça de Deus, Príncipe Regente do Reino de Portugal e Algarves daquém e dalém mar em África Senhor da Guiné e da Conquista navegação e Comércio da Etiopia Arábia Pérsia e da Índia e etc. A todos os meus Doutores e Desembargadores, Corregedores e Provedores, Ouvidores, Julgadores, Governadores e auditores gerais e particulares da gente de guerra, intendentes, juízes de fora e ordinários e de órfãos e mais pessoas e oficiais de Justiça destes meus reinos e senhorios de Portugal e suas conquistas aqueles a quem onde e perante quem e a cada um dos quais esta minha presente e mais verdadeira primeira Carta de Seguro Negativa dada e passada a requerimento... a pediu e requereu em forma jurídica e a quem com ela sua verdadeira completa e legal execução faz requerer [...] por qualquer forma título razão ou documento que seja [...].²⁸

Em seguida, em nome do rei, a providência de conceder a carta de seguro era executada pelo ouvidor, com a repetição do texto em que se fizera o pedido:

Faço-vos saber em como na minha Villa de São João Del Rei, Minas, Comarca do Rio das Mortes e por este meu Juízo da Ouvidoria Geral e Correição della o Doutor Jose Bernardo de Figueiredo recebeu uma sua petição por escrito Aleixo Jose da Cunha o seguinte: Diz Aleixo Jose da Cunha homem branco morador nas Três Pontas das Lavras do Funil que tem notícia que João Vinhas de Castro querelara do suplicante no Juízo de Fora desta Vila queixando-se de haver o suplicado derrubado huma porção de terras de matas de capoeira ou suas plantações e roça na paragem chamada Ribeirão da Espera com outras pessoas supor assuada e violência como quer que elle deduzo na mesma querela que suposto seja as terras do suplicante de que o suplicado se queixa contudo nega o suplicante haver cometido semelhante delicto e como teme ser prezo antes da verdade sabida requer se lhe passe sua primeira carta de seguro negativa por tempo de um anno para com ela se livrar ordinariamente. Pede a Vossa Senhoria seja servido mandar passar sua primeira Carta de Seguro negativa pagos os Novos direitos, pelo

²⁷ SOUSA, José Joaquim Pereira e. *Esboço de um dicionário jurídico, teórico e prático remissivo às leis compiladas e extravagantes*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1827. Tomo III. O verbete sobre a carta de seguro apresenta nada menos que cerca de cinquenta provisões, dentre decretos, leis e alvarás que regulamentam a concessão da carta de seguro, desde o início do século XVII até a primeira década do século XIX.

²⁸ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc. 05. CUNHA, Aleixo José da; CASTRO, João Vinhas de. Ano de 1815.

referido caso e suas circunstancias e bem assim por tudo quanto relativo for a esta querela...VS pode o segurar. E recebera mercê.²⁹

Os temas discutidos no âmbito da Casa de Suplicação e do Porto formavam os estilos da Casa e depois ganhavam formato de decreto, como, por exemplo, o de 24 de setembro 1678, que proibiu passar carta de seguro em casos de morte, exceto em Relação. De forma semelhante, ocorreu com o decreto de 25 de janeiro de 1679, que proibiu passar carta de seguro em casos de crime de travessia do pão. A carta régia de 24 de maio de 1688 proibiu passar carta de seguro no crime de moeda falsa, e o decreto de 13 de setembro de 1691, que proíbe “conceder seguros” depois de uma vez negados, e somente depois disso é que o alvará de 10 de janeiro de 1692 determinou que os corregedores do crime da corte deixassem de passar por si sós cartas de seguro em caso de morte, mas o fizessem em Relação.³⁰ Além desses alvarás, as *Ordenações Filipinas*, Livro I, título 7, e o Livro V, título 124, apresentaram o uso da carta de seguro, mas nenhum deles apresenta um conceito de carta de seguro. Ela foi absorvida das práticas dos *concelhos* portugueses.

A inexistência de conceituação esteve relacionada com a obviedade dos homens que a usaram e da prática de raciocínio daqueles homens, afinal, os anos derradeiros do século XVII ainda assistiriam a um grande número de debates jurídicos para se verem diante das exigências de um direito penal preocupado em explicar e definir o que era um ato proibido, ou seja, o crime. Por esse motivo, a carta de seguro não foi conceituada, era conhecida desde tempos imemoriais da lei nas aldeias e apresentava uma necessidade muito mais voltada para sua regulamentação do que de sua conceituação. Essa forma de aplicação do direito no Antigo Regime não passou despercebida à Alexandre Herculano,³¹ que observou a atuação dos concelhos antigos em Portugal. Sobre o “direito privado ou criminal”, ele afirmou que:

era esse, como já o temos mais de uma vez notado, o defeito de todas as fórmulas, de todas as instituições de então: a flutuação e o incompleto das

²⁹ AMRSJ. Processo-crime, Caixa 1, doc 5. Traslado dos próprios autos que vão por apelação ao Tribunal da Suplicação do Brazil de 1815 entre as partes Cunha, Aleixo José da e Castro, João Vinhas de.

³⁰ Além destes, o decreto de 19 de maio de 1695 anulou as cartas de seguro concedidas em crimes de descaminho de Direitos de Alfândega; o de 22 de setembro de 1697, que ordenou a inadmissão de segundo requerimento de carta de seguro depois de denegado o primeiro, reeditado em 13 de outubro de 1708, em que o Assento da Relação do Porto ordenou para não admitir segundo requerimento para carta de seguro, depois de escusado o primeiro. (Cf. “Leis sobre crimes e ordenamentos da administração da justiça”. In: SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e accrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.68-70).

³¹ HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do Reinado de Afonso III*. 9.ed. Lisboa: Bertrand, s/d. 8v.

idéas manifestava-se em tudo, porque o espírito moderno de symetria, de ordem, de classificação não existia.³²

Parece que, até o ano de 1831, todos sabiam o que era uma carta de seguro. Situação contrária, ao que tudo indica, foi a que se configurou depois dessa data. Poucos historiadores e juristas falaram sobre a carta de seguro. Se, por um lado, essa situação histórica impõe limites ao trabalho, por outro, ela revela que o caminho de compreensão da carta de seguro deva ser o indicado pelos seus indícios. Por isso, o conceito de carta de seguro foi intentado aqui apenas para atender as funções explicativas e de domínio histórico deste trabalho. Lembrar e esquecer são também elementos históricos.

A carta de seguro foi uma promessa de não encarceramento, passada em nome do rei para o réu indiciado por alguma forma de culpa e era concedida mediante requerimento, no qual o réu alegava que era inocente e precisava de prazo para provar sua inocência acerca da acusação descrita na petição. Ela era individual e para um crime específico. Seu possuidor era obrigado a uma série de procedimentos para validá-la, caso contrário, acontecia o que em termos históricos era conhecido como “quebrar o seguro” ou “quebrar a carta de seguro”. De posse da carta, o usuário era chamado de “réu seguro” e não podia ser preso pelo crime constante da carta, exceto no caso de “seguro quebrado”.

Do ponto de vista histórico, é incorreto afirmar que a carta de seguro foi uma congênere portuguesa do *habeas corpus* inglês, no entanto, também seria ingenuidade não lembrá-lo. O recurso português teve sua especificidade, e a prática inglesa do *habeas corpus* possui um aparato de dominação discursiva que não é neutro na correlação dos saberes políticos. A título de especulação, acredita-se que as diferenças entre os dois expedientes devem-se relacionar com o debate entre o individualismo jurídico, no pensamento anglo-saxão, e o pensamento religioso da doutrina católica, que tratava o delito como pecado e o perdão como misericórdia.³³

Sendo o objeto central deste estudo a administração da justiça criminal, levando-se em consideração a interface do procedimento criminal com o debate teórico em voga nos centros administrativos portugueses e sua inter-relação com a dinâmica do território das minas, é necessário articular o debate empreendido com as formas de sua prática, associando-as às transformações pelas quais o território em destaque passava. A explicitação desse raciocínio trabalha com a tese central de que as formas de aplicação da justiça, no caso em tela, as da

³² *Ibidem*, v.VIII, p.23.

³³ Estudo sobre o *habeas corpus* pode ser encontrado no trabalho de KOERNER, Andrei. *Habeas corpus, prática judicial e controle social no Brasil (1841-1920)*. São Paulo: IBCCRIM, 1999.

justiça criminal — mas as considerando extensíveis às outras esferas do direito — funcionavam dentro de uma noção de prática exígua, conformada pela própria limitação do tratamento legal, mais sustentado em um noção doutrinária geral do que em procedimentos positivamente regulamentados sob a forma de um texto de lei. Para isso, defende-se aqui que o estudo das práticas legais, incluindo as locais, deve ser orientado pela noção mais ampla e geral da organização do pensamento doutrinário do que em face de uma ou outra lei ou decretos isolados. De acordo com Hespanha,³⁴ crê-se que a matriz doutrinária pré-oitocentista era essencialmente pluralista e deve ser pensada nesses termos.

Diante disso, o conjunto de fontes pesquisado e o tratamento teórico dado a esta pesquisa levam em consideração que, em termos criminais, existiram e persistiram as práticas criminais do raciocínio do Antigo Regime, no território do Brasil até 1831. Para isso, a seguir, apresenta-se a ordem dos elementos da pesquisa: as fontes documentais, o seu tratamento e o tema articulado ao quadro cronológico.

1.2 As fontes da pesquisa: como e para que eram feitos os processos-crimes e o rol de culpados?

A petição de Jerônimo de Souza Ferraz encontra-se dentro de um processo-crime, parte do fundo documental pesquisado. O escopo documental deste estudo sustentou-se, predominantemente, nas fontes do direito penal: foram utilizados os processos-crimes e o rol de culpados da Comarca do Rio das Mortes. De forma tangencial, outros conjuntos documentais de caráter criminal foram utilizados com o objetivo de efetuar comparações entre diferentes partes da Capitania e/ou Província e de cruzar informações. Para compreender os processos-crimes, foram utilizadas as obras constituídas em tratados criminais e / ou judiciais apresentadas no segundo capítulo deste estudo.

Passa-se a discutir, neste momento, o primeiro e majoritário escopo documental: os processos-crimes e o rol de culpados. Os dois representaram etapas diferentes dentro do procedimento criminal. O rol de culpados registrava os nomes dos culpados, com “pronúncia” que os obrigava à “prisão e livramento”, fazendo as vezes de uma primeira etapa do julgamento criminal, lembrando a etapa de uma investigação. Após a comprovação da

³⁴ HESPANHA, Antônio Manuel. *Justiça e litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p.13.

existência de uma culpa, os processos-crimes eram os procedimentos ordinários de julgamento que resultavam no livramento do réu.

Os processos-crimes representaram o produto final, resultantes de autos constituídos por ocasião das audiências, em que o réu tinha que comparecer ou “residir”, porque havia sido indiciado em uma “pronúncia” que lhe “formou culpa” de determinado crime. Ao “réu pronunciado”, com nome incluso no rol de culpados, “cabia a prisão ou livramento”, processo ao qual ele respondia preso ou livre. Para não ser preso, pedia carta de seguro. Esta pesquisa utilizou-se de autos criminais do fundo documental de processos-crimes, como também de autos criminais do fundo documental dos libelos. Na verdade, essa separação das fontes é apenas didática, pois os dois fundos documentais resultam do mesmo procedimento jurídico de seu tempo.

Vanguerve Cabral apresentou como objeto do juízo criminal o tema dos crimes: “juízo criminal é aquele em que se tratam as causas criminais para efeito de serem castigados conforme merecem os excessos, com que se cometeram os crimes, e para a satisfação da República ofendida [...]”.³⁵

Datada do ano de 1767, essa publicação afirma que o juízo criminal era separado do crime, alertando contra a intromissão de uma jurisdição na esfera de outra, “porque os juízes criminais não podiam intrometer na esfera do cível”. No entanto, depois de comprovada, a prática do crime podia-se incidentalmente transformar-se em causa cível, quando o crime podia ser punido com a restituição do dano, mas, antes disso, a separação devia ser resguardada, “por serem assuntos de jurisdições separadas”.³⁶

As causas cíveis envolviam as questões da propriedade, dívidas, heranças, família, tutelas em situações que ofendiam mais às partes e podiam encontrar ressarcimento com a restituição dos bens ou do devido. As causas criminais relacionavam-se às ofensas, injúrias, ferimentos, mortes, assuada, violência, infidelidade, ultrajando as partes e a República, pois ameaçavam o equilíbrio da coletividade. Segundo Cabral, o princípio do processo cível se dá pela citação do réu para que venha responder ao que se pede, enquanto “a causa criminal tem seu princípio na causa sumária, querela ou devassa”.³⁷

Os dois juízos tiveram trajetórias diferentes. Os processos cíveis tiveram aparecimento bem recente na história da Capitania. Já os processos-crimes tiveram um aparecimento mais tardio que os primeiros na Comarca do Rio das Mortes, e tudo indica que esse comportamento

³⁵ CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica jaudicial, muyto util, e necessária*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.36.

³⁶ CABRAL, *loc cit.*

³⁷ *Ibidem*, p.37.

não foi específico de São João del Rei.³⁸ Isso, no entanto, não assegura uma assimetria acentuada em relação ao reino, pois, em 21 de março de 1741, uma carta régia criou, separadamente, o lugar de Juízo do crime em relação ao cível na cidade do Porto.³⁹ Ambos são muito conhecidos em organizações arquivísticas como libelos, divididos em libelos cíveis e crimes. O volume de libelos cíveis é maior e muito mais antigo do que os crimes, embora os libelos-crimes também apareçam indexados como processos-crimes. Isso é mais ou menos aceitável, se se considerar que as causas cíveis lidavam mais com o direito de propriedade e que as causas-crimes tiveram um tratamento restrito até o século XVIII. Depois da segunda metade do século XVIII, o crime passou a ser o maior alvo de controle estatal e recebeu uma concepção diferente. No final do século, com Pereira e Souza,⁴⁰ o processo criminal já não se resolvia prioritariamente de forma sumária e apresentá-lo de forma mais direta foi a proposta que justificou suas “primeiras linhas”, aproximando-o mais da prática do foro.

O procedimento da causa criminal seguia uma ordem. Primeiro, tomava-se o conhecimento da prática de algum crime, os chamados “delitos”, por meio de três vias: a devassa, a querela e a denúncia. Segundo Pereira e Souza⁴¹ “a Devassa, a Querela e a Denúncia são os modos como se indaga dos crimes”. A devassa como um processo que *ex officio* se desenvolvia, era aberta por imposição legal, gerando uma forma de trabalho realizada em função do dever do ofício. “Devassa é a informação do delito tomada por autoridade do Juiz para castigo do delinquente e conservação do sossego público”.⁴² Dividiam-se em especiais, abertas para um delito específico e em gerais, para “delitos incertos”, casos que geravam os processos das devassas janeirinhas. “Querela é a delação que alguém faz em Juízo competente de algum fato criminoso por interesse particular ou público”, caberiam em casos da “Lei Ord. Liv 5º título 117”.⁴³

A terceira forma estava representada nas denúncias que funcionavam como motivo para se abrir as devassas como ação da justiça. “Denúncia é a declaração do crime público feita em juízo para se proceder contra o delinquente” para que “pelo ofício da justiça... ter

³⁸ Na Comarca de Sabará, sob a guarda da Casa Borba Gato, os libelos cíveis datam de 1727, enquanto os processos-crimes daquela comarca datam da terceira década do século XIX.

³⁹ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem cronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806.

⁴⁰ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem cronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806.

⁴¹ *Ibidem*, p.16-17.

⁴² *Ibidem*, p 19-21.

⁴³ *Ibidem*, p.34.

lugar nos delitos em que são caso de devassa”,⁴⁴ acrescentando que “difere a querela da denúncia em que os queixosos são obrigados a provar a sua queixa e os denunciantes só dão notícia dos fatos à justiça a quem pertence tomar o conhecimento”.⁴⁵ Sendo a querela a queixa que uma parte lesada fazia contra seus oponentes ela “difere da devassa, pois que nesta o Juiz procede em razão de seu ofício e na querela a requerimento da parte”.⁴⁶

Uma vez iniciado o conhecimento da existência de um crime, chegava-se à conclusão de que havia um culpado. Cumprida essa fase do procedimento no tratamento criminal, dizia-se que havia uma “culpa formada” e, em seguida, saía a “pronúncia”. Isso significa que a devassa e a querela eram procedimentos iniciais nos quais se investigava, de maneira ampla e geral, a existência de uma ofensa para que dela saísse um provável culpado. A “pronúncia” era um parecer do juiz para dizer que houve uma investigação, dela saiu um “culpado pronunciado”, e, para que esse culpado iniciasse o processo ordinário, no qual se procederia ao seu livramento ou sua à condenação com punição. Assim, os dizeres da “pronúncia” determinavam que o réu tal estava “condenado à prisão e livramento”. Indicava-se, portanto, pela denúncia, devassa ou querela a existência de uma probabilidade de culpa, da qual o indiciado, no caso específico, o pronunciado, estaria condicionado a provar sua inocência. O sistema judiciário do Antigo Regime funcionava com um pressuposto de culpa, ao qual se seguiria um processo de comprovação de inocência na etapa seguinte.

O processo ordinário, sendo “aquele que guarda a ordem solene do direito”, somente começava depois que o Juiz efetuasse a “pronúncia”, que tinha lugar após os procedimentos em que, “provado o crime, e descoberto seu autor, segue-se então a pronuncia”.⁴⁷ “Pronúncia é a sentença do Juiz que declara o réu suspeito de delito que faz objeto da devassa ou da querela contra ele dada e o põe no número dos culpados [...]”.⁴⁸

O processo ordinário era composto de partes, das quais a principal era o libelo. Por esse motivo, em muitos casos, o processo ordinário era também conhecido como libelo ou libelo-crime. A documentação estudada revela todas as partes desse procedimento, porque ela inicia com uma audiência que acontece a partir de três possibilidades. A primeira se relaciona

⁴⁴ *Ibidem*, p.47.

⁴⁵ *Ibidem*, p.35.

⁴⁶ *Ibidem*, p.43. A querela devia conter o juramento da “calúnia”, os nomes do queixoso e do querelado, o reconhecimento da pessoa do queixoso, a nomeação das testemunhas, a declaração do tempo e lugar do delito, a caução fidejussória quando foi dada por pessoa do povo, a subscrição do Juiz e do queixoso. Devia realizar-se dentro de um ano depois do caso acontecido.

⁴⁷ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescida com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.60.

⁴⁸ SOUSA, *loc cit*.

com a intenção do culpado de proceder ao seu livramento e, para isso, ele, enquanto culpado, faz a citação de sua parte para acusá-lo. Contrário a isso, é quando a parte ofendida cita o culpado para acusá-lo, porque acredita que ele está-se livrando de forma inadequada e, enquanto ofendido, o suplicante não aceita esse procedimento. Ainda a terceira possibilidade acontecia quando o crime era tomado pela justiça porque nenhuma parte havia comparecido para promover a acusação, então, a justiça citava o culpado e o fazia em nome da República ofendida.

Os processos ordinários de livramento não possuíam uma cronologia linear em função de sua especificidade. Na condição de autos, eles eram as inscrições resultantes de uma investigação em andamento há algum tempo e, por isso, eles registravam os acontecimentos a partir da data em que o procedimento de autos de livramento havia começado. Para proceder ao trabalho necessário ao livramento, os advogados impetravam inúmeras petições com a intenção de solicitar documentos considerados necessários para a defesa ou acusação das duas partes envolvidas no processo. Além disso, os autos colocavam lado a lado o relato e petições que qualquer uma das partes tinham feito para demonstrar seu argumento, o que resulta, hoje, em fonte inestimável de informação. Essa característica do processo-crime dificulta sua leitura e compreensão, embora apresente muitas possibilidades de pesquisa.⁴⁹ Até o ano de 1831, os processos-crimes mantiveram essa forma.

A ordem dos autos processuais seguiu uma tendência. Iniciava-se em uma audiência na qual havia uma citação feita pelo autor do processo que podia ser a parte acusada, o réu, ou sua parte acusadora, a parte ofendida, ou a justiça. Em seguida, a regra era que o réu apresentasse ou solicitasse sua carta de seguro. Era comum que o réu já comparecesse de posse dela. Não foi localizado nenhum caso em que o processo ordinário corria sem a carta. Proceder ao livramento era responder judicialmente pela culpa e pagar os custos do serviço, ao contrário dos presos ou fugitivos, que não faziam correr seus livramentos. Depois, uma das partes requeria o traslado do processo que formara a culpa de que estava se livrando no processo ordinário. Subsequentemente, como estratégias voltadas para a diluição da responsabilidade criminal, os autos se constituíam em uma coleção de traslados, petições de dilação, pedidos de mais testemunhas e investigações acerca da vida pessoal dos envolvidos, discordância da forma do processo, as chamadas exceções, tentativa de reversão da acusação e

⁴⁹ Muitos trabalhos sustentaram seus estudos nas fontes criminais e/ou libelos cíveis, no entanto, tais trabalhos são mais frequentes para o conhecimento do século XIX. Recentemente, algumas pesquisas têm-se dedicado aos estudos sobre o século XVIII, debruçando-se sobre esse material, como, por exemplo, a tese de doutoramento de Marco Antônio Silveira. (SILVEIRA, Marco Antônio. *Fama pública, poder e costumes nas Minas setecentistas*. 2000. 357f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/ USP, São Paulo, 2000.)

várias situações específicas de cada desavença compunham as partes introdutórias do processo.

Depois disso, vinha a fase intermediária, em que o juiz aceitava o libelo. Segundo os praxistas, um libelo é a “apresentação articulada dos argumentos” da causa, e ainda dentro dessa fase, havia o espaço para as réplicas e tréplicas, também chamadas de contraditas. Enquanto isso, o tempo transcorria e os processos se estendiam também em volume. Não foram raros os casos em que se duvidava do escrivão ou se pedia outro juiz, diante da alegação de que o magistrado ou o oficial não gozavam da confiança da parte.

Transcorrida essa etapa, seguia-se a fase conclusiva. Os autos eram aceitos e conclusos para a sentença final, sendo que, em todas as partes, cabiam embargos. Os processos, que assim se desenrolavam, raramente encontravam um desfecho. Era uma disputa acirrada e, ao que tudo indica, os tribunais não se preocupavam em colocar fim às desavenças que caíam na sua esfera institucional. Bater o martelo e dar uma sentença final parecia não ser o propósito. As audiências se tornavam um espaço das escutas dos direitos de todos os ofendidos, mantendo-se longe da preocupação de responder positivamente com sentença final. Os espaços dos tribunais possuíam uma estrutura funcional que não demonstrava interesse na conclusão das causas, eles mais pareciam com a pena do que com a atitude de julgamento do crime.

O segundo conjunto de fontes deste trabalho foi constituído do rol de culpados, que é uma listagem com os nomes dos réus pronunciados em devassa ou querela, elaborada na Comarca do Rio das Mortes a partir do ano de 1773. O rol de culpados da Vila de São João del Rei lançou os nomes dos culpados em três livros, com um registro ininterrupto no período correspondente ao intervalo entre os anos de 1773 e 1832. A determinação de inclusão no rol de nomes dos indivíduos pronunciados era oriunda de uma querela ou devassa, ou a partir de um julgamento sumário feito nas Câmaras. Havia, a partir de então, uma culpa formada e um suspeito “com nome no rol de culpados” e, subsequentemente, era expedido o mandado de prisão contra o réu. A prática criminal de Vanguerve orientava “que tanto o réu é culpado por devassa ou querela, o escrivão deve escrever seu nome no rol dos culpados antes mesmo de principiar a acusação”.⁵⁰

Os nomes dos culpados apareciam em ordem alfabética, ocupando duas folhas com as informações sobre a dinâmica da vida do indivíduo incluso no rol, distribuídas em colunas. A “culpa formada” era uma presunção de culpabilidade que impunha ao juiz a obrigação de

⁵⁰ CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica judicial, muyto util, e necessária*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.37.

ordenar ao escrivão que “lançasse o nome do culpado no rol deles”. Esses indivíduos deviam, após terem seus nomes no rol, proceder ao seu livramento, o que se fazia via um processo ordinário. O “livramento” era a forma de comprovar ou não a inocência para que o réu conseguisse ter seu nome riscado do rol, com uma anotação que o classificava como “livre”.

Várias anotações revelam que a circulação de notícias sobre os culpados era um hábito daquela sociedade, possibilitando o acompanhamento deles ao longo do tempo. Essa situação pode ser interpretada como uma extensão da malha da justiça no mecanismo de controle social dos perseguidos, abrindo caminho para a especulação acerca das formas correntes de comunicação no seio da sociedade do Antigo Regime.⁵¹ Ivan Vellasco localizou várias provisões e alvarás que regulamentaram a organização do rol de culpados, dentre as quais a “mais remota” é a Provisão de 23 de julho de 1814,⁵² muito embora não lhe tenha escapado que sua prática antecedeu essa data. Enfim, as constantes vistorias de correição neles registradas e sua formatação rigorosamente racionalizada comprovam a existência de instruções para a confecção do rol pelo menos desde o final do século XVIII.

José Joaquim Pereira e Souza apresentou a culpa em verbete no *Esboço de um dicionário jurídico, teórico e prático remissivo às leis compiladas e extravagantes*. Segundo esse praxista, a culpa se “extraí das devassas e se remete” de acordo com os alvarás de 7 de maio de 1761 e de 16 de novembro de 1771.⁵³

É possível que o rol de culpados tenha sido orientado pelo alvará de 1771. Os nomes dos culpados eram acompanhados de informações sobre o tipo de processo, data da pronúncia, tipo de crime, procedimentos legais e a situação do réu com a indicação do juiz responsável pela pronúncia. As informações sobre cor, condição, ocupação, moradia serviam para a identificação do réu, acrescidas com a tendência corriqueira à sociedade do Antigo Regime de classificar os seus indivíduos pelas marcas físicas e sociais. Todos os predicativos pessoais eram informações comuns ao lado dos procedimentos judiciais, com indicação do dinamismo vivenciado ao longo do tempo de livramento do pronunciado.

O acentuado padrão de controle e fiscalização do livro ilustra a exigência de “ter conhecimento” dos procedimentos judiciais tomados. Os termos que fazem a abertura do segundo livro são os seguintes:

⁵¹ A inclusão de culpados no rol continua a ser feita depois de 1832, mantendo-se até 1878, muito embora, depois dessa data, o livro apresente grandes interrupções. O índice de inclusões de culpados no rol foi predominantemente maior até 1832.

⁵² VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça*. Minas Gerais – século XIX. São Paulo/Bauru: EDUSC; ANPOCS, 2004. p.69.

⁵³ SOUSA, José Joaquim Pereira e. *Esboço de um dicionário jurídico, teórico e prático remissivo às leis compiladas e extravagantes*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1827. Tomo III.

Este livro há de servir para o Tabelião desta Vila e seu termo lavrar nele os culpados deste juízo ordinário na forma do provimento do Doutor Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca e vai numerado e rubricado por mim com mesma rubrica que se diz [...] e no fim leva encerramento. Vila de São João del Rei, 8 de fevereiro de 1791. Manoel da Costa Va. Boas e Ga.⁵⁴

O livro no qual eram registrados o nome e a vida processual dos culpados foi um trabalho de registro rigorosamente revisado em correição. Apresentando a data da segunda correição em 1778, outros registros de “correições” apareceram com datas de 1797 e 1798. A fiscalização do ano de 1792 o avaliou e rubricou com o seguinte parecer:

Está bem cumprido com este novo livro o Provimento posto no que até agora [...] com muito crédito do tabelião atual. E só tenho que advertir a este que nas cotas que puser em frente dos assentos de cada um dos culpados deve sempre declarar a data dos fatos referidos nas mesmas cotas, principalmente nos de apresentação de carta de seguro.⁵⁵

O ano de 1799 demonstrou um aumento no rigor de correção dos procedimentos. Há a notificação que tem como objetivo a prevenção dos abusos de custas, nos quais ficou registrada a prática de cobranças indevidas de serviços judiciais prestados. Os juízes não gostavam de cumprir com os procedimentos de devassa, pois delas não recebiam numerários suficientes e sempre que possível burlavam as leis sobre o assunto, tanto que ficou registrado em correição do ano de 1799 o visto que dizia:

Em a maior parte das devassas que vi achei estarem levando os Juízes ordinários selários por algumas ações de seus ofícios e jurisdição ao que prevendo declaro que conforme a Lei nenhum salário podem levar os ditos juízes ordinários pelo que é de seu ofício e só os podem levar pelo selo de suas sentenças - Distribuição e Contas que vai de sua competência. E pela inquiridoria das testemunhas poderiam nos casos em também estas lhe competem pela Ord [...] tt. 86 parágrafo 3 que são aquela que ficam em lugar dos inquiridores e contarem a citada Ord., como se da inquisidoria das devassas que se puseram em livramento que são as que foram em lugar dos inquiridores, e são das testemunhas das querelas e devassas quando sendo também as inquirições de ofício de julgador e deste dos juízes ordinários não podem estes haver delas a pagar. E advirto mais, que é obrigação do Alcaide ou Meirinho requerer as testemunhas e vence é o salário de sua ida. Pelo que se reforme os contos das diversas devassas. Rubrica Silva. Visto em Correição.⁵⁶

⁵⁴ AMRSJ. Rol de Culpados, livro 1, p.1.

⁵⁵ *Ibidem*, p.191.

⁵⁶ AMRSJ. Rol de Culpados, livro 1, p.192.

Antes disso, no ano de 1793, o “visto em correição” ditava a advertência, revelando a insistente lembrança de como deveria ser o procedimento padrão. O ouvidor dizia que tornava “a advertir ao tabelião que, nas cotas relativas ao estado dos culpados ou de seus processos”, para que pusesse sempre “a data dos fatos, conteúdos, nas mesmas cotas” e, em seguida, rubricasse seu trabalho. No final do século, as correções se mostraram anuais com datas em sequência conforme se observa no “visto em correição de 1794”, seguido de dois outros, em 1795 e em 1796.

O “Livro Um” também apresenta o “visto em residência do Dr. Luis Antonio, assinado por Bernardes de Carvalho” em São João del Rei, em 23 de maio de 1796, o que demonstra que os dois livros foram usados simultaneamente.⁵⁷ Nele, acentuam-se tanto o trabalho de controle, como as preocupações em normatizar os comportamentos dos oficiais de justiça. A sequência de correções é concluída com uma última que rigorosamente situa as páginas que estão em desacordo com o modelo exigido.

Obedeça (?) inviolavelmente os primeiros provimentos retro e o último. Declarando-se na sua cota em frente dos nomes dos culpados os que são mortos, livres ou correndo livramento e se davam Rol de Culpados ao julgador declarando juntamente o que o oficial de justiça e os mandados de prisão os quais oficiais devem assinar motivo, os dias, mês em que os [...] e para se lhes pedir contadas diligências. O escrivão que servir este ofício cumprirá exatamente este provimento com dele se diz (?) e evitara a interrupção da boa ordem com que se principiou este livro e ter a admira preventiva a folha 20 = 145 = 182 e a seguinte 189 e as seguintes. São João del Rei dito dia supra.⁵⁸

As páginas destacadas na notificação são aquelas nas quais os escrivães dividiram a página dupla em duas partes e nela incluíram duas listagens de nomes, deixando de usá-las para fazer anotações sobre a vida dos presos. Isso aconteceu na ordem alfabética das letras com excesso de pessoas porque havia maior incidência de nomes iniciados com tais letras.

A elaboração de listas de culpados encontra seus antecedentes na organização eclesiástica. Anita Novinsky⁵⁹ localizou nos depósitos do Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, dois livros de rol de culpados para os judeus ou os adeptos de “práticas judaizantes”. Segundo ela, em 1605, os inquisidores iniciaram a composição de um livro que contivesse o registro dos nomes de todos os portugueses suspeitos de qualquer culpa contra a fé e os

⁵⁷ AMRSJ, *loc cit.*

⁵⁸ AMRSJ, *loc cit.*

⁵⁹ NOVINSKY, Anita. *Inquisição: rol dos culpados - fontes para o estudo da história do Brasil. (século XVIII)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992. p.XV.

costumes, onde quer que se encontrassem. O repertório de nomes passou a ser elaborado desde aquele ano de 1605, e manteve-se essa a prática até o período pombalino, quando a distinção entre cristãos novos e cristãos velhos foi suspensa por decreto daquela administração. A entrada dos nomes por ordem alfabética era acompanhada de descrições acerca da vida dos inscritos, nas quais se registravam informações sobre filiação, parentesco, culpa e uma série de notas ao longo do tempo. Essa prática, inserida em um contexto de facultar à inquisição portuguesa alguns elementos de maior organização, pode bem ter sido a inspiração para o rol dos culpados aplicado ao juízo contencioso.

No entanto, o aspecto que diferenciou os dois repertórios de nomes relacionou-se à política de carceragem. Para os judeus, tudo indica que o cárcere foi punição efetiva pois a autora localizou a sentença de “hábito e cárcere penitencial perpétuo”,⁶⁰ para a maioria dos casos, divergindo do que foi encontrado para os crimes da jurisdição contenciosa.

1.3 O processamento dos dados

O processamento desses dois fundos documentais da Comarca do Rio das Mortes no período de 1769 até 1831 não demonstrou resultados destoantes da tendência geral do Império. Dentre todo o movimento de transformações das últimas décadas do século XVIII, nenhum outro campo do direito assistiu a maior impacto de transformações que o direito penal.⁶¹ Depois que o alvará de 5 de setembro 1774 proibiu aos vereadores responder judicialmente pelo “conhecimento final de causas cíveis ou crimes”, o trabalho processual teria que ganhar novas orientações profissionais. Conhecer os crimes passou a exigir que os processos ordinários fossem cumpridos e que os criminosos fossem listados em rol de culpados.

Na Comarca do Rio das Mortes, o volume de processos criminais apresentou um crescimento sistemático como indicou o GRÁFICO 1.1. Os remanescentes das fontes criminais indicam sua gradual aplicabilidade na cabeça da Comarca e sede de Ouvidoria, permitindo pensar hipoteticamente que as práticas de escrever os autos criminais ganharam muito maior frequência, produzindo os grossos volumes de páginas encadernadas chamadas

⁶⁰NOVINSKY, *loc cit.*

⁶¹ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p.545 *et seq.*

de libelos-crimes e/ou processos-crimes, que foram na verdade a representação local do chamado processo ordinário ditado nas leis portuguesas e ensinado nos manuais da prática forense publicados com o trabalho dos praxistas.

**GRÁFICO 1.1 - Crescimento dos autos na Vila de São João
a partir de 1795**

Fonte: Arquivo Regional de São João del Rei. Fundo dos processos-crimes.

Enfim, pensados em conjunto, o crescimento dos autos criminais em termos locais podem ser combinados com a tendência crescente na organização da justiça penal. O debate acerca das questões organizacionais, quer seja do código criminal, quer do processo criminal demonstraram o quanto o modelo administrativo esteve colado ao processo da justiça e a atenção dos tratadistas, que se desdobraram em esforços de constituição de manuais explicativos da prática forense, fornece elementos para a reflexão acerca da manifestação local de um movimento mais geral.

Trabalhar com a lógica de que os processos receberam gradualmente um tratamento escrito resulta em conclusões diferentes daquelas a que se chega quando se atribui a situação de inexistência ou de escassez dos processos à perda de documentação.⁶² Ora, pensar historicamente é permitir que as lacunas falem, entendendo a aurora das situações. O

⁶² Nesse sentido, discordamos das afirmações feitas no estudo sobre a sedução da ordem, em que Ivan Vellasco se queixa da “incúria dos homens” e da perda de processos na comarca. (Cf. VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça*. Minas Gerais – século XIX. São Paulo; Bauru: EDUSC; ANPOCS, 2004. p.66-67).

preenchimento das lacunas deve ser interno e conter as sinalizações que os procedimentos históricos apontam. Isso significa alertar sobre os cuidados teóricos exigidos em situações de transposição da expectativa de um tempo para outro, de acordo com a diferenciação estabelecida por Schorske entre pensar com a história e pensar sobre a história.⁶³ Dentro dessa lógica de raciocínio, pode-se dizer que a curva ascendente dos processos existentes na Comarca revela um crescimento das práticas escritas dos processos em substituição a antigas práticas verbais autuadas nas Câmaras Municipais.

GRÁFICO 1.2 – Processos-crimes no arquivo regional de São João del Rei

Fonte: Arquivo Regional de São João del Rei. Fundo dos processos-crimes.

O crescimento numérico dos processos sugere que o tratamento criminal foi muito acentuado na década de implantação do Império do Brasil. Tal período lançou o debate acerca da justiça como tema privilegiado do ideário nacional, contribuindo com a proliferação do campo de discurso dos liberais.⁶⁴ No entanto, cumpre avaliar o cenário histórico em que tais processos foram instaurados.

O processamento do rol de culpados permitiu tangenciar outras situações históricas. Ao exercer sua função de registrar o nome dos culpados e acompanhar a dinâmica processual, o rol apresenta os procedimentos aplicados ao longo do tempo, demonstrando assim que diferentes segmentos sociais apresentaram comportamentos díspares. Os nomes, os

⁶³ SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

⁶⁴ Sobre o assunto, conferir CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

procedimentos legais, os crimes, a prisão, o envio dos réus à junta da justiça, a fuga, a participação em campanhas de guerras, seguidas ou não de morte, são elementos constantes nas informações registradas nos livros. Para além disso, a inserção no “número dos culpados” incorpora mais do que nomes de pessoas socialmente vistas como parte da escória ou como os marginais daquela sociedade.

A utilização do rol como fonte de pesquisa privilegiou o estudo das condições dos culpados. Os sujeitos envolvidos nas redes do juízo contencioso foram representativos de sua sociedade, bem como a parcela de pessoas com nomes escritos no rol de culpados, e a opção de estudo foi dada pela transformação do rol de culpados em um banco de dados. Para confeccionar o banco de dados, foram mantidas as cores dos réus com alterações apenas para três caboclos, que foram substituídos por pardos. Assim, os homens do banco de dados tiveram suas cores classificadas como pardos, mulatos, pretos, brancos, cabras, mestiços.

A informação sobre o lugar de moradia do réu apresentou 114 pessoas listadas como “moradores nesta Vila” ao lado das ocorrências que trataram os subúrbios e outros arraiais. As ocupações, obviamente, descortinam mais diversidades da sociedade em questão. Em primeiro lugar, há a diferença que envolveu o oficial e o aprendiz. O rol demonstra que a etapa do aprendizado profissional gerava uma diversificação social e foi uma preocupação da sociedade. A inserção em profissões, com o subsequente domínio dos afazeres, é investimento de médio prazo, revelado na separação entre os oficiais e aprendizes, embora o trabalho de categorização do banco, para efeito de análise quantitativa, foi forçado a abdicar dessa diferenciação. Outro desdobramento, inicialmente apresentado na fonte, que também exigiu padronização, foi a apresentação de dois exercícios de ofícios. Optou-se por manter o primeiro listado.

As ocupações das pessoas com nome incluso no rol de culpados eram principalmente ferreiro, capineiro, caldeireiro, oficial de justiça, negociante, capitão, agregado, lavrador, sapateiro, latoeiro, carcereiro, carpinteiro, viajante, ourives, capitão do mato e oficial de tropa de linha, contendo diversas patentes de tenentes, capitão, furriel etc.⁶⁵

⁶⁵ Essa estrutura ocupacional está em conformidade com o cenário urbano da Vila, que, por sua vez, arrebanhava os arredores rurais, e permite lembrar o caráter da diversidade econômica das microrregiões inseridas no mundo mineiro, bem como os “ensaios de industrialização” sugeridos por Douglas Cole Libby. Na obra *Transformação e trabalho em uma economia escravista - Minas Gerais no século XIX*, o autor acentua o quadro social que adensava o núcleo minerador desde o século XVIII. (Cf. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista - Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988). Outro trabalho que salienta a regionalização e diferentes níveis de desenvolvimento econômico nas Minas é o estudo de Clotilde de Andrade Paiva. (Cf. PAIVA, Clotilde de Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1997. 229 f. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH, USP, São Paulo, 1997)

A nacionalidade também foi elemento de preocupação dos elaboradores da lista, indicando que o ordenamento jurídico na sociedade escravista impunha conhecer as origens dos africanos. Ela foi registrada fundamentalmente para os homens de cor, predominando a indicação para os de condição escrava. A demonstração da nacionalidade registra a presença de crioulos, monjolos, angola, congo, cabo, cassange, preto de nação, benguela, rebolo, mina, riomba, cafango, nagô, costa da África, cabinda, guiné e apenas um “hespanhol”.

O registro já apresenta os indícios daquilo que, em décadas posteriores, se transformaria no problema político que colocaria em cena a necessidade de definir que atores históricos deteriam o estatuto da cidadania no Brasil. Tema amplamente debatido desde os momentos iniciais da instalação da Assembleia Constituinte que, certamente, impôs o silêncio a muitos defensores de outras propostas de composição cidadã, legando sérios problemas para a organização do código civil brasileiro. Tal temática já se encontrava presente no conhecimento dos culpados. Sabe-se o quanto os debates jurídicos demonstraram os apuros para dar conta dos direitos civis e da constituição da cidadania brasileira. Ora, a nacionalidade dos negros, explícita no rol, evidencia que os não-brancos não são considerados nacionais. Ao registrar nomes que compõem uma fração representativa de toda a sociedade, o rol, de forma muito sugestiva, define a não-nacionalidade imperial e, mais tarde, brasileira, para os africanos aqui presentes.⁶⁶

A imensa dificuldade de padronização dos crimes resulta dos relatos, eivados de paixão, sobre os acontecimentos com seus depoimentos contagiados pelo caráter pessoal da parte que se sentiu ofendida. Os tipos de crimes demonstram o quanto o ofendido contribuiu para o agravamento do delito, abrindo uma possibilidade de reflexão sobre a inexistência da individuação do crime. Não existia uma definição para estabelecer o que era uma prática criminosa e a qual pena o sujeito praticante estava submetido. Em lugar disso, existia uma classificação para os ofendidos e ofensores que impunha gradações delituosas ao ato criminoso praticado. A gravidade do ato criminoso se mostrou bastante relacionada com a diferenciação social dos indivíduos.

A padronização dos crimes foi feita seguindo as categorias de delitos cometidos contra a pessoa e foram classificados em porretada, pancada, ferimento, bofetada, morte. Situações específicas definem o tipo de crime e conservam os ecos de certos valores guardados na sociedade como, por exemplo, ferimento no rosto, quebração de braço, pancadas com

⁶⁶ Sobre o debate da constituição da cidadania no Brasil ver GRINBERG, Keila. “*O Fiador de Brasileiros*”: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. 2000. 423f. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2000; MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ferimento, surra, ferimento por faca etc. As mortes resultaram de “matar com facada”, de “dar porretada e depois morrer, ferir com tiros e depois vir a morrer”. Ferir o rosto e o porte de armas eram delitos bastante combatidos.

A segunda categoria foi estabelecida pelos crimes de violência armada: tiro, porte e transporte de arma, facada, arma pontiaguda, como também situações hilárias do tipo “atirar com arma que não funcionou” e ainda “atirar com arma carregada”.

A terceira categoria de delitos foi caracterizada pelos crimes contra a propriedade. Neles se incluíam os furtos, arrombamentos, furtos de reses, de escravos. Há grande incidência de furto de gado vacum, de porcos, e de “mandar colher roça de milho do outro”, de “arrombamento de casa para roubar”, bem como os furtos de peças irrisórias como de frutas, como uvas e jabuticabas. Havia ainda aqueles sujeitos afeitos aos costumes de pular os quintais para colher frutos de outros.⁶⁷

O quarto grupo de crimes foi identificado com os delitos contra a sociedade. Dentre eles apareceram os adultérios, rapto de mulher, com indução, roubo de escravo, insurreição, sedição, levante, assuada, resistência à justiça, insultos e estelionato, além de um caso de mulher “vadia”. Atividades como induzir e ocultar escravos, roubar escravo com indução, participação em rebelião de escravos, resistências e insultos à justiça, bem como insultos à pessoa privada foram crimes presentes nas culpas dos réus.

Os crimes de responsabilidade, o de fuga e tirada de presos da cadeia, quer oferecendo facilidade para a fuga, o que podia ser feito de fora ou de dentro da cadeia, estiveram ao lado dos que, arrombando a cadeia e fugindo, mataram e feriram. Há também o crime que registrou um adjetivo no lugar de um ato praticado, como vadia, ladrão.

Predomina como horário do crime o noturno para os casos em que essa indicação foi feita. Ele vem carregado do conteúdo disciplinador que indica a noite como o momento mais propício para a prática da transgressão. A data constante é a da pronúncia, quando o Juiz sempre determina que “ponha o réu no número dos culpados”.

O local do crime se apresentou muito resistente à padronização. Muitas variações de composição dificultaram a criação de categorias para os lugares. A insuficiência geográfica, o constante movimento na sociedade, a escassez de informações sobre os delitos, ou ainda a presença no documento de uma marca social, impressa pelo carimbo dos depoimentos de pessoas que denunciavam os crimes, impediu que se quantificasse a proliferação de atitudes

⁶⁷ AMRSJ. Processo-crime, Caixa 76, doc. 5, 1820. Cazemiro José Gomes da Silva Flores. O Alferes Cazemiro Flores era antipatizado por seus vizinhos por cultivar o péssimo hábito de pular muros, roubar frutas e destruir as árvores dos pomares.

criminais. Não foi possível traçar qualquer região como território mais afeito à criminalidade. Vilas, arraiais, estradas, ruas, casas dos ofendidos ou ainda a cadeia foram pontos de queixa de cometimento de delitos. Nas fazendas, nas festas, enfim, todo lugar era potencialmente um ponto para se perpetrarem os delitos. Sintomática de uma sociedade avessa às regras de disciplinarização, as queixas provinham dos mais distantes lugares. As fazendas demonstraram muitos atritos de vizinhança e terras.

O rol de culpados contemplou pessoas oriundas dos distantes pontos da Comarca do Rio das Mortes, como os culpados das Lavras do Funil, englobando aí seu arraial ao lado de seus distritos. Para os casos nos quais há indicação do lugar de ocorrência dos crimes, houve 62 pronúncias para os delitos cometidos na cadeia da Vila, apontando, assim, os inúmeros crimes de “arrombamento e fuga ou tirada de preso da cadeia”. Isso pode indicar uma situação de maior incidência de assédio à cadeia, como também pode sugerir que esse tipo de crime ganhasse maior ênfase por parte dos escrivães, responsáveis pela anotação da vida dos culpados.

Outro número detectado é a cifra dos 25 casos em que os crimes aconteceram na casa do ofendido. Outro total conseguido foi o 24 sítios como o local do crime, demonstrando a ocorrência de desavenças ocorridas em pontos distantes das Vilas e arraiais. A Rua da Cachaça, local de festa e encontros na Vila de São João del Rei, foi uma frequentadora da lista, registrando que a “pracinha do fim da Rua da Cachaça desta mesma Vila”, ou que “nesta Vila na Rua da Cachaça”, ou, ainda, “na Rua Cachaça desta Vila”, representou um local de movimentação e, ao que tudo indica, foi ponto bastante apreciado. A frequência com que a Rua da Cachaça apareceu nos processos permite destacá-la como propícia à eclosão dos conflitos interpessoais.

A movimentação da sociedade estudada foi evidenciada pelos locais como a “estrada nova que se estava abrindo para a estrada do Rio Negro”, a “Rua do Curral desta Vila”, o “Caminho do Rio de Janeiro”, ou ainda “nesta Vila, na estrada ao pé do rio” e “na entrada geral do mesmo Rio das Mortes Pequeno” compuseram outras formas de registro. A Fazenda da Roça Grande, termo da Vila de São José, foi o endereço do ofendido colocado no rol por duas vezes.⁶⁸ O local do Retiro do Conga, fazenda do Dr. Joaquim da Silva, Distrito de São Miguel da Laguna, registrou seu endereço três vezes. Como também a “Fazenda da Bella Cruz, pertencente ao finado Jose Francisco Junqueira”, que sediou o levante de 1833, legou o

⁶⁸ A fazenda da Roça Grande esteve entre as maiores fazendas escravistas do Termo da Vila de São José, apresentou um número de 87 cativos na lista nominativa de 1838. Pertenceu ao arrematante de contratos de passagem do Rio Grande. (Cf. TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito (1780-1850)*. São Paulo: Annablume, 2007.)

nome dos culpados para o rol.⁶⁹ Para completar a lista das fazendas, o acontecido “na fazenda e casa de D. Tereza M^a de Jesus, viúva do Capitão Jose Ferreira Martins no Rio do Capivari, Freguesia das Lavras do Funil desta Vila” também foi relatado no rol.

Essas observações corroboram a presença do mundo das fazendas e a vitalidade que estradas e caminhos ganharam nas primeiras décadas do século XIX.⁷⁰ O movimento de revisão historiográfica, iniciado a partir dos anos 70, desde muito cedo, discutiu a vida e a diversificação econômica centradas no mundo das fazendas na região da Comarca do Rio das Mortes, o sul histórico de Minas. A abordagem sobre as fazendas demonstrou o destacado papel social e econômico exercido pelo grupo de proprietários mineiros de terra e escravos.⁷¹ Os relatos criminais e os delitos cometidos demonstram, em suas entrelinhas, o caráter da mobilidade, da circulação pelas estradas, da posse de cativos e das brigas por terras e riqueza em que a região esteve mergulhada. Os proprietários eram os homens que apareciam em longas demandas, mas também foram pessoas que, ao lado da proposta social de marginalização da significativa parcela de desenraizados e vadios, exerceram a função privada de disciplinar os meios rurais, sobretudo na região da Comarca. As brigas entre os dois mundos privados envolviam o leque das possibilidades daquela socialização em vigor.

Fonte imensa de informações, o rol sugere um levante de escravos ou de negros capineiros no ano de 1776,⁷² registrou-se que “consta que o réu era homem alto e corpulento”. Denomina-se o ocorrido como “devassa do levante dos negros capineiros”. Esse réu foi pronunciado pelo Juiz Ordinário, o Capitão Antonio Jose de Castro, em devassa por crime de levante e morte. Há evidência da utilização dos culpados, como o disse Teixeira Coelho, em lugares “úteis”, pois há o caso em que se registrou ter o culpado acabado “morto de um tiro na campanha do Rio Verde”.

Os muitos distritos com presença nominal demonstram a abrangência dos processos. A Vila de São João del Rei era a cabeça da Comarca, sediava a corregedoria do Juízo da Ouvidoria, instância onde as cartas de seguro eram requeridas. Os processos saíam em autos

⁶⁹ Sobre a rebelião dos escravos de Carrancas, conferir ANDRADE, Marcos Ferreira. *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais. (1831-1840)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996. 253f. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 1997.

⁷⁰ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. Cf. o capítulo que trata o assunto das estradas e da integração centro-sul.

⁷¹ Sobre o universo das fazendas e o amplo debate revisionista sobre a economia e a sociedade nas Minas Gerais, ver principalmente MAXWELL, Keneth. *A devassa da devassa*; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*; PAIVA, Clotilde. *Economia e população nas Minas oitocentistas*. Tais obras representam os principais trabalhos norteadores do estudo sobre o mundo econômico, do trabalho e das fazendas, realizadores de uma revisão historiográfica que gerou inúmeros trabalhos monográficos sobre o tema.

⁷² AMRSJ. Rol de Culpados, reg. 381. Ano de 1776. Notícia do Levante.

dali para instâncias superiores ou para serem julgados pela junta na Capital da Província. Há evidências noticiadas no rol de culpados de criminosos transferidos com seus autos processuais.

1.4 O recorte cronológico e o tema: uma alquimia

Os marcos cronológicos desta pesquisa envolveram o período entre os anos de 1769 até o ano de 1831. A data de 1769 se distinguiu com a publicação da Lei da Boa Razão em Portugal; o ano de 1831 assistiu à publicação do Código Criminal do Império no Brasil. Embora o recorte incluía, em seu interior, o marco político da separação colonial, as formas de trabalho da justiça criminal não tiveram, no ano de 1822, um divisor significativo. Na verdade, a década de 20, no século XIX nacional, apresentou os sinais de um intenso debate, instigado pela insatisfação geral com a administração da justiça, que levaria à implantação de uma racionalidade voltada para o conhecimento dos números de culpados e presos na Província. A troca de informações entre ouvidores, juízes e presidentes de Província diagnosticava a situação criminal, reconhecia os conflitos e, no máximo, antecipava medidas, sem, contudo, estabelecer uma ruptura definitiva com a legislação portuguesa. Essas medidas sinalizavam a preocupação que o tema despertava, e até a publicação do Código Criminal, no ano de 1831, permaneceu a vigência das *Ordenações Filipinas* na orientação legal da prática criminal.

A publicação do Código Criminal representou a principal mudança que, de fato, afetou o tratamento criminal. Na pretensão de modernização do sistema penal, ele conceituou racionalmente os crimes, definiu categorias criminais e traçou as medidas punitivas de acordo com as qualidades dos crimes. A partir do Código, a carta de seguro desapareceu. No entanto, enquanto transcorria o debate, e os preparativos administrativos para as transformações legais avançavam, algumas medidas instrumentais eram tomadas como garante de funcionamento do carro-chefe. Em 1823, o decreto do dia 20 de outubro estabeleceu que “ficam em inteiro vigor na parte que não tiverem sido revogadas” as ordenações, leis, alvarás decretos e resoluções promulgadas pelo Rei de Portugal “para por ellas se regularem os negócios do interior deste

Império”, enquanto não forem alterados, e aguardando que se organizasse “hum nosso Código”.⁷³

O parecer de 31 de agosto de 1829 determinou que o código criminal seguiria as linhas-mestras do projeto apresentado por Bernardo Pereira de Vasconcelos em detrimento do projeto de autoria de José Clemente Pereira. Os dizeres do parecer dão uma noção da conjuntura em que a situação criminal do Brasil foi discutida, afirmando que “nós não temos código criminal”, pois, não “merecendo este nome o acervo de leis desconexas, ditadas em tempos remotos” e ainda “sem conhecimento dos verdadeiros princípios e influenciados pela superstição e grosseiros prejuízos”, as práticas penais, “igualando às de Draco na barbaria, excedendo-as na qualificação obscura dos crimes” que impunham “penas e faltas a que a razão humana nega existência e outras que estão fora dos limites do poder civil”.⁷⁴

As críticas ao sistema penal vigente foram contundentes. Ao aprovar o projeto do código criminal, o parecer revela o severo julgamento reservado à codificação portuguesa que fora vista como “espelho, onde se refletia, com inteira fidelidade, a dureza das codificações”, modelo em que se expressava “um mixto de despotismo e de beatice, uma legislação híbrida e feroz” porque “inspirada nas falsas ideias religiosas e políticas” que, invadindo “as fronteiras da jurisdição divina”, somente faria “confundir o crime com o pecado”.

No conjunto, as ideias do parecer e do projeto do código criminal foram herdeiras do pensamento que reformou a Universidade de Coimbra. É de suma importância lembrar que a década de 1820 no Brasil representou o amadurecimento dos ventos soprados desde 1769. A Lei da Boa Razão abriu uma era de tratamento legalista no mundo português em que se investia maciçamente no direito majestático de impor as leis e, mais do que meramente aplicada no âmbito discursivo, seguiu-se a ela um conjunto de medidas de amplo caráter reformista. Três anos depois, os Estatutos da Universidade ganharam nova versão, reformando currículos, introduzindo cadeiras estratégicas na formação dos juristas.⁷⁵ Aos detentores das novas cadeiras se colocavam tarefas, tais como “expor de modo sintético e compendioso”⁷⁶ a matriz doutrinária do direito português.

⁷³ COLLEÇÃO das Leis do Império do Brasil desde a Independência. 1822 a 1825. 2.ed. Ouro Preto: Na Typografia de Silva, 1856. v.1, p.185-186.

⁷⁴ PIRAGIBE, Vicente. *Legislação penal: do Brasil e do estrangeiro*. São Paulo: Saraiva, 1932. v.2, p.14.

⁷⁵ Para o momento das mudanças nos Estatutos da Universidade, um estudo que procura demarcar a confluência desse mundo sobre a parte ultramarina pode ser encontrado em VALADARES, Virgínia. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri, Portimão: Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004. Sobre as noções da maturidade de Coimbra reformada ver CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 e NEVES, Lúcia Maria Pereira da. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.

⁷⁶ SAMPAIO. Francisco Coelho de Sousa e. *Prelecções de direito pátrio público, e particular, offerecidas ao serenissimo senhor d. João Príncipe do Brasil*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1793. Prólogo, p.VII.

Cumprer ressaltar que a Lei da Boa Razão é tomada, neste trabalho, como uma demarcação cronológica, não sendo assumida conceitualmente como algo isolado das tendências mais gerais no pensamento político português. Outras medidas de amplo espectro foram tomadas em paralelo, constituindo, ao lado da Lei da Boa Razão, um conjunto de fatores que se fortaleciam reciprocamente. Antes e depois dela, tiveram lugar, na administração pombalina, a criação da Intendência Geral da Polícia, as mudanças na lei testamentária, a já citada reforma da Universidade portuguesa, as mudanças nos autos de fé, a expulsão dos jesuítas. Todas essas medidas se fortaleciam, compondo a tão conhecida e polêmica era da administração pombalina.⁷⁷

Nesse conjunto, o debate sobre as questões jurídicas, sobretudo a parte referente ao direito penal, ocupava lugar de grande destaque. A administração da justiça nas Minas encontrou no regimento dos ouvidores um tratamento especial, quando o dia 10 de outubro de 1754 conviveu com a divulgação de dois modelos regimento. O conteúdo, salários e funções de oficiais de justiça, para a região de Minas, seriam diferentes de um outro “geral para Beira-Mar e Certo”.⁷⁸ O “Alvará de Regimento dos Salários e Emolumentos dos Ministros e Officiaes de Justiça de Minas no Brasil” teve o seguinte preâmbulo:

[...] Eu El Rei faço saber ... alvará em forma de lei virem: que tendo particular cuidado na conservação dos meus domínios na América, o qual depende muito a boa administração da Justiça e tendo já especialmente para o distrito das Minas, mandado fazer Regimento dos Salários [...] no ano de 1721 pelo Governador de Minas D. Lourenço de Almeida [...] Sou informado que aquele Regimento se não cumpre inteiramente em as Comarcas das mesmas Minas, e em outras, ou pela maior distância delas ou pela divergência dos governos, introduzindo-se salários excessivos, que se pretendem continuar por estilo e com pretextos menos justificados, em prejuízo dos povos; e querendo desterrar os abusos e excessos nesta matéria, porque em todas as Comarcas e distritos das Minas se observe um só Regimento [...] em forma tal [...]sem vexação dos povos e excessos que levão [...] Se observe o seguinte regimento [...].⁷⁹

⁷⁷ Assunto de grande atenção historiográfica que congrega vários clássicos dentre sua leitura obrigatória. Para citar somente alguns, visto que o tema, embora de suma importância, não representa o principal escopo deste trabalho, citam-se: MAXWELL, K. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; MONCADA, L. Cabral. *Estudos de história do direito*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1950; FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982; FERREIRA, Valdemar. *O direito público colonial do Estado do Brasil sob o signo pombalino*. Rio de Janeiro: Editora Nacional do Direito LTDA., 1960; AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa do Brasil: a administração pombalina*. 2.ed. Brasília: FUNCEP/Ed. Universidade de Brasília, 1983.

⁷⁸ COLLEÇÃO da Legislação Portuguesa desde sua ultima compilação das *Ordenações*, redigida pelo Desembargador Antônio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Na Typografia Maignrense, 1828. Alvarás de 1754, p.315, 327.

⁷⁹ A referência no preâmbulo do Alvará de 1754 sugere a permanência do descumprimento de medidas tomadas desde 1721. Uma comparação entre as duas medidas revela a extensão gradual dos tentáculos governistas sobre

A centralidade que o tema da justiça ocupou na administração geral do Império português foi conservada até a publicação do Código Criminal de 1831, permitindo trabalhar com a hipótese de que, em termos de aplicação do direito penal no território das Minas, na Comarca do Rio das Mortes, esse período possa ser concebido como representante de uma etapa das transformações penais. Isso implica também a possibilidade de compreendê-lo envolto em questões de caráter mais amplo, como a função política que envolvia a aplicação da justiça. Pode-se também refletir acerca do significado que guardaram, para a administração governativa do Antigo Regime, a vinculação e a separação do sistema judiciário às funções do governante.

Os poderes concentrados pelo monarca, com a função distributiva das graças e perdões, assumindo uma performance de rei misericordioso, detentor da liberalidade régia, frente a uma legislação sanguinária, que a tudo punia e decretava o degredo ou pena de morte para grande parte dos delitos, consagravam a figura de um rei amado e temido. Tal situação somente seria rompida no Brasil com a publicação do Código Criminal do Império em 1831. A atualidade dessas práticas governativas foi ainda mantida no Brasil e esteve presente nas notícias de Robert Walsh.⁸⁰

Discorrendo sobre o exercício administrativo no Brasil, Walsh, que não foi uma voz dissonante do coro entoado acerca do mau funcionamento da justiça no território do Brasil, salientava o aspecto da administração corrupta da justiça no Rio de Janeiro. Segundo seu depoimento, “a administração da justiça no Brasil talvez [fosse] a maior mágoa que o povo brasileiro [carregava]”. Referendando seu comentário, diz que o salário dos juízes era muito baixo e era complementado com a aceitação do suborno e, para corroborar sua opinião, ele narra situações casuais, escrevendo que um respeitável comerciante lhe dissera que tinha acabado de ganhar uma causa importante, mas que fora perdida, mediante o suborno aceitado

as Minas, o que pode ser observado na carta dirigida ao governador Dom Lourenço, em 1721, sobre o novo regimento dos oficiais. “Os oficiais da Câmara de Vila do Carmo e outras pessoas zelosas do bem público me representaram, que os ministros e oficiais de justiça e fazenda que me servem nas Minas Gerais levam tão exorbitantes salários pelas assinaturas, escritas e diligências que se fazem intoleráveis aos povos; e porque convém remediar este dano, vos ordeno que logo que tomares posse do governo, mandeis chamar perante vós dois ouvidores dos que tiverem acabado os seus lugares e com eles fareis uma pauta na qual se trazem os salários proporcionados ao citado da terra e de sorte que nem os povos sintam o que até agora experimentam, nem os Ministros e oficiais fiquem sem os emolumentos necessários para a sua sobrevivência e de tudo o que obrarem nesta mesma me dareis conta com a mesma pauta para haver de a confirmar, ou reformar como for servido: porém o que ajustares com os ditos ouvidores fareis logo executar provisionalmente para que se observe, enquanto eu não mandar o contrário. Escrita em Lisboa aos 26 de março de 1721. Rei.” (REVISTA do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, ano XXX, p. 130, 1979). Os dois textos demonstram terem sido as medidas, gradualmente, implantadas no território das Minas. Iniciando a denúncia pela Vila de Mariana, em 1721, a segunda carta se refere às comarcas e regiões mais distantes.

⁸⁰ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. p.206.

por um juiz que não se envergonhava de desfilar pela cidade com uma carruagem inglesa, recebida em paga, concretizando publicamente a prova de sua corrupção.

Mas, ameniza o autor, havia um único tribunal justo ao qual o povo podia recorrer e “se fazia imune a esse tipo de influência mercenária”: era o trono do imperador. O expediente do tribunal do imperador era uma audiência aberta todas as manhãs de sábado, “onde as pessoas mais humildes da sociedade [podiam] pedir retificação da sentença”. Ele insiste no caráter universal da medida, registrando que a “única exigência é portar um tricórnio” e que, ao “entrar e aproximar-se do trono corajosamente”, o requerente é “ouvido e ajudado”.

Como o autor se dispôs a relatar o que viu e o que ouviu, ele selecionou uma cena, dentre as muitas que lhe foram contadas. Segundo Walsh, um cidadão bem-situado e de influência, muito conhecido, tinha-se apaixonado pela esposa de um juiz de outra cidade, a qual tinha rejeitado sua corte. Pouco tempo depois, o marido foi assassinado e sua morte atribuída ao tal cidadão, que considerava a união deles um empecilho ao seu caso ilícito. Concordando com essa hipótese, a viúva imediatamente dirigiu-se à audiência pública em busca de ajuda. Assim que entrou atirou-se aos pés de D. João VI, contando-lhe a história e pedindo justiça, o que lhe foi prometido pelo monarca.

No entanto, segue a história de Walsh, o monarca, por estar envolvido com incidentes muito desagradáveis, naquela época, esqueceu sua promessa. Mas a viúva não desistiu, voltou em outra audiência e postou-se diante dele, trajada em luto fechado. Dessa vez, o monarca, muito chocado com o fato, confirmou sua palavra e, com um juramento, disse que ela teria justiça. Mas, novamente, o rei esqueceu-se ou foi desviado de sua intenção, pois, segundo o relato, os amigos do acusado trabalhavam junto ao rei, e “supõe-se que sua atenção tenha sido novamente desviada do assunto propositalmente”.

A incansável viúva voltou em terceira audiência e, “tirando de sob o véu uma mortalha, mostrou-a ao rei, sacudindo-a à sua frente, dizendo-lhe com palavras amargas que em breve ele iria vesti-la, obrigando-o a recordar-se do castigo reservado no outro mundo para os soberanos perjuros que negavam a justiça a seus súditos”. Disseram a Walsh que o soberano ficara muito abalado, mas, “apesar de bem-intencionado, era muito tímido” e, a despeito de prometer imediata reparação em um momento em que estava profundamente impressionado com a acusação, o caso ficou sem investigação. A viúva morreu e D. João foi chamado de volta a Portugal.⁸¹

⁸¹ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. p.206.

É claro que o relato possui uma narrativa emblemática da situação, mas em nada ele é destoante da lógica do pensamento governativo do Antigo Regime. O dever do rei era praticar a justiça, tinha o poder distribuidor da graça e lhe era atribuído o pecado régio se não aplicasse a justiça entre seus súditos. O rei, diante de situação tão constrangedora, teria que sofrer muito, pensando no castigo pelo pecado de descumprir dois elementos do rol de seus deveres régios. Descuidar das viúvas e da aplicação da justiça fazia parte de sua lista dos pecados régios.⁸²

Esse esquema conceitual era possível dentro da lógica administrativa do Antigo Regime, que se caracterizava por uma organização doutrinária pluralista, ao mesclar o pensamento jurídico com o pensamento teológico. António Manuel Hespanha, ao discorrer sobre o sistema penal do Antigo Regime, trabalha com o argumento de que havia completa assimetria entre o discurso legal e sua efetividade de punição. Segundo ele, para o cumprimento do rigor penal prescrito na lei portuguesa, tudo faltou ao Antigo Regime. Havia defasagem numérica do corpo de policiais, havia grandes dificuldades de instrumentalizar as viagens dos degredados, eram poucos os casos de pena capital e faltavam os cárceres.⁸³ A exiguidade instrumental incapaz de sustentar um sistema de punições coerente com o rigor textual dos códigos encontrava o seu equilíbrio no sistema dos perdões.⁸⁴ Seguindo nesse raciocínio, Russel-Wood alega que o uso da anistia e do perdão foi um mecanismo de reforço da autoridade real e instrumento de amortecimento dos conflitos. Os recursos de perdão seriam um indicativo de situações limitadas de imposição da ordem pelo poder real, e o uso disseminado, além de reforçar a autoridade moral do rei, foi instrumento invocado pelos governadores colocados a serviço de Sua Majestade nos territórios distantes.⁸⁵

A fusão dos poderes governativos com vistas a garantir a exequibilidade do sustento material, espiritual e comunitário dos súditos no território implicava prover o desenvolvimento material e o sossego dos povos. Que nenhuma forma de instabilidade comunal representasse um impeditivo para o necessário sustento dos súditos e isso significava resguardar a justiça. Tais manifestações do pensamento inspiraram diversidades explicativas para o emprego da justiça, conferindo ao tema um conjunto interpretativo variado e longe de

⁸² Sobre a lista dos pecados régios, ver HOMEM, António Pedro Barbas. *História das relações internacionais: o direito e as concepções políticas na Idade Moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 2003. p.29.

⁸³ HESPANHA, Antonio Manuel. *Justiça e litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p.297.

⁸⁴ HESPANHA, Antonio Manuel. A punição e a graça. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Coordenação A. M. Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa, s/d. v. IV, p 239 et seq.

⁸⁵ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Identidade, etnia, autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do *Código Costa Matoso*. *Varia História*, Código Costa Matoso, Belo Horizonte, Fafich/UFGM, Número Especial, n.21, p.100-118, jul.1999.

consenso,⁸⁶ que, de sua lógica organizativa em território luso, passou também para a aplicação no território do Brasil colonial.⁸⁷

O tema da justiça enquadra-se na trama que discute a questão administrativa e jurídica inserida no modelo de organização do território português no ultramar. A inexistência de separação de funções coloca a justiça, tema de grande importância para a organização comum dos povos, em lugar de destaque político.⁸⁸ O sistema de justiça foi elemento de consolidação do poder real, alimentado pela crença ibérica que a “administração da justiça era o atributo mais importante do governo”, portanto, segundo Schwartz, “é uma chave para a compreensão” do Império Português,⁸⁹ guardando semelhante função em relação ao papel que a organização do abastecimento exerceu para o soerguimento de uma monarquia. Disso pode-se inferir que administrar a justiça é função governativa e se transforma em um reservatório de elementos da ritualística régia. Os poderes do perdão e distribuição da graça estavam definidos como parte da misericórdia régia, previstos na divisão jurisdicional do juízo voluntário.⁹⁰

A administração do território mineiro e, no seu bojo, a administração da justiça no território mineiro são tributários do sistema organizativo português, suscitando grande debate sobre as condições de aplicação da justiça no território das Minas e na porção ultramarina do reino português como um todo. Os estudos sobre Minas Gerais realçaram sobremaneira a relação desse território com a administração de além-mar. Tal situação pode ser historicamente compreendida com as especificidades da produção aurífera e o lugar explícito que a Capitania das Minas e do ouro ocupou dentro do conjunto imperial. É presumível que o território do ouro se transformasse no foco da vigilância portuguesa, e esse fato traria consigo

⁸⁶ A justiça e sua aplicação foram temas de debates polarizados nos trabalhos de PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 e FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2000. Publifolha, 2v. O ensaio escrito por Silvia Hunold Lara, intitulado “Senhores de Régia Jurisdição: o particular e o público na Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, na segunda metade do século XVIII”, aborda o debate interpretativo sobre a organização e os poderes administrativos, discutindo os limites encontrados pelos poderes particulares na Colônia e o papel dos tribunais na mediação dos conflitos entre os grupos de poderosos donos de terras e escravos na colônia. Concordamos com a autora que sugere ter sido papel dos tribunais a mediação dos conflitos sobre os quais o poder majestático se equilibrava do que exercer um papel coercitivo e punitivo dos senhores. A autora destaca que o recurso aos tribunais somente foi acionado em situações em que se esgotaram todas as possibilidades anteriores. (In: LARA, Silvia H.; MENDONÇA, Joseli M. *Direito e justiça no Brasil: ensaios de história social*. São Paulo, Campinas: Editora da Unicamp, 2006.)

⁸⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

⁸⁸ Hespanha discorre sobre a relação entre os poderes em *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal –século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

⁸⁹ SCHWARTZ, *op. cit.*, p.3-4.

⁹⁰ Referência à administração jurisdicional pode ser encontrada em CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (Org.) *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português (século XVI ao XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005. p.45-68.

as formas reativas, os motins, os conflitos urgidos na fiscalização tributária — desdobrados em tratamento historiográfico⁹¹ — e, de certa forma, se manteriam repetidos no período republicano, até mesmo no debate acerca dos direitos majestáticos de exploração do território das minas.⁹²

Essa paisagem, na qual as relações foram desenhadas em meio a muitas construções conflituosas, e mesmo utilizando a linguagem coeva, delituosa, não poderia se mostrar isenta dos problemas. A justiça julgaria e sua atuação estaria sujeita à interpretação que sua aplicação ensejaria. É mais ou menos claro que a justiça seria alvo de grande debate no território das Minas, recebendo nele as colorações acrescidas pelo debate historiográfico, mas os custos e os problemas dos conflitos entre as partes foram muito noticiados em outras regiões do Brasil e em outros tempos também.

O pagamento da justiça consumia riqueza e o comentário do morador de Lagoa Dourada não destoou quase nada do que foi pregado pelos idealizadores das ações coloniais. Faoro indica que os sermões de Padre Vieira, bem antes da sociedade mineradora, apontaram para a movimentação financeira nesses negócios.

Vede um homem desses que andam perseguidos de pleitos ou acusados de crimes, e olhai quantos o estão comendo. Come-o o meirinho, come-o o carcereiro, come-o o escrivão, come-o o solicitador, come-o o advogado, come-o o inquiridor, come-o a testemunha, come-o o julgador, e ainda não está sentenciado já está comido. São piores os homens que os corvos. O triste que foi à forca, não o comem os corvos senão depois de executado e morto; e o que anda em juízo, ainda não está sentenciado, e já está comido.⁹³

De forma semelhante, Antonil, no seu extensivo esforço de orientação aos senhores de engenho, também lhes alertava:

⁹¹ Esse raciocínio foi muito inspirado nos dizeres de Ana Rosa Cloquet da Silva, que o expõe em defesa de seu argumento sobre as formas da correlação de forças na construção da identidade mineira em face da questão nacional em 1820-1822. (Cf. SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Identidades políticas e a emergência do Estado nacional: o caso mineiro*. In: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p.518.)

⁹² Épocas diferentes, preocupações aproximadas, debates diversificados são dados nas discussões sobre a natureza jurídica dos quintos do ouro com os trabalhos de estudiosos que viveram o projeto nacional da República brasileira dos anos 30. O artigo “Natureza jurídica dos quintos do ouro” resgata a discussão que, na verdade, nada mais fez do que refletir as desavenças suscitadas no cotidiano mineiro pela obrigação tributária, efetuada por historiadores e juristas no século XIX. De fundamental importância para uma compreensão mais elaborada, o trabalho assinado por Affonso dos Santos recoloca discussões muito próximas da preocupação da época e abre possibilidades para uma visão mais atualizada dos problemas históricos que hoje enredam o trabalhador do ofício. (REVISTA do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano XXV, v.1, p.475- 486, 1938.)

⁹³ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2000. v.1, p.212.

[...] E mostre aos filhos e aos feitores os ditos marcos, para que saibão o que lhes pertence e possam evitar demandas e pleitos, que são huma continua desenquietação da alma e hum continuo sangrador de rios de dinheiro que vay a entrar nas casas dos advogados, solicitadores e escrivães, com pouco proveito de quem promove o pleito, ainda quando alcança, depois de tantos gastos e desgostos, em seu favor a sentença.⁹⁴

O monarca, ao tomar para si a destacada função que a justiça ocupava no equilíbrio da comunidade, chamava a si um grande poder, mas também se colocava no alvo direto da aprovação dos grupos “que se escandalizavam” diante da impunidade dos culpados. Os ofendidos não aceitavam ver seus ofensores transitarem livremente sob seus olhos.⁹⁵

As atuações régias, no que concerne ao direito penal, marcariam a ampliação dos poderes monárquicos no que aludiu ao direito majestático de punir, fortalecendo um trabalho de insurgência de uma nova política estatal na segunda metade do século XVIII. A despeito do impacto da Lei da Boa Razão e o debate aberto por essa lei,⁹⁶ seu significado histórico pode ser dimensionado com base nas transformações por ela introduzidas.

Enfim, justapor os dois momentos balizadores do raciocínio em questão, 1769 e 1831, no que se refere às práticas punitivas aos crimes e seus subsequentes perdões põe em tela esse enfoque. Se, do lado de 1769, o grande problema se situara na necessidade de colocar os termos da lei de forma “sintética e compendiosa”, com vistas a que mais eruditos lessem e entendessem a matriz doutrinária e, consequentemente, esvaziassem o poder dos glosadores, que peavam o poder majestático, sobretudo no de punir e fazer as leis, de outro lado, o ano de 1831 seria marcado pelo coroamento do debate liberal em torno da separação do poder judiciário, colocando o poder de julgar e punir fora das esferas ritualísticas do governante. Empreender essa ação demandaria muito trabalho e muito debate: os mapas e listas de presos foram incessantemente requeridos durante os anos de 1820. Até 1831, as críticas políticas atingiram em cheio as práticas do Antigo Regime e tudo indica que a representação monárquica até mesmo se beneficiou, a princípio, em desviar a atenção dos críticos para os assuntos de justiça.

⁹⁴ ANTONIL, João André. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Texte de l'édition de 1711, traduction Française et commentaire critique par Andrée Mansuy. Paris: Institut des Hautes Études de L'Amérique Latine, 1965. p.92.

⁹⁵ Cf. cabeçalho da lei de 10 de janeiro de 1692 sobre as cartas de seguro.

⁹⁶ A lei da Boa Razão aparece na argumentação de inúmeros estudos historiográficos. (Cf. ANASTASIA, Carla M. J. A lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas. *Varia História*, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, n.28, p.29-31, 2001; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.)

Os dois momentos, 1769 e 1831, foram marcos para a história penal no território da Comarca do Rio das Mortes, que seguiu no embalo de transformações promovidas em uma esfera de decisão mais ampla, qual seja, a primeira resultante do Império Português e a segunda do Império do Brasil. A lei da Boa Razão e “outras dirigidas a fazer somente dominantes a Lei e a razão”, conforme acentua o preâmbulo da lei de 1775, não foram letra morta. Os esforços representados pela tríade composta pela Lei da Boa Razão, os Estatutos da Universidade e as conferências didáticas oferecidas pelos juristas, professores nas cadeiras do ensino do direito na Universidade, impedem de acreditar que as medidas de fortalecimento das leis pátrias não se aplicaram.

No prólogo das suas preleções, Sampaio⁹⁷ registrou seus apuros para dar conta de explicar a matriz doutrinária aos seus alunos, “observando o quanto [me] foi possível o método sintético, compendioso, demonstrativo, determinado pelos Estatutos desta Universidade”. Sobre a diversidade doutrinária no direito português ele se queixou:

Não é portanto esta dificuldade, a que me tem devido o maior trabalho das presentes Preleções: a combinação do determinado em cada uma das Ordenações com seus princípios jurídicos, ou a redução das mesmas determinações ao método demonstrativo, tem sido sem dúvida a maior dificuldade e o maior emprego das minhas meditações. Confesso pois ter consumido muitas horas do meu descanso para formar as regras, a que melhor pudesse apropriar o determinado nas ditas Ordenações, e contudo não posso gloriar-me de ter conseguido fruto dos meus trabalhos, ou seja pela fraqueza do meu engenho, ou pela qualidade das matérias, ou, permita-me dizê-lo por falta de exaustão dos compiladores na dedução de suas doutrinas. Do mesmo modo continuei a sintética do Livro 2º das atuais Ordenações, e que faz objeto deste compêndio (Prólogo, VII).⁹⁸

A investida régia em assuntos de justiça do reino corroborava o já conhecido preceito de que governar era bem administrar a justiça, bem como o pronto atendimento às representações dos povos da parte sul do Estado do Brasil indicam os sinais da configuração do Império Colonial Português. Em 1751, ao criar o Tribunal da Relação no Rio de Janeiro, D. José considerava o padecimento imposto pela distância da Relação da Bahia, ao impedir aos povos da parte sul “seguir nela suas causas e requerimentos”, além de provocar grandes demoras, ainda os deixavam descobertos da justiça régia. No regimento da Relação do Rio de Janeiro, por desejar que todos os seus vassallos fossem providos com a mais reta e pronta

⁹⁷ SAMPAIO. Francisco Coelho de Sousa e. *Prelecções de direito pátrio público, e particular, offerecidas ao serenissimo senhor d. João Príncipe do Brasil*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1793.

⁹⁸ SAMPAIO. Francisco Coelho de Sousa e. *Prelecções de direito pátrio público, e particular, offerecidas ao serenissimo senhor d. João Príncipe do Brasil*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1793. Prólogo, VII.

administração da justiça, a vontade real determinou, com os expedientes necessários para sua criação, que o novo tribunal passasse a ter sob sua jurisdição todo o território do Sul do Estado, “em que compreendem treze comarcas, a saber: Rio de Janeiro, S. Paulo, Ouro Preto, Rio das Mortes, Sabará, Rio das Velhas, Serro do Frio, Cuyabá, Goyazes, Pernaguá, Espírito Santo, Itacazes e Ilha de Santa Catarina”.⁹⁹

E para que se não retardem na cadêa os prezos, sou servido mandar que as partes, a cujos requerimentos forem presos alguns réos, dentro de trinta dias não comecem contra elles a sua accusação, que hei por bem possão fazer por seus procuradores, morando em maior distância que a de cinco léguas do lugar da accusação, se tome logo o feito por parte da Justiça; e caso, que por bem desta, sem requerimento da parte, se haja formado a culpa, e dentro do dito termo não apparecer parte, que queira accusar, se procederá pela da Justiça; porque tanto em hum, como em outros casos podem e devem os Juizes condemnar os réus na satisfação, que se dever às partes offendidas.¹⁰⁰

A complexificação que o tratamento criminal foi ganhando ficou corroborada pela edição, em 1785, de “Primeiras Linhas Sobre o Processo Criminal”. A edição de 1806 veio emendada com um “Repertório dos Lugares das Leis Extravagantes, Regimentos, Alvarás, Decretos, Assentos e Resoluções Régias promulgadas sobre matérias criminais antes e depois da Compilação das Ordenações” que, ao ser trabalhado de forma quantitativa, apresentou o comportamento crescente, indicado na curva ascendente do GRÁFICO 1.3. A promulgação de matérias criminais foi computada no que se referiu à quantidade de anos com publicação, como também no tocante ao número das leis esboçadas.

O gráfico resulta de um acompanhamento dos anos com publicação de leis criminais ao longo dos séculos que mostra um corte a partir do século XVI, quando não mais apareceriam alterações significativas de publicações anuais. No que tange às leis publicadas, o volume se mostra crescentemente decisivo.

⁹⁹ Alvará de 13 de outubro de 1751. In: ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Auxiliar jurídico: apêndice às Ordenações filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. p.20.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.21.

GRÁFICO 1.3 - Quantidade de leis promulgadas distribuídas por ano e século

Fonte: SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806.

O século XVIII, pensado como o século das leis nacionais, assistiu a uma desigual distribuição das promulgações de leis criminais. A segunda metade do século, inaugurada com o governo josefino, sustentou um vigor legislativo, demonstrado nos gráficos a seguir.

Separadas por décadas, as promulgações de leis criminais, no século XVIII, revelam que a década de 1750 representou o pico do período legislador. Embora os anos posteriores à lei da Boa Razão apresentem índices superiores aos da primeira metade do século, eles não chegam a rivalizar com a fase de arrocho criminal introduzida pelo governo josefino.

GRÁFICO 1.4 – Quantidade de leis criminais antes e depois de 1750

Fonte: SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806.

GRÁFICO 1.5 – Variação das promulgações das leis criminais no século XVIII separadas por décadas

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806.

É importante lembrar que a determinação dos modos práticos para atuar localmente, intentada com as ordens que obrigavam as autoridades a confeccionar rol de presos e manter os livros atualizados com as medidas punitivas aplicadas, convivía com expedientes limitados pelas restrições funcionais para sua aplicação. Nesse sentido, embora o território mineiro vivenciasse as adaptações práticas do texto legal, ele não se apresentou ao largo do pensamento doutrinário geral. Assim, a identificação imprecisa entre as medidas vigentes e a expectativa criada pelo texto da lei contribui para este estudo.

Por outro lado, tomando o período final do recorte trabalhado, há vários vestígios da preocupação em mapear crimes e criminosos. Em 24 de abril de 1826, da cidade de Ouro Preto, o Visconde de Caravelas, Barão de Caeté,¹⁰¹ escreveu seu parecer sobre a administração da justiça em Minas Gerais. Ao deixar a presidência da Província de Minas para, “o quanto antes”, dirigir-se “à Corte” com a intenção de “tomar assento na Câmara dos Senadores”, em abril de 1826, ele noticiava as medidas tomadas. Dizia que o aviso, datado de 2 de março do ano de 1826, “exigindo a pronta remessa das relações”, foi por ele cumprido rigorosamente. O aviso que tinha motivação na sucessão de portarias, com datas de 13 de setembro de 1824, de 7 de março, de 16 de maio e de 28 de maio e do dia 18 de novembro de 1825, lhe pedia “sobre o estado da administração da justiça”. A partir disso, dizia ele, passara a expedir novas ordens aos ouvidores das Comarcas, “incumbidos das precisas averiguações para que satisfizessem às competentes diligências”. Ele “rogava” a exposição, perante “Sua Majestade, o Imperador”, de “sua solicitude” a respeito dos “importantes objetos ao ponto de repetir as ordens àqueles magistrados, ainda antes do recebimento desta recente determinação”.¹⁰²

O Visconde, futuro Barão de Caeté, dizia que, em ofício daquela mesma data, ele oferecia o resultado do que obtivera tanto a respeito dos ofícios de justiça, quanto dos juízos de órfãos. Além da “relação circunstanciada do estado atual das justiças”, ele devia, em cumprimento à portaria de 13 de setembro, declarar os “abusos” a serem evitados, “os melhoramentos, reformas” e tudo o mais que “possa concorrer para a melhor administração da justiça e bens dos povos”, pois o assunto era o “primeiro objeto dos paternais cuidados de Sua Majestade Imperial”. O Presidente da Província ainda rogava que levasse ao conhecimento de

¹⁰¹ O senhor José Teixeira da Fonseca de Vasconcelos foi presidente da província de Minas no período de 29 de fevereiro do ano de 1824 até o final de abril do ano de 1826. Cf. REVISTA do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano I, p.3, 21, 1986. Doravante utilizaremos RAPM para referências à citada revista.

¹⁰² ADMINISTRAÇÃO da justiça, em Minas Gerais, em 1826. RAPM, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, p.631-633, 1903.

Sua Majestade Imperial que ele, procurando acertar em sua informação, havia consultado o Conselho do Governo da Província.¹⁰³

Suas declarações pintam um quadro de completa desorganização do sistema judiciário. As denúncias abrangem desde a falta de advogados em algumas vilas, forçando os juízes a procurarem “conselhos” nas cabeças de comarcas, provocando lentidão, até o extravio de autos, a desorganização local e os abusos, a inveterada prática do foro que não oferecia tratamento conforme “o espírito das leis”. Essa situação era ainda agravada com o quadro de distância dos termos, o que forçava os povos a transitar por estradas perigosas e rios caudalosos, além de facilitar a fuga dos delinquentes. A impunidade era o que propagava os delitos, favorecidos pelas distâncias entre os termos, e as dificuldades com o trabalho dos inquisidores era grande, sobretudo em regiões com falta de pessoas “versadas”. Enfim, o quadro pintado é desolador.

Somando-se a esse parecer as outras falas e outros pareceres, a tendência geral é a repetição de que a justiça não se praticava. Muito embora, no que tange a administração da justiça relatada, em nada possamos discordar do autor, é preciso que não se tome acriticamente tais depoimentos. Ora, que se pode esperar dos homens de época, envolvidos com as obrigações de manter a ordem em uma sociedade com poucos recursos coercitivos, além da emissão de depoimentos cada vez mais pessimistas? Nada mais natural que emitissem depoimentos queixosos diante de todas as dificuldades enfrentadas para o cumprimento de seus deveres em formas organizacionais típicas de Antigo Regime. O quadro de completa desorganização estava na própria forma como se praticava a justiça, tanto que ela estava sujeita a sofrer transformações. A compreensão das formas administrativas da justiça, sobretudo a criminal, deve buscar seus elementos mensuradores em outras medidas e não sustentar-se nesses depoimentos para afirmar que o sistema não funcionava. Embora esse debate estivesse na base dos elementos de mudanças judiciais e jurídicas empreendidas, ele não é pensado, no âmbito deste trabalho, como uma separação definitiva entre duas tendências definidamente distintas. Cumpre ressaltar o caráter processual da passagem de uma fase marcada pela indefinição do direito geral, como açambarcador da noção geral do direito das gentes, para uma outra fase em que o papel do texto da lei exerceria o fetiche da definição racional. Enfim, não está subentendido que à fase marcada pelo não-funcionamento da justiça seguiu-se outra com perfeito funcionamento desse campo.

¹⁰³ ADMINISTRAÇÃO da justiça, em Minas Gerais, em 1826. *RAPM*, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, p.631-633, 1903.

O próprio autor sugeriu mudanças e deu notícias das formas como a justiça em voga foi organizada, salientando que é de “esperar uma melhor administração da justiça tanto pela observância da Constituição, logo que a nação obtenha as leis regulamentares”. Tais leis viriam a partir do aumento das pessoas formadas pela criação das universidades e cursos jurídicos, pela introdução dos juízos dos jurados, pela criação de vilas propostas para lugares mais notáveis e centrais, de acordo com a “avultada população da Província”. A necessidade de criação de promotores públicos também não lhe escapou, esperando ele, o Presidente da Província, que o promotor perseguisse *ex officio* os caluniadores, impondo a eles a infâmia e a “justa pena de talião”, sugerindo até mesmo o estabelecimento de uma caixa pública de indenização “tanto a favor do acusador, como do acusado”. Sugeriu a ampliação dos prazos para os serventuários permanecerem em seus ofícios, com permissão para continuarem os que se mostrarem mais aptos nas funções. Arrematou noticiando a vigência do Regimento de 10 de outubro de 1754, “sobre os salários, assinaturas e mais” e assegurou que sua reforma era desejável na Província.

Se tais informações chegaram à presença de Sua Majestade Imperial é impossível saber, mas é possível imaginar que ele teria gostado do zelo com que o presidente da Província de Minas procurava agir, pois tais pensamentos encontravam-se, em última instância, com o discurso do Imperador. A Proclamação de D. Pedro I, de julho de 1823.¹⁰⁴ A fala do Imperador indica a direção da queixa sobre a violação de direitos e o que se teve como prática de despotismos e arbitrariedades. E mais, elas não eram, de acordo com a fala do Imperador, próprias do sistema e tampouco eram praticadas com a conivência do monarca, porque “[vosso] imperador não tinha sabido”. O discurso político, tratado como apelativo, por Lúcia Neves,¹⁰⁵ é mais do que isso. Ele se utiliza da fisionomia que o período atribuiu às noções de despotismos, privilégios e abusos, uma crítica que tomou a forma de censura aos oficiais e ministros da justiça, corroborada por ensaios que apresentaram a aplicação da justiça como o polo em que mais se praticavam os excessos do Antigo Regime, como elemento de apoio à monarquia.

O estudo sobre a carta de seguro no território das Minas foi inserido na interpretação da organização da justiça como pertencente a uma noção administrativa e pluralista do Antigo Regime, torneada pelas noções de especificidade atribuída ao território aurífero. Assim, esse

¹⁰⁴ PROCLAMAÇÃO Habitantes do Brasil. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1823 *apud* NEVES, Lúcia Maria Pereira das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003. p.108-109. O discurso é citado no capítulo VII.

¹⁰⁵ NEVES, Lúcia Maria Pereira das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.

tema, no período de 1769-1831, relacionou-se ao debate que costura as ideias de centralização e descentralização da administração portuguesa e seus desdobramentos historiográficos, bem como as noções acerca das medidas de construção de uma nova nação na década de 20, vertidos em território das Minas.¹⁰⁶

¹⁰⁶ O debate central que polariza as noções de centralização e descentralização encontra no nome de Caio Prado Jr. o seu principal expoente. De outro lado, os estudos sobre a organização patrimonial do Brasil encontraram outra sustentação teórica que percebe boa dose de coerência na montagem reflexa da administração colonial. A influência decisiva de Prado Jr., sobretudo ao salientar a imiscuição dos assuntos administrativos e de justiça, exerceu a função de inflar o debate historiográfico com muitas questões.

CAPÍTULO II

A CARTA DE SEGURO: DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA AO TERRITÓRIO DAS MINAS NA CAPITANIA E PROVÍNCIA

Este capítulo tem como objetivo apresentar a carta de seguro dentro da sua trajetória legal, com a intenção de acompanhar a institucionalização do recurso como graça régia e apropriada das práticas comuns dos *concelhos* portugueses. Para isso, o trabalho procurou acompanhar a fase de organização do seu uso nos assentos da Casa de Suplicação, até a forma como apareceu nas *Ordenações*, apresentando em sequência a abordagem que recebeu dos juristas e praxistas de modo a delinear as constâncias e as alterações no seu uso. Foram apresentadas as notícias sobre as cartas de seguro no território das Minas, em períodos anteriores ao tempo recortado para este estudo. Esse acompanhamento contribui para refletir sobre os métodos de institucionalização da graça régia, ao revelar que o uso da carta de seguro, embora secular na história do reino português, vivenciou formas adaptadas de normatização que introduziram inovações com a disseminação de seu uso.

Ao longo dos séculos, a carta de seguro persistiu, mas não se distanciou de outros debates do campo do pensamento judicial, recebendo tratamentos de regulamentação e, posteriormente, a detração do silêncio. Subsequentemente, o capítulo privilegiou os significados da carta de seguro durante o período do recorte cronológico aqui abordado, para, em seguida, deter-se em uma reflexão acerca do silêncio sobre a carta de seguro na formação jurídica do Império do Brasil e nos anos iniciais da República.

2.1 Notícias da carta de seguro na lei antiga¹⁰⁷ do Reino Lusitano

A carta de seguro representou, dentro do pensamento doutrinário português, o resultado das práticas portuguesas nos *concelhos* locais desde o período visigótico.¹⁰⁸ Foi um elemento de graça régia praticada no Antigo Regime português e, no território do reino, foi concedida pelo corregedor da corte dos feitos-crimes.¹⁰⁹ Segundo Russel-Wood,¹¹⁰ o grau em que o Brasil e outras partes do império português encontraram-se perpassados pelas práticas de graças e mercês régias, doações e concessão de direitos monopolistas foi redimensionado e isso abriu um campo de reavaliação historiográfica sobre a inserção dessas partes imperiais nas mentalidades e práticas do Antigo Regime. Ele assegura que, na raiz desse processo, emergia o sistema que caracterizava o Antigo Regime e que assumia a forma das mercês. Para ele, “a forma de mercês reais, de doações e mercês régias, concessão de direitos monopolistas, concessão de privilégios a indivíduos e grupos corporativos e isenções a outros setores” foi a face do que caracterizou esse sistema conceituado como Antigo Regime. A carta de seguro foi um elemento da graça régia e foi parte nesse arcabouço constitutivo da administração no Antigo Regime. Em Portugal, ela foi um elemento de “remédio” e foi despachada pela principal instância do poder régio: o Desembargo do Paço. A trajetória desse tribunal não é muito distante daquela apresentada pela carta de seguro.

Criado no reinado de D. João II, 1481-1495, o Tribunal do Desembargo do Paço só ganhou verdadeira autonomia em relação à Casa da Suplicação com o seu regimento especial em 1521, quando da publicação da segunda edição das *Ordenações Manuelinas*. Até o reinado de D. Sebastião,¹¹¹ o Desembargo do Paço foi presidido pelo próprio monarca,

¹⁰⁷ Toma-se de empréstimo a Arno Wehling a expressão “lei antiga”, sustentada nas grandes linhas de transição, sintetizadas na tensão traduzida na passagem entre um pensamento fortemente ancorado na tradição imemorial e na concepção da estabilidade e permanência representada num *jus vetus* de um lado e no surgimento de um *jus novum* que, de outro lado, se constituía a partir da dinâmica da própria sociedade (Cf. WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p.546).

¹⁰⁸ A palavra vem de *concilium*, que significa assembleia, reunião. Reunião dos homens bons de um julgado ou terra, destinada à decisão de um pleito (assembleias judiciais). Sobre o assunto, ver CAETANO, Marcello. *História do direito português (1140-1495)*. 2.ed. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1985. p.219-225. As cortes portuguesas têm origem nos *concelhos* visigóticos, segundo o verbete “cortes”, em SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, s/d. p.656-657.

¹⁰⁹ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Auxiliar jurídico*: apêndice às *Ordenações filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. v.I, p.122.

¹¹⁰ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Prefácio. In: FRAGOSO, J. L.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.16-17.

¹¹¹ Vigésimo sexto rei de Portugal, filho póstumo do príncipe D. João, jurado herdeiro do trono em 1554 e de D. Joana de Áustria, filha de Carlos V, nasceu em 1554 e morreu em Alcácer Quibir em agosto de 1578. Seu reinado compreendeu dois períodos: o primeiro, desde sua elevação ao trono, em 1557, que durou até sua

tornando-se o tribunal supremo do reino com alargamento sucessivo de suas atribuições. No período do domínio castelhano, Filipe I de Espanha deu-lhe novo regimento, em 27 de julho de 1582, e Filipe II, por carta de 9 de março de 1605, autorizou-o, nos casos urgentes, a passar provisões enquanto não chegassem as assinadas pelo rei. A partir das *Ordenações Manuelinas*, a jurisdição do Desembargo do Paço abrange as matérias de graça em assuntos tocantes à justiça. No âmbito dessas matérias, cabem todas as atribuições enumeradas no título três do Livro Primeiro das *Ordenações Filipinas*, com a característica comum de quase todas elas configurarem situações de privilégio ou de benefício.

Além das já referidas atribuições, competia a esse tribunal, ainda, resolver conflitos de jurisdição entre a Casa do Cível e a Casa da Suplicação, bem como todos os assuntos referentes à administração da justiça. Para regular o funcionamento do expediente ordinário das petições e requerimentos provenientes das diversas comarcas de Portugal, esse tribunal compreendia uma estrutura orgânica, assente em diversas repartições, cujo critério distintivo residia no fato de atender à diferenciação geográfica, por províncias, consoante a divisão administrativa vigente: Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas (abarcando os territórios do Ultramar); Alentejo e Algarve; Beira; Minho e Trás-os-Montes.

A transferência da Corte para o Brasil introduziu novidades administrativas na jurisdição, e, pelo alvará de 10 de setembro de 1811, foram constituídas Mesas do Paço nas capitanias de todos os domínios ultramarinos, incumbidas da resolução da maior parte dos negócios de graça e justiça, antes reservados à competência do Desembargo do Paço em Portugal. Em 1833, por decreto de 3 de agosto, foi extinto esse tribunal, passando as suas atribuições de graça e mercê e de administração da justiça para a jurisdição das Secretarias de Estado do Reino e dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, reforma que também colocou término à concessão da carta de seguro no território português.¹¹²

A regulamentação da carta de seguro no Reino de Portugal acompanhou a tendência de institucionalização na trajetória política do Desembargo do Paço. Sobre a limitação dessas cartas e com as dúvidas ocorridas quanto ao crime de morte, o assento de 9 de agosto de 1639 versou sobre o assunto, fato que deu origem ao verbete nos estilos da Casa de Suplicação,

coroação no Paço dos Estaus, em 1568, iniciando-se o segundo período, que durou até sua morte, em 1578 (Cf. SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, s/d. v.6, p.817).

¹¹² SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, s/d. v.2, p.803; SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. *O Desembargo do Paço: 1750-1833*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1994. Cf. também “Desembargo do Paço” no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Disponível em: www.iantt.pt).

tomados em Mesa Grande, de acordo com a carta régia de 1605,¹¹³ em que ficou indicado que o ouvidor de Braga podia passar carta de seguro em casos de morte.¹¹⁴ Mas o crime de morte nem sempre foi julgado favoravelmente na Suplicação, impedindo que se formasse o estilo, como ficou registrado no agravo contra o corregedor do crime que não guardou a carta de seguro, passada pelo “Conservador Malta que pretende ter o poder para as passar em casos de morte”. O assento tratou de uma carta passada por João de Lucena e registrou a decisão aplicada, estabelecendo que esse recurso era relativo à Coroa e não pertencia aos agravos.¹¹⁵ Outro estilo nos assentos da Suplicação determinou que “a carta de seguro não se passa ao preso por outro crime”.¹¹⁶

O tema das cartas de seguro permanecia na pauta dos problemas jurisdicionais portugueses e foi discutido no dia 13 de novembro de 1579, na Vila de Castanheira, em Relação e Mesa Grande, em que se colocou a dúvida sobre “se as cartas de seguro de ferimentos e outros delitos”, cometidos em lugares onde a “casa” estiver ou a cinco léguas de seu redor e que não sendo de morte, nem de resistência, tampouco contrários aos exemplos contidos no título dos corregedores da corte dos feitos-crimes, seriam passadas por eles. Esse assento determinou que se mandassem passar as cartas de seguro, com a cláusula de que, se, antes, o acusador quisesse acusar o malfeitor perante os juizes, assim “o possa fazer”, pois isso estava de acordo “com o que os escrivães dizem ser costume”.¹¹⁷

O assento de 18 de abril de 1592 surgiu do caso visto em Mesa Grande e “por mandado de sua Alteza” em que o réu, “imbuído de boa fé”, pediu carta de seguro a um magistrado não detentor de provisão geral ou especial para tomar conhecimento daquela culpa. O “Juiz de Ordens” não tinha provisão para passar as cartas de seguro, pois elas eram passadas em nome de Sua Majestade e, mediante a usurpação, o réu fora preso. A intervenção régia ordenou ao corregedor do crime que soltasse o réu e lhe notificasse que tinha um prazo de cinco dias para tomar a carta de seguro com o competente corregedor da corte. Esses assentos foram copiados em 24 de agosto de 1592, antes da compilação das *Ordenações* e foram publicados por João Martins da Costa na sua obra denominada Estilos.¹¹⁸

¹¹³ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Auxiliar jurídico: apêndice às Ordenações filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. v.I, p.47. Os estilos foram reafirmados na Lei de 18 de agosto de 1769, parágrafo 14.

¹¹⁴ *Ibidem*, v.I, p.53.

¹¹⁵ *Ibidem*, v.I, p.51.

¹¹⁶ *Ibidem*, v.I, p.54.

¹¹⁷ *Ibidem*, v.I, p.122.

¹¹⁸ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Auxiliar jurídico: apêndice às Ordenações filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. v.I, p.111-125.

A princípio, as cartas de seguro eram negativas e confessativas. Ocorria a primeira quando o réu negava o fato de que era argüido, e a segunda, quando confessava o crime de morte, alegando legítima defesa. A tendência que mais proliferou foi a negativa, uma vez confessado, o crime se tornava de mais difícil defesa. Situações bizarras não faltaram. Frente ao exemplo de que um homem que tomara a carta de seguro confessativa e depois negava o seu crime na contrariedade do libelo, a situação foi discutida em 1606. A carta de seguro confessativa ainda foi motivo de dúvida nos assentos de 9 de agosto de 1639, que determinaram aos Juízes deferir ou indeferir o recebimento de uma contrariedade de um libelo, caso em processo de devassa, o réu já tivesse feito uso da carta de seguro confessativa. O juiz recebeu a permissão de negar livremente ao réu a defesa, porque ele tinha admitido em *Relação* uma culpa ao tomar uma carta de seguro confessativa.¹¹⁹ Esse tema gerou o assento que reviu o parágrafo 8, título 124, do Livro Quinto das *Ordenações*.¹²⁰

Os despachos de carta de seguro foram alterados com a *recopilação* das *Ordenações* no ano de 1603. Na cidade de Lisboa, no dia 19 de janeiro de 1610, os desembargadores em *Relação* discutiam o tratamento que dariam à concessão das cartas de seguro. Perguntavam-se sobre os procedimentos vindouros, com dúvida se os desembargadores seguiriam “conforme ao estilo antigo antes da nova *Recopilação*”, porque, antes dela, “algumas vezes”, se concedeu carta de seguro com três desembargadores, ou se trabalhariam de acordo com a *Recopilação* das *Ordenações*, que mandava, para a concessão de carta de seguro, em caso de morte, que se decidisse com a assistência de cinco desembargadores mais o corregedor do crime. Por voto de todos os desembargadores, ficou determinado que, para a concessão de carta de seguro, em casos de morte, deviam assistir cinco desembargadores e o Corregedor do Crime.¹²¹

Como passar as cartas de seguro, a quem seria dada a jurisdição foram também questões em debate. Aos 27 de março de 1654, foi discutido, em Mesa Grande, se a jurisdição das cartas de seguro pertencia ao corregedor do crime, mesmo quando o crime fosse praticado fora do lugar. Esse assento abria entendimento para o título 58, parágrafo 40, do Livro Primeiro das *Ordenações Filipinas*. A carta de seguro pode ser usada em casos de crime contra a virgindade, nos anos iniciais da *Recopilação* das *Ordenações Filipinas*. Ao corregedor do crime, segundo o estilo observado, foi também registrado que “passe cartas de Seguro nas culpas de virgindade, visto passarem-se na de aleivosias: e que os réus, outrossim, dentro dos 18 dias, assinados nas mesmas, depositem caução, que lhe for legitimamente

¹¹⁹ *Ibidem*, v.I, p.154-167.

¹²⁰ *Ibidem*, v.I, p.125.

¹²¹ *Ibidem*, v.I, p.131.

arbitrada”. O mesmo assunto continuava em dúvida e recebeu assento no dia 29 de agosto de 1690, com a determinação de que o agravo que se poderia interpor contra os crimes de virgindade deveria ser feito dentro de dez dias depois de apresentada a carta de seguro e não depois do depósito da caução. Mais tarde, as cartas de seguro contra o crime de virgindade foram suprimidas mediante a alegação de que as práticas de estupro eram maneiras usuais para forçar os casamentos.¹²²

As evidências indicam que os requerimentos das cartas de seguro não foram de volume insignificante. Em 27 de novembro de 1691, ficou assentado que não se podia embargar o despacho que nega primeira carta de seguro, e, em 18 de agosto de 1703, determinava-se, em Relação, que, “escusado requerimento para carta de seguro, qualquer que seja, não se dever admitir segundo”. O decreto de 13 de setembro de 1691, com a rubrica de sua majestade, tratou a suposta facilidade com que se cometiam crimes, demonstrando o caminho dado aos debates e em que termos se encontravam os temas da ordem, fornecendo o argumento para o assento de 22 de setembro de 1695.

Feito em Relação, o debate antecipou o texto da lei em que se registravam as medidas tomadas, mandando “recomendar apertadamente ao Conde regedor da justiça” para “executar as leis com inteira observância sem interpretação a favor dos réus”, porque assim pedia “no tempo presente a boa administração da justiça”. O decreto determinava que não se esquecesse das leis, afirmando que de suas execuções dependia o bom castigo para os delitos. A gravidade da situação exigia que os delitos capitais se sentenciassem sumariamente, quando os casos se achassem provados e que dos livramentos ordinários fossem retiradas todas as formas de dilações. Ainda determinava a lei para sentenciarem com o máximo de rapidez, mandando embarcar os degredados, passando-lhe os nomes dos criminosos. O rei afirmava que estava convencido de que o “remédio que fora servido dar” com as cartas de seguro, “mandando que nos casos de morte” fossem deferidas em Relação, não bastava para manter a ordem.

O alvará de 20 de abril de 1671 e outro datado de 19 de fevereiro de 1674 anteciparam a lei de reformulação real da carta de seguro. Os estilos da Casa de Suplicação prepararam o terreno político para que a lei régia de 10 de janeiro de 1692 *recopilasse* o que havia sido discutido. Por ela, a concessão da carta de seguro foi transformada em lei do reino português. A argumentação se voltou para a insatisfação daqueles ofendidos que se viam desmoralizados

¹²² ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Auxiliar jurídico: apêndice às Ordenações filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. v.I, p.190-195. Em 29 de março de 1751- Alvará para na Relação do Porto se não passe carta de seguro no crime de defloração.

frente a sua sociedade, ao observar que seus ofensores transitavam livremente e sem receber as devidas punições aos crimes cometidos, tudo resultante dos abusos praticados com as cartas de seguro. Para enfrentar essa situação e diante do crescimento das “muitas e repetidas queixas” de seus vassallos “sobre os vários e extraordinários crimes que de poucos anos a esta parte se tem cometido nestes (meus) Reinos, e senhorios”, o Rei determinava diversas regulamentações para o requerimento da carta de seguro.

E sendo o meu principal intento a satisfação da justiça no castigo dos delinquentes, por se não dar execução a que estando eles convencidos pelas devassas, lhes servissem as taes cartas de seguro como se fossem sentenças de absolvição contra o direito das partes offendidas, que ou deixavão as acusações, e escandalizados de verem os Reos em suas liberdades, ou lhes perdoavão obrigadas do poder e negociações, que com ela faziam, o que tudo encontrava o fim principal da Justiça, pois não tratando mais os Réos de seus livramentos, ficavam por este modo sem castigo e as partes e a República sem satisfação [...].¹²³

A regulamentação do debate registrado nos assentos da Casa de Suplicação deu forma prática ao previsto no texto das *Ordenações* em consonância com o pensamento moderno. Nessa época, o pensamento doutrinário português identificou dentre os pecados específicos do rei a elaboração de leis penais para sua utilidade particular; a não administração da justiça, em especial nas causas dos pobres e miseráveis, viúvas e pupilos; a condenação sem ouvir e o perdoar a pena ao ofensor contra a vontade do ofendido.¹²⁴ O previsto nas *Ordenações Filipinas*, Livro Primeiro, Título VII, sobre a carta de seguro dizia:

Aos corregedores da Corte do crime pertence o conhecimento per nova aução, de todos os malefícios commettidos no lugar, onde nós stivermos, e de redor cinco légoas: com tal declaração, que se um cortezão, commetter algum malefício no lugar, onde a nossa corte stiver, contra outro cortezão, ou contra algum morador no mesmo lugar, e a cinco légoas de redor, ou contra algum de fora do dito lugar, e este cortezão for acusado por o tal crime perante o corregedor, onde quer que a corte então stê, que elle não possa declinar seu juízo, e pedir que o remetam aos juizes do lugar, onde o delicto for commettido.

Subsequentemente, o texto das *Ordenações* prevê:

¹²³ Lei de 10 de janeiro de 1692 publicada em CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica judicial, muyto util, e necessária*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.166.

¹²⁴ HOMEM, Antônio Pedro Barbas. *História*. História das Relações Internacionais: o direito e as concepções políticas na Idade Moderna. Coimbra: Livraria Almedina, 2003. p.29.

E se a parte, ou justiça o quizer acusar perante os juizes do lugar, onde o delito for cometido, e elle requerer que o remetam ao Corregedor... seja remettido, solto ou preso, posto que a parte não o consinta. Porém quando ambas as partes consentirem que o feito se trate perante os juizes do dito lugar, conhecerão dele. E se o tal delinquente quizer tomar Carta de seguro, a poderá tomar perante o Corregedor da Corte. E querendo-a tomar diante dos Juizes do lugar, onde o crime (stando ali a corte) for cometido, o Corregedor lhe dará com cláusula, que se a parte o vier acusar perante elle corregedor, que o venha accusar a certo tempo, e que na dita Carta será assinada [...].¹²⁵

O título 58 do Livro Primeiro das *Ordenações*, sustentando-se no alvará de 25 de fevereiro de 1573, definiu “o passar carta de seguro” como função do corregedor.

E dará todas as cartas de seguro em sua correição aos que lhas pedirem, e irão dirigidas aos juizes das terras. As quais porém não passará em casos de morte de homem, traição, aleive, sodomia, moeda falsa, tirada de homens da cadeia, ofensa ou resistência feita a oficial de justiça, que pertence aos corregedores da corte, nem de erros de tabelião, que se diga ter cometidos em seu officio, e de outros officiais, do que o conhecimento pertencer ao Juiz da Chancelaria. E as cartas de seguro que assim o dito corregedor pode dar, não dará no lugar, onde estiver o corregedor da Corte.¹²⁶

As ordens ditadas nas *Filipinas* alertavam aos corregedores que “para saber se os juizes desembargam os feitos dos seguros, como devem”, cumpria ao “corregedor” fazer seu livro, “em que ponha todas as cartas de seguro, que der para os juizes de cada lugar”, com o dia em que deviam “aparecer perante eles, para ver, quando for per esses lugares, se os que as cartas tomaram, apareceram perante os juízos nesses feitos”.

A carta de seguro era um recurso que tinha sua utilidade, sobretudo no que se referiu à distribuição da graça régia. O Livro V, Título 124, ao tratar da ordem do juízo nos feitos-crimes, faz referência ao tratamento concedido ao “réu seguro” em mais de um parágrafo e nele foi incluso um subtítulo que ensinou a ordem do processo para os réus “seguros e afiançados”.¹²⁷ No entanto, o mesmo Livro V, no Título 129, “Das cartas de seguro e em que tempo se passarão em caso de morte ou feridas”, trata exclusivamente do assunto.¹²⁸

Antes, porém, havia textos com referência aos seguros. Nas *Ordenações Afonsinas*, no ano de 1466, o Livro III, Título 80, parágrafo 8, menciona o clima de insegurança presente na sociedade e o costume segundo o qual os súditos se socorriam da figura real para sua segurança. Diante do temor manifesto de que alguém “queira ofender na pessoa” ou “queira

¹²⁵ ORDENAÇÕES filipinas. Disponível em: <http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/L1P25.htm>.

¹²⁶ ORDENAÇÕES, *loc cit.*

¹²⁷ LARA, S. H. *Ordenações filipinas*. Livro V. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p.434.

¹²⁸ *Ibidem*, p.460.

sem razão ocupar e tomar minhas coisas”, pode o temeroso requerer ao Juiz que o “segure” e também “as suas coisas”. A “segurança me deve dar, e se depois della eu receber ofensa do que fuy seguro, o juiz deve hy tomar e restituir todo o que for cometido, e atentado depois da dita segurança dada”.¹²⁹

A referência ao seguro representa, na verdade, um estágio da carta de seguro que chegou ao texto das *Ordenações Filipinas* e foi mantida no reino de Portugal, de onde foi transferida para o território ultramarino, com amplas utilizações no território colonial. Somente foi extinta com os ventos do liberalismo pelo Código Criminal do Império do Brasil em 1831.

Ao adotar a carta de seguro como parte do escopo administrativo da justiça criminal, a realeza portuguesa apropriou-se dos costumes plantados ainda na administração dos *concelhos* portugueses. Desde a fase de organização em reinos visigóticos, as cartas de seguro existiram embrionariamente, com as remotas noções de direito visigótico, demonstrando que a ideia de estar seguro era secular em Portugal. Nos anos de formação do Estado Português, 1140-1248, o exercício da justiça fora a matriz do poder real, ditando os poderes e deveres que dele emanavam. Fazer a justiça era garantir a paz do reino com a proibição das vinganças, a repressão aos malfeitores, o castigo das injustiças ou dos tortos, isto é, os que não são ou estão direitos, segundo o dicionário de Bluteau.¹³⁰ O lugar de justiceiro colocava o rei na posição de supremo juiz do Reino, com a função de julgar qualquer questão que lhe fosse submetida pelos súditos. Cabia-lhe decidir por si ou designar juízes dentre os senhores das cortes. Sempre detentor da justiça maior, suprema jurisdição, possuiu o julgamento dos crimes ou a cobrança das respectivas multas, ainda que dentro dos senhorios. Contra os tortos praticou o direito e dentre todas as suas funções a maior foi a de coibir as vinditas.¹³¹

Da preocupação com a redução das vinganças privadas surgiu a noção de seguro. Variando segundo as cortes, a origem de grande parte das decisões e medidas do direito no reino português encontra-se nos *concelhos*.¹³² Como mecanismo para cercear a justiça privada, os grandes *concelhos* estabeleciam as formas de multas de coimas.

¹²⁹ Cf. MIRANDA, Pontes de. *História e prática do habeas corpus*. 7.ed. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1972. Tomo I, p.124. O autor acrescenta que “as ações eram mandatárias e havia alusão à segurança”.

¹³⁰ No dicionário de Bluteau, o verbete “torto” vem com a explicação “não direito”. Cf. BLUTEAU, Raphael de. *Vocabulário portuguez e latino*. autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos e offerecidos ao Rei de Portugal D. João V. Coimbra: No Collégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

¹³¹ Sobre o assunto, ver CAETANO, Marcello. *História do direito português (1140-1495)*. 2.ed. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1985. p.219-225.

¹³² Alexandre Herculano apresenta a diversidade de organização dos *concelhos*, categorizando em *concelhos* imperfeitos e perfeitos, nos quais os vizinhos atuavam de forma a garantir a segurança e equilíbrio interno do grupo (HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do Reinado de Afonso III*. 9.ed. Lisboa: Bertrand, s/d. 8v.).

As coimas eram penas pecuniárias impostas aos culpados de certos delitos, especialmente os menos graves, revertendo-se parte delas para o fisco e parte para o queixoso. O valor da coima a ser paga pelo autor do delito era estabelecido no foral.¹³³ Os *concelhos* podiam dividir ou não dividir a multa com o ofendido. Nem sempre a coima representava a expiação completa da culpa, sobretudo nos casos de crimes mais graves, tais como o homicídio, o rapto, a violação de mulheres, em que os ofendidos tomavam para si as penas da vindita privada, ficando o ofensor submetido a penas corporais, até mesmo morte. Nesses casos é que o “estar seguro” acabava encontrando seu lugar. Quando o ofensor colocava-se diante do *concelho* e pedia a proteção dos homens bons, dos vizinhos, no plano político e judicial ele se tornava seguro e não podia ser molestado no âmbito territorial daquela comunidade.

Com algumas variações locais e ao longo do tempo, as práticas passaram entre as gerações e os *concelhos* adotaram modelos semelhantes. As Atas das Cortes de 1331 noticiam que a prática dos direitos consuetudinários e a cobrança das multas de coima aconteciam em mais de uma corte.¹³⁴ Os costumes escritos dos *concelhos* perfeitos mostram a jurisprudência penal.¹³⁵ De acordo com Alexandre Herculano,¹³⁶ foi um princípio nesses *concelhos* que, no caso de assassinato intencional com a participação de mais de um indivíduo, o principal culpado fosse entregue à justiça e seus cúmplices ficassem *homizieiros*¹³⁷ dos parentes do assassinado. Assim, longe de resgatar com ouro a punição do homicídio, entregava-se o principal culpado à vindita pública e legitimava-se a vindita privada contra os sócios do crime.

No entanto, ímpetos generosos podiam abrandar a fereza da vingança privada. Embora se aceitasse o ato de espontaneidade da parte ofendida quando negasse o comportamento de perdão, o poder público mantinha e recomendava a temperança através de cerimonial que se tornou ritualístico. As solenidades eram legitimadas com o concurso dos homens bons, fato

¹³³ SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, s/d. v.2, p.607. Confira verbete sobre “coimas” ou “calúnias”.

¹³⁴ FIÚZA, Mário. *Edição crítica do elucidário de Viterbo, baseada nos manuscritos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1962.

¹³⁵ Segundo Alexandre Herculano, existiam forais imperfeitos. Para o caso citado, as principais notas referem-se aos costumes de Santarém e Beja (HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do Reinado de Afonso III*. 9.ed. Lisboa: Bertrand, s/d. 8v. v.VII, p.357.).

¹³⁶ *Ibidem*, v.VIII, p. 357.

¹³⁷ *Et insuper sit inimicus. Sit inimicus* na frase jurídica da época é sinônimo de *sit homicida* ou *sit homizieiro*, significando que fique o réu equiparado ao matador e, portanto, sujeito à vindita privada. Ver FIÚZA, Mário. *Edição crítica do elucidário de Viterbo, baseada nos manuscritos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1962. p.183. O verbete “homicídio” apresenta o *homizieiro* como o criminoso que não ficava totalmente remido da culpa, por isso, coagido a abandonar o *concelho*. Cf. SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, s/d. v.3, p.447, 607. Cf. verbete sobre “coimas” ou “calúnias”.

que garantia a sua validade, enquanto a justiça privada com suas vinganças familiares era cerceada, estabelecendo a matriz do “reconhecimento do poder do título do rei”. A aceitação dos poderes da realeza também se ligava ao exercício das coimas com suas multas.¹³⁸

O gerenciamento das penas pelos forais¹³⁹ e costumes dos *concelhos* acabou desembocando na função de justiça da realeza. Gradativamente, a monarquia assumia o exercício da justiça, ocupando um papel essencial na organização dos *concelhos*, ao concentrar em seus poderes importante função para a sobrevivência dos grupos. O estabelecimento final da justiça penal como monopólio do estado coincidiu com ações empregadas pela realeza para colocar-se acima de qualquer poder concorrente, exemplificadas por atos como o conhecimento dos autores de delitos, com listas de culpados e com estabelecimento positivo de penas individualizadas, que passaram a regular a vida em sociedade.¹⁴⁰ A carta de seguro é originária dos *concelhos* que exerciam o trabalho de assegurar o réu diante dos vizinhos e, enquanto estivesse seguro, nenhuma atitude de vingança privada podia contra ele ser executada.

Tanto os homens quanto os grupos por eles formados deviam manter em observação a ordem jurídica ou, ainda, a paz. Esta era assente na amizade, conquanto os homens deviam proceder entre si como amigos e em respeito às normas comuns, eles deviam inspirar confiança nas suas relações com outros. A violação das normas de respeito era uma ameaça à paz, instaurando o estado de inimizade quando o ofensor tornava-se um inimigo do ofendido. Esse processo funcionava como ruptura, provocando a instabilidade da comunidade, ao abalar a segurança coletiva que, para além da posição individual, colocava em risco a própria coletividade. Quanto mais fosse exigido que o indivíduo se defendesse, mais frágil era o equilíbrio do grupo frente a questões externas. Essas lógicas de sobrevivência levaram os grupos a reprimir a criminalidade, fosse com as ações de autoridade constituída, fosse através da vingança privada, juridicamente considerada legítima. “A revindita é *justa*. Quem a leva a cabo para castigar um *torto* está no seu *direito*”.¹⁴¹

¹³⁸ CAETANO, Marcello. *História do direito português*. 2.ed. Lisboa, São Paulo: Editorial Verbo, 1985. p.203-207.

¹³⁹ Forais, segundo Sampaio, são as leis municipais que os monarcas e senhores das terras como capitães donatários da coroa davam a cada uma das vilas ou cidades em particular cujo objeto principal era o censo, tributo ou foro que seus moradores deviam pagar (Cf. SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa e. *Prelecções de direito pátrio público, e particular, offerecidas ao serenissimo senhor d. João Príncipe do Brasil*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1793. p.94.).

¹⁴⁰ Sobre o assunto, ver o verbete “querela” em *Grande enciclopédia portuguesa-brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, s/d.

¹⁴¹ CAETANO, Marcello. *História do direito português*. 2.ed. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1985. p.248-250.

A percepção de justiça associava-se diretamente à noção de direito, demarcando a oposição entre os que estavam dentro do direito e os que se situavam fora dele, mantendo-se tortos. Essa percepção vincular-se-ia diretamente à constituição de uma teoria global da sociedade e do estado, promovendo a subordinação do direito e da política à moral, acrescendo a influência teológica ao pensamento doutrinário, o que ocorreu, sobretudo, nos estados católicos. A vinculação do direito e da política ao pensamento de cunho religioso e universalista propiciaria a combinação entre os pressupostos de coletividade e direitos em geral que seriam resguardados com as noções de matriz doutrinária, uma lei geral e ampla sustentada no pensamento do direito natural e das gentes. Desse modo, noções valorativas se impunham ao pensamento social ao identificar a justiça como o fim do direito.¹⁴² Por outro lado, a lei como texto escrito definidor de comportamentos individualizantes estava fora desse cenário.

No entanto, o indivíduo praticante de delito, “o delinquente”, portanto, desviante da ordem universalista geral, encontrar-se-ia sujeito a um discurso severo, punitivo, e dele somente se livrava ao apelar para o recurso do perdão, acenando para as práticas misericordiosas daquela sociedade e lembrando-lhe que a justiça era o fim do direito. A carta de seguro funcionava como um perdão individual e temporário até provar que o réu era uma pessoa detentora de inocência e, nesse contexto, é que a carta de seguro não demandava explicitação, porquanto ela existia, e era necessário somente estabelecer os termos de sua aplicação e direito.

2.2 Os tratadistas e a carta de seguro

A utilização de tratados foi uma prática dentre os portugueses que fizeram uso de muitos manuais em diversos campos do conhecimento. Manuais de pintura, manuais de marinheiros navais, manuais de práticas inquisitoriais exemplificavam o costume lusitano de ensinar técnicas de trabalho.¹⁴³ Antônio Pedro Barbas Homem¹⁴⁴ chega a sugerir que a Igreja

¹⁴² HOMEM, Antônio Pedro Barbas. *História*. História das relações internacionais: o direito e as concepções políticas na Idade Moderna. Coimbra: Livraria Almedina, 2003.

¹⁴³ A prática usual de manuais para a formação dos profissionais acompanhou a tendência histórica dos lusitanos ao fazer uso de orientações para o exercício de profissões. Além dos manuais jurídicos, tem-se notícia da publicação de manuais voltados para a confecção de material cartográfico, bem como a existência de manuais eclesiásticos para processos inquisitoriais. Sobre os tribunais inquisitoriais, ver Anita Novinsky, e sobre o material cartográfico e seus manuais, ver Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (BUENO, Beatriz Piccolotto

Católica tenha desempenhado grande influência nesse aspecto, quando, no final da Idade Média, ela formulara a obrigação de confissão anual e, para isso, elaborara os tratados de confissão. Ele assegura que essa prática permitiu um aperfeiçoamento dos “elementos teológicos e da canonística”, levando ao aparecimento de uma literatura típica que, transportada para os domínios de relações internacionais, provocaria decisivas mudanças nas concepções romanas, sobretudo no que se referiu à concepção de guerra justa. Ela seria medida a partir da valoração da intenção dos que declaravam e dos que faziam a guerra, movimento que daria ao pensamento teológico uma vertente institucional.

Um conjunto de autores integrara a lista dos pensadores teóricos que se empregaram em traçar o pensamento jurista português, inaugurando uma tendência de construções doutrinárias que se estenderiam pelos séculos seguintes. Se, a princípio, as obras dos juristas se voltaram mais para a construção doutrinária, no século XVIII, elas assumiram uma versão mais prática. Decorrem desse fato as críticas contra os autores, principalmente pelo fato de assumirem a tarefa de praxistas, desviando-se, assim, da elaboração teórica própria do trabalho de orientação teórico-filosófica.

O século XVIII abriu espaço para o desenvolvimento da prática de processar e punir com a escrita de tratados criminais e judiciais que ofertavam aos leitores a ordem processual, modelos de petição, anexos com publicação das leis, além de ensinamentos de caráter pré-dico. Ao reservar lugar para suas histórias, os praxistas se encaixaram na prática literária do momento e, como os jesuítas, se caracterizaram por ensinar pragmáticas ao público. Os advogados iniciantes encontravam orientações de caráter prático nos tratados que defenderam a formação nos cursos de Coimbra, mas ressaltavam com veemência a experiência proporcionada pela prática.

Donald Ramos lembrou a importância representada por muitos dos documentos inclusos no Código Costa Matoso para o desempenho das funções do ouvidor. Dentre as

Siqueira. O engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do novo mundo. Comunicação apresentada no *Seminário Internacional: formas, sons, cores e movimento na Modernidade Atlântica-Europa, Américas e África*. Belo Horizonte: Pós-Graduação em História, UFMG.). No entanto, essa tendência preexistente foi fortalecida a partir do final do XVIII, tendo como centro a Academia Real das Ciências de Lisboa, *locus* do debate científico e da gestão da política colonial que, voltada para a exploração do mundo natural, se transformou no elemento aglutinador do novo ideário reformista desse período. A Academia vinha substituir a Universidade de Coimbra como o centro do debate intelectual, assim como o mundo da política de Queluz, espaço das tensões entre intrigas dinásticas absolutistas e de onde partiam as ordens régias para todo o Império colonial português, substituída a “utopia pombalina da reconstrução de Nossa Senhora da Ajuda”, segundo MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma sinfonia para o Novo Mundo*. A Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema colonial. 1998. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro. p.24.

¹⁴⁴ HOMEM, Antônio Pedro Barbas. *História*. História das relações internacionais: o direito e as concepções políticas na Idade Moderna. Coimbra: Livraria Almedina, 2003. p.21.

maiores dificuldades no exercício do ofício, como também de outros administradores reais e magistrados a serviço da Coroa em terras distantes, era saber quais leis estavam em vigor e quais haviam sido revogadas, no todo ou em parte.¹⁴⁵ A imprevisibilidade das comunicações agravava ainda mais a situação e, para um magistrado ou para os que entravam a trabalhar nos auditórios forenses, possuir um adequado compêndio de legislação facilitava o trabalho. Por outro lado, convém lembrar que, na segunda metade do século XVIII, houve alteração nos quadros do funcionamento dos serviços criminais.

Se o direito penal, mais do que qualquer outra área do direito, representou o campo que mais sofreu os efeitos do caráter transitivo em que o pensamento jurídico vinha-se conformando desde o período moderno,¹⁴⁶ ele foi eivado de permanências e modificações. O raciocínio punitivo se debateu entre o direito antigo, sustentado na tradição imemorial, e um direito novo, que surgia da própria dinâmica da sociedade. Semelhante à tensão no campo das práticas punitivas, outras noções também foram perpassadas pela ambivalência, como a oposição no plano social entre a comunidade e a sociedade, no plano econômico, no debate entre as estruturas agrárias organizadoras da produção para o autoconsumo e o desenvolvimento da produção comercial.¹⁴⁷

Esse ambiente de tensão entre as formas de pensamento se manifestou no plano jurídico sob a feição de oposição entre o direito natural e o direito positivo, entre costumes e lei escrita, lei local e lei geral, direito nacional e direito internacional, apresentados quase sempre em posições antagônicas. No século XVIII, as transformações no campo do direito penal reservaram ao direito de punir uma posição de alicerce da centralização do poder na figura real e romperam com o equilíbrio preexistente entre as formas antigas de direito e as inovações provocadas pela dinâmica social. Nesse período, outra experiência de ruptura se processou a partir do momento em que a ação de centralização dos poderes reais buscou forçar o trabalho dos funcionários reais para atender as intenções régias de centralização. Tais esforços não foram implementados sem esbarrar nas resistências da sociedade envolvida com o choque entre as práticas incorporadas e as recém-instauradas, entre o poder e os ditames da lei, entre o convívio com os vizinhos, parentes e amigos e as práticas punitivas.

Assim, um debate jurídico que antes se fazia predominante na esfera teórica, privilegiando o tratamento despendido com os temas de direito internacional e nacional, a

¹⁴⁵ RAMOS, Donald. Códice Costa Matoso: reflexões. *Varia História*, Códice Costa Matoso, Número Especial, Belo Horizonte, Fafich/UFGM, n.21, p.17-32, jul.1999.

¹⁴⁶ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p.545 *et seq.*

¹⁴⁷ CHARTIER, Roger (Org.). Dir. Philippe Ariés, Georges Duby. *História da vida privada*. Da Renascença ao século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

concepção teológica do direito com sua consequente submissão às máximas valorativas, o direito local e direito geral, a punição e perdão em atitudes misericordiosas, galgou outro campo de reflexão. A atuação prática, bem como a orientação do como fazer as ações ordinárias do processo, ocuparia grande parte dos pensadores e tratadistas. Não se tratava mais de trabalhar a lógica teórica dissociada da lógica prática, o favorecimento da prática transformou-se. Levar o conhecimento das leis aos territórios mais longínquos do império foi um instrumento da centralização, para a qual o acesso ao conjunto das leis devia ser favorecido e ensinado e, para isso, publicar textos práticos para os escrivães e advogados aplicarem nas mais distantes partes do império português era um serviço queurgia.

Nasceu o papel dos praxistas. Sua atuação desdobrou-se de um movimento de debate teórico em curso desde o século XVI, mas que, ao chegar no século XVIII, se dirigia mais para a instrumentalização prática “muito útil e necessária” aos que entram a advogar e a praticar as ações forenses, do que em renovar pressupostos teóricos de cunho filosófico ou mesmo ontológico. Tratava-se de criar elementos capazes de levar aos praticantes da lei e do direito escrito, aos executores espalhados nas mais longínquas vilas e nos distritos até mesmo do ultramar, o conjunto das leis e de criar as condições necessárias para que o domínio da lei chegasse à ponta que a aplicaria. Longe dos centros difusores dos debates, a prática local da justiça carecia das formas racionalizadas pela intenção positiva da lei.

Com exceção dos juristas plantados em Lisboa e elaboradores das reformas, a exemplo da reforma universitária levada a cabo no período pombalino, a discussão voltava-se mais para a prática daquilo que o movimento teórico implantara. Somente foi possível compreender os processos ordinários localizados na Vila de São João del Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, mediante o uso dos autores juristas e praxistas do século XVIII.

Serão discutidas as ideias dos autores utilizados no âmbito deste trabalho, acompanhando a ordem de atuação cronológica. O primeiro praxista utilizado foi Manoel Lopes Ferreira. Seu trabalho foi alvo de críticas, e sua obra foi considerada confusa, acusada de não desempenhar o que prometeu. Seu nome não consta da “relação dos jurisconsultos portugueses que floresceram em Portugal”, publicada no apêndice às *Ordenações Filipinas*.¹⁴⁸ A distância entre o título e o conteúdo oferecido não foram elementos impeditivos para o aproveitamento da obra, pois ela foi bastante utilizada e recebeu pelo menos três edições. A edição de 1767, utilizada para este trabalho, foi feita a expensas do autor e não foi a primeira como consta do título. Os exemplares da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro apresentam os

¹⁴⁸ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Auxiliar jurídico: apêndice às Ordenações filipinas*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985. v.II, p.773.

anos 1733 e 1742 como datas das edições. Seu trabalho intitulado *Pratica Criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal, e illustrada com muitas Ordenações, leys extravagantes, Regimentos, e doutores, e em quatro tomos distribuída* foi pelo autor classificada na página de rosto como “muito util e necessaria a todos os Ministros, e Officinas de Justiça, Advogados, e pessoas, que julgão, como também, a todas as mais que tratão em Juízo”. Foi “offerecida, e dedicada à imperatriz dos ceos, e da terra Maria Santíssima do Monte do Carmo”. O autor salientou “nesta última impressão accrescentada com as Leys Criminaes Extravagantes, e hum novissimo e correctissimo Idex alphabetico de toda a obra”. O autor Manoel Lopes Ferreira foi jurisconsulto lisbonense, ouvidor e provedor da cidade e comarca de Faro e foi corregedor da cidade e comarca de Lamego.¹⁴⁹

No ano de 1767, dirigindo-se ao “curioso leitor”, ele alegou que “várias práticas do direito, segundo a praxe do (nosso) Reino”, existiam, mas “nenhum até o presente momento se empregou a fazer uma pratica criminal, sendo assaz obra necessária muito precisa e cotidianamente necessária, como sabemos [...]”.¹⁵⁰ Esse trabalho primou pela forma pré-dica ofertando vários ensinamentos. A despeito de seu confuso padrão literário, ele dá sinais das máximas de seu tempo, revelando o debate coevo. Sua opinião sobre o cárcere permitiu-lhe o desenvolvimento de uma tese em dez premissas, nas quais ele discorre que o cárcere não foi feito para punição e sim para a proteção do réu.

Segundo ele, o cárcere era uma medida inadequada para punição e dispõe de forma axiomática dez argumentos contra a prisão:

[...] mas porque antes de se dar princípio a acuação judicialmente principiada, se deve o culpado meter na prisão, quando o caso assim o pede, exporemos aqui não com pouca utilidade dos professores da nossa jurisprudência, o como e o quando se deva executar a sobredita prisão, e para isto formaremos alguns prenotandos em primeiro lugar.¹⁵¹

O seu “prenotando primo” diz que o “cárcere *est mala mansio*”, porque em nenhuma parte se acha “lugar tão mau como elle he, tão só pela horribilidade de sua natureza, e temeroso de sua habitação, mas também pela privação do trato, e communicação dos homens

¹⁴⁹ Site da Biblioteca Nacional e Site das Obras Raras da Biblioteca Batista Caetano sob a guarda da UFSJ.

¹⁵⁰ FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente accrescentada, e illustrada com muitas Ordenações, leys extravagantes, regimentos, e doutores. E em quatro tomos distribuída*. Porto: Officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767. Folha de rosto. Há no APM a edição de 1741.

¹⁵¹ *Ibidem*, p.230.

e certeza infallível da immundicias, que nas prisões se encontram”. Em segundo lugar, afirma que “o cárcere mais se inventou para a guarda dos réus, do que para a pena deles”.

Defendia, em terceiro lugar, que “o cárcere ou lugar de prisão” deveria “se fundar em lugar salutar, descoberto, desabafado, de bons ares, para que sobre a aflição dos encarcerados, e presos se lhes não acresça o perigo da vida que he quase infallível nas intemperança, escuridão, e subterrâneo do lugar”.

Porque, em quarto lugar, “o cárcere he lugar de aflição e por isso se chama de lugar de tormento, aonde ao corpo, com a alma falta todo o alívio e contentamento, que apettesse qualquer humano indivíduo”, acrescentando, em quinto lugar, que “o cárcere é espécie de escravidão e pela prisão de Cárcere se perde a natural e apetevida liberdade e he hum lugar de tal qualidade e condição que por sua terribilidade iguala a pena do delito”.

Em sexto lugar, ele argumentou que, “pela prisão recebe o prezo tal ou qual infâmia [...] que periga sua fama, honra e crédito [...]” e, por esse motivo, em sétimo lugar, ele escreveu que “quem está no cárcere sem causa que justificada seja, padece huma injúria atroz, a qual se assemelha e compara a morte”. Dizendo, em oitavo lugar, que:

porque pela prisão se tira ao réo poder assistir aos seus negócios e dependência, donde se se segue hu grande detrimento ao seu patrimônio, e fazenda, pois ensina a experiência o muito que se perde com a auzência de seus donos; por esta razão se inventou o direito de muitos remédios a favor dos auzentes, para que os seus bens tenham a isenção de tantos detrimentos, quando padecem afastados de seu senhor e possuidor.¹⁵²

E, por isso, em nono, ele escreveu que “a prisão contém dano irreparável”, encerrando com sua décima premissa as razões de sua anotação:

porque o cárcere, e prisão nenhuma outra couza he para os homens que a experimentão, senão hu purgatório da vida humana, pelos discomodos, danos, aflições, que padecem nos seus apertos e estações limitadas... miséria dos presos diz dict. “carcer est sepulchrum virorum quin omnibus mortui videntur, consumatio bonorum, consolatio inimicorum, experientia amicorum, species tortur e mortis simitudo, mala mansio, purgatoriu bujus vitae, locu horribililis”[...].¹⁵³

Comparando o cárcere à sepultura e tortura de morte e assim suposto como purgatório, insistia o corregedor que “devem os ministros advertir muito que não prender sem huma causa

¹⁵² FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente accrescentada, e illustrada com muitas Ordenaçoens, leys extravagantes, regimentos, e doutores. E em quatro tomos distribuida*. Porto: Officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767.p.231.

¹⁵³ *Ibidem*, p.232-233.

muito justa [...]”. Dizendo que muitas eram as regras para a prisão e muitas controvérsias e por esses motivos “a mais verdadeira e seguida é que seguimos na nossa praxe he que no arbítrio do Juiz se deixa o pezo deste negócio [...]”. E, finalmente, emendava: “mas não há de ser tão livre”.

No tomo terceiro da sua obra, Ferreira apresenta a ordem de um processo criminal, “desde a acusação e livramento até a ultima execução de maior alçada.” Ao sugerir os procedimentos recomendáveis, ele trabalha com quatro hipóteses de legalidade para o réu: estar preso em cadeia pública, estar com carta de seguro, estar sob homenagem, sob a guarda de fiel carcereiro. Fora da legalidade o réu estaria fugido. Apresenta dois modelos para petição de carta de seguro negativa, um para quando houver presunção de culpa e outro quando há conhecimento de culpa formada em pronúncia, e um terceiro modelo é para carta confessativa. Faz uma descrição dos passos do processo.

Sobre a carta de seguro escreveu que, sendo o réu pronunciado, ele “orientava sempre que logo entrasse a requerer a carta de seguro”.¹⁵⁴

Temos dito, e explicado as cauzas e motivos porque se deve no princípio tirar carta de seguro e correr folha e o modo de como se deve correr [...] Qualquer pessoa para evitar o ir a cadea, não tem outro mais breve caminho que o da carta de seguro, petição na forma seguinte [...].¹⁵⁵

Qualquer pessoa que “presumir, souber que se acha culpado, pronunciado e obrigado à prisão e livramento” teria como evitar os horrores do cárcere. A possibilidade de uso do “mais breve caminho” era extensível a todos que, procurando a concessão da carta de seguro, pretendiam provar sua “inocência em liberdade” e como forma de consegui-la o autor oferece o modelo da petição.

Diz F morador em tal parte, que a sua notícia veyo que pessoas suas inimigas querellarão e denunciarão do suplicante perante as justiças de sua majestade, especialmente F ou FF dizendo (contasse o fato v.g.) que sendo em tantos de tal mês e ano, o suplicante de propósito e caso pensado esperara ao suplicado F ou FF e lhe dera com um pao ou outro instrumento ferindo-o e fazendo-lhe nódoas negras sanguinolentas, pizadas, inchadas ou com uma espada lhe dera tantas cutiladas o lhe cortara couro e carne, ou lhe dera uma bofetada com a mão aberta, ou ferida no rosto, ou lhe furtara tal cousa etc. que outrossim tinha cometido todos os mais crimes prohibidos em direito, Leis

¹⁵⁴ FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente accrescentada, e illustrada com muitas Ordenaçoes, leys extravagantes, regimentos, e doutores. E em quatro tomos distribuida*. Porto: Officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767. p.274-282.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p.279.

extravagantes e Ordenações do reino sendo uzeiro e vizeiro a cometer estes, e outros semelhantes crimes: que tudo nega: e porque teme ser preso antes da verdade judicialmente sabida e solto se quer mostrar livre e sem culpa do crime, porque falsamente o argüem P.A.V.M. Ihe faça mercê de conceder sua primeira carta de seguro negativa, para livre se mostrar sem culpa do crime, de que falsamente o acusa. E.R.M.¹⁵⁶

Claro que, na raiz desse processo, encontrava-se a mentalidade perpassada pelas práticas do Antigo Regime. O sistema que o caracterizou assumia as formas de mercês reais com doações e concessões régias através de direitos patrimoniais, concessão de privilégios territoriais e jurisdicionais. Enquanto os favores régios contribuíam para a reprodução e fortalecimento de uma sociedade hierarquizada, por outro lado, jogavam os não favorecidos nas malhas da ação daqueles que controlavam localmente os instrumentais da concessão real. É possível atribuir as críticas dirigidas ao trabalho de Manoel Lopes Ferreira à sua inserção em um período e estágio do debate acerca do campo do pensamento jurídico, sobretudo no que diz respeito ao da criminalidade. A preocupação com a criminalidade e suas penas se acentuava em face das transformações impressas no plano da organização social com a gradual individuação dos homens plebeus, que já podiam ser visualizados fora do restrito círculo de dependência que os vinculava aos homens fidalgos. A segunda metade do século XVIII português assistiu a uma série de decretos que visava a romper as antigas formas de raciocínio social dentre o povo lusitano, situação ilustrada com os decretos pombalinos que forçavam, a partir de cima, reformas sociais de amplo espectro.¹⁵⁷ A doutrina jurídica refletiu esta situação.

Manoel Lopes Ferreira, jurista praxista, foi, segundo Arno Wehling, o último expoente da noção de doutrina pura do Antigo Regime.¹⁵⁸ Anterior às influências dos pensamentos que pregavam tratamento mais humanitário nas penas, tendência fortalecida mais tarde com o estudo de Beccaria,¹⁵⁹ o jurista português ainda associava o delito e o crime ao malefício, traduzidos como sinônimos de pecado. Daí se percebe com mais nitidez a inserção histórica de suas premissas contra o cárcere. O crime pedia punição, mas o encarceramento não representava a forma adequada de punir.

¹⁵⁶ FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente accrescentada, e illustrada com muitas Ordenaçoes, leys extravagantes, regimentos, e doutores. E em quatro tomos distribuida*. Porto: Officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767.p.279.

¹⁵⁷ Decretos sobre os casamentos entre os fidalgos, sobre a existência de pessoas de sangue impuro, sobre a demonstração de luxo e distinção social.

¹⁵⁸ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p.550.

¹⁵⁹ BECCARIA, Cesare B. Marchesi de. (1738-1794). *Dos delitos e das penas*. Tradução de Lucia Giudicini. (Clássicos). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

O segundo autor jurista utilizado neste trabalho foi o professor titular da cadeira de Direito Pátrio da Universidade de Coimbra: Francisco Coelho de Sousa e Sampaio.¹⁶⁰ Seu nome está relacionado dentre os jurisconsultos do Reinado de D. Maria I e de D. João VI.¹⁶¹ O estudo de Barbas Homem¹⁶² apresenta-o como um regalista, ou seja, um pensador empregado no esforço teórico de fundamentar a jurisdição régia perante as jurisdições eclesiásticas, empreendendo o trabalho de distinguir entre os bens que constituem o patrimônio público do príncipe e os bens privados. Estaria no cerne dessa distinção, segundo o autor, o debate que objetiva o fortalecimento da figura do príncipe com o oferecimento de argumentos legitimadores do direito fiscal dos reis.

O trabalho desse autor acompanhou os moldes reformistas da Universidade de Coimbra e ele teve que escrever e apresentar seu programa de curso. Sampaio apresentou seu estudo em forma de aula com a denominação de *Prelecções de direito pátrio público, e particular, offerecidas ao sereníssimo senhor d. João Príncipe do Brasil e compostas por Francisco Coelho de Sousa e Sampaio*. Foi desembargador da Relação do Porto, lente proprietário da cadeira de História de Direito Romano e Pátrio na Universidade de Coimbra reformada. Assumiu a cadeira de direito público pátrio no ano de 1789 e publicou seus estudos nos anos de 1793 e 1794 em Coimbra.

Ao apresentar seu conjunto de dúvidas e responder aos seus opositores em termos de embates políticos filosóficos, ele muito contribuiu para a apresentação das preocupações contemporâneas. Ao comentar as críticas que sofria, apresentou claramente a proposta que lhe fora encomendada. Sua filiação a uma tendência de fortalecimento do poder ficou explícita, no entanto, sua defesa se voltava para reservar ao poder majestático o direito de fazer as leis e de punir, minimizando o caráter corporativo dos poderes, fortalecendo o eixo central frente aos poderes periféricos, até então vigentes.¹⁶³ Foi-lhe atribuído o trabalho de escrever, de “modo sintético, compendioso e demonstrativo”, como exigiam os estatutos da universidade reformada, um método de estudar as leis. Queixava-se dessa dificuldade e nela trabalhava, desde que assumira a cadeira de Direito Público Pátrio. Dizia que a cadeira de Direito Pátrio

¹⁶⁰ SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa e. *Prelecções de direito pátrio público, e particular, offerecidas ao serenissimo senhor d. João principe do Brasil e compostas por Francisco Coelho de Sousa e Sampaio. Desembargador da Relação do Porto, e Lente Proprietário de Historia de Direito Romano e Pátrio em a Universidade de Coimbra*. Coimbra: Regia Officina Typografica, 1793/1794.

¹⁶¹ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Auxiliar jurídico*: apêndice às *Ordenações filipinas*. Lisboa: Calouste Goulbenkian, 1985. v. II, p.773.

¹⁶² HOMEM, Antônio Pedro Barbas. *História*. História das relações internacionais: o direito e as concepções políticas na Idade Moderna. Coimbra: Livraria Almedina, 2003. p.81.

¹⁶³ Sobre a preeminência do poder central na sua relação com os poderes periféricos que funcionam como limites para o poder monárquico, ver HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviathan*: instituições e poder político, Portugal século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. p.471 *et seq.*

se dividia em estudar o direito pátrio público e o direito pátrio particular. Afirmava que seu estudo tratava de sintetizar o Livro Segundo das *Ordenações* e que ele deixava para depois o Livro Primeiro, que tratava da prática e modo forense de praticar a lei.

Sampaio, aluno de Pascoal José de Mello Freire, a quem, confessa, ter devido os seus primeiros ensinamentos, escreveu que as *Ordenações Filipinas* resultaram de compilações dos direitos anteriores escritos e dos consuetudinários e que, portanto, as matrizes do pensamento jurídico eram muitas. Fez parte de uma geração de juristas menos constrangida pelos direitos dos costumes comuns dos povos. Segundo ele, não basta que o governante faça boas leis para o seu exercício governativo, ele também devia contar com o direito de punir. Como um regalista, sua obra foi considerada útil para a história do direito pátrio português, e esse fato deve ter-lhe garantido as críticas de que resolvia as dúvidas do direito pátrio sem muito titubear, fato que ele mesmo apresentou em suas preleções.¹⁶⁴

Assim, Sampaio defendeu a doutrina que liga os “imperantes e os súditos”, enfrentando o risco de ser reputado “um fanático-político e falto de senso literário”. Escreveu:

Direito Magestático ou Poder Supremo tem seu princípio constitutivo da mesma Lei Natural, e que este Império Deos o quis, Deos o constituo, como necessário para sua conservação e segurança dos Direitos do Homem e que a pessoa designada, ou eleita pelos mesmos homens para imperante he em que o Poder supremo se radica primaria, directamente e immediatamente [...].¹⁶⁵

Os tomos I e II tratam das noções preliminares do direito público português, enquanto o III trata do direito pátrio particular. As partes do direito por ele apresentadas e que mais expressam o que se relaciona às cartas de seguro foi o tratamento dado ao “direito inspectivo”, ao “direito da polícia” e ao “direito executivo”. Ele afirmou que o “poder majestático”, além do “direito de legislar, tem também o direito de inspecção”, afirmando serem da mesma natureza.¹⁶⁶ Defende que os direitos majestáticos seriam inúteis, não tendo os “imperantes autoridade para os fazer executar, porque o vínculo da consciência que he inseparável da obediência devida aos soberanos, não basta para promover a observância de suas leis”, continua afirmando que “a pena espiritual, a que estão sujeitos seus transgressores, não acautela os males que nascem da transgressão das leis”.¹⁶⁷

¹⁶⁴ SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa e. *Prelecções de direito pátrio público, e particular, offerecidas ao serenissimo senhor d. João Príncipe do Brasil*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1793. Prólogo.

¹⁶⁵ SAMPAIO, *loc cit.*

¹⁶⁶ SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa e. *Prelecções de direito pátrio público, e particular, offerecidas ao serenissimo senhor d. João Príncipe do Brasil*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1793. p.79.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p.159.

O fortalecimento político dos reis estaria contemplado nesses ensinamentos, e a fusão dos poderes legislativo e judiciário estaria também concentrada nas mãos do monarca. Entende-se haver aí um deslocamento nas noções conceituais do crime ao sair da esfera da consciência, portanto, do pecado, para uma esfera de controle do monarca. O direito de punir encontra sua defesa, mas, conforme o trabalho, também apresentará o poder de perdoar, que vem das mãos do rei, pela distribuição da graça. Para a constituição de uma sociedade bem ordenada, “he necessário que o Príncipe tenha auctoridade primeiro de sancionar com certas penas as suas leis, segundo de julgar as ações dos súbditos; terceiro de e executar coactiva e eternamente as mesmas Leis”.

Sustenta seus argumentos acerca do direito de punir e agraciar. No âmbito de seu trabalho, já se encontram os indícios sobre a determinação da noção objetiva do crime e de sua punição merecida e justa. “A pena é um mal que o superior estabelece contra o súbdito, que viola as suas leis” ao cometer alguma ação prejudicial à sociedade, “a fim de que esta se não offenda”, e, por isto, o castigo é necessário. Algumas linhas do tratamento penal, exemplificadas na determinação de que a pena seja pelo menos tão grande como a moralidade da ação que se castiga, emergem da argumentação. Outra definição do sistema penal reafirmou, com a lei extravagante de 13 de agosto de 1770, o estabelecimento de que a pena somente fosse aplicada ao autor do delito para não “provocar danos a filhos e descendentes”. Assim ficou determinado “que a pena deve regular-se pelo seu fim e proporcionar-se com a moralidade da ação em si mesma, mas com relação ao fim da sociedade”.¹⁶⁸

Concluindo com a linguagem corriqueiramente expressa nos processos que dizia ser “o efeito da pena” voltado para “a emenda do delinquente, a satisfação do ofendido, o exemplo para os mais”. Ainda que “o cárcere, se por uma parte serve de castigo, por outra conserva uma imensidade de homens inúteis, e ociosos, que em castigo de seu delito são sustentados à custa dos concidadãos” a quem “ofenderam” e constituem por isso “um peso ao estado”, justificando assim ao rei o direito de agraciar. O professor de direito pátrio ensinava em suas lições que “da mesma natureza e fim das penas” se usasse “em ocasiões especiais, como a Páscoa” em se “lançar dos cárceres”, por via do perdão, os réus. Os cárceres, “cheios pela falta [de] execução”, justificavam que até “mesmo a polícia” pedisse para “que se usem deste e outros motivos públicos” para alguns réus agraciar com o perdão.¹⁶⁹

¹⁶⁸ SAMPAIO, *loc cit.*

¹⁶⁹ SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa e. *Prelecções de direito pátrio público, e particular, offerecidas ao serenissimo senhor d. João Príncipe do Brasil*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1793. p.176.

Sampaio não se referiu à carta de seguro, mas indicou seus pressupostos e deixou explícito, mesmo sob outros pressupostos políticos, que “a saúde dos povos he a única norma que deve regular o poder supremo” e para ela o poder majestático devia “dirigir-se o direito de agraciação”.¹⁷⁰ Muito embora o pensamento político já estivesse apresentando versões mais adaptadas a um esforço de centralização, e o tratamento conceitual reservado ao direito penal já apresentasse claros sinais de laicização, ao galgar um patamar de um poder próprio do monarca, o jogo político do monarca sustentado na prestação do serviço de justiça, com a administração das graças e perdões, revestidos do caráter de direito de agraciar, ainda continha um novo alento com os ensinamentos reformados da universidade.

Antonio Vanguerve Cabral, jurisconsulto do reinado de D. João V,¹⁷¹ conseguiu fazer edições de seu trabalho até no século XIX, como a impressão de 1842, que editou a versão da sua prática judicial do ano de 1757. Como a de Ferreira, também foi lançada como “muito útil, e necessária” para os que “princiavam os ofícios de julgar e advogar”, e ainda “para todos os que solicitavam causas nos auditórios” tanto do foro cível como do criminal. A prática judicial de Vanguerve Cabral foi, de acordo com sua apresentação na folha de rosto, “tirada de vários autores práticos” e dos “estilos mais praticados nos auditórios”. A impressão apresentou como marco a “nova reformation da justiça” na edição datada de 1757.¹⁷²

Vanguerve Cabral fez parte dos nomes que compuseram o grupo de adeptos das teses mais modernas.¹⁷³ Seu trabalho apresentou uma versão mais clara do ponto de vista da apresentação dos temas. O autor serviu a administração da justiça em Itamaracá, quando exerceu o cargo de ouvidor. Defendeu o conhecimento da prática, mas ressaltou que esta deve ser conforme as leis, e que os ministros “terão estudado na Universidade de Coimbra”, apontando que “a experiência tem mostrado quantas causas e mais negócios se perderam por falta de prática para os encaminhamentos”. Advertiu também que os ministros hão de julgar segundo as leis do Reino, “não obstante a praxe em contrário, porque os estilos contra a dita lei não se devem observar”.¹⁷⁴

Ele também apresenta algumas das adaptações feitas no Brasil para o funcionamento do processo, de tal modo que fez consulta ao Tribunal da Relação da Bahia sobre o fato de os

¹⁷⁰ *Ibidem*, p.189.

¹⁷¹ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Auxiliar jurídico: apêndice às Ordenações filipinas*. Lisboa: Calouste Goulbenkian, 1985. v. II, p.773.

¹⁷² CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica judicial, muyto util, e necessária*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842.

¹⁷³ Cf. WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p.559.

¹⁷⁴ CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica judicial, muyto util, e necessária*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.1-4.

“meirinhos, alcaides, juízes e mais oficiais da vintena” fazerem citação às partes. A resposta que recebeu para essa consulta lhe determinou que observasse os “estilos”, situação que ele resolveu com a localização da carta de 19 de maio de 1704 sobre a atuação dos meirinhos e alcaides que “não tinham fé nem se lhes permite pela lei fazerem citações e aos juízes”.¹⁷⁵ Ele afirma que entrou a conceder as cartas de seguro na Capitania de Itamaracá onde trabalhou.¹⁷⁶

Os capítulos que tratam das causas criminais apresentaram uma tendência de sistematização do conceito, o que resultou em maior clareza de exposição em relação às práticas anteriores. O conceito de “juízo criminal” foi apresentado como a esfera judicial que trata as causas criminais para efeito de serem castigados, “conforme merecem os excessos” com que se cometeram os crimes e para a satisfação da República. Ele comenta que foi o juízo criminal instituído para se castigarem os delinquentes, para com o castigo satisfazerem as partes e a República, evidenciando a presença dos elementos da punição exemplar, tanto que a prática já inseria em seus escritos a máxima expressa na expectativa de que “para com o castigo haver emenda”.¹⁷⁷

Sobre as cartas de seguro, ele orientou quando e em que situação elas podiam ser requeridas, forneceu modelo de petição para impetrá-las, orientou como fazer a ordem do processo ordinário e apresentou os seus passos. Afirma que, para “se passar as cartas de seguro”, é preciso ter conhecimento da lei de 10 de janeiro de 1692¹⁷⁸. Seu trabalho voltou-se para a formação de advogados e solicitadores de causa com um esforço de localização das leis. Esse trabalho apresentou clara separação entre os assuntos cíveis e criminais, e a citação de leis bem como os assentos da Casa de Suplicação mostram as dificuldades enfrentadas para o acompanhamento das leis em terras do Brasil, serviço que se acentuaria mais para o final do século XVIII.

Outro indicativo de que o crescimento das intervenções em assuntos de justiça, sobretudo em assuntos criminais, já apresentava novos sinais desde as últimas décadas do século XVIII foi o trabalho de Pereira e Sousa. Apresentado como “um outro jurista, embora não graduado pela Universidade, reformista”, foi José Joaquim Caetano Pereira de Sousa (1740-1818) quem intentou uma sistematização do direito penal ao escrever o trabalho sobre

¹⁷⁵ *Ibidem*, p.5.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p.160.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p.36.

¹⁷⁸ CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica judicial, muyto util, e necessária*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.39.

as “*Classes dos Crimes*”, em 1803, obra “muito influenciada pelos ideais do humanitarismo italiano de M. de Beccaria, G. Filangieria”.¹⁷⁹

No entanto, na obra de Joaquim José Pereira e Sousa consta, além das classes de crimes, também a publicação das *Primeiras Linhas sobre o Processo Criminal*, em 1785, trabalho que recebeu mais três edições datadas respectivamente de 1800, 1806, 1820. Esse jurisconsulto também escreveu as *Primeiras Linhas sobre o Processo Civil*, com três edições, datando a terceira de 1825 e permanecendo desconhecidas as datas da primeira e segunda edições. Escreveu também o *Esboço de um Dicionário Jurídico, Teórico e prático, remissivo às Leis compiladas e extravagantes*, publicada por seu filho, em Lisboa, no ano de 1827, depois de sua morte. E ainda escreveu as *Alegações de defesa, a favor do réu Domingos dos Santos Moraes Sarmento acusado do crime de fabricar apólices de papel moeda*. Nascido em Lisboa, entre os anos de 1740 e 1750, foi titular de carreira polêmica, pois há dúvidas se Pereira e Sousa formou-se no curso de Direito em Coimbra. A notícia corrente é que não chegara a se formar, pertencendo à classe dos advogados de provisão, fato que provoca certa dúvida em Cândido de Almeida, ao considerar a situação desse jurista como uma singularidade, porque ocupou cadeira de advogado na Casa de Suplicação. A ocupação de tal cargo tinha como pressuposto a formatura com o grau acadêmico. Seu nome consta ao lado de Pascoal José de Melo Freire dos Reis e Manoel de Almeida e Sousa, em uma lista dos vultos mais importantes da jurisprudência pátria, no fim do século XVIII e início do XIX.¹⁸⁰

Teve recepção pródiga. Foi recebido como autor de uma interpretação ainda mais prática que a de seus antecedentes jurisconsultos, mediante a crítica de Lobão. Em 1855, ao escrever as *Segundas linhas sobre o processo civil, ou antes addicções às primeiras, do bacharel Joaquim José Caetano Pereira e Sousa*, o jurista, “que se dizia da aldeia”, registrou como crítica ao jurisconsulto Pereira e Sousa o fato de que “escreveu como certo e sólido, sem indicar opiniões contrárias”.¹⁸¹ No entanto, em nota sobre Pereira e Sousa, Cândido Almeida diz que “este jurisconsulto era espírito forte”, era simpático às “tendências pelas doutrinas dos filósofos enciclopedistas”, além de manter íntimas relações “com o célebre Padre Francisco Manoel do Nascimento, vulgo Filinto Elysio, cujas doutrinas tinham pouco de ortodoxas”.¹⁸²

¹⁷⁹ MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Coordenação A. M. Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa, s/d. v. IV, p.145.

¹⁸⁰ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Auxiliar jurídico: apêndice às Ordenações filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gullbenkian, 1985, v.II, p.773-788.

¹⁸¹ LOBÃO, Manoel de Almeida e Sousa de. *Segundas linhas sobre o processo civil, ou antes addicções às primeiras, do bacharel Joaquim José Caetano Pereira e Sousa*. Publicada pela Impressão Régia em 1855.

¹⁸² ALMEIDA, op. cit., v. II, p.788.

O certo é que Pereira e Sousa foi um autor conhecido dos advogados na Comarca do Rio das Mortes, aparecendo como instrumento na argumentação jurídica desenvolvida no processo. As suas *Primeiras linhas do processo criminal* foram amplamente utilizadas nesta pesquisa. Ele escreveu que, “formada a culpa, e presos ou seguros, ou afiançados”, os réus, autores de casos de delitos mais graves, teriam seus bens sequestrados e somente a partir de então teria início a acusação. Segundo ele, a acusação era “como legítima dedução do crime feita em Juízo competente para o fim de imposição da pena”, e ainda dizia que o livramento não podia ter início sem que o réu estivesse preso, afiançado ou debaixo da homenagem, ou seguro.¹⁸³

Segundo nota de Pereira e Sousa, a carta de seguro fora um mecanismo exclusivo do reino português, acrescentando que ela era desconhecida dos romanos, sendo “um remédio para o nosso reino”. Para ele, a carta de seguro difere da fiança, uma vez que esta era regularmente concedida aos presos, o que não altera o fato de, em algumas circunstâncias, ser também concedida a pessoas soltas.¹⁸⁴ Segundo ele, “seguro é a promessa judicial pela qual o réu, debaixo de certas condições, se exime da prisão até a conclusão da causa”. Isso por que “a prisão foi introduzida mais para a segurança do réu que para a pena de seu delito”.¹⁸⁵ Organizado meio século antes, o manual judicial de Cabral difere das *Primeiras Linhas* de Pereira e Sousa, sobretudo no que diz respeito ao debate doutrinário. Uma comparação entre as duas obras permite afirmar que a diferença seja estabelecida pelo grau de recorrência a citações de matrizes doutrinárias de origem romana, bem como a apresentação dos temas de forma assistemática na obra mais antiga. A visão corrente de que a punição é esperada, mas o cárcere é algo indesejado, é corroborada nos dois tratados.

Com exceção da obra de Sampaio, publicação resultante de seu programa de aula, todos os autores apresentaram histórias em que narravam suas experiências ou algum exemplo do pensamento comum na época, dando-lhe um caráter didático. Ferreira,¹⁸⁶ afirmando ser

¹⁸³ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.99.

¹⁸⁴ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.73. O estabelecimento de uma comparação entre a carta de seguro e congêneres ainda leva o autor a estabelecer que “cessa a prisão no caso de seguro” e “relaxa-se nos casos de homenagem e fiança” (*Ibidem*, p.62-64).

¹⁸⁵ *Ibidem*, p.68-73.

¹⁸⁶ FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente acrescentada, e illustrada com muitas ordenaçoes, leys extravagantes, regimentos, e doutores. E em quatro tomos distribuida*. Porto: Officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767. p.115.

“muito conveniente que não fique em silêncio”, relatava sobre o “famoso caso sucedido na Cidade de Évora pela morte de hum homem”. Utilizava-se do caso sucedido para debater sobre a promessa de livramento feita por um juiz em uma passagem que levantou a opinião pública. Discorrendo sobre as interpretações suscitadas pelo costume de prometer perdão mediante a confissão da culpa, o praxista, no capítulo “em que se trata da promessa de livramento que o Juiz faz aos presos, se confessarem o delito e se a tal confissão lhes pode servir”, afirmou que tal situação, “dada a sua gravidade”, suscitava três correntes de opiniões. Diante disso, ele relatou o caso que tanto chocara os súditos portugueses. Um camponês que confessou o crime em uma devassa assinou o termo de confissão, fora submetido a um processo de livramento e fora condenado à execução em instância superior.

O relato do praxista conta que um réu foi levado à confissão diante de uma promessa de livramento “feita ao verdadeiro delinquente pelo ministro da devassa”:

que achando-se hum homem morto, e meio sepultado em o campo e sendo logo desenterrado se veio no conhecimento de quem era; e como quer que houvesse suspeita na cidade de que hum parente seu o tinha morto atreçoadamente, e o tinha sepultado daquela maneira, foi logo ele trazido diante do juiz que lhe fez promessa de ficar sem castigo a sua culpa, se confessasse a verdade do caso. E como era rústico e homem do campo, confiado na promessa do juiz confessou que ele tinha feito a sobredita morte, da qual confissão se mandou fazer termo, que o tal delinquente assinou, e confirmada assim, e acabada a acusação, foi sentenciado a morte na instancia superior, e mandada por sua cabeça no lugar do delicto para exemplo horror e terror dos mais homens; e assim se executou.¹⁸⁷

Ferreira, o praxista, pergunta-se “se foi bem condenado o tal réu a morte debaixo do daquele engano da promessa de livramento”? E “se convém usar deles, para se saber dos malfeitores a verdade dos delitos cometidos”? Afirma o praxista que, sem dúvida, essa era uma prática seguida “por muitos doutores e leis” que, sustentando-se nos fundamentos de que os criminosos eram malfeitores, não creditavam qualquer forma de perdão ao réu.

No entanto, Ferreira¹⁸⁸ apresentou as correntes que se opunham a tais práticas. Uma se sustentava na assertiva de que “não se deve enganar a fé de nenhum homem”. Aproximava-se, pode-se dizer, do pensamento teológico. A segunda sustentava-se na defesa de todo tipo de prática para a confissão do crime. Enquanto a terceira buscava um termo de equilíbrio,

¹⁸⁷ FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente accrescentada, e illustrada com muitas ordenações, leys extravagantes, regimentos, e doutores. E em quatro tomos distribuida*. Porto: Officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767. p.115-116.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p.116-117.

argumentando mais de acordo com a prática jurídica costumeira em um comportamento de coerência interna nas questões de julgar e alegava que “a promessa de liberdade frente à confissão deve seguir padrão similar à carta de seguro”. Concluindo, portanto, que “não deve ser quebrada”, mantendo a “mesma sorte se deve cumprir a dita promessa”. Tudo indica que o praxista concordava com essa tendência. Ele ainda escrevia:

ainda mais se a carta de seguro for tirada e passada por juiz que não tem competência, que não tem jurisdição para a passar, e sem embargo disso, passou ao criminoso e ele em boa fé de a justiça o segurar, andar com ela em quanto não se apresentara juízo no termo da lei, ou se vai apresentar com ela a juízo, não deve a tal carta de seguro ser-lhe inútil ao dito delinquente, pois o não devem prender, e caso esteja preso por esta causa o deve o juiz mandar logo soltar, o que se deve fazer nestes casos he avisá-lo para que a carta de seguro que trás não é válida, nem o pode segurar por ser passada por juiz, que não tinha jurisdição para o fazer e que deve tirar a carta de seguro [...] assinar tempo conveniente para a buscar [...] não pode ser preso no tempo que lhe assinar.

Continuava o praxista a defender sua opinião, dizendo que:

E sendo pelo mesmo crime de que havia se segurado com a dita carta de seguro [...] tudo isto é porque a justiça não engana a pessoa alguma, nem o príncipe pelos seus ministros o pode nem deve fazer e se reconhece tanto que o criminoso por estar fiado na boa fé, e promessa da justiça pela dita carta se constituía seguro.¹⁸⁹

A obra de Ferreira, recebida como confusa, foi constituída com a apresentação de muitos debates e soluções sobre a prática criminal. De forma menos acentuada, Vanguerve Cabral também fez uso de exemplos e apresentou algumas assertivas sobre a tortura. Argumentando contra a tortura ou contra os convencimentos coercitivos da confissão, buscava Santo Agostinho para suas teses:

Mas, advirta -se [...] achando-se prova equivalente so podem dar trato aos réus os juizes superiores e não os inferiores, caso grave e de muita consideração. Porém Santo Agostinho lib.19 de Civit. Dei cap.g estranha o darem-se tormentos [...].¹⁹⁰

¹⁸⁹ FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente accrescentada, e illustrada com muitas ordenações, leys extravagantes, regimentos, e doutores. E em quatro tomos distribuida*. Porto: Officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767. p.117.

¹⁹⁰ CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica judicial, muyto util, e necessária*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p. 39

Sobre sua prática relata que, em Pernambuco, um determinado Ouvidor, doutor de nome Manoel da Costa Ribeyro, submeteu “a tormentos” um réu de nome Antônio Fernandes, que cometeu e “que foi culpado” pelo crime “de uns gravíssimos furtos”. O agravo para a Relação da Bahia gerou um processo contra o Ouvidor e deu grande visibilidade ao caso, porque, em resposta, a Relação mandou que o Desembargador Cristóvão Tavares de Moraes “tomasse conhecimento do caso”. Disso resultou que o Ouvidor “foi gravemente repreendido” pela tortura praticada com mandado de açoites “como também por sentenciar sumariamente ao dito Antonio Fernandes”.

Deixando implícita a irrevogabilidade, ele acentua que tudo acontecera tarde demais, pois, quando chegou a Pernambuco o Doutor Manoel da Costa Ribeyro, o homem torturado já tinha falecido em 1699. Vanguerve Cabral se vangloriava de ter impedido a continuação das torturas, porque tinha embargado os tratamentos de tortura ordenados pelo Ouvidor ao cúmplice do réu. Assim, ele continuou escrevendo que:

E ao cúmplice por nome Sebastião o mandava tratar em polé, a que eu fiz embargos mostrando que procedia como estrepito e absolutamente mostrando que não tinha jurisdição para proceder naquela forma, formando-lhe os embargos com muitas alegações de direito, e mandou suspender a execução dos tratos.¹⁹¹

Sobre as cartas de seguro Vanguerve Cabral afirma que, logo que se instalou como ouvidor em Itamaracá, “ele entrou a passá-las”, dando notícia de que, desde os inícios do século XVIII, as cartas de seguro já compunham o cenário da aplicação jurídica nas terras da América Portuguesa.¹⁹²

Pereira e Sousa também não deixou de ofertar sua prédica. Argumentando sobre a importância que as testemunhas tinham no processo criminal, ele dizia que um número elevado delas não bastava, se não possuísem certos requisitos legais. Opinava acerca da compra de testemunhos falsos e acrescentava a possibilidade do “erro dos sentidos” de outros. Orientava que “a precipitação do juízo de algumas pessoas” poderia fazer-lhes afirmar o que jamais teria existido e cita o exemplo que ilustra sua lição.

Ele relata a situação incrível, mas verdadeira, sucedida com Mr. de La Pivardiere. Segundo ele, Madame de Chauvelim, que contraíra segundas núpcias com o citado La Pivardiere, fora acusada de mandar assassiná-lo em uma das casas de campo de que ele era

¹⁹¹ CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica judicial, muyto util, e necessária*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.41.

¹⁹² *Ibidem*, p.36-41.

dono. Do fato, duas criadas deram notícia e testemunharam sobre a morte. A própria filha afirmara que o ouvira gritar, fazendo uso da expressão “Meu Deus, tende misericórdia de mim”. Outra criada, “perigosamente enferma”, recebendo os sacramentos da Igreja, portanto bastante constrangida a não mentir e pecar, garantiu que sua ama tinha presenciado o assassinato. Não faltaram testemunhas para o fato e muitos outros depoimentos atestaram que viram os lençóis tintos de sangue, outras ouviram o tiro pelo qual o delito fora executado. Não restando nenhuma dúvida sobre a existência da morte, foi formado o processo-crime. Contudo, afirma o praxista, “não houve nem tiro, nem sangue derramado, nem morte de alguém”. Ele conta que Mr. de La Pivardiere retornou para sua casa, apresentou-se aos juízes e foi reconhecido pelo próprio Juiz da questão, o então chamado Mr. d’Auguesseau.¹⁹³

Por fim, cumpre ressaltar o trabalho de José Homem Correa Telles. Incluso na listagem dos juriconsultos portugueses, o autor foi apresentado ao lado de Pereira e Sousa, Francisco de Sousa Sampaio, Pascoal José de Melo Freire. Esse juriconsulto não tratou, sequer referiu-se à carta de seguro, mas seu esforço voltou-se para a elaboração de um estudo crítico sobre a Lei da Boa Razão, apresentando-a como uma fonte divisora do pensamento doutrinário e jurídico da nação portuguesa. O *Commentario Critico a lei da Boa Razão em data de 8 de agosto de 1769* apresenta o afloramento das tensões estamentais que legaram à administração portuguesa a necessidade de formação de homens públicos, tecnicamente preparados e politicamente comprometidos com os interesses da monarquia nas últimas décadas do século XVIII, necessitada de reverter o quadro deficitário de seu desempenho econômico e de redefinir sua política colonial.¹⁹⁴

¹⁹³ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.141.

¹⁹⁴ TELLES, José Homem Correa. *Commentario critico a lei da Boa Razão em data de 8 de agosto de 1769*. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1824. Um bom resumo desse quadro da situação política e econômica da nação lusitana em confronto com a realidade das terras ultramarinas, sobretudo no território das Minas Gerais, encontra-se em CLOULET, Ana Rosa. Minas no contexto da “acomodação”: rupturas e continuidades na relação entre Estado metropolitano e elites coloniais. Comunicação apresentada no *Encontro Regional da ANPUH*, ES, 2004.

2.3 O significado dos perdões e da carta de seguro no território das Minas

Desde datas iniciais do século XVIII, a carta de seguro apareceu nas documentações do território da capitania, bem antes de aparecer na documentação da comarca do Rio das Mortes. Algumas notícias esparsas sobre a carta de seguro demonstraram seu uso no território mineiro, situação que pode ser explicada dentro da hipótese traçada por Russel-Wood¹⁹⁵ sobre o uso da anistia e perdão como mecanismos de reforço da autoridade real e instrumento de amortecimento dos conflitos. Os recursos de perdão seriam um indicativo de situações limitadas de imposição da ordem pelo poder real, e o uso disseminado, além de reforçar a autoridade moral do rei, foi instrumento invocado pelos governadores, que, colocados a serviço de Sua Majestade, nos territórios distantes, tinham que trabalhar em posições insustentáveis, sem tropas para forçar a obediência e impor a autoridade. Garantir os perdões individuais e as anistias gerais era, para Russel-Wood, o reconhecimento tácito da incapacidade da Coroa de controlar a oposição organizada e de suprimir um levante maior. Assim, os mecanismos de perdão serviram ao governo como instrumento para aliviar tensões e conter certas formas de explosões contra o sistema governativo.

Hespanha também lembra que a função político-social do direito penal não lhe parecia ser, na sociedade dos séculos XVI e XVII, a de efetivar, por si só, uma disciplina social. Faltavam-lhe para isso os meios institucionais, os meios humanos, o domínio efetivo do espaço, e, por fim, o domínio do próprio aparelho de justiça estava “expropriado pelo comunitarismo das justiças populares ou pelo corporativismo dos juristas letrados”. Para ele, a função da justiça parece ser a de afirmar “o sumo poder do rei como dispensador tanto da justiça, como da graça”.¹⁹⁶

As formas de perdão poderiam ser gerais e particulares, sendo aquelas concedidas em datas comemorativas e estas quando requisitadas por uma petição dos culpados. Ao lado da política de indulto régio, amplamente utilizada, a carta de seguro fora uma graça régia, concedida como mercê para os vassalos de El Rei, “uma área de atuação revestida de características especiais”. Fora um dos seus serviços e, como “mercê e graça”, a concessão do

¹⁹⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Identidade, etnia e autoridade em Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso. *Varia História*, Códice Costa Matoso, Número Especial, Belo Horizonte, Fafich/UFMG, n.21, p.100-118, jul.1999.

¹⁹⁶ MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Coordenação A. M. Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa, s/d. v.IV, p.239.

perdão correspondeu à ação voluntária do rei, ocorrendo por iniciativa do monarca, em resposta ou não à solicitação de intervenção do monarca nas questões de culpa.

Aplicadas à América Portuguesa, ainda na fase de organização da recém-criada Capitania das Minas, os registros demonstram que as cartas de seguro estavam na pauta organizativa em consonância com a delimitação das funções e papéis nela representados. Assim escreveu Dom João, em 1722, sobre as cartas de seguro que passam os Ouvidores dessas Minas:

Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar em África Senhor de Guiné etc. Faço saber a vós Dom Lourenço de Almeida, governador e Capitão General da Capitania das Minas, que se viu a conta que me destes em carta de 28 de agosto, do ano passado, de que chegando a esse governo, achareis por estilo observado nele pelos Ouvidores Gerais passarem alvarás de fiança aos criminosos, para que soltos tratassem de seus livramentos, mandando-se-lhes fazer as petições com o tratamento de Majestade, o que tudo era contra as leis e minhas reais ordens. Me pareceu dizer-vos que deveis declarar aos Ouvidores Gerais das Comarcas destas Minas, que nas petições que se lhes fizeram, de nenhuma maneira se lhe fale por Majestade, por ser um abuso de que não podiam usar; porém que os alvarás e mais cartas as passaram na forma do estilo e para que a todo o tempo conste do que nesta parte determinei, fareis com que se registre esta minha ordem nos livros da Secretaria deste Governo e nos das Ouvidorias Gerais e mais partes onde convier. El rei nosso Senhor o mandou por João Teles da Silva e Antônio Rodrigues da Costa, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias. Antônio de Cobelos a fez em Lisboa Ocidental a vinte de maio de 1722. O Secretário André Lopes da Lavre a fez escrever. João Teles da Silva. Antônio Rodrigues da Costa.¹⁹⁷

O primeiro aspecto a ser destacado, nesse documento, é a prática de concessão das cartas de seguro desde o ano de 1722, e que, em território das Minas, ela era concedida pelos ouvidores. Até sua extinção, a concessão das cartas de seguro nas comarcas foi atribuição das ouvidorias. Pode-se trabalhar com a hipótese de que a carta de seguro existiu desde as datas mais remotas no território das Minas, coincidindo com a criação das comarcas e ouvidorias, pois consta do regimento dos ouvidores gerais, datado de 11 de março de 1699, que esses ouvidores “dariam ordens para as justiças guardarem as cartas de seguro dos clérigos”, além

¹⁹⁷ APM. Seção Colonial, códice 23, Registro de alvarás, cartas e ordens régias e cartas do Governador ao Rei. 1721-1731, Curioso observar, nesse texto, o que já se sabe acerca do significado dos tratamentos no Antigo Regime. A sociedade marcada pela diferenciação estamental usava formas e regras definidas para a explicitação social. Júnia Furtado, no trabalho intitulado *Homens de negócio*, apresentou as formas de enunciação dos papéis que cada um exercia na sociedade hierarquizada, como modo de exteriorização de sinais (FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio*. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999. p.31-33). No caso específico do texto citado, as regras de tratamento eram legalmente orientadas em Portugal e a forma de majestade era reservada ao Rei. O Alvará de Tratamentos de 29 de janeiro de 1739 foi uma orientação específica sobre o tema.

das “cartas de seguro, que como Corregedor da Comarca podeis passar”. Consta ainda da obrigação de João de Abreu e Silva, portador do regimento de ouvidor geral, nomeado no Rio de Janeiro e sua repartição sul, “que em servir o dito cargo e administrar justiça”, fizesse visitas às minas do ouro de São Paulo e avisasse do estado que estivessem.¹⁹⁸

Transcorridos 22 anos entre o regimento e o documento supracitado, é bom lembrar que já se encontravam implantadas as quatro primeiras comarcas do território, nomeadamente Vila Rica, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro do Frio, criada em 1720 e desmembrada do Rio das Velhas.¹⁹⁹ Nesse intervalo, pode-se supor que os ouvidores tinham implantado suas bases de atuação no território mineiro e se mostraram reticentes, ou, pelo menos, pouco submetidos à autoridade real. O documento mostra como o tratamento de majestade, somente reservado ao rei, estava sendo usurpado no território das Minas. Essa situação permite lembrar as diversas ocasiões em que o monarca tivera que legislar sobre os tratamentos, lembrando a existência das hierarquias imperiais, dispersas ao longo de seus vastos domínios ultramarinos. Sendo a subjugação desses povos uma questão de ordem política, e o exercício dessa dominação estritamente ligado ao poder moral do Rei, como lembrou Russel-Wood, cumpre destacar a importância simbólica na concessão das cartas de seguro. Em nenhuma hipótese, o rei poderia descuidar desse tratamento concessionário.

Quando o governador, Dom Lourenço de Almeida, avisou ao monarca sobre o ocorrido, ele estava contribuindo para a efetivação de um poder real exercido à distância, mas que devia fazer-se presente pelos seus mecanismos da graça régia. Júnia Furtado²⁰⁰ lembra, juntamente com Hespanha, que, para se fazer representar nas partes mais distantes, o monarca distribuía cargos e funções. A conquista da fidelidade e obediência dos súditos, no entanto, era favorecida com a disputa, muitas vezes alimentada entre as jurisdições.

Júnia Furtado apresenta o recurso empregado pela monarquia portuguesa, logo após os distúrbios contra a criação das Casas de Fundição. Com a intenção de acalmar os povos e conseguir sua “quietação”, D. João V concedeu ao governador “a faculdade de fazer promessas de algumas mercês”. Anos depois, o mesmo Dom Lourenço de Almeida foi

¹⁹⁸ MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conselho Federal de Cultura, 1972. Cf. o “Regimento dos Ouvidores Gerais”, p.83.

¹⁹⁹ CARVALHO, Theóphilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supressões, incorporações de desmembramentos de comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.

²⁰⁰ FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. p.48.

severamente repreendido por “levantar um Tribunal de Justiça nas Minas” e ter nomeado um provedor sem sua ordem.²⁰¹

Ora, os tratamentos cumpriam a função de lembrar a todos os súditos as hierarquias e que, embora o monarca se utilizasse das pessoas empossadas em cargos e funções, somente a ele era devido o tratamento de majestade. Daí emerge, a propósito das discussões historiográficas sobre as condições de exercício do poder real na capitania das Minas, que o localismo, embora permanecesse acentuado ainda por muito tempo, sobretudo em regiões de fronteira, desde muito cedo foi combatido.²⁰² Os longos debates acerca das rebeliões, disputa do governo com os potentados, interesses metropolitanos e interiorização da metrópole envolvem os estudos sobre o tema, temperados com as conhecidas brigas entre governadores, ouvidores e mandatários locais.²⁰³ Se ainda há divergência no que se refere às datas-limites da periodização sobre o capítulo acerca da imposição da ordem do governo na história das Minas, já não mais se discute sobre a imposição do poder real e a atuação das câmaras na organização da justiça na capitania. É interessante observar que a data do documento se refere à fase em que os potentados, certamente, ainda disputavam palmo a palmo o poder em exercício e que Sua Majestade convivia com a necessidade de vigilância segura acerca de titulações e tratamentos.²⁰⁴

Os problemas do monarca não se restringiam ao controle da fidelidade de seus súditos. Conservá-los em boa ordem, garantindo a quietude necessária “ao povo morigerado” também constava de suas funções de governo. Suas atribuições administrativas incluíam a

²⁰¹ FURTADO, *loc cit.*

²⁰² Muitos autores discutiram a imposição da ordem nas Minas, contudo ninguém mais discute a proposta de periodização elaborada por Iglesias, passada, na década de 80, pelo crivo de Laura de Mello e Sousa. Aceita-se que, por volta do início da década de 1730, a autoridade real já estaria implantada nas Minas. (IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n.50, p.257-273, 1974; SOUSA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. p.17, 18.)

²⁰³ BOXER, C. *The golden age of Brasil - 1695-1750*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1962; MAXWELL, K. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; FURTADO, Júnia F. *O livro da capa verde*. São Paulo: Annablume, 1996, somente para citar alguns expoentes desse debate.

²⁰⁴ Épocas diferentes, preocupações aproximadas, debates diferenciados. Discussões sobre a natureza jurídica dos quintos do ouro marcaram também os trabalhos de estudiosos que viveram o projeto nacional da República brasileira dos anos 30. O artigo “Natureza jurídica dos quintos do ouro” resgata a discussão, que, na verdade, nada mais fez que refletir, a partir do pensamento de historiadores e juristas do século XIX, as desavenças suscitadas no cotidiano mineiro pela obrigação tributária. De fundamental importância para uma compreensão mais elaborada, o trabalho assinado por Affonso dos Santos recoloca discussões muito próximas da preocupação da época e abre possibilidades para uma visão mais atualizada dos problemas históricos. Para as preocupações deste trabalho, o artigo assinado por Affonso dos Santos e publicado pela *Revista do Arquivo Público Mineiro* faz mais do que carregar de significado o tema proposto. Ele revela que as atuais preocupações com o conhecimento da justiça na capitania das Minas são legítimas. Na verdade, esse artigo contribui para dar um corpo mais sólido ao que é percebido pelo historiador, mas que lhe escapa como algo escorregadio, capaz de mudar de forma (RAPM, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano XXV, 1º v., p.475-486, 1938).

administração dos súditos, como a de “procurar e promover o adiantamento e felicidade dos povos”. Para isso, revelava-se necessária a presença dos três elementos básicos representados no “sossego que os conservasse”, na “animação do comércio e agricultura em que os instituísse”, bem como no impedimento de que eles caíssem em preguiça e errados prejuízos.²⁰⁵ Em 1734, na Vila de São João del Rei, no dia 20 de abril, a carta de Francisco Leite Tavares, ouvidor-geral e corregedor da comarca do Rio das Mortes, anunciou para D. João V que se encontrava registrada a Provisão enviada acerca do assunto de não se levar assinatura na conclusão dos sumários das querelas e também das cartas de seguro. Às ordens do ouvidor, o escrivão dizia pela “certidão inclusa se mostra ficar registrado a Provisão” feita à ordem de Sua Majestade na qual “foi servido mandar” que os processos tanto de querelas como de carta de seguro fossem invioláveis. A provisão do rei se relacionava à confusão de assinaturas, certamente motivo ou resultado de adulteração da documentação sob a guarda dos officas locais e, por esse motivo, nas querelas e das cartas de seguro, deviam constar os nomes dos “culpados incluídos nellas” e deviam se manter “inviolavelmente”.

Francisco de Mendonça da Silva [...] escrivão da Ouvidoria Geral e Corregedoria nesta Comarca do Rio das Mortes certifico que o Dr. Francisco [...] Tavares ouvidor geral e corregedor de Comarca me apresentou uma provisão do Concelho Ultramarino e mandou se registrar na qual se mandava se não viole com inclusões nos sumários das querelas quando se fazem conclusões com [...] nas cartas de seguro se não lance mais que hua assinatura, e ainda que nelas se [...].²⁰⁶

Ao lado da distribuição de bens e negócios materiais nas conquistas, tais como o provimento de contratos e abastecimento, a aplicação e organização da justiça era obrigação. Para isso a prescrição de “leis sábias” com a consequente distribuição de cargos ou funções para a sua consecução e, em terceiro lugar, a corregedoria da execução das condições sociais, administrativas de serviços, bens e trabalhos ofertados aos ocupantes das terras ultramarinas²⁰⁷ faziam parte das provisões administrativas. A aplicação da justiça ocupou, portanto, aspecto fundamental na organização da administração, e a busca do “sossego e quietação dos povos” foi tema de recorrente solicitação, frente às artimanhas locais da sociabilidade vigente nas vilas e distritos mineiros. Outros vestígios da aplicação e uso das

²⁰⁵ Palavras do Marquês de Lavradio citadas por PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.319.

²⁰⁶ APM. Seção de microfilmes do AHU (Caixa 26, Doc.54-023. F2).

²⁰⁷ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.319.

cartas de seguro nas Minas foram localizados na documentação do Arquivo Ultramarino, para os anos de 1744, 1757, 1757, 1790, 1804.²⁰⁸

Esses registros mostram as cartas de seguro como assunto corriqueiro tanto da parte administrativa, quanto dos súditos que as requeriam para circularem e resolverem livres as suas pendências criminais. Na recorrência de seu registro, a referência às cartas de seguro está também na correspondência que o governador D. Rodrigo de Meneses manteve com o Ministro Martinho de Mello e Castro e com o ouvidor do Serro Frio, Joaquim Manoel de Seixas Abranches, a propósito da administração da justiça. Ela foi usada num contexto de contraveneno ao uso da força nas relações pessoais da sociedade mineira. O caso em questão refere-se ao ouvidor Joaquim Manoel de Seixas Abranches,²⁰⁹ retratado pela documentação como “elemento vil e torpe, impregnado de sentimentos repugnantes” e que foi alvo de abominação popular. Para ilustrar a imagem patenteada no comportamento do ouvidor, tem-se o ocorrido:

Pretendeu o dito Ministro desonestar uma moça donzela, filha de pae honrado e como ela não condescendeu [...] em despique a culpou por amancebada, sendo tida, havida e reputada por donzela. Difamada por este modo tirou carta de seguro, e como não devia vir uma moça recolhida apresentar-se com ela em uma audiência pública, a poder de peitas conveio o Ministro em delegar a jurisdição no seu agente Bernardo José para ir fazer a audiência, como fez, em casa do Pae da dita moça, para esta apresentar-se com a dita carta de seguro [...].²¹⁰

A concessão da carta de seguro se dava depois de despachada pelo ouvidor a partir da petição que a requeria. O texto saía em nome do Imperador, compunha-se de uma abertura na qual o Imperador se apresentava e ordenava aos executores de sua justiça que seguissem, “tomassem conhecimento” e procedessem ao cumprimento de seu direito. Em seguida, fazia a

²⁰⁸ APM. Seção de microfilmes do AHU (Caixa 44, Doc.119-038.F2); (Caixa 72, Doc.42-063.F3); (Caixa 72, Doc.14-063.F3); (Caixa 134, Doc.52-121.F4); (Caixa 171, Doc.50-156.F4).

²⁰⁹ Sobre os abusos de autoridade praticados por esse ministro, ver ANASTASIA, Carla. O ensandecido Seixas. Usurpação de jurisdição e conflitos intra-autoridades nas Minas setecentistas. In: XIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH/USP, 1998, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 1998. p.133-151. Cf. também ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. O trabalho sobre as mulheres apresenta um rol de autoridades com práticas abusivas e nele inclui o famoso Seixas Abranches. Cf. em FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Brasília: Edunb, 1993. p.183-184.

²¹⁰ RAPM, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano IV, fascículo, p.3-15, 1899. Sobre a superposição de autoridades e escaramuças entre elas, ver FURTADO, Júnia. *O livro da capa verde*. Os desentendimentos entre o ouvidor Costa Matoso e o Bispo também exemplificam as rixas acontecidas quanto ao exercício do poder, no caso em questão, a disputa se apresenta entre a jurisdição eclesiástica e o juízo secular como esferas concorrentes. Cf. em AGUIAR, Marcos M. *Varia História*, Códice Costa Matoso, Número Especial, Belo Horizonte, Fafich/UFMG, n.21, p.42-57, jul.1999 e em RAMOS, Donald. *Varia História*, Códice Costa Matoso, Número Especial, Belo Horizonte, Fafich/UFMG, n.21, p.17-32, jul.1999.

todos saber que o ouvidor despachou uma petição com um determinado teor e, para terminar, a apresentação dos muitos procedimentos fiscais cumpridos.

O caso de Seixas Abranches indica que a graça foi concedida em outra instância, o que permite levantar algumas dúvidas, que, desde já, ficarão sem resposta. Se as cartas eram requeridas ao ouvidor, quais foram os procedimentos específicos para atender a esse caso? Isso mostra que outra instância concedeu a carta de seguro para a acusada. De qualquer maneira, vale destacar a forma como os acontecimentos encontravam algum desfecho, mesmo que não dentro de uma regulamentação única, lembrando que Seixas Abranches, o ouvidor abusador, em 1783, acabou preso, com seu processo de julgamento enviado para Portugal em função da gravidade de seus crimes.²¹¹ Isso corrobora a compreensão de que nem sempre os casos mais notoriamente citados como abusivos podem ser usados como indicativos de uma impunidade reinante.

A possibilidade de patrimonialização dos ofícios esteve presente na tributação e arrematação dos ofícios de justiça. Os funcionários da coroa, desde os tempos iniciais da organização do governo nas Minas, alertavam ao monarca sobre a possibilidade de ganhos embutida nas concessões de cartas de seguro. O registro de alvarás, cartas e ordens régias e cartas do governador, dirigidos ao Rei, mostrou que, pela carta de 20 de março de 1723, D. João V mandava cobrar os rendimentos dos serviços de justiça e das concessões. A determinação real providenciou sobre os custos e cargos que os direitos dos ofícios e cartas de seguro alimentariam.²¹²

Em correspondência com o rei, o governador Dom Lourenço de Almeida, capitania das Minas, dizia a respeito das arrematações dos cargos de oficiais de justiça. Ele sugeria que a real fazenda deixava de auferir bons rendimentos, porque o serviço de justiça estava arrematado por valor inferior à sua capacidade de render. Ele também noticiava a condição de fluidez dos arrematantes dos serviços que, depois de algum tempo, desapareciam, acontecendo o mesmo com os fiadores dos quais não se conhecia mais o paradeiro.

[...] em como me tínheis dado conta de mandardes que de todas as provisões que se passassem por esse governo das serventias dos ofícios, cartas de seguro e alvarás de fiança se me pagassem os direitos que se me deviam e que acháveis que poucos eram os que pagavam e que até o presente se não cuidava muito na arrecadação da minha Real Fazenda que tomando-vos conhecimento das avaliações que havidos ofícios acháveis que poucos estavam avaliados e estes poucos um preço tão diminuto que em um mês

²¹¹ FURTADO, Júnia F. *O Livro da capa verde*. São Paulo: Annablume, 1996, p.71.

²¹² APM. Seção Colonial, códice 23. Registro de alvarás, cartas e ordens régias e cartas do Governador ao Rei. 1721-1731

rendiam muito mais do que era a sua avaliação e assim tomando primeiro todas as informações necessárias por pessoas experientes que sabiam bem o que rendem os ofícios [...].²¹³

Para evitar o prejuízo da real fazenda, o governador dizia que mandou avaliar os serviços:

[...] e pelos ouvidores das Comarcas lhe fizestes uma avaliação racionável em Junta de Fazenda com o parecer de todas as pessoas que assistiam nela que fora o Doutor Provedor da Fazenda Real e o superintendente geral Eugenio Freire de Andrada e o Doutor Procurador da Coroa e Fazenda mandastes que pela tal avaliação se pagassem os meus reais direitos, enquanto me dáveis conta com ela, a qual me remetestes para que eu mandasse o que fosse mais do meu real serviço [...].²¹⁴

Tudo isso acontecia porque a administração das Minas ainda não estava consolidada, faltava uma série de regulamentações, embora os recursos do reino já estivessem sendo utilizados nas Minas:

[...] e como a maior parte dos ofícios não tinha avaliação, costumavam os serventuários em quem se proviam darem fiador a pagar os novos direitos, assim como fossem avaliados e esta era a forma que se observava depois da criação dos tais ofícios e como os governadores dessas Minas não são persistentes tem a minha real fazenda padecido uma grande perda porque a maior parte dos oficiais que serviam e seus fiadores desapareceram e se não sabe para onde foram e só de alguns que existem se tem cobrado o que devem e se vai cobrando com toda a diligência, sabendo-se primeiro a parte onde moram para se mandar executar [...].²¹⁵

Reveladora do investimento encerrado nos cargos e serviços da justiça, a longa carta discorre sobre o custo dos serviços e os direitos com eles arrecadados. A organização social nas Minas, marcadas pelos inúmeros conflitos entre as partes e entre estas e o poder instituído, abriria um terreno fértil para o exercício do serviço de Sua Majestade. As relações dessa trama social seriam também traçadas pelo financiamento de atividades do fisco, de justiça, e os cargos que elas criariam exerceriam uma função na ordem administrativa colonial. Os serviços do governador receberam os agradecimentos reais:

Me pareceu agradecer-vos o cuidado com que vos houvestes neste particular das avaliações que fizestes dos ditos ofícios e recomendar-vos a

²¹³ APM. Seção Colonial, códice 23. Registro de alvarás, cartas e ordens régias e cartas do Governador ao Rei. 1721-1731

²¹⁴ APM, *loc cit.*

²¹⁵ APM, *loc cit.*

arrecadação dos direitos que se estão devendo e se vos declara que os que pagarem os novos direitos dos ditos ofícios na Chancelaria dos provimentos que se fizeram neles neste reino mandai remeter à Junta dos três Estados a dita avaliação para se regular por ela a satisfação dos direitos de que vos aviso para que assim o tenhais entendido [...].²¹⁶

Em Vila Rica, no dia 20 de abril de 1734, os emolumentos das cartas de seguro foram postos em causa. Dom Fernando Leite Lobo, ouvidor-geral de Ouro Preto, em carta para D. João V, informava sua ordem passada aos ouvidores das Minas e denunciava a aplicação da portaria do Governador D. Lourenço de Almeida.²¹⁷ Por ela o governador autorizava que fossem cobradas duas oitavas de ouro por cada arrematação que excedesse 100 oitavas, mas contraordenava ele, ouvidor, que fossem cobrados o que fosse estritamente taxado no Regimento. E, de acordo com o regimento, estava taxado em uma oitava por cada carta de seguro e meia por cada arrematação, qualquer que fosse.

No livro dos regimento desta ouvidoria achei uma portaria do Governador Dom Lourenço de Almeida que concede faculdade aos Ouvidores destas Minas para levarem duas oitavas de ouro por cada carta de seguro. Esta portaria que não estava nesta Ouvidoria em observância, entrou a praticar meu antecessor Sebastião de Sousa Machado e até o presente a tem observado alguns ouvidores de mais comarcas destas Minas sendo letrados que não devem ignorar que o dito Governador não tinha jurisdição para alterar os selanos deste regimento [...].²¹⁸

Em decorrência dos abusos, o ouvidor ordenou que não se praticasse mais a citada portaria, dizendo aos escrivães que não cobrassem mais do que o taxado no Regimento, mas prevendo as resistências na diminuição da arrecadação, ele registrava:

[...] porém como para o futuro podera tornar-se a observar se me faz preciso dar conta a V. Majestade para que parecendo-lhe nesta parte justa a minha disposição vem de praticar assim para o futuro desta ouvidoria não mais enqto ainda se observar [...].²¹⁹

Acerca da regulamentação dos emolumentos, há ainda a carta de Gomes Freire de Andrade, em 1735, sobre a provisão do ano anterior, na qual se ordena aos ouvidores para se

²¹⁶ APM. Seção Colonial, códice 23. Registro de alvarás, cartas e ordens régias e cartas do Governador ao Rei. 1721-1731

²¹⁷ APM. Seção de microfilmes do AHU (Caixa 26, Doc. 55-023. F2).

²¹⁸ APM, *loc cit.*

²¹⁹ APM, *loc cit.*

regerem pelos regimentos e não pela portaria que lhes concede os favores anteriormente citados.²²⁰

A carta de seguro era tributada com os novos direitos que foram rigorosamente recolhidos e registrados no livro da tesouraria de São João del Rei. Esse imposto foi criado pela provisão de 1648 com regimento em 11 de abril de 1661. Nele ficou estabelecido como se pagariam as mercês, graças, privilégios e faculdades concedidas pelo soberano, incluindo os impostos de perdão. No dia 16 de janeiro de 1666, um decreto deu providências sobre seu pagamento, quando o desembargador que noticiou sobre os novos direitos o considerou como o “tributo mais justo do Reino, por ser imposto as Mercês, e por isso não se passa carta alguma, de que eles se devam, sem constar de seu pagamento”. Sobre eles ainda versaram os decretos de 3 de agosto de 1678, além de outras várias providências dadas em resolução de 17 de novembro de 1759. Novas regulamentações sobre seu pagamento constaram ainda da resolução de 14 de agosto de 1789 e dos decretos de 28 de janeiro de 1800 e de 17 de agosto de 1801. Em 9 de maio de 1808, foi criada uma chancelaria e empossado um superintendente para arrecadação deles no Rio de Janeiro.²²¹ A vitalidade dos novos direitos pode ser detectada nos processos criminais.

A arrecadação deveria ser feita em cada vila, onde um tesoureiro faria seu recolhimento até prestar conta final do produto total do imposto. Pagavam-se os novos direitos desde o início da organização judiciária nas terras mineiras. A arrecadação, na capitania, dos impostos de novos direitos sobre os ofícios de justiça e cartas de seguros, desde os anos de 1717, consta nos livros dos rendimentos gerais. O recolhimento dos novos direitos era feito pela Provedoria de Vila Rica, e, nas comarcas de Sabará e Rio das Mortes, os ouvidores serviram como provedores.²²² Os livros dos rendimentos reais denunciam a irregularidade das arrecadações, indicando que, dentre os anos de 1711 até 1721, os serviços de ofícios e cartas de seguro eram contratados, mas os serventuários não pagavam o real erário. Um resumo datado de 1719 registrou que a arrecadação dos quintos do ouro somou 153:600\$000; os contratos renderam 104:337\$382; os novos direitos dos ofícios deram uma receita de 1:613\$497; e os novos direitos de cartas de seguro renderam 9\$000.²²³

²²⁰ APM. Seção de microfilmes do AHU (Caixa 29, Doc. 73-025. F2).

²²¹ THOMAZ, Manoel Fernandes. *Repertório geral ou índice alfabético das leis extravagantes do Reino de Portugal*. Coimbra/ Portugal: Na Real Imprensa da Universidade. Tomo II, p.37. Consta na capa da obra que esse autor foi desembargador e provedor de Coimbra.

²²² APM. Livros dos Rendimentos Gerais, Fundo Casa dos Contos.

²²³ APM. Livro dos Rendimentos Reais. Fundo Casa dos Contos, número 1001.

2.4 As cartas de seguro e o tratamento criminal no Império Português do final do século XVIII

A segurança dos grupos organizados em comunidades locais foi elemento de permanente desafio para as constituições locais. No início do século XVIII, o dicionário de Bluteau²²⁴ deu uma dimensão sobre a carta de seguro, através do tratamento semântico dado à ideia de “seguro”. Também ele não apresentou uma conceituação precisa do que foi a carta de seguro, e seu trabalho se voltou mais para apresentar a sua aplicação. A produção do verbete “seguro” mostra que a série de explicações por ele apresentada remete ao significado da carta de seguro em uma sociedade do Antigo Regime, através da qual ele imprime o domínio da vivência na situação de “seguro”.²²⁵ Guardando fidelidade à sua organização, acompanha-se o que ele diz sobre segurança:

[...] segurança que dão os príncipes e seus ministros. Vide seguro. Da segurança real que pode dar o Juiz, o corregedor da corte e de como El Rey dá segurança real sem as partes o requererem, quando acontece haver discórdias e inimizades entre taes pessoas que hão abatimento pedi-la. Vide Livro 3 – Ordenação, título 78 [...].²²⁶

O autor faz referência ao seguro concedido pelo rei e cita o título das *Ordenações Filipinas*. O Título LVIII do Livro Terceiro, ao qual ele se refere, trata de autos extrajudiciais instaurados quando uma situação entre duas partes, que podem estar em situação de inimizade ou em acordo, envolve uma terceira pessoa e ou parte. Há, de acordo com a organização em comum desses povos, situações em que o excesso de inimizade desorganiza a comunidade em geral, e foi, exatamente, no aproveitamento dessa necessidade que o poder régio chamou para si o direito de conceder as cartas de seguro.

Dentre outros, o dicionário apresentou o verbete “segurar”, com os dizeres de que era “livrá-lo de todo o tipo de medo”, para em seguida apresentar que “segurar”, como sinônimo

²²⁴ BLUTEAU, Raphael de. *Vocabulário portuguez e latino*. Autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos e offerecidos ao Rei de Portugal D. João V. Coimbra: No Collégio das Artes da Companhia de Jesus, anno de 1712.

²²⁵ Não é redundante lembrar aqui o destaque dado ao movimento que insere os povos europeus em comportamento de arrefecimento das paixões, conduzindo-os a um deslocamento de conduta mais ditada pelas tendências civilizadoras do que pelos arremedos pessoais. Sobre o tema o trabalho acerca da generalização dos comportamentos civilizadores, conferir ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2v. De forma correlata, podem-se lembrar os estudos sobre a função disciplinadora da punição em FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

²²⁶ BLUTEAU, *op cit.*

de “prometer com certeza de sucesso”, não pode acontecer, pois “ninguém te pode segurar isto”, acrescentando, ainda, que “não te posso segurar que não te farão violência alguma”. Nesse trecho, Bluteau deixou bem explícito a correlação entre “segurar” e práticas criminais, dando subsequentemente a seguinte explicação: “segurar-te contra o ímpeto dos inimigos”.

O dicionário apresenta uma sequência de referências às dificuldades grupais e à prática criminal, seguida do temor frente à criminalidade e violência. Nas entrelinhas da elaboração, percebe-se a sociedade sustentada em um temor da guerra e uma tendência ou desejo de segurança. É possível que o teor de sua escrita o fizesse incluir o vocábulo “segure” ao qual ele apresenta a seguinte explicação:

[...] espécie de machado com que antigamente, em Roma, andavam os lictores diante dos supremos ministros da justiça. Eram estes segures a moda de cutelos, atados ou cobertos com umas varinhas, com que os lictores açoitavam primeiro os que eles mesmos haviam de degolar com as segures [...].²²⁷

E, depois disso, também Bluteau apresentou sua história. Dizia que de “Cneyo Pompeo” se escreve que, entrando um lictor, em casa de Possidônio, filósofo estoico, “insigne em virtude e letras”, o proprietário “não consentiu que os lictores lhe batessem à porta com as segures”, ao contrário do “costume”, exigiu que eles “as arrimassem” e entrassem como “pessoas privadas”. Bluteau apresenta que a “segure” serve para degolar. Tal relato a respeito do objeto interessa do ponto de vista de sua proximidade com as brigas e queixas apresentadas pelos réus ou ofendidos que pediram cartas de seguro. O costume de reclamar das cuteladas, em função das práticas em bater ou apanhar cuteladas, era bastante presente no universo das queixas apresentadas em audiências e relatadas nos autos da Vila da Comarca do Rio das Mortes. Recorde-se o caso de João Teixeira, forro que, ao ouvir os gritos de Teresa crioula, mulher que, ao apanhar “cuteladas”, gritava em nome de El Rei, suplicando que alguém a socorresse, buscou para si a continuidade das “cuteladas” que lhe deixaram com aleijão no dedo. João Teixeira, “cabra forro”, exigia a condenação de seu ofensor pelos males que lhe provocara, batendo-lhe “cuteladas”, quando fora salvar a mulher que suplicava o socorro de “alguém de el rei”.²²⁸

Em seguida, o dicionário de Bluteau traz o verbete “seguro” apresentando-o como a “cousa que não tem perigo em que não há de recear”. Exemplifica com os dizeres referindo-se

²²⁷ BLUTEAU, Raphael de. *Vocabulário portuguez e latino*. Autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos e offerecidos ao Rei de Portugal D. João V. Coimbra: No Collégio das Artes da Companhia de Jesus, anno de 1712.

²²⁸ AMRSJ. Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, 1823.

a “lugar seguro das violências do inimigo”. Dizia que “em seguro” foram os homens “obrigados a recolher-se e por-se em seguro”. Acrescentando que, “se, brevemente, chegarem as legiões da África, vos pomos em seguro por aquela parte”. A correlação entre o tema do autor e o da carta de seguro mantém-se com a persistência de um viés que aproxima as ideias de guerra, temor e insegurança.

Ao longo de três páginas, o dicionário chega à carta de seguro com os apontamentos escritos em verbete “seguro ou segurança que dá el rei ou seu ministro por qualquer crime feito”. E continua: “seguro real ou carta de seguro”.

Sobre a carta de seguro apresenta uma coleção de apontamentos em latim, sem uma definição clara, mas indicando que é um diploma régio, implorado e concedido. Depois dessas apresentações, ensaia um esclarecimento de uma tipologia de carta de seguro que não foi encontrada no território das Minas. “Carta de seguro no sentido moral. Tomar carta de seguro, para dizer alguma coisa. Há prevenir-se contra as objeções, que se podem fazer. Previdere ou precavere”.²²⁹

As citações do verbete mostram a confirmação do que os tratadistas apresentaram, isto é, a recomendação de que o réu deveria pedir sua carta de seguro logo que soubesse de seu risco e, nesse ponto, Bluteau apresenta que “bem andastes em tomar primeiro a carta de seguro para o que havíeis de dizer”. E o autor diz do réu “seguro” ser aquele que tem alcançado carta de seguro como um “régio diplomate”.

Desde Bluteau, início do século XVIII, já estava claro o conhecimento sobre a carta de seguro como um diploma régio, mas que a maior necessidade ligava-se à sua regulamentação. O dicionário ainda lembrava que o “seguro por causa de morte deve citar os parentes do morto”, como mandaram as *Ordenações*, Livro V, Título 124, parágrafo 9. “Seguro que não aparece nas audiências até quinze dias e depois aparecer, não será por isso preso” foi ainda outra regulamentação apresentada.

Com indicativos dos desejos de segurança, o dicionário apresentou adágios que diziam que “quanto maior é a ventura, tanto menos é segura”. E não faltaram os que abordaram os juízes, dizendo que “de juízes não me curo, que minhas obras me fazem seguro”. Os provérbios podem representar alguns sintomas de organização diferenciada dentro do reino e não deixam de guardar certa curiosidade, já que não faltaram aqueles que alertaram sobre os custos da justiça. O acenar com a possibilidade de disciplina pessoal, frente a um conjunto de

²²⁹ BLUTEAU, Raphael de. *Vocabulário portuguez e latino*. Autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos e offerecidos ao Rei de Portugal D. João V. Coimbra: No Collégio das Artes da Companhia de Jesus, anno de 1712.

costumes que apresenta uma prática comum descolada dos procedimentos individualizantes, é, no mínimo, um pouco desconcertante, podendo esconder algumas versões de concepções rebeldes. Os verbetes “segurança”, “segurar”, “segure”, “seguro” ou “segurança” e “carta de seguro” apresentam, no dicionário de Bluteau, uma sequência que pode ser pensada de forma indiciária.²³⁰

A uma sociedade temerosa de violência se responderia com a inibição das paixões criminais e penais. A segunda metade do século XVIII recebeu as inflexões no pensamento do direito criminal que, ao lado do fortalecimento do poder majestático de fazer as leis e punir, deu nova conotação ao conceito do crime e de sua punição. Os ventos mais humanistas e civilizadores impuseram nova forma de tratamento para as penas, abrindo caminho para que a noção do crime recebesse versão mais racionalizada e individualizada. Ao crime individual deveria corresponder um tratamento que o distanciasse das noções delituosas gerais, embora ainda não o descolasse das noções misericordiosas no interior do Império Lusitano. Disso decorreria a necessidade de instaurar os processos. Iniciou-se a tendência de julgar os erros e, sobretudo, fazê-lo dentro da lei e não mais dentro das noções tradicionalmente vigentes e sobretudo sumárias ou verbais. A extensão indefinida dos processos ganhou mais do que uma regulamentação, adotando a individualização dos crimes através das formas processuais, respondendo à vontade de rápida aplicação da punição. Por outro lado, a já citada insuficiência de meios efetivos para forçar a obediência ainda não estava sanada e ainda permanecia o desequilíbrio das forças policiais e carcerárias, mantendo a necessidade de formas alternativas de imposição do ordenamento régio aos governados. Ou seja, embora a necessidade de trabalhar o crime processualmente fosse imposta com força gradual, a capacidade punitiva não acompanhou no mesmo ritmo. A exiguidade instrumental dos elementos coercitivos limitava a capacidade punitiva. Na falta dos elementos práticos que resolvessem o problema, o direito de punir ainda não contava com eficácia coercitiva. Isso transformava o tema da perseguição aos crimes em assunto de recorrentes leis.

Esse tipo de dificuldade envolvia o organismo social na relação de amplo espectro, atingindo governantes e governados que, divididos entre resolver os problemas de ordem com a punição dos delitos e administrar a ausência de estrutura punitiva, evitavam a desmoralização da justiça real. Uma coleção de leis versando sobre a punição e perdão dos réus marcou o período estudado.

²³⁰ BLUTEAU, Raphael de. *Vocabulário portuguez e latino*. Autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos e offerecidos ao Rei de Portugal D. João V. Coimbra: No Collégio das Artes da Companhia de Jesus, anno de 1712.

O alvará de 5 de março de 1790 providenciara a breve expedição dos processos dos livramentos dos réus presos, enaltecendo os motivos pelos quais tais procedimentos favoreciam a sociedade. A todos os que vissem o alvará, a Rainha fazia saber que, sendo-lhe “presente o dano” resultante “do muito que se retardão o livramento dos presos sem que seja possível fazê-lo adiantar”, e lembrando que esse comportamento não estava adequado como convinha “a boa administração da Justiça”, pedia e destacava que:

[...] por mais diligência que se faça e por mais solícitos, expeditos que sejam alguns juízes em proferirem as suas sentenças, por falta de várias providências que sendo úteis como a experiência vem mostrando todas as vezes que elas se tem abraçado deixão de praticar-se em todos os casos, porque não estavam ainda estabelecidos por Disposição Geral, não obstante serem conforme ao espírito da Ordenação: e sendo próprio e digno da justiça que se não retarde o seu exercício, antes que hajam de se castigar os delictos apenas constar da sua existência e de quem os cometeo, porque quanto menos mediar entre o castigo, e o delicto mais há de ser o proveito que há de causar um tal exemplo, e menos padecerão os presos detidos nos cárceres, aonde se entropecem, e fazem inúteis os seus braços: Para facilitar esta expedição e exercício sou servida Ordenar o seguinte: [...].²³¹

A opinião sobre a existência de juízes “diligentes e solícitos” em fazer funcionar o sistema judicial vinha acompanhada da lógica funcional do Antigo Regime. Ela ressaltava o fato comprovado pela “experiência” de que, embora desprovidas de regulamentações, algumas medidas eram úteis para os processos. Isso acentuava o caráter experimental do sistema punitivo, que não contava com as “disposições gerais”, ou seja, as leis ordinárias para a aplicabilidade das medidas punitivas e por não contar com a “disposição geral”, deixaram de ser praticadas, muito embora merecessem aplicação, pois estavam de acordo com o espírito das *Ordenações*. A Rainha deixou claro que, em muitos aspectos, embora constasse do espírito das *Ordenações*, algumas determinações não encontravam cumprimento. Esse comentário reflete o caráter de assimetria entre a lei e sua prática. Em alguns casos, a lei inclui intenções e pressupostos, e, em outros, ela regulamenta a ação. Nesse caso, o alvará visava a regulamentar a ação.

Esse alvará aponta um aspecto decisivo de separação do plano legal, discursivo, geral, moral e universal para o plano da prática, do processo, da forma, do método dispositivo para colocar em vigor determinado princípio de direito. Ao acentuar o impedimento de generalização das práticas, “porque não estavam ainda estabelecidas por Disposição Geral”, o

²³¹ Alvará de 5 de março de 1790. In: COLLEÇÃO da legislação portuguesa desde sua ultima compilação das *Ordenações*, redigida pelo Desembargador Antônio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790. Lisboa: Na Typografia Maigrense, 1828. Alvará de 1790, p.58.

alvará lembra que não bastava que a medida se mostrasse “conforme ao espírito da Ordenação”.

A falta de disposições que dificultava a adoção geral de medidas de aplicabilidade comprovada não devia impedir a punição dos delitos. Os criminosos deviam receber o castigo de seus delitos tanto para vigorar a punição exemplar como para que não fossem mantidos encarcerados os braços tão necessários para o trabalho. Os criminosos somente deviam permanecer no cárcere até o cumprimento da pena e por isso a orientação da Rainha obrigava à presteza “com que se devem indagar os delitos”, principalmente ao executar a prisão de algumas pessoas antes da culpa formada. Segundo ela, havia os casos em que a Lei da Reforma das justiças de 6 de dezembro de 1712, ampliada pela de 19 de outubro de 1754, abria essa permissão. Mas, nesses casos, ela deixava bem claro que, depois da prisão feita, se “devem inquirir logo as testemunhas, e fazer as acareações e perguntas necessárias, além das mais diligências que forem precisas para se lhe formar a sua culpa dentro do prefixo tempo de oito dias”.²³²

A Rainha determinava, “nas conformidades das sobreditas leis”, que o comportamento adequado era o de proceder à prisão antes mesmo da “formação da culpa”. Depois, “formada que seja” (a culpa), deve logo “apresentar-se ao juiz para mandar correr seu livramento, ou remetê-lo para onde tocar”, dentro do mais curto tempo. Ordenava que o tempo de 30 dias prescrito para a conclusão das devassas era o prazo máximo e que, “podendo ainda, antes de trinta dias, que a Ord. Liv.1 tit. 65 § 31 tem concedido para se tirarem as devassas”, deva-se concluir tudo. Sugeria que os prazos previstos não eram para os direitos dos súditos, mas que deviam ser entendidos como “termo posto para se não exceder e não para deixar de se abreviar todas as vezes que for necessário”.

No entanto, a inquietação com a breve expedição dos processos não era uma novidade em termos de preocupações com os assuntos de aplicação da justiça penal. Antes disso, o procedimento das cartas de seguro e as diferenças entre os processos verbais e escritos já tinham recebido orientação específica de Lisboa com o decreto de 15 de setembro do ano de 1778, que denunciou a não-aplicação do direito às cartas de seguro e dos alvarás de fiança na jurisdição da capital do Império Lusitano. O decreto anunciava que um requerimento do mordomo dos presos noticiou que os cárceres de Lisboa estavam cheios de pessoas impedidas de usufruir dos direitos previstos nas *Ordenações*. Movida pela denúncia, a Rainha

²³² COLLEÇÃO da legislação portuguesa desde sua ultima compilação das *Ordenações*, redigida pelo Desembargador Antônio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790. Lisboa: Na Typografia Maignense, 1828. Alvará de 1790, p.58.

demonstrava o apego ao direito às cartas de seguro, lembrando os cuidados exigidos pelo assunto, alegando que não fazia “bem à sua justiça” o cumprimento de forma diferenciada nas partes do reino. A Rainha noticiava que, “em requerimento do Mordomo dos Presos”, lhe fora notificado o fato de descumprimento da lei nos seus reinos. Ela lembrava que, “nas Províncias de seus Reinos”, para os criminosos “soltos tratarem de seus livramentos”, existia a “liberdade de poderem conseguir cartas de seguro e alvarás de fiança”, acentuando que isso era possível “nos casos em que se permitem, tendo para esse efeito a seu favor a *Ordenação*, Livro 1, Título 54 e a do Livro 5, Título 130”.

A despeito dessa “liberdade”, ela recebera a notícia que lhe garantia estarem os súditos “delinquentes, que cometem crimes na cidade de Lisboa, e seu termo” privados daquele benefício, portanto, tratados com diferença. O “motivo” dessa diferença:

[...] a violenta interpretação, que de tempos a estas partes se tem dado a disposição do cap. 5 da Lei de 25 de junho de 1760 e de outra de 1763 em quanto mandão que os réus sejam autuados em processos simplesmente verbaes sem limitação de tempo e sem determinado número de testemunhas, somente até constar da verdade do fato, e averiguando que seja sentenciarem-se depois em Relação não tendo os réus mais que vinte e quatro horas, para embargarem as sentenças [...].²³³

Submetidos a esse “rápido procedimento”, o resultado era “não poderem os mesmos réus darem legítima defesa de suas culpas” e, embora fossem acusados, também não se conseguia “nem seguirem-se os fins do bem público, e tranquilidade da capital do Reino”, mas que pelo contrário:

[...] antes aumentando-se a frequência dos delitos ficam sem castigo pela ausência dos criminosos, e mandando ouvir sobre o dito requerimento a Meza do Desembargo do Paço e não sendo compatível com a mesma justiça, que esta se distribua com diferença entre os meus vassalos: Sou servida suspender, aos dittos effeitos somente a determinação das referidas duas leis até a publicação do novo Código e que entretanto em todas as causas correntes assim ordinárias, como sumárias, se guarde inteiramente a Ordenação do Reino sem diferença alguma entre os Reos desta corte, e os das Províncias, o que tudo se praticará da data deste em diante compreendendo a todos os Delinquentes que actualmente existem, e que não tem ainda dado princípio ou não está ainda findo o seu processo pela última sentença. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e faça

²³³ Alvará de 5 de março de 1790. In: COLLEÇÃO da legislação portugueza desde sua ultima compilação das *Ordenações*, redigida pelo Desembargador Antônio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790. Lisboa: Na Typografia Maigrense, 1828. Alvará de 1790, p.58.

executar. Palácio de Queluz em 15 de setembro de 1778. Com a rubrica de sua majestade. Impresso Avulso.²³⁴

Mais que reafirmar as questões relacionadas ao tamanho do império e ao reflexo disso na organização da sua justiça, o alvará demonstra o dinamismo das transformações. A denúncia efetuada pelo Mordomo dos Presos de Lisboa deu conta da verdadeira suspensão dos direitos em Lisboa a partir das legislações de 25 de junho de 1760 e de “outra de 1763”, fato que durou até 1778, quando o alvará da Rainha reverteu a situação.²³⁵

Ora, além de colocar em destaque a existência das cartas de seguro e os alvarás de fiança como procedimentos regulares no Reino para, com as *Ordenações Filipinas*,²³⁶ os livramentos se efetuarem em equilíbrio com a capacidade carcerária, o alvará salienta o fato de que tanta agilidade não resultasse em equilíbrio do exercício da justiça. O rápido procedimento impedia aos réus tratar da legítima defesa das culpas de que eram acusados. A revogação dessas medidas usou o argumento de que os sumários procedimentos de julgamentos verbais nem atingiam “os fins do bem público”, tampouco garantiam a tranquilidade da capital do Reino, “antes aumentando-se a frequência dos delitos”, que “ficam sem castigo pela ausência dos criminosos”. O princípio da organização do reino, ao mandar “ouvir sobre o dito requerimento à Mesa do Desembargo do Paço”, reafirmava a expectativa de incompatibilidade “com a mesma justiça” de que ela “se distribua com diferença entre os [meus] vassallos”. A determinação da Rainha visava a garantir que a todas as causas correntes “assim ordinárias, como sumárias, se guarde inteiramente a Ordenação do Reino”, estabelecendo a inexistência de diferença entre os réus da Corte e os das Províncias. Embora

²³⁴ Suplemento à COLLEÇÃO de legislação portuguesa desde sua ultima compilação das *Ordenações* redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Ano de 1763 a 1790. Lisboa: Na Typografia de Luiz Correa da Cunha, 1844. p.182.

²³⁵ Pode-se dizer que especular sobre os motivos de política tão autoritária não se constitui uma inferência absurda, permitindo lembrar a administração pombalina e todo o controle assumido nesse período pelo ministro de D.José I. Cumpre ressaltar que as desgastadas relações entre grupos periféricos e o ministro levariam ao auge da crise e, pode-se especular se o decreto vincular-se-ia ao terror implantado em consequência da tentativa de regicídio. Embora as relações entre as esferas constituintes do reino já viessem comprometidas desde anos antes, como demonstra a escolha do ano de 1755 para a demarcação da deterioração das relações entre a administração de Sebastião José de Carvalho e os jesuítas (Cf. SILVA, M. B. Nizza (Coord.). *O Império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p.333-391.).

²³⁶ O Título 54 do Livro Primeiro das *Ordenações*, que “trata dos escrivães que serverm com os Meirinhos da corte e com os Alcaldes da cidade de Lisboa”, regulamenta o funcionamento das diligências de seus officios tanto por bem da justiça, quanto pelo requerimento das partes, correndo a cidade e “cada hum dos ditos scrivães terá hum livro encadernado, numerado e assinado, conforme a Ordenação, per hum dos corregedores do Crime da Corte, ou da cidade de Lisboa, ou Juizes do Crime della, no qual screverá e assentará todas as condenações verbaes, em que os Julgadores condenarem as pessoas, que lhes forem levadas pelos ditos Meirinhos e Alcaldes. E farão assinar as ditas condenações no dito livro pelos Julgadores, que as fizeram, aos quaes mandamos, que as assinem ao tempo, que fizerem as taes condenações.” Esse título trata das condenações e autos verbais, sem se referir à carta de seguro, que é tratada no Título 7 desse mesmo livro.

tal afirmativa estivesse presente nas intenções legislativas, o tamanho, a distância e o dinamismo do território do reino em movimento não favoreciam as intenções da Rainha.

Alguns aspectos históricos devem ser lembrados. O ano de 1778 apresentava mudanças na política de governo português, inaugurando algumas revisões administrativas do reino. A morte de D. José e o afastamento do ministro Sebastião José de Carvalho e Mello poderiam estar na base desse decreto, como uma das primeiras medidas tomadas no reinado de D. Maria I, iniciado em 1777. Outra situação a ser analisada refere-se “à violenta interpretação” que deu margem a essa “diferença que de tempos a estas partes” se plantara. Isso mostrava uma reversão no rigor implantado em Lisboa, onde inflexivelmente se atendeu “a disposição do capítulo 5 da Lei de 25 de junho de 1760 e de outra de 1763”. O decreto demonstra a severa política de perseguição às culpas implantada no período coincidente com a reconstrução da cidade, sob os auspícios do polêmico ministro de D. José I. As medidas que “mandão que os réus sejam autuados em processos simplesmente verbaes sem limitação de tempo e sem determinado número de testemunhas” no centro decisório do poder — Lisboa — não possuem a mesma motivação que o arrocho do direito penal no território das Minas, embora a proposição da Rainha ordenasse a inexistência de diferença na aplicação da justiça dentro de seu reino.²³⁷

Os impulsos legisladores já observados desde a reforma na Universidade recebiam novos influxos com a publicação de coletâneas de leis na segunda metade do século XVIII. A organização de uma importante compilação de leis extravagantes foi realizada no período, sob a direção de Antonio da Silva. Um novo código criminal foi escrito por Pascoal José de Mello Freire, obedecendo às instruções dadas por D. Maria I, em carta régia que noticiou que esperava “o novo código”, mas não teve seu conteúdo jurídico aprovado pela comissão que o analisou.²³⁸ Os princípios de racionalização continuavam a imprimir suas marcas na administração portuguesa, mesmo depois do afastamento do Marquês de Pombal, e, ainda que a fracassada tentativa de introdução do novo código criminal indicasse a existência do embate em torno do assunto, o direito penal apresentava-se como um campo de amplas transformações.

²³⁷ Segundo Pereira e Sousa, o decreto de 4 de novembro de 1755 mandou formar os processos verbais contra os réus de roubo e sacrilégio contra a cidade. Cf. SOUSA, José Joaquim Pereira e. *Esboço de um dicionário jurídico, teórico e prático remissivo às leis compiladas e extravagantes*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1827. Tomo III.

²³⁸ Código Criminal intentado pela Rainha D. Maria I, autor Pascoal José de Mello Freire. Segunda edição, castigada dos erros. Corrector o licenciado Francisco Freire de Mello, sobrinho do autor. Biblioteca Batista Caetano. FREIRE, Pascoal José de Mello. *Código criminal*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1823. A data de publicação da obra encontra-se em algarismos romanos. Encadernado com “Discurso sobre Delictos e Penas” (1816), de Francisco Freire de Mello.

Alvarás, decretos, regulamentações e leis representavam as investidas oficiais em busca de um ordenamento jurídico mais positivamente organizado, em um momento de tendência de fortalecimento dos poderes de punição do rei. Por outro lado, o reconhecido momento de diminuição na arrecadação tributária nas Minas acentuou o ensejo repressor, em face das opiniões que não se cansavam de denunciar a indisciplina dos súditos do território das Minas, que, com tantas prerrogativas locais, usavam de abusos vários, incluindo-se neles o descaminho dos tributos devidos à Coroa Portuguesa.

Por volta dessa data, para as Minas, à crise provocada pelo declínio da produção aurífera vinha-se somar a organização de uma administração violenta. O Conde de Valadares, José Luis de Meneses Abranches Castelo Branco, ao assumir o governo da capitania, no período de 1768 a 1773, colocou em vigor a política de arrocho na perseguição aos criminosos. Ele se revelou empenhado no cumprimento das ordens de implantar a derrama, bem como em submeter os criminosos à ordem no território mineiro.

Seu exercício foi voraz na arrematação dos rendimentos reais e logo renovou com as câmaras os impostos do subsídio voluntário, donativo criado por ocasião do terremoto de Lisboa. Vigiou de perto para cobrar e recolher os tributos de donativos dos ofícios para os cofres reais. Além disso, esse governador “muito fez para que os delitos não ficassem escandalosamente impunes”, fato que o transformou em alvo do ódio de muitos.²³⁹

Tratando a respeito da utilidade dos vadios, Teixeira Coelho enalteceu a percepção que o Conde de Valadares deles tivera. A Instrução dizia que muito já se tinha legislado acerca dos vadios, explicitando que contra eles se “levantava o ódio de todas as nações civilizadas” e que as “regras comuns relativas a este ponto não eram aplicáveis ao território da Minas, porque estes vadios, que em outra parte eram prejudiciais, são ali úteis”.²⁴⁰ A cor dos vadios vem estabelecida porque “eles, à exceção de um pequeno número de brancos, são todos mulatos, cabras, mestiços e negros forros.”

Teixeira Coelho diz que, “ultimamente, em resolução da conta que deu o Conde de Valadares”, ampliou o leque dos delitos, deixando a restrita esfera dos bastardos, carijós, mulatos e negros e se estendendo à

²³⁹ Virgílio Noya Pinto, ao tratar sobre o ouro na capitania das Minas, apresenta os rigores desse período. (Cf. PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979. p.64. Coleção Brasileira). Furtado apresenta também as relações conflituosas entre o exercício das jurisdições e discute como o governo de Valadares foi marcado por conflitos com os magistrados mineiros. (Cf. FURTADO, Júnia F. *O livro da capa verde*. São Paulo: Annablume, 1996).

²⁴⁰ COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. Capítulo 11º, parágrafo 5º, “Do governo do Conde de Valadares”, p.149.

desobediência formal dos soldados e oficiais aos seus superiores na matéria do real serviço, ou sejam pagos ou auxiliares e ordenanças; de deserção dos mesmos soldados e oficiais; de sedição, rebelião e de todos os crimes de lesa majestade divina e humana e dos que são contra o Direito Natural e das gentes.²⁴¹

A carta régia de 12 de agosto de 1771 listou os crimes de “homicídios voluntários, rapinas de salteadores e resistências às justiças” contra o Direito Natural e das gentes e enquadrou, “sem distinção da qualidade dos réus, porque, fossem europeus ou americanos, africanos ou livres e escravos”, a extensão de crimes para ser também sentenciada na Junta.²⁴²

A insistência em administrar a ordem na capitania também esteve representada pelo interesse no encalço dos réus, não escapando ao Conde nenhum assunto de delito. Segundo Teixeira Coelho, o governador requereu que fossem a sua “presença os traslados dos róis de culpados” e os “fez prender pelos militares”, ao constatar que procedia da possibilidade de evadir-se de sua punição e justiça “a facilidade com que as mortes e roubos eram executados”. A explicação para a evasão dos réus encontrava-se no desinteresse da justiça em prendê-los, sobretudo quando “eles não tinham bens para o pagamento dos salários”. Essa situação provocou logo o Conde de Valadares, que, “tanto interessou nesta matéria que só lhe escaparam dois réus de delitos de morte, que fugiram para fora da Capitania, um, chamado o Jardim, e o outro, o Quiabos.”²⁴³ Dessa empreitada emergiu a explicitação da organização social almejada:

Deste modo, pôs a capitania em sossego, pelo temor que todos tinham do zelo e da constância com que procurava fazer executar as leis proferidas contra os delinquentes. Os poderosos não oprimiam os pobres e os fracos; os mulatos e negros respeitavam os brancos e os facinorosos moderavam a sua inumanidade.²⁴⁴

Embora Teixeira Coelho atribua todos os predicados das ações do Conde de Valadares à sua “compreensão grande”, ao seu “gênio indagador” e ao seu caráter “prudentíssimo e de um procedimento exemplar”, marcado pelo seu desinteresse, “muito reto e muito zeloso na administração e cobrança da Real Fazenda”, parece impossível aceitar que seu esforço “incansável no serviço de Sua Majestade” para conduzir a “Capitania a uma boa ordem” e

²⁴¹ *Ibidem*, Capítulo 4º, reflexão 4ª, p.105-106.

²⁴² COELHO, *loc cit.*

²⁴³ COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. Capítulo 11º, parágrafo 5º, “Do governo do Conde de Valadares”, p.146-156.

²⁴⁴ COELHO, *loc cit.*

“para fazer felizes os povos dela” estivesse isolado de políticas organizacionais mais amplas no contexto do Império Colonial.

A lógica organizacional do modelo governativo explicitada nas palavras da instrução assevera o quanto o arrocho ao território das Minas teve um efeito benéfico. Segundo os dizeres de Teixeira Coelho, “os poderosos seriam cerceados em suas práticas de opressão aos pobres e fracos”, demonstrando que o serviço de Sua Majestade teria como meta a proteção dos que, socialmente, estariam naturalmente oprimidos. Os mulatos e negros ocupando “o lugar a eles reservado”, qual seja, a “obediência ao branco” como paga de seu serviço, e aos “facinorosos a moderação de sua inumanidade” através da justiça misericordiosa ofertada pelo serviço de Sua Majestade.

Esses três elementos constituíram os pilares do debate de administração da justiça no território do ultramar. Cercear os poderosos na opressão, garantir que os negros e mulatos se restringissem ao lugar a eles reservado na estrutura social e obrigar a moderação dos facinorosos, ameaçando-os com a justiça e ofertando-lhes a misericórdia. Os juízes e advogados, bem como outros brancos proprietários, ocuparam o cenário de poderosos e a eles competia não oprimir os fracos. Todas as vezes que um indivíduo abrisse uma queixa contra algum detentor de posição agregada de poder, não faltaria oportunidade para o desenvolvimento da hipótese de que a justiça não funcionava. Se um negro ou mulato ousasse obstruir a autoridade de um branco, criaria a oportunidade para a queixa do mau funcionamento da justiça, e o conhecimento de existência de potentados e senhores de mando em território de fronteira ajudaria a compor o orquestrado coro de que a justiça não funcionava. Mas as fontes, as prisões, os processos demonstram que os serviços de justiça fizeram muito bem suas perseguições: o “agre” e o “doce” acentuavam o caráter das redes do poder,²⁴⁵ enquanto a graça sempre viria a reboque da punição.²⁴⁶ Ambas garantiam a coexistência de elementos aparentemente paradoxais na administração da justiça real.

Os vadios nas Minas eram duplamente percebidos. A dificuldade de imposição do rigor contra eles legislado mesclada com o ódio que lhes era dirigido pelos projetos civilizadores era o paradoxo da utilidade dos vadios, que “por estes homens atrevidos é que são povoados os sítios remotos do Cuité, Abre Campo, Peçanha e outros”. Além disso, deles

²⁴⁵ Sobre a utilidade dos vadios, Laura de Mello e Sousa desdobrou o tema, já adiantado por Teixeira Coelho, e o tratou em um capítulo no qual aborda a desclassificação social no ocidente, o império colonial como enxovia de delinquentes e a estrutura econômica e seu desdobramento no processo de desclassificação social. Ao tratar o processo de desclassificação nas Minas, a autora não deixa de assinalar as várias formas, apontadas por Teixeira Coelho, que o Conde Valadares apresentou relativas à utilidade dos vadios (SOUSA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986).

²⁴⁶ HESPANHA, António Manuel (Coord.). *O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, s/d. v.IV, p.239.

se compunham “as esquadras que defendem o presídio do mesmo Cuité da irrupção do gentio bárbaro”, do mesmo modo que atuavam na ampliação do território, ao “penetrar, como feras, os matos virgens, no seguimento do mesmo gentio”, sem contar a composição das “esquadras que muitas vezes se espalham pelos matos para destruir os quilombos dos negros fugidos, e que ajudam as justiças nas prisões dos réus”.²⁴⁷

Desse modo, embora o governador Conde de Valadares almejasse a implantação da ordem com a punição racional dos delitos, essa utilidade foi considerável. A feroz abertura dos territórios nos sertões ampliava os domínios. Os não-possuidores de bens para custear os processos tinham a opção da fuga. A ela seguia-se a busca dos territórios de fronteira. Aos fugitivos restava o lugar de vadios úteis para buscar outras paragens, andar na movimentação da colônia, não estreitar os vínculos da classificação social na colônia e, sobretudo, servir à ampliação do território da capitania; era a fuga metamorfoseada em punição, que desdobrava o sistema administrativo na fronteira. Somente os possuidores pagavam as despesas dos livramentos de suas culpas.

Nessa fase, nas Minas Gerais, as cartas de seguro equilibraram a situação de descompasso entre o arrocho da perseguição aos criminosos e a reduzida capacidade instrumental de obrigar os réus a cumprir as penas. As obrigações de polícia e a obrigatoriedade de fazer rol de culpados ainda estavam acompanhadas da exiguidade instrumental para implementar as prisões e processos. Essa constatação repensa as concepções sobre a atuação e fortalecimento do poder real, bem como as explicações atribuídas ao papel da administração da justiça.

O debate oscila e finca raízes em um mesmo pano de fundo. As perguntas sobre as medidas de fortalecimento do poder real em detrimento dos poderes locais exercidos pelos camarários são seguidas de versões que veem o centralismo em oposição à tendências descentralizadoras no exercício dos poderes locais, sobretudo dos potentados, abrem espaço de estudos que refletem sobre a existência de medidas liberais frente aos poderes exercidos pelo governo absolutista. A esse conjunto justapõe-se uma pergunta: qual foi a natureza das transformações vivificadas nas últimas décadas do século XVIII?

As posições se definiram pendularmente, dividindo-se em tendências, sem colocar termo às polarizações. O desafio abriu espaço para contribuições que interpretaram as duas

²⁴⁷ COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. Capítulo 11º, parágrafo 5º, “Do governo do Conde de Valadares”, p. 149, 150.

percepções como faces da mesma moeda, nas Minas do Ouro.²⁴⁸ Além disso, os estudos que se voltaram para outra direção e fugiram do cerco que a dicotomia centralização e descentralização impôs, entenderam “a história do mosaico luso-americano” como inseparável de sua moldura, isto é, “do Estado que esteve à frente de sua formação”.²⁴⁹

No que se refere ao estudo da administração, a influência de Caio Prado foi crucial. Ao investigar a sociedade brasileira como desdobramento dos elementos constituintes do período colonial, ele anexou também a administração da sociedade mineradora. A argumentação estaria sustentada na ideia de que, com a transposição do modelo português para a Colônia, o sistema aplicado não se ajustou às especificidades do ultramar, criando uma situação de dificuldades entre a imensidão territorial do Brasil e a distância dos centros difusores da ordem, que marcaria, sobremaneira, a constituição colonial. O mando e a autoridade da coroa portuguesa saíam debilitados dessa relação em que potentados e senhores dos sertões da colônia, especialmente nas Minas, estenderiam o domínio privado sobre a ordem instituída. Ele classifica a administração colonial como militar, geral e civil e inclui nela as funções propriamente administrativas como as do exercício da justiça.²⁵⁰

Ainda um outro ramo aponta que esse quadro de desordem seria revertido apenas com os ventos centralizadores do final do século XVIII.²⁵¹ Os esforços despendidos resultaram no debate em torno das questões de administração da justiça, possuindo como pano de fundo a interpretação acerca da relação colônia e metrópole. As contribuições tentaram delinear as relações instituídas entre o reino português e seu império colonial, e, no caso específico do Brasil, sua mais importante colônia no século XVIII. Os termos do intrincado debate foram apresentados por Maria Odila Silva Dias com o seguinte argumento:

Se as diretrizes fundamentais da historiografia brasileira já estão bem definidas, precisam ainda ser melhor elaboradas por estudos mais

²⁴⁸ Segundo Laura de Mello e Sousa, a forma como o poder metropolitano se efetivou nas Minas pode ser representada pelo binômio composto pelo agre e o doce (SOUSA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2 ed. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1986.).

²⁴⁹ JANCSÓ, Istvan (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

²⁵⁰ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.313.

²⁵¹ O debate polarizador de explicações centralizadoras e descentralizadoras e que, para alguns, situou o movimento centralizador a partir da segunda metade do século XVIII, e, para outros, permaneceria uma política descentralizada, encontra grande parte de sua sustentação na matriz historiográfica que discutiu o período pombalino. Os textos sobre esse período, embalados na influência do trabalho de João Lúcio de Azevedo, se dedicaram, sobretudo, ao estudo da suposta atuação incisiva e centralizadora de Pombal. Esse viés explicativo incitava a adoção de concepções pendulares entre uma e outra tendência. A revisão dessas posições antagônicas tem encontrado fôlego em estudos sobre as relações encetadas pelos fidalgos e o Marquês de Pombal. Exemplo desse filete historiográfico pode ser encontrado em SANTOS, Fabiano Vilaça. *Mediações entre a fidalguia portuguesa e o Marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.48, v.24, p.301-329, jul.-dez. 2004.

sistemáticos das peculiaridades da sociedade colonial, que nos permitam uma compreensão mais completa deste processo de interiorização da metrópole, que parece a chave para o estudo da formação da nacionalidade brasileira.²⁵²

Em estudo sobre as câmaras ultramarinas e o governo do império, Maria Fernanda Bicalho vê, sob o “modelo quase universal e relativamente uniforme de organização local”,²⁵³ as diferenças da organização camarária nas partes do mundo imperial português como um crescente movimento de limitação dos poderes locais. Segundo a autora, a partir de finais do século XVII e início do XVIII, o poder econômico das câmaras seria progressivamente cerceado com a constituição de meios de enquadramento político-administrativos dos poderes locais. A implantação do juiz de fora se mostraria como um dos primeiros meios de submissão das câmaras nas cidades ao longo do Império.

No entanto, a autora ressalta o movimento que, dentro da produção historiográfica, vem revendo a interpretação de que a proliferação de juizes de fora nas cidades do Império Português seja prova do enfraquecimento das câmaras. Segundo a autora:

O fato de este oficial (o juiz de fora) ser nomeado pela Coroa e a ele caber a presidência da câmara — substituindo o antigo juiz ordinário eleito pela comunidade — obscureceu o papel que desempenhou. Sendo um oficial letrado, fomentaria a aplicação do direito oficial, e com isso não deixaria de ser um elemento de desagregação da autonomia do sistema jurídico-político local — fundado em práticas consuetudinárias, marcado pelas disputas entre grupos, baseado nos usos e costumes da terra — promovendo sua desqualificação por meio da argumentação técnica e letrada. Nesse sentido, a eficácia da institucionalização do cargo de juiz de fora no processo de centralização monárquica residiu na homogeneização dos parâmetros jurídico-administrativos veiculados pelo poder central.²⁵⁴

O obscurecimento do papel do juiz de fora como portador de um conhecimento letrado, em parte técnico, e as mudanças introduzidas estão de acordo com o raciocínio nesta tese delineado. O debate que explora a hipótese de que a introdução da figura do juiz de fora foi elemento de desagregação da organização local sustentada nos costumes não vai além e

²⁵² O incentivo ao debate foi explicitamente sugerido por Maria Odila Dias quando, em defesa do estudo sobre a interiorização da metrópole, expôs os principais eixos do debate. Interessante observar que a autora não retirou o elemento de contribuição que a base teórica oferece, deixando implícito que as pesquisas de base empírica se constituiriam em elemento refinador do debate. Confira especialmente p.180 (Cf. DIAS, Maria Odila A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Dimensões*. São Paulo: Editoria Perspectiva, 1986. p.160-184.).

²⁵³ BICALHO, M. F. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, J. L.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.189-223.

²⁵⁴ *Ibidem*, p.200.

aborta a compreensão das alterações históricas nesse movimento. A hipótese explicativa sobre a ampliação do uso da carta de seguro em um momento de fortalecimento do poder real e da justiça formal do direito penal é relacionada à perseguição aos criminosos. Muito embora o poder de racionalização das medidas buscasse unificar a forma da praxe, o poder real não abdicou de sua função distributiva de graças, corroborando o modelo da punição e graça, como fruto do exercício “agre e doce” do poder real.²⁵⁵

Essa situação permaneceu até as três primeiras décadas do século seguinte, quando as medidas liberais determinaram a demarcação positiva dos crimes e suas penas. O Código Criminal do Império cumpriu o papel de acertar as arestas do poder coercitivo do Antigo Regime, sustentado na indefinição do sistema penal, na utilização política dos recursos de perdão e na fusão entre a estrutura administrativa e a aplicabilidade da justiça. A carta de seguro foi enterrada pelos ventos liberais que culminaram com o Código Criminal, cotado como modelo na América Latina porque era o mais moderno,²⁵⁶ e o Império do Brasil adotou o modelo do *habeas corpus* inglês.²⁵⁷

²⁵⁵ Sobre as noções do agre e doce na administração das Minas, ver SOUSA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro. a pobreza mineira no século XVIII*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

²⁵⁶ Sobre o assunto, conferir o elogio sobre o modelo de Código Criminal em PIRAGIBE, Vicente. *Legislação penal: do Brasil e do estrangeiro*. São Paulo: Saraiva, 1932. v.2. Segundo esse autor, o Império do Brasil teria, na América, sido o primeiro a elaborar o seu código independente. Acrescentando que o trabalho do Código Criminal do Brasil “honra sobremodo os legisladores de um século atrás, patenteando o alto grau da cultura jurídica dos que concorreram para sua organização”. O autor ainda comentou que o parecer da comissão da faculdade de direito sobre o projeto de 1893 salientou em vários pontos “o alto valor do nosso primeiro código, não só na parte doutrinária, como na que se refere a técnica legislativa”.

²⁵⁷ Andrei Koerner destaca, em sua tese sobre o *habeas corpus*, que os elementos principais constituintes dessa medida processual no modelo inglês estariam ausentes na prática do Império. Para ele, a “responsabilidade da autoridade coatora”, a função de “garantia de um processo rápido para o réu preso” bem como “o controle, pelos juízes, do respeito à integridade física” do réu não encontrariam reflexo nas práticas imperiais (Cf. KOERNER, Andrei. *Hábeas-corpus: prática judicial e controle social no Brasil (1841-1920)*. São Paulo: IBCCRIM, 1999. p.43.).

2.5 O império do silêncio: a carta de seguro, as interpretações e a historiografia

Como foi possível que um expediente praticado largamente ficasse debaixo de um grande esquecimento? Uma breve tentativa de acompanhar quem estudou e quando se falou o que era a carta de seguro revelou um silêncio funesto, indicando que a carta de seguro foi enterrada. O império do silêncio sobre a carta de seguro foi imposto com os elogios ao Código Criminal. Relembrando que a carta de seguro existiu no Brasil até 1831 e, depois dessa data, localiza-se, no estudo de Cândido de Almeida, a primeira tentativa de explicação conceitual da carta de seguro. Ele a classifica como uma promessa judicial.

Depois dele, Antonio de Moraes Silva²⁵⁸ apresenta o verbete “carta de seguro”, explicando-a de forma irreal e vaga como um “documento pelo qual o monarca concede a alguém das leis, criminais, civis ou militares, a que está sujeito, para entrar em certo território ou ir a presença da autoridade superior”.

A segunda edição do dicionário jurídico elaborado em memória de Vicente Piragibe, organizado por Humberto Piragibe Magalhães e Christóvão Piragibe Tostes Malta,²⁵⁹ apresentou, de forma ainda mais reduzida, o verbete “carta de seguro”. Segundo ele, a carta de seguro era “fiança criminal na terminologia das Ordenações”.

O desembargador Vicente Piragibe,²⁶⁰ no dicionário de jurisprudência penal do Brasil, apenas dá informações sobre o procedimento *ex officio* nos casos das devassas, dizendo que isso foi muito debatido no conselho de estado de Napoleão e somente foi abolido no Brasil em 1871. Seu trabalho sobre a Legislação Penal do Brasil e Estrangeiro não dá nenhuma notícia sobre a carta de seguro. Ao contrário, o estudo teceu grande elogio ao Código Criminal de 1830, acentuando seu caráter de modernidade e liberalidade.

Em estudo sobre o *habeas corpus*, Andrei Koerner²⁶¹ afirma que a prisão foi transformada em “forma predominante de punição no Código Criminal”. Segundo esse autor, “o Código baseava-se no sistema penitenciário”, e assim se faria “buscando a regeneração dos indivíduos pelo silêncio, pela solidão, pela reeducação moral, através do trabalho e treinamento profissional”. Essa máxima ensejou os projetos de construção das prisões, que,

²⁵⁸ SILVA, Antônio de Moraes. *Grande dicionário da Língua Portuguesa*. 10.ed. Lisboa: Editorial Confluência, 1949/1959. v.9.

²⁵⁹ MAGALHÃES, Humberto Piragibe; MALTA, Christóvão Piragibe Tostes. *Dicionário jurídico*. Rio de Janeiro: Edições Trabalhista S.A., s/d.

²⁶⁰ PIRAGIBE, Vicente. *Legislação penal: do Brasil e do estrangeiro*. São Paulo: Saraiva, 1932. v.2.

²⁶¹ KOERNER, Andrei. *Habeas corpus: prática judicial e controle social no Brasil (1841-1920)*. São Paulo: IBCCRIM, 1999. p.23.

embora ainda gastassem cerca de 20 anos em construção e somente tivessem inauguração na década de 1850, estaria representada no projeto da Casa de Correção da Corte, baseada no modelo do panóptico. Seguindo o mesmo modelo, com projeto datado de 1825, encontra-se a Casa de Correção de São Paulo, além de constar os projetos de construção dos sistemas correccionais para Salvador, Pernambuco, Goiás e Maranhão, que não foram levados adiante.²⁶² Faz-se necessário concordar com a proposição do autor ao assegurar que uma proposta de legalidade liberal, “instaurada na Constituição e nos Códigos do Processo Criminal do Império”, embora marcada por “eficácia”, seria “contraditória com as demais práticas, estatais ou não, de controle social”.²⁶³

Ao que tudo indica, a fórmula do silêncio aplicada aos prisioneiros foi também em relação à carta de seguro. Em nenhum momento, o autor mencionou a carta de seguro, e isso pode ser atribuído à não-localização de referência ao tema nos debates jurídicos por ele rastreados. É preciso discordar do autor, que apresenta, de forma inconsistente, as raízes do *habeas corpus* “no conjunto de atos legislativos liberais” adotados com a chegada de D. João ao Brasil, que teriam, segundo ele, abolido a legislação penal colonial.²⁶⁴ A pesquisa sobre as cartas de seguro tem demonstrado que sua utilização foi incorporada à distribuição da graça régia, amplamente aplicada no reinado de D. João e estendeu-se durante o primeiro reinado do Império do Brasil.

Situação semelhante estaria sustentando as afirmações de Andrei Koerner, quando ele atribui a instituição do *habeas corpus* a uma posição liberal do Príncipe Regente no Brasil. A efervescência de medidas jurídicas adotadas a partir da chegada da Corte portuguesa ao Brasil nada tem a ver com a adoção de medidas liberais. Elas resultam mais de uma preocupação racional do que de atitudes liberais que substituíssem as noções misericordiosas de punição ao alterar significativamente, com saberes técnicos do campo do direito penal, a definição dos crimes e sua punição.

Poucas são as referências à carta de seguro dentre os juristas de pós-1830. Quando chegam a se referir, eles encontram sérias dificuldades, apresentando-a, normalmente, de forma extremamente vaga. Sobre as cartas de seguro, Antônio Luiz de Bessa²⁶⁵ noticia que “Diogo de Vasconcelos, conforme Ordens Régias de 5 de julho de 1725, 12 de abril de 1738,

²⁶² KOERNER, Andrei. *Habeas-corpus*: prática judicial e controle social no Brasil (1841-1920). São Paulo: IBCCRIM, 1999. p.24. Essa pesquisa apresenta referência ao trabalho de Pontes de Miranda que estudou o *habeas corpus* em *História e prática do habeas-corpus*, no qual também não há remissão à carta de seguro portuguesa.

²⁶³ *Ibidem*, p.40.

²⁶⁴ *Ibidem*, p.42.

²⁶⁵ BESSA, Antônio Luiz de. *História financeira de Minas Gerais em 70 anos de República*. Prefácio de Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Fazenda, 1981. p.75-76.

15 de dezembro de 1748”, dizia. em publicação da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, “a respeito de Carta de Seguro”, o seguinte:

ao passo que os ministros podiam dar Cartas de seguro que eram equivalentes ao nosso Hábeas-corpus, os governadores não podiam prender sem culpa formada, nem auxiliarem prisões que não fossem ordenadas para serem executadas pelas justiças do Distrito.²⁶⁶

Ainda sobre as cartas de seguro, Bessa dizia que “carta de seguro era também, segundo Moraes, em seu Dicionário, a licença para se defender algum réu, andando solto”. E, continua, dizendo que “parece que outrora as cartas de seguro se chamavam, também, cartas judiciárias”, acrescentando que “havia, ainda, a carta de guia que era passaporte ou licença de exportação, como acontecia nos registros de Minas Gerais para o ouro”. Finaliza dizendo que “as cartas de seguro dadas aos criminosos pagavam Novos Direitos à Junta da Real Fazenda”.²⁶⁷ É significativo o fato de que esse autor apresenta a carta de seguro em um capítulo que versa sobre a tributação em Minas Gerais no período colonial, incluindo-a no subtítulo em que se trata de “outros tributos”. O tratamento histórico da carta de seguro em um contexto de estudo sobre impostos revela o grau de desconhecimento sobre ela.

Já em estudo sobre as ouvidorias no Brasil Colônia, Arthur Virmond de Lacerda²⁶⁸ listou, de acordo com as *Ordenações Filipinas*, as atribuições do ouvidor, que, além de exercer as funções jurídicas, também devia zelar pelo progresso material dos povos. Atuando desde a fiscalização da proficiência dos tabeliães, bem como do zelo dos juízes ordinários, ao ouvidor também competia o “dar cartas de seguro”. Em nota explicativa, ele argumentava que as cartas de seguro “encarnavam o documento concedido pelo ouvidor ou pelo corregedor”. Explicava que o efeito da carta de seguro estava condicionado a situações determinadas pelas quais “o réu aguardava, em liberdade, a ultimação do processo”, exceto para os casos de “homicídio, traição, aleive, sodomia, moeda falsa, tirada dos presos da cadeia, erros dos tabelião em funções ou resistência a oficial de justiça”, sustentando-se nas *Ordenações Filipinas*.

No plano historiográfico mais recente, as rápidas referências às cartas de seguro somente cumprem o papel de corroborar o completo desconhecimento sobre o assunto. Em

²⁶⁶ BESSA, Antônio Luiz de. *História financeira de Minas Gerais em 70 anos de República*. Prefácio de Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Fazenda, 1981. p 75-76. A referência à *Revista do Arquivo Público Mineiro* é do ano XIX, p.119.

²⁶⁷ Para essa informação, o autor cita a p.806 da “Breve descrição de Diogo de Vasconcelos”, publicação da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VI, fascículos III e IV.

²⁶⁸ LACERDA, Arthur Virmond de. *As ouvidorias do Brasil colônia*. Curitiba: Juruá, 2000. p.29-31.

estudo sobre as ouvidorias de comarcas, legislação e estrutura, Maria Elisa de Campos Sousa²⁶⁹ apresenta que os ouvidores nomeados nas jurisdições dos senhores de terra deveriam administrar a justiça e fazer correições naqueles domínios, assinando todas as sentenças que proferissem. A eles era proibido, em qualquer hipótese, “passar cartas de seguro”. Sobre as cartas de seguro, a autora apresenta em nota que, “segundo Subtil”, no trabalho sobre o Desembargo do Paço, “as cartas de seguro eram requeridas por réus que precisavam de segurança e proteção quando eram libertados”.²⁷⁰

Já em tese defendida por Maria Tereza Pereira Cardoso,²⁷¹ a autora apresentou os embates vividos na Vila de São João del Rei. Caetano Alves de Magalhães envolveu-se em um conflito armado, arregimentando pessoas em 1832 para lutar em favor de suas rusgas pessoais e conflitos jurisdicionais, gerando um conjunto de episódios que resultaram em um processo-crime. A sentença interlocutória condenou o liberal e demandante, Caetano Alves de Magalhães, à prisão e livramento. A autora explica em nota que “estar condenado a prisão e livramento significava ter sido indiciado nas primeiras inquirições feitas as testemunhas”. No entanto, ela segue afirmando, de forma inapropriada para o período, que “a partir daí correria a devassa, que poderia provar a culpa ou a inocência do réu”. Em seguida, a autora arriscou que, “de acordo com o delito cometido, o réu poderia pedir ‘carta de seguro’ que lhe daria direito a responder o processo em liberdade”.²⁷²

Cumprе lembrar que, dependendo do mês em que o processo fora aberto, no ano de 1832, já se encontrava em vigor Código Criminal que teria extinguido a carta de seguro. No entanto, a plena vigência da primeira codificação carecia da publicação do Código do Processo, motivo pelo qual ainda foi encontrada a concessão de cartas de seguro no ano de 1832. Mas, nem a carta de seguro e nem a devassa seriam aplicáveis ao caso de Caetano Alves, no ano de 1832, confirmando a necessidade do conhecimento das alterações introduzidas na ordem processual, com a codificação publicada nos anos iniciais da década de 1830 no Império do Brasil.

As ponderações desconsideraram as mudanças introduzidas pelo Código Criminal e do Processo nos períodos de 1830 a 1832, uma vez que, com essas codificações, as devassas gerais já se encontravam suspensas desde o decreto de 12 de novembro de 1821. Juntamente

²⁶⁹ SOUSA, Maria Elisa de Campos. Ouvidorias de comarcas, legislação e estrutura. *Varia História*, Códice Costa Matoso, Número Especial, Belo Horizonte, Fafich/UFMG, n.21, p.406-420, jul.1999.

²⁷⁰ *Ibidem*, p.408.

²⁷¹ CARDOSO, Maria Tereza Pereira. *Lei branca e justiça negra: crimes de escravos na comarca do Rio das Mortes (Vilas Del-Rei, 1814-1852)*. 2002. 264f. Tese (Doutorado em História) – IFCH/ UNICAMP. Campinas, São Paulo, 2002.

²⁷² *Ibidem*, p.108.

com as devassas gerais, o Código Criminal extinguiu as devassas especiais, as querelas e as denúncias e a carta de seguro. O silêncio sobre o sistema de aplicação da justiça no período anterior a 1831 é responsável pela considerável lacuna do conhecimento historiográfico. Os enviesamentos originários desse desconhecimento dificultam a compreensão do debate acerca das mudanças.

Finalmente, cumpre destacar as diferenças empregadas ao longo do tempo. Maria Beatriz Nizza da Silva²⁷³ apresenta o documento dos camaristas dirigido a D. João V, no qual se registrava, em nome dos moradores da vila de Campos, o pedido de seguro, resultante de uma recusa em aceitar a doação da capitania de Paraíba do Sul, em 23 de março de 1727. Os moradores fizeram um pedido de “piedade” e “compadecimento”, dizendo que os “miseráveis vassallos que há mais de setenta anos” gemiam “sob a mais rigorosa escravidão” solicitavam ao rei que: “como pai não nos desampare, tire-nos do poder dos donatários e dê-nos um seguro real contra os filhos do Visconde, fidalgos mal inclinados, violentos e absolutos com seus 200 escravos.”²⁷⁴

O teor semântico do “seguro” sofreria alterações ao longo do tempo e, provavelmente, no espaço. O significado do “seguro real”, na petição dos camarários, pode ser entendido mais próximo ao conjunto explicativo da sequência dos verbetes trabalhados por Bluteau, que apresenta em comum com a carta de seguro a origem da ideia de segurança dos grupos.

As severas críticas às penas corporais e de tortura traziam consigo a ideia do arrocho da punição na medida certa, ou seja, controlar a sociedade e seus corpos delinquentes era um ponto alto nas intenções governativas.²⁷⁵ A criação da Intendência Geral da Polícia estaria em consonância com essa tendência e, na versão portuguesa, combinaria as novas ideias com os

²⁷³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: UNESP, 2005. p.55.

²⁷⁴ SILVA, *loc cit.*

²⁷⁵ Lembrar que a agremiação acadêmica na Itália “*Accademia dei Pugni*”, além de contar com Cesare Beccaria dentre seus fundadores, manteve a publicação periódica intitulada *Il Caffè*, que combatia o atraso e a desumanidade do sistema jurídico penal vigente e propunha mudanças substanciais em nome do “progresso e da razão”. A data de 1776 pode ser tomada como marco indicativo desse debate com a publicação da obra *Dos delitos e das penas de inspiração iluminista*. (Cf. VERRI, Pietro (1728-1797). *Observações sobre a tortura*. Prefácio de Dalmo de Abreu Dallari. São Paulo: Martins Fontes, 2000.) Lembrar ainda que o primeiro tratamento dado ao despotismo como forma autônoma de governo, explicável por uma série de variáveis, foi dado por Montesquieu, que rompeu com o conceito vigente de despotismo como monarquia degenerada. A partir de então, o despotismo, como forma de monarquia degenerada, foi substituído pelo conceito do “despotismo esclarecido” (Cf. BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980. p.129 *et seq*). Sobre o controle dos corpos, há que se lembrar de FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Tradução Lúcia M. Ponde Vassallo. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983. Especificamente para Portugal, cumpre destacar o trabalho que versa sobre a criação da Intendência Geral da Polícia, de CRESPO, Jorge. *A história do corpo*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, S.A., 1990.

princípios específicos vigentes na sociedade lusitana. Nesse mesmo período, no território das Minas Gerais, o esgotamento dos veios auríferos contribuiria para acentuar as ordens das redes do poder.

CAPÍTULO III

O DIREITO PENAL EM CONEXÃO COM O TERRITÓRIO DAS MINAS

A aplicação da justiça criminal na Vila de São João del Rei seguiu um ritmo de gradação, alcançando, via de regra, um nível de prática inferior à intenção manifesta no discurso. Noutras palavras, pode-se afirmar que existia um hiato entre as práticas discursivas impressas no texto da lei e as práticas do foro, não só na Vila de São João, mas no território das Minas. O processo de imposição gradual da justiça régia abria margem para um quadro de adaptações no campo de sua aplicação, de tal modo que suscitava denúncias de juristas e governantes.

Aos olhos destes, as adaptações se transformaram em problema sério, a ponto de se criar, para os intérpretes historiadores, a imagem da existência de um completo laxismo nas ações judiciais locais. Não se concorda aqui com essa noção de fraqueza das instituições judiciais, tampouco se comunga da opinião de que havia um quadro de completa autonomia das autoridades locais. No lugar disso, percebe-se a existência de adaptações administrativas próprias em um território com fronteira muito aberta e sujeito às vicissitudes impostas pela inexistência de uma formalidade prática em todo o império lusitano. Aceita-se a coexistência de áreas com gradações internas no território mineiro, com fases administrativas variadas dentro do todo. Além disso, detecta-se a permanência da função das práticas de perdão como instâncias de equilíbrio ao lado de uma tendência de direito geral, tratada aqui, nesta tese, como matriz doutrinária, misturada com as noções pragmáticas de aplicação das medidas de cunho legal.

Vem-se propondo, até o momento, neste trabalho, que as diretrizes legais do Antigo Regime exercitavam uma função mais geral no Império lusitano como um todo e menos uma função prática exclusivamente voltada para a aplicação de uma determinação, decreto, ou alvará específico. Isso implica a sugestão de que um ordenamento doutrinário marcado pelas noções gerais do direito universal se confundia com as aplicações e leis voltadas para uma restrita função. As noções de direito natural e das gentes eram a moldura geral que servia como norte para a definição da justiça ou do direito que se buscava, mas que impedia, ou, pelo menos, não instrumentalizava a prática da aplicação, uma vez que não lhe forneciam elementos ordenadores da forma do processo. Isso propiciava a cada localidade e a cada

comunidade a aplicação de acordo com a forma dos costumes, dando preponderância à forma local, ao mesmo tempo em que se preocupava em agir conforme o conhecimento dos “estilos”. No Antigo Regime, havia uma fusão de raciocínios que misturava as leis e princípios gerais com medidas de aplicação prática dos procedimentos de forma processual. Pensando de forma esquemática, Barbas Homem classifica a literatura científica do período moderno dividindo-a em duas linhas, a que trava o debate jurídico, construtor do direito das gentes, e a que trava o debate político, como os teóricos da razão do Estado.²⁷⁶

A indistinção entre as esferas do pensamento jurídico e as medidas de aplicação ordinária foi acentuada no comentário da Rainha, no alvará de 5 de março de 1790. Quando o preâmbulo do alvará denunciava falta de “disposições gerais” para a aplicação das “várias providências” de utilidade comprovada pela “experiência, não obstante estivessem de acordo com o espírito das Ordenações”, ela reclamava da falta de medidas ordenadoras do processo.²⁷⁷ Na verdade, a sobreposição das noções gerais do direito e as medidas de aplicação prática da ordem dos procedimentos criavam uma mistura crônica e introduzia uma dificuldade pragmática e metodológica à praxe ordinária dos processos. A inexistência de autonomia dos campos de ação justapunha em debate as concepções jurídicas mais amplas às práticas da ordem processual, em uma situação de carência de um modelo técnico, ou, noutras palavras, político, capaz de orientar as medidas. A introdução de uma ordem processual, regulada, formal e orientada via manuais, seria intentada com a função de reverter tal quadro, revelando outros modelos de ação política, instituída na era de “administração ativa”. Segundo José Subtil, a administração ativa marcava-se pela existência de quadros legitimadores, métodos e agentes muito distintos dos da “administração passiva” ou “jurisdicionalista”.²⁷⁸

²⁷⁶ Sobre o assunto, ver HOMEM, António Pedro Barbas. *História das relações internacionais: o direito e as concepções políticas na Idade Moderna*. Coimbra: Almedina, 2003. p.9. Os estudos clássicos sobre os costumes na cultura popular encontram-se nos ensaios publicados em THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia da Letras, 1998. No caso específico deste estudo, os costumes apresentam-se implantados pelas organizações locais nos *concelhos*, propiciados pela forma geral do direito em torno de questões mais amplas e gerais dos direitos das gentes e deixando para o âmbito da vizinhança as decisões de questões locais. A indistinção nos processos administrativos foi o tema que nomeou o trabalho de SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

²⁷⁷ COLLEÇÃO da legislação portuguesa desde sua última compilação das *Ordenações*, redigida pelo desembargador Antônio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790. Lisboa: Na typografia Maigrense, 1828. Alvará de 1790, p.58.

²⁷⁸ SUBTIL, José. Governo e administração. In: MATTOSO, José; HESPANHA, Antonio Manuel. *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.142. Os Wehling apresentam a mudança administrativa introduzida a partir de 1792, quando o governo deixa de ser organizado sob a forma de conselhos e passa a ser tratado em secretarias (WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p.32.).

Sobre a forma “jurisdicionalista” de poder, Hespanha salienta o papel limitado da lei que se encontrava comprimida entre a matriz doutrinária geral e os costumes locais.²⁷⁹ Lembrando a falta crônica de mecanismos para a concretização dos serviços de justiça em função da exiguidade funcional, conforme salientaram Russel-Wood e Hespanha,²⁸⁰ é possível afirmar, no entanto, que o encarceramento ainda permanecia indesejável no final do século XVIII. Isso implica a lembrança de que uma série de leis ainda não encontrava condições funcionais para sua aplicação e que, por mais que as exigências legais solicitassem a rapidez dos processos, os autos não obtinham uma sentença do juiz. Em geral, essa situação de aplicação do direito penal fazia com que as funções processuais guardassem requintes punitivos e impedia que o cárcere adquirisse o estatuto de pena autônoma. Mesmo os modernos escritos de Pereira e Sousa ainda apresentavam o encarceramento com função limitada. Nesse sentido, embora o território mineiro vivenciasse as adaptações práticas do texto legal, ele não se apresentou ao largo do pensamento doutrinário geral, ao contrário disso, acompanhou as orientações gerais passadas pelos praxistas.

A ordem processual que aqui se procura delinear se insere na passagem para forma de administração ativa e, para sua apreensão, toma-se de empréstimo o alerta apresentado pelos Wehling,²⁸¹ em seu estudo sobre a justiça colonial. Segundo eles, três aporias inspiram noções enviesadas na compreensão da justiça colonial: a primeira seria a de projetar no plano institucional do Antigo Regime modelos político-administrativos aplicados depois da Revolução Francesa. A segunda seria a de identificar tais padrões e categorias de raciocínio como universais e a-históricos. E a terceira estaria na dificuldade de percepção, com todos os seus desdobramentos, da existência de um universo integrado, que se fundamentava em uma visão religiosa ou mágica do mundo.

As concepções religiosas ou mágicas do mundo encontravam respaldo em uma noção de direito geral que carregava como pressuposto uma organização social dada e isenta de conflitos, na qual todos exerceriam e se manteriam dentro de suas funções e ao rei competiria manter tudo em equilíbrio. Os Wehling ainda lembram que, embora as concepções integradas do mundo viessem fustigadas pelo debate filosófico e já experimentassem muitas mudanças

²⁷⁹ HESPANHA, Antonio Manuel. *Justiça e Litigiosidade: Historia e Prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, 15.

²⁸⁰ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Identidade, etnia e autoridade em Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso, p. 118. In: *Varia História*. Códice Costa Matoso. Número Especial. Belo Horizonte: Fafich/UFMG. No. 21, jul. 1999, p. 100, 118. HESPANHA, Antonio Manuel. *Justiça e Litigiosidade: Historia e Prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 297.

²⁸¹ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 26-28.

na prática social, elas ainda se encontravam, no plano das mentalidades, dominantes na época iluminista.

Até meados do século XVIII, mais especificamente, até a publicação da Lei da Boa Razão, a justiça e sua aplicação ainda eram concebidas dentro desse pensamento universalista ou “jurisdicionalista”, ocupando um lugar central, elas compunham mais do que uma das áreas do governo, representando a sua área por excelência.²⁸² A reversão desse quadro mental somente teria início com os primeiros ensaios de separação dos campos de atuação do direito em geral e da forma processual em particular, sobretudo no campo penal. Os autos criminais apresentavam certa sintonia com esse movimento, passando a incorporar o modelo da forma processual e seguindo, prioritariamente, as instruções prescritas pelos manuais, mas a prática judicial ainda não havia conseguido livrar-se da administração jurisdicional, conquanto os processos criminais, embora guardassem a ordem processual, quase sempre não acabavam em sentença ou punição carcerária de fato. Isso acontecia em função da persistência dos instrumentos de graça régia que fizeram da jurisdição das Minas um território propício para sua concessão. Será mostrado, na sequência desta tese, como a ordem processual foi, via de regra, conhecida e seguida, mas também como os procedimentos da graça régia ainda mantiveram o amplo espaço de demonstração da liberalidade do monarca em assuntos de punição. Essa contextualização histórica, construída no embalo da mistura de comportamentos, foi típica de um modelo transicional que mesclou formas de ação, abrindo largo campo para as críticas coevas e historiográficas. Concordamos com as críticas coevas, discordamos de parte do pensamento historiográfico.

3.1 A forma do processo e as cartas de seguro na passagem dos séculos

O “traslado dos próprios autos que vão por apelação ao Tribunal da Suplicação do Brasil de 1815”, envolvendo como partes Aleixo José da Cunha e João Vinhas de Castro, relata um processo de pelo menos três anos.²⁸³ A briga entre vizinhos, proprietários de terra, se apresentou camuflada em um crime classificado como “assuada e violência”, ao provocar

²⁸² Cf. governo e administração em SUBTIL, José. Governo e administração. In: MATTOSO, José; HESPANHA, Antonio Manuel. *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v.IV, p.141.

²⁸³ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc. 05. CUNHA, Aleixo José da; CASTRO, João Vinhas de. Ano de 1815.

uma querela com pronúncia, seguida de processo ordinário de livramento e apelação. Essa fase de apelação tinha Aleixo José da Cunha como autor suplicante, e as etapas são copiadas retrospectivamente nos autos de traslado, demandando a compreensão do relato para conceber a ordem processual.

O traslado começou com a apelação na qual Aleixo José da Cunha agravou da injusta pronúncia, sentenciada no sumário de testemunhas da querela em que se dizia:

Obrigão as testemunhas do presente sumário a prisão e livramento a Aleixo José da Cunha, homem branco, casado, [...] a Manoel de tal, homem cabra camarada ou feitor do Capitão Francisco Pereira da Silva e aos escravos deste João casado, outro João solteiro, Miguel, outro Miguel, Antônio e outro Antônio e Pedro todos da Costa da África.²⁸⁴

Com essa pronúncia, os nomes dos culpados foram inscritos no rol de culpados, e, uma vez condenados à “prisão e livramento”, os réus eram obrigados a iniciar seu processo ordinário de livramento, em caso contrário, iriam presos. Embora Aleixo José da Cunha discordasse dos argumentos de seus acusadores, para derrubar a ação da querela que o condenara, ele tinha urgência de agravar da pronúncia e, enquanto isso, precisava cuidar de seu livramento em um processo ordinário.

Em 1815, o traslado mostra que a primeira fase da investigação de culpa criminosa começara três anos antes, em um processo de querela na qual João Vinhas se queixava de haver o suplicado Aleixo José da Cunha derrubado uma “porção de terras de matas de capoeira ou suas plantações e roça na paragem chamada Ribeirão da Espera”, e, como havia feito isso “com outras pessoas”, podia “supor assuada e violência”. Como já foi afirmado, essa querela resultara em uma pronúncia para Aleixo e seus comparsas. No entanto, na fase de processo ordinário, Aleixo José da Cunha dizia que não sabia ao certo o alegado pelo queixoso, ou, “como quer que ele deduziu na mesma querela”, e que, “suposto seja as terras do suplicante de que o suplicado se queixa”, contudo, “nega o suplicante haver cometido semelhante delito, e como teme ser preso antes da verdade sabida, requer se lhe passe sua primeira carta de seguro negativa”, por tempo de um ano, para com ela se livrar ordinariamente.

Resumidamente, nesse documento, Aleixo José da Cunha era o autor, portanto, ele é o suplicante, e João Vinhas é o suplicado. Aleixo José da Cunha dizia que João Vinhas tinha-se queixado em uma querela, mas que ele, sem saber ao certo do que seu inimigo tinha

²⁸⁴ AMRSJ, *loc cit.*

reclamado, negava tudo, contudo, mediante o temor de ser preso, precisava cuidar de seu livramento e pedia carta de seguro. Dizia que ele, Aleixo, era o proprietário das terras sobre as quais João Vinhas se queixava, e, a despeito de tudo, ele citava a João Vinhas para que, “na mesma audiência, viesse o autor com o libelo acusatório”, pois o querelante, João Vinhas, declarara que “quer ser parte aos réus”.

Dizem Aleixo José da Cunha, Manoel da Silva e o Capitão Francisco Pereira e Silva, por cabeça de seus escravos Antônio, outro Antônio [...] João Miguel outro Miguel, Pedro e que querem fazer citar a João Vinhas de Castro para na primeira audiência deste Juízo vir pessoalmente declarar se lhe quer ser ou não parte no livramento que por este intentam da culpa que lhes resultou da querela que deles deu o suplicado por este mesmo Juízo com a pena de que não comparecendo o ser lançado de parte e da acuzação e se tomar o feito por parte da Justiça e continuar com esta o dito livramento e tudo a revelia do suplicado e tudo as mais de direito [...].²⁸⁵

O procedimento foi o seguinte: João Vinhas querelara com seu inimigo, com quem estava brigando pela posse de terra, como ficou evidente nas palavras do réu, ao afirmar que as terras lhe pertenciam e não ao querelante. Da querela, os réus saíram pronunciados, condenados à prisão e livramento. Os pronunciados precisavam negar o crime de “assuada”, de destruição das matas e plantações porque, “com a pronúncia”, os seus nomes entraram no livro dos culpados e, para riscá-los, eles precisavam responder ao processo ordinário de livramento. Os réus, Aleixo José da Cunha e companheiros, eram obrigados a se defender para que tudo não corresse à revelia deles e, para não serem presos durante o processo ordinário, eles pediram as cartas de seguro.

A petição da querela utilizou o artifício jurídico que previa o crime de assuada, mas toda a argumentação de defesa evidencia a existência de uma briga entre as partes, colocando em cena uma tensão correlacionada à propriedade dos dois fazendeiros. Provavelmente, eles brigavam por questões de divisas ou de poder local, mas suas rusgas aparecem juridicamente sob a forma de querela de “assuada” e “violência”.

Faz-se aqui necessária uma pausa para se compreender historicamente essa situação. A causa-crime, que aparece na forma de uma querela por assuada e violência, é um atentado contra a propriedade que um dos demandantes praticou. Isso pode ser pensado à luz da

²⁸⁵ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc. 05. CUNHA, Aleixo José da; CASTRO, João Vinhas de. Ano de 1815.

caracterização feita por Fausto,²⁸⁶ que procurou categorizar os crimes contra a pessoa como um tipo de delito comum às sociedades tradicionais, em comparação aos crimes contra a propriedade, que seriam mais correntes em sociedades industrializadas. No caso estudado, a solução da questão da propriedade de terras não passava pelo foro oficial, enquanto a briga sustentada no “doer-se” com uma ofensa recebida encontrava respaldo no livro penal das *Ordenações*. O artigo 117 no Livro Quinto elencava uma série de motivos para a querela, dentre eles a “assuada”— termo que significava “reunião de pessoas, armadas ou não, para fazer mal ou causar danos a alguém, tumulto, motim com grande alarido”, e o Alvará de 12 de agosto de 1717 determinava o número de pessoas que constitui assuada.

Ivan Vellasco detectou o crescimento do número de processos por assuada e sugeriu que a intensificação desse tipo de processo, depois da criação do cargo de juiz de fora na Vila de São João, pode indicar a atuação de grupos em confronto, que talvez não estivessem, antes, recebendo qualquer tratamento constrangedor por parte dos juízes ordinários.²⁸⁷ Pode ser que essa intensificação se deva mais ao tratamento genérico que o título abarcava, ensejando a possibilidade para que várias culpas se enquadrassem dentro dessa classificação, no entanto, concordamos com o autor ao sugerir que a atuação do Juiz de Fora possa ter dinamizado o trabalho do Judiciário, sobretudo no que se refere ao direito penal. É importante acentuar que a demanda de terras e poder entre os fazendeiros foi metamorfoseada em assuada.

Os conflitos de vizinhança faziam uso das artimanhas e estratégias jurídicas, envolvendo as partes que se mediam, defrontavam e faziam valer o poder de sua força e relações sociais. Se a querela não passara de uma artimanha jurídica utilizada com o fim explícito de provocação entre partes inimigas, ela encobria uma briga de poder e controle de terras no território mineiro. A posse e propriedade de terras e a rede de influências, verdadeiro motivo da briga, ainda não possuíam um tratamento jurídico suficientemente enraizado que lhes desse um estatuto de causa criminal ou cível no estágio vigente da lei. Por esse motivo, o confronto entre as partes assumia a forma que as brechas da lei lhe inspiravam.

Na apelação, os autos demonstraram que o processo atravessou a etapa da formação da culpa e estava na fase de proceder na forma ordinária. Dentro do procedimento ordinário, os autores e procuradores utilizaram a apelação como caminho de defesa com o argumento de que a querela se encerrara com uma “pronúncia injusta”. Enquanto o processo caminhava, a

²⁸⁶ FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

²⁸⁷ VELLASCO, Ivan. *As sedução da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça*. Minas Gerais – século XIX. São Paulo; Bauru: EDUSC; ANPOCS, 2004.

briga entre as partes se tornava cada vez mais grave, pois os indiciados eram obrigados a se defender, residir, apelar, tomar carta de seguro.

Em consonância com o objetivo de exercer os deveres de uma boa administração, o direito prescrito nas ordenações almejava o “sossego dos povos”, mantendo-os em harmonia, promovendo o crescimento “das riquezas” e a “satisfação da república”, para completar o ciclo da boa administração, dentro da lógica da administração jurisdicional.

Dar queixa de querela era prerrogativa da parte e pagavam-se honorários, mesmo que ela servisse para encobrir as rixas localizadas. O amplo espaço para querelas e devassas permanecia aberto pela matriz doutrinária, embora as primeiras tenham sido menos numerosas. Excetuando-se os casos em que os processos sumários dariam conta, os gravíssimos ou os leves tratados em visitas, restavam os “outros casos” aos quais “conhece-se do crime ordinariamente, guardadas as regras que constituem a ordem judiciária”.²⁸⁸

Depois da pronúncia, o réu se via obrigado à prisão e livramento ou somente a se livrar como réu seguro. As duas situações se relacionavam com a aplicação do sistema penal, em que nem sempre a intervenção punitiva era regular, em função da insuficiência de meios instrumentais de coerção. O réu podia ser condenado à prisão e livramento, nos delitos punidos com “pena corporal, donde resulta o receio de que o réu fuja”, cabendo o segundo tipo de pronúncia nos delitos leves, em que o réu não devia sofrer pena “aflitiva e corporal”. Quando o réu se tivesse livrado por sentença da justiça e depois acusado pela parte que não fora citada, servir-lhe-ia a carta de seguro. Os réus que se livravam “como seguros e por isso não somente devem comparecer nas audiências, mas podem ser presos” nos casos em que o direito lhes prescrever.

Assim, de acordo com Pereira e Sousa, logo que da devassa resultasse prova suficiente para a prisão do réu, podia-se proceder à pronúncia. Só depois se provavam outras culpas que se acrescessem às primeiras. Essa sequência foi experimentada na vida jurídica da Comarca do Rio das Mortes, onde os autos processuais do Juízo da Vila de São João del Rei seguiram a forma ditada para o processo ordinário. Nessa ordem estava o libelo acusatório no qual João Vinhas de Castro dizia que fora ofendido, tornando-se “o autor acusante contra os seus acusados Aleixo José da Cunha e outros por esta e melhor via de Direito”.²⁸⁹ O libelo colocava os réus, Aleixo José da Cunha e outros, na situação de receberem mandado de

²⁸⁸ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.107.

²⁸⁹ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc. 05.

prisão, pois já estavam pronunciados. A segunda carta de seguro do réu teve a data de 13 de setembro de 1814.

A ordem do processo apresentada por Pereira e Sousa contribui para a compreensão do caso entre Aleixo José da Cunha e João Vinhas de Castro. Depois da primeira carta de seguro negativa, passada a favor de Aleixo José da Cunha, por tempo de um ano, veio a apresentação da carta em audiência, em que os réus pessoalmente “residiram” e receberam contramandado para se livrarem da prisão, apareceram os pedidos da segunda e terceira cartas de seguro.

Também o manual de Cabral explicou, em seu capítulo XXXVI, “como se tratam as causas criminais ordinariamente”.²⁹⁰ O jurista confirmou a importância da questão das partes que era frequentemente um dos pontos nevrálgicos da organização criminal, informando que, “tanto o réu é seguro, ou preso, faz a petição ao juiz, para que mande que o autor seja citado por dizer se o quer acusar”, ou o inverso, quando “o autor faz o mesmo requerimento para que o réu seja citado para oferecer libelo criminal contra ele”. Antônio Vanguerve Cabral escreveu que, “achando o réu que o caso de que é acusado é leve e que se lhe não imporá pena corporal”, logo que vier com o libelo, “pode fazer termo de estar pelos autos”. Cinquenta anos depois, Pereira e Sousa continuava orientando que as cartas de seguro só não se concedem quando a pena imposta é corporal, para que o réu não se evada ao castigo.²⁹¹

Já se viu que o processo criminal começava com a causa sumária, querela ou devassa.²⁹² É aceitável que essa forma de proceder tenha motivado Aleixo José da Cunha, o réu pronunciado, a suplicar que o autor da querela “viesse com o mesmo libelo acusatório, visto ter declarado que quer ser parte aos réus”. O não comparecimento dos autores da querela era penalizado com o fato de “serem lançados de parte e da acusação e o feito se tomar por parte da Justiça”. Caso isso acontecesse, o livramento continuava sob os auspícios da justiça e corria à “revelia do suplicado”.

²⁹⁰ CABRAL, Antonio Vanguerve. *Prática judicial, muyto util, e necessária*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.40.

²⁹¹ CABRAL, *loc. cit.* SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.60. Em nota, o praxista afirma que, “em delitos leves em que não pode seguir-se pena corporal”, o réu pode livrar-se seguro, forma pela qual, também em nota, Pereira e Sousa se refere à pronúncia, p.60. A “Prática Judicial, muito útil, e necessária para os que principião os officios de julgar, e advogar, e para todos os que sollicitão causas nos auditórios de hum e outro foro. Tirada de vários autores práticos e dos estylos mais praticados nos auditórios” foi pela autoria do “juris-consulto lisboense” organizada com “a nova reformação da justiça”, e nesta “impressam de 1757, correctá, emendada, e acrescentada com todas as sete partes, e hum novíssimo index geral alphabetico de toda a obra.” Essa edição é de Lisboa na Typographia Rollandiana do ano de 1842, apresenta-se dividida em sete partes e contém um índice de petições.

²⁹² CABRAL, Antonio Vanguerve. *Prática judicial, muyto util, e necessária*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.36.

Se, da parte das ações governistas, o procedimento do direito gerava medidas mais ou menos previsíveis, resta entender como elas foram interpretadas do ponto de vista dos sujeitos ativos no processo, motivados pelos seus interesses organizativos.²⁹³ Segundo Hespanha, o sistema penal, na monarquia portuguesa corporativa, caracterizou-se por uma estratégia correspondente à natureza política desta. Se, no plano político, o poder real se confrontou com a pluralidade de poderes periféricos, assumindo-se como árbitro em exercício de hegemonia apenas simbólica, no domínio penal, a coroa não deteve uma estratégia de efetiva intervenção punitiva. Para ele,

a função político-social determinante do direito penal real não parece ser, na sociedade sem estado dos séculos XVI e XVII, a de efetivar por si mesmo uma disciplina social. Para isso lhe falta tudo — os meios institucionais, os meios humanos, o domínio efetivo do espaço e, por fim, o domínio do próprio aparelho de justiça, expropriado ou pelo comunitarismo das justiças populares ou pelo corporativismo dos juristas letrados. Essa função parece ser, em contrapartida, a de afirmar, também aqui, o sumo Poder do rei como dispensador, tanto da justiça como da graça.²⁹⁴

Muito embora, no programa de ensino de Sampaio, *Preleções de direito pátrio*, a preocupação em defender a legitimidade do direito de punir já ocupasse um grande espaço, não se pode pleitear um traçado linear que separe a fase anterior e posterior à Lei da Boa Razão. A segunda metade do século apresentou a tendência de delimitação da justiça criminal, contendo nela os germes da definição penal, separando os crimes entre os privados e os públicos. No entanto, entre a pedagogia que ensinava e a práxis cotidiana da forma processual e penal persistiria um lapso que ainda gastaria um tempo em décadas para ser superado.

Pereira e Sousa escreveu que o foro criminal é secular ou eclesiástico, além das causas de foro misto, que podiam ser julgadas em um e outro. O juízo eclesiástico devia guardar a

²⁹³ Ao estudar Minas no contexto da “acomodação”: rupturas e continuidades na relação entre Estado metropolitano e elites coloniais, Ana Rosa Cloclet Silva afirma que, em busca de compreensão das diversidades comportamentais, István Jancsó procura conceituar as “variáveis de natureza *identitária*”, investigando a complexidade destas últimas — as quais serviram de suporte a atitudes e projetos políticos alternativos. Tal esforço se dedicaria a aprofundar a compreensão da dimensão política da crise do Antigo Regime na América, revelando facetas pouco conhecidas das interfaces entre *Estado, Nação e identidades*, pensadas à luz das polaridades “ruptura-continuidade”, “unidade-diversidade”, “centro-periferia”, as quais, em seus diversos níveis e dimensões e de forma mais ou menos pronunciada, ditaram a dinâmica do processo disruptivo (Cf. SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Minas no contexto da “acomodação”: rupturas e continuidades na relação entre Estado metropolitano e elites coloniais. Comunicação apresentada na ANPUH/ES, 2004; JANCÓS, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p.16.)

²⁹⁴ HESPANHA, Antonio Manuel. *Justiça e litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p.297.

mesma ordem dos processos e seguiria os mesmos passos do secular.²⁹⁵ As causas de foro misto tratariam os delitos nos quais se aplicavam as duas formas de julgamento. Segundo o praxista, esses eram os casos de “públicos adultérios e concubinatos quando tem a qualidade de teúdos e manteúdos”, pelo alvará de 26 de setembro de 1769. A bigamia, pelo alvará de 26 de maio de 1689, o lenocínio, o incesto, o perjúrio, o sacrilégio, a blasfêmia, a simonia, a usura, a tabolagem constituem alguns dos exemplos. Na segunda metade do século XVIII, a jurisdição do juízo criminal crescia e viria a sofrer maiores investidas controladoras, acentuando o uso do Título 124 do Livro Quinto das *Ordenações Filipinas*. Dividindo-se em causas públicas, as “intentadas por qualquer um do povo”, que se constituíam nos casos “conhecidos” através das devassas, e em particulares, as “intentadas só pela parte ofendida”, que geravam o “conhecimento” através das querelas.

A ordem formal do processo revela que as partes possuíam o dever jurídico recíproco de se citarem, para evitar que os autos corressem à revelia de qualquer das partes ausentes. A parte ofendida deveria cuidar de seus direitos, ou seria “lançada de parte”, perdendo-os para a justiça, que moveria o processo, como também à parte ofendida cumpriria o acompanhamento dos procedimentos do livramento ordinário. Mediante tal procedimento, as situações processuais variaram de acordo com a abertura do libelo. Se o réu quisesse se livrar, seguindo os ditames da lei, ele citaria o ofendido, para, em audiência, residir, outra situação se apresentava com a possibilidade de que a parte ofendida reclamasse de algo ocorrido e desse início a uma investigação. De acordo com a concepção jurisdicional, os perdões régios tinham o poder de livrar os súditos de ofensas feitas à República, mas não podiam desconsiderar a parte ofendida, dividindo as noções de ofensa em delitos de ordem pública e privada.

Do ponto de vista empírico, isso resultou na constituição diferenciada dos libelos-crimes, abertos a partir de uma citação inicial feita pelo réu ou pelo autor. Ora os procedimentos requeriam algo ou uma etapa de livramento, ora apareciam respondendo a um processo anteriormente aberto, lembrando que, corriqueiramente, o libelo-crime era o procedimento seguinte de uma etapa inicial de investigação, que era feita em processo de devassa ou querela, ou de ambos. O chamado processo-crime foi a ação judicial também conhecida como livramento, através do qual o réu acertava suas contas com a justiça. “Recebido o libelo, manda o Juiz ao réu, que venha com sua contrariedade até a segunda audiência, e todas as vezes que se oferecer contrariedade, réplica e tréplica e todos os mais

²⁹⁵ As cartas de seguro foram localizadas nas Constituições do Arcebispado da Bahia, bem como nas distritais do Arcebispado de Braga.

requerimentos, que se houverem de fazer, sempre o acusador e acusado hão de residir em audiência”.²⁹⁶

As diferenças processuais não ficaram apenas no nível da justiça local, mas também no conjunto dos procedimentos judiciais em que as brigas entre as partes se desdobraram em apelações. O caso entre Caetano Alves de Magalhães e Miguel Teixeira de Carvalho ficou registrado a partir do “traslado dos próprios autos de libelo crime acusatório”, que foram, por apelação, para o Tribunal da Casa de Suplicação do Império do Brasil, em 1829. Nesse caso, o réu se apresentou para citar sua parte oponente, depois de um intervalo, no qual, tudo indica, os réus contavam com a cobertura do juiz ordinário do termo da Vila de São José.

O libelo colocou como autor Caetano Alves de Magalhães e como réus Miguel Teixeira de Carvalho com seu escravo Severino, e foi iniciado a partir da citação da parte do réu, no ano de 1829. Este se apresentou em “pública e geral audiência”, onde estavam presentes o “Doutor Francisco de Paula Monteiro de Barros, cavaleiro professo na Ordem de Cristo [...] Juiz de Fora”, servindo interinamente de Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Rio das Mortes, “no impedimento do próprio na forma da Lei”, acompanhado pelo advogado João Rodrigues, procurador do Guarda-mor Miguel Teixeira de Carvalho. Foi dito, na audiência, com o Guarda-mor Miguel Teixeira presente, que “o mesmo residia por si e por cabeça de seu escravo Severino pardo e se apresentava com sua primeira carta de seguro”, para, naquele momento, requerer que “o houvesse por apresentado e lhe mandasse passar seu contramandado para não ser preso”.²⁹⁷

O réu, ao chamar a parte para lhe acusar e se dar por apresentado diante da justiça, estava-se prevenindo contra os estragos que o direito das partes podia-lhe causar. A prerrogativa de exigir a punição do oponente/ofensor abria um leque de possibilidades para a parte ofendida contra o réu. Essa prerrogativa está ancorada no direito, detido pela parte, de exigir o processo de livramento do réu, podendo o réu adiantar-se e citar a parte autora para lhe acusar, solicitando não ser preso, enquanto procedia ao livramento. O texto das *Ordenações*, Livro 1, Título 7, parágrafo 4º, prevê que, “e se, depois que, perante ele, o ofendido, vier à citação”, e aí “disser que, antes, quer acusar o delinquente no lugar do malefício, remeta-os lá, assinando neste tempo, a que lá apareçam.”

Os ditames legais são observados, e as ações efetivadas não apresentam um distanciamento entre os elementos normativos e a prática jurídica. O que os sujeitos

²⁹⁶ CABRAL, Antonio Vanguerve. *Prática judicial, muyto util, e necessária*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.40.

²⁹⁷ AMRSJ. Libelo de Caetano Alves de Magalhães e Miguel Teixeira de Carvalho, 1829.

praticavam, com seu exercício do direito “de parte”, era o nexó organizacional previsto no código das leis portuguesas. As dificuldades de aplicação, demonstradas pela ausência de uniformidade nos pensamentos, eram estimuladas pelo texto legal, que dava vazão para a aceitação dos vários direitos existentes. Nesse sentido, as divergências entre o texto escrito de lei — representativo da alçada do polo governista — e a ação executada no calor da prática experimentada no laboratório das relações sociais — representada pela ponta da queixa e de seu julgamento — devem ser entendidas dentro de uma efetividade administrativa executada com extrema dificuldade de controle social.

A realidade limitada de aplicabilidade administrativa, condicionada pela insuficiência de instrumentos coercitivos, pela escassez de instrumentais informativos, pela exiguidade das vias de comunicação e pela limitação de recursos humanos tecnicamente informados, provocava um clima de dúvida na sociedade em geral. As palavras do jurista Correa Telles²⁹⁸ deram visibilidade ao problema, apresentando a discussão que vinha ocorrendo e, desse modo, conseguiram diferenciar os conceitos de estilos e costumes. Para ele, estilo era a prática ou a ordem processual com que qualquer ação jurídica era feita, e costume era uma parte do direito.

A diferenciação entre as duas esferas foi estabelecida com as seguintes palavras:

Sobre os estylos [...] parece que o estylo não se difere do costume, senão no objeto: este respeita ao modo de julgar, aquele ao modo de ordenar o processo. O estylo é relativo a prática do direito, o costume é uma parte do mesmo direito. Porém algumas vezes estylo e costume se tornam a mesma coisa sobre os requisitos, que a nossa Lei exige a respeito do costume, que tem força de lei, cumpre notar primeiro: que o costume seja conforme a Boa Razão, justo é, mas quando o seja é muito arbitrário.²⁹⁹

Diferenciado o costume como parte do direito e o estilo como o modo de ordenar o processo, o jurista demonstra o quanto a unidade jurídica estava longe de ser alcançada. Ordenamentos diferentes poderiam gerar sentenças diferentes, e isso, em nenhum momento, escapava aos profissionais do ramo. Episódios considerados banais, os perdões, as cartas de seguro, as graças régias, os tratamentos régios, o pagamento das mercês revelaram que as práticas administrativas e governistas do Império Português no Antigo Regime estavam prenhes do uso e domínio dos estilos.

²⁹⁸ TELLES, José Homem Correa. *Commentario critico a lei da Boa Razão/em data de 8 de agosto de 1769*. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1824.

²⁹⁹ TELLES, José Homem Correa. *Commentario critico a lei da Boa Razão/em data de 8 de agosto de 1769*. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1824. p.88. Parágrafo 14º, comentários 197 a 204.

A partir de então, a metodologia da função processual foi transformada em assunto para os manuais práticos, constituindo-se em um campo para ensinar o ordenamento de partes, entrada e procedimentos das ações do foro. Noutras palavras, pouco adiantava um longo debate jurídico, se a praxe do foro não fosse alimentada com obras voltadas para a orientação dos envolvidos na prática dos tribunais.

3.2 As testemunhas

As testemunhas também foram objeto da orientação dos praxistas, e não podia ser de outra forma, uma vez que o comportamento dos envolvidos demonstra o quanto o tema era passível de tratamento processual. A recorrência de réus que alegaram “injusta pronúncia”, dizendo que foram vítimas de “culpas e increpados” por pessoas suas inimigas, foi contundente. Todos negaram o crime.³⁰⁰ As repetidas queixas sobre a qualidade das testemunhas nos processos exemplificaram as situações nas quais se reclamava de fazendeiros que mantinham agregados para testemunharem em seu favor nas demandas judiciais, constituindo comportamentos reveladores das redes e sociabilidades efetivas naquela sociedade e que traziam a reboque a prática dos pardos desejosos de ascensão social. Por outro lado, o depoimento do rol de testemunhas de um processo demonstrava a extensão dos confrontos e alianças de grupos, da sociabilidade construída que os requerentes do serviço de justiça para ali carreavam. Ao se defrontarem no território da justiça real, esses sujeitos demonstravam, de forma indireta, como se desenrolava a reprodução social.

As testemunhas deveriam “ser de qualidade”, orientava Pereira e Sousa. O capítulo dedicado ao tratamento das testemunhas, nas *Primeiras Linhas do Processo Criminal*, previa o contratempo provocado pelas testemunhas, motivo pelo qual o jurista Pereira e Sousa reservou ao tema maiores explicações.³⁰¹ Ele escreveu que “testemunha é a pessoa idônea

³⁰⁰ Lembrando que a carta de seguro confessativa foi basicamente inexistente, esse aspecto permite refletir sobre o seu desaparecimento. Confessar um crime, requerendo a misericórdia real, podia ser um caminho ingênuo, que foi abandonado tão logo a experiência demonstrou a insustentabilidade dessa estratégia. Os estilos da Casa de Suplicação se perguntaram no ano de 1606 “se os que tomam carta de seguro confessativa podiam aproveitar-se dela e contrariar negando”? Ou, ainda, se “os juízes, que tem de deferir ao recebimento da contrariedade, podem, à vista da devassa, negar livremente ao réu a mesma defesa, por que ele tinha sido admitido em relação a carta de seguro confessativa?” (ALMEIDA, Cândido de. *Auxiliar jurídico*: apêndice às *Ordenações filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gullbenkian, 1985. v.II, p.128-154.

³⁰¹ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem

para certificar a verdade por seus ditos” e que faz “a prova claríssima quando são em número legítimo”. Para isso, ele se estendeu em parágrafos sobre o número, “que são de duas ou três testemunhas”, de acordo com as *Ordenações*, Livro 1, Título 78, parágrafo 4º.³⁰² Na classificação das testemunhas, o praxista mostrou-se crítico com relação à sua sociedade e as listou em categorias denominadas juradas, contestes e fidedignas, por último, em concludentes e individuais.

A categoria das testemunhas juradas foi apresentada como demandantes de cuidados especiais, pois “que haveria testemunha que juraria falso, sem temor de Deus”:

[...] desprezaria a felicidade eterna pareceu mais pronto e seguro que o juramento pela presunção natural de que, a que todos os homens tão fortemente aspiram e preferiria provocar a vingança divina faltando a verdade.³⁰³

Apresentou as testemunhas contestes e as fidedignas como as que:

Não basta que as testemunhas não nos queiram enganar, he preciso que elas não se enganem a si mesmas. Assim a fé que se deve a testemunha deve ser regulada, não só pelo interesse que ela tem de dizer ou não dizer, mas também pela sua capacidade e mais circunstâncias de sua organização.³⁰⁴

As individuais e as concludentes eram as que:

Não basta afirmar o facto, mas he preciso individuar as circunstâncias substanciais dele como o lugar, o modo e o tempo. Daqui vem que quando a testemunha depõe de vista deve o inquiridor perguntar-lhe o tempo, o lugar, em que viu e se estavam ali outras pessoas que também viram.³⁰⁵

chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.141.

³⁰² SOUSA, *loc. cit.*

³⁰³ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.142.

³⁰⁴ SOUSA, *loc cit.*

³⁰⁵ SOUSA, *loc cit.*

Para isso, a *Ordenação*, Livro 1, Título 86, parágrafo 1º, apresentava suas determinações. Ainda Pereira e Sousa acrescentava que: “e quando depõe de ouvida” perguntar-lhes “em que tempo e lugar e a quem ouviu”.³⁰⁶

Dessas observações sugere-se que, em primeiro lugar, a argumentação do advogado não demonstra desconhecimento das regras sobre as provas claríssimas. Em segundo lugar, que os depoimentos de saber por ouvir a todos e o ser público e notório encontram sua sustentação na matriz doutrinária. Por outro lado, pode-se inferir que o recurso de alegar testemunhas falsas, em contexto histórico marcado pela precariedade de sobrevivência social, pode ter-se transformado em um método com que os culpados se escusavam de seus delitos, alegando que foram vítimas de juramentos efetuados por pessoas inimigas em devassas e querelas.

Pereira e Sousa orientou que, pela *Ordenação*, Livro 3, Título 56, “podem ser testemunhas todos os que não são proibidos”.³⁰⁷ Ensinou, ainda, que, “em geral, todo homem de são entendimento é testemunha idônea, contanto que não tenha interesse de alterar ou trair a verdade”. Ele discorreu sobre as proibições que podem ser provenientes “da natureza ou da disposição da lei”. Proibidos pela natureza eram “os furiosos, mentecaptos, os impúberes, que, em casos graves, podem ser perguntados para averiguação da verdade, mas sem juramento”. Em seguida, vêm “os pródigos”, depois que perdem a administração, e “os mudos e surdos de nascimento”.³⁰⁸

Pelas disposições das *Ordenações*, Livro 3, Título 56, são absolutamente proibidos os escravos, os mouros ou judeus, os presos, os filhos nas causas dos pais e vice-versa, os maridos nas causas das mulheres e vice-versa, os irmãos nas causas dos irmãos quando estão sob sua tutela e administração. Pelas disposições das *Ordenações*, Livro 5, Título 56, os inimigos capitais são testemunhas proibidas pela lei.

³⁰⁶ A recorrência com que se podem dividir os relatos de testemunhas em “ouvir” e em “ouvir dizer” é indicativa do modelo de sociedade em que os feitos se tornavam públicos e a coletividade em geral se transformava na guardiã do bem-viver, ou participava como denunciante oficial das ocorrências, como notou Luciano Figueiredo. Segundo esse autor, a administração portuguesa, ciente de suas limitações coercitivas, fazia uso de particulares ou detentores de funções coercitivas, a exemplo de capitães do mato, para o aprisionamento de pessoas. Esse procedimento foi corriqueiro contra as mulheres dos tabuleiros (Cf. FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Brasília: DF; Edunb, 1993. p.66.).

³⁰⁷ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.143.

³⁰⁸ *Ibidem*, p.144.

O problema das testemunhas está apresentado na petição como argumento da defesa do réu seguro, recontado duas vezes na formalidade do processo:

Diz o Capm Vicente Jose do Valle morador na Freguezia de Cabo Verde, Termo da Vila de Jacuhy que procedendo a Devassa ex officio por este Juizo da Ouvidoria sobre ferimentos acontecidos na pessoa de Manoel Joaquim de Oliveira foi o suplicante nela pronunciado a prisão e livramento sem duvida porque jurarão pessoas suas inimigas e mal afetas e não porque tivesse concorrido para tal malefício e tanto se julgou sempre inocente que pessoa da sua amizade lhe tirou sua carta de seguro na anno de 1821 e nunca o supe. tratou do seu livramento por muitas pessoas o persuadirem que tal pronuncia não havia. Nestes termos e por querer agora tratar do dito livramento e mostrar sua inocência requeria a V. Sa. se digne mandar lhe passar segunda carta de seguro negativa pelo tempo de hum ano pagos os Novos Direitos. Passe devendo tratar logo do seu livramento. São João 8 de janeiro de 1829 Para V. Sa. Seja servido mandar passar a Carta de seguro na forma requerida. ERM.³⁰⁹

No ano de 1829, a carta de seguro continuou pagando os novos direitos:

A f 41 do Livro 8º da Receita dos Rendimentos Públicos que atualmente serve com o tesoureiro desta Intendência Luis Joaquim Nogueira lhe ficão debitados três mil réis que Vicente Jose do Valle de sua segunda carta de seguro negativa pelo tempo de hum ano. E de como recebeu, São João, 8 de janeiro de 1829.³¹⁰

A situação criada pelas desavenças localizadas não se restringiu ao caso do Capitão Vicente José. É possível que essa frequência levasse Pereira e Sousa a argumentar que “não constituem provas” os casos de apresentação de uma só testemunha, bem como as testemunhas singulares e as defeituosas.

Para ele, os testemunhos defeituosos são provenientes de parentes, afins, comadres e compadres, domésticos, familiares, amigos íntimos, advogados, “os que de todo o seu depoimento podem tirar honra, cômodo ou interesse”. São casos por ele classificados como resultantes do amor. Mas os defeitos também poderiam advir do ódio, da infâmia, mas não do sexo.³¹¹ O ódio provém dos inimigos. A infâmia atinge os banidos, as meretrizes, os falidos

³⁰⁹ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc.16, p.4.

³¹⁰ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc.16, p.6.

³¹¹ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.145-146.

de má-fé, os ébrios por hábito, os jogadores por ofício. Mas, aos “pobres não se reputam pessoas vis se são honestas de costumes”, escreveu Pereira e Sousa.

Ainda, segundo sua orientação, aquelas testemunhas que depõem de mera credulidade, ou de ouvida alheia, não merecem fé. Ele classifica as testemunhas em contraditórias, inverossímeis, as depoentes com dúvidas, as que apenas tratam das circunstâncias do crime e “as que não dão razão concludente de ciência”.

O processo de D. Clara Mariana, apresentada no rol de culpados como a “viúva de Antonio Gonçalves Villella”,³¹² repetiu o argumento:

Diz Dona Clara Mariana Nogueira moradora na sua fazenda do Ribeirão da Prata do termo desta Vila que com falta de verdade e mal individualmente requereu onde nomeava [...] o Guarda Mor Antônio da Silva Brito contra Bonifácio, crioulo escravo da suplicante, afim de se proceder Devassa sobre uns ferimentos em certo escravo do suplicado pelo que se procedeu em cuja juraram testemunhas de toda qualidade e algumas adversárias da suplicante e de seus filhos e conhecidas [...] pelo que com efeito fora o dito escravo pronunciado logo se acha Seguro [...].³¹³

Argumento semelhante foi utilizado pelo réu José Furtado da Silva, ao alegar que uma culpa que não era de sua responsabilidade lhe foi imputada:

Para V.S. se digne deferir ao supe. pelo modo que parecer mais justo, afim de evitar o prejuízo do outro seguro e de ser capturado por hum crime de que he increpado com dolo da parte do querelante ou denunciante ou com quer que fosse arguido. Passe Mandado esta se tome por termo S. João, 30 de junho de 1829.³¹⁴

Alega o peticionário que:

Diz Jose Furtado da Silva, homem pardo casado, morador na Freguesia de Lavras do Funil deste Termo que a sua noticia chegou que Samuel de Oliveira e Silva homem preto morador na Freguesia de Dores querelara ou pretende querelar do suplicante a pretexto de ter tirado de hum deposito desta Vila, Benedita crioula que foi depositada mesmo a requerimento do suplicante em mão e poder do Sr. Mr. Jose Joaquim Cordeiro delito este que nega haver cometido e como teme ser prezo antes da verdade sabida e solto pretende mostrar a sua inocência e falsidade de testemunhas requer a V.S. se digne conceder-lhe sua primeira carta de seguro negativa pelo tempo de hum

³¹² AMRSJ. Rol de Culpados, Livro 2, p.45v.

³¹³ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc. 2, p.2. Processo-crime de Lesões Corporais, ano de 1814, que teve como partes Bonifácio Crioulo e Joaquim Benguela, na Vila de São João del Rei.

³¹⁴ AMRSJ. Processo-crime, caixa 2, doc. 12.

ano assegurando-lhe de tudo o quanto pudera assegurar a este respeito quer seja por querela ou devassa inda mesmo que seja dada pelo Depósito, pagos os Novos Direitos.³¹⁵

No dia 16 de junho de 1829, o despacho, nos termos de “Passe na forma do estilo”, concedeu a carta de seguro, ainda completando o procedimento legal com o: “Passe. Para que seja servido lhe mandar passar sua primeira carta de seguro negativa por tempo de um ano e na forma requerida”.³¹⁶

Outra referência explícita às testemunhas foi feita no processo em que a justiça tomara para si o caso do livramento de Antônio Ferreira Martins. Ele, morador na “aplicação da Nazaret, termo desta Vila”, foi pronunciado na devassa aberta em função das “pancadas e ferimentos” provocados em “Joaquina de Tal, crioula forra”. Para pedir sua carta de seguro, o réu negava o crime, dizendo que, na “devassa ex officio”, tirada pela queixa da vítima, “jurara pessoas desafetas ao suplicante e apaixonadas da queixosa”, com o intento de “lhe fazerem culpa, o que é de esperar em tais circunstâncias”. O autor dizia que precisava da carta de seguro para que, “apesar da inocência”, ela não fosse “calcada e atropelada”, e ele pudesse mostrá-la, “sem que seja oprimido”.³¹⁷

Essas argumentações narram a história dos sujeitos envolvidos em devassas e querelas, que alegam terem as testemunhas feito seus depoimentos com falsidade ou porque eram suas adversárias, ou porque combinaram para incriminar o réu. Do mesmo modo, elas demonstram o quanto a matriz doutrinária do Antigo Regime, sustentada em noções costumeiras, querelas, devassas e ofensas públicas, ainda mantinha espaço para as queixas e processos autuados na forma de justiça, que se arrogava transformadora do direito em exercício positivamente controlado pela lei escrita e formal. Noutras palavras, elas mostram como a situação das desavenças sociais ainda permaneceu na fase em que se impunha uma matriz legalista do direito.

O processo que retrata a briga entre os dois fazendeiros, João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, também argumentava que a testemunha de nome Silvério Gomes “nenhum crédito merecia” por ser “familiar, muito seu apaixonado e favorecido” e por isso era também inimigo capital dos autores do libelo, e que João Fernandes o tinha de “viveiro

³¹⁵ AMRSJ, *loc cit.*

³¹⁶ AMRSJ, *loc cit.*

³¹⁷ AMRSJ. Libelo entre A justiça e Antônio Ferreira Martins, 1814. p.3.

para jurar em todas as causas”, sendo por ele “induzido e seduzido”. O agregado servia “de viseiro e useiro” para depor nas demandas judiciais, como cabra do senhor.³¹⁸

Nessa briga, as partes apresentaram seus libelos, contendo “a acusação em forma articulada”, que confirmou a inimizade entre eles. Cada qual se apresentou como a parte prejudicada em busca do reconhecimento da justiça. O libelo de João Fernandes dizia:

por que o réu Alferes Martinho Dias de Gouveia de muito tempo se conspirou inimigo capital do Autor, bastando para demonstra-lo o chuveiro de demandas cíveis e crimes, que lhe tem proposto no Juízo de Fora desta Vila, como é publico, constante e notório.³¹⁹

Acerca de seu inimigo, alegava que a tudo pratica de “caso pensado e rixa velha, sem temor a Deus e justiça”, de propósito, “para desafogo de paixões particulares e cevar o réu o seu ódio”, o autor pediu a condenação em “todas as penas crimes” e nas custas dos autos. Mas o Alferes Martinho Dias de Gouveia contrariou o libelo acusatório oferecido pela sua parte no processo ordinário. Dizia que eles eram vizinhos e possuidores de terras em porções na fazenda denominada Barreiros, a que João Fernandes adquirira por herança e que o Alferes Martinho Dias de Gouveia e seus irmãos em sociedade adquiriram por compra a outros herdeiros, evidenciando claros problemas relacionados à expectativa de propriedade sobre a terra.

Depois de relatar as questões específicas da propriedade, o que parece ser a verdade, o Alferes Martinho Dias de Gouveia diz que:

Porque o Autor, vizinho de mais longe, por ser inimigo capital do R. Martinho e seus irmãos, muito de propósito e caso pensado, nesse segundo dia de fevereiro de 1827, se apresentou com quatro escravos valentões [...] mandando por eles que atacassem os escravos do Réu, e fossem entupindo os valos que eles abriam, fato este confessado pelo mesmo A., público e notório como dirão as testemunhas.³²⁰

Difícilmente, qualquer testemunha daria conta dos detalhes da briga, e, certamente, aqueles que se propunham a testemunhar nessa briga de vizinhos o faziam por vínculos de amizade.

A petição pertencente ao processo-crime de lesões corporais, do ano de 1820, entre as partes João Ferreira de Castro e Antônio da Costa Ferreira, na Vila de São José, segue os

³¹⁸ AMRSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827. p.72.

³¹⁹ *Ibidem*, p.66 e 66v.

³²⁰ AMRSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827. p.72v.

mesmos padrões no ponto em se requer que não seja “increpado” pelo crime que, segundo o réu peticionário, não cometeu:

Diz João Ferreira de Castro morador na Aplicação da Oliveira termo da Vila de São José desta Comarca que ele tem notícia fora criminoso em a Devassa a que se procedeu por aquele Juízo, pelos ferimentos e cortamento de mão feitos na pessoa do Alferes Antônio da Costa Ferreira, ou por Querela que o mesmo desse, e isto há vários anos, cujo delito nega haver cometido, nem para ele cooperado de modo algum, e antes se persuade lhe fora arguido semelhante crime por vingança de inimigos, e por que teme ser preso, antes da verdade sabida, e solto pretende mostrar a sua inocência e o dolo do suplicado, que pretendeu capturar lhe, requer a V.S. se digne mandar lhe passar a sua Primeira Carta de Seguro Negativa para o presente caso assim de Querela como de Devassa, Denúncia ou por qualquer modo que lhe fosse encrepado semelhante delito, tanto naquele dito Juízo Ordinário como no desta Ouvidoria Geral, visto ignorar a razão por que tem havido ordens para se lhe prender.³²¹

Por esse requerimento, o advogado escreveu “para que V.S. seja servido mandar passar ao suplicante o Seguro para o dito tempo de um ano na forma do estilo, pagos os Novos Direitos. E R M”. O despacho garantiu que se lhe passasse a “Primeira Carta de Seguro por tempo de um ano, pagos os Novos Direitos”.³²²

No ano de 1826, o processo-crime entre as partes litigantes Jose Alves de Novaes e Thomas de Aquino Alves foi assistido pelo Juiz de Fora na Vila de São João del Rei e com o mesmo argumento fez-se o pedido de carta de seguro na petição:

Diz Jose Alves de Novaes, branco, cazado morador no Rio Grande, termo desta Vila que tendo o Alferes Thomaz de Aquino Alves constituído-se seu capital inimigo em razão de hum pleito que o suplicante e outros herdeiros do cazal de seu sogro o capitão Antonio Rodrigues Gomes lhe propusera por este Juízo da Ouvidoria para anularem hua escritura de compra e venda de todos os bens do mesmo Cazal não tendo meios de se vingar do suplicante lhe armou hua cilada para o perder e consta que de propósito induziu a três de seus escravos para se refugiar em um paiol deste todo aberto, e coberto de palha e de fato diz que nele estiverem ocultos três dias tomando daqui pretexto para querelar do suplicante e como teme ser preso antes da verdade sabida e solto pretende mostrar a sua inocência e o dolo e malícia com que o suplicante querela requer a V.S. se digne mandar lhe passar sua primeira carta de seguro negativa, tanto para a inculcada indução e coito dos escravos, como por outro qualquer delicto que ele lhe haja de arguir ainda mesmo por devassa se for o caso dela. Pede a V.S. se lhe mande passar sua primeira carta de seguro negativa por tempo de hum ano pagos os novos direitos e recebera mercê.³²³

³²¹ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc. 03.

³²² AMRSJ, *loc cit.*

³²³ AMRSJ. Processo-crime, caixa 74, doc. 18.

Após os procedimentos de distribuição, a petição foi despachada com o deferimento de “passe para o caso recontado e pagos os novos direitos” para, em seguida, proceder-se ao registro de que o devido conhecimento formal fora cumprido às “folhas ... do livro de novos direitos”.

E com este presente foi dito que o mesmo residia e se apresentava com sua primeira carta de seguro negativa pelos crimes que da mesma tratava pelo qual requeria a ele o Ministro o houvesse por apresentado e que se lhe entregasse a dita carta ficando a copia em seu lugar e por ter também de se apresentar com ela no Juízo da Ouvidoria Geral desta Comarca o que sendo visto e ouvido por ele Ministro seo requerimento informado da mesma carta de seguro que lhe foi apresentada houve ao mesmo réu Jose Alves de Novaes por apresentado e mandou que copiada a carta de seguro se lhe entregasse a própria para se apresentar com ela onde lhe competisse tudo na forma que havia requerido aquele procurador com o réu presente [...].³²⁴

Tudo isso constou do requerimento e mandado de audiência, tomados “por cota e lembrança foi tomado do protocolo delas”, em que assinou o réu a sua apresentação, a que se reportou o escrivão e a qual passou por extenso aos autos para, finalmente, fazer o traslado da referida primeira carta de seguro negativa. Registrando o tabelião “que tudo he o que adiante se segue [eu] Francisco Antonio dos Passos que o escrevi”. Seguiram-se, depois disso, longas páginas com o traslado da primeira carta de seguro de Jose Alves de Novaes, “que neste lugar se achava”.³²⁵

Os selos e a confirmação de todos os pagamentos foram dados com os registros da distribuição a Pereira da Silva, aos dias 6 de dezembro de 1826, com o pagamento do selo a Albuquerque e o número 442, pagos “40 reis de selo, assinado Cardoso Siqueira”. Essas partes de pagamento foram sempre registradas nos autos, em que aparece o nome de todos os componentes, atores nas redes de aplicação da justiça.

O caso que envolveu Cazemiro José da Silva e José Dias de Oliveira merece ser destacado. Nele, a evidência parece confirmar a atuação de testemunhas falsas, fazendo com que o advogado requeresse o “artigo de contraditas” para desmentir judicialmente os juramentos falsos. Muito embora o advogado tenha desistido, depois de pedir para inquirir judicialmente as testemunhas com a intenção de desmenti-las, os autos deixavam registrado que:

³²⁴ AMRSJ. Processo-crime, caixa 74, doc. 18.

³²⁵ AMRSJ, *loc cit.*

Não uso [...] artigo de contraditas, visto que os defeitos assaz públicos destas testemunhas estão apresentados na contrariedade e é de esperar que estejam provados, mas contudo protesto sempre pelas de Direito.³²⁶

Sobre as testemunhas, nesse processo, o advogado dizia ser o cabra João Venâncio possuidor “de péssimos costumes, porque é ladrão, formigueiro, vadio, pois não trabalha pelo ofício que tem” e com os mais defeitos que declararão as testemunhas que ele listara no seu rol de nomes. Por esse motivo, continuava o advogado, “vive pobre nesta Vila, sem verdade, crédito, nem conceito algum”. Acrescentava o advogado que ele, a testemunha, “ajeitava e consignava testemunhas para a querela” contra seus constituintes. E que, na querela, as testemunhas eram “umas que juraram quanto ele e o querelante quiseram, e outras que procuravam de o fazer por nada saberem”.

Antônio Simplício da Siqueira, homem branco, natural da Vila de São João del Rei, nela morador, “que vive de seu ofício de Escrivão da Receita e Despesa da Intendência da Vila”, e com idade de 40 anos, foi apresentado pelo advogado como testemunha duvidosa, um ingênuo. Sobre essa testemunha, dizia o advogado que:

ele era pouco considerado, e profundo em tudo, e por tudo e por tal conhecido e respeitado e portanto capacíssimo de ser enganado por qualquer aparência ou novela que se lhe conte, como dirão as testemunhas [...].³²⁷

Sobre a terceira testemunha, o advogado dizia ser Leonor da França Lira, “sem título”, pois é “prostituta pública, escandalosa e depravada”. Acrescentava que o querelante frequentava sua casa e com ela mantinha amizade ilícita, antes e depois da querela. Além disso, o argumento dizia que:

[...] é muito pobre e necessitada e bêbada de profissão em cuja embriaguez de aguardente de cana, passa a maior parte de todos os dias dizendo sempre mal, quanto a sua escandescência lhe dita, é inimiga de graça dos Réus, e para jurar foi convidada e instruída pelo cabra João Venâncio.³²⁸

A outra testemunha contestada foi apresentada da seguinte maneira:

³²⁶ AMRSJ. Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820. p.37.

³²⁷ AMRSJ. Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820. p.26.

³²⁸ AMRSJ, *loc cit.*

José Correa de Melo, preto crioulo, aleijado, pobre e miserável que mora na casa da dita Leonor França Lira, e a serve acarretando-lhe os homens e aguardente, é tão vadio que apesar de não ter de seu coisa alguma, não trabalha, nem quer trabalhar pelo ofício de sapateiro que tem, achando mais proveito na cabotagem, que faz dos homens e aguardente para a dita Leonor, e por isso nem um crédito tem, nem pode ter, e porque em algumas vezes fica no mesmo estado de sua patroa.³²⁹

A contrariedade do advogado, que é a resposta do réu e deve negar a intenção da acusação, oferecida dentro do prazo legal, recebida em audiência, terminou dizendo sobre as testemunhas que:

[...] provará que todos os nomeados acima pelas suas reais e acidentais qualidades e mais defeitos já declarados são incapazes de serem acreditados, e muito capazes de serem, como foram, [...] e dispostos, informados, e persuadidos para jurarem, como jurariam tudo quanto se precisasse contra os réus, o que é tão certo que a testemunha José Correa de Melo, depois de prestar o juramento, declarou a muitas pessoas que tinha jurado falso a persuasão do querelante e do cabra João Venâncio, pois que nada sabia com verdade dos fatos alegados.³³⁰

Outro caso que merece ser destacado é o do libelo entre Caetano Alves de Magalhães e Miguel Teixeira de Carvalho com início a partir do disparo de um tiro contra o tenente Caetano Alves, no dia 23 de novembro de 1827. A longa e complexa disputa descortinou muito a respeito das sociabilidades e testemunhas, gerando um processo ordinário com agravos de ambas as partes, com apelações e inúmeros meandros jurídicos. A testemunha de nome Mathias Alves de Magalhães foi apresentada pelo advogado João Rodrigues da Silva como “a mais singular”³³¹. Em defesa de Miguel Teixeira de Carvalho, o advogado argumentava que o depoimento dessa testemunha nada provava, pois, “além de ser suspeita por haver sido escravo da avó do querelante, com o qual morava” até dois anos atrás, “como foi declarado aos costumes”, a testemunha, Mathias Alves de Magalhães, se faz “indigna de crédito pelas incoerências de seu depoimento”.

No meio do processo, o Guarda-Mor Miguel Teixeira de Carvalho pediu para anexar uma certidão em que pretendia dar conhecimento do “conluio e suborno” de testemunhas, protestando que “não lhe fossem prejudiciais tais juramentos”, por ser “convincente a justiça

³²⁹ AMRSJ. Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820. p.26.

³³⁰ AMRSJ. Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820. p.26v.

³³¹ AMRSJ. Libelo de Caetano Alves de Magalhães e Miguel Teixeira de Carvalho, 1829. p.31.

do suplicante e esclarecimento do julgador”. O documento foi aceito “para se lhe dar a atenção que merecer”.³³²

O Guarda-Mor Miguel Teixeira de Carvalho, morador e estabelecido no sertão do “novo julgado do Desemboque”, da Comarca do Paracatu, dizia, em sua petição, que Caetano Alves de Magalhães “se conspirou contra o suplicante” por este ter comprado um escravo que Caetano Alves de Magalhães desejava possuir “furtivamente”. E como, “com a compra, se frustrasse aquele péssimo intento, tomou por isso o maligno intento de inquietar e perturbar ao suplicante com crimes”, de maneira que, no dia 14 de agosto, do ano de 1827, passou a querelar com o suplicante e seus dois escravos. Caetano Alves de Magalhães teria “induzindo testemunhas falsas”, pessoas que “o suplicado tem de viveiro”, conseguido “com efeito provar o domínio do dito escravo”.

Ainda para isso, Caetano Alves de Magalhães se teria utilizado de um depoimento “em falso pretexto” de ter comprado o escravo de um homem chamado Joaquim Barboza, “homem cabra que serviu de meirinho na Vila de São João del Rei”, mas que nada disso podia ser sustentado, pois tudo fora feito com juramento “inteiramente falso” que havia prestado o suplicado e suas testemunhas. A petição do Guarda-Mor Miguel Teixeira de Carvalho continuava, dizendo que o suplicado “esperava por fruto de suas diabólicas diligências” por “a perder ao suplicante” e, no entanto, assim não acontecera. O Guarda-Mor, “apesar de todo o incômodo e prejuízos, acudiu a esta pronúncia” e, por meio de um recurso de agravo e de posse de “documentos verídicos” que esclareceram a situação, “mostrou o inteiro domínio que tem no dito escravo”. Diante disso, ficou demonstrado “o dolo do suplicado”, e o ouvidor, não só despronunciou a todos os culpados, mas também, como condenação ao suplicado, o sentenciou ao pagamento das “custas e em todos os prejuízos de percas e danos” provocados ao suplicante que ainda “não pagou e não pretende pagar”.

O relato da petição afirmava que o suplicado, “não satisfeito com este”, aproveita-se de ter levado um tiro e “passa a chamar e a fabricar testemunhas com voz pública” para ver se, assim, consegue incriminar pela segunda vez o suplicante.

3.3 As permanências: graças e perdões régios, juramentos sobrepostos aos processos ordinários

³³² *Ibidem*, p.54.

Outros fatores alimentavam a complicação das questões jurídicas no âmbito da administração portuguesa, pois a persistência das jurisdições continuava dividindo em dois juízos, ou pelo menos em duas práticas, a função de administrar a justiça. A existência do juízo voluntário e do contencioso, com prerrogativas defensáveis para as duas esferas, garantia a distribuição do julgamento processual e da concessão dos perdões, e era “com estas duas jurisdições” que “se governão as Repúblicas, Reino e vassalos de Vossa Majestade e dellas depende todo o bom governo dellas”.³³³

Discorrendo sobre a política e administração na América Portuguesa, Laura de Mello e Sousa reafirma as proposições feitas na década de 70. Segundo ela, as duas principais interpretações elaboradas pela historiografia brasileira sobre a atuação portuguesa em terras de seu império, a saber, a tese de centralização burocrática defendida por Faoro e as concepções de uma administração desconexa, sobreposta e isenta de lógica racional defendida por Caio Prado Jr., coadunavam perfeitamente com o que aparecia nos documentos, afigurando-se ora um aspecto, ora outro no manuseio da documentação. A autora relembra que tal fato a impedira de tender para uma ou outra vertente interpretativa, empurrando-a para a análise das duas formas extremadas de atuação, classificando-as como as “redes do poder”.³³⁴ Concordamos com a autora, sobretudo no que diz respeito às investidas para a constituição da administração centrada nos poderes fortalecidos do estado de um lado e, de outro, na persistência das formas de mercês e graças régias no tocante à justiça criminal, mantendo, desse modo, no território das Minas, uma larga camada da população nas redes do poder.

Essa forma de atuação foi mantida com a persistência dos procedimentos de justiça divididos em esfera de julgamento e esfera de concessão de graça. A esfera das jurisdições, dividindo a administração, foi discutida no trabalho em que Pedro Cardim apresentou a querela entre o Desembargo do Paço e o Conselho Ultramarino, evidenciada na acusação mútua de ingerência em assuntos de alçada indevida, com ponto culminante no ano de 1647. Dentre as argumentações apresentadas, o desembargador do Paço acusava o conselheiro ultramarino de conhecer causas fora de sua jurisdição, alegando que as causas cíveis e crimes das partes das conquistas eram da jurisdição de um juiz ordinário e não de um conselheiro.

³³³ AHU. Cabo Verde, caixa 003, doc. 69 *apud* CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português (século XVI ao XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005. p.45-68.

³³⁴ SOUSA, Laura de Mello. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.31.

Segundo o autor, a intervenção do Conselho Ultramarino em questões de justiça nas conquistas estava “a violar as justiças locais, a trespassar o seu espaço de influência e a incorrer num flagrante desrespeito pelo procedimento ordinário”.³³⁵

O embate produziu argumentos que clarearam as funções jurisdicionais de cada tribunal, ao explicitar os respectivos campos de atuação, bem como ao defender as atribuições de cada um, demonstrando que se tratava de campos sobrepostos por uma lógica doutrinária específica. O espaço para a fundamentação dos elementos de direito norteadores dos negócios da justiça demonstrou que:

Primeiramente é certo e notório que esta Monarquia de Vossa Majestade no que toca a jurisdição voluntária só depende do poder Real e os favores que Vossa Majestade faz a seus vassalos sem eles terem ação eficaz para eles, e para o bom governo da justiça pertencente a este poder criou Vossa Majestade três Tribunais, a saber o do Paço, o da Fazenda e o da Mesa da Consciência [...].³³⁶

Segundo Cardim, os memoriais trocados entre os tribunais apresentavam a reflexão para os termos de justiça, dizendo que os serviços de Sua Majestade fundamentavam-se na jurisdição, que, por sua vez, também se dividia em juízo contencioso e voluntário. Ao juízo contencioso cumpria julgar o requerimento das ações de direito que uns têm contra os outros e dele deviam alcançar o que lhes é devido. Cabia-lhe, ainda, julgar as causas-crimes e cíveis, o conhecimento dos agravos e apelações, castigando-as. Essa esfera abrangia os tribunais, instâncias judiciais da coroa, a quem os vassalos optavam por recorrer para neles resolverem seus problemas.

A outra forma de jurisdição é o chamado juízo voluntário, relacionado ao poder de Sua Majestade, sendo necessário para o governo da República, permitindo ao Serviço de Sua Majestade comunicar-se com seus vassalos sobre questões de mercê e graça. Refletindo sobre a desavença, Cardim destaca o fato de que:

em primeiro lugar, a referência a uma ação administrativa da Coroa assente em vários dispositivos, os quais nem sempre articulados entre si. Em segundo lugar, no discurso dos dois magistrados é notória não apenas a centralidade dos órgãos judiciais na atividade administrativa, mas também a

³³⁵ CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português (século XVI ao XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005. p.45-68.

³³⁶ CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português (século XVI ao XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.p.47.

‘jurisdição’ enquanto matriz de sua atuação — como vimos a jurisdição é apresentada como essência da ordem e do ‘bom governo da República’.³³⁷

A disputa evidenciava a importância da graça reivindicada como competência do Conselho Ultramarino, demonstrando que os privilégios se destacavam na arregimentação do poder nas conquistas.

As situações registradas nos autos criminais na Vila de São João del Rei apresentam a preocupação com a punição dos delitos, mas trazem também as práticas de perdão, evidenciando a persistência das sobreposições jurisdicionais, demarcadas no juízo contencioso e no juízo voluntário. Em sua prática criminal, Ferreira dizia ter tratado, em um capítulo, acerca do quanto era “preciso e necessário o castigo dos delitos, assim públicos como particulares”.³³⁸ Em seguida, o autor expõe sobre a forma de “cessar o dito castigo por direito, e finalizar-se de todo” e a maneira como “a satisfação ao proposto” só é alcançada diante da consideração de que “para terem fim os malefícios lhos devem por também às penas e castigo, que se lhe aplicam, os quais sem dúvida alguma devem extinguir-se do mesmo modo e por várias causas”.

Na enumeração das várias causas e modos que colocam fim ao castigo, condição para a suspensão dos malefícios, aparece, em primeiro lugar, o livramento. Em segundo, a graça e mercê do príncipe, entendendo, o réu que a ganhar, que ele deve também a obter da parte ofendida. Em terceiro lugar, é a que cessa e põe fim à culpa e pena do criminoso através do perdão geral que ocorre em ocasião de alguma pública alegria. Há a diferença entre o perdão geral e o particular. Segue-se a solução trágica, a morte do delinquente, com limite para o crime de lesa-majestade divina ou humana, no de furto das rendas públicas e de peitas e coisas mal levadas e no de homicídio de si mesmo contra os herdeiros enquanto penas pecuniárias. Em quinto lugar, há prescrição do malefício, o que ocorre depois de 20 anos. Em sexto, quando o delito está purgando, situação definida quando a punição já está em andamento. Finalmente, deve cessar a punição quando o crime privado acaba, em função da existência de amizade entre o ofendido e o ofensor, ou ajuste, porque, quando feito este, se acaba o delito.³³⁹

³³⁷ *Ibidem*, p.51.

³³⁸ FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente accrescentada, e illustrada com muitas Ordenações, leys extravagantes, regimentos, e doutores. E em quatro tomos distribuida*. Porto: Officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767. Folha de rosto. Há no APM a edição de 1741.

³³⁹ *Ibidem*, p.164.

Nas situações em que os réus fizeram ou intentaram seus livramentos, eles estiveram seguindo a lógica do sistema penal misericordioso, que previa o fim da pena como condição para que os malefícios também terminassem. Também estiveram em acordo com a lógica carcerária do Antigo Regime, muito bem apresentada na extensa argumentação de Ferreira. No que diz respeito aos perdões, as argumentações de Ferreira e de Vanguerve Cabral se encontram porque, de maneira semelhante, o autor da prática judicial diz que, “se a parte der perdão se faz termo nos autos”, porque “este perdão é para diminuir a pena”, e não para livrá-lo do processo ordinário, uma vez que, “não obstante o perdão, sempre o criminoso se há de livrar pela justiça”, embora também o perdão possa ser feito em “escritura pública feita nas notas”.³⁴⁰ Esse caso coincide com a escritura de perdão dada por D. Gertrudes a Valério Crioulo em 1821, registrada pelo tabelião público das notas.³⁴¹ O mesmo aconteceu com o “outro perdão real, concedido pelo príncipe”, que também exigia ao perdoado se livrar em processo ordinário descrito nos autos.

O processo ordinário de livramento era o momento utilizado pelos inúmeros réus para requererem suas cartas de seguro negativas, como a que foi passada a favor de Aleixo José da Cunha por tempo de um ano. O réu, que se eximia da prisão até a decisão final da causa, a utilizava para provar sua inocência e a pedia como um serviço de Sua Majestade, um privilégio régio. Ela persistiu sequencialmente durante vários reinados, como demonstra a tendenciosa repetição nos cabeçalhos ao longo do tempo:

Em 1795, a “Carta de seguro negativa do crime constante”: “Dona Maria por Graça de Deos, rainha de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar, em África Senhora da Guiné e da Conquista, navegação, comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, da Índia e Brasil [...]”.³⁴²

Em 1811:

Dom João por Graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em África senhor de Guiné e da Conquista Navegação do Comercio da Etiópia, Arábia, Pérsia, da Índia e de Brazil. A todos os meus Doutores e Desembargadores, Corregedores, Provedores, Julgadores, Juizes de Fora, Ordinários, e de Órfãos, Ministros de Justiça, oficiais e mais pessoas dela destes meus reinos e senhorias de Portugal e suas conquistas, aqueles a quem e perante quem e a cada dos quaes esta minha segunda Carta de Seguro dada e passada a requerimento da parte que a pediu e requereo em forma juridica virem e lhe for apresentada e o verdadeiro

³⁴⁰ CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica judicial, muyto util, e necessaria* Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.49.

³⁴¹ AMRSJ. Valério Crioulo e João, sentença de 31 de agosto de 1821.

³⁴² AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Jerônimo de Sousa Ferraz e a Justiça, caixa 84, doc. 12, 1795.

conhecimento dela com direito, diretamente deva e aja de pertencer o seu devido efeito inteiro cumprimento e sua real verdadeira e completa [...].³⁴³

Em 1819, quando o rei já havia sido coroado:

Dom Joam por graça de Deos rey do Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves de quem e dalém mar em África senhor da Guiné e da Conquista Navegação e comércio da Ethiopia, Arábia, Percia e da Índia. Faço saber aos que este alvará de fiança virem que atendendo ao que lhe representou Manoel José Coelho da Vila de São João e vista a informação de que se houve do Juiz da culpa, Hey por bem que o suplicante se possa livrar solto do crime de que o denunciou Anastácio Mendes dos Santos pelo uso de armas curtas e desafio sob fiança de duzentos mil réis.³⁴⁴

Em 1829:

Dom Pedro pela Graça de Deus e Unânime Aclamação dis Povos e Imperador Perpétuo do Brazil e a todos os mais Doutores e Desembargadores, Corregedores, Procuradores, Ouvidores, Julgadores, Juizes de Fora, Órfãos, Ordinários, e mais Ministros de Justiça deste Império do Brazil, aqueles a que vir e a cada hum dos quaes esta minha verdadeira segunda Carta de Seguro Negativa por tempo de hum ano dada e passada a requerimento da parte que a pedio e requereo e [...].³⁴⁵

Em 1832, a última carta de seguro localizada na Vila de São João del Rei, em uma ação de ofensa física, foi passada no dia 03 de março: “A Regência em nome do Senhor D. Pedro II, Imperador constitucional do Império do Brasil etcetera”.³⁴⁶

Em março de 1823, “Dom Pedro de Alcântara por Graça de Deus, e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional, defensor perpétuo do Império do Brasil”, comunicava a todos os “Doutores Desembargadores, Corregedores, Provedores, Ouvidores, Julgadores, Juizes de Fora, Ordinários e de Órfãos, Justiças, Oficiais e mais pessoas dela”, perante a quem for apresentada “esta minha presente e mais verdadeira primeira carta de seguro negativa”, passada pelo tempo de um ano, exigia o conhecimento verdadeiro dela, com seu devido efeito e inteiro cumprimento.

Em seguida, o Imperador fazia a todos saber “em como na Vila de São João Del Rei, Minas e Comarca do Rio das Mortes, e no juízo da Ouvidoria Geral dela perante o Doutor Antônio Paulino Limpo de Abreu [...] lhe foi feita a petição e o despacho, nela proferido, cujo

³⁴³ AMRSJ. Processo-crime/José Antonio de Araújo Pereira, caixa 75, doc. 19, 1811.

³⁴⁴ AMRSJ. Processo-crime /Libelo-crime Anastácio Mendes dos Santos, caixa 76, doc. 06, 1819.

³⁴⁵ AMRSJ. Processo-crime/caixa 1, doc. 16, 1829.

³⁴⁶ AMRSJ. Processo-crime/caixa 1, doc. 12, 1832.

teor é o seguinte”. A carta, registrando seu número e os pagamentos de selo, seguida da petição do réu Germano José Cordeiro, segue reafirmando sua ordem:

Mando a todos os meus ministros da Justiça ao princípio desta declarados que sendo-lhes a mesma apresentada e indo ela primeiramente assinada pelo dito meu ministro, e selada com o selo que perante ele no dito Juízo da Ouvidoria Geral serve que é o valha sem selo ex causa, a cumpram e guardem, e faça em tudo e por tudo inteiramente cumprir e guardar assim e da maneira que nela se contém e se declara em seu cumprimento e por virtude dela [...].³⁴⁷

Outros envolvidos precisaram de carta de seguro em processo criminal, em que se registrou a “carta de seguro para o Manoel Pardo-feitor do Capitão Francisco Pereira [...]” e “de audiência apresentam-se com sua carta de seguro e pedem que lhe passam o contramandado para não ser preso”.³⁴⁸ Esses eram os tratamentos dados às causas-crimes, porque “o réu não pode ser preso sem ordem do magistrado, antes da culpa formada”,³⁴⁹ também era o Juiz da Ouvidoria Geral quem concedia as cartas de seguro e o magistrado o fazia em nome do rei.³⁵⁰

A segunda Carta de Seguro, passada a favor do Capitão José Antonio de Araújo Pereira, por tempo de um ano, na Vila de São João del Rei, datada de 1811, assim se apresentava:

Dom João por Graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em África senhor de Guine e da Conquista Navegação do Comercio da Etiopia, Arábia, Pérsia, da Índia e de Brazil. A todos os meus Doutores e Desembargadores, Corregedores, Provedores, Julgadores, Juizes de Fora, Ordinários, e de Órfãos, Ministros de Justiça, oficiais e mais pessoas dela destes meus reinos e senhorias de Portugal e suas conquistas, aqueles a quem e perante quem e a cada dos quaes esta minha segunda Carta de Seguro dada e passada a requerimento da parte que a pedio e requereo em forma juridica virem e lhe for apresentada e o verdadeiro conhecimento dela com direito, diretamente deva e aja de pertencer o seu devido efeito inteiro cumprimento e sua real verdadeira e completa execução e com ela da minha parte se vos pedir requerer e alegar por qualquer via forma razão maneira titulo documento por razão que seja e ser possa a todos em geral e a cada um de vos e particular em vossas respectivas jurisdições, distritos, termos, e comarcas. Faço-vos saber em

³⁴⁷ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, 1823, p.9.

³⁴⁸ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc. 05. Carta de seguro, p.9.

³⁴⁹ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.63.

³⁵⁰ MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conselho Federal de Cultura, 1972. Cf. o “Regimento dos Ouvidores Gerais”.

como na minha Villa de São João Del Rei, cabeça da Comarca e Juízo da Ouvidoria Geral e Correição dela ao meu doutor Jose Antonio Vieira da Rocha Ouvidor Geral e Corregedor lhe fora feita uma petição por parte do suplicante o Capitão Jose Antonio de Araújo Pereira da qual o seu teor é da maneira e forma seguinte: Diz o Capm [...].³⁵¹

O processo que registrou a segunda carta de seguro passada ao Capitão Vicente Jose do Valle mostra que o réu não cuidou de seu livramento e esteve fora da lei durante oito anos.

[...] esta minha verdadeira segunda Carta de Seguro Negativa por tempo de hum ano dada e passada a requerimento da parte que a pedio e requereo e há a presente em forma virem e que o seo devido cumprimento pertencer e lhes for apresentada por qualquer via, documento ou razão que seja e ser possa. Faço-vos saber em como na minha Villa de São João Del Rei cabeça da Comarca em o Juízo da Ouvidoria Geral e Correição perante meu doutor Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho Juiz de Fora e Orfãos da dita minha Villa em seu termo servindo de ouvidor Geral e Corregedor da dita minha Comarca por parte do Suplicante Vicente Joze do Valle lhe foi feita huma petição a qual seu despacho e Conhecimento são os seus teores da forma e maneira seguinte [...].³⁵²

Os motivos que lhe permitiram ficar sem cumprir as exigências do processo ordinário são relatados na petição de requerimento da segunda carta de seguro e encontram sustentação nas *Primeiras Linhas do Processo*, de Pereira e Sousa. O argumento centrado na ideia, já apresentada, da qualidade das testemunhas demonstra a opinião costumeira sobre os processos. O capitão Vicente José do Vale, morador na Freguezia de Cabo Verde, Termo da Vila de Jacuí, dizia que caíra na condição de culpado com a devassa efetivada por causa dos ferimentos provocados na pessoa de Manoel Joaquim de Oliveira. A culpa extraída na devassa o pronunciou à prisão e livramento, mas ele negava tudo. Informava, ainda, que pessoa “de sua amizade” lhe tirara a primeira carta de seguro no ano de 1821, embora ele, suplicante, nunca tivesse tratado de seu livramento “porque muitas pessoas o persuadiram que tal pronúncia não havia”. No entanto, depois de um intervalo de oito anos, ele queria, “nestes termos, agora tratar do dito seu livramento”, e, para mostrar sua inocência, requeria a Vossa Senhoria que se dignasse a “mandar lhe passar segunda carta de seguro negativa pelo tempo de hum ano”, para, solto, se livrar do crime que lhe fora imputado. O Capitão pedia a Vossa Senhoria seja servido mandar passar a Carta de Seguro, afirmando que pagaria a mercê, como de fato pagou o imposto dos novos direitos.³⁵³

³⁵¹ AMRSJ. Processo-crime, caixa 75, doc. 19, 1811.

³⁵² AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc.16.

³⁵³ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc.16.

Tudo foi julgado dentro da lei e o protocolo das audiências revelou que o Capitão conseguiu seu livramento. O processo foi encerrado “aos vinte dias do mês de fevereiro do Anno de mil oitocentos e vinte e nove nesta villa o oitavo da Independência do Império”, e Francisco Junqueira de Araújo Lima da Silva da Ouvidoria o subscreveu:

E por estar tudo em forma legal se lhe deu e passou sua segunda Carta de Seguro Negativa por tempo de um ano que he a presente pela qual e o seo theor e mando a todos os ministros da Justiça ao principio desta declarados que sendo-lhes esta apresentada hindo pelo dito Meu Ministro assignada, sellada pelo sello que perante mim o dito meo Juízo da Ouvidoria geral serve, que he o valha sem sello excauza cumprão e guardem e fação inteiramente cumprir e guardar assim e da maneira que nesta se contem e declara em seu cumprimento e por vir tudo della.³⁵⁴

Outros dizeres mostraram que a justiça aceitava o pedido de livramento do Capitão, colocando-lhe a exigência de fazê-lo dentro da lei, cumprindo o prazo previsto:

Hei por bem e me praz de segurar que, como com efeito por esta seguro ao suplicante dito Vicente Jose do Valle por tempo de um ano para que solto se possa mostrar livre do crime ou crimes que constão de sua petição onde esta principia, contando porém que será abrigado a apresentar-se com ela perante as Justiças onde competir dentro do prefixo termo de dous nove dias primeiro seguintes da dacta desta e para citar a parte ou partes que tiver para no prefixo termo que lhe for marcado vir acuzá-lo com a pena de se tomar feito pela justiça e com o promotor della correrá os termos de seu livramento durante o qual não levantara mão sem que de todo seja findo e acabado residindo em todas as audiências em que se dever falar ao mesmo Feito, seguindo em tudo apelação ou agravo qual no cazo couber e não será prezo durante esta só sim se pelo direito e justiça o deva ser, porque em tal caso o sera sem esta lhe valha pois que desta forma he que o seguro e mando não seja prezo dito Vicente Jose do Valle por tempo de hum ano. Sua Majestade Imperial o mandou na pessoa de seu ministro o Doutor Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho Juiz de Fora e Órfãos desta Villa e seu termo servindo de Ouvidor Geral Corregedor desta Comarca com alçada no Cível e crime e dada e passada nesta Villa de São João d’el Rei, Minas, Comarca do Rio das Mortes aos oito dias do mês de janeiro do Anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte e nove o oitavo da Independência do Império e Eu Francisco Junqueira de Araújo Lima da Silva Da Ouvidoria que o subscrevi. ASS. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho.³⁵⁵

Seguiram-se custas, e as audiências mostraram o réu em seu livramento, quando tentou agravar da querela e devassa que o pronunciaram, com o recorrente argumento de que nela pessoas de seu desafeto testemunharam. Requereu ainda que do “Rio das Mortes, São

³⁵⁴ AMRSJ, *loc. cit.*

³⁵⁵ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc. 16, p.10.

João Del Rei, cabe se lhe deva com o protesto de que lhe não passe o tempo por qualquer impedimento do Juízo”, instando assim pela certidão da diligência:

Sr Fontes,

O Capm Vicente Jose do Valle que reside apresenta-se com sua segunda carta de seguro negativa pelo suposto crime que lhe resultou da Devassa que a ex officio se procedeu por ferimentos em Manoel Joaquim de Oliveira requer que se haja por apresentado e se lhe passe contramandado para não ser prezo durante o tempo da mesma: e com o devido respeito agrava da injusta pronúncia feita contra o Agravado, tanto na Devassa como em querela se lhe houve para o Tribunal da Relação ou Casa da Supllicação da Corte do Rio de Janeiro e requer se lhe mande escrever o seo agravo e preparados os Autos na forma da Lei.³⁵⁶

Os motivos que levaram o Capitão Vicente Jose do Valle a fazer o seu livramento, depois de andar oito anos foragido, podem estar relacionados com os sinais de que a perseguição aos criminosos passaria por uma situação de arrocho, resultado das transformações nas práticas de justiça, nos anos finais da década de 1820. Também se pode imaginar que o debate sobre as alterações nas leis devia correr pelas vilas e arraiais, uma vez que as questões políticas do Império do Brasil certamente se encontravam mais próximas dos súditos brasileiros. Assim, certamente se pode cogitar que o Capitão Vicente José do Vale ouvia os boatos sobre as transformações em curso e solicitou presteza no seu processo para obter a brevidade, que já era requerida pela Rainha desde o ano de 1790.

Embora largamente utilizada, os custos da carta de seguro não a deixaram acessível a todos. Valério crioulo e João na Vila São José estiveram presentes nos autos com “sentença de 31 de agosto de 1821”, mas, nesse caso, os réus foram contemplados com o perdão geral. Esses autos retratam as dificuldades enfrentadas perante a justiça por “Manoel Antônio da Silva por cabeça de seu escravo Valério Crioulo preso na Cadeia desta Vila”, porque não tinha carta de seguro.³⁵⁷

No dia 23 de julho de 1823, na Vila de São José, Minas, Comarca do Rio das Mortes, Valério crioulo “estava preso na cadeia”. Seu requerimento e escritura foram despachados pelo Capitão Manoel, “Juiz Ordinário nesta mesma Vila e seu termo”:

Requerendo-me que lho autuassee e lho aceitasse tanto quanto foi obrigado em razão de meo officio me desse o inteiro cumprimento de Justiça o qual era para o efeito de ser contemplado o mesmo escravo prezo no Indulto e graça concedida por sua majestade Fidelíssima que Deos guarde o Senhor

³⁵⁶ AMRSJ, *loc. cit.*

³⁵⁷ AMRSJ. Valério Crioulo e João, sentença de 31 de agosto de 1821.

Dom João Sexto Rey do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves e [...] o qual me ser distribuído tanto quanto sou obrigado em razão do meo officio [...].³⁵⁸

O Juiz Ordinário da Vila de São José deixou bem claro que deveria fazer cumprir a lei, em razão de seu ofício, sugerindo que a situação para os escravos podia destoar da corrente para outros escravos envolvidos em arengas de seus senhores. Valério Crioulo estava preso e, por ele, Manoel requeria o perdão, despachado com o “sim” e registrado com o “seja servido assim mandar”:

Diz Manoel Antonio da Silva por cabeça de seu escravo Valério Crioulo, preso na cadeia desta Vila a perto de dois anos pela culpa que lhe resultou da hume devassa tirada pelos pequenos ferimentos feitos em hum escravo de nome João pertencente a D. Gertrudes Joaquina da Silva e como esta conhecendo a inocência do dito Valério lhe deu escritura de perdão junta e escripta e com [...] está nas circunstâncias de se aproveitar da graça concedida pela Sua Majestade no decreto do dia 17 de abril deste corrente ano de 1821 pelo feliz nascimento do Sereníssimo Príncipe da Beira requer a V. M. seja servido mandar que junta esta aos respectivos autos se fasam com observação para se deferirem na forma do mesmo decreto [...].³⁵⁹

Tudo estaria pronto se o direito das partes não fosse tão considerado. No entanto, o perdão concedido pelo indulto régio só podia ser aproveitado por Valério crioulo, preso, se ele conseguisse o perdão da parte. O fato ainda se manifesta mais complexo porque o perdão ainda deveria advir da senhora do escravo João. A extensa “escritura do perdão que dá Dona Gertrudes Joaquina da Silva a Valério crioulo, escravo de Manoel Antônio da Silva”, revela a simbiose entre a matriz doutrinária e o controle que a realeza possuía sobre os custos da justiça:

Saibão quantos este público instrumento de Escritura de Perdão que dá Dona Gertrudes Joaquina da Silva a Valério crioulo preso na cadeia desta Vila escravo de Manoel Antônio da Silva, ou como em direito melhor nome ou lugar aja virem que sendo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte um aos dezessete dias do mês de julho do dito ano nesta Vila de São José Minas e Comarca do Rio das Mortes em escritório de mim tabelião ao diante nomeado sendo ai compareceu presente Antônio Pinto Correia como procurador da outorgante Dona Gertrudes Joaquina da Silva pelos poderes da procuração que da mesma apresentou e abaixo vai copiada e reconheço pelo próprio de que trato e dou fé pelo dito procurador foi dito em presença das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas que sua constituinte Dona Gertrudes Joaquina da Silva na

³⁵⁸ *Ibidem*, p.2.

³⁵⁹ AMRSJ. Valério Crioulo e João, sentença de 31 de agosto de 1821.p.3.

Devassa que a Ex-Ofício da Justiça se procedeu por este Juízo Ordinário pelos ferimentos feitos na pessoa de seu escravo João saíra Valério crioulo preso na cadeia desta mesma Vila escravo de Manoel Antônio da Silva moradores na Lagoa Dourada pronunciado e porque se acha em livramento ou quer entrar em seu livramento, por amor de Deus e muito da sua livre vontade sem constrangimento de pessoa alguma queria dar como de fato dava perdão do referido delito que havia feito ao dito seu escravo João para melhor livrar o réu preso, do dito crime pois que ela por si e seus herdeiros promete de lhe não ser parte em tempo algum que tanto faz pelo amor de Deus, para cujo fim pedia e rogava a Justiça de Sua Majestade Fidelíssima que Deus Guarde dêem toda ajuda e favor ao mesmo réu preso para que mais comodamente se possa livrar do mesmo crime pois que ela por si e seu herdeiros prometem de razão ser parte em tempo algum que tendo faz pelo amor de Deus para cujo fim pedia requereu a Justiça de Sua Majestade que Deus guarde e que só não ficava responsável as custas algumas bem como que o perdão que dá é voluntário sem que para isso recebesse quantia alguma de dinheiro que só sim faz pelo amor de Deus e conhecimento que tem do muito que o réu se acha penitenciado com perto de dois anos de prisão e de como assim o disse assinou com as testemunhas abaixo assinadas depois de ser lido por mim Joaquim Gonçalves Ramos tabelião do público judicial e notas que escrevi [...].³⁶⁰

Uma série de questões emerge da carta de perdão, cumprindo destacar que o perdão fora, de acordo com os praxistas, uma forma de amenizar e não suprimir o castigo, e, lembrando, ainda, que a culpa e a punição deveriam acabar como condicionamento para o “fim dos malefícios”. A primeira, e mais óbvia, questão demonstra que Dona Gertrudes deve concordar com o indulto régio, para isso a escritura de perdão foi registrada. A segunda é a concessão feita pela via da procuração, porque D. Gertrudes era uma viúva honesta. Os incômodos do deslocamento fizeram Dona Gertrudes, “moradora na fazenda da Mutuca, termo desta Vila de São José Minas Comarca do Rio das Mortes”, requerer a presença do oficial de justiça em sua casa.

E assim D. Gertrudes, na sua carta de perdão, agiu pelos poderes da procuração, somente não se responsabilizando pelas custas.

A terceira questão se relaciona com as citadas custas. O preço dessa justiça, que movimentava grandes quantias em termos numéricos, está bem nítido no texto, e Dona Gertrudes diz que não cobrou o perdão, demonstrando que ela não concorria com a justiça real e era boa seguidora dos princípios legais. O gerenciamento sobre as desavenças foi transformado em fonte de rendas nas Minas, com a venalidade dos ofícios, e seu exercício não podia sofrer a concorrência privada, sendo legislado de acordo com a apresentação dos praxistas.

³⁶⁰ *Ibidem*, p.4.

O queixoso é obrigado a seguir a acusação e não vale a transação feita a respeito do crime antes da sentença. Pode, contudo, o ofendido perdoar a particular ofensa recebida, desde que o faça gratuitamente, e, na falta de acusador, pode a justiça tomar a si a acusação.³⁶¹

Os termos da procuração mostram que ela foi passada exclusivamente para livrar da prisão Valério Crioulo.

Termo de Procuração que faz Dona Gertrudes Joaquina da Silva. Aos oito dias do mês de Julho de mil oitocentos e vinte um na fazenda da Mutuca, termo desta Vila de São José Minas, Comarca do Rio das Mortes em casas de Dona Gertrudes Joaquina da Silva donde daí eu meirinho da Fazenda Real ao diante nomeado sendo ai compareceu presente a sobredita Dona Gertrudes Joaquina da Silva que reconheço pela própria de que trato e dou fé e por ela me foi dito em presença das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas que fazia seu procuradores o Alferes Leandro Barbosa da Silveira a pessoa particular Antônio Pinto Correia da [...] todos junto [...] possam ao seu nome como presente fosse assinar assistir e lavrar uma Escritura de Perdão que ela dava livre vontade sem constrangimento de pessoa alguma da a Valério crioulo escravo de Manoel Antônio da Silva pelo ferimento feito na pessoa do seu escravo João cujo perdão dá de livre vontade e para bem do livramento do mesmo Valério para o que concedia todos os poderes em direito necessários ou competentes e de como assim faço este termo de procuração e o seu rogo assina o padre Antônio Rodrigues Chaves sendo testemunhas presentes Joaquim Martins Ramos Francisco José de Sousa todos reconheço pelos próprios e aqui assinaram eu Constantino José de Castro meirinho da fazenda real que escrevi [...].³⁶²

Os perdões, as cartas de seguro, tratamentos típicos da graça régia, ainda demonstravam grande vigor depois da clara intenção de implantação de uma “administração ativa”, levada a efeito pelos quadros legitimadores, métodos técnicos e agentes diferentes daqueles vigentes no sistema jurisdicional. No mínimo, esperava-se que a alçada das graças régias também recebesse um tratamento novo dentro do quadro de tendências reformistas. Isso não aconteceu, no entanto, é importante perceber a importância dessa instância de perdão para o monarca, que se instalava sobre todas as instâncias, equilibrando-se sobre a tutela que uns faziam sobre os outros, na execução técnica de serviços ainda não definitivamente estruturados. Tais fatores limitavam o espaço de ação dos localismos, que sempre se viam pressionados pelo crime de responsabilidade e mostravam-se temerosos diante da possibilidade de revisão do processo feito em outra instância de julgamento. Na verdade,

³⁶¹ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.100.

³⁶² AMRSJ. Valério Crioulo e João, sentença de 31 de agosto de 1821.

enquanto a definição técnica e a implantação gradual da nova administração ativa ainda não se tivessem completado, a pluralidade das instâncias e a manutenção da esfera de distribuição de mercês ainda deveriam ser mantidas.

As possibilidades de apelação e agravo mudaram e alteraram os rumos de muitos processos ordinários, amortecendo a irrefutabilidade dos agentes locais. No mínimo, dois fatores decorriam da noção de serviço de sua majestade, sustentada na hierarquização das alçadas e suas divisões jurisdicionais. Em primeiro lugar, a realimentação da dúvida, através do desejo de consulta a instâncias superiores, seria efetuada pelos agravos. Em segundo lugar, o desdobramento de custos nos retardamentos ou desdobramentos das ações seria um meio de prover o quadro de oficiais a serviço do estado, ainda carente de instrumentalização que garantisse um funcionamento técnico. Se os agravos exerceram a função de cerceamento do poder local, os seus custos favoreceram o exercício profissional, possibilitado pelo conhecimento da praxe forense, que gerava uma rede de interesses, metamorfoseando-se afinal nos mecanismos internos, locais e periféricos de controle.

Sobre esse aspecto, a portaria de 7 de março de 1825 discutia o controle da aplicação local da justiça. O ouvidor da Comarca de Sabará, Antônio Augusto Monteiro de Barros, respondia, em 10 de fevereiro de 1826, ao senhor Visconde de Caeté, Presidente da Província, que, “pelo que toca a administração da justiça, e juízo dos órfãos e seus abusos”, cumpria dizer que, naquelas repartições, seguia-se a marcha prescrita pela legislação em vigor, “facilitando-se às partes que se julgam prejudicadas os recursos legítimos”.³⁶³

As aplicações e jurisdições de cada tribunal desdobravam-se para além do eclesiástico e secular. A distinção entre “hum e outro juízo” foi ensaiada na *Prática Judicial* de Antônio Vanguerve Cabral, que apontava o esboço de separação ao assim se expressar: “como se recebam estas palavras civil e criminal?” Depois de discorrer sobre “que couza seja o juízo criminal”, tratando-o como “aquele em que se tratão as causas criminais”, para cumprirem o “efeito de serem castigadas conforme merecerem os excessos para a satisfação da República ofendida”,³⁶⁴ o jurisconsulto argumentou que as causas criminais são separadas porque o Juízo Criminal não pode intrometer no Juiz do Cível e porque aquele “foi instituído para castigarem os crimes e os castigos, satisfazerem as partes e a República ofendida e para com o castigo haver emenda”, dos crimes descobertos através das formas previstas nas *Ordenações*.

³⁶³ RAPM, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano XVII, p.272, 1912.

³⁶⁴ CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica judicial, muyto util, e necessaria* Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.36.

Os autos processuais demonstraram que as partes preparatórias se mesclavam com as médias no processo ordinário, dependendo das atuações profissionais e da argumentação a que “os oficiais e pessoas da justiça do reino” recorriam.³⁶⁵ A parte chamada de libelo, em que se tecia a exposição articulada da queixa, “hé a escritura que contém a intenção do autor” e somente acontecia depois de passada toda a trama dos direitos das partes.³⁶⁶ Antecedido por diversas petições que requeriam questões dos mais diversos teores, o libelo somente foi conduzido pelo promotor da justiça depois que o procurador o requereu para fazer sua “compulsória”.

Em 1831, o promotor de justiça fez seu libelo acusatório contra o réu Hilário, utilizando-se de argumentação idêntica à sustentada nos termos apresentados na devassa em que ele fora pronunciado no ano de 1823, e o trabalho do advogado, em defesa do réu, voltou-se para outra ação prevista pelas *Primeiras Linhas do Processo Criminal* de Pereira e Sousa. Ele fez uso da exceção. Segundo Pereira e Sousa, a exceção “não hé outra coisa que o direito de excluir a intenção do autor”. Divide-se em dilatória, que difere a ação, e a peremptória, que extingue a ação. No último caso, a “elas pertencem” os papéis “de prescrição e cousa julgada”, e foi exatamente a estratégia da defesa do procurador de Hilário, demonstrando acompanhar as orientações do praxista na ordem solene do direito.³⁶⁷

Durante todo o livramento, o réu Hilário não estava preso porque, em 1827, Dom Pedro Imperador Perpétuo do Brasil fez saber a “todos e a cada hum” que Hilário estava seguro. A sua “prezente e mais verdadeira primeira carta de seguro [...]”, passada a Hilário Antonio de Carvalho, crioulo, despachada sob o número 17, obrigava “a todos em geral e cada hum em particular em suas respectivas jurisdições e distritos” que a virem e que lhes for apresentada cumprir todo o procedimento.

³⁶⁵ Há casos em que essas formas de processo ordinário foram indexadas num fundo como libelos e outros num outro fundo como processo-crime. O Arquivo Regional de São João del Rei possui o mesmo tipo de documentação indexado em dois fundos, demonstrando também o caráter histórico da organização arquivística, bem como a função de investigação que envolve as atribuições do ofício de historiador.

³⁶⁶ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.109-115. O capítulo XVI trata do libelo, dizendo que, comparecendo o A e o R, segue-se o oferecimento do libelo, como causa ou meio de pedir, narração do fato, conclusão. Se o réu não comparecer ao oferecimento do libelo, estando afiançado ou seguro ou homenageado, será recolhido à prisão.

³⁶⁷ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.115 et seq. Capítulo XVII: “Da exceção”.

O teor do processo indica que o réu Hilário Antônio de Carvalho, acusado de causar graves ferimentos em Constança Maria de Jesus, crime de ofensas físicas pelo qual foi pronunciado à prisão e livramento, pela devassa tirada por ofício da justiça, obteve por duas vezes a carta de seguro para o tempo de um ano. Seu processo de agravo e crime apresentou a procuração para agravar da pronúncia na devassa, enquanto procedia ao seu livramento.

A devassa “ex officio” tirada a partir de 09 de maio 1823, que condenou Hilário pelos ferimentos provocados no dia 22 de fevereiro, daquele ano, em Constança, mulher branca, foi apresentada em traslado no processo de livramento. Os autos registraram a pronúncia que “obrigam estas testemunhas a prisam e livramento a Hilário Crioulo” e mandou que o escrivão “o lance no rol de culpados e passe mandado para ser prezo” no dia 19 de dezembro de 1823, na Vila de São João del Rei.³⁶⁸

Esse procedimento fez com que o réu agravasse daquela pronúncia, enquanto cuidou do seu livramento anos depois, quando a história dos autos começou no ano de 1827, na Vila de São João del Rei:

Aos onze dias do mês de janeiro, em pública e geral audiência que aos feitos partes e seus procuradores [...] em os Paços do Conselho e cazas della [...] digo em cazas de sua residência o doutor Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho, Juiz de Fora e órfãos com alçada no cível e crime [...] e sendo aí nessa mesma audiência [...].³⁶⁹

A apresentação de seguro e agravo de pronúncia, naquele momento, segundo o procurador do réu, “ora livramento ordinário”, foi feita pelo Alferes Antonio José de Oliveira Barreto, “solicitador de cauzas nestes audictorios e procurador do autor Hilário crioulo”. O solicitador registrou “que este residia e se apresentava com primeira carta de seguro pelos ferimentos que se diziam feitos na pessoa de Constança Maria de Jesus”, requeria a ele, ministro, o “houvesse por apresentado e se lhe passasse contra mandado para não ser preso durante o tempo da mesma”.³⁷⁰ Outrossim, dizia o solicitador, “com o devido respeito, aggravava como de facto aggravou, para o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca da pronúncia que lhe havia rezultado da indicada devassa”, e requeria “se lhe mandasse escrever o seo agravo, e que preparados os autos na forma da Ley novíssima se lhe desse vista em mão para formar sua compulsória”.

³⁶⁸ AMRSJ. Processo-crime, caixa 79, doc. 02. Agravo/Crime 1827. CARVALHO, Hilário Antonio de (Crioulo); JESUS, Constança Maria, p.19.

³⁶⁹ AMRSJ. Processo-crime, caixa 79, doc. 02. Agravo/Crime 1827. CARVALHO, Hilário Antonio de (Crioulo); JESUS, Constança Maria, p.1.

³⁷⁰ *Ibidem*, p.2.

Francisco Antonio dos Passos, tabelião ordinário do primeiro ofício, escreveu:

[...] que sendo visto e ouvido por ele ministro, informado da carta de seguro passada pelo Juízo de Ouvidoria geral aos oito dias do corrente mês e procuração do agravante tomada pelo tabelião do segundo officio Jose Pedro Lopes de Andrade assinada de cruz, que tudo lhe foi apresentado, houve o réo agravante por apresentado e mandou que lhe passasse contramandado durante o tempo da carta de seguro.³⁷¹

Continuou o seu procedimento ordinário, registrando o lançamento, dizendo que ali constavam o requerimento e o “mandado de audiência que por cota lembrança tomou no (meo) protocolo delas o escrivão das execuções cíveis João Gonçalves Passos”, assinando o agravamento com a cruz por não saber escrever, a tudo se “reportou para aqueles autos” e para ali “o passei por escrito e adiante vai junta a dita carta de seguro e procuração, o que tudo he o que se segue”:

Diz Hilário Preto Crioulo, mor. da Freguezia das Dores, termo desta Villa, que foi pronunciado, em devassa, a que se procedeu pelo Juízo de Fora, sobre os ferimentos feitos na pessoa de Constança Maria de Jesus, mulher parda, moradora no Arraial das ditas Dores, cujo delicto nega cometer, e nem para elle concorrer, mas foi increpado pelas testemunhas inimigas e por que elle suplicante foi preso há poucos dias, e conduzido para esta Villa, e pode fugir no caminho ao Cabo Simão de tal e pedestes (sic) que acompanhavam e por isso e porque teme ser de novo preso e pretende solto tratar do seu livramento o que tudo já teria feito se não ignorasse tal pronuncia requer a V.Sa. se digne mandar se lhe passe 1ª carta de seguro negativa pa. o cazo recontado e inda servindo para outro que quer que se lhe queira o possa arguir respto. A dita fuga, visto que não violentou aos seus condutores, dito Cabo e Pedestes (sic) que por tal motivo se achao prezos, passando-se por tempo de hum anno na forma do Estillo, pagos os novos direitos.³⁷²

Dizendo “para que Vossa Senhoria se digne mandar se passe ao suplicante o seguro pedido” e com a afirmação de que, com o seguro, o réu se apresentaria no juízo competente, pediu o despacho favorável de Albuquerque, garantindo o pagamento das mercês. O “passe, pagos os novos direitos”, em São João, no dia 8 de janeiro de 1827, deu a Hilário a carta de seguro, mesmo depois de transcorridos quatro anos e de ter fugido aos seus condutores.³⁷³

³⁷¹ *Ibidem*, p.19.

³⁷² AMRSJ. Processo-crime, Caixa 79, doc. 02. Agravamento/Crime 1827, CARVALHO, Hilário Antonio de (Crioulo); JESUS, Constança Maria, p.3.

³⁷³ “A f.2 no livro 7º de Receita dos Rendimentos Públicos desta Comarca que servo com o thesoureiro desta Intendência Luiz Joaquim Nogueira da Gama, e no de impedimento com o interino Antonio Pereira da Costa, lhe ficão debitados hum mil e quinhentos réis. Que recebeu de Hilário Crioulo de Novos Direitos de sua primeira

Depois de outro intervalo de três anos, o réu conseguiu outra carta de seguro, despachada para as causas que lhe podiam valer, com uma petição datada de 05 de fevereiro, na mesma Vila de São João del Rei:

Diz Hilário Antônio de Carvalho, que alcançando sua primeira carta de seguro negativa por este Juízo, pelo crime que lhe rezultou da Devassa ex officio aqui se procedeo por ferimentos que se dizem feitos de noite em Constança Maria de Jesus, como he findo o tempo desse seguro no qual não pode o suppe. entrar em livramento por motivos de moléstias, outros inconvenientes e teme ser prezo [...].³⁷⁴

O réu Hilário, muito provavelmente acreditando que alcançasse o perdão de Constança Maria, deu procedimento ao seu livramento, embora anteriormente tivesse recorrido da pronúncia, alegada como injusta. Assim ele fez citar a vítima para que ela, na primeira audiência daquele Juízo, viesse declarar “se queria ou não ser parte” e acusar o suplicante no livramento da culpa que lhe resultou da devassa, tirada no ano de 1823, sob pena de “que não comparecendo ser lançada de parte e da acuzação a sua revelia e tomar o feito por parte da justiça”, e tudo isso porque a suplicada se achava naquela Vila.³⁷⁵

Com o deslocamento facilitado pela sua presença na Vila, a vítima Constança compareceu:

Diz Constança Maria de Jesus que agora mesmo foi citada a rqto. de Hilário Antônio de Carvalho, crioulo forro, pa. declarar se lhe quer ser parte e acuzar no livramento da culpa [...] e p.q. a supe. não qr. Acuzar e pr. saber q. está inocente e qo. não concorreu de forma alguma pa. os ditos ferimentos e q a Pronúncia lhe veio por vozes espalhadas de prepósito para isso por parte dos verdadeiros delinquentes e pr estes mesmos e pa qe não padessa a inocência e se possa o suplicado livrar da justiça comodamente qr declarar pr termo nos autos que auto fica dito, e qto mais for necessário a benefício do supdo. o que tudo faz a supe. de livre vontade e sem constrangimento de pessoas alguma [...].³⁷⁶

Em 31 de março de 1830, foi feito o pedido para tomar “termo nos autos ao pé desta e da citação feita a suplicante”, por não se considerar necessária a acuação “a vista a

carta de seguro negativa pelo crime conste, da Petição retro e de como recebeu assigna em o d. livro e que comigo escrivão S. João de Janeiro de 1827. Antonio Pereira da Costa e Joaquim Francisco de Lima”, p.2v.

³⁷⁴ AMRSJ. Processo-crime, caixa 79, doc. 02. Agravado/Crime 1827. CARVALHO, Hilário Antonio de (Crioulo); JESUS, Constança Maria.

³⁷⁵ AMRSJ. Processo-crime, caixa 79, doc. 02. Agravado/Crime 1827. CARVALHO, Hilário Antonio de (Crioulo); JESUS, Constança Maria, p.40.

³⁷⁶ *Ibidem*, p.41.

declaração da suplicante”. Mas isso não foi o que aconteceu, porque Constança teve que explicar o motivo pelo qual não dera antes o perdão, funcionando, nesse caso, a regra ditada por Vanguerve Cabral de que o perdão apenas minimizava a culpa, mas não a extinguiu. Como havia acontecido uma pronúncia e envolvido o trabalho de oficiais e magistrados, Constança Maria quase caiu nas malhas da ordem imperial, e o seu termo da declaração de perdão, escrito em petição, teve que acrescentar uma explicação da suplicante:

[...] ela tão bem suplicante livrar-se tão bem do escrúpulo de não fazer esta declaração no tempo a favor do mesmo suplicado afim de não ter maior prejuízo nem maior demora no seu livramento na forma da petição retro.³⁷⁷

A solução da pendência da parte ofendida foi também conseguida com a intervenção do filho de Constança, José Gomes da Santos, que assinou a “seu rogo” em face de testemunhas, por ela não saber escrever. No entanto, ainda em 1830, a questão jurídica iniciada com a devassa em 1823 ainda não estava resolvida, e a petição de Hilário ainda requerendo para tratar de seu livramento aparecia nos autos:

Diz Hilário Antônio de Carv. Crioulo forro, que sendo pronunciado em Dev. pr ferimentos se dizião feitos na pessoa de Constança Maria de Jesus moradora que era no Arraial e Freguesia das Dores, obteve para este crime pra. carta de seguro negativa com que se apresentou agravando da pronúncia nessa mesma ocasião, isto em 1827, mas por falta de meios não lhe foi possível progredir os tros. do livramento obtendo segunda no dia 5 de fevereiro do corrente anno, apresentando-se com a mma. no dia 8 do. mes e fallado anno, qdo. então desisitio daqle. Aggravo protestando proceguir o livramento ordro. e pa. este fim fez citar a suplda queixosa pr bem de sua requisição nos autos a f40 para declarar se lhe queria acuzar, e foi então qdo. a mesma indicada Constança Maria de Jesus, requereo pr bem da suplica nos mmos. autos f41estar pronta a declarar q. o suplte. se achava inocente, q. não concorrera de forma alga. pa. os ferimentos e que a pronuncia lhe viera de vozes espalhadas por parte dos verdos. delinquentes, pedindo enfim se lhe tomasse p termo sua declaração e se juntasse aos autos, sem dependência de se acuzar, tal citação e de fato se verificou, lavrando-se o mmo. Tro .ahi versos thé f42 foi assignado a rogo da m. pr hum seu filho Jose Gomes dos Santos, perante ttas. q tão bem assignarão, como se observa dos ditos autos, ex o motivo pq já mais a supda. he ou pode ser parte, nem acuzar. Requer prtanto a V. Sa. se digne mandar q junta esta aos mmos. autos de fallados seguros que já se achão preparados com todo o respeito na forma da Lei e do estillo, o escrivão como promotor da Justiça venha com seu libo. acuzatório no termo da Lei, para o suple. tratar

³⁷⁷ *Ibidem*, p.42.

de sua de fazer o do. Livramento tomando-se lhe nova procuração e juntando-se [...].³⁷⁸

O pedido que solicitou a Sua Senhoria assim o mandasse e que se “fação conclusos para o conhecimento da verdade” foi despachado no dia 6 dezembro de 1830, seguido do fato de que, quatro dias depois, voltava Hilário a peticionar. Nessa situação, o réu Hilário dizia que a parte, ao declarar que não o queria acusar, transferia a competência de tal acusação para a justiça:

[...] por pte. de seu promotor [...] q o mmo. viesse com seu Libelo acusatório. Portanto como vive de seo trabalho com bastante indigência não tendo o preciso para despesas nesta Va. e pa. o mmo. Livramento reqr. a V. S. se digne por iquidade e comizeração dispensar-lhe da rezidência e q esta se faça pela pessoa de seu Procor. thé findar o Livramento, visto ser conforme o determinado na Lei de 22 de setembro de 1828 § 30.³⁷⁹

A argumentação construída pelo promotor na montagem de seu libelo acusatório sustentou-se nos termos já efetuados na devassa, e a resposta do procurador do réu acusado não se fez esperar. Incisivamente, ele utilizou-se dos termos parciais orientados pelo jurista Pereira e Sousa para defender seu representado e “deduziu a exceção” do processo. Isso significou que o procurador do réu demonstrava que o processo de devassa estivera fora da determinação legal, argumentando que a “Pronúncia ilegalmente feita por ser *extra tempus* tirada a devassa e nula e incapaz de fundamentar”.

O advogado citava que a devassa deveria começar oito dias depois do malefício, de acordo com a “Ord. Liv. 1º tit.35 § 31”, para “começar no prefixo termo e terminar em trinta dias depois, sob pena de nulidade insanável, que sempre assim se julgou, como se vê decidido em *Phob. Pe. 1ª ar 139*.”³⁸⁰

Nos autos conclusos ao Dr. Francisco de Paula, foi dada a sentença favorável ao réu, confirmando que, de fato, a devassa tirada de forma desapropriada nos termos da lei:

[...] recebo e julgo provada a presente exceção vistos os Autos e disposição de Direito a tal respeito, com as quaes me conformo e atendendo ao exame de sanidade f.52 perdão da parte ofendida f.41 e as nullidades insanáveis de direito, com que se procedeo na devassa, mando que seja o réu Hilário

³⁷⁸ AMRSJ. Processo-crime, caixa 79, doc. 02. Agravado/Crime 1827, CARVALHO, Hilário Antonio de (Crioulo); JESUS, Constança Maria, p.43.

³⁷⁹ *Ibidem*, p.44.

³⁸⁰ AMRSJ. Processo-crime, caixa 79, doc. 02. Agravado/Crime 1827, CARVALHO, Hilário Antonio de (Crioulo); JESUS, Constança Maria, p.50.

Antônio de Carvalho, riscado do rol de culpados, e que se lhe dê baixa na culpa, pagando todavia as custas de causa.³⁸¹

Em 04 de fevereiro de 1831, a sentença livrou Hilário da acusação, mas não o desobrigou de pagar as custas do processo de livramento, que somaram o total de 21\$407. Os vinte e um mil, quatrocentos e sete réis foram somados em 05 de fevereiro de 1831. Na atuação desse processo esteve o rigoroso Francisco Paula Monteiro, o juiz que sentenciou a vários processos e pode ter sido esse um dos motivos que forçou Constança Maria a se defender.³⁸²

Cumprir observar que a situação do livramento de Hilário ilustra o que até agora se veio argumentando, no sentido de que a punição, para além do encarceramento, revelava um caráter de efetividade da justiça. Ora, o réu, depois de andar solto durante anos, foi preso e teve que proceder ao seu livramento. Ele fora punido, mesmo diante da lembrança de que ele não permaneceu encarcerado. Defende-se aqui a hipótese de que a punição não passava necessariamente pela prisão dos réus, e, mais uma vez, as palavras dos praxistas ajudam a entender essa lógica, como as de Cabral Vanguerve, ao orientar que “as causas criminais duram até 20 anos e daí para cima tem prescrição”, alertando para o fato de que “não se presume que o réu cometeu tal crime se andam soltos [...] a vista [...]”, deixando bem claro que o ofensor, “não se ausentando nunca do lugar, nem da Comarca, onde se diz fora cometido o delicto, se presume que o R estar inocente do crime que se lhe notificou o sumário”.³⁸³ Fugir também era uma imposição punitiva.

³⁸¹ *Ibidem.*

³⁸² Sobre a atuação desse Juiz, ver capítulo 7.

³⁸³ CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica judicial, muyto util, e necessaria* Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.47.

CAPÍTULO IV

O BINÔMIO: PUNIÇÃO E GRAÇA

As cartas de seguro e suas petições, a sustentação legal das *Ordenações Filipinas* e suas leis extravagantes, o funcionamento da graça e a punição do Antigo Regime permaneceram na primeira década do Império do Brasil para desaparecerem no ano de 1831, quando esses procedimentos cederam lugar ao Código Criminal de 1831, considerado pelos textos contemporâneos como “muito moderno”.³⁸⁴

O direito de punir e o direito de agraciar caminharam juntos e, como os dois lados da moeda, serviram para buscar as desejadas “quietação dos povos” e “felicidade da república”. Considerados como da mesma natureza, desde as últimas décadas do século XVIII, eles entraram na composição do programa aplicado na cadeira de Direito Pátrio Público da Universidade de Coimbra em 1789, ao mesmo tempo em que forneceram argumentos para os títulos do capítulo das *Preleções de Direito Português*.³⁸⁵ A punição foi tratada dentro do capítulo que versou sobre a polícia: “Por direito de Polícia entendemos a auctoridade, que os príncipes tem para estabelecerem e proverem os meios e subsídios que facilitem e promovão a observância de suas leis [...]”.³⁸⁶

Esses procedimentos, mais que reforço da autoridade real, foram instrumentos invocados com o intuito de equilibrar situações insustentáveis. Os governadores e intendentess da polícia, sempre que se viam com tropas insuficientes para forçar a obediência, estimulavam e exercitavam outros meios de conseguir impor-se aos governados. As autoridades sabiam o que as lições das *Preleções* pregaram, ou, ainda, as lições pregaram o que as autoridades esperavam:

[...] para uma República conseguir os fins de sua instituição não basta que os Imperantes prescrevão Leis sabias, e justas, he necessário, que ellas sejam ajudadas de alguns soccorros, que promovão a sua observância, porque de outra sorte ellas não servem mais do fazerem victimas da Justiça aos homens por sua natureza propensos ao mal.³⁸⁷

³⁸⁴ Cf. MAGALHÃES, Humberto Piragibe; MALTA, Christóvão Piragibe Tostes. *Dicionário jurídico*. Rio de Janeiro: Edições Trabalhista S.A, s/d. PIRAGIBE, Vicente. *Legislação penal: do Brasil e do estrangeiro*. São Paulo: Saraiva, 1932. v.2. VALLADÃO, Alfredo. *Da aclamação à maioria (1822-1840) e outros trabalhos históricos*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1973.

³⁸⁵ SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa e. *Preleções de direito pátrio público, e particular, offerecidas ao serenissimo senhor d. João Príncipe do Brasil*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1792.

³⁸⁶ *Ibidem*, p.139.

³⁸⁷ SAMPAIO, *loc.cit.*

Em muitas ocasiões, a própria polícia chegou a sugerir que se fizesse amplo uso dos perdões para, em climas festivos, amenizar os rigores das punições previstas no Código Filipino, garantindo assim a desejável recuperação da exequibilidade penal.³⁸⁸ O cárcere, por sua vez, era algo indesejado. O modelo punitivo prescrevia claramente que a estrutura carcerária era custosa e nem sempre atendia aos interesses da República ofendida:

[...] o cárcere se por huma parte serve de castigo, por outro conserva uma imensidade de homens inúteis, e ociosos, que em castigo de seu delicto são sustentados a custa dos concidadãos, que offenderão e constituem, hum peso ao estado [...].³⁸⁹

Segundo as *Preleções* de Sampaio, para que a República conseguisse o seu fim, era necessário o cumprimento de certas condições, e estas dependiam do desenvolvimento de alguns meios, como, principalmente, “a cultura das disciplinas, o aumento da população, a saúde dos povos, o comércio, a agricultura, as manufaturas”.³⁹⁰ É evidente que homens encarcerados não produziram esses bens para sua República. Assim sendo, a carta de seguro contribuiu com esses objetivos, ao permitir que os réus se “livrassem soltos de suas culpas”. Transportada do Reino português, a carta de seguro servira como instrumento de promoção do equilíbrio no vasto império, principalmente no que se referia aos pontos fracos da justiça e exercício do poder local. Ela tornou-se, sobretudo, um recurso organizador das noções de justiça da Capitania das Minas.

O pequeno reino português, necessitado de homens para seu povoamento e comércio dos povos, precisava do crescimento da população e, certamente, não era para encarcerá-la.³⁹¹ Para enfrentar essa situação, o favorecimento representado pela carta de seguro proporcionou a fórmula que bem atendeu à combinação necessária entre o código criminal português e o sistema concessionário de perdões e privilégios régios, equilibrando-se em seu duplo sentido

³⁸⁸ “Em ocasiões especiais, como Páscoa [...] lançar dos cárceres [...] a mesma polícia pede [...] que se usem deste e outros motivos públicos [...] cárceres cheios pela falta execução [...]” (SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa e. *Preleções de direito pátrio público, e particular, offerecidas ao serenissimo senhor d. João Príncipe do Brasil*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1792. p.179.)

³⁸⁹ *Ibidem*, p.176.

³⁹⁰ *Ibidem*, p.139.

³⁹¹ Sobre as preocupações com o crescimento e desenvolvimento dos povos, o aumento da população, os estudos sobre as ações pombalinas discutem esse tema (MAXWELL, K. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.). Sobre os esboços de medidas econômicas e as noções de economia política, o debate de Verney apresenta trechos esclarecedores do pensamento coevo (Cf. MONCADA, L. Cabral. *Estudos de história do direito*. Destaque para a parte que se refere ao iluminista português do século XVIII, Luis Antônio Verney, p.105-112.). Sobre os índices populacionais, Maxwell apresenta, como parte do programa da Conjuração Mineira, o capítulo que se refere ao prêmio às mulheres genitoras de muitos filhos, atestando, assim, uma clara política demográfica (In: FURTADO, Júnia (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.).

de signo do castigo e do perdão. Isso também compunha o programa do direito executivo do monarca, defendido no capítulo em que Sampaio tratou “Das partes integrantes do direito executivo”.³⁹²

Ele sustentou que o direito de punir também fazia parte dos poderes régios, argumentando o que ele entendia dessa parte dizendo que:

Por direito executivo entendemos a autoridade que os príncipes tem para fazer observar as suas leis. Para este fim he necessário que o Príncipe tenha auctoridade, primeiro de sancionar com certas penas as suas leis, segundo de julgar as ações dos súditos e terceiro de executar coativa e externamente as mesmas leis.³⁹³

Mas, como punir os crimes sem prender os homens? Resultante do binômio formado entre a graça e a punição, o tratamento da carta de seguro desvela a ambiguidade das relações hierárquicas no reino, demonstrando que a organização das justiças também refletia os quadros do modelo de monarquia corporativa. Segundo Hespanha, o sistema penal da monarquia corporativa caracteriza-se por uma estratégia correspondente à sua natureza política, afirmando que, se, no plano político, o poder real se confronta com uma pluralidade de poderes periféricos, assumindo-se como um árbitro, também no domínio da punição, a estratégia não se volta para uma intervenção punitiva tão efetiva no cotidiano das ações.³⁹⁴

O exercício penal realizado em vilas distantes do aparelho central de governo da monarquia portuguesa apresentava indícios dessa forma organizativa da justiça. Os processos ou conhecimentos de delitos efetuados através da atuação dos oficiais de justiça das Vilas, a prática local ou a ponta do poder, demonstraram que, após comprovação de existência do delito pelo procedimento da devassa ou da querela, abria-se nova etapa do processo ordinário. Isso significava que, depois de confirmada a ocorrência do ato delinquente, os envolvidos saíam “pronunciados a prisão e livramento”. Da prisão ele se livrava com o uso da carta de seguro, e o livramento somente se alcançava com o processo ordinário, no qual o acusado procurava mostrar suas razões.

A despeito de toda a aparente complicação, o sistema funcionava, e coubera aos nele envolvidos, sobretudo aos que estivessem na ponta da justiça local, encontrar os meios de descobrir e acionar suas redes de informação e contato. O paradoxo é que, ao mesmo tempo em que os perdões e a carta de seguro revelavam a incapacidade da Coroa em punir

³⁹² SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa e. *Prelecções de direito pátrio público, e particular, offerecidas ao serenissimo senhor d. João Príncipe do Brasil*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1792, p.1-20.

³⁹³ SAMPAIO, *loc cit.*

³⁹⁴ HESPANHA, A. M. (Coord.). *História de Portugal*. O Antigo regime (1620-1807). Direção José Mattoso. Lisboa; Portugal: Editorial Estampa, s/d. v.IV, p.239.

efetivamente seus súditos, eles exerciam uma perseguição e acabaram por fortalecer o poder real.

A combinação do “estilo”, jurisprudência escrita pelos trabalhos do Desembargo, com o rigor literal do texto legislativo, as *Ordenações*, encontrava um perfeito equilíbrio com a aplicação desse mecanismo. Noutras palavras, a rigidez sugerida pelo palavreado legal não teve funcionamento prático, tampouco a lassidão foi uma tônica predominante na estrutura punitiva. A forma como se combinou a esquivaça do cárcere com a manutenção dos culpados na mira dos executores da justiça local foi fator de promoção de equilíbrio. A performance presente nas pontas locais foi garantida pelo recurso da graça, concessões régias de toda sorte, e pela punição, exigência de subordinação à ampla matriz doutrinária.

Em artigo sobre a identidade, etnia e autoridade nas Minas do século XVIII, Russell–Wood conclui que os dispositivos do perdão e da graça poderiam exercer pressão no espírito dos indivíduos ou grupos, tornando os colonos menos resistentes ao mando da Coroa ou à centralização do governo.³⁹⁵

A carta de seguro, prevista no Livro I, Título 7, não recebia uma definição, apenas era tratada e discutida em mesa grande pelos conselheiros da Casa de Suplicação, sendo concedida pelos corregedores do crime nos seguintes termos:

Aos corregedores da Corte do crime pertence o conhecimento per nova aução, de todos os malefícios commettidos no lugar, onde nós stivermos, e de redor cinco légoas: com tal declaração, que se um cortezão, commetter algum malefício no lugar, onde a nossa corte stiver, contra outro cortezão, ou contra algum morador no mesmo lugar, e a cinco légoas de redor, ou contra algum de fora do dito lugar, e este cortezão for acusado por o tal crime perante o corregedor, onde quer que a corte então stê, que elle não possa declinar seu juízo, e pedir que o remetam aos juizes do lugar, onde o delicto for comettido.

Na sequência, o texto das *Ordenações* prevê que a parte pode requerer carta de seguro perante os juizes do lugar onde o crime foi cometido. As atribuições do corregedor foram executadas, nas Minas, pelo ouvidor, que acabou acumulando as funções de ouvidor e corregedor.³⁹⁶ Além desta, outras adaptações ocorreram com as distâncias e as alterações na organização da justiça local na colônia, sobretudo na capitania, e revelavam as qualidades e o

³⁹⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Identidade, etnia e autoridade em Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso. *Varia História*, Códice Costa Matoso, Número Especial, Belo Horizonte, Fafich/UFMG, n.21, p.100-118, jul.1999.

³⁹⁶ Regimento dos Ouvidores Gerais. O parágrafo 15 desse regimento determina: “como corregedor da Comarca podeis passar Carta de Seguro e Alvará de Fiança” (Cf. MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conselho Federal de Cultura, 1972. p.85.).

poder de pressão exercido por cada Senado da Câmara.³⁹⁷ O certo é que tão antigo instrumento, em exercício desde os momentos iniciais da organização das cortes portuguesas, a carta de seguro permaneceu em uso nas Minas até a instauração do Código Criminal do Império. No entanto, não apenas as cartas de seguro, mas os recursos das partes, inextricavelmente ligados às cartas, permaneceram.

Despido de suas complicações semânticas, o texto das *Ordenações* revela a existência da carta de seguro como mecanismo para responder aos crimes apresentados em diferentes instâncias e a intervenção da justiça régia em questões locais, a partir de certos procedimentos. Adaptações à parte, os autos da Comarca do Rio das Mortes revelaram que a carta de seguro permaneceu em uso por longo período. O direito concedido à parte ofendida de requerer a apresentação do réu para correr o livramento também foi muito utilizado, bem como foi mantido o costume de a justiça acusar, caso a parte não o quisesse fazer.

Destaque permanente em leis e manuais de prática, a questão das partes revelou que era proibido ao rei dar o perdão sem oferecer explicações aos ofendidos. Esse aspecto vem confirmar a compreensão acima apresentada sobre o dispositivo de coerção associado à incapacidade de governantes e oficiais de justiça em dar conta do movimento da população, sobretudo de suas queixas pautadas pelas noções do Antigo Regime, nas quais a indistinção entre público e privado era a tônica predominante.³⁹⁸

Além disso, o direito de voz às partes revela a importância relativizada da autoridade real, sobretudo no retorno da opinião dos súditos sobre a realeza. Segundo Hespanha, havia, na organização do conjunto doutrinário da monarquia portuguesa, um aglomerado de barreiras postas pelos direitos particulares à ação do poder político.³⁹⁹ Embora essa disposição já se mostrasse bastante atenuada nas últimas décadas do século XVIII e décadas iniciais do século XIX, muitos aspectos das antigas noções doutrinárias permaneciam, ou, pelo menos, influenciavam as práticas jurídicas, com a sustentação do texto das *Ordenações*.⁴⁰⁰

³⁹⁷ Russel-Wood, em *O governo local*, chama a atenção para o fato de que cada câmara exerce um poder de pressão, e sua organização, em termos de desdobramento de funções e cargos, pode variar de acordo com o tempo de existência e a pressão de seus representantes camarários. Indicativo disso é o documento, nos autos processuais, que afirma ser impossível que uma Vila tão antiga como São João del Rei não disponha de bons e competentes juízes, como já foi apresentado pelas palavras do Juiz de Fora Paula Monteiro, no ano de 1830 (RUSSEL-WOOD, A.J.R. O governo local na América portuguesa: uma estudo de divergência cultural. *Revista de História*. São Paulo: Vol. LV, no. 109, ano XXVIII, jan-mar, 1977. p 25-79)

³⁹⁸ SILVEIRA, Marco Antônio de. *O universo do indistinto*. Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997.

³⁹⁹ HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan*: instituições e poder político, Portugal século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. p.479.

⁴⁰⁰ O estabelecimento de marco cronológico para as noções de poder está presente em inúmeros textos sobre o Antigo Regime (Cf. “O que diz Hespanha em *As estruturas políticas em Portugal na época moderna*.” In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: UNESP; Instituto Camões, 2001.

Assim é que, não obstante as noções doutrinárias já tivessem estabelecido classificações nos direitos dos particulares, como forma de delimitá-los e transformá-los, ainda permaneciam os casos a salvo das intervenções do poder real. Dentre eles estavam os casos de direitos adquiridos por sentença, pois que o rei não podia prejudicar o direito obtido em juízo, nem revogar, alterar ou suspender as sentenças com trânsito em julgado. Acrescente-se a essa assertiva a questão ilustrada com a nota de Pegas, apresentando a explicação acerca da impossibilidade de o rei conceder perdão a crimes em que houvesse parte ofendida, sem que o réu obtivesse previamente o perdão da parte, pois se entendia que o ofendido obtivera, com a sentença, um direito à punição.⁴⁰¹

Os documentos que registraram as ações criminais já na década de 20 do século XIX, época de constituição da monarquia brasileira, envolvida nas disputas de sua constituição centralizada ou não, ainda apresentam os sinais de direito de partes nas ofensas e os desdobramentos jurídico-sociais de suas ações. A questão das partes, diferenciando entre si os autos estudados, pode ser demonstrada no caso entre João Teixeira e Germano José Cordeiro. O processo-crime, denominado no arquivo como libelo, começou com o procedimento de citação do primeiro que requereu, como parte, a apresentação da carta de seguro do réu Germano José Cordeiro. O autor João Teixeira, como ofendido, fez valer seus direitos de ser parte e forçou Germano, apesar de detentor da carta de seguro, a responder a um libelo acusatório em procedimento de livramento.

O processo no qual Germano estivera enredado pelo direito da parte de acusá-lo o deixou ativamente emaranhado nas malhas da justiça por um tempo de pelo menos três anos, embora, no final desse prazo, ele ainda não contasse com a sentença final, como diz a citação retirada do início do processo:⁴⁰²

Em pública e geral audiência que aos feitos partes e seus procuradores [...] foi dito que a instância de requerimento dito Autor seu constituinte [...] aquela audiência em a qual residia, o mesmo Autor trazia e vinha citado o Réu acusado Germano José Cordeiro, pardo trigueiro, filho de Maria Vitória

p.117-181). O mesmo acontece no artigo intitulado “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”, de António M. Hespanha. (In: FRAGOSO, João; BICALHO Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.163-188). Ângela B. Xavier e António M. Hespanha, discutindo acerca do caráter do poder, afirmam que, “por detrás, entretanto, desenvolvia-se um decisivo combate de retaguarda, no sentido de impor na consciência coletiva os fundamentos teóricos individualistas que suportavam as soluções prático-políticas propostas” (Cf. “A Representação da sociedade e do poder”. In: HESPANHA, A. M. (Coord.). *História de Portugal. O Antigo regime (1620-1807)*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, s/d. p.121-155).

⁴⁰¹ HESPANHA, *op. cit.*, p.480-481.

⁴⁰² Esse processo perdurou até o ano de 1833, embora tenha permanecido parado no intervalo de 1828 até sua data final.

parda para responder ao libelo acusatório visto achar-se com carta de seguro pelos ferimentos com aleijão na mão esquerda, praticados no mesmo Autor pelo que havia findo pronunciado o mesmo Réu e que outro sim havia sido citado para todos e mais atos judiciais até final sentença e sua execução completa.⁴⁰³

O libelo que envolveu os fazendeiros inimigos iniciou-se a partir da petição do Autor João Fernandes dos Santos, que:

[...] trazia e vinha citado o Réu Alferes Martinho Dias de Govea (sic) para na primeira audiência responder a ação de libelo crime acusatório por cabeça de seus escravos Matheos, Pedro, Mathias, e Manoel, conhecido por Maninho, todos pretos da costa d'África pela culpa que lhes resultou da querela que deles deu o Autor por graves ferimentos em seu escravo Domingos de Nação Mina, como melhor exporia em sua ação [...].⁴⁰⁴

Ao requerer a declaração pública de que o réu estava citado para audiência, sob pena de revelia, até a final sentença e execução, o ministro completou que “mandou apregoar ao Réu para todo o sobredito pelo mencionado Porteiro, que logo o apregoou na forma do estilo”. O réu, “debaixo do mesmo pregão”, compareceu com o solicitador de causas Antônio José de Oliveira Barreto, por ele e por cabeça de seus escravos. Nessa audiência, pediram vista da citação para embargos:

[...] a fim de mostrar que por hora não podia ter lugar a acusação sem que se findasse a Devassa que a Ex ofício de justiça se mandou proceder pelo mesmo caso da querela de que se trata, pois que ficando o Réu e seus escravos pronunciados nela, era certo, e sabido que se haviam de livrar em um só feito, e prosseguindo-se o contrário vinha a precisar de dois livramentos; o que lhes era prejudicial, e que estes eram os motivos de pedir a vista para Embargos, e que se necessário era desde logo oferecia em princípio dos mesmos Emnbargos o seu requerimento.⁴⁰⁵

Esse processo, com início em outubro de 1827, encetado pelas partes como autoras, terminou como feito da justiça. Isso indica que uma das partes se retirou, e, nesse caso específico, foram as duas que aceitaram.

Já no libelo que envolveu a promotoria de justiça e Antônio Ferreira Martins, em 1815, não houve a apresentação da parte, porque a ofendida não recorreu às justiças. No entanto, o réu não se livrou mais facilmente de sua culpa, porque seu procedimento de livramento foi efetuado pela Justiça. Nesse caso, o réu se apresentou, seguindo as orientações

⁴⁰³ ARSJ. Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, 1823.

⁴⁰⁴ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827.

⁴⁰⁵ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827.

das *Ordenações*, Livro 1, Título 7, parágrafo 5: “[...] E se parte alguma não acusar tal delinqüente, ou por não a haver, ou não querer acusar, e for tal caso, em que haja lugar a justiça, queremos que se não livre, senão perante o Corregedor da Corte.”⁴⁰⁶

Assim é que Antônio Ferreira Martins se apresentou, dizendo, em petição, que ficara pronunciado em devassa pelos ferimentos feitos em Joaquina Maria da Cruz e:

porque se acha seguro e q̃r entrar em seu livramento req̃r. seja citada a supda. para na primeira audiência deste juízo declarar se lhe quer ou não ser parte vindo o libelo acusatório pena de ser lançada e de se tomar o feito, e acusação pela justiça procedendo-se tudo a sua revelia.⁴⁰⁷

O extenso libelo que envolveu a promotoria da justiça como autora e José Dias Oliveira e outros como réus, a partir de 1820, desdobrou-se com muitas alterações. Iniciou-se com a justiça e, mais tarde, porque o ofendido desistiu do direito de “ser parte” e, no decorrer do processo, ele voltou a querer ser parte. Nesse caso, os réus já iniciam sua apresentação perante as justiças com a seguinte petição:

[...] seis de outubro de mil oitocentos vinte [...] Dizem o Capitão José Dias de Oliveira, o Tenente Joaquim José da Natividade, Joaquina Cândida de Jesus, e sua filha Dona Jezuína Onória de Jesus, que querelando deles neste Juízo por adultério, e o mais que consta da querela, Cazemiro José Gomes da Silva Flores, lhes deu perdão pela escritura pública inclusa, e como nestes termos não há parte que opusesse, e querem livrar-se destes supostos delitos, requerem a Vossa Senhoria seja servido mandar que o tabelião da culpa, como promotor da justiça venha a primeira audiência com o seu libelo acusatório contra os suplicantes autuando esta petição com as cartas de seguro dos suplicantes [...] lhe faça mercê de deferir [...] E receberá mercê [...].⁴⁰⁸

Em seguida, o processo relata o requerimento que alegou a necessidade de se copiarem as cartas de seguro e suas apelações dos autos de agravo da “injunta pronúncia” para “prossegurem os competentes termos e receberá mercê”.

Essa fase da praxe forense determinada pela apresentação da carta de seguro confirma que a concessão de um privilégio, lembrando que a carta de seguro era enquadrada na esfera de concessão régia como um privilégio concedido com a liberalidade do rei, não acontecia à revelia do direito dos súditos. Sua liberação era irrestrita, mas era também ritualmente controlada pelo poder conferido à justiça e ao conjunto dos súditos de citarem os réus. Essa

⁴⁰⁶ ARSJ, *loc cit.*

⁴⁰⁷ ARSJ. Libelo de A Justiça e Antônio Ferreira Martins, 1815.

⁴⁰⁸ ARSJ. Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820.

prática é uma situação reveladora de um exemplo da função de exercício em que o poder régio deve, em situações de punição e graça, fazer-se concorrente com o conjunto de seus súditos.

O emaranhado de situações em que a parte é representada nos autos vem sempre temperado com a ritualística da concessão. Assim, nas *Ordenações*, no Livro 1, Título LVIII, parágrafo 40, foi determinado:

E dará todas as Cartas de seguro em sua correição aos que lhas pedirem, e irão dirigidas para os Juizes das terras. As quaes porém não passará em caso de morte de homem, traição, aleive, sodomia, moeda falsa, tirada de presos da cadêa, offensa, ou resistência feita a official de Justiça, que pertence aos Corregedores da Corte, nem dos erros dos Tabellião, que se diga ter commetidos em seu officio, e de outros officiaes, de que o conhecimento pertencer ao Juiz da Chancelaria. E as cartas de seguro, que assi o dito Corregedor pode dar, não dará no lugar onde stiver o Corregedor da Corte.⁴⁰⁹

Depois que a parte ofendida era contemplada, através das inúmeras obrigações que o processo ordinário impunha ao réu, restava o espaço do ritual régio na forma documental. A concessão geral das cartas de seguro cumpria a função de estender o poder da graça real a todos os súditos. A lógica de tratamento em que os poderes reais, como o centro, são instados a relacionar-se com outros poderes, para fazer frente à constelação dos outros polos, advém do fato de que esse exercício político decorre do ordenamento do sistema jurídico-dogmático do Antigo Regime. Como já foi dito, a imposição de limites, no tocante aos comportamentos e ações de conjunto, se volta tanto para a concessão de graça, quanto para a garantia do direito do ofendido.

Noutras palavras, aparenta ser um paradoxo o fato de o poder real conceder a carta de seguro a todos os que a requeriam e, no entanto, atender ao direito público que a parte ofendida pretendia ver satisfeito, alcançando, em julgado, a punição do culpado. Para além das aparências, a teoria que ilumina esse binômio da punição e da graça é a noção jurídica do Antigo Regime. Assim é que Hespanha descreve:

Diferente é, pelo menos para quem a observa da perspectiva da arrumação dogmática atual, a situação no sistema jurídico-dogmático do antigo regime, em que as relações entre o poder e os particulares se configuravam e conceituavam fundamentalmente nos quadros dogmáticos das relações entre os particulares; em que, portanto, as pretensões do poder se equivaliam às pretensões dos particulares e, conseqüentemente, o tratamento normativo e

⁴⁰⁹ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Ordenações filipinas*. [Fac-símile] Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

dogmático dos limites do poder convive de perto com o dos conflitos de direitos entre privados.⁴¹⁰

Libelos recheados com as súplicas das partes constituem uma amostra da ritualística de distribuição da graça, mostrando que os limites do poder de punir estão muito próximos dos conflitos entre as partes privadas. Após a citação da parte, o réu seguro requer que, apresentada sua carta de seguro, lhe “seja passado contra mandado para não ser preso”. Os autos se estendem, descrevendo todo o procedimento, nos quais escrivães fazem o traslado, contendo todas as informações sobre quem escreveu, quanto pagou, onde se encontram os registros. Transcrevem também os despachos e suas petições.

O ato de reconhecimento pelo conjunto dos representantes régios, concedido aos oficiais de justiça nas medidas executadas, parece indicar a importância que o ritual adquire em tais procedimentos. Observado a partir de uma lógica cerimonial, o extenso palavreado ganha uma conotação diferenciada. Assim se apresentam os réus no processo entre a justiça e José Dias de Oliveira:

[...] que está neste mesmo juízo aonde o suplicante se apresentou com ela (a carta de seguro) se passe contra mandado pedindo para não ser preso durante o ano prorrogado pedia Vossa Senhoria se digne deferir como o suplicante requer e receberia mercê [...].⁴¹¹

Recebido o deferimento, assinado e registrados os valores pagos de selo, segue-se uma nova petição, em que se repete o que já fora relatado na primeira, com os acréscimos:

E porque está a acabar-se no dia três ou quatro de Fevereiro próximo seguinte, e temer ser preso [...] solto querer mostrar sua inocência requer a Vossa Senhoria se digne lhe passar segunda carta de seguro nos mesmos termos da primeira e que corra o ano dela do dia imediato com que acabar o tempo daquela pagos os Novos Direitos pedia a Vossa Senhoria seja servido mandar-lhe passar a segunda carta de seguro negativa por um ano na forma acima requerida e receberia mercê.⁴¹²

⁴¹⁰ HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. p.477.

⁴¹¹ ARSJ. Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820.

⁴¹² ARSJ, *loc cit.*

Informado pelo escrivão,⁴¹³ despachado, pagos novamente os Novos Direitos, registrados no Livro Segundo da Receita dos rendimentos remissíveis, foi passada a segunda carta:

Dom João por Graça de Deus, rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves da quem e dalém mar em África Senhor da Guiné e da Conquista Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da India etcetera. A todos os Doutores, Desembargadores, Corregedores, Ouvidores, Provedores, Julgadores, Justiças Officiais e mais pessoas dela destes Meus Reinos e senhorios de Portugal e suas Conquistas aqueles a quem onde e perante quem e a cada um dos quais esta minha presente e mais verdadeira Segunda carta de seguro negativa dada e passada a requerimento da parte que a pediu e requereu em forma virem e lhes for apresentada e o verdadeiro conhecimento dela com Direito diretamente deva e haja de pertencer os seu devido efeito inteiro cumprimento e sua real e verdadeira execução com ela da minha parte se vos pedir e requerer por qualquer modo forma título maneira Documento ou Razão que seja e possa a todos em geral e a cada um dos quais em sua respectivas jurisdições e distritos etcetera [...].⁴¹⁴

Considerando que a primeira carta de seguro foi concedida em um simples expediente de despacho e “passe”, esse palavreado é específico da segunda carta. As diferenças se justificam pela esfera concessora das cartas. Se a primeira carta fora concedida em instâncias da comarca, a segunda já fora um ato de concessão do Desembargo do Paço. Esse procedimento de requerimento de segundas e terceiras cartas de seguro ao Desembargo fora previsto na lei de 10 de janeiro de 1692: “E quando tiverem justas causas que lhe impedão acabar seus livramentos no dito anno, recorrerão ao Desembargo do Paço que lhe poderá prorrogar mais outro anno [...]”.⁴¹⁵

E exatamente por esse motivo, os escrivães do Desembargo escreveram em nome do Rei:

Faço-vos saber em como na Vila de São João [...] Minas [...] no Juizo da Ouvidoria Geral dela, perante o Doutor Joaquim José de Almeida Juiz de Fora e órfãos desta Vila e seu termo servindo presentemente de Ouvidor Geral e Corregedor da dita Comarca no impedimento do próprio com alçada no Cível e Crime lhe foi feita uma petição [...].⁴¹⁶

⁴¹³ Curiosamente, segue a nota na informação ao “Ilustríssimo Senhor Doutor Ouvidor” de que o “Escrivão da culpa do suplicante é o primeiro tabelião desta Vila cujo ofício está ao presente sem serventário, e o cartório feixado, e por isso impossibilitado de informar ou outro por ele: portanto requer a Vossa Senhoria se sirva deferir como tem requerido a suplicante sem dependência da dita informação visto Vossa Senhoria está a sair desta mesma Vila em diligência do seu nobre ofício como é público, e para parte distante e receberia mercê.”

⁴¹⁴ ARSJ, *op. cit.*

⁴¹⁵ Lei de 10 de janeiro de 1692.

⁴¹⁶ ARSJ. Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820.

O mesmo palavreado se seguiu, repetindo informações de como ele requereu, solicitou, pagou, o que não foi de poucas custas, acompanhado das ordens de “a cumprir e guardar e da forma como nela contém”. Declara, em seu cumprimento, que, “por virtude dela, Hei por bem e Me praz de segurar como com efeito está seguro por tempo de um ano ao suplicante”. Assim, um dos réus do processo, o Capitão José Dias de Oliveira, ficou solto para se livrar dos crimes declarados na carta de seguro, ficando obrigado a anexá-la aos autos do livramento.

Voltam a emergir a punição e a graça. Se a carta de seguro, com o poder de permitir que o réu se livrasse solto, é um privilégio concedido, o outro lado da moeda é a fase do livramento como etapa da punição aos malfeitores. Os processos com carta de seguro mostraram que a fase do livramento e citação das partes sempre colocava os réus em uma posição de dificuldade, além de muitos casos se estenderem por longos anos. Cumpre, no entanto, lembrar que essa constatação se deu apenas a partir da leitura da documentação dos libelos e, diferentemente deles, a consulta ao rol dos culpados indicou os nomes de muitos criminosos que apresentaram carta de seguro e, em seguida fugiram, sem completar seus processos de livramento.⁴¹⁷

A ordem da prática forense aqui perseguida, através dos autos de livramento, formava o emaranhado processual. Compunha-se dos desdobramentos resultantes das ocorrências e mudanças introduzidas pelas alterações que, com o passar do tempo, transformavam o ritmo e a argumentação do processo em curso. Não foi fato incomum que o acréscimo de informações novas jogasse o processo em situações inesperadas, desembocando em paralisação dos procedimentos, perpetuando os casos em que os autos se transformavam em registros sem condições de receber sentença final. Assim é que o réu, ao lado dos outros com ele envolvidos na denúncia de infidelidade,⁴¹⁸ se viu em situação de livramento ao qual não poderia “levantar mão sem que de todo seja findo e acabado”. Pelo livramento, o réu devia responder mesmo que tivesse apelação ou agravo a qualquer instância a que o feito devesse subir “e residirá em todas as audiências em que dever falar ao mesmo feito e a cumprir com todas as mais obrigações, sujeito e obrigado na forma das Ordenações do Reino pois que desta forma é que está seguro.”⁴¹⁹

⁴¹⁷ Ver capítulo quinto da segunda parte desta tese, sobre o estudo do rol de culpados e da composição dos envolvidos na justiça colonial.

⁴¹⁸ Ver, no capítulo quinto da segunda parte deste estudo, os tipos de criminalidade e desavenças que desembocam nesses processos, como também a análise das questões sociais que alteram o rumo dos processos.

⁴¹⁹ ARSJ. Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820.

Nas malhas da justiça, os réus encontravam-se submetidos à imposição da ordem, mesmo contando com a graça real, porque nem sempre os contendores queriam perdoar suas partes, jogando-os em grandes apuros. Os réus - José Dias de Oliveira, o tenente Joaquim José da Natividade, Joaquina Cândida de Jesus e Dona Jezuína Honória de Jesus - envolvidos na querela que deles deu o Cazemiro José Gomes, foram pronunciados à prisão e ao livramento e recorreram à carta de seguro.

Livres da prisão, mas não da justiça, estavam condenados a proceder ao livramento, residindo em todas as audiências.⁴²⁰ Isso lhes provocava grande desconforto, como bem revela a petição que dirigiram ao Desembargo do Paço. Nela, requereram que, por dificuldade de seus negócios, precisavam de autorização especial para residir nas audiências por seus procuradores. Tudo isso foi despachado e registrado na Chancelaria Mor do Reino do Brasil a folhas 41 do Livro 17 das Provisões, Cartas e Alvarás, no Rio de Janeiro, em 07 de outubro de 1819.

O que alegaram esses réus para não comparecerem pessoalmente às residências?

Dizem o Capitão José Dias da Natividade, o tenente [...], Joaquina [...], e sua filha Jezuina [...] suplicantes [...] e como querem os termos do livramento ordinário, e lhe é muito penoso e mesmo prejudicial residir pessoalmente nas audiências porque o primeiro suplicante se emprega diariamente no comércio e giro de seu negócio, e o segundo no ofício de pintar e atualmente se acha pintando a Igreja Matriz das Carrancas e as suplicantes mulheres pela fragilidade e decência do seu sexo em cujas circunstâncias imploram a Vossa Majestade a graça de lhes conceder Provisão Régia para poderem residir nas audiências pela pessoa de seu procurador, portanto pedem a Vossa Majestade seja servido fazer-lhes a Graça que imploram e receberá mercê [...].⁴²¹

O despacho da petição com provisão régia, portanto, em nome do Rei D. João, fez saber a todos que a vissem que, frente ao que alega e ao que informou o escrivão da culpa, estariam os réus autorizados a residir por seu procurador nas audiências do Juízo. Tudo isso

⁴²⁰ O glossário das espécies documentais organizado por Heloisa Liberalli Belloto, em *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823)*, coordenação de José Jobson de A. Arruda, apresenta o verbete para residência como: “inquérito ou sindicância mandada tirar por autoridade da Justiça para averiguar o procedimento de autoridade durante sua gestão. A residência era ordenada por uma Provisão Real. No caso dos governadores, embora não fosse obrigatória sua realização, a residência era tirada, muitas vezes.” O conceito de residência para esta pesquisa foi dado pelo próprio documento, utilizando a já lembrada fórmula recontada por Clotilde Paiva: o melhor conceito é perguntar ao documento. Nele, residir está claramente definido como o ato de comparecer às audiências. Esse conceito de residência é diferente daqueles que se relacionaram à sindicância sobre as autoridades.

⁴²¹ ARSJ. Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820.

recebeu mandado de cumprimento e guarda, mediante os pagamentos de todos os novos direitos.⁴²²

Embora os novos direitos fossem taxas instauradas a partir da restauração portuguesa, seus bastidores estão delineados pelo costume de venda de ofícios, em leilão, a quem mais oferecesse, a partir do decreto de dezembro de 1740. Algumas hesitações que se seguiram nas décadas de 1760 e 1770 perderam sua força para, finalmente, o sistema de donativos ser restaurado definitivamente em 1799, “para as serventias dos serviços da justiça”.⁴²³

As formas de tratamento, taxas e selos nos autos de libelo refletem esse pagamento das serventias, principalmente nos impostos dos novos direitos. As inúmeras confirmações de que o peticionário pagaria mercê remetem para a quantidade de taxas que movimentaram os ofícios. Todas as serventias eram pagas pelos usuários do serviço e é nesse sentido que se percebe que, enquanto livrava-se solto, o réu estava enredado nas malhas do poder.

Os delitos com partes eram resultados de desafetos locais ou do envolvimento na esfera privada e, assim, os contendores exploravam ao máximo as oportunidades que mais prejudicariam seus oponentes. Os giros de negócio ou os trabalhos das fazendas estariam definitivamente comprometidos, caso fossem obrigados a residir pessoalmente nas audiências. Muito embora, como já foi mostrado, a graça real cobrisse as brechas da lei e todos os problemas, mesmo os dos conflitos e delitos aparentemente sem solução, a justiça real se mostrava dentro de sua mais perfeita lógica, combinando punição e perdão. Os réus não foram presos, como previa o rigoroso Livro V das *Ordenações Filipinas* nos Títulos 25 e 117,⁴²⁴ não residiram pessoalmente, como ordenou o mesmo Livro V, Título 124, parágrafo 20, no entanto, foram punidos. Estiveram enredados nas malhas da justiça real, pagando as taxas e custeando um sistema social e administrativo em funcionamento dentro de toda sua previsibilidade.

Pensando a organização de uma sociedade que se comporta com noções não capitalistas de tempo, tende-se a imaginar que as audiências não provocassem desgastes maiores, mas não é o que os processos demonstram. As distâncias territoriais e as formas de organização dos trabalhos comprovam que as ocupações profissionais dos réus os impediam de responder pessoalmente nas audiências. Os acusados no crime de infidelidade, infiéis e seus consentidores, se viram em dificuldade com a residência nas audiências, como também

⁴²² Os impostos de Novos Direitos foram criados a partir da restauração portuguesa e referiam-se aos tributos que se cobravam das ações e cargos de oficiais de justiça. Ainda sobre os pagamentos de serviços e mercês relativos a graças, incluindo nelas o serviço, ver a parte que se refere à venalidade dos cargos, no capítulo sobre a organização da justiça nas Minas. O glossário organizado por Figueiredo e Campos, *Código Costa Matoso*, apresenta Novos Direitos como tributos pelos quais se paga pelas mercês que el-rei faz (v.II, p.110).

⁴²³ Cf. HESPANHA, A. M. As estruturas políticas em Portugal na época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001. p.138.

⁴²⁴ O próprio documento cita os artigos nos quais os réus estavam incursos à p.21.

se viu o fazendeiro querelado juntamente com seus escravos.⁴²⁵ O teor diferenciado das disputas se definiu desde os motivos pelos quais as partes querelaram e requereram a justiça real para arbitrar suas queixas, até as dificuldades impostas pelo movimento físico, ao cruzar estradas e arrancar a sobrevivência em uma sociedade marcada pela exiguidade material.⁴²⁶

Após intentar os embargos, que não foram conseguidos, o réu procurou aliviar os transtornos provocados pelas suas rusgas com seu vizinho inimigo. Apregoado, o réu fazendeiro compareceu e apresentou a seguinte petição:

Diz o Alf. Martinho Dias de Gouveia pr. cabeça de seus escravos Simão, Mathias, Pedro, Manoel e Matheo, q. obteve o seguro incluso a favor dos mmos. Pelo crime de Querela, q. deles deu João Frz, pr. Este Juízo de Fora, e pr. q chegaram da Frega. De Lavras, e da Fazda da Chamusca onde o supe. é morador, precisando voltar pa. as ocupações do serviço do supe, pr. isso lhe é penoso, e prejudicial ficarem aqui retidos até Auda. de segunda feira 12 do corre. a fim de se apresentarem com o mesmo seguro, requer pr. tanto a V. S. se digne mar. Q selhe tome no Cartório o necessário tro. de apresentação havendo-se assim pr. apresentados e q. se lhe passe contra mando. pa não serem presos durte. o tempo do mmo. Seguro [...] P a V.S. se digne pr equidade assmo. o mandar. ERM.⁴²⁷

Essa petição foi deferida com a seguinte observação:

Tome-se-lhe o termo de apresentação, mas deve saber o supe. que os Réus q. se livram seguros tem obrigm. de se apresentarem nas audiências perante os seus julgadores na forma da Ord. L. 5º tto. 124, parágrafo 20. São João, 9 de março de 1827. Monto.⁴²⁸

Despachado por Paula Monteiro, o processo seguiu com a escrita do termo de apresentação. Nele se registrou que o Alferes Martinho Dias de Gouveia e seus escravos compareceram pelos crimes constantes e apresentaram suas cartas de seguro negativas pelo

⁴²⁵ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827.

⁴²⁶ Sobre a movimentação na colônia, refletindo os deslocamentos pelo território e o desdobramento interno da exploração, tem-se o debate sobre as condições de reprodução da riqueza colonial marcada pela mobilidade com exploração das fronteiras. Nessa linha, trabalhos clássicos são resumidos no capítulo que trata os modelos interpretativos da economia colonial, por João Fragoso, em *Homens de grossa aventura* (Cf. FRAGOSO, João L. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.). Pontualmente, Sheila de Castro Faria trata do movimento na colônia (Cf. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998), além da abordagem de Hebe Mattos sobre o significado da liberdade do deslocamento (Cf. MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995). O trabalho de Silveira, *Fama pública*, discorre sobre a riqueza das informações cotidianamente relatadas em brigas jurídicas, levadas à condição de libelo e devassas no século XVIII (Cf. SILVEIRA, Marco Antônio. *Fama pública: poder e costume nas Minas setecentista*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. Doutorado em História Social.)

⁴²⁷ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827.

⁴²⁸ ARSJ, *loc cit.*

tempo de um ano. Dizia o termo que a carta fora “alcançada pelo Juízo da Ouvidoria Geral aos três dias do mês de março do corrente ano, tudo na forma da Petição e Despacho retro e de como assim o disse e se apresentou com os ditos Escravos de que dou fé”.

A apresentação dos réus com sua carta de seguro, dirigida ao Juízo da Ouvidoria Geral, perante o Doutor Francisco da Cunha de Almeida e Albuquerque, o ouvidor, repetiu as informações já dadas, referindo-se ao seu autor e seus escravos, acrescentando em petição que: “[...] a sua notícia chegou serem pronunciados em querela, que do suplicante e outros, deu, pelo Juízo de Fora desta Vila, João Fernandes dos Santos, seu vizinho, e inimigo capital [...]”.⁴²⁹

Nessa altura do processo, a novidade está na inimizade dos fazendeiros em disputa, o que desemboca numa série de prejuízos aos negócios do réu, conforme os autos registraram. A argumentação, inspirada nos modelos dos praxistas, dizia que os réus “teme[m] sejam presos antes da verdade sabida, e soltos quer[em] mostrar a inocência em que se acham a respeito, bem como, a calúnia, do suplicado”,⁴³⁰ serviu para receber o contramandado de prisão.

Contendo a mesma ritualística, “hei por bem e me praz de segurar como com efeito por esta seguro”, o documento registra a obrigatoriedade da apresentação perante as justiças, a quem competir, para o livramento no prazo “prefixo termo de nove dias”, para fazer citar a parte.

Sem poder levantar mão, antes que todo o processo terminasse, até cumprir todas as obrigações, os réus tiveram que aguardar o desenrolar das audiências. O autor da querela sabia dimensionar muito bem os muitos desarranjos provocados ao seu inimigo capital: o réu Alferes Martinho Dias de Gouveia deveria ficar fora de suas terras, com muitos escravos parados, durante longo tempo. Todo o procedimento dos autos registrados revela que, além da sentença, a ordem processual já representava uma coleção de transtornos, que bem poderia ser equacionada a uma punição. Mais que sentenciar propriamente, o autor queria provocar seu inimigo, a parte de quem querelara, e o réu querelado muito se movimentou para diminuir as perturbações que sofreria.

Lembrando que as seções de apresentação da citação inicial, seguidas da apresentação da carta de seguro, datam dos dias 03 e 09 de março de 1827, a sequência dos autos vem com data de outubro do mesmo ano. Nessa altura, o réu tentou argumentar em favor do embargo

⁴²⁹ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827.

⁴³⁰ ARSJ, *loc cit.*

do libelo, alegando que o processo de devassa deveria terminar antes que fosse recebido o libelo.

Diz o Alfs. Martinho Dias de Gouveia, que foi citado por cabeça de seus escravos Pedro, Matheus, e outros, a reqto, de João Fernandes dos Santos, para Libelo acusatório, por bem de Querela, q. dos mesmos, e do supe. pr. este Juízo, sendo unicamente aqles. pernunciados (sic), cuja citação se lhes acusou, em auda. de ontem 4 do corre. 8bro, pediu o supe. vista, pa. Embgos. a dita citação, e acusação, por não dever esta, progredur (sic) sem que 1º finde a Devassa a que Ex ofício, de Justiça se procedeu pelo mesmo caso, em razão de se dizer, q. houveram ferimentos no rosto, sendo certo q. havendo prenuncia na da. Devassa, contra os falados escravos, a inda contra o supe., se deve, tratar do Livramento e ‘pertença’ acusação, do supdo. em um só feito, e como, se mandou, em deferimento da. Auda., subir os autos a conclusão, pa. melhor resolver, precisa o supe. juntar a procuração, para pr. bem dela, e pr seu advogado, deduzir o direito q lhe compete, e recorrer, quanto for necessário pr. seus procuradores, para não ir indefeso, pr tanto P. a V. S. se digne mdar., que o Escrivão respectivo junte, esta, com a proca.rm inclusas aos autos antes de subirem a conclusão. ERM [...].⁴³¹

Demonstrando que acompanharia de perto os procedimentos legais e não abrindo mão do direito de ser parte, o autor João Fernandes requereu o acompanhamento de tudo e revelou conhecer perfeitamente os transtornos que a justiça provocaria ao réu. Em 05 de outubro fez a citação para se informar se os escravos do réu compareceram à audiência.

Diz João Fernandes dos Santos, que na Acusação cre. que faz ao Alfs. Mato. Dias de Gouva. pr cabeça de cinco Escravos seus, na Auda. de ontem quatro do corre. mês de 8bro.acusou o supe. a citação feita ao supdo .para se ver acusar pr cabeça dos dos. Escravos, onde residiu o supe pr. cabeça do seu Esco. Domingos de Nação Mina, que também estava presente, faz mto. a bem a Justa. do supe. que o Escrm. dos Autos lhe ajunte esta, e passe cettidão nos mmos. se os ditos escravos do supldo. residiram na Auda. ou se se apresentou licença pa o Réu Sr. Residir pr cabeça os mmos Escravos e isto tudo em modo que faça fé.

P. A V.S. se digne mdar. Junta esta aos autos e cumprir o Pm [...] qto se reqr//. Na forma requerida. ERMce.⁴³²

O requerimento datado de 05 de outubro de 1827 foi respondido com certidão de fé que informou ter, na audiência do dia 04 de outubro, o autor acusante, João Fernandes, “trazido citado ao Réu”, e ter residido na mesma audiência por cabeça de seu escravo Domingos de Nação Mina, que este também estivera presente, residindo na audiência em questão. A mesma certidão registrou ainda que o réu Alferes Martinho Dias de Gouveia

⁴³¹ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827, p.14.

⁴³² ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827.

também residiu por cabeça de seus escravos Simão, Pedro, Mathias e Manoel, mas que estes não residiram, e não foi apresentada licença para o réu senhor residir por cabeça dos mesmos escravos.

A insistência de João Fernandes tinha sua razão. Certamente, ele conhecia que o procedimento de audiências demoraria e, como homem também fazendeiro, conseqüentemente, calcularia as dificuldades que o Alferes Martinho de Gouveia, seu inimigo capital, teria de enfrentar, quanto mais ele usasse de delongas para complicar o processo.

Assim, no dia 06 de fevereiro de 1828, foi apresentada a seguinte petição do réu:

Diz o Alf^s Martinho Dias de Gouveia, q. precisa tratar do livramento crime p.^r. Cabeça de seus Escravos, Pedro, Manoel, Matheus, Mathias, e Simão todos pretos da Costa, p.^r. Crime de Querela q. deles deu João Fern^{des} dos Santos p.^r. Cabeça de seu Escv^o. Dom^{os}. e porque não lhe é possível residir pessoalmente, junto com eles, para os autorizar, em razão das continuadas enfermidades que padece 2^o consta da Atestação inclusa cujas moléstias progridem em aumento, Requer a V. S. se digne conceder licença p.^a. Residir ele sup.^e. p.^{la}. Pessoa de seu proc^{or}., juntamente com os falados Escr^{os}. Visto q. p.^r. motivos da d.^a. Moléstia requereu ao Tribunal do Desembg^o. do Passo, Provisão p.^a. o m^{mo}. fim onde obteve desp^o. em sua requisição determinando, ao Juiz da Culpa, que então servia p.^{la}. lei Baptista Caetano de Alm^{da}, informasse, sobre o d.^o. objeto, e entregando-se-lhe a m^{ma}. súplica, e fala do Desp^o. não foi assim informado, e se o foi, não se sabe se com efeito regressou p.^a. o d.^o. Tribunal, ou se teve descam^o. e desta forma, esta o sup.^e. nas circunstâncias de jamais ter tp^o p.^a recorrer de novo, p.^r tant^o [...].⁴³³

A situação das leis do mundo escravista também vem à tona. Os escravos não possuíam personalidade jurídica, portanto, ficou a cargo de seu senhor cuidar dos seus livramentos. Nesse caso, mesmo o senhor não tendo saído pessoalmente pronunciado na devassa e na querela que lhe foram movidos, ele não escapara das malhas extensíveis do poder, por ser, na sociedade escravista, o responsável por seus escravos, ao mesmo tempo em que era também o principal interessado em livrá-los das redes da justiça.⁴³⁴

⁴³³ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827, p.59.

⁴³⁴ Sobre a sociedade escravista e sua organização jurídica, ver, dentre outros LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990; MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil*. Ensaio histórico, jurídico, social. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. A sociedade escravista de Minas Gerais vem sendo intensamente estudada a ponto de Maria Beatriz Nizza Silva considerar que foi exageradamente estudada (Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998). Mas a inserção social desses escravos em Minas, sobretudo, sua participação em crimes e demandas, ao lado do senhor, justifica o amplo interesse em conhecer essa grande parcela da população em território mineiro. Sobre os primeiros estudos escravistas em Minas, ver LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988; MARTINS, Roberto B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1982. Mimeo.; SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. 1985. Mimeo.

Dessa mesma sorte, em 20 de março de 1828, o processo, já com um ano de andamento no tribunal da culpa e depois das inúmeras audiências, vistas, provisões com extensa ritualística, foi apresentada segunda carta de seguro. O réu Alferes voltou a requerer:

Diz o Alferes Martinho Dias de Gouveia, p^r. Cabeça de seus Escravos, Simão, Mathias, Manoel, Pedro, e Matheus, naturais da Costa d' África, m^{or}. na sua fazenda da Xamusca desta Freguesia de Lavras do Termo da Vila de São João D'El Rei, e distante desta [Vila] vinte léguas, que querelando p^r este Juízo de Fora João Fernandes dos Santos p^r Cabeça de alguns seus escravos daqueles do sup^e. p^r supostos ferimentos, que falsa, e aleivozamente atribuiu aos do sup^e. se acham estes em livram^{to}. acusando-os o sup^d. [que obteve p^a. si o sup^e, porém não para os ditos escravos] que obteve de V. S. residir seu Procurador, graça q. também obteve p^a si o sup^e, porém não para os ditos seus escravos, que tendo estado na Vila p^a residirem no mês de novembro do ano próximo passado vinte dias e voltaram p^r se aproximar as Férias de Natal, e tornando em Janr^o deste ano, estiveram cinquenta dias, e tornaram a voltar, dizendo o Procurador do sup^e que pela saída de V. S. não se concluiu a residência, devendo p^r isso tornarem p^a a Vila depois das Férias da próxima Páscoa, no que sofre o sup^e graves prejuízos e m^{tos} incômodos, ocasionando, que de propósito demora os termos da acusação para vexar ao sup^e q. requer a V. S. em vista das razões, e motivos alegados, haja de conceder também licença para os ditos escravos do sup^e residirem p^r. seu Procurador, no q [...].⁴³⁵

Com a subscrição de Lavras e assinado A...Cout^o, em 20 de março de 1828, foi deferida a autorização requerida com a sustentação de que em “face das razões ponderadas na petição, mostrando que todo o contratempo dos escravos e as audiências contribuíram para a extensão dos processos”.⁴³⁶

No entanto, ao analisar os motivos dessa extensão e atentar para as diferentes situações que motivaram os autos, observa-se que o funcionamento da justiça estava vinculado aos princípios de direito vigentes e sustentado em instruções legais divulgadas e, muitas vezes, conhecidas e citadas. Frente a essas constatações, a questão que se coloca e ilumina tal incursão nas fontes é se a extensão dos processos se dá mais em função do poder exercido pelo controle que oficiais locais têm sobre os procedimentos ou se o fazem sustentados numa determinada forma de organização do direito vigente.

Embora não faltassem aqueles que responsabilizavam os escrivães pela lentidão dos processos, atendendo aos seus interesses particulares, pois recebiam por página escrita,⁴³⁷

Debate amplamente enriquecido com um amplo desdobramento de dissertações resultantes de pesquisas locais sobre as relações escravistas estabelecidas nas Minas Gerais.

⁴³⁵ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827.

⁴³⁶ ARSJ, *loc cit*.

⁴³⁷ O desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza sugere que escrivães teriam interesse em estender-se em escritas desnecessárias de partes dos autos, uma vez que recebiam por página escrita. Sobre as críticas ao

após o estudo detalhado dos autos, a demora ganha outra compreensão. O ritual da justiça régia permite afirmar que os processos demoravam porque atendiam à lógica organizacional da administração portuguesa, e, mesmo se, em alguns casos, as delongas partissem do interesse de algum escrivão mais atento com seus rendimentos, os embates entre os oficiais, solicitadores de causa e advogados demonstram que eles acompanhavam a interpretação dos fatos e das leis vigentes.

O réu peticionário sugeriu, em seus argumentos, que o processo se teria estendido em função de demoras na acusação, mas o cruzamento entre as informações contidas nos autos e os tratados dos praxistas tem revelado que as demoras são resultantes de brechas e de formas específicas das noções da judicatura portuguesa. Nenhum dos comportamentos foi adotado em desobediência à lei, da mesma maneira que nenhuma das petições foi despachada com indeferimento. Todas as provisões requeridas, mediante taxas, foram concedidas.

Revelando acompanhar e debater as formas praticadas do direito, advogados e oficiais não se mostraram, perante a lei, pessoas com completa autonomia no julgamento de terceiros. Os processos têm sugerido que, numa sociedade de iletrados distanciados dos centros difusores do ordenamento jurídico, a diferença residiu muito mais no domínio exercido pela posse da informação do que, propriamente, no exercício de cargos de oficiais de justiça. Se a disputa se mantivesse num patamar em que os autores ocupassem o mesmo plano de acesso às fontes de informação das regras do direito, a situação ficaria muito menos em mãos de agentes locais de justiça. Os oficiais eram submetidos ao controle da rede de advogados em disputa no exercício da procuradoria de representados. Os níveis de disputa entre os colonos, coexistentes no domínio dos negócios e práticas locais, facilitaram ou dificultaram a eficácia da justiça régia.⁴³⁸

Cumpre, no entanto, salientar que não acontecia a mesma coisa quando a situação envolvia sujeitos desiguais em disputa. Exceção dos autos que envolveram a Justiça e Cazemiro, as disputas oficializadas tenderam a acontecer entre pessoas de situação social próxima ou mesmo pessoas com grau de parentesco.⁴³⁹

processo de administração da justiça, ver “Administração da justiça nas Minas”, *RAPM*, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano I, p.3-21, 1896. Alvará providenciando a breve expedição dos processos datado de 05 de março de 1790. (Cf. *COLLEÇÃO* da legislação portuguesa desde sua última compilação das *Ordenações*, redigida pelo desembargador Antônio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790. Lisboa: Na typografia Maigrense, 1828. p.58.)

⁴³⁸ Sobre a variação da capacidade do poder real de se inserir em assuntos de solução ou disputa local, ver artigo de Russel-Wood sobre o governo local na América portuguesa (Cf. RUSSEL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, ano XXVIII, n.109, v.LV, p.25-79, jan.-mar.1977).

⁴³⁹ Raros são os casos que envolveram disputas entre desiguais. Nesse sentido, observa-se que os protagonistas escravos, apesar de comporem o cenário de muitas querelas, demonstrando sua ampla atuação no dinamismo

Diante disso, pode-se perguntar sobre os motivos da extensão de todos os processos. Já foi dito que o libelo-crime que envolveu Germano José Cordeiro e João Teixeira perdurou de 1823 até 1832. O que envolveu a Justiça e Antônio Ferreira Martins começou em 1814 e foi interrompido em 1815. O caso que envolveu em libelo-crime os fazendeiros João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, com seus escravos, se estendeu de 1827 até 1830, apresentando ainda requerimento de certidão dos autos em 1833. O libelo entre as partes de Caetano Alves de Magalhães e Miguel Teixeira de Carvalho com Severino, seu pardo escravo, teve início em 1829, interrompeu-se em 1831 e recebeu sentença em 1833. E a citação que envolveu em libelo-crime a Justiça e José Dias de Oliveira teve seu início em 1820 e apresentou registros até o ano de 1822. O que constaria de tais processos que os levaria a se estender? As questões levantadas nos processos estavam dentro dos padrões da legalidade? Ou, ainda, perguntar-se-ia sobre o controle que os escrivães ou oficiais de justiça detinham ao exercer seus ofícios? Pensando a questão pelo outro lado, seria o caso de perguntar se a legislação teria sido aplicada de forma confiável, frente à habilidade desenvolvida pelos oficiais e juízes em controlar o andamento dos processos?

Quantificar o nível do controle, dizendo quanto foi exercido, não é possível através do estudo dos autos; acreditar que oficiais não possuíam caminhos de facilitar ou dificultar as ações processuais é assumir grande dose de ingenuidade; no entanto, afirmar categoricamente que os processos evoluíram, respondendo sempre dentro das expectativas de controle sobre os oficiais que nele atuaram, também é simplificar, em via inversa, a complexidade das ações exercidas em rede por um conjunto numeroso de pessoas.

Diante da recusa em tecer a compreensão das ações processuais através do fio aberto por uma das possibilidades dicotômicas, evitando o balançar de um extremo a outro, resta a opção de entendimento dos casos autuados através da metodologia de cruzamento das fontes, opondo, de um lado, o efetivo exercício das ações judiciais e, de outro, a pregação ensinada pelos praxistas ou mesmo as ordens dos textos de lei. A pesquisa tem demonstrado que os agentes da justiça colonial, e até mesmo os magistrados, não detiveram suficiente poder para silenciar a imensa rede social de causas e questões que circulava no foro judicial. Todos eles, oficiais, advogados e solicitadores, conheciam os ensinamentos das práticas forenses, e o dilatamento dos processos relacionava-se mais diretamente com os argumentos das partes. É

social, figuraram em um número muito inferior de processos oficializados. As querelas envolvendo escravos e os processos de carta de seguro para os escravos revelam a presença dos cativos que, ao lado de seu senhores, brigavam com os escravos dos inimigos. Isso mostra o quanto os sujeitos escravos estiveram presentes nas cenas sociais da mesma forma que o seu vigor aquecia o movimento das disputas, sem, contudo, aparecerem como requerentes em causas processuais próprias.

preciso também admitir que os serviços prestados por um bom profissional no ramo de defender facilitariam ou dificultariam determinado livramento da parte oposta.

O libelo de João Fernandes dos Santos, que, em 04 de outubro de 1827, “trazia e vinha citado o Réu Alferes Martinho Dias de Govea, para na primeira audiência responder a ação de libelo crime acusatório”,⁴⁴⁰ após apregoar o réu, o teve por citado, e, em caso de não comparecimento, “por si ou outrem”, o processo correria à sua revelia. Seu procedimento desembocou em um “libelo recebido”, em que, de imediato, seria oferecida a petição da ação para o princípio da mesma e, depois, com o pedido de vista, para findá-lo. Tudo isso somente aconteceria se a parte não comparecesse, o que redundaria em autos sem complicações de partes.

Os passos de interposição do libelo seguem o que Pereira e Sousa denomina como o do processo ordinário, que se diferencia por oposição ao processo sumário. Guardar a “ordem solene do direito” foi a prescrição das *Ordenações*, no Livro V, Título 124, e foi aprovada pelo alvará de 15 de janeiro de 1780.⁴⁴¹ O trabalho intentado nas *Primeiras Linhas do Processo Criminal*, escrito por Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, consistiu no esforço de enquadrar, em linguagem instrumental e coeva, os dizeres do Título 124 do Livro V das *Ordenações*, que tratam da ordem dos juízos nos feitos-crimes.⁴⁴²

O Título 124 do Livro V, constituído de 27 parágrafos, apresentou o ordenamento funcional do juízo dos feitos-crimes, afirmando a importância das partes:

[...] E depois que for citada, lhe mandará o juiz que venha com libelo contra o réu, e se lerá na audiência, e aí será recebido; e se parecer ao julgador necessária alguma declaração, manda-la-á fazer, e não sendo declarado nele o tempo e lugar do malefício, o mandará declarar de seu ofício ou à petição da parte, quando lhe parecer necessário.⁴⁴³

⁴⁴⁰ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827.

⁴⁴¹ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.107.

⁴⁴² Segundo Lobão, na introdução de suas segundas linhas sobre o processo civil, a justificativa para a organização de um outro texto, nesse caso, o de sua própria autoria, como a de um letrado da aldeia, se encontrava no fato de que, mesmo existindo a prática sistemática de Mendes, a praxe de Vanguerve, o manual de Gomes, o livro IV de Mello para dizerem o que o Livro Terceiro das *Ordenações* contém sobre a prática do foro, restavam ainda aqueles que “queriam ampliações, e limitações das regras geraes escriptas por Sousa [...] escreveu como certo e sólido, sem indicar opiniões contrárias.” Em sua obra, Lobão se defendeu pela sua ousadia em escrever um texto desse porte, “sendo ele um letrado d’aldeia e Sousa da Suplicação na superior jerarchia [...]” (Cf. LOBÃO, Manoel de Almeida e Sousa de. *Segundas linhas sobre o processo civil, ou antes addicções às primeiras, do bacharel Joaquim José Caetano Pereira e Sousa*. Lisboa: Impressão Régia, 1855.).

⁴⁴³ LARA, S. H. *Ordenações filipinas*. Livro V. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p.423.

E encerra o título, escrevendo no parágrafo 27:

E porquanto no terceiro livro temos dado a ordem que se dever ter no processar dos feitos cíveis, assim na primeira instância como no caso da apelação, mandamos que essa mesma se guarde nos feitos crimes, enquanto se a eles se puder aplicar e não for contrário à ordem que nessa ordenação ou por outras que expressamente temos dado nos feitos crimes.⁴⁴⁴

Seguindo a providência da lei, em audiência pública datada de 04 de outubro de 1827, o réu citado Alferes Martinho Dias de Gouveia esteve presente ao lado do solicitador de causas Antônio José Barreto. Nessa data, o solicitador pedia vista para embargos à “citação a fim de mostrar que por hora não podia ter lugar a acusação”. O argumento para o embargo sustentava-se na expectativa de que, enquanto não terminasse a devassa, aberta ex-offício de justiça, para tratar do mesmo caso que também dera vazão para a querela do autor, o libelo não podia ser recebido. Ele alegava que precisava esperar, porque, se, para a querela, a culpa era certa, para a devassa, aconteceria de modo diferente. Isso estava nas palavras de Vanguerve Cabral, quando disse que era possível em audiência comparecer logo com o libelo, quando se tratava de querela, porque, em caso de querela, a culpa era certa, mas que, para a devassa, devia ser diferente, pois que novos incriminados poderiam aparecer e, desse modo, a culpa poderia ser ampliada. Somente Vanguerve Cabral não cogitou que um mesmo caso daria oportunidade para os dois processos.⁴⁴⁵ Enfim, a complicação está no fato de que o mesmo crime, a briga entre os escravos de dois fazendeiros, estava em juízo para “conhecimento dos delitos” através de três formas: começara com uma querela, mas também dera motivo a uma devassa *ex officio* e terminava com o direito da parte, a partir de ser condenada “à prisão e livramento”, de fazer a petição de um libelo-crime.

O desdobramento da argumentação foi dirigido para a hipótese de que o réu precisaria de dois livramentos para se libertar dos dois processos, caso o libelo tivesse seu começo imediato. Segundo o solicitador, “lhe era prejudicial e que estes eram os motivos de pedir vista para embargos [...] porque era certo e sabido que se haviam de livrar em um só feito”.⁴⁴⁶ O que estava em pauta era o fato de que um só delito fora processado pela justiça de duas formas: uma através da queixa do autor em forma de querela, outra através de devassa, aberta

⁴⁴⁴ LARA, S. H. *Ordenações filipinas*. Livro V. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p.439.

⁴⁴⁵ CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica judicial, muyto util, e necessária*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.40.

⁴⁴⁶ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827.

pela justiça real. O réu estava obrigado a se livrar das duas formas de conhecimento do mesmo delito.⁴⁴⁷

A intenção do solicitador era impetrar os embargos para que o libelo não fosse recebido. Datada de 08 de outubro, a petição afirmava que “se mandava em deferimento da audiência do dia anterior, subir os autos à etapa de conclusão”,⁴⁴⁸ por isso ela requeria a apresentação dos argumentos de embargo. A etapa de tentativa de embargo atrasou e dilatou o tempo de processamento dos autos. Cumpre lembrar que, em uma mesma audiência, do dia 04 de outubro de 1827, o réu se apresentou, respondendo ao processo já iniciado desde março, sem a presença de seus escravos e com uma petição que solicitava embargos do libelo. De outro lado, o autor, que vigiava de perto sua parte, acompanhando se o feito corria de acordo com a ordem do processo, exigia cumprimento da lei. A leitura do conjunto dessas informações revela ainda que foi, nessa audiência, determinado que os autos “subissem à conclusão”, indicando que o réu deveria rapidamente seguir os procedimentos necessários para não se transformar em parte indefesa, uma vez que a etapa de conclusão seria a “sujeição da causa ao conhecimento do Juiz” e que seu “efeito seria o de impor silêncio às partes para ouvirem a sentença”.⁴⁴⁹

A essa altura, com data de 1º de outubro, foi juntada aos autos do processo ordinário uma cópia da procuração, seguindo a conclusão, datada de 05 de outubro, e passando para as mãos do vereador da Câmara Baptista Caetano de Almeida.

Em data de 08 de outubro de 1827, Baptista Caetano fez a concessão de vista, requerida pelo réu, impondo o tempo de “24 horas somente, vista a natureza da causa, feito o que, e com o mesmo termo, dirá o Autor, para se deferir como for justo [...]”.⁴⁵⁰ No dia seguinte, como parte de publicação, a vista foi concedida ao procurador do réu, que entrou com os embargos.

Essa parte de embargos durou até 14 de fevereiro de 1828 e esteve dentro da ordem do processo, uma vez que seguiram para as mãos do Juiz, depois da conclusão e publicação dos

⁴⁴⁷ Os passos das 13 primeiras folhas do libelo mostraram o termo de abertura com o relato da primeira audiência de outubro de 1827, registrando por extenso o protocolo delas, contendo a petição de citação do autor e fé de citação pelo tabelião e procuração. Foi seguida de outra audiência, com o termo de apresentação da carta de seguro, acompanhado da petição, despacho, pagamento de selos e tributos. Todas essas ações aconteciam desde março do mesmo ano. Somente depois disso veio a petição de embargo. Observe-se que a escritura dos autos aconteceu depois de ocorridos os feitos jurídicos.

⁴⁴⁸ ARSJ, *op. cit.*

⁴⁴⁹ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.178.

⁴⁵⁰ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827.

embargos. Segundo Pereira e Sousa, toda sentença interlocutória ou definitiva pode ser embargada, esta era uma fase interlocutória.⁴⁵¹ Acompanhar os argumentos e motivos que levavam os contendores a se estenderem em suas demandas revela o grau de ajustamento que a ordem do processo guardou com os textos que os orientaram.

O acompanhamento dos embargos mostrou situações em que os advogados se debatiam frente ao que seria considerado o procedimento correto e ainda demonstrou que a extensão dos prazos teria custos tão altos, que valia a pena transferi-los para a parte oposta na briga. No caso em estudo, a intenção de embargos dilatou o tempo do processo em quase um ano, o que fez gastar outra carta de seguro. A primeira carta de seguro fora apresentada em março de 1827, e, se se atentar para o fato de ter a parte dos embargos se estendido até fevereiro de 1828, associando a isso que a carta de seguro era pelo tempo de um ano, é possível antever o que virá depois de acertado o direito de embargos na sentença interlocutória de recebimento dos libelos.

Qual era o argumento utilizado para embargar o libelo?

Dizia-se que, prematuramente, o autor embargado, João Fernandes de Almeida, pretendia que o réu embargante, Alferes Martinho Dias de Gouveia, por cabeça de seus escravos, respondesse imediatamente ao libelo acusatório “que pretende oferecer” sobre os delitos de que lhes querelou.

Segundo os embargos, responder imediatamente ao libelo era prematuro, porque o caso do qual João Fernandes de Almeida querelara fora também objeto para uma devassa, e que o embargante conseguira a carta de seguro para os crimes que lhe resultassem tanto da querela como da devassa. Como a devassa ainda não tinha sido concluída, o autor já anteriormente alegara que se via prejudicado.

Ainda nos argumentos do embargo, dizia o advogado que a obrigação de agitar a devassa pertencia ao embargado acusante, para, no caso de nela sair pronúncia,⁴⁵² passar-se para a etapa de abertura para as testemunhas e não se “dar motivos a dois livramentos por um

⁴⁵¹ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.195.

⁴⁵² Pronúncia, de acordo com Pereira e Sousa, é “a sentença do Juiz que declara o réo suspeito do delito que faz objeto da Devassa ou da Querela contra elle dada e o põe no número dos culpados” (Cf. SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.47.) Ver a parte que se refere ao ordenamento do processo.

mesmo delito, como é vulgar”.⁴⁵³ Alegou ainda que os dois processos de querela e devassa aconteciam no mesmo juízo, não exigindo avocatória. Esperava o réu embargante, através da ação de seu advogado, que o escrivão pudesse informar e, também, que deveria o autor embargado, João Fernandes, requerer as culpas e oferecer o libelo. Enfim, o pano de fundo da disputa, nesse momento, relacionava-se com a definição sobre qual parte sairia prejudicada, em decorrência do atraso da devassa em relação à querela, voltando-se, sobretudo, para a nomeação de quem pagaria “as custas”. Tudo isso foi assinado em 11 de outubro.

O documento foi vistoriado e contém anotações nas margens dos embargos, revelando que os oficiais o estudavam e acompanhavam os argumentos. Embora delas não se saibam as datas, as glosas assim diziam: “*V^e a not.de Pr^a e Sz^a ao § 28 dos 1^{as} L^{as} do Pross. Crim. e outros*”.

Em seguida: “NB – Que no dia 24 foi que se fechou e concluiu a Devassa e já foi pela bulha, e queixumes do R. Certidão junta as razões que se fizeram na Superior Instância da Ouvidoria.”⁴⁵⁴

Em 11 de outubro, por parte do “D^{or} Gomes da Silva Pereira com os Embg^{os} pelo Réu Gouvea”, e mediante o acompanhamento do advogado Florêncio Antônio da Fonseca, procurador do autor João Fernandes dos Santos, foram concedidos, após dois dias: “Os Embg^{os} f.19 não podem impedir a acusação, que se pretende, já contra o Embg^e, p^r cabeça de seus Escr^{os} por q^{to} [...]”.⁴⁵⁵

Em seguida vem a argumentação, feita ao Tabelião por parte do advogado, com data de 17 de outubro de 1827:

Quando pelo mesmo delito se procede a Devassa e Querela p^r diferentes juízos, só pode o Juiz da Devassa avocar a si a culpar da Querela, ou remeter-se esta p^a Juízo do Bairro onde se deve tirar a Devassa, p^a não ficar o Réu exposto a dois Livramentos, por uma mesma culpa, mas aqui falha a hipótese da Lei, que fixando prazo certo no qual se devem tirar as Devassas e as próprias Querelas, não manda esperar, nem o Querelante pela Devassa, no caso de estar aquela completa, nem a Devassa pela Querela, no caso de estarem os RR Pronunciados na d^a Querela, porque o Querelante não é obrigado a esperar por toda a vida, sendo obrig^m da Just^a, q por Lei está imposta na mais rigorosa e estrita observância.⁴⁵⁶

⁴⁵³ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827, p.19.

⁴⁵⁴ *Ibidem*, p.19-20.

⁴⁵⁵ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827, p.19.

⁴⁵⁶ ARSJ, *loc cit*.

Quando então requer: “Espera portanto o Embgdo que desprezados os dos Embgos se mande prosseguir nos termos da acusação, condenado o Embgdo nas custas.”⁴⁵⁷

A sentença de Baptista Caetano, vereador da Câmara na Vila, e seu termo, “Juiz de Fora, pela Lei, com alçada no cível e crime”,⁴⁵⁸ foi desfavorável aos embargos de Martinho Dias de Gouveia, que foi condenado “nas custas” pelo atraso do processo. Os argumentos do autor embargado foram considerados:

Sem Embg^o dos Embg^{os} f19, que não recebo p^r sua matéria, à face da Lei, do que se disse pelo A a f.20v, prossigam p^r diante na acusação deste, uma vez, que o A. não tem obrigação de ajeitar-se à vontade do R. Embg^e p^a tratar contra (este) da sua Just^a, e m^{mo} por que, q^{do} o R. venha a ter pronúncia da Devassa em questão, e achando-se livre de sem^e crime, com um cert^m de Sen^{ca}, que assim o ultimou, via destruir aquela pronúncia da Devassa, independ^e, com supõem, de novo livramento, o que devia ter em vistas p^a não protelar incurialm^{te} a marcha, que a Lei tem prescrito em [...] tais, pague o R. Embg^e as custas do incidente em que o condeno. São João del Rei 18 de 8br^o de 1827.⁴⁵⁹

Após a publicação, essa sentença interlocutória foi agravada para o doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, com os protestos de não correr o tempo por qualquer impedimento do juízo, requerendo uma preparação dos autos para vista em mãos com a função de formar sua compulsória e para escrever seu recurso.

Uma pausa para compreensão da ordem dos autos. O tabelião Francisco Antônio dos Passos escreveu registrando os procedimentos de abertura da audiência, aos 22 de outubro de 1827, em que “aos feitos partes e seus procuradores que nela requeriam, fazendo estava o Advogado Joaquim José Fulgêncio Carlos de Castro de comissão de Baptista Caetano de Almeida”,⁴⁶⁰ e, nela, na audiência, o solicitador de causas e procurador do réu acusado requeria uma série de procedimentos. Terminou dizendo que “tudo sendo ouvido por ele Ministro informado dos termos dos Autos mandou se escrevesse seu Agravo, e protestos na forma requerida pelo procurador do réu”.⁴⁶¹

Finalmente, informa que seu escrito era o que constava do requerimento e mandado de audiência, que, “por cota e lembrança tomei delas, no meu protocolo delas, onde assinou o próprio Réu o seu agravo, e de onde aqui me reporto para aqui o passei por extenso [...]”.⁴⁶²

⁴⁵⁷ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827, p.20.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p.21.

⁴⁵⁹ ARSJ, *loc cit.*

⁴⁶⁰ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827, p.22.

⁴⁶¹ ARSJ, *loc cit.*

⁴⁶² *Ibidem*, p.23.

Essa maneira de registrar mostra que as audiências eram as sessões solenes para realização dos atos processuais, durante as quais se apresentavam as petições. Seus conteúdos e determinações eram posteriormente transcritos, tanto que o tabelião diz que por cota e lembrança tomou no protocolo delas. Dessa lembrança o tabelião registrou que:

[...] foi dito que o mesmo Réu residia por si e por cabeça de seus Escravos e que nesta acusação crime que pretendia fazer-lhe o Réu João Fernandes dos Santos, com o devido respeito agravava, como de fato agravou para o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Despacho ou sentença última que desprezou seus Embargos, e requeria se lhes mandasse escrever seu agravo, e preparados os autos se lhe desse vista em mão para formar sua compulsória e protestava lhe não corresse o tempo por qualquer impedimento do Juízo e por certidão de diligência, e que assim se lhe mandasse escrever tão bem seu Protesto.⁴⁶³

No dia seguinte, a vista foi feita em mão ao Doutor Gomes da Silva Pereira, para formar a citada compulsória. A chamada compulsória repete o mesmo relato, descrevendo as desavenças entre os fazendeiros e seus respectivos escravos, a existência da querela e devassa, “a respeito do qual também houve Devassa, que ainda não se concluiu”. Acrescentou, ainda, ser este o motivo pelo qual intentou os embargos, dizendo que, intempestivamente, o agravado acusou em citação ao agravante, “que acudiu a oferecer seus embargos”.⁴⁶⁴

Nesses embargos, em nome do agravante, ainda se argumentava que “se não podia intentar tal acusação sem estar finda a dita Devassa”, repetindo que era da “competência do agravado fazê-la agitar para saber se dela resultavam culpas pelo mesmo crime que se deviam acumular”.⁴⁶⁵

Insistindo em convencer que o recebimento do libelo devia ser embargado, pois, relativamente aos ferimentos cuja causa se atribuía aos escravos do agravante, “envolveu igualmente a este seu senhor, que aliás não foi pronunciado pelo mandato que figurou”, e como há “essa Devassa e o agravado, como é público e notório, tem trabalhado para induzir testemunhas e por elas pode acontecer que haja pronúncia”,⁴⁶⁶ não só sobre os escravos, mas também para o seu senhor, o que mantém o risco de se incorrer em dois livramentos.

A recorrente argumentação foi sustentada com a citação textual de Pereira e Sousa.

[...] primeiro se finde p^a ter lugar a acusação como diz Pereir. e Sous. nas 1^{as} L^{as} do Pross – Crim § 28 not. Sub. no 77 in verbis. Quando pelo mesmo

⁴⁶³ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827, p.23.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, p.24.

⁴⁶⁵ ARSJ, *loc cit.*

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p.25.

delito se procede a Devassa, e querela por diferentes Juízos pode o Juiz da Devassa avocar a si a culpa da querela, não devendo o R. ficar sujeito a dois livramentos do mesmo e único delito.⁴⁶⁷

Para corroborar, o advogado citou ainda a obra do praxista Ferreira:⁴⁶⁸ “Isto mesmo muito antes de escrever Per. e Sous. o refere por Pratica observada geralm^e Ferr. 2^a part. Tract.3^o cap. 4^o n^o 34.”⁴⁶⁹

Segundo o advogado Gomes da Silva Pereira, a insinuação, feita no despacho que desprezou os embargos, de que o agravante podia livrar-se com uma certidão da sentença, era inaceitável, acrescentando que “se não acomoda com a razão e justiça”. Ele argumenta que a certidão de sentença sairia para os escravos, porque somente eles foram pronunciados na querela. O mesmo advogado alertou sobre a possibilidade de a devassa imputar ao senhor situações mais agravantes, que somente seriam desvanecidas com o livramento.

Embora a dilatação do tempo do processo introduzisse elementos novos que influenciaram na sua decisão, a ordem na exposição do trabalho impõe aqui uma lacuna que será retomada em outro capítulo. Veja-se somente a sentença do Ouvidor Francisco de Paula de Almeida Albuquerque aos embargos:

Não foi agravado o ag rodto plo Juiz da Ord no seu a f 21v, de que se recorre, por quanto medo voluntário a acusação, que qualquer queixoso intenta, em nada depende assim como em nada embaraça o procedimento ex officio da Justiça competindo somente ao Juiz da devassa que for de direito avocar o feito no estado em que estiver, e não tolher o andamento dele; pto mande o do Juiz subsistir seu despacho condenando o agravante nas custas, S. João 11 de janeiro de 1828. Albuquerque.⁴⁷⁰

Dessa sentença, em audiência de 19 de janeiro de 1828, o solicitador e procurador do réu, Barreto, requereu com petição de agravo para o Tribunal da Casa de Suplicação do Império do Brasil. Ele agravava do despacho e requeria “mandar escrever seu recurso, como protesto de que lhe não corresse o tempo por qualquer impedimento do Juízo”.⁴⁷¹

O agravo para o Tribunal da Casa de Suplicação inicia-se relatando novamente a disputa entre as partes. Confirmando que o réu agravante fora citado em 03 de outubro de 1827, “para falar ao libelo crime acusatório pelo crime somente tendente a querela”, e vendo

⁴⁶⁷ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827, p.25.

⁴⁶⁸ FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente accrescentada, e illustrada com muitas Ordenações, leys extravagantes, regimentos, e doutores. E em quatro tomos distribuida*. Porto: Officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767.

⁴⁶⁹ ARSJ, *op. cit.*, p.25.

⁴⁷⁰ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827, p.32.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p.33.

que, pelo mesmo caso, “se tinham procedido à devassa”, que dela poderia sair incriminado em diferentes graus, interpusera os embargos a acusação de libelo-crime, pedindo para esperar a finalização da devassa.

Da argumentação do embargo consta, ainda, que, naquela data, pouco faltava para a finalização da devassa e que se estendera o processo porque o autor agravado apelara da sentença da devassa, que não havia pronunciado a pessoa alguma. Segundo o advogado, não havia dúvida de que o réu agravante, Martinho Dias de Gouveia, tinha “toda razão e justiça de opor aqueles seus embargos.” E, portanto, “se houve maior demora foi porque o Agrd^o A. Acusante apelou da sentença dada na dita Devassa, que não obrigou à pessoa alguma, para o Juízo da Ouvidoria, onde se confirmou a mesma sentença por outra que passou em julgado, como consta da mesma certidão”.⁴⁷²

A partir de então, o advogado já não possuía mais os motivos de pedir embargos, ele estava requerendo que o autor agravado fosse condenado nas custas. Insistia em dizer que os embargos tinham que ser aceitos, porque cabia ao autor, acusante, agravado e embargado, agitar a devassa para obrigar o réu, acusado, agravante e embargante, a responder aos dois processos em um só livramento.

Dizia o procurador do réu agravante em instrução de agravo:

[...] sentença [...] da qual resulta o pres Agr^o, que em tempo se interpôs para VMI e nele espera ser Provido, unicam^e para não vir pagar as custas do insid^e, que se tem engrossado, e não para impedir a acusação por estar finda a Devassa, e já se saber que dela não resulta culpa de que se hajam de livrar os escravos do Agr^e e só sim daquela que lhe provém da injusta querela; e por isso [...].⁴⁷³

Acrescenta, em seu requerimento de agravo: “Pede a VMI se digne desagrar ao Agr^e para não recair sobre ele todas as custas que Agrd^o tem dado causa pela impugnação que fez aqueles Embg^{os} opostos com fundamento jurídico.”⁴⁷⁴

Em 30 de janeiro de 1828, o advogado Fonseca, procurador do autor agravado, recebeu vistas para contrariar o agravo e o fez usando a argumentação do “que se deve pensar da sua tenacidade na continuação do recurso que leva tão somente à Presença deste Tribunal de Justiça para não pagar “as custas” do incidente?”⁴⁷⁵

⁴⁷² ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827, p.34.

⁴⁷³ ARSJ, *loc cit.*

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p.35-35v.

⁴⁷⁵ *Ibidem*, p.35.

Esse advogado acusa seu adversário de se dirigir “pelas perigosas regras da Analogia, não pode sustentar-se, por não serem idênticos os casos que referem Per^a e Soiza nas Prim. Linh. ou do Proces Crim (nota 77) ao § 28 e Ferr. Prat. Crim. Trat.3º, cap. 4º nº 34, que lhe serviram de condutores, como nosso”.⁴⁷⁶ A réplica do procurador do autor agravado segue afirmando que o réu agravante é que deveria avocar a querela pelo juiz da devassa, e “nem os Escravos do Agravante estavam presos, para ter lugar a urgência e infalibilidade da junção da querela a Devassa ou da Devassa à querela, como pondera o mesmo Pereira e Sousa à nota 40 do § 10”.⁴⁷⁷ Então, o advogado citou novamente o praxista Pereira e Sousa, nos dizeres: “Não estando porém o réu preso prefere aquele Juízo, cuja jurisdição for preventiva pelo anterior conhecimento do delito.”⁴⁷⁸

Insistia o procurador de João Fernandes, “a vista do que muito principalmente há de ponderar o Doutíssimo e judicioso suplemento”, e dizia esperar o agravado que não fosse concedido o “provimento” que esperava o agravante, e requeria que se mantivesse “condenando ao mesmo” mais uma vez nas custas diante do fato de que o acontecido era diferente do que Pereira e Sousa dizia:

E além desta não pequena diferença, temos ainda outras que influem poderosíssimamente para o desprezo dos Embg^{os} pelos quais se pretendia espaçar a Acusação do Agr^{do} até se concluir a Devassa, e vem a ser, que a querela se procedeu a requerimento de parte, e a devassa ex off^o do Juízo uma já tinha parte acusadora, da outra não se sabia ainda quem fosse: a 1ª estava concluída: a 2ª por acabar, naquela já haviam pronunciados, nesta se indagava ainda dos Autores do crime. Em uma palavra: Se o Juízo da querela foi o m^{mo} da Devassa, nem por isso ficava o Agr^{do} inibido de progredir nos tr^{os} da Acusação, porque o procedimento da justiça não tira o direito da parte, assim como a renúncia ou desistência desta não prejudica aquela, com é expresso na Ord. Do L^o 1º ttº 65 §30 e L^o 5º ttº 129 §4.⁴⁷⁹

Essa argumentação fora entregue em forma de contrariedade ao agravo que subia para o Tribunal da Casa de Suplicação do Império. Os autos ainda são estendidos com o direito de réplica do advogado do réu agravante, que, em data de 06 de fevereiro de 1828, foi exercido, solicitando a reforma do agravo. O direito de tréplica foi concedido ao procurador do autor, embora ele quase nada acrescentasse à argumentação, a não ser registrar a disputa forense em

⁴⁷⁶ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827, p.40v. Os advogados estavam citando o trabalho de Pereira e Sousa e o tratado criminal de Ferreira.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, p.41.

⁴⁷⁸ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827, p.40v.

⁴⁷⁹ ARSJ, *loc cit.*

torno da interpretação da lei. Os pagamentos foram efetuados em forma de selo de 10 folhas do processo, marcando 100 réis de selo em data de 08 de fevereiro de 1827.

Nos dias seguintes, os autos foram dados para vista ao Ouvidor da Comarca, que os assinou sem se estender e, em 13 de fevereiro de 1828, houve outra audiência, na qual estava presente o Desembargador Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, ouvidor geral e corregedor da Comarca do Rio das Mortes. No dia seguinte, em 14 de fevereiro, apareceu, em um termo de juntada, que Martinho Dias de Gouveia desistiu de prosseguir os termos do agravo interposto naquele juízo para o Tribunal da Casa de Suplicação.

Considerando o tempo transcorrido, esses autos já estavam com uma vigência de quase 12 meses, quando, somente a partir de então, deu-se o início da acusação do libelo-crime, do qual muito se discutira. Embora o advogado de Martinho Dias de Gouveia sempre demonstrasse a preocupação em oficializar, de forma escrita, seus requerimentos e se resguardar de possíveis favorecimentos ao seu adversário, a lentidão do processo pareceu não ferir a ordem prescrita ou mesmo a lei em vigor. Chegava já o momento de entrar com a segunda carta de seguro, a primeira, que garantira aos réus o direito de provar a inocência em liberdade, fora dada por um ano, cumprindo rigorosamente as prescrições da lei. Além disso, todos os procedimentos impetrados estiveram dentro do ordenamento previsto, os advogados utilizaram-se do trabalho dos praxistas, fizeram suas citações textuais e disseram que neles se apoiavam. Não faltou situação em que o escrivão demonstrasse sua preocupação em declarar que seu registro fora lançado muito além da data de sua apresentação, o que acontecia em audiência, justificando-o em função de sua “ausência em diligências”. Em 28 de fevereiro, o advogado pediu vista ao processo e, em 09 de abril, o processo aparecera com os escritos, acompanhado das explicações.⁴⁸⁰ Mais do que o controle, o que os libelos revelam é a habilidade com que os oficiais faziam uso da informação e acompanhavam de perto suas atividades.

O processo ordinário, com “a ordem solene do direito”, sustentado no Livro V das *Ordenações*, Título 124, e aprovado pelo Alvará de 15 de janeiro de 1780, estabelecia que “a acusação se faz pela parte, ou na falta dela, pela justiça e pode dividir-se em acusatório ou inquisitório”.⁴⁸¹ A composição diversificada com diferentes partes e ações, classificadas em

⁴⁸⁰ ARSJ. Libelo de João Fernandes dos Santos e Martinho Dias de Gouveia, 1827, p.58v. Havia sempre a responsabilidade dos oficiais no exercício de seu cargo, pois podiam ser punidos em crime de responsabilidade pelos erros públicos.

⁴⁸¹ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806.

termos “preparatórios, médios e últimos ou posteriores” foi aplicada. As partes preparatórias seriam aquelas que davam entrada para a citação, o libelo, a exceção, a dilação. A segunda parte, a média, dava entrada para as contestações, as contrariedades, a réplica, a tréplica, as provas, a publicação, as alegações, a sentença. A última parte dava espaço para embargos, apelação, agravos e execuções.⁴⁸²

O libelo de João Fernandes e Martinho Dias de Gouveia seguiu os passos, mas o que aconteceu foi que a audiência de outubro de 1827, uma das fases preparatórias em que se colocavam as petições, recebera o libelo e o mandara subir ao Juiz. Isso não deixava de ser uma sentença que, embora interlocutória, como o próprio Pereira e Sousa previa, colocaria o réu numa situação de acusado em um processo corrido à sua revelia, caso ele não entrasse logo com suas ações formais. E foi exatamente por esse motivo que o libelo foi embargado.

Na verdade, os embargos se voltaram contra a sentença que mandara subir o libelo a juízo. Ainda segundo Pereira e Sousa, os embargos representavam uma forma de alegação articulada feita perante o juízo que deu a sentença, solicitando sua reforma, e podiam ser intentados contra a sentença definitiva ou interlocutória. Eles teriam sempre o efeito suspensivo. Esse foi o caso do libelo estudado. Como foi visto, nada podia desenredar os contendores de sua briga e das malhas da justiça, nada podia amenizar o dispêndio do processo, mas o procedimento fora legal. É verdade que, no período estudado, os envolvidos estiveram longe de seus afazeres, o que prejudicava o réu Martinho Dias de Gouveia, como ele mesmo demonstrou em petição para que seus escravos, depois de 40 dias afastados de seus trabalhos, pudessem retornar no período em que as atividades forenses estivessem em férias.

O atraso dos processos não resultava dos interesses particulares dos escrivães, mas da própria estrutura da organização jurídica e da matriz doutrinária que iluminava esses trabalhos. Além disso, a vigilante atuação dos advogados, seu trabalho em rede, exigia um grau de corporativismo muito mais acentuado do que se pode imaginar. Embora essa organização fosse muito variável e, lembrando o que Russel-Wood tomou como premissa básica, no processo de expansão do Império,⁴⁸³ não faltaram os que lembraram ser impossível que uma Vila antiga como a de São João não fosse servida de bons juízes e advogados.⁴⁸⁴

⁴⁸² SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.108. Essa parte é minuciosamente explicada no capítulo sobre a ordem do processo.

⁴⁸³ Cf. RUSSEL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, ano XXVIII, n.109, v.LV, p.25-79, jan.-mar.1977.

⁴⁸⁴ ARSJ. Libelo de Domingos de nação Rebolo e Maria de nação Congo e Felisbina Maria de Xavier, 1828. Cx 10. As palavras foram do reconhecido Francisco de Paula Monteiro.

Desse estudo, o que se mostra inegável é o preço dos serviços de justiça e as “encrenças” oriundas das brigas apaixonadas. As disputas das partes em desavença faziam com que nenhuma delas, ou as duas, não levantassem mão de suas imagináveis razões e acabavam alimentando os ganhos auferidos pelos oficiais de justiça, como as palavras de Antonil e Vieira sugeriram. Uma sociedade em expansão, como a mineira, repleta de brigas locais, ao mesmo tempo em que não gerida apenas pelas regras de sertão, certamente já garantia o recolhimento de altos proventos jurídicos. Estariam nesse aspecto os motivos que levariam a coroa portuguesa a publicar, no ano de 1754, dois regimentos de ouvidores, sendo um específico para as regiões de Minas, outro para regiões de sertão?⁴⁸⁵ Se, desde o final do século XVIII, na América Portuguesa, as demoras nos processos já eram objeto do debate e sua brevidade foi ordenada pelo alvará de 1790, isso ainda estava longe da realidade aplicável ao modelo social vigente: os livramentos podiam-se estender durante muito tempo e custar muitos pagamentos de honorários.

Tudo isso demonstra a lentidão dos trabalhos, mas evidencia também que essa morosidade resultava muito mais do ordenamento legal, matriz do atendimento às intenções e direitos de mais de uma parte, do que do exercício abusivo dos oficiais ou autoridades locais. Ou seja, existiam a República Ofendida e a parte ofendida. O rei concedia o perdão real no que se refere à República e à ofensa ao bem comum, no entanto, esse perdão não suplantava o direito da parte ofendida. Nesse sentido, pode-se perceber que as argumentações refletem a doutrina política que sustenta essa noção de direito. A existência de mais de um polo de poder, ainda que um ocupasse o lugar central, funcionava como uma força imantada sob a constituição da teoria jurídico-política.⁴⁸⁶ Alguns elementos das *Ordenações* e da coleção esparsa das leis portuguesas revelam a imposição das partes no direito, e sua observância ainda foi comprovada no final do século XVIII e início do XIX, na América Portuguesa. Quanto ao Brasil, essa noção chegou por transplantação e permaneceu durante a década de 1820, momento histórico em que o movimento de constituição da nação independente encontrava-se em fase inicial, e, nessa mesma nação, se preparava o código que regeria a questão criminal do país. Os pressupostos organizativos, quadro de oficiais e estruturação geral do arcabouço legal permaneceram os mesmos de Portugal, até que, no ano de 1831, com

⁴⁸⁵ Cf. “Capítulo V: A extensão das malhas da justiça nas minas gerais”, desta tese.

⁴⁸⁶ Principal escopo teórico dessa afirmação encontra-se em HESPANHA, A. M. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

o Código Criminal, foram implementadas as novidades legais, de fato implantadas em 1832, com o Código do Processo.⁴⁸⁷

Deixemos de lado esse libelo, vejamos o que aconteceu com o processo escrito de Germano José Cordeiro. O mapeamento dos autos do Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, no ano 1823, mostra como a parte física dos volumes revela sua função de registro. O libelo possui uma narrativa e, por isso, é comum, em seu interior, a discrepância de datas oriundas de traslados, mostrando os procedimentos judiciais feitos em audiência e, somente depois, para sua comprovação, ganharem o lançamento escrito. Os envolvidos, partes e seus procuradores acompanhavam a ordem do processo, evidenciando que nem sempre foi muito fácil burlar a responsabilidade dos escrivães.⁴⁸⁸ O intervalo entre a ação e sua escrita é mostrado no QUADRO 4.1 a seguir, com a ordem de entrada escrita e da cronologia de uma parte do libelo sem sequência cronológica.

QUADRO 4.1: ORDEM DE ENTRADA DE REGISTROS NOS AUTOS DO LIBELO DE JOÃO TEIXEIRA E GERMANO CORDEIRO

Data			Ordenamento processual	Autoridade Judicial	Ação ou medida executada	Partes/Procurador
Ano	Mês	Dia				
1823	Jun.	19	Pública Geral Audiência	Juiz de Fora e Órfãos	Citação inicial para o réu	Vítima/ autor e procurador
1823	Set.	19	Entrada escrita nos autos tomada do protocolo da audiência	2º tabelião	Termo de autuação e requerimento da audiência	
1823	Ago	21	Juntada	2º tabelião	Abrir ação	Autor
1823	Jun.	16	Citação da ação	2º tabelião		Autor
1823	Jun.	06	Fé de citação	2º tabelião		Autor
1823	Set.	23	Juntada da Procuração	1º tabelião		
1823	Set.	11	Procuração	1º tabelião		Autor
1823	Out.	02	Juntada	1º tabelião	Apresentação da Carta de Seguro	Réu
1823	Out.	02	Traslado da Carta de Seguro	1º tabelião		
1823	Mar	23	Traslado	Escrivão/Tabelião público judicial e notas	Petição de Carta de Seguro	Réu
1823	Mar	03	Traslado	Ouvidor Limpo	Petição e	Réu

⁴⁸⁷ O Alvará de 20 de outubro de 1823 ordenava aos processos do Brasil proceder aos seus julgamentos pelas leis portuguesas, até que a legislação pátria a substituísse (Cf. COLLEÇÃO das Leis do Império do Brasil desde a Independência. 2.ed. Volume 1, 1822 a 1825. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1856.).

⁴⁸⁸ ARSJ. Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, 1823.

	.			de Abreu	Despacho da Carta Seguro com despacho	
1823	Mar	01	Traslado	Tesoureiro	Pagamento de impostos	Réu
1823	Mar	01	Traslado	Escrivão da Ouvidoria	Texto da Carta de Seguro	Réu
1822	Nov	29	Traslado	Juiz de Fora	Devassa	Autor/Réu
1823	Out.	02	Termo de vista	1º Tabelião	Vista	Autor
1823	Out.	09	Audiência	Advogado	Oferecimento do Libelo acusatório	Autor
1823	Out.	13	Audiência	Advogado em Comissão	Procuração e contrariedade	Réu

Fonte: ARSJ. Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro.

Esse processo permaneceu até o ano de 1833, quando o Promotor Florêncio Antônio da Fonseca o retornou sem sentença para o Juiz de Paz, dizendo que não receberia para sentenciar, porque não fora devidamente preparado:

Estes Autos devem regressar p^a o Juízo de Paz, por não virem competem^e preparados com as citações determinados nos Art^{os} 237 e 240 do Código do Processo Criminal, sem as quais seria essencialm^e a decisão do 2º Conselho dos Jurados, com a violação do Artº 317 do Código do Processo [...].⁴⁸⁹

Depois de 10 anos, o libelo ainda não encontrara um fim, mas isso não esvaziou seus termos processuais. O procedimento legal encontrou seu significado na própria ação de comprometimento com as audiências e a busca do livramento. Basta lembrar que a chamada “pronúncia” condenava o réu à prisão e livramento e a etapa do libelo funcionava como a satisfação do ofensor à parte ofendida, e nisso acabava ocorrendo uma espécie de punição àquele que cometera o delito.

Os termos do libelo mostram a forma como o processo se desenrolou, revelando o cotidiano das partes e dos oficiais na execução de sua faina. O trabalho inclui desde as audiências, vistas e acompanhamentos até os lançamentos para constar em páginas e páginas de registro, demonstrando que os termos da justiça, embora lentos, possuíam sua dose de efetividade. Desse modo, após o oferecimento do libelo acusatório pelo autor ofendido, segue o direito em que o réu ofensor pode oferecer suas contrariedades para não cair na pena da revelia. Movimentando esse cenário, encontravam-se inúmeros magistrados e oficiais de

⁴⁸⁹ ARSJ. Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, 1823.

justiça em tarefa de aplicação dos ensinamentos que praxistas faziam acerca de termos e praxes judiciais.

Após as audiências em que as partes autoras pedem em ritual que “sejam recebidos seus libelos” e a parte acusada reside em audiência e requer que “se haja por oferecida e recebida *sid im quanto*” as suas contrariedades, todos alegam a expectativa de que “sigam os termos”.⁴⁹⁰ Os direitos de réplica e tréplica, de acordo com as orientações de Pereira e Sousa, foram garantidos, mas, no libelo, ganharam a conotação de “replico por negação o deduzido pelo réu acusado em sua contrariedade com pretexto de convencer afinal”.⁴⁹¹ Pedia o autor que considerasse o fato de que, no texto da réplica do réu, o próprio confessava o crime. No dia 23 de outubro de 1823, na mesma audiência em que se requeria que a réplica fosse aceita, pedia-se também uma dilação:

[...] residia o autor e oferecia a Réplica por negação e requeria a ele Ministro Comissário fosse servido havê-la por oferecida e recebida ‘siet inquaneum’ mandasse ficar a causa ou prova de primeira dilação de vinte dias [...].⁴⁹²

Continuando seu requerimento, solicitava:

[...] e que para a ver correr a dilação e nela produzirem e verem jurar testemunhas fossem citadas as partes ou seus Procuradores e que se levantasse residência ao autor seu constituinte. E logo na mesma audiência [...] procurador do réu [...] por ele foi dito que o mesmo réu residia e requeria que se levantasse a residência ao mesmo [...].⁴⁹³

Registrando que foram “vistos e ouvidos por ele Ministro Comissário”, que tudo foi “lançado” e, ainda, que um e outro requerimento que lhe foram apresentados, escrevendo também para informar que “houve por recebida a réplica por negação”, o Comissário mandou ficar “a causa em prova da primeira dilação de vinte dias”.⁴⁹⁴

Depois disso, o Doutor José Gonçalves Gomes, advogado em comissão da Vila de São João, que servia de Juiz de Fora e Órfãos, em audiência pública, mandou correr a dilação para nela “produzirem e verem jurar testemunhas” e fossem citadas as partes ou seus procuradores

⁴⁹⁰ ARSJ. Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, 1823. p.20v.

⁴⁹¹ ARSJ, *loc cit.*

⁴⁹² ARSJ. Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, 1823, p.22v.

⁴⁹³ ARSJ, *loc cit.*

⁴⁹⁴ *Ibidem*, p.23.

e “houve por levantada ao autor, o réu a residência pessoal durante o tempo da prova na forma requerida.”⁴⁹⁵

Estava em jogo um direito de pedido de prazos que o autor possuía para organizar seus trabalhos de prova contra o réu, lembrando que Germano José era réu condenado à prisão e livramento. Possuía carta de seguro para se livrar solto da prisão, mas não estava absolvido de cumprir seu livramento, que, na verdade, envolvia a parte de João Teixeira cabra, que não lhe dera o perdão. Parte dessa ordem do processo, a dilação, foi explicada pelo praxista Pereira e Sousa como componente da fase preparatória do processo ordinário.⁴⁹⁶

O praxista defendeu que a dilação seria o tempo competente, assinado pela lei ou pelo juiz, para nele se trabalhar algum ato da causa. Esse intervalo de tempo era concedido para diferentes objetivos, podendo ser para a contestação da causa, para produção de suas provas, ou ainda para alegações finais. Informa, ainda, o praxista que a dilação para prova tem um prazo de 20 e é peremptória, mas que se “reforma por via de restituição ou em razão de legítimo impedimento”.⁴⁹⁷

Com os pedidos de dilação, a parte do processo para inquirição das testemunhas se estendeu até junho de 1824, situação que forçou o réu Germano José Cordeiro a requerer, apresentar e custear a sua segunda carta de seguro. Isso impõe uma questão sobre esse processo: como foi possível prorrogar tanto um processo, acompanhado com frequência por advogados e juízes. Seu ordenamento não estava fora da lei, pois ele não ficou esquecido e tudo fora lançado. O andamento da disputa permite observar que a lentidão não resultava da responsabilidade dos oficiais, mas que era decorrente do direito que iluminava as disputas. No processo em questão, de João Teixeira e Germano José Cordeiro, essa situação ficou nítida porque, depois de muitos anos de disputa, ele ainda se arrastava. Germano precisou de três cartas de seguro e, no final, como já foi dito acima, em 1833, os autos não receberam sentença. Como a parte média do libelo, a despeito de ter sido rotineiramente acompanhada, conseguiu se estender durante oito meses? Se a dilação podia ser requerida para produção de suas provas, nesse caso, ela entrou depois da acusação e contrariedades.

⁴⁹⁵ ARSJ. Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, 1823, p.24.

⁴⁹⁶ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.108-109. Essa parte é minuciosamente explicada no capítulo sobre a ordem do processo.

⁴⁹⁷ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.124.

Em 07 de novembro de 1823, após pedir dilação, o advogado de João Teixeira solicitava que “precisava produzir testemunhas e pertencia a ele ministro o inquérito delas”. Para isso, em petição, requeria ao Juiz que se dignasse nomear dia e hora para se dar princípio, “quando porém o não possa então lhe nomeasse pessoa inteligente e passasse comissão ao escrivão para o juramento”.⁴⁹⁸ A essa petição o despacho foi favorável, e o inquiridor José Antônio da Costa foi nomeado, ao qual foi conferido o termo de juramento.

Dias depois, em meados de novembro, a dilação anterior foi reformada por mais 20 dias, através de audiência e petição, ao que o réu Germano foi citado para ver correr a dilação reformada. O mesmo aconteceu em dezembro, quando a dilação de 20 dias novamente reformada forçou, mais uma vez, a citação do procurador do réu para a “ver correr”. Desse modo, chegaram as férias de natal e, ao entrar o mês de janeiro de 1824, foi solicitada nova reforma da dilação de 20 dias. Os pedidos continuaram e, em nova audiência, o procurador do réu pediu que a dilação fosse reformada em 10 dias, “para correr finda a pendente com as testemunhas competentes”. Esse último pedido de dilação adiou o processo para data de 12 de fevereiro, e outros pedidos de dilação foram executados. A dilação passou de 10 dias para cinco, e o réu viu entrar e correr o mês de março, quando, então, sua carta de seguro negativa, que fora pelo tempo de um ano, venceu o prazo.

Os pedidos de dilação, seguidos da citação para “ver correr”, podem ser visualizados em série no QUADRO 4.2 a seguir, demonstrando o acompanhamento pelos envolvidos do caso em julgamento:

QUADRO 4.2: PEDIDOS DE DILAÇÃO E CITAÇÃO AO RÉU PARA DELA TOMAR CONHECIMENTO

Data			Forma do Pedido de Dilação	Tempo da Dilação	Citação ao réu	Observação
Ano	Mês	Dia				
1823	Out.	23	Audiência	20 dias	Audiência	Mesma data
1823	Nov.	13	Audiência	20 dias	Réu ver correr a dilação reformada	Mesma data
1823	Dez.	1	Audiência	20 dias	Réu ver correr a dilação reformada	Mesma data
1823	Dez.	11	Audiência	20 dias	Réu ver correr a dilação reformada	Mesma data
1824	Jan.	08	Audiência	20 dias		09 de Janeiro de

⁴⁹⁸ O praxista Pereira e Sousa alertava para o fato de que o Juiz poderia se escusar de inquirir testemunhas e, nesse caso, devia nomear um inquiridor para indagar sobre o processo.

						1824
1824	Jan.	19	Audiência	10 dias	Réu solicita	Passe a dilação a 10 dias
1824	Fev.	12	Audiência	10 dias	Réu ver correr a dilação reformada	Mesma data
1824	Fev.	23	Audiência	10 dias	Réu ver correr a dilação reformada	Mesma data
1824	Mar.	11	Audiência	5 dias	Réu ver correr a dilação reformada	Mesma data
1824	Mar.	18	Audiência	5 dias	Réu ver correr a dilação reformada	Mesma data

Fonte: ARSJ. Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, 1823.

Essa concessão seriada de dilações estendeu o tempo do processo, dando margem para que inúmeras audiências tivessem lugar até que se efetuasse a realização dos pedidos. Sem constar data explícita, certa audiência apresentou o debate dos dois procuradores sobre as muitas reformas da dilação. Nela, o procurador do réu mandou juntar aos autos sua segunda carta de seguro e pediu o contramandado: “De Aud^a req^r o R se mande juntar aos Autos a 2^a carta de seg^o neg^a q apresenta e se passe [...] md^o p^a não ser preso M=”.⁴⁹⁹

O lançamento da mesma audiência registra o procedimento no qual a solicitação se voltava para “lançasse de mais prova da terra e de fora [...]” e para isso com: “o A. pres^{te} seu Procurador req^r q tomado tr^o de judiciais as tt^{as} da Devassa com os protestos necessários públicos a Inqr^{ns} juntas aos Autos se de V^{ta} afinal =.”⁵⁰⁰

Em seguida, Barreto, o procurador do autor, requereu reforma da dilação, jurando a necessidade que possuía da mesma para que “corra com as justiças competentes”. Ao que reagiu Gouveia, o procurador do réu, argumentando que “parece não ter lugar por já se ter passado muitas dilações e o Réu não deve esperar pelas demoras do autor que deve vir preparado a Juízo” e reclamou dos inconvenientes provocados pelo dilatado prazo que o processo assumia: “[...] Barreto junta pela reforma q^e o d^o dar tt^{os} e nomeando-se p^a Inquiridor ao Alf^{es} J^e Ant^o da C [...] nunca este no tp^o q o R tinha seguro esteve pronto p^a as tirar [...]”.⁵⁰¹

Com a concessão desse pedido de dilação, os autos apresentam a audiência somente em primeiro de julho, data na qual foi transcrita a apresentação da segunda carta de seguro. Nessa data, o procurador do réu já reclamava da insistência em pedir dilações, queixava-se de que o autor não liberava o processo das testemunhas, solicitando:

⁴⁹⁹ ARSJ. Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, 1823, p.29.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p.30.

⁵⁰¹ *Ibidem*, p.31.

[...] que fosse tomado termo de judiciais as testemunhas da Devassa com os protestos necessários se mandasse ficar as inquirições abertas e públicas e juntas aos autos e preparados os mesmos se desse vista afinal.⁵⁰²

Barreto, o procurador do autor, João Teixeira, requereu novo pedido, afirmando que precisava de outra reforma de dilação e que “estava pronto a jurar a necessidade que tinha da mesma e que corresse com as citações competentes.” Ao que Gouveia, o procurador do réu, respondeu “não ter lugar a reforma requerida por já se terem passado muitas dilações”,⁵⁰³ e acrescentou ao seu argumento que o réu não deve esperar as demoras do autor, que não teria vindo a juízo preparado para a ação.

[...] E logo pelo Procurador do Autor foi mais requerido que por parte do mesmo instava pela reforma visto que querendo dar testemunhas e nomeando-se para inquiridor ao Alferes José Antônio da Costa nunca este no tempo que o réu tinha seguro teve pronto para os tirar e foi o motivo porque não concluiu sua prova esperava portanto se lhe mandasse reformar a dilação a que o dito Inquiridor nomeado houvesse de ir querê-las ou se nomeasse outro para esse fim ou ele Ministro se dignasse fazê-lo assinando dia para lhe serem apresentada [...].⁵⁰⁴

Embora nunca se saiba se aconteceu de fato ou se foi apenas parte constituinte dos autos, o ritual do “juramento dos Santos Evangelhos” foi todo descrito. O procurador “jurou em sua alma” sobre “um livro deles em que pôs sua mão”, alegando que tinha mesmo necessidade da “reforma requerida”, dizendo que a “pedia sem dolo, malícia ou calúnia” e conseguiu que sua súplica fosse deferida. Debaixo desse juramento disse “que pelas informações que tinha de seu constituinte, jurava na alma deste, garantindo a necessidade que o autor tinha da reforma da dilação”.⁵⁰⁵

Pena, cota e lembrança do escrivão mais uma vez funcionaram para “tomar” os procedimentos e os debates da audiência, configurando o registro dos autos. O lançamento nos autos apresentou as dificuldades do processo de julgamento e, embora demorasse a inquirição de testemunhas, nada aconteceu sem o conhecimento do advogado do réu. Além disso, apesar de a impressão criada pelos sucessivos pedidos de dilação sugerirem uma estratégia do advogado para ganhar a causa de seu representado, não havia nenhum dispositivo legal que os impedisse e, finalmente, o juramento pela alma convenceu o Juiz de

⁵⁰² ARSJ. Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, 1823, p.32.

⁵⁰³ ARSJ, *loc cit.*

⁵⁰⁴ ARSJ, *loc cit.*

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p.33.

Fora a conceder o tempo requerido para a apresentação de testemunhas. Quando o advogado instava por seu direito de dilação, ele apenas se sustentava no direito que a parte possuía de exigir a apresentação do réu seguro e “fazer correr o livramento”.

Nesse sentido, concordamos com Silveira, ao lembrar que as causas apresentadas perante os juízes ordinários se regularam na legislação, o que não as impedia de encontrar seus motivos na convivência diária. Isso é o que está aqui definido.⁵⁰⁶ Os ditames das *Ordenações Filipinas* determinavam as ações da justiça, mas a convivência diária, mesmo aquela ditada pela religiosidade sustentada no Direito Canônico,⁵⁰⁷ podia exercer alguma função legitimadora num julgamento, sem, com isso, implicar a fundamentação de assertivas categóricas em defesa da tese de que a justiça se transformara em um instrumento a critério de autoridades locais. Se, com o recurso de um juramento, o procurador convenceu a todos que estava de posse da verdade, isso não coloca o funcionamento da justiça em lugar de descrença, tampouco em lugar de ineficiência. O réu Germano José Cordeiro, mesmo apresentando sua carta de seguro para não ser preso, foi obrigado a responder pelo processo de seu livramento.

Por outro lado, se os embriões das disputas encontravam fundamento nas sociabilidades e os processos eram temperados com as desavenças oriundas dos desafetos típicos da época, ainda não se dispõe de elementos suficientemente capazes de sustentar as concepções que pleiteiam a ausência de credibilidade nas ações da justiça. O cuidado apresentado pelo escrivão, com seu lançamento e os registros de vista aos procuradores, demonstra a existência de formalidades no processo. Os juramentos pela alma também não estiveram distantes do cotidiano impregnado pelo pensamento religioso. No entanto, essas formas de juramento não podem ser consideradas abusivas de parte da justiça, ao contrário disso, esses comportamentos são indiciários de uma contextualização da prática e pensamentos vigentes.

Muitas vezes, as respostas às ações inesperadas exigiam adaptações que resultavam em situações além do previsto. Tais medidas aconteciam a partir de certa reinvenção do feito, mas não se davam sem o exercício da ação pública. Muito provavelmente, o discurso segundo

⁵⁰⁶ SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. Estado e sociedade nas Minas setecentistas. (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997. p.102.

⁵⁰⁷ Nem mesmo a Rainha D. Maria I conseguiu se livrar dos ditames que a noção de pecado impunha à organização da vida secular, impedindo-a de transferir para o julgamento dos seculares casos que envolvessem pecados. A rainha não permitiu que os tribunais seculares reduzissem os encargos pios e suplicou ao Papa Pio VI que concedesse essa faculdade aos Bispos. Esse comportamento da rainha fez com que a determinação do parágrafo 19 da Lei de 09 de setembro de 1769 ficasse sem execução (Cf. TELLES, José Homem Correa. *Commentario critico a lei da Boa Razão em data de 8 de agosto de 1769*. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1824. p.82).

o qual as ações de oficiais e ministros da justiça eram abusivas resulta muito mais do impossível desejo de controle, manifesto pelos magistrados, do que das práticas cotidianamente efetuadas. As opiniões coevas sobre a organização da justiça geraram ensaios nos quais se criou a imagem de uma justiça muito mal administrada. Essas noções não encontram grande sustentação empírica.⁵⁰⁸

O juramento pela alma assemelha-se às ações de alma encontradas por Silveira. Esse autor as caracteriza como a prática de processos cíveis que, por juramento, buscavam resolver conflitos vividos entre os habitantes da capitania das Minas. Segundo seu relato, caso ocorresse alguma troca sem formalização escrita entre partes, o credor dirigir-se-ia ao Juiz para que ele citasse a parte devedora para jurar em sua alma se havia ou não feito a transação.⁵⁰⁹ Isso corrobora o que está sendo tratado no processo escrito, ou seja, diante da impossibilidade de o Juiz sentenciar acerca da necessidade da dilação, o advogado procurador se propunha ao “juramento pela alma”.

Assim, logo após a apresentação da segunda carta de seguro, o autor acusante, exercendo seu direito de parte ofendida e, após usufruir da série de dilações requeridas, obrigou o réu a responder a partir do dia 03 de julho de 1824. Apresentou as testemunhas da devassa e o termo de judiciais e mais uma rodada de testemunhas da terra e de fora, dando continuidade ao seu processo. Depois disso, o réu teve que conseguir sua terceira carta de seguro.

Mesmo sem encontrar seu desfecho, o processo se estendeu até depois do Código do Processo. Novidades apareceram, e o caso criminal não passou em julgado até o ano de 1833. O que determinou que a disputa não encontrasse solução jurídica foi o fato, tema de outro capítulo, de João Teixeira ser cabra forro, com liberdade de movimentação na sociedade escravista, mas que não possuía sua carta de alforria. Esse elemento novo na disputa abriu outra demanda, dentro do mesmo processo.

Portanto, mesmo depois de superada a fase das causas sumárias que não receberam tratamento escrito, dentro da forma do processo, ainda permanecia o espaço para a antiga prática, sustentada na adaptação dos costumes, emanada do calor de vivências diárias. Na terceira década do século XIX, nos primeiros anos do Brasil independente, carente e desejoso da formação de sua nacionalidade, ainda que se tenha avolumado o montante dos autos

⁵⁰⁸ SILVA, Manoel Ignácio Mello. A administração da justiça em Minas Gerais. *RAPM*, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano III, p 3-21, 1896; BARÃO DE CAETHÉ. Administração da Justiça, em Minas Geraes em 1826. *RAPM*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, p.631-633, 1903.

⁵⁰⁹ SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. Estado e sociedade nas Minas setecentistas. (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997. p.102.

escritos, a antiga prática ainda vigorou por muito tempo. As experiências relatadas nos processos encontravam seu fundamento nas variadas formas de convivência social.

PARTE II

AS CARTAS DE SEGURO NAS MINAS GERAIS

CAPÍTULO V

A EXTENSÃO DAS MALHAS DA JUSTIÇA NAS MINAS GERAIS

Perceber a parcela da população que se viu envolvida nas malhas da justiça, enredada no pagamento das custas dos livramentos, e a outra parcela que apresentou sua carta de seguro e depois fugiu, e ainda a terceira, que não apresentou carta de seguro, submetendo-se ou não ao cárcere de acordo com o rol de culpados, é uma proposta de análise que pode ser trabalhada à luz de algumas sugestões deixadas pelos estudos e instruções de ampla utilização na produção historiográfica.⁵¹⁰

Pode-se até mesmo especular se, do ponto de vista dos responsáveis pelo sistema de justiça e carcerário, a pluralidade dos comportamentos punitivos não guardaria um significado muito próximo a uma solução. A diversidade dos habitantes das Minas, marcada por todos os matizes de dispersão, tanto territorial quanto de ordem social, jogava um conjunto de pessoas nas malhas da justiça que, sem bens para custear os serviços judiciais, enfeixava o conjunto dos presos pobres. Lembrar que as recorrentes formas de requerer, dizendo que pagaria as mercês, como foi demonstrado anteriormente neste estudo, gerou o alto índice de petições com despachos favoráveis sempre recompensados com o pagamento traz também à lembrança o fato de que, do ponto de vista dos oficiais, também não interessava manter enredados aqueles que não lhes proporcionassem nenhum ganho. O serviço da justiça régia, sob o efeito de pagamento de “custas e mercês”, não era a punição apropriada à massa dos homens pobres que compunha o universo dos “vadios” do território mineiro.

Cuidar dos livramentos e acionar a justiça era comprometer-se com o pagamento de muitas taxas para custear o trabalho dos oficiais de justiça. Nesse sentido, Hespanha apresenta a especificidade da colônia brasileira, na qual a singularidade se mostrou no ato de combinar interesses sociais e poderes administrativos através da venalidade dos ofícios. Segundo ele, a situação na colônia evoluíra de maneira diferente em face dos comportamentos aplicados em Portugal. O autor afirma que a monarquia portuguesa nunca admitira o princípio de venda dos cargos públicos, agindo, assim, contrariamente aos exemplos típicos de seus vizinhos

⁵¹⁰ Sobre a utilidade dos vadios, Laura de Mello e Sousa desdobrou o tema, adiantado por Teixeira Coelho, e o tratou em um capítulo em que aborda a desclassificação social no ocidente, o império colonial como enxovia de delinquentes e a estrutura econômica com seu desdobramento no processo social. Ao tratar o processo de desclassificação nas Minas, a autora seguiu na esteira do que Teixeira Coelho lembra como medidas adotadas pelo Conde Valadares com respeito à utilidade dos vadios (Cf. SOUSA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.)

européus, espanhóis e franceses. Acrescenta, ainda, que, provavelmente, a proibição de vendas de cargos, mesmo quando informalmente elas acontecessem de forma mascarada, estaria sustentada nos obstáculos impostos pelos costumes de patrimonialização de ofícios e seus direitos sucessórios. A situação começaria a se alterar a partir do século XVIII, quando então “um decreto real estabeleceria que os novos ofícios fossem dados a quem tivesse oferecido um donativo à fazenda. No fundo, tratava-se de uma espécie de serviço que justificaria a mercê do ofício”.⁵¹¹

Uma vez iniciado o costume, os ofícios passaram a ser vendidos em leilão a quem mais oferecesse a partir do decreto de dezembro de 1740. Algumas hesitações se seguiriam nas décadas de 1760 e 1770, até ser, finalmente, restaurado o sistema de donativos, “para as serventias dos serviços da justiça”, implantado definitivamente em 1799.⁵¹² A partir do ano de 1761, o registro dos rendimentos gerais, nos quais estão os donativos dos ofícios de justiça e os rendimentos dos novos direitos, compõe o acervo da arrecadação tributária da capitania.⁵¹³ A publicação dos rendimentos dos ofícios na década de 1790 registrou o costume de pagamentos de donativos e novos direitos para os serviços de justiça nas Minas.

Teixeira Coelho ao discorrer sobre os donativos, terças partes e novos direitos dos ofícios de justiça e fazenda da capitania das Minas Gerais, estende-se sobre as serventias dos mesmos ofícios, dizendo que se observa, “pela provisão de 9 de agosto de 1771, se cometeu a Junta da dita capitania a arrematação dos referidos ofícios”.⁵¹⁴

Novos Direitos dos Ditos offos. Este rendimento he o que pagão todas os arrematantes e serventuários dos offícios da Justiça desta Capitania para poderem exercer os seus respectivos officios, e a respeito do preço em que estão lotados.⁵¹⁵

E registrou o rendimento, dizendo que “renderão no ano de 1794, o valor de. 3:899\$328”, no ano de “1795, outro correspondente da ordem de 3:378\$422”, no ano de “1796

⁵¹¹ HESPANHA, A. M. As estruturas políticas em Portugal na época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001. p.137.

⁵¹² *Ibidem*, p.138.

⁵¹³ *Ibidem*, p.117-181. A coleção Casa dos Contos, composta de um total de aproximadamente 70 códices, demonstra o quanto esses serviços compuseram o cenário dos rendimentos tributários da capitania.

⁵¹⁴ COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. Cap. 18, p.215. As serventias de ofício foram regulamentadas com uma coleção de avisos a partir da década de 30, de acordo com a *Instrução* de Teixeira Coelho, p.216-218.

⁵¹⁵ COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. Cap. 18, p.215. As serventias de ofício foram regulamentadas com uma coleção de avisos a partir da década de 30, de acordo com a *Instrução* de Teixeira Coelho, p.216-218.

indicou o valor de 4:105\$972”, perfazendo um total de “11:383\$722”.⁵¹⁶ A parte referente aos “novos direitos de Cartas de Seguro”, apresentada com a explicação de que “este rendimento he o que pagão todas aquelas pessoas que terão cartas de seguro para se poderem livrar soltos daqueles crimes que a lei permite”, rendeu no ano de 1794 um total no valor de 1:081\$198, no ano de 1795 somou 986\$124, e, no ano de 1796, rendeu 903\$222. O somatório final apresentou um montante de 2:970\$544. Ao final, uma nota esclarecia que “ainda se não remetteu da respectiva Intendência dos Diamantes o rendimento de 1796 e por isso se não sabe a sua importância”.⁵¹⁷

Como foi visto, a política de serventias e mercês encontrou-se bem evidenciada nos autos de libelos que se mostraram um conjunto documental capaz de registrar todas as formas de tratamento com pagamento de taxas e selos nos processos da justiça local. Eles refletem o pagamento das serventias, principalmente aquelas de pagamento dos novos direitos. As inúmeras confirmações de que o peticionário pagaria mercê remetem para a quantidade numerária que sustentou os ofícios de justiça, proporcionando também o pagamento dos serviços de justiça e de suas alçadas.

O inverso pode ser percebido nas atuações ex-offício, como o caso das devassas, que não eram recompensadas com pagamento dos serviços. Isso explica as recorrentes orientações sobre a necessidade de cuidar de processos de presos pobres, uma vez que não havia réu para custear o pagamento de seus serviços. Há ainda que considerar a necessidade de regulamentar a distribuição de processos para lembrar o montante de custas que os interesses dos oficiais de justiça envolviam. O exercício dos cargos de oficiais de justiça era compensado com o pagamento das mercês, e esses pagamentos se transformaram em elementos de constante lembrança nos textos peticionários.

Esse quadro funcional emoldura a situação geral dos processos e confere maior significado à quantidade de réus listados no rol de culpados que não procediam aos seus livramentos. Por outro lado, as queixas oficiais constantes nos textos da correspondência e nas representações camarárias que denunciavam a frequente permanência de impunidade criaram a ideia de que os crimes não eram punidos. No entanto, a regulamentação das punições sempre demonstrou a preocupação com a credibilidade da justiça e, a despeito dos chamados vadios e bandidos que não eram os visitantes dos tribunais locais, a ordem apresentava sua versão adaptada, demonstrando que proceder a um livramento implicava assumir custas com as quais os pobres não poderiam arcar, pois não possuíam renda. As reclamações que diziam

⁵¹⁶ RAPM, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano III, p.96-97, 1898.

⁵¹⁷ RAPM, *loc. cit.*

escandalizar as partes ofendidas se referem, sobretudo, aos casos em que o ofendido via o seu ofensor transitar diante de seus olhos; foram situações que o governo português desde logo entrou a regulamentar. Nesse sentido, a colônia, como “ergástulo para os delinquentes”,⁵¹⁸ ganha uma conotação específica, estabelecendo as condições implícitas nas quais o tratamento e o lugar social dentro da colônia e, especialmente, no território das Minas, ganharam ainda mais os contornos da diversificação social e do tratamento diferenciado. Territórios antigos seriam os pontos de domínio da parcela que mantivesse algum vínculo de sustentação social, pode-se pensar nas elites locais e seu séquito e, nesses espaços, a permanência somente seria garantida com a inserção em determinada rede de relações sociais. Aos desclassificados, aos não-proprietários, aos “não-vizinhos” e “não-pares” restavam as áreas a serem abertas. A fronteira transformava-se no lugar onde a “iniquidade e/ou omissão da ação pública alimentava [...] a noção da legitimidade da violência”.⁵¹⁹

Os níveis internos de estruturação econômica ao lado do processo de desclassificação social no território mineiro são elementos a serem considerados quando se trata de refletir sobre a punição, a criminalidade e a efetividade do processo jurídico e penal. As diferenças internas definiram lugares e matizes sociais que variaram também quando se tratava do processo punitivo. Segundo Anastasia (2005), a capitania das Minas, razoavelmente urbanizada, reteve nos sertões os lugares onde a autonomização da burocracia gerou o grau mais baixo de institucionalização política, entendendo-se por institucionalização o respeito às regras estabelecidas para a convivência entre os vassalos e as autoridades reais.⁵²⁰

Ao se discutir sobre quem são os delinquentes, cabe pensar até mesmo em quem são os bandidos e, ao que parece, os envolvidos nos processos de livramento não são os mais desclassificados nas Minas, uma vez que o tratamento jurídico ofertado e, conseqüentemente, sujeito a pagamento, não abria amplo espaço para os pobres e desclassificados sociais. Por esse motivo, os que conseguiam as suas cartas de seguro e tratavam de seu livramento eram as pessoas menos pobres da Vila de São João del Rei.

Discutindo sobre a construção dos espaços de violência, através da organização político-administrativa da Capitania de Minas Gerais, Anastasia apresentou o debate que envolveu desejo e conseqüentes tentativas de institucionalização política dos sertões das Minas Gerais. Segundo a autora, a ausência de concordância entre as opiniões sobre o melhor

⁵¹⁸ SOUSA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. p.57.

⁵¹⁹ ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.22.

⁵²⁰ *Ibidem*, p.2.

e mais útil aproveitamento das áreas de sertão demonstra que esse tema nunca atingiu o consenso entre as autoridades metropolitanas. A reiterada apresentação de demarcação de áreas proibidas, voltada para a inibição de construção de territórios de mando nos sertões, culminou com a proibição, efetuada em 1766, na qual o rei de Portugal, atendendo as repetidas queixas que chegavam a sua real pessoa, provenientes dos moradores da capitania, regulamentava a ocupação territorial de áreas sertanejas. A consecução de atrocidades, cometidas por escravos fugidos, forros e malfeitores em geral, foi enfrentada com a proibição de sítios volantes, ranchos sem estabelecimento permanente e sólido, resultando na determinação para que os indivíduos que se achassem dispersos se estabelecessem em povoações civis com mais de 50 fogos, juiz ordinário, vereadores e procurador do conselho. Uma equipe que repartiria entre si as terras adjacentes.⁵²¹

Por outro lado, Anastasia ainda lembra que, do ponto de vista das autoridades, nunca houve um consenso sobre a melhor forma de utilizar e, ao mesmo tempo, garantir os domínios do sertão, pois, em paralelo com as desordens provocadas pelos “facinorosos” locais e seus mandatários, nas áreas de fronteira, colocava-se também, sobretudo nas últimas décadas do século XVIII, em que os sinais de esgotamento dos veios auríferos eram inegavelmente demonstrados com decréscimo acentuado nas arrecadações tributárias, a descoberta de novos territórios de mineração. Ela recorda que, em 1768, Luis Diogo Lobo da Silva, governador da capitania de Minas Gerais, escrevia ao vice-rei, afirmando a utilidade dos “facinorosos de primeiro escândalo” e dos “régulos que de poder absoluto se entretinham com o séquito de armas”, e apresenta como cerne do problema a questão do domínio e ocupação dos territórios⁵²².

Segundo Lobo da Silva:

[...] se têm principiado não poucos arraiais, que devem a sua origem aos referidos fugitivos, e se conservariam em país inculto e inútil a não serem por eles descobertos, por não se animarem os ricos e estabelecidos a romperem-nos sem se sujeitarem à calamitosa e miserável vida e riscos, a que se expõem os que [...] obrigados do receio dos mencionados delitos [...] se resolverem a busca-los [...].⁵²³

⁵²¹ ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.56-57.

⁵²² *Ibidem*, p.41.

⁵²³ SILVA, Lobo da. AHU. Cx 93, Doc. 56. *apud* ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.41

5.1 A comarca do Rio das Mortes: história e historiografia

A divisão em comarcas, subdivididas em termos que, por sua vez, se multiplicavam em distritos no território da capitania de Minas foi preservada na fase provincial, alterando-se apenas o número dentro de cada esfera. À medida que o século XIX avançava, aumentava o número de comarcas, termos e distritos, fazendo a malha administrativa imperial crescer, através das emancipações que não se faziam isentas de disputas localizadas.

O jogo imperial de dominação econômica e social, sustentado também no exercício de funções públicas locais e provinciais — mantido com a sede de graças honoríficas,⁵²⁴ legaria um discurso histórico que foi absorvido pelos trabalhos historiográficos, dando margem para a consolidação de uma produção historiográfica, sobretudo de ordem política, com larga sobrevida. Projetando-se em décadas posteriores, os estudos históricos destacariam apenas o papel da exploração aurífera do século XVIII mineiro, silenciando sobre a existência de outras formas de produção econômica e seu consequente desdobramento social, influenciando, sobretudo, os rumos da crença histórica. No século republicano, outros discursos somar-se-iam à vertente herdada do período anterior, inserindo o tema da liberdade no ideário histórico do território mineiro, realçando as dificuldades de convivência com as formas despóticas da exploração portuguesa, sobretudo aquelas ditadas pela imposição da ordem no território aurífero, então ameaçado com a desordem de sua constituição social e, mais tarde, com o rigor fiscal implantado com a queda drástica das arrecadações tributárias.⁵²⁵ A incorporação

⁵²⁴ Maria Beatriz Nizza da Silva discutiu o processo de nobilitação na colônia. Ao assegurar que “nem mesmo a mudança do regime político, a 26 de fevereiro de 1821, fez desaparecer a sede de graças honoríficas entre os habitantes do Brasil”, ela destaca que, dentre as mercês mais solicitadas, estavam, sem dúvida, os cargos da administração régia na colônia. Por outro lado, cumpre também lembrar que a transferência da corte portuguesa para o Brasil forçou que o desdobramento administrativo se fizesse em termos de território ultramarino (Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p.11, 81; GOUVEIA, Maria de Fátima S. As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro. In: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005). Nesse artigo, a autora apresenta a sequência de medidas administrativas que desdobraram o aparato jurídico no território do Rio e sua participação na constituição política do Império.

⁵²⁵ Cf. SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Identidades políticas e a emergência do Estado nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p.522. A abordagem que essa autora intenta sobre a inserção mineira na participação identitária contempla de forma nítida essa questão. Segundo ela, o discurso da mineiridade pode encontrar suas raízes na participação dos grupos mineiros no processo da independência do estado e nação brasileira e contém elementos do jogo político dos anos de 1820-1822. Inserindo-os na historiografia sobre a independência, ao tratar o debate em torno das rupturas e continuidades com amplo espectro sobre a produção historiográfica, ela define e questiona “a adesão automática e unânime à opção pedrina e mesmo monárquica, na província mineira, apresentada como solução conjuntural”, acrescentando ainda que “da mesma maneira que a identificação do projeto liberal-moderado à ‘unidade da Nação’, se revelou em uma construção da própria elite estudada”.

dessas vertentes interpretativas pela produção historiográfica resultaria em um discurso de decadência econômica do século XIX mineiro, porque distanciado da produção direta de artigos de exportação. A revisão historiográfica da decadência econômica e social mineira do século XIX destacaria, a partir da década de 70, o papel exercido pela comarca do Rio das Mortes no comércio de abastecimento do Rio de Janeiro, centro administrativo do Império Português, a partir do ano de 1808, quando se tornou a sede da corte portuguesa no Brasil.⁵²⁶

A comarca do Rio das Mortes foi, no ano de 1819, apresentada por Saint-Hilaire⁵²⁷ como a mais meridional das cinco comarcas mineiras e estava dividida em oito termos. Desde as últimas décadas do século XVIII, essa região foi marcada por transformações significativas. Saint-Hilaire comenta que, “outrota, a comarca produzia muito ouro”, mas que, à época de sua visita, no ano de 1819, “é à agricultura e principalmente à pecuária que se dedicam os habitantes da região”. O intenso comércio entre os mineiros e a praça comercial do Rio de Janeiro não lhe escapara, pois o viajante reconhecia que a região era favorecida pela proximidade com a corte e pela facilidade em escoar seus produtos.

A história administrativa da comarca acompanhou as transformações mineiras. Implantada desde os primórdios da organização administrativa, juntamente com as primeiras três comarcas da capitania, São João del Rei recebeu os forais de vila no ano de 1713, transformando-se na sede da ouvidoria da comarca. Anos mais tarde, em fevereiro de 1720, foi criada a quarta comarca, a de Serro Frio, configurando-se o quadro de divisão judiciária com que o território das Minas atravessou todo o século XVIII. A quinta comarca, a de

⁵²⁶ Cf. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. A constatação de destaque que a função de abastecimento da corte teria exercido para a integração política centro-sul daria um desdobramento historiográfico para os estudos sobre a economia, sociedade, escravidão e trabalho no território das Minas Gerais. Esse impulso ganharia saltos historiográficos com os trabalhos de LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, que continuaria nos trilhos abertos pelo debate que envolveu MARTINS, Roberto B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1982. (Mimeo.) e SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. 1985. (Mimeo.) Esses trabalhos sobre economia, sociedade e escravidão teriam sido antecidos por MAXWELL, Kenneth. *Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 e SOUSA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. Esses estudos abririam vasto campo para um conjunto de produções de caráter monográfico que se desdobraria a partir da década de 1990. Novo alento a esse filão historiográfico seria introduzido pela tese de PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. 229f. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH/USP, São Paulo, 1996. 229f. Outras abordagens e temas engrossariam esse amplo conjunto e se destacariam buscando na matriz de PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, os trechos que destacam a participação mineira no centro das preocupações portuguesas, nelas incluindo a preocupação destacada com a comarca do Rio das Mortes: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São João del Rei (1831-1838). São Paulo: Annablume, 2002.

⁵²⁷ SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941. p.191-192.

Paracatu, somente foi criada em 1815.⁵²⁸ Muito embora a criação da comarca tenha acompanhado a primeira leva de divisões administrativas, sua definição meridional somente ganharia melhor contorno geográfico com os deslocamentos provocados pelas transformações do quadro econômico e seu consequente resultado social, decorrentes da queda da produção aurífera. Dos anos finais do século XVIII até o ano de 1833, a comarca não experimentaria mais alterações significativas.

Os primeiros sinais de esgotamento dos veios auríferos, na década de 1760, foram seguidos de uma reorientação econômica com ecos no comportamento demográfico, provocando situações que não foram neutras para a conformação geral das Minas, com destaque especial para a comarca do Rio das Mortes. Embora existam indícios de que as atividades rurais e agrícolas tenham sido organizadas em paralelo com a exploração aurífera desde os períodos iniciais da economia mineira,⁵²⁹ cumpre destacar que a ocupação e consequente criação da capitania se fizeram sob o impulso inicial de atividade mineradora. Significa, portanto, lembrar que os sinais do declínio da exploração aurífera seriam também acompanhados de mudanças no comportamento demográfico, resultantes da reordenação econômica dentre os mineiros. A organização da sobrevivência, a partir da década de 1760, se beneficiaria da exploração econômica implantada em caráter secundário na capitania, como salienta Caio Prado Jr.,⁵³⁰ ao afirmar que, no ano de 1765, as primeiras boiadas teriam descido das terras mineiras para o abastecimento de outras regiões. Esse comportamento estabeleceu o marco de uma reversão da lógica mercantil, quando teriam saído de Minas, especialmente da comarca do Rio das Mortes, o sul histórico de Minas, para o Rio de Janeiro, as primeiras exportações alimentícias.

Transformações demográficas acompanharam a tendência econômica, projetando a comarca do Rio das Mortes como ponto de alerta para o sistema administrativo. Ainda que as medidas visassem muito mais a evitar o suposto descaminho do que implantar possibilidades econômicas, a queda na arrecadação tributária configurou novo conjunto de ação governamental na organização geográfica e política do território mineiro, estabelecendo as políticas de conformação territorial como eixo político de um quadro socioeconômico em vias de transformações. Para isso, a delimitação territorial foi inserida na pauta das ações

⁵²⁸ CARVALHO, Theóphilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supressões, incorporações de desmembramentos de comarcas e termos em Minas Gerais (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.

⁵²⁹ Cf. GUIMARAES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, FAFICH, UFMG, n.4, p.85-99, jun. 1987; GUIMARAES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, FAFICH, UFMG, n.2, p.7-36, 1986.

⁵³⁰ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.198.

regulamentares. A aplicação local desse comportamento pode ser observada com o exercício de demarcação geográfica da porção meridional da capitania das Minas, a parte referente à comarca do Rio das Mortes, que teve seus limites definidos frente à capitania de São Paulo.

Segundo Alcides, entre os dias 20 de agosto e 03 de dezembro de 1764, Cláudio Manoel, no emprego de secretário do governo, acompanhou o governador Luis Diogo Lobo da Silva numa jornada aos confins da comarca do Rio das Mortes. O principal objetivo foi, ao abrir caminho pelo sertão, tomar posse para a capitania das Minas de novos territórios em áreas de disputa com a capitania de São Paulo.⁵³¹ Para a capitania, os primeiros sinais de esgotamento dos veios auríferos configuraram-se em transformações em que governantes e governados, engendrados em suas esferas sociais gerais e locais, tiveram que conviver, uma vez que se produziam situações novas. O viver cotidiano recebia, adaptava e devolvia para a organização administrativa geral um conjunto novo de situações.

As políticas de ocupação e concessão de terras devolutas também exemplificam a preocupação com o alargamento, crescimento populacional e consolidação do território mineiro. Ao promover o amortecimento das tensões urbanas nas vilas e arredores, através do emprego de mão-de-obra ociosa nos aglomerados urbanos e através da utilização dos vadios, a concessão de sesmarias empurrava a massa populacional para a abertura dos territórios fronteiriços. As preocupações de diluição dos conflitos sociais compuseram parte das diretrizes implementadas pelos governadores da segunda metade do século XVIII. A política concessão de terras pode ser evidenciada pelo número de sesmarias concedido nos governos do período. Diogo Lobo da Silva, entre 1764 e 1768, entregou 362 sesmarias, superado pelo Conde de Valadares, que, entre os anos de 1768 e 1773, concedeu 443 sesmarias.⁵³²

Os aspectos gerais da população mineira, nesse período, acusaram a existência de 70.769 brancos, 82 mil pardos e 167 mil pretos, totalizando 319.769 indivíduos no ano de 1776. Sendo esses números, 22,09% de brancos, 25,67% de pardos e 52,22% de pretos. Conforma-se, assim, uma população majoritariamente de cor, na qual os pretos e pardos representam juntos o índice de 77,9% do total.⁵³³ Muito embora a maioria dos desclassificados abrangesse a população de cor, a situação de pardos e negros em espaços da

⁵³¹ ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos*: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas 1753-1773. São Paulo: Hucitec, 2003. p.239.

⁵³² SOUSA, Laura de Mello e. *Norma e conflito*: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

⁵³³ No dizer de Laura de Mello e Sousa, “citada exaustivamente pelos estudiosos da história mineira”, a tabela de “População da província de Minas Gerais” foi invariavelmente utilizada por todos os historiadores que tratam da história mineira (Cf. SOUSA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. p.141; RAPM, ano IV, p.294-296.).

vila ou na posição de agregados em terras de fazendeiro, mesmo que ocupando posições estrategicamente cumpridas pela utilidade dos desclassificados, não deve ser pensada sem levar em consideração a questão da territorialidade.

Segundo Bergad,⁵³⁴ entre os anos de 1776 e 1786, no território das Minas, a população aumentou numa taxa anual de 1,4%. O mesmo autor enfatizou que os brancos constituíam pouco mais de um quinto de todos os habitantes da capitania em 1776 e ainda registrou que boa parte desse setor da população era do sexo masculino. Entre os mulatos livres, o autor registrou uma quantidade igual entre homens e mulheres no mesmo período.

A queda populacional registrada entre os anos de 1786 e 1808, na capitania, foi atribuída ao decréscimo das atividades mineradoras com um movimento de retração no comércio de escravos para o território das Minas. O índice de população escrava nesse período decresceu, aumentado provavelmente pelo movimento das alforrias, equilibrado com um aumento de negros e mulatos livres, constituindo-se na maior “categoria racial em Minas”. Em 1808, mais de 40% dos habitantes de Minas Gerais eram negros ou mulatos livres, índice demonstrativo de um comportamento diferenciado em relação ao ano de 1776.

Os índices do ano de 1776 demonstraram que 59% de todos os negros e mulatos estavam escravizados, enquanto, para o ano de 1808, a maioria da população de cor, 54%, era livre. Ainda para o ano de 1808, o índice dos negros livres na população total do território das Minas alcançava o percentual de 11,1%, e os mulatos livres atingiam a cifra de 29,9% da população mineira.

No entanto, a análise regional apresenta diferenças flagrantes no tocante ao comportamento demográfico no período entre os anos de 1776 e 1821. Ao separar a população das Minas em regiões correspondentes às quatro comarcas existentes até 1815, quais sejam, Vila Rica, Sabará, Serro Frio e Rio das Mortes, o autor detectou “impressionante crescimento da população na Comarca do Rio das Mortes”. A população da antiga zona de mineração, transformada em região predominantemente agropastoril a partir da segunda metade do século XVIII, cresceu em ritmo anual de 2%, no período que vai de 1776 até 1808, e atingiu a cifra de 3,3% de crescimento anual entre os anos de 1808 e 1821. Segundo Bergad, “este foi um aumento muito superior ao ocorrido em qualquer outra área da Capitania”.⁵³⁵

A comarca do Rio das Mortes também aumentou sua parcela no total da população de Minas Gerais, passando de 24% em 1776 para aproximadamente 41% em 1821. Embora as

⁵³⁴ BERGAD. Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

⁵³⁵ BERGAD. Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru/SP: EDUSC, 2004. p.157-170.

áreas ao redor de São João del Rei e São José d'El Rei fossem vilas antigas da primeira metade do século XVIII, “as regiões do sudeste e do distante oeste do Rio das Mortes eram verdadeiras áreas de fronteira no início do século XIX”.⁵³⁶

Da comarca do Rio das Mortes, a *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, de José João Teixeira Coelho,⁵³⁷ dizia que “era a mais vistosa e a mais abundante de toda a capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do país”, permitindo-lhe o provimento da população local, além de fornecer queijos, gados, carnes de porco para o abastecimento de toda a capitania. No ano de 1779, o autor da instrução deixou registrado que havia na Vila de São João del Rei uma Câmara, com dois juízes ordinários e mais oficiais de serviços, uma Intendência do Ouro, um ouvidor, um juiz de órfãos e um vigário da Vara.

A título de referência, cumpre destacar aqui o trabalho sobre o desenvolvimento regional na Província de Minas Gerais, apresentado por Clotilde Paiva. Sustentando-se no conjunto documental de listas nominativas para a Província, nos anos de 1831 e 1838, para a análise do desenvolvimento regional, e no relato dos viajantes, para a reconstituição histórica de regiões no território mineiro, a autora traçou um mapeamento do desenvolvimento regional. Ela agrupou as regiões de acordo com o nível de desenvolvimento, caracterizando-os em mais intenso, menos intenso e zonas de nível médio de desenvolvimento.

Desse modo, Paiva (1997) apresentou como polos de maior nível de desenvolvimento a parte composta pelas regiões sudeste, mineradora central oeste, Diamantina e Intermediária de Pitangui-Tamanduá, onde o mais intenso povoamento se dividia na concentração da maioria de vilas e arraiais. O grupo de menor desenvolvimento foi formado pelas regiões de Minas Novas, Paracatu, Sertão, Sertão do Alto São Francisco, Triângulo, extremo noroeste e Sertão do Rio Doce. O terceiro agrupamento reuniu Araxá, Sul central, Vale do Alto Médio de São Francisco, Médio baixo Rio das Velhas, Mineradora central leste, Mata e Sudeste, regiões que compuseram o quadro de regiões com médio nível de desenvolvimento. A autora ainda detectou que a presença de maiores informações para as regiões com maior vigor nos padrões de desenvolvimento podia ser resultado da existência de estrutura mais institucionalizada, porque fora previamente montada, e também porque as regiões tidas como as mais pobres exerciam menor estímulo aos relatos dos viajantes.⁵³⁸ A listagem de criminosos e o controle gerencial sobre os culpados pode ter seguido a mesma tendência,

⁵³⁶ BERGAD, *loc cit.*

⁵³⁷ COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. Cf. Capítulo 4º, p.79.

⁵³⁸ PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1997. 229f. Tese (Doutorado História Social) - FFLCH/USP, São Paulo, 1996. p.108, 127.

encontrando na comarca do Rio das Mortes maior estrutura punitiva que em outras regiões em territórios de fronteira. Acrescente-se a isso o fato de que a comarca do Rio das Mortes, juntamente com outras regiões de ocupação mais antiga, apresenta maior probabilidade de conhecimento da criminalidade do que outras regiões de ocupação e estrutura administrativa mais recentes. Para as zonas de fronteira, restava o fato de serem, aos olhos dos fugitivos, regiões abertas, onde tudo estava por fazer: desde a abertura de territórios e a imposição punitiva. A eles cumpria a função de massa bruta na constituição do que viria a ser a ordem.

Noutras palavras, a constituição do governo territorial das Minas se faria em diferentes graus de inserção, estabelecendo vários ritmos, diferenciando-se por regiões, distinguindo o lugar onde a instalação dos aparelhos de poder dos governantes portugueses já tivesse ocorrido e, de certa forma, se encontrava consolidada, e outras regiões onde os mesmos aparelhos de poder estariam ainda em fase bastante incipiente. As vilas de São João e São José e os distritos em sua jurisdição já abrigavam organizações sociais com poderes oficiais instituídos há décadas, mas essa ainda não tinha sido a tônica geral para a comarca como um todo e para a capitania de um modo geral.⁵³⁹

Laura de Mello e Sousa⁵⁴⁰ estabeleceu o ano de 1805 para o marco final de sua pesquisa, considerando que, nessa data, já se podia fazer uma avaliação adequada da queda aurífera e suas consequências. Um dos resultados desse redirecionamento seria confirmado pelo comportamento demográfico: a comarca do Rio das Mortes apresentou um crescimento populacional diferenciado. Referendada como uma das áreas mais próximas da corte, ligada a ela por vias terrestres, a comarca continuaria projetando-se no cenário mineiro com as destacadas atividades abastecedoras no momento de formação política do Brasil.⁵⁴¹

O setor de abastecimento sustentado nas rotas terrestres, objeto do estudo de Alcir Lenharo, produziu e exportou gado em pé, porcos, galinhas, carneiros, toucinhos, queijos e cereais a partir do sul de Minas, comarca do Rio das Mortes, campo propício para aquelas atividades. Segundo Lenharo,⁵⁴² esse mercado produtor e abastecedor, apesar de representar menor fatia da riqueza em termos de vulto comercial, concentrou a maior importância política, sobretudo no que se relacionou ao papel de administração e unificação exercido pelo Príncipe Regente, sediado na parte americana do Império Português. Ao setor de

⁵³⁹ A possibilidade de diferenciação na organização camarária foi discutida em RUSSEL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, ano XXVIII, n.109, v.LV, p.25-79, jan.-mar. 1977.

⁵⁴⁰ SOUSA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

⁵⁴¹ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

⁵⁴² *Ibidem*, p.25.

abastecimento por vias internas esteve reservada uma organização distributiva, vinculada às propriedades interioranas ou às firmas de tropas independentes, angariando para esse grupo de proprietários uma crescente influência política na corte portuguesa. Não foi fortuito que, na esteira da ampliação territorial da Comarca, o sul de Minas também constaria do programa de integração Centro-Sul, levado a efeito pela política joanina no Brasil. O autor entendeu a integração como o processo de articulação mercantil desenvolvido entre as áreas produtoras e o mercado consumidor, viabilizado pela comunicação existente entre os dois polos.

A formação das bases políticas fez uso dos recursos de abastecimento, envolvendo toda a dinâmica que isso acarretava. A regularização da produção dos gêneros, transporte e oferta de produtos alimentícios na praça do Rio de Janeiro implicou o estabelecimento de abertura e preservação de novas vias, na distribuição de propriedades em troca dessa abertura de estradas, bem como da ampliação territorial do cinturão produtivo e, sobretudo, no caso do estudo em questão, desembocou na necessidade de estabelecer a ordem, impondo seguimento punitivo aos culpados e criminosos. Os incentivos à povoação e colonização se fizeram com uma pródiga política de concessão de sesmarias no sul de Minas e a abertura das estradas do Comércio e da Polícia; segundo Lenharo, o projeto mais ambicioso da administração joanina, ligava o Rio de Janeiro à comarca do Rio das Mortes.⁵⁴³

Lenharo, na esteira de Caio Prado Jr, enumerou as condições da produção agrícola do sul de Minas, comparando a estrutura produtiva do território de fazendas produtoras de alimentos, separadas pelas cercas internas e muros de pedra. Muitas vezes, as querelas registraram que as brigas locais tinham sua origem com as cercas e fronteiras das propriedades rurais. Não foram raras as queixas de destruição de roças e árvores, bem como reclamações envolvendo as passagens e caminhos. O mundo rural das fazendas mineiras esteve muito bem representado nas ofensas praticadas.

O desenvolvimento econômico e comercial da comarca do Rio das Mortes e da Vila de São João del Rei, cabeça da comarca e sede da ouvidoria, foi mais estudado ao longo do século XIX,⁵⁴⁴ permanecendo grande lacuna do conhecimento acerca do primeiro século da história da comarca. Numericamente, há um menor índice de pesquisas sobre a situação da comarca no XVIII, muito embora já existam sinais de sua vitalidade, como foi demonstrado

⁵⁴³ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. p.63.

⁵⁴⁴ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São João del Rei (1831-1838). São Paulo: Annablume, 2002.

por Kenneth Maxwell,⁵⁴⁵ ao tratar a elite mineira e sua participação na Inconfidência Mineira. Há, até o ano de 1831, as descrições feitas pelos viajantes. Saint-Hilaire destacou o movimento na cidade e registrou a existência de muitas casas de comércio, fato que contribuía com o aspecto da vila, vista pelo viajante como bastante dinâmico, conforme se pode apreender de seu comentário: “Tudo aí parece vivo e animado”.⁵⁴⁶ Além do abastecimento do Rio de Janeiro, a Vila de São João ainda abastecia o mercado regional. Vila Rica contava com o abastecimento de São João del Rei,⁵⁴⁷ e a vila também funcionava como entreposto regional, recebendo as boiadas de Paracatu.⁵⁴⁸

A importância estratégica da região abastecedora ainda pode ser dimensionada com a movimentação das forças políticas no ano de 1822. Referindo-se às tendências radicalistas da junta ouro-pretana e à diversidade de tendências que envolveu o partido liberal mineiro, Ana Rosa Cloclet da Silva ressalta que “a historiografia tem sido menos atenta a dimensão das diversidades em causa, acostumando-se a confrontar o radicalismo da junta (ouro-pretana) ao pronto adesismo à opção pedrina”.⁵⁴⁹ Ela defende que a adesão pode ter comportado outros sentidos e ter funcionado como um dos condicionantes, bem como os motivos de êxito, da primeira viagem de D. Pedro a Minas, entre março e abril de 1822, a região dominada majoritariamente pelos interesses agrário-mercantis. O roteiro da viagem foi um percurso pelas fazendas produtoras de alimentos e vilas ligadas ao comércio de abastecimento, acentuando nada menos que a importância política determinada por esse setor econômico-social.

Os processos-crimes derivados dessa realidade socioeconômica demonstraram que a influência dos contatos com a corte do Rio de Janeiro, bem como a criação de vínculos de interesse fariam da região um local para o qual se buscava a implantação de uma sociedade mais ordenada. Provavelmente, muitos criminosos perseguidos na comarca teriam que abandonar a vila “tão antiga” e bem servida de “juízes de vara branca” para encontrar refúgio na fuga.⁵⁵⁰ A própria comarca contava com regiões de sertão para acampar os culpados.

⁵⁴⁵ MAXWELL, Keneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁵⁴⁶ SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941. p.191 *et seq.*

⁵⁴⁷ SAINT-HILAIRE, *loc cit.*

⁵⁴⁸ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. p.90.

⁵⁴⁹ SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Identidades políticas e a emergência do Estado nacional: o caso mineiro. In: JANCÓS, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p.533.

⁵⁵⁰ AMRSJ. Libelo de Domingos de nação Rebolo e Maria de nação Congo e Felisbina Maria de Xavier, 1828, Caixa 10. Opiniões manifestas pelo ouvidor Francisco de Paula Monteiro.

O leque das possibilidades econômicas, desde a produção, transporte e abastecimento da corte até o exercício de funções comerciais e de produção de artefatos urbanos, constituía-se em fator de dinamismo econômico com amplas ofertas de ocupação, também transformava a região em um polo atrativo para a camada desenraizada, pobre e detentora de liberdade de circulação. A constituição de ampla camada de pardos exercia pressão sobre os guardiões da ordem jurídico-social e dos oficiais a serviço da justiça régia, que ocupavam lugar numérica e instrumentalmente inferior ao desdobramento quantitativo dos recém-chegados ao mundo livre. A circulação da camada desenraizada que, ao mover-se de um lugar para outro, em busca de melhores condições de inserção social, ampliava a defasagem da capacidade de ação do já exíguo aparelho instrumental de policiamento.⁵⁵¹

É possível que o crescimento populacional apresentado pela comarca favorecesse a concentração de um contingente de pardos na região do Rio das Mortes. É também possível dimensionar o desequilíbrio que o índice de forros e pardos poderia introduzir na comarca do Rio das Mortes, impondo tensões na organização da ordem e dos serviços punitivos prestados. Discorrendo sobre a camada de pardos e forros e seu potencial fator de instabilidade, constituído nas redes de solidariedade e nos laços espontâneos de aproximação política em situações de polarizações indesejadas, Ana Rosa Clocllet da Silva⁵⁵² apresentou a carta missiva dirigida por José Fernandes de Sousa para a Comissão do Ultramar, em 15 de setembro de 1821, contendo a sugestão dos pontos a serem discutidos na Assembleia Nacional. Segundo o documento, o problema dos vadios persistia e precisava ser discutido “para o bem do povo daquela comarca”, conforme se apresenta:

Na Província de Minas há infinitos vadios, homens brancos, mestiços, pardos, cabras e crioulos forros, que se não sujeitam ao trabalho, dados a horrorosos vícios, cujos fazem por isso mil desordens, furtos e assassinios, tolerando-lhes os Comandantes das Ordenanças quase todos semelhantes desatinos, e mesmo lhes é dificultoso extingui-los, pois sendo perseguidos em um distrito, mudam-se para outro, e não obstante várias ordens superiores respectivas, pouco ou nada se remedia; carecendo, portanto, as mais ativas providências de severa polícia: os quais podem servir no Exército ou na Marinha.⁵⁵³

⁵⁵¹ HESPANHA, António Manuel. *Justiça e litigiosidade: historia e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p.297 e “A punição e a graça”. In: MATTOSO, José; HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal*. O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v.IV, p 239-247. RUSSEL-WOOD, A. R. J. *Varia História*, Códice Costa Matoso, Número Especial, Belo Horizonte, Fafich/UFMG, n.21, p.100-118, jul. 1999.

⁵⁵² SILVA, Ana Rosa Clocllet da. Identidades políticas e a emergência do Estado nacional: o caso mineiro. In: JANCÓS, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p.527.

⁵⁵³ Carta missiva de José Fernandes de Sousa para o presidente da Assembleia Nacional, dirigida à Comissão do Ultramar, apresentando os vários pontos que necessitam ser discutidos para bem do povo daquela comarca. Avulsos do Conselho Ultramarino – Minas Gerais, ms 544, cdx. 188, rolo 174, doc.24, Biblioteca Nacional do

Compreende-se, assim, o fetiche que a ordem exerceu para a administração dos mineiros. Em ação governativa, logo os detentores de cargos se ocuparam em trocar informações sobre a criminalidade, dando notícias da situação dos presos e oferecendo lista nominal dos réus com seus crimes para a presidência da província, a partir do ano de 1823. A insistência em conhecer o perfil dos criminosos permaneceria em toda a década de 20.

Até então, as notícias circulantes sobre a divisão de comarcas em Minas foram dadas por Saint-Hilaire,⁵⁵⁴ que apresentou a divisão da comarca em termos e distritos, dispondo a leste a Vila de Barbacena e Queluz, que faziam fronteira pelo oeste com os termos de São João del Rei e São José, ao centro a Vila de Campanha da Princesa, em direção ao norte Santa Maria de Baependi, e ainda mais em direção norte o termo de Tamanduá, e do extremo oeste estaria o termo de S. Carlos de Jacuí. Embora discordando, ele noticia o fato corrente de se dizer que os limites das comarcas mineiras eram seguidores de divisões bastante naturais, determinados pelas bacias hidrográficas. Assim, a comarca do Rio das Mortes ocupava toda a bacia do Rio Grande, ficando a comarca do Sabará com os distritos mais distanciados do Rio São Francisco, a Vila Rica seria a comarca com as ocupações das nascentes do Rio Doce e as do Serro, as de Araçuaí. O viajante conclui que essa divisão não era adotada e que a comarca do Rio das Mortes abrangia também as nascentes do Rio São Francisco.

Mas a toponímia praticada na localização das práticas criminais estava longe de seguir aquela oficialmente apresentada, e ela sinaliza a existência das pequenas posses e explorações agregadas nos territórios mineiros, bem como ilustra o mundo das fazendas. Algumas aproximações nas nomenclaturas parecem indicar que algumas regiões apresentaram suas queixas de forma mais intensa. Saint-Hilaire escreveu que o Rio das Mortes lançava-se no Rio Grande “a vinte léguas” de São João del Rei, “do lado oeste acima de Ibituruna” e que nascia perto de Barbacena, “num sítio situado a uma légua do registro velho, e chamado Lavra de N. S. de Oliveira”. Em comparação, como revela o quadro a seguir, os nomes das paragens e pequenas propriedades, onde os crimes aconteceram, revelam grande indefinição de nomes e lugares. Mesmo depois de submetidas a uma tentativa de padronização, a imensa variedade apresentada indica um raio de propriedades correspondentes à bacia do Rio das Mortes.

Rio de Janeiro, Seção de manuscritos. Citado em SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Identidades políticas e a emergência do Estado nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p.527.

⁵⁵⁴ SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941. p.192.

**QUADRO 5.1: DEMONSTRAÇÃO DAS PARAGENS, FREGUESIAS, DISTRITOS
CITADOS NO ROL DE CULPADOS DA COMARCA DO RIO DAS MORTES COMO O
LOCAL DE OCORRÊNCIA DO CRIME**

Nomes de Distritos, Freguesias e Paragens	Nomes de Distritos, Freguesias e Paragens
1- Distrito do Rio das Mortes Pequeno;	14-Arraial do Espírito Santo da Varginha, Freguesia de Lavras deste Termo;
2- Distrito da Capela do Espírito Santo;	15-Distrito de São Miguel da Laguna;
3- Distrito das Lavras do Funil/ Freguesia das Lavras do Funil desta Vila;	16-Paragem do Pouso Alto, vizinhança do Rio do Peixe, Mantiqueira abaixo;
4- Distrito dos Três Pontos de Lavras;	17-Freguesia de Baependi;
5- Águas Turvas de Dolores do termo desta Vila;	18-Freguesia das Lavras do Funil na Paragem de Ingahy;
5- Paragem do Taboão, Distrito do Arraial das Lavras do Funil;	19-Freguesia de Pouso Alto, Paragem de Passa Quatro/ Freguesia do Pouso Alto;
6- Distrito do Ibituruna;	20-Paragem chamada o Funil do Rio Grande;
7- Distrito do Porto do Rio Grande da Freguesia de Lavras;	21- Rio do Peixe em Baependi/ Baependi;
8- Distrito de Nossa Senhora da Piedade da Freguesia e Termo desta Vila/ Distrito da Piedade/ Distrito Nossa Senhora da Piedade;	22- Paragem de Pouzo Alegre nas vizinhanças do Rio do Peixe e Mantiqueira abaixo;
9- Distrito do Cajuru;	23- Brumado de São Gonçalo;
10- Distrito de Três Pontas de Lavras;	24-Vizinhanças do Arraial da Conceição da Barra;
11- Passagem da Vargem Grande nas Lavras do Funil;	25- São João de Nepomuceno da freguesia das Lavras do Funil;
12- Córrego do Queima Sangue Distrito do Rio das Mortes Pequeno;	26-Nossa Senhora do Porto do Rio Grande, Termo desta Vila;
13-No lugar denominado Cardoso, Freguesia das Dolores do Pântano termo desta Vila;	

A descrição que Saint-Hilaire fez de São João del Rei não descuidou dos aspectos jurídicos. Apresentou a cadeia como um prédio muito baixo, “de rés-do-chão”, e, segundo o hábito quase geral no território, “os presos nas grades das celas, conversando com os transeuntes ou implorando caridade”. As notícias correntes, tomadas de outros viajantes, fizeram-no dizer que “são na maioria assassinos”. Descreveu também as casas do ouvidor e da intendência como “dois edifícios pouco consideráveis, porém bonitos”.⁵⁵⁵ Sua imaginação saíra aguçada de Lagoa Dourada, onde um morador comentou que a aldeia “seria muito rica”,

⁵⁵⁵ SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941. p.204.

se os “habitantes não tivessem excessivo gosto pelas demandas e não gastassem em processos todo o dinheiro que possuem”.⁵⁵⁶

5.2 Na ouvidoria da comarca do Rio das Mortes: o rol dos culpados

As pessoas, os crimes e os lugares, na comarca do Rio das Mortes, traçaram quantitativamente alguns sinais que devem ser problematizados frente às diferentes possibilidades que a punição assumiu. Assim, as fontes apresentam questões que, se não interessantes, pelo menos, podem ser trabalhadas como hipóteses. O rol de culpados localizado para a Vila de São João del Rei registrou nomes dos culpados em três livros a partir de 1773, com uma elaboração ininterrupta no período correspondente ao intervalo entre os anos de 1773 e 1832. Referiu-se ao acompanhamento da vida dos culpados enquanto perseguidos pela malha da justiça no citado período e, depois dessa data, apresenta-se com grandes interrupções, embora elas ocorram para os períodos fora do escopo desta pesquisa.

Com as informações do rol, foi montado um banco de dados que, prioritariamente, exige algumas explicações e observações acerca de sua confecção e método de exploração. O rol, principalmente no que se refere aos procedimentos legais, foi uma fonte de registro em que se acompanhou a vida dos criminosos, portanto, seus relatos não foram congelados no tempo. Esse fato lhe garantiu uma dinâmica que movimentou o mundo das perseguições criminais, mas que, no entanto, transformou-o em avesso à padronização. Muitos são os exemplos de pessoas que recebiam mandado de prisão e, dentre elas, algumas chegavam a ser presas e terminavam na categoria de “livres” porque procederam ao livramento, outras fugiam da cadeia, ou ainda outras sequer chegavam ao cárcere. Outros são exemplificados nos casos que tinham a culpa remetida para a Casa de Suplicação ou para a Cadeia da Vila. Outros muitos casos revelaram que o fora-da-lei era perseguido. Ele conseguia fugir, evadir-se da cadeia, andar pelo Rio de Janeiro ou pelas terras de São Paulo, até mesmo ausentar-se para Lisboa, sem, contudo, escapar das redes do poder, pois, em algum momento, a pendência delituosa tinha que ser dissolvida. Quer pelo acórdão da Relação, ou pela avocação da culpa, ou pelo perdão, livramento, ou, ainda, pela morte em campanhas, circunstância em que os vadios eram úteis, a situação encontrava um desfecho na comarca do Rio das Mortes.

⁵⁵⁶ *Ibidem*, p.188.

A estrutura carcerária era precária. Os crimes acontecidos na cadeia, como “arrombamento”, seguido de “fuga” e “tirada” de presos, representam as ações praticadas em uma sociedade em que a lei positiva estava longe de ser implantada, e os sujeitos envolvidos souberam encontrar as formas de adaptação e, sobretudo, viveram sob essas estruturas organizacionais.

Outras perspectivas de observação foram abertas pelo trabalho de análise do rol. Por exemplo, a existência de dois juízes com o nome de Antonio Felisberto da Costa, o primeiro exercendo o cargo de juiz ordinário, por volta do ano de 1811, e o segundo, juiz de fora, por ocasião do ano de 1829. Ainda com relação aos nomes, foi detectada a presença de dois sobrenomes Paula Monteiro: um Antônio e outro Francisco Paula Monteiro. Esse fato pode indicar que tais pessoas eram de um mesmo ramo familiar, situação que abre perspectivas de estudo das várias formas de constituição desses quadros burocráticos, permitindo entender o parentesco como elemento de sociabilidade no exercício de funções judiciárias. Francisco Paula Monteiro é um dos sujeitos destacados neste trabalho, pois foi o autor da petição em favor de Maria de nação Congo, na qual denunciou as práticas ilegais de encarceramento. Esse juiz de fora, ao empreender com rigor a demanda no caso de Domingos, de nação Rebolo, e Maria de nação Congo, registrou a exclamação sobre a questão jurisdicional nas Minas, perguntando-se “quem poderá crer que em uma vila antiquíssima como esta”, a Vila de São João, “onde há magistrados sábios de vara branca” se tenham praticado “semelhantes fatos contra a forma das leis!”⁵⁵⁷ Seu trabalho foi alvo de destaque por assinar muitos processos no ano de 1830, motivo pelo qual chamou a atenção de Ivan Vellasco.⁵⁵⁸ A mudança de patente foi bastante comum, revelando a possibilidade de que as carreiras mantivessem um ciclo e assinalando a presença de acúmulo de funções, com a probabilidade de ocorrência de outros envolvimento profissionais nas vidas dos sujeitos estudados a partir do rol.

Pontualmente, algumas situações foram muito sugestivas no trabalho do rol de culpados da comarca do Rio das Mortes. O réu que “se apresentou com primeira carta de seguro negativa por um ano, no dia de 24 de abril de 1811”, dez anos mais tarde reapareceu com a informação de que estava “com mandado de 30 de maio de 1821”, para, em seguida,

⁵⁵⁷ AMRSJ. Processo-crime, caixa10/Libelo de Domingos de nação Rebolo e Maria de nação Congo e Felisbina Maria Xavier, 1828, p.52v. Teixeira Coelho também dissera o lugar para onde os vadios e delinquentes deveriam ir: Caeté, Peçanha, Abre Campo.

⁵⁵⁸ VELLASCO, Ivan. *As sedução da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais - século XIX*. São Paulo: Edusc, 2004.

ficar “livre por sentença de 24 de setembro de 1821”.⁵⁵⁹ Outra situação que merece destaque relaciona-se ao réu que, em 1817, foi apresentado “com mandado de prisão no mesmo dia”, mas, que, no dia 4 de outubro de 1817, recebeu o “segundo mandado”. Dez anos depois, o documento o registrou como “preso na cadeia” e “livre por acórdão da Relação de 6 de março de 1827”.⁵⁶⁰ No mesmo ano de 1817, o réu foi, “com mandado de prisão, preso” e depois “livre por sentença, em 1821”.⁵⁶¹ Em 1805, o caso do “preso (que) fugiu duas vezes (e foi) morto em resistência à prisão” é indicativo de que os crimes se mantinham sem prescrição e, para circular livremente na sociedade colonial, era preciso prestar as contas à justiça local.⁵⁶²

As visitas realizadas pelos oficiais responsáveis pelo acompanhamento dos procedimentos legais mostravam o dinamismo do desenrolar da vida processual do réu, uma vez que esse rol de culpados era revisado, em diversos momentos, com vistas a acompanhar a vida do culpado. Nesse sentido, a coluna em que o procedimento legal foi registrado apresentou mais de um tipo de informação, porque abarcou um período de tempo mais extenso. Os registros demonstravam, por exemplo, que o réu “apresentou-se com carta de seguro em 7 de outubro de 1775”, ou, ainda, sugeriam que a ré, “segura com livramento”, foi livre por “sentença do Juiz Ordinário, foi apelada pela Ouvidoria”.⁵⁶³ Há também a descrição da vida processual do réu que “se apresentou com carta de seguro em 4 de junho de 1818, alcançada no Juízo da Ouvidoria por um ano”. Depois fora expedido seu “mandado de prisão, em 6 de setembro de 1820”. Há também o relato que envolve a situação criminal que forçara o réu a apresentar-se “com segunda carta de seguro, em 4 de julho de 1822, alcançada pelo Desembargo do Passo deste Reino”,⁵⁶⁴ embora sua devassa apareça com data de 1804.

O ano de 1829 assistiu às ações de prisão irregular, em que o réu foi “preso, (depois) livre por não haver crime algum”. Isso depois da criação do Juiz de Paz, que deveria ser um elemento de conciliação nas localidades.⁵⁶⁵ O ano de 1794 destacou-se pelo costume de passar mandados de prisão aos querelantes. Isso pode indiciar a ação de um ouvidor ou juiz específico, no entanto, revela também o caráter peculiar da querela, que dava direito ao querelante de procurar o seu ofensor e dele tomar notícia.⁵⁶⁶ Muitas devassas foram remetidas em busca de seus culpados, como houve referências aos casos em que foi “remetido a Devassa porque pensa que se acha o mesmo réu em Vila Rica”, ou, ainda, quando foi a

⁵⁵⁹ ARMSJ. Rol de Culpados, registro 1108.

⁵⁶⁰ ARMSJ. Rol de Culpados, registro 894.

⁵⁶¹ ARMSJ. Rol de Culpados, registro 1103.

⁵⁶² ARMSJ. Rol de Culpados, registro 573.

⁵⁶³ ARMSJ. Rol de Culpados, livro 1, p.15v.

⁵⁶⁴ ARMSJ. Rol de Culpados, livro 1, p.25v.

⁵⁶⁵ ARMSJ. Rol de Culpados, registro 777.

⁵⁶⁶ ARMSJ. Rol de Culpados, registros 224, 250, 654.

“devassa enviada para Vila Rica”.⁵⁶⁷ Em 1797, houve o registro do homem que ficou “livre por ambos os crimes”, indiciados em uma devassa.⁵⁶⁸ Apareceram também os nomes de réus que fugiram da prisão e, em 1780, houve um caso com a indicação de que o culpado fora “executado”.⁵⁶⁹

Pela prática judicial, até mesmo os sujeitos históricos detentores de certo prestígio social poderiam ver seus nomes inclusos na lista. Sendo a matriz doutrinária eivada de costumes e a organização social predominantemente organizada em redes clientelares, com intensa malha de sociabilidade, todos os estratos sociais poderiam mostrar-se afeitos aos conflitos, desembocando em situações que, frequentemente, terminavam em brigas envolvendo herdeiros, marido e mulher, vizinhos, inimigos, órfãos e viúvas dos falecidos. As querelas e devassas perfilavam esse mundo social e, sentenciando “em pronúncia” as pessoas envolvidas nas brigas cotidianas, mandavam listar no rol aqueles envolvidos em desavenças, considerando-os culpados. Sair na condição de culpado e pronunciado à prisão e livramento em um processo de querela ou devassa não era algo tão improvável, ao contrário, foi bastante corriqueiro.

Já se tem conhecimento de que, da prisão, os réus se eximiam seguros, e o livramento era realizado via processo ordinário, ambos representando medidas judiciais que expunham os nomes dos culpados, mantendo-os nas redes do poder durante certo período de suas vidas. Diante disso, o estudo do rol de culpados revela aspectos cruciais da sociedade em questão. No entanto, a principal ressalva a ser feita relaciona-se ao indivíduo que não esteve com seu nome no rol e possuiu pendências com o sistema de justiça. Ele esteve sob a justiça sumária ou sob a forma oral do processo, que não ganhou registro nos estilos e, nesse caso, não está considerado neste estudo. Há, ainda, aquele sujeito que simplesmente fugiu, procurando as áreas de fronteira ou mantendo-se à margem da rede da organização econômica e social da sociedade colonial. Esse grupo intangível ou, no limite, tangenciável apenas pelo acaso, são os maiores representantes da esfera verdadeiramente marginalizada da sociedade em terras do “além mar”. Importante não esquecer que a parcela com nome no rol representa uma fração interessante da sociedade estudada, embora não incorpore todas as questões relacionadas ao mundo dos conflitos.

⁵⁶⁷ ARMSJ. Rol de Culpados, registros 710-706-928.

⁵⁶⁸ ARMSJ. Rol de Culpados, registros 502-267.

⁵⁶⁹ ARMSJ. Rol de Culpados, registros 1102-7.

5.3 Estudos quantitativos do rol de culpados da comarca do Rio das Mortes

A primeira observação efetuada no rol de culpados voltou-se para a quantificação anual dos processos de querela e devassa que pronunciaram réus, incluindo-os no rol de culpados. Os períodos recordes na inclusão de nomes se encontraram nos anos de 1794 e 1795, período coincidente com aquele que apresentou alto índice de querela, e os anos de 1811 e 1812, que podem, por sua vez, refletir a instituição do cargo de juiz de fora na Vila de São João del Rei. Os segundos maiores índices de processos foram localizados nos anos de 1790 e nos anos de 1828 e 1829, como indica o gráfico a seguir.

GRÁFICO 5.1 - NÚMERO DE PROCESSOS QUE GERARAM INCLUSÃO DE NOMES NO ROL DE CULPADOS NO PERÍODO 1773-1831

Fonte: Rol de Culpados da comarca do Rio das Mortes: Vila de São João del Rei.

Os procedimentos jurídicos a partir dos quais foram extraídas as culpas registradas no rol se dividiram em 377 querelas, 714 devassas, 06 autos. Dentre os pronunciados com nome inscrito no “número dos culpados”, a condição jurídica listou 184 escravos, divididos em 173 homens e 11 mulheres; 95 forros, sendo 88 homens e 7 mulheres; e um total de 933 livres, dos quais 11 apareceram registrados no livro dos culpados como livres, e os outros sem explícita menção à condição social. A inexistência de indicação de condição jurídica para um imenso conjunto de homens livres pode ser atribuída aos significados sociais que a sociedade escravista legava para seus sujeitos históricos: a condição de escravo era sempre indicada, ainda mais se considerando que o cativo não era detentor de personalidade jurídica, e a

condição de liberdade do homem branco era sempre implícita. Além disso, a indicação da condição escrava era utilizada como forma de controle social dos cativos em uma sociedade escravista, em que as relações de dominação se sustentavam na ampla base social composta por todos os homens livres que cerceavam os passos de qualquer indivíduo cativo.⁵⁷⁰ Apenas dois escravos apareceram sem estar listados ao lado do senhor. O menor índice de escravos no rol de culpados não pode ser interpretado como indicativo de menor participação dos cativos em situação delituosa. Ele pressupõe outra realidade: é que o crime dos escravos era resolvido nas esferas de atuação doméstica de seus senhores, e a intervenção oficial das instituições jurídicas do Serviço de Sua Majestade enredava, sobretudo, os livres.

A segunda quantificação voltou-se para separar o número de pronunciados em devassas e querelas com a intenção de especular sobre o comportamento conflituoso entre partes, uma vez que a querela era a queixa da parte e gerava necessariamente uma culpa, enquanto a devassa era a investigação oficial dos crimes. Socialmente, a querela era um recurso desaprovado, como ficou revelado no livramento ordinário de Jezuína Honória e outros pronunciados na querela dada por Cazemiro, quando o procurador dos réus dissera que o autor tivera “má intenção de dar querela dos acusados”.⁵⁷¹ O estudo demonstra o menor índice de querelas frente às devassas em todas as décadas. O comportamento diferente no ano de 1831 é pouco indicativo, pois o Código de 1831 alterou esse quadro.

⁵⁷⁰ Sobre a base social de sustentação escravista, ver LIBBY, Douglas Cole. Sociedade e cultura escravistas como obstáculos ao desenvolvimento econômico: notas sobre o Brasil oitocentista. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, n.3, v.23, p.445-476, 1993. Sobre a indicação dos cativos e livres nas listas nominativas, ver PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 1996.

⁵⁷¹ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820.

GRÁFICO 5.2- DEVASSAS E QUERELAS QUE GERARAM INCLUSÃO DE NOMES
NO ROL DE CULPADOS NO PERÍODO 1773-1831,
SEPARADOS POR DÉCADA

Fonte: Rol de Culpados da comarca do Rio das Mortes: Vila de São João del Rei.

As devassas predominaram sobre as querelas durante todo o período, exceto depois de 1831, ano em que alguns poucos casos estão presentes, porque a carta de seguro ainda ocorreu esporadicamente entre os anos de 1832 e 1833. Muito provavelmente, a justificativa disso pode ser atribuída ao hiato entre a publicação do Código Criminal e o Código do Processo.

Um parêntese para a compreensão das datas se mostra necessário. O Código Criminal, aprovado em 1830, entrou em vigor em março de 1831 e gerou o Código de Processo Criminal, em 1832. Dois anos após a promulgação do Código Criminal, adviria o "código de processo criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da justiça civil", Lei de 29 de novembro de 1832, e se tornaria conhecido como o Código de Processo Criminal de 1832. Tais códigos, criminal e o seu instrumental, revogaram o Livro V das *Ordenações Filipinas*, que, no entanto, foi mantido para orientar as questões de escravidão.

Outro aspecto carente de compreensão e que pede explicação historiográfica, não incluída no âmbito deste trabalho, refere-se à aplicação do Código do Processo, que pode ter exercido o importante papel de tratar a ordem ordinária dos processos e também ter sido fruto de muitos debates, uma vez que, como instrumental do Código Criminal, pode ser um indicativo de que apenas o Código Criminal não se mostraria um recurso suficientemente apto

para atender às expectativas dos juristas, seduzidos pela ordem positiva dos delitos e das penas.⁵⁷²

O gráfico a seguir permite a visualização dos comportamentos por tipo de processo e demonstra que não surge nenhuma inversão na tendência de conhecimento dos crimes. Sabe-se que a devassa fora o conhecimento dos crimes feito a partir do ofício do cargo e não gerava renda para o oficial. A querela era uma queixa da parte que se sentia ofendida e requeria a justiça régia para mediar a ofensa recebida. O quadro abaixo sinaliza o impacto da implantação do cargo de Juiz de Fora na Vila de São João del Rei, no ano de 1812.⁵⁷³

GRÁFICO 5.3 - DEVASSAS E QUERELAS QUE GERARAM INCLUSÃO DE NOMES NO ROL DE CULPADOS NO PERÍODO 1773-1831, SEPARADOS POR DÉCADA

Fonte: Rol de Culpados da comarca do Rio das Mortes: Vila de São João del Rei.

⁵⁷² CÓDIGO Criminal do Império do Brasil anotado com os actos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário que têm alterado e interpretado as suas disposições desde que foi publicado, e com o cálculo das penas em todas as suas aplicações por Araújo de Filgueiras Junior. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1876.

⁵⁷³ O Alvará de 6 de dezembro, criando os lugares de Juiz de Fora, Cível e Crime nas Vilas de São João del Rei, Sabará, Vila Rica e Vila do Príncipe e Intendente do Ouro, nas três primeiras foi indicado nos aditamentos de D. João, p.126. LISBOA, José da Silva. *Memoria dos beneficios políticos do governo de el-rey nosso senhor d. João VI*. Rio de Janeiro, 1818.

A criação do cargo de Juiz de Fora na Vila de São João del Rei provocou crescimento numérico do conhecimento dos crimes, mas não produziu nenhuma alteração nas formas básicas de “conhecimento” dos crimes. Querelas e devassas apresentaram a mesma curva de crescimento.

No rol de culpados, o campo utilizado para o registro dos procedimentos legais apresentou um índice de 330 nomes sem informação, 250 nomes com apresentação de carta de seguro e 230 pessoas foram listadas com mandado de prisão. O somatório desses índices representou 810 nomes, perfazendo 73,17% dos procedimentos legais. Um índice de 12,10% dos nomes apresentou os indivíduos como presos que se dividiram em categorias de homens presos, representando um total de 62 pessoas que foi somado às categorias dos que estiveram em situação de “preso remetido à cadeia da capital”, “falecido preso”, “preso remetido à Casa de Suplicação”. Isso mostra que o número de pessoas presas na cadeia da vila era pequeno. O restante foi composto por baixos percentuais, incluindo neles o recurso ao alvará de fiança ou soltura.

Os procedimentos legais revelaram a dinâmica da vida do pronunciado, indicando que o réu possuía dois recursos para evitar o cárcere: o oficial, representado pela carta de seguro, e o costumeiro, representado pela fuga, atitude pela qual o delituoso buscava o sertão com a consequente construção de novas sociabilidades. Entre os anos de 1773 e 1831, o estudo de um total de 1.107 nomes de pronunciados os apresentou em um índice de 29,81 %, perfazendo um total de 330 nomes, sem informação. Esse número mostra a grande parcela que andava longe da vila, fugindo em áreas de sertão. O segundo índice dos procedimentos legais aponta que 22,56% dos pronunciados pediam carta de seguro, representando 250 nomes. O índice dos que receberam mandado de prisão foi da ordem de 20,77%, indicando que 230 pessoas ainda não tinham desaparecido para a emissão de mandado de prisão. Os presos indicavam o quarto índice na ordem decrescente, sendo que 12,1% dos pronunciados eram 134 pessoas presas. Alguns tinham sua culpa avocada e somaram um total de 25 pessoas, em um índice de 2,25% dos pronunciados. Os nomes de 41 pessoas constaram como detentores de alvará de fiança e conseguiram a soltura, representando 3,7%, enquanto 45 pessoas, 4,06%, foram remetidas para a junta de justiça. A parte que exige esclarecimento é a da diferença entre “corre livramento” e ser “livre”: livre é aquele que se livrou pelo término de seu processo ordinário ou suspensão da pronúncia, e o réu, em que “corre livramento”, é o que se encontra com seu processo ordinário em andamento. Estes foram somente 11 pessoas, representando 1% dos nomes de culpados, enquanto 35 já se tinham tornado livres,

representando um índice de 3,16% dos pronunciados. Essa descrição pode ser visualizada no quadro abaixo.

QUADRO 5.2: PROCEDIMENTOS LEGAIS APRESENTADOS PELOS INCLUSOS NO ROL DE CULPADOS (1773-1831)

procedimentos	número	
Sem Informação	330	29,81%
Carta de Seguro	250	22,56%
Mandado de Prisão	230	20,77%
Preso	134	12,1%
Culpa avocada remetida correição	25	2,25%
Alvará fiança e soltura	41	3,7%
Junta de Justiça	45	4,06%
Livramento	11	1%
Livre	35	3,16%
Outros	6	0,54%
Total	1107	100%

Fonte: Rol de Culpados da comarca do Rio das Mortes: Vila de São João del Rei.

Esses procedimentos mostram a presença da carta de seguro como importante recurso para evitar o cárcere na Vila de São João del Rei. A necessidade desse recurso pode ser atribuída à administração da justiça em uma região onde a perseguição aos crimes era mais acentuada e também como recurso para “permanecer à vista de seus ofendidos”. Essa situação pode ser mais bem dimensionada frente ao fato de que ainda permanecia o desinteresse em encarcerar os delinquentes, e, por outro lado, ainda se mantinha a distribuição da graça régia, combinando a punição misericordiosa para os usuários da justiça régia com a utilidade dos vadios nas Minas para os que não podiam ou não queriam pagar por esse serviço.

Os portadores de carta de seguro apresentaram um comportamento curioso. Eles foram incriminados predominantemente, a partir da virada do século, em processos de querela. Embora as devassas representassem o tipo de processo predominante na efetuação de pronúncias, conseqüentemente, lançando mais nomes no rol de culpados, elas não resultaram, nos procedimentos criminais, nos réus que mais solicitaram as cartas de seguro. Isso sinaliza a existência de uma sutil diferença entre o público envolvido com os dois tipos de processos. Pessoas querelantes vinham de uma parcela menos marginalizada da população em comparação com as pessoas investigadas em devassas, lembrando que o público do rol de culpados não é coincidente com uma cola exata dos excluídos. Elas se dividiam em parcelas que se envolveram em brigas de vizinhanças regadas com apaixonadas rixas que aliciavam

cativos, em disputas por herança, em estratégias de enriquecimento ilícito, em brigas de casais que poderiam enredar elementos possuidores de bens na sociedade escravista. Quanto aos crimes de rua, variaram desde as brigas corriqueiras, definidas com o “dar porretadas”, ou “dar cuteladas”, ou “atirar pedras”, todos provocando ferimentos, até os casos em que ocorriam os assassinatos. Sabe-se que, muitas vezes, as mulheres compuseram esse palco de disputas.

Essa situação pode ser evidenciada no gráfico que apresenta as devassas e querelas combinadas com as cartas de seguro. Nele se mostra a distribuição de procedimentos jurídicos com carta de seguro por tipo de processo que gerou a pronúncia, separados por décadas. A distribuição de cartas de seguro fora, desde a década de 1790, progressivamente maior para os pronunciados em querelas. Isso indica situações sociais instigantes para o período e para a região: para o período, pode sinalizar um comportamento de arrocho aos processos criminais, como se veio sinalizando.

GRÁFICO 5.4- DEVASSAS E QUERELAS QUE GERARAM INCLUSÃO DE NOMES NO ROL DE CULPADOS NO PERÍODO 1773-1831 E APRESENTADORES DE CARTA DE SEGURO, SEPARADOS POR DÉCADA

Fonte: Rol de Culpados da comarca do Rio das Mortes: Vila de São João del Rei.

Para a região, isto lembra as questões relacionadas aos custos da carta de seguro, podendo indicar que ela se mostrasse mais acessível aos detentores de algumas posses. Ora, é possível imaginar o cotidiano de algumas pessoas residentes e confrontantes na região, tomando como modelo de raciocínio os próprios casos de livramento apresentados ao longo

deste trabalho. Uma pessoa envolvida em brigas de vizinhança, ou, ainda, um cônjuge, quando querelado pela sua parte opositora, ficava com poucas opções devido à vigilância constante da parte acusadora. Ora, depois de querelada, a culpa seria certa, e alguém sairia pronunciado, lembrando que a querela era uma disputa que, voluntariamente, uma das partes empreendia, e gerava intenso desgaste moral, com grandes custos honorários. Tal raciocínio permite afirmar que os envolvidos nesse tipo de disputa não eram as pessoas mais pobres da comarca. Os sujeitos sem qualquer capacidade de financiar seus confrontos fariam uso dos próprios recursos para resolver suas “pendengas”, ao contrário daquelas que tivessem algum poder de barganha e utilizavam o recurso da justiça régia para combater sua parte.

Por sua vez, a parte chamada em recurso de querela não encontrava outra saída, senão pagar o mesmo serviço oficial para se defender. É claro que restava a opção da fuga, mas isso significava abandonar os interesses plantados, propriedades, negócios a receber, profissão, suas redes de inserção social, comportamento um tanto quanto bizarro para os inseridos socialmente. A carta de seguro, portanto, transformava-se em um recurso obrigatório para o pronunciado em querela, para evitar a prisão ou a fuga. Isso permite trabalhar com a hipótese de existência de outras soluções punitivas para além do encarceramento.

O alto índice dos fugitivos ou o pequeno número de falecidos na cadeia aponta para a diversidade das soluções de justiça. Tanto a administração da justiça poderia revelar eficiência, mantendo o réu em processo de livramento, verdadeira tutela jurídica, ou forçando os pobres a fugir e procurar as regiões onde, também, seriam punidos e, além do mais, seriam úteis. As inúmeras petições despachadas favoravelmente demonstraram que, por trás dos livramentos, havia um verdadeiro esquema de sustentação dos cargos oficiais e suas redes sociais, impossível para os pobres.

A querela, como dispositivo de justiça movido a pedido da parte, representava gastos que o desprovido de posse ou renda não poderia custear. O quereloso certamente era pessoa plantada socialmente, incapaz de transformar-se em um desertor de sua condição social construída no calor da sociabilidade colonial. Para ele, era mais difícil fugir e abandonar seus bens, restando-lhe, se fosse o caso, acionar sua rede social, composta de suas amizades, com o conhecimento da informação, com os advogados e conhecimento dos oficiais de justiça.

Mas essa rede não era pequena, ela se mostrava repleta de diversos aspectos, de maneira que nem sempre o poder foi tão concentrado nas mãos locais. É claro que a figura de um juiz de fora poderia acrescentar novas variáveis ao processo, e é também claro que a existência de muitas variáveis amplia o espectro de possibilidades de resultados.

GRÁFICO 5.5: DEVASSAS E QUERELAS QUE GERARAM INCLUSÃO DE NOMES NO ROL DE CULPADOS NO PERÍODO 1773-1831, APRESENTADORES DE CARTA DE SEGURO, SEPARADOS POR DÉCADA

Fonte: Rol de Culpados da comarca do Rio das Mortes: Vila de São João del Rei.

A parte referente às informações sobre a situação do réu demonstra a preocupação em deter o conhecimento sobre a trajetória do culpado, e, como, após o nome entrar na lista, ele não mais seria apagado, era preciso que sobre ele se obtivesse alguma notícia. Embora o processo mandasse que se riscasse o nome do sentenciado do livro dos culpados, isso somente era um comportamento possível para os que obtivessem uma resposta favorável a um agravo de injusta pronúncia. Sobre o fugitivo, tudo indica que o oficial registrava nos procedimentos jurídicos do rol todas as informações que dele obtinha, fossem elas de oitiva ou oriundas de situações oficiais. Esta coluna, após o filtro de padronização exigido pelo ofício do historiador, demonstra a permanência ou não na cadeia. Apresentou o comportamento ilustrado no QUADRO 5.3:

QUADRO 5.3: REGISTRO DA SITUAÇÃO DO RÉU
NO ROL DE CULPADOS, 1773-1831

Situação do réu	número	
Sem informação	729	65,85%
Livres	152	13,73%
Presos	146	13,18%
Falecido	33	2,98%
Ausente	15	1,35%
Fugiu	30	2,71%
Assassinado	1	0,09%
Executado	1	0,09%
Total	1107	100%

Fonte: Rol de Culpados da comarca do Rio das Mortes: Vila de São João del Rei.

O quadro permite avaliar o comportamento punitivo ao longo do período. Por ele se observa a inexistência da pena capital, com o registro de apenas uma execução. Ela foi aplicada ao preto escravo Thomas, de nação Benguela, pertencente a Francisco da Silva Pereira, no dia 13 de janeiro do ano de 1818, pronunciado em uma devassa *ex officio* pelo crime de morte. O local do crime foi a rua do hospital, “por baixo da intendência”, e o juiz de fora responsável pela pronúncia fora o Sargento-Mor José Joaquim Correa. Consta que foi executado:

Foi preso na cadeia desta Vila. Foi remetido com a devassa para as juntas da justiça da Capital de Vila Rica em 09 de abril de 1818. Este réu foi sentenciado pelo acórdão da Real Junta das Justiças da Capitania que com baraço e pregão e atarado fosse levado.⁵⁷⁴

Pouco se sabe sobre o réu assassinado. Outro exemplo de punição foi dado pelo que ocorreu com o pardo Antônio Pereira Goulart. Foi pronunciado em uma devassa *ex officio* pelo Juiz Ordinário Alferes Domingos Fernandes Gomes, no dia 4 de novembro de 1796, pelo seu crime que consta como “tiro, à noite”, dado “na Vila”.⁵⁷⁵

⁵⁷⁴ ARMSJ. Rol de Culpados, livro 2, p.241.

⁵⁷⁵ ARMSJ. Rol de Culpados, livro 1, p.17v.

Os presos, em número de 146, na situação do réu, diferem do total dos presos na coluna dos procedimentos, pois há diferença entre as colunas. Uma indica que, em algum momento, 146 pessoas foram presas. A situação do réu mostra que alguns fugiram, antes ou depois de serem presos, outros morreram. A indicação de réu ausente pode ser interpretada como o réu que saiu da comarca e se ausentou antes de ser preso ou antes de receber mandado de prisão. No entanto, cumpre ressaltar a comparação que pode ser estabelecida entre os réus que estavam “livres” e os “sem informação”. Os 152 nomes de pessoas que estavam livres pelo rol de culpados, representando um índice de 13,73%, eram pessoas que ganharam uma sentença de liberação da culpa, mesmo que nunca tivessem passado pelo cárcere, eles ficaram livres da pronúncia. Nesse caso, os nomes eram riscados do rol dos culpados. Já os nomes da categoria “sem informação” são indicativos de pessoas que não acertaram suas culpas com a justiça aplicada na comarca do Rio das Mortes. Os 65,85 % dos nomes do rol de culpados, isto é, as 729 pessoas, não passaram por processos de livramento no âmbito da jurisdição da comarca, podendo-se pensar que não o fizeram fora dela.

Essas pessoas não custearam o serviço de justiça e assim o fizeram porque fugiram da comarca, alimentando o quadro das reclamações e queixas coevas de que a justiça não funcionava, pois os ofendidos ou os oficiais que se debruçavam sobre a documentação e gastavam seus dias fazendo audiências, inquirindo testemunhas, cerceando os conflitos entre as partes, não deviam gostar muito de que o objeto de seu esforço fosse resolvido com um sistema punitivo camuflado, mas se pode pensar que tal sistema interessava ao serviço de Sua Majestade.

A necessidade de informações sobre a carta de seguro obrigou a procurar elementos do comportamento penal fora da comarca do Rio das Mortes. Foi localizado um conjunto de listas de culpados e presos para os diversos anos da década de 1820 no acervo do Arquivo Público Mineiro, bem como a pesquisa nas revistas do Arquivo Público Mineiro rendeu a localização de um rol de culpados do Araxá. Ambas as fontes foram transformadas em banco de dados. Esses conjuntos documentais permitiram um trabalho de comparação que contribuiu para clarear a análise sobre a punição.

5.4 O rol de culpados de Araxá e os presos na província das Minas Gerais

Na década de 1820, o debate político incorporava as questões de justiça e a atuação de seus tribunais, reservando-lhes especial atenção, sobretudo, no esforço em conseguir medidas capazes de encaminhar soluções para o problema, veementemente denunciado, dos abusos e privilégios praticados na administração da justiça. Dentro dos propósitos de manutenção do quadro jurídico e social que dividia de forma primária os homens em livres e escravos, os esforços que levaram à criação do cargo de Juiz de Paz, no ano de 1827, e à publicação do Código Criminal e do Código do Processo, nos anos de 1831 e 1832, procuravam amenizar a insatisfação com o exercício da justiça e foram precedidos de rigoroso conhecimento da efetividade das punições nas comarcas.

A solicitação de informações sobre a existência dos presos em toda a província das Minas gerou uma coleção de nomes de presos. Parte de seus nomes está publicada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, e outra parte compõe o fundo documental da estatística jurídica do acervo de manuscritos do Arquivo Público Mineiro.⁵⁷⁶ Alguns mapas de presos foram enviados de vilas e cidades da província mineira. Do Julgado de São Domingos do Araxá, em 6 de agosto de 1831, o juiz ordinário Francisco Albino de Paiva, em correspondência com o Presidente do Governo da Província de Minas Gerais, o “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Manoel Ignácio de Sousa e Mello”, e desejando-lhe que “Deus guarde a (Vossa) Excelência muitos anos”, enviava um rol de culpados, cujo cabeçalho revelava:

Rol de Culpados deste Julgado [...] em que se manifesta ao Exmº Snr. Presidente da Província a causa por onde não são os réus punidos, e o como se evadem, e sempre se evadiram impunes neste Julgado. São réus de crime segundo o Rol de Culpados os seguintes pelo alfabeto.⁵⁷⁷

O procedimento, que configuraria a intenção de racionalização administrativa apresentada pelo Império do Brasil e que, para a década de 1830, forneceria fundos documentais de valor histórico inestimável,⁵⁷⁸ já mostrava seus ensaios na década de 20. A intensa busca de informações e as inúmeras correspondências solicitando o conhecimento do

⁵⁷⁶ APM. SPP. Estatística Jurídica, caixa 1. Período de 1828/10/15 a 1835/12/30. RAPM, ano XVII, p.272-291, 1912.

⁵⁷⁷ APM. SP/PP. Subsérie: Estatística jurídica, caixa 1, doc.3.

⁵⁷⁸ Faz-se referência aos conjuntos de listas nominativas voltadas para o recenseamento e conhecimento das vigências administrativas, fundo documental de significativo valor, que serviu como fonte documental para amplas pesquisas de reconhecimento histórico da província mineira na década de 30 e no Império como um todo. Diante da impossibilidade de citar todos os trabalhos que se utilizaram dessa imensa coleção, listam-se os que a exploraram em primeira mão e exaustivamente. (Cf. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 1996.

nome dos presos estiveram presentes em um momento marcado pelas incessantes críticas ao funcionamento da justiça. A década inicial do Império do Brasil revelou que suas primeiras experiências administrativas se voltaram para o reconhecimento do território da ordem e da justiça. A prática de memórias e consultas foi estimulada, os nomes dos presos da estatística jurídica foram enviados em cumprimento a um ofício datado de 17 de dezembro de 1831, exigência do conhecido Manoel Ignácio de Mello e Sousa.

Em 31 de março de 1832, o juiz ordinário de Paracatu, Manuel Ferreira d’Almeida, remetia um mapa contendo nomes dos presos, “satisfazendo ao determinado no Ofício de Vossa Excelência, datado de 17 de dezembro do ano próximo passado”. Desejando ao “ilustríssimo excelentíssimo Senhor Manoel Ignácio de Mello”, Presidente da Província, que “Deus guarde a Vossa Excelência”, o solícito juiz ordinário acatava as ordens sobre o conhecimento dos presos na sua jurisdição.⁵⁷⁹

A mesma formatação de tratamento e de organização da correspondência permaneceu na resposta do juiz de Mariana. Ele também prestava contas, dizendo ao “ilustríssimo e excelentíssimo senhor” que:

Em cumprimento do Off.º de V. Ex de 17 de Debr.º do ano passado apresento o mapa dos presos q. se acha na cadeia desta Cidade, conforme o modelo que veio.

D.º gd.º a V. Ex por [...] 2 de Abril de 1832

Il.ºº e Ex.ºº S.ºº Presid.ºº da Província

M.ºº Ignácio de Mello Sousa. O Juiz p.ºº Lei
Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca.⁵⁸⁰

De Ouro Preto, em 5 de outubro de 1832, também Antônio José Monteiro de Barros dirigiu-se ao “ilustríssimo excelentíssimo Senhor Manoel Ignácio de Mello, Presidente da Província”, cumprindo, “em observância da determinação de V. Ex.ª”, remetendo-lhe as dados requisitados. Ao responder ao ofício, ele apresentou, “junto, o mapa dos presos ora existentes na cadeia desta Capital”.⁵⁸¹

O conjunto de nomes oriundos dessas listas foi utilizado para montar um banco de dados com um total de 367 nomes de presos distribuídos de acordo com o quadro:

⁵⁷⁹ APM. SPP- ESTJUR, caixa 1, doc. 05 (1832/03/21).

⁵⁸⁰ APM. SPP-ESTJUR, caixa 1, doc. 06 (1832/04/02).

⁵⁸¹ APM. SPP-ESTJUR, caixa 1, doc. 08 (1832/10/05).

QUADRO 5.4: DISTRIBUIÇÃO DOS PRESOS POR FONTE

Fonte	Quantidade
Revista do APM	251
Estatística Jurídica- SPP	116
Total	367

A confecção de um banco de dados com os nomes desses criminosos precisou solucionar alguns problemas, devido à sobreposição de ordens e variedades da imprevisibilidade criminal.⁵⁸² A padronização do banco nem sempre se apresentou maleável a uma aproximação sem sacrifício das informações. As diferenças entre os dois tipos de documentação criaram alguma dificuldade em razão de sua organização, como resposta a solicitações em momentos diferentes no decorrer da década. Algumas informações foram repassadas sem separação de anos pelos escrivães, e, por isso, alguns dados foram apresentados em conjunto, evitando, assim, a descaracterização do aspecto documental. Esse é o caso dos presos listados em conjunto para os anos de 1823 e 1824. Como os dados foram solicitados indicando esses anos, alguns escrivães não entenderam como necessário sua separação ou então não possuíam o ano exato da prisão, desinformação perfeitamente aceitável. Seja por um ou outro motivo, alguns nomes não foram apresentados separadamente por ano. Sabe-se também que os nomes relativos aos anos de 1823, 1824, 1825, isoladamente ou em conjunto, foram predominantemente listados da documentação publicada pela *Revista* e os relativos aos anos finais da década foram retirados da estatística jurídica manuscrita.

A distribuição absoluta dos presos ao longo dos anos, de acordo com os dados oriundos das duas fontes, apresentou a composição evidenciada no quadro seguinte:

⁵⁸² Cf. a abordagem dos crimes na categoria da previsibilidade e imprevisibilidade, em ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

QUADRO 5.5: DISTRIBUIÇÃO DOS PRESOS AO LONGO DOS ANOS

Ano	Quantidade
Sem data	7
1823	20
1823, 1824, 1825	133
1824	35
1825	46
1826	14
1827	7
1828	2
1829	5
1830	19
1831	39
1832	40
Total	367

O quadro demonstra que o número de presos subiu muito nos anos de 1831 e 1832, mas apresentou um pequeno índice para os anos entre 1827 e 1829. Outro dado interessante é o pico representado pelo ano de 1825, mesmo mantendo em separado os presos listados sem indicação exata do ano de efetuação da prisão. No entanto, isso pode não indicar maior política de encarceramento, pois o número de mapas de prisioneiros apresentado pela *Revista do Arquivo Público* é maior que o número de mapas solicitados no ano de 1832. De qualquer modo, já se percebe uma alteração na tendência de encarceramento. Tudo indica a possibilidade de que a perseguição dos delinquentes tenha ganhado maiores impulsos nos momentos mais próximos à publicação do Código Criminal do Império.

Com o intuito de contagem, foi feita uma padronização das culpas, embora não tenha sido uma opção deste trabalho categorizar exageradamente. Por esse motivo, manteve-se o caráter do detalhamento que o rol de presos apresenta, pois a tipologia dos crimes é bastante significativa na sociedade que o pratica. A apresentação do culpado se fez a partir de uma coleção de culpas imputadas que, de resto, deu aos crimes um caráter muito personalizado. No entanto, os crimes que mais levaram pessoas às cadeias foram os de morte, incluindo os de morte simplesmente, os de morte e ferimentos, os de morte e resistência, os de morte com uso

de armas proibidas e os de morte com arrombamentos. Em seguida, veio o crime de furto e roubo, distribuindo-se em toda a sorte de roubos praticados; em terceiro lugar, vieram os ferimentos; em quarto lugar, esteve toda a sorte de crime contra a cadeia, que mostrou o quanto era comum arrombá-la e fugir ou ajudar terceiros a fugir; por último, vieram os crimes gerais contra a ordem dos costumes, que envolveram a injúria, perturbação do sossego, a ofensa à justiça e outros desacatos à autoridade, comuns na época estudada. A maneira como se fazia a apresentação do crime indica a ausência de categorização dos delitos, que, na maioria das vezes, foi apresentada de acordo com a forma original da ofensa. Isso reflete a inexistência de classificação dos crimes em artigos, uma vez que a matriz de direito que inspirava tais processos trabalhava com os crimes em forma de ofensa, para a qual o ofendido podia requerer a punição. Esse tipo de comportamento pode ser observado no caráter de criminalidade dominante e dos delitos que levaram os homens à cadeia no QUADRO 5.6:

QUADRO 5.6: CRIMINALIDADE DOS PRESOS NO PERÍODO DE 1823 A 1832

Presos por crime					
	Crime	Quantidade		Crime	Quantidade
	Sem identificação	4		Morte e ferimentos	2
	Adultério	1		Morte e resistência	2
	Armas proibidas	8		Morte/armas proibidas	1
	Armas proibidas/furto	1		Morte/arrombamento	1
	Armas proibidas/ferimentos	2		Palavras injuriosas	1
	Armas proibidas/insultos	1		Perturbação do sossego público	1
	Arrombamento	3		Polícia	3
	Arrombamento da cadeia	3		Por cortar bananeiras	1
	Arrombamento/furto	3		Por não entregar uns autos	1
	Assuada	2		Pratas falsas	1
	Cortamento de cercas	1		Preso por moedas de cobre falsas	1
	Crime de auto	1		Quebramentos das janelas	1
	Descomposturas	1		Querela por assuada	3
	Desobediência a justiça	2		Rapto/traição/aleivosia	1

	Destruição de uma casa	1		Resistência	4
	Ferimentos	44		Resistência a justiça	1
	Ferimentos e soltura de preso	1		Resistência à justiça, ferimentos e morte	1
	Forçamento	1		Resistência à prisão	1
	Fuga	1		Resistência e ferimentos	2
	Fuga da cadeia	2		Resistência e rapto de mulher casada	1
	Fuga de preso/presos	5		Revolta	1
	Fuga de presos/tiros/ferimentos	1		Revolucionário	3
	Fugido	2		Roubo	13
	Fugiu da cadeia	1		Roubo de escravos	1
	Furto	43		Roubo/morte	1
	Furto de uma escrava	1		Sedição	1
	Furto e arrombamento da cadeia	1		Sedução de escravos	9
	Furto/ armas proibidas	2		Soltura de preso	1
	Furto/ferimentos	1		Tiro	8
	Insulto/ Insultos	3		Tiro e ferimentos	2
	Jogar [fard soca]	1		Veio de arnios	1
	Jurarem falso	1			
	Mancebia	1			
	Maus costumes	5			
	Morte	143			
	Morte e arrombamento da cadeia	2			
Subtotal		296		Subtotal	71
Total geral					367

Fontes: APM, Estatística Jurídica e RAPM.

A relação entre a cor dos culpados e sua ocorrência nas estatísticas criminais demonstra que, dentre os identificados, predominam os brancos, sendo que, para a terça parte dos presos, não houve indicação da cor. Embora, dentre os identificados, predominem, em números absolutos, os homens brancos, é importante constatar que a diversidade das classificações mostra que os não-brancos incluíram os pretos, cabras, pardos, crioulos,

sobrando uma pequena parcela para mestiços e índios. Lembrando as teses que tratam da cor inexistente ou dos silêncios das cores,⁵⁸³ é importante destacar que esse grupo de pessoas se aproxima muito mais pela condição social do que propriamente pela cor de pele, podendo apresentar, de forma implícita, um grupo de despossuídos em uma sociedade escravista.

QUADRO 5.7: DEMONSTRAÇÃO DA COR INDICADA PARA AS PESSOAS PRESAS

Cor	Quantidade
Sem identificação	119
Branco	72
Cabra	13
Crioulo	52
Índio	2
Mestiço	2
Pardo	68
Preto	40
Total	368

Fontes: APM, Estatística Jurídica e RAPM.

Cumpramos ressaltar a pequena diferença no total dos presos, observando que há um indivíduo a mais que o total do rol. Isso se deveu ao caso em que escravo e senhor foram enquadrados no rol, não como indivíduos isolados, mas como praticantes do mesmo crime. Tal fato demonstra o quanto o delito passava a ser visto como algo que erradamente se praticava contra a lei, ao mesmo tempo em que emerge o vínculo atribuído por aquela sociedade entre o senhor e seu escravo. O apontamento do nome do senhor ao lado do de seu escravo, incorrendo ambos no mesmo crime, revela a percepção jurídica do escrivão, que não os considerava como pessoas diferentes, vendo-os antes como um problema a ser resolvido pelo senhor, uma vez que o escravo não tinha personalidade jurídica. Esse é um caso

⁵⁸³ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

ilustrativo de que a sociedade escravista nunca pode ser esquecida ao se desenvolver a análise da prática de delitos e penas.⁵⁸⁴

A origem dos presos é bem visualizada na tabela que apresenta a distribuição percentual dos presos. Percebe-se que grande parte dos presos está concentrada em Ouro Preto e Mariana. A cidade de Ouro Preto recebia os presos para a Junta da Justiça e para a aplicação da pena. Mesmo assim, os dados comprovam que as mais antigas vilas, com mais alto grau de institucionalização, apresentam uma efetividade maior do aparelho punitivo do estado. Regiões de ocupação mais recente se constituíram em um foco de permanência das soluções próprias em face da abertura e constituição gradual do estado de justiça, noutras palavras, nas regiões recentes, a aplicação da justiça ainda se mantinha com alto índice de adaptação nos procedimentos punitivos. Nelas, espaço e sociabilidades poderiam se conjugar para metamorfosear as formas de punição em oportunidades para a “utilidade dos vadios”, guardando certa semelhança com as noções corriqueiramente aplicadas de degredo. Para tais áreas, pode-se entender que a justiça fora mais organizada em termos de funcionamento costumeiro do que pela racionalidade proposta pela definição dos delitos e das penas, tendência cara aos impulsos de tratamento técnico aos crimes e às formas de punição. A seguir os gráficos permitem a visualização da distribuição dos presos por localidade, apresentando, como se pode observar, o pico representado por Ouro Preto, que recebia os prisioneiros de outras comarcas.

⁵⁸⁴ Essa situação foi percebida por Antonio Vanguerve Cabral, que registrou esse debate para a totalidade jurídica portuguesa, dizendo: “Se o servo pode assistir no júzo criminal ou seu senhor por ele? O que vi praticar no Brasil aonde he cotidiana esta praxe he que o senhor assiste pelo seu escravo nas audiências e quando o senhor não assiste, assiste o escravo, mas deve-se observar a melhor praxe e esta se usa no Brasil, me parece a melhor.” (CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica judicial, muyto útil, e necessária*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.49).

GRÁFICO 5.6: OS PRESOS DISTRIBUÍDOS PELA LOCALIDADE

Fonte: APM, Estatística Jurídica e RAPM.

GRÁFICO 5.7: DISPOSIÇÃO DOS LUGARES QUE MAIS APRESENTARAM INDIVÍDUOS PRESOS

Fonte: APM, Estatística Jurídica e RAPM.

As regiões centrais, antigas áreas mineradoras, representavam os locais onde a proposta oficial de ordem conseguia, em primeiro lugar, ser implantada, além de serem muito

bem servidas de profissionais de reconhecida autoridade ou de vara branca. Certamente, os vadios eram úteis para a expansão da ocupação territorial, lugares ainda carentes de construções e abertura de estradas, sem contar as famosas campanhas ou ainda as áreas de presídio. Excetuando-se os sete nomes de presos para os quais não há indicação do ano de prisão, o rol demonstrou haver, no intervalo entre os anos 1823 e 1827, um total de 255 pessoas presas, e, depois, entre 1827 até o ano de 1831, um total de 105 pessoas presas na província mineira. Ao comparar esses números com o índice dos processos da Vila de São João, analisados no trabalho de Vellasco, detecta-se uma divergência, uma vez que ele percebeu um elevado crescimento da produção processual após 1827. Isso pode ser explicado com base na diferença entre o procedimento processual e o carcerário. Na comarca do Rio das Mortes, o índice dos delitos punidos com a prisão fora muito baixo até a década de 20, somente crescendo a partir de então, sinalizando uma clara transformação na política punitiva.

Essas observações foram condicionantes para separar em outro banco de dados o rol de culpados enviado pelo Julgado do Araxá em 1831.⁵⁸⁵ Francisco Albino de Paiva, juiz ordinário, dirigia-se, em agosto de 1831, ao “Ill.^{mo} e Ex.^m Senr Manoel Ignácio de Sousa e Mello”, Presidente do Governo da Província de Minas Gerais. Ele dava notícias das exigências em curso e enviou um rol de culpados, em ordem alfabética, semelhante ao existente na Vila de São João del Rei desde o ano de 1773. Registrava o Juiz que:

Sendo-me presente em data de 7 de Março [...] o Off^o de S Ex^a antecessor de V. Ex^a. em que me envia dizer, que no pr^o de cada um [...] faça subir ao governo presidencial uma relação dos réus existentes na Cadeia deste Termo, com declaração do estados dos Processos, e dos motivos que obstem a remessa dos mesmos para a Capital, afim de serem julgados; proponho-me nesta data dar começo ao acima determinado pelo m Exm^o Senhor, sendo que té o presente não teve seu devido efeito, não por negligente nem omisso as ordens superiores, mas sim pelo grande trabalho a Cargo as Justiças tem estado os m.^{mos} inconvenientes, e desordens com que uma certa [...] de indivíduos tem tornado receoso a (suciedade) neste lugar, verificando-se alguns casos em que houveram mortes, e ferimentos dos quais se tem feito irremediavelmente [...] as Devassas. Esta as razões que obstem té o presente o seu exato cumprim.^{to}, e nesta parte inclusa vai a relação mencionada com as circunstâncias exigidas segundo as m.^{mas} vistas podem alcançar.⁵⁸⁶

A resposta a esse ofício deu origem a uma listagem de 91 culpados distribuídos ao longo dos anos, demonstrados no quadro:

⁵⁸⁵ APM. SPP-ESTJUR, caixa 1, doc. 04 (1831/08/06).

⁵⁸⁶ APM. SPP-ESTJUR, *loc cit.*

QUADRO 5.8: QUANTIDADE ANUAL DOS PRONUNCIADOS NO ROL DE CULPADOS DO JULGADO DE ARAXÁ

Culpados em pronúncia					
Ano	Quantidade	Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
1809	1	1818	2	1825	14
1810	1	1819	5	1826	7
1813	1	1820	5	1827	5
1814	3	1821	5	1828	5
1815	8	1822	6	1829	6
1816	1	1823	4	1830	2
1817	4	1824	5	1831	1
Total de culpados					91

Fonte: Rol de Culpados de Araxá, APM- SSPP-ESTJUR.

Esses culpados foram pronunciados a partir das três vias utilizadas para o conhecimento dos crimes, ou seja, através de devassas, querelas e denúncias, conforme apresenta o QUADRO 5.8.

QUADRO 5.9: ORIGEM DAS CULPAS NO ROL DE CULPADOS DE ARAXÁ

Denúncia	Devassa	Querela	S/I	Total
15	61	14	1	91

Fonte: Rol de Culpados de Araxá, APM-SSPP-ESTJUR.

Pelo QUADRO 5.9, observa-se que o “conhecimento” das culpas no Julgado do Araxá não apresentou comportamento destoante em relação à comarca do Rio das Mortes. Nele, a superioridade do número de devassas demonstra que também ali as querelas foram menos requeridas. No entanto, nesse quadro, há que ressaltar o número bastante alto de denúncias, se comparado com o comportamento da comarca do Rio das Mortes. Supõe-se que a denúncia atendia aos casos em que se levava um crime ao conhecimento dos oficiais de justiça, mas que não davam origem a uma querela. As informações sobre a cor dos culpados são apresentadas no gráfico a seguir:

GRÁFICO 5.8: COR DOS CULPADOS NO ROL DE ARAXÁ

Fonte: Rol de Culpados de Araxá, APM-SSPP-ESTJUR.

O índice de ausência da informação acerca da cor é alto o suficiente para impedir qualquer análise do processo, mas a predominância dos não-brancos dentre os identificados permite o levantamento da hipótese de que os homens de cor deveriam representar a categoria que mais se via nas fracas malhas da justiça aplicada nessa região de fronteira. Outro aspecto interessante é o da diferença entre a querela e a devassa. Sendo a devassa um processo instaurado pelo dever do ofício e querela uma queixa dada pela parte ofendida contra o seu agressor, podem-se fazer, novamente, conjecturas acerca do público usuário da querela.⁵⁸⁷

Ambas geravam um processo, mas a querela impunha com mais rigor a presença da parte em um serviço que, bem se viu, custava significativos desgastes financeiros e de comparecimento em audiências. Percebeu-se também que, após a década de 20, na comarca do Rio das Mortes, a predominância do público usuário da carta de seguro foi oriunda daquele envolvido nas disputas de querela, atentando para o fato de que este seria o menos afeito à fuga para os sertões. Essa hipótese pode ser corroborada a partir do rol de Araxá, que, apresentador de um índice comparativamente inferior de querela e com superioridade absoluta das devassas, quase não teve carta de seguro e alvará de fiança. Os pronunciados certamente fugiam.

A Inquisição também elaborou o seu rol de culpados. Comparar as formas de punição e a perseguição aos culpados nos processos criminais com a punição e perseguição oriunda

⁵⁸⁷ O comentário de Vanguerve ajuda a corroborar isso: “E aparecendo o autor com seu libelo, que o juiz manda ler na audiência e há de ser assinado pelo autor ou pelo seu advogado e também se pode oferecer o auto de querela por libelo e o mesmo pode fazer o escrivão a culpa quando a causa se toma pela justiça porém o auto de devassa se não pode oferecer por libelo pela razão de que no auto de querela há culpa certa de que se querelou e no de devassa pode haver culpa de novo ou mais criminosos.” (CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica judicial, muyto util, e necessária*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842. p.40. Grifo nosso.)

dos processos inquisitoriais, como os levantados por Novinsky,⁵⁸⁸ permite sugerir algumas diferenças. A culpa oriunda dos processos criminais e a culpa originária nos processos inquisitoriais foram diferentes entre si, e, para entendê-las, é preciso levar em consideração a diferenciação econômica que marcou o público específico de cada tipo de processo. Essas discrepâncias colocam elementos próprios que podiam alterar o interesse ou a forma aplicada de punição, sobretudo quando se considera o grande interesse de ocupação no território mineiro e a concentração de riquezas em mãos dos culpados em processos inquisitoriais. cremos que essa diferenciação permite compreender a complexidade do debate que dividiu pendularmente a opinião dos historiadores, oscilantes entre duas tendências interpretativas, entendendo a aplicação da justiça local como um campo marcado por um completo laxismo, ou, ao contrário disso, apreendendo-a com excessivo rigor punitivo, aplicado ao sabor dos oficiais e magistrados locais.

Em resumo, a predominância absoluta do número de devassas sobre o de querelas em contraposição à predominância absoluta de culpados em querela peticionários do privilégio da carta de seguro na comarca do Rio das Mortes demonstra que o público da querela é o que procede ao seu livramento. Isso indica que os mais pobres, portanto aqueles na mira da devassa, que *ex officio* se procedia, contavam com a probabilidade da fuga, enquanto os mais socialmente plantados, que possuíam enraizados interesses sociais e econômicos a assegurar no lugar onde estavam, eram condicionados a permanecer e cuidar de seus livramentos. Por outro lado, tem-se que as regiões mais antigas, sobretudo a área cercada pelo território minerador, possuíam, com um aparelho judicial mais institucionalizado e os territórios de fronteira, “zonas de *non-droit*”, que receberiam os fugitivos, os “vadios”, para a abertura de terras onde, já se sabe pelos estudos historiográficos, “os vadios eram muito úteis”.

Isso foi o que a análise quantitativa revelou de mais sólido. Todos os esforços de padronização colocam grande dose interpretativa na montagem das categorias. Esse aspecto também revela a intensa dificuldade em demonstrar que uma condição jurídica fosse a mais frequente no rol de culpados ou que determinada cor de culpados ou réus predominasse nos processos. Isso também mostra certa imprevisibilidade criminal, como foi tratada nos crimes estudados em *Geografia do Crime*, obra de Carla Anastasia (2005), ao lembrar que, em paralelo à previsibilidade que a hostilidade dos negros oferecia, havia que se conviver também com “homens de todos os tipos”, que frequentavam “as paragens” dos sertões e delas

⁵⁸⁸ NOVINSKY, Anita. *Inquisição: rol dos culpados - fontes para o estudo da história do Brasil (século XVIII)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992. Pode-se dizer que o rol de culpados no processo penal foi inspirado nesse modelo inquisitorial.

faziam “palco de suas ações desmedidas”.⁵⁸⁹ Acreditamos, pois, que o desejo de implantação da previsibilidade esteve na raiz das tendências de demarcação das atitudes criminais e suas penas, bem como sustentava a fundamentação dos relatos, que, não raro, emitiam uma percepção de desordem no território das Minas.

5.5 Punidos no rol da comarca do Rio das Mortes

A coluna reservada aos procedimentos legais cuidou de oficializar os comportamentos jurídicos adotados em relação aos réus ou mesmo pelos próprios réus para se livrarem de suas pronúncias registradas no rol de culpados de São João del Rei. Já o campo identificado como “tipo de processo” representou a informação sobre a origem da pronúncia que lançou o culpado no rol. Tentou-se estabelecer uma comparação entre os procedimentos legais, separando-os das ocorrências para devassa e querela, com representatividade numérica, antes e depois da década de 20, com o objetivo de verificar possíveis alterações introduzidas com o movimento separatista e com o arrocho no tratamento criminal. Os procedimentos legais dos culpados pronunciados em devassas e querelas, até 1820 e depois de 1821, no Rol de Culpados da Vila de São João del Rei, geraram o seguinte resultado:

⁵⁸⁹ ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.18.

QUADRO 5.10: PROCEDIMENTOS LEGAIS SEPARADOS POR DEVASSA E QUERELA ANTES E DEPOIS DE 1820

Procedimentos legais	Até 1820		De 1821 em diante	
	Devassa	Querela	Devassa	Querela
Alvará de fiança	2	3	14	18
Carta de seguro	74	98	19	30
Culpa avocada	6	4	2	3
Junta de justiça	19	4	1	1
Em livramento	3	4	1	0
Livre	6	11	5	0
Mandado de prisão	102	72	33	11
Preso	25	12	11	1
Preso remetido a cadeia da capital	22	6	6	1
Sem informação	43	69	14	6
Outros	6	5	1	0
Total	302	283	106	71

Fonte: Rol de Culpados de São João del Rei.

A prioridade na padronização dos procedimentos legais seguiu uma ordem de interesse, estabelecendo como preferência de observação o filtro para qualquer aparecimento de referência que comprovasse a existência de carta de seguro, mesmo havendo outras informações na coluna dos procedimentos. Nesse caso, registrou-se a carta de seguro. A segunda ordem foi o filtro para a detecção de seu correlato, o alvará de fiança, em terceiro, o filtro foi ditado pela determinação de um mandado de prisão desacompanhado de qualquer outro procedimento. O quarto foi se o réu estava simplesmente livre, sem maiores informações. O quinto foi a referência ao fato de o réu estar preso, ou ter sua culpa avocada, remetida, ou ainda de ser enviado com o processo para outras cadeias. Situações esporádicas, tais como a única que diz ter o réu “ausentado para Lisboa”, ou as poucas situações em que o réu faleceu na prisão, compuseram a categoria de outros. A referência ao livramento também foi escassa e, finalmente, a inexistência de informação que demonstra que nada se conhece sobre os caminhos ou ações do réu pronunciado.

QUADRO 5.11: ÍNDICES PERCENTUAIS DOS PROCEDIMENTOS LEGAIS
SEPARADOS ENTRE DEVASSA E QUERELA
ANTES E DEPOIS DO ANO DE 1820

	Devassa				Querela			
	Até 1820		Depois de 1820		Até 1820		Depois de 1820	
	Número	%	Número	%	Número	%	Numero	%
Sem informação	226	38,56%	16	14,28%	69	23,95%	6	8%
Carta de Seguro	96	16,38%	20	17,85%	98	34,02%	30	40%
Alvará de fiança	4	0,68%	14	12,5%	3	1,04%	18	24%
Mandado de prisão	106	18,08%	33	29,46%	72	25%	11	14,66%
Livres	14	2,38%	5	4,46%	11	3,81%	4	5,33%
Outros	140	23,89%	24	21,42%	35	12,15%	6	8%
Total	586	99,97%	112	99,97%	288	99,97%	75	99,99%

Fonte: Rol de Culpados da comarca do Rio das Mortes, Vila de São João, 1773-1831.

A queda no quesito “sem informação” sinaliza que a década de 1820 introduziu um rigoroso acompanhamento da vida dos culpados, indicando que os pronunciados com culpa deveriam proceder ao seu livramento. Comparando os dois momentos, o índice da carta de seguro apresentou alteração quase insignificante no tocante à devassa, mas cresceu com a pronúncia originária de querelas. Como já se observou, o índice de carta de seguro nas pronúncias efetuadas em querelas, após 1820, no Brasil, pode ser interpretado de forma bastante sugestiva, a respeito do perfil social dos recorrentes ao processo de querela. Ele indica o interesse de permanência dos querelados que não abandonam sua inserção social para fugir dos rigores do processo de livramento.

Outro indício apresentado pelo quadro refere-se ao crescimento do alvará de fiança. Sabe-se que esse recurso substituiu a carta de seguro nos casos de crimes em que esta não era permitida “na forma da lei”. O crescimento do índice de alvará de fiança também demonstra que a perseguição aos pronunciados seria, a partir de 1821, mais intensiva. Quanto aos indivíduos com mandado de prisão, percebe-se uma inversão nos comportamentos adotados para os pronunciados em devassa e querela. O crescimento percentual dos pronunciados em devassa com mandado de prisão pós-1821 e o decréscimo de seu índice podem ser explicados internamente.

O procedimento de um mandado de prisão é mais indicativo da ação do escrivão, que, nesse caso, registra o cumprimento de seu papel, do que sugestivo de uma medida do réu,

voltada para a providência de seu livramento. Assim, essa forma de registro está muitas vezes expressa em palavras do escrivão, que informava: “passei mandado de prisão entregue ao querelante”. Pelo menos, há uma recorrência de 15 nomes de réus, ainda no século XVIII, com referência a essa situação em que se registrou que o mandado de prisão fora entregue ao querelante. Sua predominância, na década de 1790, sobretudo nos anos de 1792 a 1794, pode sinalizar que essa prática tenha sido comum a um escrivão específico. De qualquer modo, ela não deixa de evidenciar a participação das partes na captura do culpado, expressando também a expectativa de ver o culpado castigado, corroborando, assim, a carga de cobrança que os envolvidos nas queixas-crimes depositavam no funcionamento da justiça. Tal efetividade dos procedimentos de justiça fora um dos fatores de maior desgaste, caminhando sempre conjugado com a solicitação de cumprimento e manutenção da ordem. A “fugida da cadeia”, com ou sem a colaboração do carcereiro, as dificuldades de transferências de presos, a solicitação de instrumentos como correntes e cadeados apropriados, o enfrentamento às autoridades da justiça, os arrombamentos de cadeias foram temas de recorrente legislação, seguidos de medidas práticas para a resolução de tais problemas.

Muito mais do que o mandado de prisão ao querelante, os repetitivos casos de mandado de prisão no mesmo dia, pelo menos um número próximo aos 50, foram encontrados, sobretudo, no final da década de 1820. Outra grande alteração apresentada pela década de 1820 esteve relacionada à prática de remessa de presos para a cadeia da capital ou para a Casa de Suplicação. Um paralelo entre os prisioneiros transferidos demonstra que a maioria esmagadora dos homens transferidos era composta de réus pronunciados em devassa. As transferências dos réus pronunciados em querela representaram um número muito inferior, antes e depois de 1821. No entanto, a queda no costume de transferir presos na década de 20 foi acentuada. Dentre os réus pronunciados em devassa até 1820, que não foram listados em outros procedimentos priorizados pelo estudo, pode-se exemplificar a queda com a observação dos seguintes números: 46 réus foram transferidos para a cadeia da capital ou para a Casa de Suplicação, 36 foram para junta de justiça, 10 tiveram sua culpa avocada antes de 1820. Depois de 1821, o comportamento numérico para as mesmas transferências está ilustrado respectivamente nos números de 6, de 1 e de 2. Os réus pronunciados em querelas foram muito menos transferidos, observando o que já se afirmou sobre a condição social dos homens que querelavam de seus inimigos, suspeita-se que eles provavelmente gastaram muito mais recursos com seus livramentos. Cumpre ressaltar que os números acima indicados não estão em tabela, pois eles cumprem a função de uma amostragem e não indicam o número absoluto dos remetidos, em função da escolha dos procedimentos na montagem do banco.

Esse quadro corrobora a imagem de que o querelado ficava mais vulnerável à ação da justiça oficial, uma vez que havia “culpa certa”, porque alguém acionara a justiça contra uma parte ofensora. Ele retirava mais alvarás de fiança, mais cartas de seguro e, antes dos anos 20, cuidou mais de seus livramentos, culminando na condição de “livre”. Já os pronunciados em devassa foram presos ou fugiram, foram mais remetidos para a junta da justiça, para a cadeia da capital ou para a Casa de Suplicação.

Outra interpretação é a que se refere aos procedimentos legais. Há réus presos nos procedimentos legais e há réu preso na coluna que se refere à situação do réu, indicando certa diferença entre a passagem pela cadeia e a permanência nela. Os réus indicados como presos pela coluna dos procedimentos legais apresentaram o seguinte padrão de criminalidade:

QUADRO 5.12: CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES QUE GERARAM AS PRISÕES EM PROCEDIMENTOS LEGAIS

Tipo crime	Quantidade
Arma, ferimento, furto	1
Arrombamento da cadeia	12
Vadia, poligamia e atravessador	3
Ferimento	13
Furto	16
Morte	16
Morte de reses	1
Total	62

Fonte: Rol de Culpados de São João del Rei.

Essa análise se enquadra na caracterização histórica dos crimes feita no âmbito desta pesquisa, quando os situamos dentro das categorias de crimes contra a justiça, na forma de desobediência às leis, contra as pessoas, na forma de violência interpessoal, contra a sociedade, na forma de ataque à propriedade, e contra a sociedade, na forma que envolve os costumes morais em vigor. Dentre os procedimentos legais, 1.045 pessoas não são indicadas como presas.

Na coluna situação do réu e sua criminalidade, destaca-se um dado interessante: grande número de registros apresenta-se eivado dos sentimentos de quem os escreveu, apresentando os crimes cometidos, e com seus autores/réus se encontrando na situação de “presos”, com uma configuração recheada de qualificações. O registro do crime apresenta uma dose de paixão acerca da sociedade ou do indivíduo que o praticou, além de evidenciar

um tratamento pouco técnico sobre a criminalidade. As informações sobre o fato criminoso não relatam, de forma clara, se o culpado matou e feriu a mais de uma pessoa, se feriu e o ofendido veio a morrer, se fugiu e arrombou a cadeia, ou as propriedades, ou se arrombou para roubar, e compõem um universo de dados que, embora oficializados, apresentam a ofensa criminal de forma mais moral que racional.

O QUADRO 5.13 demonstra o esforço de categorizar o caráter passional dos registros. Os insultos à justiça são recorrentemente denunciados, podendo-se presumir que os indivíduos, ao perpetrarem seus delitos, ainda os associavam a um comportamento de descaso com as pessoas investidas de autoridade judicial. Em uma sociedade marcada pela diferença estamental, isso era um crime de abuso e peitas à autoridade.

QUADRO 5.13: CRIMES DOS RÉUS EM SITUAÇÃO DE “PRESOS”

Sem informação	6
Ferimento	1
Alcoviteiro	1
Arma	1
Arrombamento da cadeia	10
Arrombamento e insulto	1
Assuada	5
Assuada, furto, resistência	1
Bofetada	2
Disparo pistola	1
Disparo pistola que negou fogo	1
Facada	1
Facada, furto e resistência	1
Ferimento	25
Ferimento, desacato da justiça	1
Ferimento e furto de escravo	1
Ferimento, resistência à justiça	1
Fuga da cadeia	1
Fuga de preso	1
Furto	20
Furto de escravo	3

Furto de reses	5
Furto, ferimento, resistência	3
Incêndio	1
Morte	42
Morte de senhor	1
Morte, incêndio, ferimento, furto, insulto	1
Ocultação e indução de escravo	1
Pancada	1
Pancada e ferimento	1
Rapto de mulher	1
Resistência à justiça	2
Tiro	1
Vadia	1

Fonte: Rol de Culpados de São João del Rei.

Essa distribuição da criminalidade permite imaginar o território estudado a partir de sua dinâmica social e jurídica, procurando detectar as situações que exprimem o trabalho de organização jurídica como uma resposta aos impulsos sociais e econômicos. A criminalidade, sua punição e racionalização apresentam as marcas sociais e políticas dos sujeitos históricos que povoaram o lugar e o período estudados. O desejo de conhecer os criminosos e mapear a efetividade da justiça foi manifestado em um conjunto de correspondências que, nos primeiros anos do Império do Brasil, solicitavam aos oficiais locais as circunstâncias e explicações sobre as dificuldades de aplicar as punições. As constantes fugas, facilitadas pela precariedade de recursos humanos e materiais, foram mais racionalmente combatidas.

A documentação sobre as cadeias e prisões apresenta os anos iniciais do Império do Brasil como momento histórico de muita tensão entre os atores da justiça. Em 21 de maio de 1824, Plácido Miz. Pereira, escrivão da Ouvidoria da Vila Príncipe, enviou três presos para serem sentenciados na Junta da Justiça em Vila Rica, capital da Província. Segundo ele, o ofício lhe fora passado em data de 04 de abril daquele ano, quando então ele remetera uma cópia para o juiz de fora da Vila de Bom Sucesso de Minas Novas, solicitando-lhe as mesmas providências. Como até aquela data ainda não havia recebido de Minas Novas nenhum preso e processos, ele apenas enviava a da ouvidoria da Vila do Príncipe.⁵⁹⁰ Interessante observar a

⁵⁹⁰ APM. PP/SP. Subsérie: Cadeias e Prisões, caixa 1, doc. 1 (1824/03/21).

referência às Juntas de Justiça nesse momento. As aplicações da Junta de Justiça ainda apresentavam algumas formas de atuação.

De Pitangui, em 5 de maio de 1824, João Chrysostomo Pinto da Fonseca, em correspondência ao Presidente de Província, o “ilustríssimo e excelentíssimo” José Teixeira da Fonseca Vasconcellos, confirmava o recebimento de uma portaria datada de 23 de abril do mesmo ano. A correspondência indicava a existência de uma crise interna em que as autoridades locais se distendiam em uma demanda jurisdicional. O autor da correspondência anunciava que entregara o termo de uma devassa que pronunciara “entre outros, ao capitão Joaquim Antonio d’Oliveira Campos e o soldado Félix de Oliveira Campos”, ao Coronel do Regimento de 2ª Linha. O debate inserido na correspondência demonstrou que o assunto envolvia uma crise entre autoridades locais, pois o autor da correspondência preocupou-se em relatar e defender sua posição no incidente.

Pelo ofício datado de 28 de março de 1824, fora ordenado que se fizesse a entrega do termo de devassa ao Coronel do Regimento de 2ª Linha, mas isso não ocorrera até maio de 1824. Para explicar os motivos do descumprimento das ordens, ele justificou-se com a argumentação de estar, naquela data, convencido, “como estou persuadido (que) ela devia ser remetida juntamente com os pronunciados”, porque assim fora determinada nos alvarás de 21 de outubro de 1764, parágrafo 6. O autor da correspondência se preocupava em sustentar que, “por isso, lhe officiei logo depois de concluída a Devassa”, para que mandasse prender os pronunciados. Alegava ainda que a prisão não tinha sido efetuada e, por isso, não entregara o termo da devassa naquela data, mas que o fazia neste momento.⁵⁹¹ A contenda evidencia a disputa jurisdicional, bem como o favorecimento que alguma parte receberia se se encontrasse sob a proteção de algum magistrado, mas sinaliza também a existência de outras instâncias e esferas institucionais que acabavam forçando o equilíbrio por sobre as desavenças.

A referência à prisão dos réus e a remessa da pronúncia da devassa colocam em cena outro aspecto da exiguidade funcional do aparelhamento de repressão via reclusão carcerária. Os constantes ataques à prisão, aliados à prática das transferências dos presos entre comarcas, representavam momentos de intenso desgaste para os oficiais, que não dispunham de instrumentos mínimos para efetuar transferências de presos. Não é muito difícil imaginar as dificuldades provocadas pela precariedade na efetuação de tais empreitadas, ainda mais quando se tem conhecimento das queixas generalizadas acerca dos inúmeros focos de violência e criminalidade escondidos ao longo das estradas. As condições de transferências de

⁵⁹¹ APM. PP/SP. Subsérie: Cadeias e Prisões, caixa 1, doc. 2 (1824/05/05).

presos foram combatidas, como se percebe com a correspondência enviada pelo Ouvidor da Comarca Joaquim José do Amaral, da Imperial cidade de Ouro Preto, em 6 de julho de 1830:

III.^{mo} e Ex.^m Snr.

Achando-se pronto a escolta p^a conduzir os doze réus q. vão p^a os trabalhos de que do Rio de Janr^o o Almojarife entrega a m.^{ma} corrente que receoso o Ten^{te} por incapaz, p.^r tanto eu requeri reto a V^a Ex^a p^a haja de ordenar ao d^o Almojarife p^a q.^e ou dê outra, com cadeado capaz e doze colares, ou mande consertar a que oferece com a maior brevid.^e possível devendo participarem o m.^{mo} Almojarife o dia em que fica pronta p^a q eu possa pedir a escolta q já se acha determinada p^a a competente condução.

Deus guarde a V^a Ex^a III.^{mo} e Ex.^m Snr. Marechal José Manoel de Alm.^{da} (Presid.^e) desta Província.⁵⁹²

A correspondência do ano já apresentava a falta de correntes, sugerindo que o problema era de fácil solução, visto que havia muitas tendas de ferreiro que bem poderiam suprir a exiguidade instrumental. Do Morro do Pilar, em 27 de novembro de 1824, a correspondência queixava-se ao “III.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Presidente”:

Participo a V.^a Ex.^a que tem sido preciso exigir dos habitantes trinta e uma correntes para a condução dos presos recrutados, e cá mais foram entregues aos condutores que regressaram dessa Capital por serem embargadas e seguirem para Corte ficando não só danizado seus donos, como também a falta total das mesmas para continuarem com mais recrutas presos. Este objeto se faz digno de atenção de V. Ex.^a para mandar a Fábrica de ferro deste lugar e da Nação fação as ditas correntes por ser cômodo a tenda de serralheiro em que ocupa mestre e oficiais para este fim tão necessários visto que o mesmo requeri já ao Ex.^{mo} Governo passado e espero ainda a sua decisão.⁵⁹³

De todas as inferências que os estudos quantitativos permitem, algumas são mais sólidas e outras ainda carecem de mais estudos pontuais. No entanto, defender que o público usuário da carta de seguro foi oriundo de uma parcela social que sustentou alguma forma de renda e sociabilidade no meio territorial em que transitava é uma conclusão irrefutável. Mas isso somente tem sentido frente à consideração de que o público envolvido nos crimes, ou os criminosos, fossem passíveis de serem divididos em pelo menos dois grupos: primeiro, o que responde ao livramento com processo ordinário, e o outro, que resolvia suas pendências criminais com a fuga. Se, do primeiro grupo, há evidências processuais, do segundo, somente se possuem notícias das lamúrias e cartas de governantes se queixando das dificuldades de enquadramento judicial dos envolvidos em situações delituosas. É impossível precisar o

⁵⁹² APM. SPPP. Subserie: Estatística jurídica, caixa 1, doc. 3.

⁵⁹³ APM. PP/SP. Subserie: Cadeias e Prisões, caixa 1, doc. 03 (1824/11/27).

índice dos que não resolveram sua situação criminal pelas vias ordinárias, pois, embora essa solução alcançasse êxito em termos punitivos, ela esteve fora das esferas oficiais da atuação judiciária. No entanto, cumpre salientar que ela não esteve fora das malhas extensivas das redes de poder. As insistentes denúncias noticiavam a capacidade de circulação e fuga dos criminosos. De acordo com Antônio Feliciano da Gama, morador na fazenda denominada Morrinhos, no distrito do Julgado de São Romão:

Esses sertões se acham contaminados de criminosos e revoltosos que as mesmas justiças são causadoras que é pelas facilidades com que dentro em duas ou três audiências os livra por agravo de injusta pronúncia; certo é em todas e qualquer matéria de crime e todos os dias há resoluções e desgraças e os que possuem bens sempre se acham precavidos, e acautelados de agregados e aliados para a defesa de seus cabedais e os que saem em viagens sempre o fazem com cautela e precaução levando nestas para suas defesas pistolas, bacamartes e espingardas para se livrarem das revoluções dos transgressores.⁵⁹⁴

Esse comentário confirma a predominância do requerimento de carta de seguro para as pronúncias extraídas das querelas até a publicação do Código Criminal do Império e instaura o problema do debate historiográfico sobre o tratamento da justiça penal. As opiniões que se dividiram em denunciar a fragilidade da autoridade instituída e a constituição de áreas de “mandonismo bandoleiro”,⁵⁹⁵ bem como os que acentuam o bem-sucedido empreendimento de implantação dos interesses lusitanos no território do além-mar, se veem diante dos dois lados da mesma moeda. Para entender as dificuldades de apreensão desse ponto tão polêmico, abarcando os interesses dos envolvidos, o lugar dos cativos, dos forros e das mulheres, a atuação dos oficiais, a expectativa dos senhores possuidores de bens e de escravos, é preciso levar em consideração o viés “identitário” com que cada segmento entendeu a justiça aplicada e sua efetividade. Por outro lado, isso se desdobra na recepção, por parte dos historiadores, da documentação e dos debates sobre a aplicação da justiça, gerando uma corrente de interpretação historiográfica.

O debate acerca da justiça deu ao tema um conjunto interpretativo diversificado e longe de consenso. A corrente representada por aqueles que a perceberam como caótica e marcadamente caracterizada pelos localismos foi fortalecida ao lado do debate em torno da centralização e descentralização. De forma análoga, outro grupo representado na corrente que

⁵⁹⁴ APM. SC. SG. Caixa 29, Doc. 05, 1795 *apud* ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.70.

⁵⁹⁵ ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.53 *et seq.* Cf. o capítulo “Terra de Ninguém”.

percebeu a administração colonial como racional e convenientemente amarrada também exerceu seu papel explicativo. Ambas contribuíram com questões para a reflexão historiográfica, carreando ainda os trabalhos que as perceberam como faces da mesma moeda. As diferenças explicativas, resultantes do método e tipo de fonte pesquisada, garantiram às duas correntes o fornecimento de contribuições com reflexão acerca de questões importantes e com a apresentação de alguns enviesamentos.

Os termos organizacionais da justiça, ao lado dos debates por eles desencadeados, foram um dos pontos nevrálgicos nas formas da administração central e no seu relacionamento com os poderes periféricos no Império Português.⁵⁹⁶ É bem verdade que seus múltiplos níveis de atuação forjaram um funcionamento diversificado que perpassou tanto a relação verticalizada entre os componentes hierárquicos das “estruturas convergentes”,⁵⁹⁷ conformadoras do todo imperial, quanto as variações internas dentro de cada eixo, representando o funcionamento local. Noutras palavras, entender o entrecruzamento das disputas que envolveram os polos dos governistas de um lado e a sociedade governada de outro, estendendo essa compreensão para a dimensão territorial do Império Português, pensada na constituição total e suas partes componentes, direciona o tratamento das noções de aplicação da justiça no território ultramarino.

A combinação entre o escopo do conjunto de ações na sociedade portuguesa, os chamados fatores jurídico-políticos, e os condicionamentos ditados pela extensão territorial do Império móvel,⁵⁹⁸ contendo ainda internamente a diversidade dos ritmos de lugares, de tempo e de fronteira, aparece de forma muito específica nos comportamentos locais registrados em autos processuais. Segundo Hespanha (2001), a organização jurídico-política, no Império

⁵⁹⁶ As noções de arquitetura dos poderes, permeada pela distribuição em esferas centrais e periféricas, são tratadas em HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807). Dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, s/d. v.IV. São também amplamente discutidas em HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político*, Portugal século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

⁵⁹⁷ A noção de estruturas convergentes foi tomada de empréstimo a Russel-Wood, que tratou a organização do senado das câmaras nas Minas dentro dessa concepção. Para ele, a configuração assumida por cada uma delas, para além dos pontos em comum originários de sua matriz jurídica europeia, era passível da variação local, de funções e disfunções, a partir da aproximação de seus componentes entre si e desses com os poderes organizativos externo e principal (RUSSEL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, ano XXVIII, n.109, v.LV, p.25-79, jan.-mar. 1977.).

⁵⁹⁸ O conceito de mobilidade no Império Colonial Português foi tomado em Russel-Wood. Para a constituição territorial e interiorização da metrópole, ver FURTADO, Júnia. Homens de negócio; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da Metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986. Sobre as constituições territoriais na segunda metade do século XVIII, ver BICALHO, Maria Fernanda. *Sertão de estrelas: a delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa*. Ainda sobre o baixo grau de institucionalização política na capitania das Minas, a generalização de “zonas de *non-droit*”, territórios de mando e a exacerbação do mandonismo bandoleiro, ver ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

Português, era um sistema isento de homogeneidade, mas, a despeito disso, estava envolvido em uma moldura institucional geradora de uma forma de centralidade que, além de ser marcada pela inexistência de hierarquias rígidas, também se constituía em diferentes níveis institucionais.⁵⁹⁹

Os esforços seguintes se voltam para a percepção localizada da atuação do sistema de justiça, procurando detectar, dentro de cada processo, o viés da aplicação da matriz doutrinária portuguesa e seus efeitos na constituição local.

⁵⁹⁹ HESPANHA, A. M. As estruturas políticas em Portugal na época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru/SP: Edusc; São Paulo: UNESP; Instituto Camões, 2001.

CAPÍTULO VI

CRIMES E CRIMINOSOS: PERFIL DE UMA SOCIEDADE RETESADA

Após longos anos de preponderância, a tendência de pensar a colônia como uma homogeneidade temporal e geográfica foi superada. O movimento historiográfico que, partindo de temas diferentes, promoveu a revisão do tratamento interpretativo dedicado ao estudo da sociedade escravista propõe a aproximação com os estudos que, de momento, promovem a mesma revisão do conhecimento histórico sobre a América Portuguesa. A ideia de conectar historiografias foi altamente produtiva, pois acarreta importantes ganhos ao agenciar o aumento do diálogo entre esses dois conjuntos de análises.

Em artigo intitulado “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa”, Sílvia H. Lara (2005) observou que o resultado auferido pela ampliação dos estudos sobre a escravidão, relacionado aos apelos de pesquisas em novas fontes, envoltos em, também, novos temas e abordagens, representara um avanço no conhecimento historiográfico.⁶⁰⁰ Em contrapartida, a mesma autora lembra que os estudos sobre a “nação brasileira” também saíram vitoriosos na proposta historiográfica do século XIX, e, na sua esteira, vários clássicos na abordagem da história do Brasil se revelariam tributários de uma “concepção unívoca da colônia”. A autora assinala que o caminho historiográfico inaugurado pela primeira e grande História geral do Brasil, trabalho publicado em 1854, se desdobraria em ramificações, ainda que a partir de algumas motivações diferenciadas. Acompanhando de perto os tratamentos dedicados aos estudos sobre a colônia, ela ressalta a influência exercida pela imagem veiculada no primeiro século do Brasil independente.

Incluímos, nessa percepção, a derivação que os trabalhos sobre a justiça colonial e da primeira década do Brasil independente também guardaram em relação aos estudos fundantes do pensamento nacional no século XIX, e angariamos os ganhos que os movimentos revisionistas das duas tendências geram em forma de possibilidades para inserir a compreensão que vigorara sobre a justiça no debate mais amplo sobre a colônia e a constituição da nova nação. Abrindo um leque de possibilidades, a nova interpretação e a

⁶⁰⁰ LARA, Sílvia H. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005. p.21-38.

sugestão de aproximação historiográfica lançam alguns novos elementos interpretativos para o delineamento das dúvidas acerca da justiça colonial.

Percebida como arcaica e escravista, com fortes traços de personalismo e frouxidão nas relações sociais e instituições, repleta de situações em que “a repulsa pelo trabalho regular e pelas atividades úteis” grassaria incólume, marcando a predominância de comportamentos eivados de tradicionalismo e dominados pelo “corpóreo, o patriarcalismo, o regional e o paroquial”, os textos sobre a história do Brasil se mostrariam derivados de uma matriz interpretativa.⁶⁰¹ Tais adjetivos, pulsando nos estudos sobre a colônia, encontrariam sua revisão, iniciada a partir de um outro filete historiográfico, que, nos últimos 20 anos, admitiria pensar os movimentos históricos na América Portuguesa a partir de outras abordagens, por sua vez enriquecidas com a noção imperial nos domínios portugueses. A tudo isso se acrescenta o influxo proporcionado pelas clivagens norteadas pelas novas interpretações acerca da constituição da realeza na concepção corporativa do Império.

Desde os anos 70, a historiografia brasileira vem favorecendo a ocorrência dos estudos monográficos que, através da visitação de temas pouco estudados, contribuíram para o conhecimento de aspectos até então pouco abordados. A abertura de novos filões historiográficos lançou luzes interpretativas sobre a vida em colônia que, por sua vez, ganhou maior lucidez com a noção, mais recente, de Império Português, trabalhada ao lado das explicações sobre o funcionamento da realeza corporativa.⁶⁰²

Enfim, as tendências historiográficas que, sustentadas, sobretudo, na busca de compreensão da interiorização da metrópole, definiram para a colônia uma imagem

⁶⁰¹ LARA, Sílvia H. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005. p.23.

⁶⁰² Estudos inaugurados com as pesquisas sobre os desclassificados, as mulheres, os pecados, as devassas em um campo de história social, devem ser conferidos em Laura de Mello e Sousa, Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colônia. In: FREITAS, Marcos César (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2000. Ainda da mesma autora, em *O diabo e a terra de Santa Cruz*, com os estudos envolvendo a feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial, e ainda no clássico estudo sobre o crime nas Minas setecentistas, *Os desclassificados do ouro*. Sobre os pecados, os estudos de Ronaldo Vainfas, *Trópicos dos pecados. moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Sobre as devassas eclesiais, há ainda os estudos de Luciano Figueiredo sobre as *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*, que podem ilustrar as novas clivagens sobre a vida em Colônia. Já os estudos que contribuiriam para a noção de Império, ao rastrear os arranjos clientelares, estariam representados no estudo de Stuart Schwartz sobre a constituição de uma elite colonial, com a aproximação entre magistrados e altos funcionários da Relação da Bahia e a elite proprietária local, levada a efeito no século XVIII, em terras de ultramar, cf. SCHWARTZ, Stuart. B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema Corte da Bahia e seus juízes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1977. As contribuições para a historiografia nacional estariam representados principalmente nos estudos organizados por FURTADO, Júnia. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

distanciada dos modelos predominantes e ganharam novo influxo ao aproximar-se do eixo marcado pelas concepções de monarquia corporativa,⁶⁰³ ainda pedem outros desdobramentos.

Ao sugerir o movimento de aproximação historiográfica, pleiteando a contribuição entre as historiografias sobre a escravidão e aquela que estuda o Império Português, entendendo a ambas como filiadas ao mesmo movimento de quebra do nexos que opunha o “arcaico-escravista-colonial” ao “moderno-capitalista-nacional”, embora se tenham conservado em campos temáticos mais específicos, Sílvia Lara argumenta que muito se tem perdido com a separação dos dois conjuntos historiográficos. Para ela:

[...] a historiografia mais recente sobre o período colonial tem se voltado para o estudo das camadas dominantes. Cada vez mais conhecemos sobre o modo de governar, os homens bons, o mundo dos letrados e as formas de ler e sentir, os poderes locais, a nobreza e as elites coloniais, mas continuamos a saber pouco sobre a história social dos séculos XVII e XVIII. Sem dúvida alguma, há estudos sobre as revoltas populares, sobre quilombos e movimentos indígenas, mas são trabalhos esparsos, que ainda não chegam a constituir um campo de investigação.⁶⁰⁴

Concordamos com a autora, uma vez que os estudos sobre a organização da justiça e os privilégios da concessão régia em terras da América Portuguesa estão pontilhados pela questão escravista e dos desclassificados. O ritmo imposto pela característica social é assente nos processos, com destaque para a participação de escravos, de mulheres, ao lado dos forros, pardos e senhores. A natureza social dos processos da justiça é demonstrada com a veemência com que os atores sociais se apresentam.

A documentação dos processos-crimes na capitania das Minas demonstra a perspicácia da autora ao problematizar os termos do distanciamento interpretativo, uma vez que as nuances sociais podem alterar a aplicabilidade da lei, sem colocar em cheque a matriz doutrinária. Ao tratar separadamente os segmentos sociais coexistentes no período colonial e, subsequentemente, na primeira década da Província, conforma-se uma perda do caráter social dessa parcela do Império Português, embora nem todos os temas favoreçam uma abordagem continuada entre os dois momentos. Em termos de organização da justiça, a sociedade que a praticou o fez mantendo o seu ideário social, dentro do mesmo conjunto doutrinário. Ou seja,

⁶⁰³ Para a historiografia portuguesa, o debate encontraria seu principal expoente nos estudos de A. M. Hespanha, sobretudo a coletânea em que diversos autores seguem seus estudos dentro da concepção corporativa da monarquia portuguesa (Cf. HESPANHA, A. M. (Coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa; Portugal: Editorial Estampa, s/d. v.IV.).

⁶⁰⁴ LARA, Sílvia H. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005. p.34.

a aplicabilidade da lei e a efetividade da justiça no Brasil, do Império Luso-brasileiro e Império brasileiro, sobrepôs-se a um ordenamento social bastante diversificado. Tal situação não se revelaria ponto neutro em nenhum dos dois impérios.⁶⁰⁵

Em uma conclusão próxima, mas a partir de abordagem temática diferente, o estudo sobre o pensamento político da época da independência do Brasil, privilegiando a compreensão da monarquia e sua adoção como possibilidade de governo no Brasil, Estilique Santos (1999) aborda o tema com a mesma compreensão.⁶⁰⁶ Segundo ele, a sobrevalorização das questões de natureza política por um grupo de pensadores situados em posição de comando, profundamente heterônimos, resultou de um movimento de longas décadas de internalização das práticas doutrinárias portuguesas. Ora, a participação de setores da população do Brasil em um movimento de independência, com a informação e tutela da própria monarquia bragantina, dificultara a irrupção de outras discussões que não o sistema político. A dificuldade de ruptura social e econômica em uma situação de apego às formas de governo português funcionou como um rolo compressor sobre qualquer debate que abalasse os alicerces do edifício social, abrindo um campo fértil para a produção das ideias de natureza eminentemente política. Se se adotar um conceito mais amplo de ideias políticas, é lógico que esse comportamento será creditado na relação de escolhas políticas, no entanto, o sustentado pelo autor é que, “tendo sido escoimadas as questões de natureza social, o elemento político passa a girar em torno da própria organização do poder do Estado”.⁶⁰⁷

Situação similar ocorre com o funcionamento da justiça. As pendências julgadas em tribunais, seja de instâncias mais inferiores ou as que demandavam decisões no Desembargo do Paço, refletem a sociabilidade em vigor e apresentam-se eivadas das mais corriqueiras questões de funcionamento dos alicerces sociais. A maciça presença de escravos, as brigas dos viciados em jogos, as origens do desentendimento entre os casais e a chancela garantida pela sociedade contra as experiências antipáticas aparecem nos tribunais, com ou sem sustentação legal. Nelas está presente o pensamento doutrinário português, tanto político quanto administrativo, e, amadurecido ao longo de muitas décadas de contatos e adaptações,

⁶⁰⁵ Um trabalho que ressalta a mobilidade social dos pardos, entendendo-a para além da hierarquização sustentada na posse de bens, encontra-se na tese de FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Porto Feliz, São Paulo, c.1798-1850. Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS, 2005.

⁶⁰⁶ SANTOS, Estilique Ferreira dos. *A monarquia no Brasil: o pensamento político da independência*. Vitória: Edufes/CEG Publicações, 1999.

⁶⁰⁷ *Ibidem*, p.12.

ele não deixa de funcionar como elemento difusor de mensagem sobre as regras da convivência social.⁶⁰⁸

Assim, a sociedade plantada na porção ultramarina, concebida como resultante de um ideário de composição hierárquica vigente na categorização social proveniente do Império Português, deve ser analisada ao lado da organização dos processos-crimes. A despeito de participar como parte constituinte do Império, a rica faceta do mundo marcado pela sociabilidade construída no escopo regionalizado nas Minas desponta nos processos, mesmo mantendo o apego à matriz doutrinária do além-mar. Muito se tem discutido sobre os cargos e ofícios no interior do Império, bem como acerca da existência de diferenças geográficas, podendo-se inferir que os comportamentos locais encontraram fundamentação nas diferenças, mas, acima de tudo, encontraram, no pressuposto sustentado pela matriz doutrinária, uma unificação anterior e mais forte.⁶⁰⁹

Os protagonistas dos processos ostentam a natureza social das questões criminais e, em decorrência dela, os fatores sociais, relacionados à escravidão e às suas marcas impressas nas pessoas forras, vêm à tona nos processos criminais. E se, para estudar uma sociedade, a possibilidade de cortes analíticos deva ser efetuada em mais de uma direção, com o intento de não perder as tessituras sociais, as categorizações emergem de forma expressiva e podem ser sobrepostas. A questão das mulheres no envolvimento criminal também é um dos aspectos a destacar. A análise quantitativa dos envolvidos no rol de culpados, sobretudo no que se refere ao problema da escravidão e da cor, ao lado do acompanhamento de processos envolvendo a protagonização de mulheres, são instrumentos efetivos de análise do desenho social em contato com a malha da lei e dos comportamentos jurídicos.

6.1 Processos e mulheres

As mulheres não estiveram ausentes nas orientações de Pereira e Sousa. As *Primeiras Linhas do Processo Criminal* atribuíram a elas o estatuto de testemunhas capazes de produzir

⁶⁰⁸ Cf. GALANTER, Marc. A justiça não se encontra apenas nas decisões dos Tribunais. In: HESPANHA A. M. *Justiça e litigiosidade: história e perspectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

⁶⁰⁹ A abordagem adotada por Hebe Mattos contribui para a compreensão da matriz do pensamento escravista no reino e as adaptações experimentadas quando aplicadas no além-mar, dando motivação e escopo ideológico para o crescimento do sistema escravista e das relações sociais que o sustentaram (Cf. MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, J. L.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.141-162.).

provas, escrevendo que os defeitos das testemunhas não seriam assinalados pelo sexo. Para esse jurista, “as mulheres não deixam de ser testemunhas hábeis nas causas criminais”, acrescentando que: “Brissol diz a esse respeito que por serem as mulheres mais fracas e mais sensíveis não se segue que elas sejam menos verdadeiras, ou menos sinceras, para que se lhes negue a fé de seus juramentos”.⁶¹⁰

No entanto, o envolvimento de determinado tipo de mulheres com a justiça não era bem visto. Assim aconteceu no Distrito Diamantino, ano de 1783, quando a jovem, depois de “difamada” pelo ouvidor Joaquim Manoel de Seixas Abranches, “por este modo tirou carta de seguro”, e como não devia ir “uma moça recolhida apresentar-se com ela em uma audiência pública”, foi preciso e conveniente que, a “poder de peitas”, o Ministro ouvidor delegasse a jurisdição no seu agente Bernardo José, “para ir fazer a audiência”. A sessão solene feita em casa “do pai da dita moça” serviu para que ela se apresentasse com sua carta de seguro de acordo com as conformidades e exigências do processo ordinário, agindo, assim, dentro do estilo.⁶¹¹

Em 1809, na Vila de São João del Rei, Isabel Rodrigues de Oliveira e sua filha Joaquina Rodrigues da Silva diziam que obtiveram sua carta de seguro para enfrentar o livramento do “crime que lhes resultou da querela” contra elas movida pelos suplicantes Manoel Antonio de Souza e Antonio Leite Ribeiro. Asseguravam ainda que, “como se lhes faz preciso apresentarem-se em audiência”, elas, suplicantes, “não só chegam de fora e não podem esperar a audiência”, mas “como ainda são mulheres brancas, honestas e graves, a primeira viúva e a segunda casada”, requeriam “para que vossa mercê” fosse “servido mandar que no cartório se lhes tomasse sua apresentação” e depois que “se lhes passasse o contramandado para não serem presas”.⁶¹²

O termo registrou que se apresentavam “com sua primeira carta de seguro negativa por tempo de um ano pelo crime [...] tudo constante da predita carta de seguro.” A primeira “carta de seguro negativa em parte confessativa com defesa passada a favor de Isabel Róiz do Oliveira e sua filha Joaquina Rodrigues da Silva por tempos de hum anno”,⁶¹³ em nome de Dom João, foi concedida após uma petição das mulheres.

⁶¹⁰ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.149.

⁶¹¹ RAPM, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano IV, fascículo 1, p.3-15, 1898/1899.

⁶¹² AMRSJ. Processo-crime, caixa 74, doc.17, 1809. Izabel Rodrigues de Oliveira e Manoel Antonio Sousa.

⁶¹³ AMRSJ. Processo-crime, caixa 74, doc.17, 1809. Izabel Rodrigues de Oliveira e Manoel Antonio Sousa.

Elas diziam que “a notícia dos mesmos chegou que pelo Juízo Ordinário da mesma Vila querelara das suplicantes o sogro da primeira suplicante” e “sob o pretexto de que as mesmas haviam vendido os escravos do casal”, foram pronunciadas “sem averiguação da verdade do fato e já sim por vingança e capricho”. Tudo isso, “em razão de viver o querelante separado há muitos anos da suplicante sua mulher que mora na companhia de sua mãe e porque não são obrigadas a sofrer o vexame de uma prisão” requerem, portanto, “que lhe passe sua primeira carta de seguro negativa e confessativa com defesa para assim mostrarem sua inocência”,⁶¹⁴ em 1809 . O despacho foi favorável.

Também no processo de livramento apresentado no libelo da promotoria de justiça contra José Dias de Oliveira em 1820, na Vila de São João del Rei, Joaquina Cândida de Jesus e Dona Jezuína Honória de Jesus, mulheres suplicantes que, em circunstâncias da “fragilidade e decência do seu sexo”, lhes fosse concedido implorar a “Vossa Majestade a graça” de lhes fornecer provisão régia para poderem “residir nas audiências pela pessoa de seu procurador”.⁶¹⁵

Também Dona Mariana, em 1800, na Vila de São João, se viu envolvida em um longo processo judicial. Além de conviver com os desdobramentos da briga na extensão de muitas instâncias, ela teve sua carta de seguro contestada no Desembargo do Paço e, depois, desembargada na mesma instância. Ela não foi presa, mas teve ao seu lado o irmão padre. Dona Mariana Antônia de Alvim e Castro e o Padre Manoel Antonio de Castro, por cabeça de seu escravo Manoel de Castro, disputaram em uma demanda de libelo-crime com José Joaquim Corrêa.

Os autos remanescentes da pendência judicial legaram dois volumes manuscritos, conformando um calhamaço de cerca de mil páginas. Seu registro se iniciou com a petição de Dona Mariana Antônia de Alvim requerendo a carta de seguro ao Desembargo do Paço e, para isso, relatava a disputa. Tudo foi escrito em autos que, mais tarde, foram devolvidos para a instância de origem, onde ela seria presa caso não obtivesse uma sentença favorável: “Sentença Crime de desembargo de carta de seguro passada a favor de D. Marianna Antônia [...] contra o autor embargante o Capitão José Joaquim Correa”.⁶¹⁶

Em processo já citado, o mesmo argumento fora utilizado por Dona Gertrudes Joaquina da Silva, moradora na fazenda da Mutuca, termo desta Vila de São José, Minas, comarca do Rio das Mortes. Aos oito dias do mês de julho de 1821, foi feito o termo de

⁶¹⁴ AMRSJ, *loc. cit.*

⁶¹⁵ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820.

⁶¹⁶ AMRSJ. Processo-crime, caixa 17, doc. 01, 1799, p.2.

procuração para o que “donde daí (*eu*) o meirinho da Fazenda Real ao diante nomeado” compareceu em casa de Dona Gertrudes Joaquina da Silva para que “a sobredita Dona Gertrudes Joaquina da Silva que reconheço pela própria de que trato e dou fé e por ela me foi dito em presença” que:

[...] para poder fazer uma Escritura de Perdão que dá a Valério crioulo escravo de Manoel Antônio da Silva é preciso a suplicante vir a esta Vila, como não pode fazer por ser uma viúva honesta incomodá-la [...] por isso requer vossa mercê se sirva mandar por qualquer oficial de Justiça ou Vintena lhe tome por termo a procuração para o mesmo fim para por bem dela se poder lavrar a Escritura de Perdão [...].⁶¹⁷

À parcela do gênero feminino representada pelas mulheres que não queriam se envolver com as demandas judiciais, contrapunha-se uma outra composta pela porção de mulheres que participava vivamente do processo. Ora como autoras de processos, ocupando o lugar de suplicantes e denunciando os delitos, ora como vítimas espancadas, sem se apresentar como parte, ou ainda exercendo o papel de testemunha nas demandas instauradas. Essas situações encontraram representação nas figuras de Joaquina Maria da Cruz, Crioula forra, que “se queixara ao Juiz de Fora” das “pancadas” e “ferimentos” que sofrera.⁶¹⁸ Outra situação semelhante encontra-se no caso de Tereza, Crioula forra, que apanhava “cuteladas no dia 23 de novembro de 1822, na rua da Cachaça” e que também dera motivo para uma devassa.⁶¹⁹ As mulheres solteiras, predominantemente pardas e Crioulas, não se intimidavam perante o sistema judicial, nele comparecendo para servir de testemunhas ou para denunciar as violências sofridas. Essa outra camada indicia, no mínimo, a diversidade da constituição social da capitania das Minas.

O resultado do convívio social lançava, também, as mulheres no laboratório de suas experiências. Quando chefes de domicílios, solteiras, exerciam nas vilas e arraiais funções que se caracterizavam por ofícios mecânicos de costureiras, lavadeiras, fiadeiras etc. São também encontradas em tavernas ou casas, locais para onde, segundo os indícios dos documentos, se dava grande fluxo de pessoas. Esses pontos, ao proporcionarem os momentos de lazer, com festas regadas a bebidas, eram, sobretudo, os melhores palcos para os conflitos e brigas derivadas de relações locais de exercício costumeiro dos micropoderes.⁶²⁰ Tais espaços eram

⁶¹⁷ AMRSJ. Processo-crime caixa 1, doc. 15, 1821, p.4.

⁶¹⁸ AMRSJ. Processo-crime/Libelo entre A justiça e Antônio Ferreira Martins, 1814.

⁶¹⁹ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, 1823.

⁶²⁰ Segundo Edna Maria Resende, em estudo sobre os processos-crimes entre as décadas de 1840 e 1860, as ocupações predominantemente femininas são ligadas aos trabalhos manuais em tecidos e ao serviço doméstico. Para a Vila de São João del Rei, ela encontrou mulheres como negociantes, caixeiras, ocupando ofícios de

o lugar onde as brigas efêmeras poderiam acontecer e, quando envolviam as mulheres, proporcionavam também as oportunidades para o desaguamento de rixas antigas e da terra. Esses locais refletiam a sociabilidade existente por detrás das brigas e processos que desembocavam nas instâncias de aplicação da justiça régia.

Maria Beatriz Nizza da Silva⁶²¹ discute, para o século XVII, a penetração dos sertões pelos paulistas em busca de mão-de-obra indígena para a agricultura, acentuando a relação entre as expedições ao sertão e o agregado familiar. A autora destaca as dificuldades da vida da família sertanista. Quando os homens partiam para o sertão, não era fácil a vida da mulher e dos filhos, muitas vezes moradoras em sítios isolados. Se morressem, com os maridos ausentes e filhos pequenos, as difíceis condições eram transferidas para os filhos, no que se refere à administração dos bens, criação e educação. Por outro lado, a situação de criação de filhos órfãos, para os ilegítimos, não era menos difícil, em razão das dificuldades inerentes aos trabalhos de crescimento do patrimônio e negócios. O crescente grau de dificuldade se mostrava ainda mais aguçado no que se referia aos ilegítimos mamelucos. Para com eles, pois, os cuidados e preocupações eram bem menores, eles naturalmente acompanhariam a situação da mãe.

A autora arremata sua discussão acerca da família nos primeiros séculos da colonização, versando sobre os homens no sertão, mulheres na vila em São Paulo, queixando-se da ausência de estudos sobre a família na Bahia e Pernambuco, excetuando-se Evaldo Cabral de Mello e José Antônio Gonsalves de Mello, que, debruçando-se sobre aspectos predominantemente genealógicos, põem em destaque as alianças matrimoniais. Conclui a autora, finalmente, que: “De qualquer modo, não há dúvida de que para as famílias paulistas os serviços indígenas constituíam a sua principal riqueza e era com eles que dotavam as filhas e deixavam amparados os filhos por sua morte [...]”⁶²²

Versando sobre a família mineira, o mesmo trabalho parte da análise das cartas de sesmaria para trazer algumas informações sobre os núcleos familiares em terras do território de Minas, a partir dos primeiros anos de sua ocupação, já que a afirmação comum é a de que

alfaiate, sapateiro, seleiro, carapina e padeiro, profissões marcadamente exercidas pela predominância masculina. O estudo das ocupações femininas na citada Vila, tanto pela análise das Listas Nominativas de 1831, quanto pelos dados sobre as mulheres testemunhas, em nada se diferencia do recorrente em universos urbanos do período. A autora, ao estudar a norma e a transgressão, elegeu a solidariedade e a lei como tema de sua pesquisa, num esforço de mapeamento dos atores e dos conflitos. Segundo ela, a rua “era também um dos focos de tensão social e conflito” (Cf. RESENDE, Edna Maria. *Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João del-Rei. 1840-1860*. 1999. 146f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 1999.).

⁶²¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁶²² *Ibidem*, p.45.

os anos iniciais da mineração se mostraram avessos à constituição de estruturas familiares, uma vez que, para as terras auríferas, somente se dirigiam homens com seus escravos. A autora conduz a sua reflexão sobre a família mineira, a partir da perspectiva de bens patrimoniais encontrados em estudos sobre os inventários. Discute a parceria nas explorações de terras minerais e os problemas nas partilhas provocados por aquelas práticas de sociedades em negócios. Analisa, ainda, a constituição dos bens de fazendas, tanto oriundos de inventários de grandes fazendas, como os dos participantes da Conjuração Mineira e seus patrimônios listados em autos de devassa, bem como sobre a vida patrimonial de herdeiros dos exilados. Atesta a proliferação dos pedidos de licença para os engenhos, na virada do século XVIII, em terras de fazendas. Analisa a especificidade dos patrimônios de Diamantina e arremata sobre o território da capitania, afirmando:

E pode-se perceber que as famílias desta área de mineração, se não atingiam níveis de fortuna tão elevados como os dos senhores de engenhos, ou mesmo os fazendeiros de gado, optaram pela agricultura como meio de, através da produção de açúcar e sobretudo aguardente (é preciso não esquecer a presença dos alambiques entre os bens dos inconfidentes), compensar o fraco rendimento da mineração. É preciso contudo investigar mais de perto as sociedades constituídas nas lavras e de que maneira os sócios e suas famílias participavam dos rendimentos minerais.⁶²³

A opção da autora pelo estudo de famílias brancas, revelada na queixa de que na produção historiográfica sobre Minas Gerais “tenha havido uma concentração talvez exagerada nos estudos sobre escravidão e sobre população de cor em geral”,⁶²⁴ lança luz sobre as situações citadas.

Dona Mariana, Joaquina Cândida de Jesus, Dona Jezuína Onória de Jesus, Isabel Rodrigues e outras mulheres citadas como brancas, direitas, casadas, que não deveriam comparecer em audiências públicas, são espécies individuais dentro da noção que correlaciona família com propriedade e bens inventariados. A correlação entre propriedade, redes familiares e negócios é notável tema de estudo da constituição da sociedade e propriedade em terras mineiras.⁶²⁵ Alertando que, sem desconsiderar o fato de que as relações sexuais inter-raciais possam ter sido predominantes, e descartando as corriqueiras noções que logo levam a pensar em mestiçagem entre brancos e negros ou mulatos, a autora chama a

⁶²³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.93.

⁶²⁴ SILVA, *loc. cit.*

⁶²⁵ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*. São Paulo: Edusc, 2005.

atenção sobre o concubinato e a ilegitimidade na capitania. Para ela, tais relações, saídas da ilegitimidade por processos legais de legitimação, estão comprovadas por evidências empíricas. Ela encontrou, entre os anos de 1808 e 1822, período em que existiu o Desembargo do Paço, na América Portuguesa, dez petições de nobres, padres e adúlteros desejosos de legitimar sua prole.⁶²⁶

Mais uma evidência que envolve mulheres detentoras de propriedade e que, por esse motivo, são honestas e viúvas ou casadas, pode ser encontrada no processo-crime movido pela justiça contra Joaquina Rodrigues da Silva.⁶²⁷ Muito embora a ré não tenha conseguido se livrar das audiências, e, mais que isso, ela se tenha apresentado com seu escravo na corte do Rio de Janeiro, ela recebeu tratamento de graça régia. Em audiência pública aos feitos e partes que fazia o desembargador José Albano Fragoso nos Passos da Casa de Suplicação, foi dito, pelo solicitador, que:

[...] dona Joaquina Rodrigues da Silva por si e por cabeça de seus escravos Joaquim Cabra e Aniceto crioulo que presentes estavam se apresentavam com sua carta de seguro passada pelo acórdão da Casa de Suplicação ratificado a sua apresentação que [...] caza da audiência no dia trinta de março do corrente ano.⁶²⁸

O que estava fazendo Dona Joaquina, ao lado de dois escravos, em audiência pública no Rio de Janeiro? Pelo menos ela ainda estava em audiência, o pior seria se estivesse na cadeia, porque sua carta de seguro foi passada por acórdão da Relação, uma vez que era acusada de crime de morte. Segundo Pereira e Sousa, a carta de seguro “se concede regularmente pela *Ordenação* L.1, título 7 e título 58”, excetuando-se alguns crimes, neles incluso o de morte. Da denegação da carta de seguro, segue-se o agravo pela lei de 6 de dezembro de 1612.⁶²⁹

Provavelmente, Dona Joaquina se beneficiou dessa lei. E ainda foi:

⁶²⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.93. Sobre as relações legítimas e ilegítimas em São João del Rei, ver BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007. Sobre legitimidade, em Sabará, ver PEREIRA, Ana Luiza Castro. *O sangue, a palavra e a lei: faces da ilegitimidade na Vila de Sabará (1713-1770)*. 2004. 179f. Dissertação (Mestrado em História) – Fafich/UFMG, Belo Horizonte, 2004.

⁶²⁷ Curiosamente, esse processo social é também mais ameno para essa parcela feminina. Quando aumentavam sua prole no estado de viuvez, chegavam a pedir perdão em testamento, afirmando que, “por fragilidade da carne”, tiveram mais filhos depois de viúvas. Isso não as retirava da lista de mulheres honestas viúvas e casadas.

⁶²⁸ AMRSJ. Processo-crime, caixa 23, doc. 10, 1821, p.2.

⁶²⁹ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.78.

[...] que se pos cota na dita carta por ordem do mesmo ministro por não haver audiência supra dia, como ainda hoje estavam dentro dos dous nove dias da Ley [...] passasse seu contramandado e José Joaquim de Gouveia o escrevi segundo o que assim se continha e declarava em termo de autuação depois do qual [...] mostrava a carta de seguro negativa concedida por acórdão da Relação aos réus.⁶³⁰

Ela requeria, junto ao Desembargo do Paço, carta para inquirição de testemunha e, nesse mesmo processo, conseguiu carta de seguro. A “carta de Inquirição para testemunha passada a favor dos réus” apresentava os dizeres:

Dom Pedro de Alcantra Prince Real do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, Regente do Reino do Brazil e nelle lugar tenente d’El Rey pela Carta de Inquirição de testemunha vinda do Juízo da Correição do crime do tribunal da Casa da Suplicação do Brasil na causa de livramento crime que move a Justiça contra os réus [...].⁶³¹

A carta de inquirição de testemunhas foi orientada por Pereira e Sousa, que forneceu, no parágrafo de número 193, a informação de que, “se as testemunhas são moradoras fora da jurisdição do Juiz da causa, expede-se carta de inquirição para serem perguntadas no Juízo de seu domicílio”.⁶³²

Os autos de livramento-crime entre partes, tendo como autora “A Justiça” e “réus seguros dona Joaquina Rodrigues da Silva por si e por cabeça de seus escravos Joaquim Cabra e Aniceto crioulo”, tiveram o seu princípio pelo “teor narrado” e datado de 02 de abril do ano de 1821. O traslado do auto de devassa contendo corpo de delito e pronúncia foi feito. A devassa fora pela morte causada a José Joaquim de Santa Anna.⁶³³ Segundo o relato de Dona Joaquina, ela já estava recolhida em seu quarto, quando se deparou com a vítima dentro dele. Ela relata que gritou para que ele de lá saísse e que, logo, seus escravos acudiram com paus, lutando com a vítima armada de uma faca. O relato segue dizendo que a vítima recebera pauladas, mas que fora atendido pelo cirurgião. Acrescenta, ainda, que depois de medicada, a vítima teria ido embora, e até tomado cachaça dias depois, pois “que era chegado a bebedeiras”, somente depois viera a falecer.

⁶³⁰ AMRSJ. Processo-crime, caixa 23, doc. 10, 1821, p.2v.

⁶³¹ *Ibidem*, p.3.

⁶³² SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.154.

⁶³³ AMRSJ. Processo-crime, caixa 23, doc.10, 1821, p.3-6.

Com o termo de acórdão em Relação:

[...] que concedem livramento ordinário aos réos seguros Joaquina Rodrigues da Silva e seus dous escravos Joaquim Cabra e Anacleto Crioulo, Rio de Janeiro dezanove de junho de mil oitocentos e vinte hum.⁶³⁴

Segundo “o que assim se continha e declarava em o dito acórdão”, o qual fora publicado enquanto passo necessário para o mandado de “cumprir e guardar em audiência pública dos agravos como junta do Termo de sua publicação lavrado nos autos e o depois do qual juntar o teor para procuração bastante”.⁶³⁵ Em seguida, Dona Joaquina solicitou, em petição, uma provisão:

[...] pela qual há por bem mandar que a Ré possa responder digo livrar-se por seo procurador nas audiências do juízo da Correição do crime e o depois da qual [...] e mostrava o teor do acórdão que é da forma seguinte.⁶³⁶

Em Relação, julgam o acórdão, “por conforme a culpa da Ré Dona Joaquina Rodrigues da Silva por si e por cabeça de seus escravos Joaquim Cabra e Aniceto crioulo”, e lhe conferem a régia e

excelsa graça concedida por provisão folhas dezoito para poder residir por procurador e livrar-se da culpa que lhe rezultou a que se procedeo o Juiz de Fora da Villa de São João pela morte feita a Jose Joaquim de Santa Anna e manda que se cumprão como nela se contem ... RJ, 3 de janeiro de 1821 [...].⁶³⁷

O libelo-contrariedade diz que provará que, naqueles “termos e nos de Direito,” devem os réus ser julgados inocentes, absolvidos de culpa e pena, “mandados em paz de justiça, como esperam fama pública, pede recebimento e cumprimento de justiça”. Com “protestos necessários [...] protestam por carta de inquirição para as justiças da Província de Minas Gerais”.⁶³⁸ Foi por esse motivo que o traslado do processo retornou para a Vila de São João, com o cabeçalho de carta de inquirição para testemunha. De outra forma, nunca se teria, nesse arquivo, notícia da história que arremessou a branca senhora possuidora de escravos em situação em que “mulheres honestas” evitavam aparecer.

⁶³⁴ AMRSJ. Processo-crime, caixa 23, doc.10, 1821, p.3-6.

⁶³⁵ AMRSJ, *loc. cit.*

⁶³⁶ *Ibidem*, p.8.

⁶³⁷ AMRSJ. Processo-crime, caixa 23, doc.10, 1821, p.8.

⁶³⁸ *Ibidem*, p.7-9.

O solicitador da justiça Antônio Martines de Sá e Jose Lourenso Dias, procurador bastante “da ré segura Dona Joaquina Rodrigues da Silva por si e por cabeça de seus escravos Joaquim Cabra e Aniceto Crioulo”, foram citados para ver a expedição da carta de inquirição em 28 de agosto de 1821, no Rio de Janeiro. Tudo foi feito em plena concordância com as orientações do manual de Pereira e Sousa, que deixou escrito que “deve em todo caso ser citada a parte para ver jurar as testemunhas”.⁶³⁹

Na corte, os pagamentos no valor de 2.200\$ (dois mil e duzentos réis), se referiram ao feitio de assinatura a parcela de \$ 100 réis e selos, e a paga de doze folhas em 20 de setembro de 1821. Tudo foi cumprido em São João del Rei.⁶⁴⁰

Em 15 de outubro de 1821, foi despachada a petição, na qual consta:

Diz D. Joaquina Rodrigues da Silva por si e por seus escravos que ela tem conhecida a sua prova na Carta de Inquirição não quer mais [...] testemunhas [...] mandar o escrivão extraindo o competente instrumento o remeta para o tribunal [...] juntar aos autos e remeter.⁶⁴¹

A providência do tabelião demonstra que o processo da senhora D. Joaquina não fora tratado com descaso:

Diz Cesário Jose de Silva Lima primeiro tabelião público do Judicial e Nottas desta Va. que tendo de remetter ao Juízo do Crime o Instrumento da Carta de Inquirição que produzio Dona Joaquina Rodrigues da Sa. perci e por cabeça de seus escravos, e como esse instrumento deve ser extraído pelo suplicante por conter segredo, e presentemente não o pode fazer por se achar muito ocupado com Devassas crimes que devem ser concluídas em termo breve e se achar igualmente embargado com a cobrança da décima de prédios urbanos e prq este instrumento não dimite demora que avendo viria a ser prejudicial a re que se livra com carta de seguro requer por isso a V.Sa. seja servido conseder licença a Joaquim Thomaz da Costa Braga Escrevente do supe. e que já tem servido vários officios de Banca desta Vila para extrair o dito instrumento sendo primeiro juramentado visto impedimento do suplicante com sim, jurando perante Pa V.S. seja servido em atenção a assim deferir. ERM.⁶⁴²

⁶³⁹ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.155.

⁶⁴⁰ AMRSJ, *op. cit.*, p.12, 13. As páginas 14 e 15 apresentam os despachos e a petição para inquirição de testemunhas, ocupando o espaço das folhas 16 até a 32.

⁶⁴¹ AMRSJ. Processo-crime, caixa 23, doc.10, 1821, p.32.

⁶⁴² *Ibidem*, p.33.

A licença foi concedida, e o escrevente Joaquim da Costa Braga jurou “guardar em tudo o serviço de S. Majestade, segredo a justiça e direito as partes”, na cópia da inquirição. O somatório das custas resultou em um valor de 17\$310 réis.

O quadro formado pelo subgrupo das mulheres, possuidoras de bens, que não vão às audiências, em paralelo à lembrança de que o ouvidor Seixas Abranches foi punido no âmbito do reino, representa a hierarquização social, cujos tratamentos se definiam pelas distinções de fidalguia e nobreza.⁶⁴³ De outro lado, ficavam as mulheres frequentadoras de audiências porque apanharam ou porque serviram de testemunhas representa o outro subgrupo, que não consegue se livrar da lei na colônia e convive, frequentemente, com os oficiais da justiça local no seu enalço.

A essa parcela restava o procedimento de se livrar seguro ou de fugir e, ao adotar a segunda opção, permaneciam “fora da lei”, “os marginalizados”, compondo o exército dos desclassificados, que, embora úteis em terras da capitania das Minas, nunca estiveram livres das malhas da justiça. Presos nas “redes do poder”, ficavam sujeitos ao recolhimento à prisão em qualquer situação oportuna. O exemplo retirado do rol de culpados do Caeté, datado de 14 de janeiro de 1827, mostra o registro do tabelião:

E no anno de 1824 consta pela Devassão se acha neste Cartório por cópia entrar nas mmas. Cadeas o reo culpado Manoel Joaqm. Franco pela morte feita a João Mora. da Sa. no Destr. do Tanque, cuja Devassa foi tirada no anno de 1814, e consta da mma. Devassa e seu appenso ser este Reo embargado na das. Cadeas no dia 12 do mez de agosto do anno de 1824 [...].⁶⁴⁴

Outro exemplo de prisão oportuna, mesmo depois de muitos anos, verifica-se na petição já comentada, na qual a segunda carta de seguro passada ao Capitão Vicente Jose do Valle mostra que o réu não cuidou de seu livramento e esteve fora da lei durante oito anos, alegando que fora persuadido de que a pronúncia não existira. No período entre os anos de 1821 e 1829, o réu estivera fora da lei. Ele correrá todos os riscos e, depois, mais do que nunca, o cerco aos indiciados se apertou, com as mudanças previstas na criação do cargo de juiz de paz, em 1827.⁶⁴⁵

Por mais paradoxal que possa parecer, a extensiva perseguição exercida pelos tentáculos das malhas da justiça representa a efetividade da justiça régia e pode também ser evidenciada na forma como Tomás Antonio de Amorim Pacheco, homem branco e casado,

⁶⁴³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.

⁶⁴⁴ RAPM, ano XVII, p.273, 1912.

⁶⁴⁵ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc.16, 1829.

apareceu listado no rol de culpados. O registro mostra que o réu “apresentou-se com primeira carta de seguro negativa por um ano”, em data de 24 de abril de 1811. Até o ano de 1821, seu nome ainda recebeu assentos de que estava “com mandado de 30 de maio” e somente em 24 de outubro daquele ano de 1821 fora “livre por sentença”, com livramento e baixa na culpa.⁶⁴⁶

O caso em que José de Tal, branco, foi pronunciado, na devassa por ferimentos, começou “com mandado no mesmo dia”. Teve o “segundo mandado a 4 de outubro de 1817”. Foi “preso na cadeia da Vila” e depois “livre por acórdão da Relação de 06 de março de 1827”. Relativamente ao réu morador no Arraial de Nossa Senhora da Ajuda das Três Pontas, Freguesia de Santa Ana das Lavras do Funil, como filho de Bárbara de Tal, foi observado que, “pelo sobrenome, não parece ser branco da terra”.⁶⁴⁷

Nesse sentido, pode-se lembrar o caso em que a jovem “difamada” pelo ouvidor Joaquim Manoel de Seixas Abranches e que, “por este modo, tirou carta de seguro”, possa ter-se transformado em um dos elementos que fortaleceram as acusações contra o Ouvidor Seixas Abranches. Segundo Júnia Furtado, esse ouvidor foi preso em 1783 e transferido para Lisboa, onde suas culpas foram devassadas.⁶⁴⁸ Acusado de corrupção, despotismos, arbitrariedades e de acarretar enormes prejuízos à Real Fazenda, como foi denunciado pela correspondência que o governador D. Rodrigo de Meneses manteve com o Ministro Martinho de Mello e Castro, foi transferido para o Reino. Ao ouvidor dificilmente caberia a pena de uma prisão em terras ultramarinas, uma vez que, a despeito da enormidade de seus crimes, apenas os ocupantes dos mais baixos escalões da hierarquia social é que permaneciam presos.

Essa forma de repreensão ao ouvidor contrapõe-se às outras formas de punição, aplicadas às parcelas mais pobres, aos desclassificados e às parcelas dos detentores de propriedades na América Portuguesa. A diferenciação interna no Império impunha a criação de medidas locais, regionais e de âmbito territorial mais ampliado, demonstrando que a diversidade das possibilidades de funcionamento da justiça não impedia um quadro de efetividade das ações de constrangimento social. Mas a proposta de enfrentamento da justiça régia oficial não era a mais adaptável a qualquer subgrupo composto pelo universo feminino.

Deixando de lado a digressão sobre a possibilidade aberta a outros culpados e retornando à análise da participação feminina nos acertos de culpa, convém lembrar o que destaca Silveira.⁶⁴⁹ Sobre as idades das mulheres, ele aponta a situação em que a senhora por

⁶⁴⁶ AMRSJ. Rol de Culpados, livro 2, p.240v.

⁶⁴⁷ *Ibidem*, p.122v.

⁶⁴⁸ FURTADO, Júnia. *O livro da capa verde*. São Paulo: Annablume, 1996. p.71.

⁶⁴⁹ SILVEIRA, Marco Antônio. *Fama pública, poder e costumes nas Minas setecentistas*. 2000. 357f. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2000. p.12.

ele estudada aparecia como testemunha em uma devassa, apresentando-se com idade inferior à possuída. Segundo ele, essa seria uma situação ilustrativa do recorrente costume de se considerar os excessos de publicidade feminina, inclusive a presença em juízo, em elemento de ridicularização. O mesmo autor também corrobora a política matrimonial como precioso bem de permuta na constituição das redes sociais e o esforço voltado para aquisição de bens como garantia de sobrevivência.

Maria Vitória, mãe de Germano José,⁶⁵⁰ Joaquina de Tal, Crioula forra,⁶⁵¹ Constança, mulher branca que se metamorfoseou em Constança Maria de Jesus, mulher parda,⁶⁵² são mulheres que apareceram em audiência pública. Seus lugares sociais em vilas, disputando palmo a palmo a sobrevivência e circulando socialmente em meio às festas e rusgas, favorecem o tratamento previsto para esses quadros sociais em uma sociedade marcada pela hierarquização. Participando ativamente, seja em denunciar ou em testemunhar, seja em sofrer as bofetadas ou ainda em praticar os crimes, elas tecem a trama do seu viver.

Foram, ainda, tratadas dentro da concepção que estabelecia diferença entre as moradoras nas fazendas e as das vilas e arraiais, como chefes de domicílio e, também, dentro da noção da cor. Constança Maria apareceu no texto que relata a audiência como mulher branca e na petição do Hilário, crioulo forro, ela foi descrita como parda.⁶⁵³

Segundo os estudos sobre a capitania de Minas Gerais efetuados por Donald Ramos para a Vila Rica em 1804, os fogos ou domicílios chefiados por mulheres representaram um índice de 43,9%.⁶⁵⁴ Esse elemento revela-se sugestivo perante o fato de que muitos, dentre as centenas de arraiais centrados em pequenos distritos e freguesias na década de 1830, nomeados nas listas nominativas, apresentaram alto índice de domicílios chefiados por mulheres.⁶⁵⁵ Para o arraial do pequeno Distrito de Nossa Senhora da Piedade do Paraopeba, em 1831, Termo e Comarca da Fidelíssima Vila do Sabará, encontraram-se também índices muito próximos àqueles praticados em Vila Rica. No quarteirão do arraial, o índice dos fogos chefiados por mulheres atingiu o percentual de 41,75%, contrapondo-se ao total de 58,15%,

⁶⁵⁰ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de João Teixeira e Germano José Cordeiro, 1823.

⁶⁵¹ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de A Justiça e Antônio Martins Ferreira, 1814.

⁶⁵² AMRSJ. Processo-crime, caixa 79, doc. 02. Agravado/Crime 1827, CARVALHO, Hilário Antonio de (Crioulo) e JESUS, Constança Maria.

⁶⁵³ Lembrar aqui a cor ausente tratada sugestivamente por MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

⁶⁵⁴ RAMOS, Donald. City and country: the family in Minas Gerais, 1804-1838. *Journal of Family History*, Carleton University, Canadá, 3(4), p.361-375, 1978.

⁶⁵⁵ Já se apresenta bastante conhecido no círculo de estudos históricos demográficos sobre Minas Gerais o estudo de Clotilde Paiva, que revelou um conjunto de listas nominativas elaboradas nos anos de 1831-1838. A autora construiu um imenso banco de dados que permite estudar variantes da organização demográfica provincial e compará-las com outros momentos históricos e lugares.

chefiados pelos homens.⁶⁵⁶ Situação semelhante foi encontrada para o distrito da Lage, em estudo sobre a constituição da riqueza e escravaria no período entre 1780-1850. Nele se constatou a diferença significativa entre a ocupação dos quarteirões de fazenda e o arraial.⁶⁵⁷

A predominância feminina no arraial, ao se mostrar inquestionável na lista nominativa de 1838, demonstrou a constituição muito específica dos domicílios como reflexos da vida social. Os arranjos domiciliares nos arraiais e, no limite da diferença, nas vilas, mostraram-se bastante diferentes daqueles situados nos denominados quarteirões de fazenda. Observa-se, portanto, que as situações sociais podem lançar luz sobre as Joaquinas, Jezuínas e Donas que preferem não comparecer a juízo e não perder a posição de brancas, honestas e casadas, frente às Terezas, Marias e “Crioulas de tal” que, até mesmo sem nome, se encontram na faina da sobrevivência em terras de vilas.

Os quarteirões rurais, listados em pequenos distritos, abrigavam as fazendas e sua população predominantemente masculina, dividida entre senhores e escravos na relação de propriedade, ainda que também fossem cercados pelos agregados, compunham um universo social diferente daquele das vilas. No mundo das fazendas, a presença feminina se restringia ao espaço doméstico dominado pelos homens.⁶⁵⁸ As barrocas famílias estariam mais amplamente sediadas em vilas e arraiais, embora esses espaços geográficos não estivessem livres das visitas de escravos e homens provenientes dos quarteirões rurais, realizando seus giros de lazer e sociabilidade, fato plenamente cabível e articulável na ordem social escravista.⁶⁵⁹

Anna Rosa de Jesus foi uma dessas mulheres do arraial e teve que apresentar sua segunda carta de seguro em uma audiência pública, solicitada pela Justiça na Vila de São José del Rei, ano de 1829, em um processo catalogado como carta de inquirição para testemunha.⁶⁶⁰ Na audiência, “que por parte da Justiça e pelo seu promotor”, apresentou-se o “libelo acusatório” contra a ré Anna Rosa de Jesus, pronunciada na Devassa “ex officio da Justiça pelos ferimentos feitos em Delfina Maria Cândida” africana. A ré Anna Rosa de Jesus com “esta presente e mais verdadeira segunda carta de seguro negativa por tempo de um ano,

⁶⁵⁶ Estudo efetuado por alunos do curso de graduação em projeto de monografia da Faculdade ASA de Brumadinho, orientado pela Professora Carolina Corrêa e trabalhado por Carla Almeida.

⁶⁵⁷ TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito (1780-1850)*. São Paulo: Annablume, 2007.

⁶⁵⁸ TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito (1780-1850)*. São Paulo: Annablume, 2007.

⁶⁵⁹ Toma-se de empréstimo o conceito a Luciano Figueiredo, ao tratar as relações conjugais e extraconjugais em diferentes vilas e arraiais mineiros no período entre 1720-1770. (Cf. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.)

⁶⁶⁰ AMRSJ. Processo-crime, caixa 23, doc. 04, 1822. Carta de Inquirição para testemunha.

dada e passada a requerimento da parte que a pediu e requereu...” se apresentava para não ser presa.

O processo se arrastava há seis anos, somente se resolvendo quando o caso foi para as mãos da justiça, na pessoa de seu promotor, porque, naturalmente, a parte não se queixava. A cópia da petição e da primeira carta de seguro do ano de 1822 estava no processo que registrou ser aquela a “presente e mais verdadeira primeira carta de seguro”, requerida da seguinte forma:

Diz Anna Maria de Jesus, solteira, moradora no Arraial de N. Sra de Oliveira, termo da Vila de São José, desta Comarca, que a sua notícia chegou ter sido pronunciada em a Devaça que se procedeu e a ofício de Justiça pelo Juiz Ordinário da mesma Vila por ferimentos que dizem feitos em uma mulher denominada Delfina com hum machado ou com outro qualquer ferro que fosse, cujo delito nega a suplicante haver cometido nem tampouco para ele concorrido e porque teme ser prezo(a) antes da verdade sabida e sem vexame de prisão pretende mostrar a sua inocência e que foi arguida por pessoas inimigas requer a V. Sa. se digne mandar-lhe passar sua primeira carta de seguro negativa para os Casos recontados e qtos mais constar da dita devaça e ainda por querela quando esta fosse perpetuada em juízo pela suplicada e por tempo de um ano na forma do estillo, pagos os novos direitos. Pede a V.S. seja servido mandar passar o suplicante o seguro requerido, E receberá Mercê. Nada mais na dita petição [...] Dada e passada com o despacho seguinte. Passo a primeira carta de seguro.⁶⁶¹

A negação absoluta do crime, com a indefinição do sujeito e dos fatos, revelada na utilização corriqueira de expressões generalizadas, em “ferimentos que se dizem feitos”, ou que “os ferimentos foram feitos com um machado ou qualquer outro ferro que fosse”, ou, ainda, o recurso de negar conhecer qualquer informação sobre o fato foram elementos frequentes nos pedidos de carta de seguro. Todas as petições negam a prática do crime, e muitas alegam a atuação de testemunhas inimigas suas, demonstrando, para além das dificuldades de apuração das rusgas cotidianas, o envolvimento em situações de brigas efêmeras.⁶⁶² A recorrência de tais expressões empresta aos pedidos uma coerência que evidencia a existência de um determinado tipo de crença e forma da justiça no Antigo Regime. Nela, a preocupação com a parte devia ser contemplada, embora as penas pudessem até ser cruéis com requintes de açoites e morte, a intenção de justiça era um tanto quanto

⁶⁶¹ AMRSJ. Processo-crime, caixa 23, doc. 04, 1822. Carta de Inquirição para testemunha. O documento está concordando com o gênero masculino. (Grifos nossos).

⁶⁶² Cumpre ressaltar que apenas uma carta de seguro apresentou-se “em parte confessativa” nesta pesquisa. Isso confirma o problema que, desde cedo, os assentos da Casa de Suplicação registraram, ao se perguntarem se havia, para o caso de carta de seguro confessativa, a possibilidade de negar o crime depois em um libelo de contrariedade. Situação que ficou proibida, lançando a carta de seguro confessativa no desuso.

misericordiosa. A dúvida, o temor, os juramentos possuíam grande força na sociedade em que a lei positiva com concepções legalistas ainda não tinha sido implantada de forma definitiva.

É verdade que as datas-limites, sobretudo, o recorte final deste estudo, estão demarcadas a partir do aumento dos esforços para a implantação do paradigma legalista, mas ainda faltariam algumas décadas para que a crença no direito positivo suplantasse os antigos vestígios da lei costumeira, e o peso dos juramentos, da justiça misericordiosa, dos aparatos fartamente utilizados na sociedade do antigo regime fosse completamente esquecido.

A movimentação na sociedade estudada era um valor e, muitas vezes, podia-se transformar em recurso utilizado, sobretudo pelos brancos, na constituição de negócios e produção do comércio. No entanto, lembrando que a importância da circulação das pessoas residia nas oportunidades que ela criava para o desdobramento social e econômico em regiões de fronteira, é preciso ressaltar que, nos lugares onde as relações sociais já se mostravam mais amadurecidas e os espaços geográficos já se encontravam suficientemente demarcados pelo reconhecimento social, os escravos e forros também se movimentavam. Ou seja, em regiões antigas, a circulação de forros era menos arriscada do que em regiões de fronteira, embora a circulação nunca deixasse de ser um risco para o forro. A possibilidade, imposta pela cor, de recondução ao cativeiro nunca deixou de existir.⁶⁶³

⁶⁶³ Sobre a movimentação como valor, ver MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. Sobre a reescravização, vários estudos abordam o tema da escravidão, tais como os trabalhos de Sidney Chalhoub (Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990); J. J. Mendonça (Cf. MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999); Eduardo Pena (Cf. PENA, Eduardo S. *Pajens da Casa Imperial; jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001); etc., todos sustentados em processos-crimes. A possibilidade de circulação guarda significado em uma sociedade marcada pelo desdobramento de riqueza em áreas de fronteira, como mostram os vários estudos sobre o mercado interno, o desbravamento do sertão e a reprodução da riqueza colonial. Sobre a constituição do mercado interno na sociedade colonial, quer em expansão, quer em movimento, cf. FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Os estudos sobre as famílias e os desdobramentos da exploração do sertão, cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. A constituição de patrimônios quando se encontram nas “fazendas de sesmarias”, ver TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito (1780-1850)*. São Paulo: Annablume, 2007. Em estudos sobre as regiões de sertão é possível entender o risco da circulação. Cf. ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. No que se refere às ações de justiça, a situação mostrava-se tanto mais complicada, quanto mais fosse a região marcada por ocupação recente.

6.2 As matrizes do direito, as desavenças no casamento e a separação de casais no mundo colonial

O tempo da Boa Razão coincide também com outras clivagens, já, há alguns anos, destacadas por alguns estudos sobre a vida na capitania das Minas. A década de 70 do século XVIII, marco cronológico para vários estudos clássicos sob a inspiração da reconhecida periodização elaborada por Iglesias, foi tratada por Luciano Figueiredo⁶⁶⁴ como o período que conjugou vários declínios a partir da dinâmica tensa e acelerada do desenvolvimento e da consolidação da sociedade.

As barrocas famílias receberam um tratamento teórico que as emparelhou aos estudos sobre o modo de vida da população desclassificada. Assim, depois de uma série de incursões no fundo documental resultante dos autos de devassas eclesiais, a abordagem sobre a família colonial seguiu um plano. A publicação da *Archidiocese de Marianna: subsídios para sua história*, produzida pelo Cônego Raimundo Trindade, em 1929, representou a primeira investida na construção da proposta enaltecida da vitória da Igreja no seu incansável esforço de instituir a família legítima, como um dos grandes paradigmas da ordem colonial.⁶⁶⁵

Assim, a influência exercida pelas práticas religiosas, isto é, o esforço empreendido pela Igreja na difusão da religiosidade cristã nas Minas, acabaria refletindo-se no enfoque sob o qual as famílias mineiras continuariam sendo estudadas no decorrer do século XX. A tendência de seguir o tratamento das devassas para explicar a luta contra a barbárie encontraria prosseguimento em estudos como *Visões do Passado*, de autoria de Augusto de Lima Jr., de acordo com o conteúdo apresentado no trabalho sobre as barrocas famílias. Tal abordagem ainda encontraria eco na década de 60, em estudo que insistiria no papel da Igreja na luta contra a barbárie, como o trabalho de José Ferreira Carrato, denominado *A crise dos costumes nas Minas Gerais do século XVIII*.⁶⁶⁶

⁶⁶⁴ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias*. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁶⁶⁵ Lembrando que a data de 1929 foi em parte significativa no processo de construção do pensamento reacionário católico, sob a influência da atuação de Jackson de Figueiredo, é importante contextualizá-la, destacando que a proposta de enaltecimento da vitória da Igreja na luta em favor da instituição da família legítima nas Minas Gerais aconteceu no seio dessa tendência. Sobre o assunto, ver o “Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo”, In: IGLESIAS, Francisco. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p.109-158 e FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

⁶⁶⁶ CARRATO, José Ferreira. A crise dos costumes nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista de Letras*, São Paulo, FELA, v.3, 1962 *apud* FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias*. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997. p.68.

Mediante o desmascaramento de sua vivência cotidiana, as camadas empobrecidas, homens pobres, forros, escravos, desclassificados e camadas urbanas menos pobres, pois detentoras da capacidade de arcar com as não irrisórias taxas das custas eclesiais e judiciais, apareceram nos autos das visitas como os protagonistas mais eminentes. Ficaram a cargo do bispado mineiro as atuações relacionadas às dificuldades estruturais no controle da população mineira.

Segundo Figueiredo, os casais amancebados, os incestuosos, maridos violentos, prostitutas e padrinhos de filhos nascidos das relações ilícitas estiveram sob a órbita dos deveres delegados às instituições eclesiásticas. O autor do estudo sobre as barrocas famílias aponta, dentre os casos de separação de casais, causas como as de maus tratos dispensados pelos maridos às suas mulheres, bebedeiras, violências domésticas, espancamentos. Dentre elas, o motivo que mais justificou as separações esteve relacionado com a existência de doença contagiosa, argumento suficientemente forte para o divórcio colonial.⁶⁶⁷ Dois processos com uso da carta de seguro tiveram sua origem nas brigas entre casais.

O processo-crime, imputado a Izabel Rodrigues de Oliveira e sua filha Joaquina Rodrigues da Silva, proveio do marido que vivia separado da mulher. A petição relatou que Manoel Antonio de Sousa e Antônio Leite Ribeiro querelara delas, sob a alegação de que as mesmas teriam vendido os escravos do casal. Argumentando que foram pronunciadas na querela, “sem averiguação da verdade do fato e já sim por vingança e capricho” do marido, que, há muitos anos, estava separado da “suplicante sua mulher”, elas pediram a carta de seguro para evitar o vexame da prisão.⁶⁶⁸

O segundo processo dessa natureza tratou do caso que envolveu o Tenente Cazemiro em disputa com sua mulher, o amante e seus sogros. As delongas desses autos processuais se deveram ao fato de se resgatar uma antiga briga envolvendo o casal e os parentes da mulher. Esse processo ordinário de livramento envolve um libelo com acusação de roubo, um pedido de divórcio, uma querela da qual se extraiu culpa para quatro pessoas e a apresentação das quatro cartas de seguro. Os primórdios da briga se deram com a separação sob a alegação de doenças contagiosas, seguindo passos semelhantes ao que Figueiredo aponta como “os maridos que escapavam ao papel austero que lhes cabia no matrimônio”.⁶⁶⁹ Em 1820, a desavença do casal foi relatada no livramento ordinário, no qual foram condenados como réus

⁶⁶⁷ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias*. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997. p.93.

⁶⁶⁸ AMRSJ. Processo-crime, caixa 74, doc. 17, 1809. Izabel Rodrigues Oliveira e Manoel Antonio de. Sousa, p.7.

⁶⁶⁹ FIGUEIREDO, *op. cit.*, p.88 et seq.

o Capitão José Dias de Oliveira, o Tenente Joaquim José da Natividade, Joaquina Cândida de Jesus e sua filha Jezuína Honória de Jesus, suplicantes, pronunciados na querela apresentada por Cazemiro José Gomes da Silva Flores.⁶⁷⁰

Os autos do livramento ordinário demonstram a história da desavença familiar ocorrida num contexto de indefinição de público e privado, trazia consigo toda a carga de vivência social experimentada no período estudado. Em Minas, no período sob os auspícios da legislação portuguesa, os casamentos não alcançaram o rigor da indissolubilidade, embora as separações não se generalizassem porque “a pequena expressão não permitiu que se generalizasse um sentimento de sua importância”.⁶⁷¹ Somado a isso, deve-se ressaltar o caráter social de valorização das mulheres brancas para o matrimônio, fato que ampliava a rejeição aos maus maridos, exemplo ilustrado no libelo de Cazemiro e Jezuína.

Em 03 de fevereiro de 1819, dizia Cazemiro que ele havia querelado de sua mulher e do Capitão José Dias de Oliveira por adultério, e do Tenente Joaquim José da Natividade e Joaquina Cândida de Jesus, solteiros que se dizem pais da “mesma sua mulher”, por atuarem como consentidores, ao emprestarem sua casa. Mais tarde, em outubro de 1819, voltava o Cazemiro, autor querelante, em ação, para, através de uma escritura de perdão registrada no livro de notas do primeiro tabelião público da Vila de São João e perante as testemunhas, declarar o perdão dos réus para esses crimes dos quais os querelados saíram pronunciados. Alegava que havia intentado a querela “persuadido e mal aconselhado por pessoas inimigas da paz e da honra das famílias e da verdade dos fatos”, mas que, naquele momento ele já estava inteirado da inocência de todos e, pela escritura, os perdoava. Assim o fazia de sua livre vontade e sem qualquer constrangimento, agindo exclusivamente em “obséquio da verdade”.⁶⁷²

Embora Cazemiro dissesse que perdoava como “cristão que era e pelo amor de Deus”, com a escritura registrando que não podia “arrazoar a nenhum dos sobreditos nomeados”, sequer “lhes pedir prejuízo” e, finalmente, tudo registrado através da pessoa pública do tabelião, Antônio Francisco de Almeida e Gama, que a lavrou por lhe ser distribuída pelo distribuidor do Juízo e depois de, pelo tabelião, estabelecido que a “aceitava em nome de quem mais tocar”, todo o processo de livramento voltou à estaca zero. Tudo isso, ainda, depois de ser concedida a provisão em que Capitão José Dias de Oliveira “residia nas

⁶⁷⁰ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820.

⁶⁷¹ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias*. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997. p.88.

⁶⁷² AMRSJ, *op. cit.*, p.36.

audiências por seu procurador”, após ter apresentado as cartas de seguro alcançadas, com todas as taxas pagas, o autor da querela pôde retornar como parte ofendida.

Importante registrar que o processo já estava quase finalizado e que 30 páginas haviam sido escritas nos registros dos autos. Todos os procedimentos tomados, os réus provavam sua inocência em liberdade, o que, em palavras da ordem do processo, significava “correr livramento”, já em 12 de janeiro de 1820, requeriam, pagavam e apresentavam sua segunda carta de seguro negativa, e eis que a parte ofendida reapareceu, para, com um termo de juntada, anexar a petição, datada de 12 de outubro de 1820:

Diz o Alferes Cazemiro José Gomes da Silva Flores que querelando de sua mulher Jezuína Honória de Jesus por adultério com José Dias de Oliveira, e Joaquim José da Natividade e Joaquina Cândida de Jesus por alcovitarem ou dar causa de coto, a sua notícia chegou, que os mesmos subrepticiamente se acham livrando sem que o suplicante seja ouvido, e que já se acha a mulher do suplicante absolvida por sentença portanto quer haver vista desta sentença por estar dentro do termo da lei: bem como dos mais réus no estado em que se acham seus livramentos [...].⁶⁷³

Essa petição apareceu na fase de conclusão do processo ordinário e já em tempo de publicação da sentença:

[...] recebo e julgo provada a exceção peremptória na conformidade da lei, visto a escritura de perdão folhas três, e mando que a Ré dona Jezuína Honória de Jesus seja riscada do rol de culpados e se lhe dê baixa na culpa, absolvida do crime que foi pronunciada, e pague as custas. Quanto aos mais réus, sigam-se os termos requeridos, e mandado em audiência pelo requerimento folhas trinta e cinco.⁶⁷⁴

A sentença, passada na Vila de São João, no dia 07 de outubro de 1820, resultava da ordem ordinária seguida no livramento de José Dias, pronunciado na querela do marido de Jezuína Honória, à qual o advogado apresentava sua contrariedade, defendendo os réus com a controvérsia desenrolada a seguir.

Antes é preciso lembrar que essa era uma causa de foro misto, pois se tratava de um dos delitos que cabia nas duas formas de julgamento.⁶⁷⁵ Como apresentou Pereira e Sousa, os casos de “públicos adultérios e concubinatos, quando tem a qualidade de teúdos e manteúdos”, estavam enquadrados pelo alvará de 26 de setembro de 1769; a bigamia, no

⁶⁷³ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820, p. 37.

⁶⁷⁴ *Ibidem*, p.3.

⁶⁷⁵ O foro misto já foi anteriormente discutido, quando se apresentou o que Vanguerve pensa sobre o foro criminal em contraposição ao defendido por Pereira e Sousa sobre o foro misto.

alvará de 26 de maio de 1689, e todos enquadrados no código 117, do Livro 5º das *Ordenações*, que versava sobre a querela. De todas essas informações, o advogado do autor tinha conhecimento e citava o artigo das *Ordenações*.

Por outro lado, a demanda judicial entre as partes, também, encontrava sustentação no direito de divórcio colonial, como o citado por Figueiredo (1997). O caso de duplo foro criou para os oficiais um problema relacionado à ordem formal do processo. Vejamos como sucedeu a questão.

Depois das primeiras e segundas cartas de seguro,⁶⁷⁶ portanto decorridos os dois anos em que a justiça, como parte, promovia o livramento dos réus, o processo ordinário transcorria com apresentação do traslado da querela, mostrando que desde o início a desavença com o marido estava contestada. A briga do casal, relatada em todos os passos da querela, passou por uma fase em que os réus muito insistiram para não saírem pronunciados na querela.

A querela distribuída, autuada e jurada “na forma do estilo”, foi aceita a pedido do autor Cazemiro. E, logo, foi mandado ao querelante que apresentasse suas testemunhas no termo de 20 dias. Tudo aconteceu, e a pronúncia:

[...] obriga as testemunhas do sumário a prisão e livramento a Jose Dias de Oliveira, homem branco, a Jezuína Honória de Jesus, casada e branca, e aos Pais desta, o Tenente Joaquim José da Natividade branco solteiro e a Joaquina Cândida de Jesus branca solteira.⁶⁷⁷

E continuava o documento: “[...] o escrivão os ponha no rol de culpados e passe as ordens necessárias para serem presos. Vila de São João, três de fevereiro de 1819.”⁶⁷⁸

No dia 09 de agosto de 1820, em continuação ao processo do livramento dos réus, esses autos foram vistos pelo advogado, o Capitão João Baptista Lustosa, para contrariar, “por exceção peremptória, a fim de não ter lugar a presente acusação contra a ré”⁶⁷⁹ e de julgar-se absolvida do crime que lhe foi imputado. Cumpre observar que, segundo Pereira e Sousa, “excepção não hé outra coisa mais que o direito de excluir a intenção do autor”.⁶⁸⁰

⁶⁷⁶ O processo apresenta a primeira carta de seguro para todos os réus, repetindo toda a ritualística da concessão da carta, em seguida, apresenta os autos das segundas cartas de seguro, também requeridas para todos os réus.

⁶⁷⁷ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820, p.22v.

⁶⁷⁸ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820, p.22v.

⁶⁷⁹ *Ibidem*, p.35.

⁶⁸⁰ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.115.

Para defender Jezuína Honória, o advogado usou, nos termos do libelo de contrariedade, argumentos relacionados à escritura pública de perdão, em que o autor, Cazemiro, reconhecia que fora influenciado. O advogado, negando sempre o suposto crime, alegava ser o perdão motivo suficiente para que a ré não fosse pronunciada. Acrescentava, em defesa da “excipiente”, que ela, Jezuína, sempre estimou e respeitou seu marido e que o perdão a deixava isenta da culpa.

Desse modo, sem motivo para a justiça a acusar, o advogado citou o Título 25 do Livro 5º das *Ordenações*, parágrafo 2º. O citado parágrafo diz:

E posto que o marido querele de sua mulher e a acuse, se lhe perdoar, em qualquer tempo que seja, assim antes da acusação, como depois de ser condenada por sentença, mandamos a qualquer justiça sob cujo poder a tal mulher estiver presa que, tanto que o marido lhe perdoar perante a justiça, ante quem pender o efeito, sendo do dito perdão primeiramente feito assento e assinado pelo marido e escrivão ou tabelião do feito e, por ele juiz, seja logo solta, se por al não for presa, sem mais apelação.⁶⁸¹

A contrariedade dizia, então, que a exceção era digna de ser recebida, e a “excipiente”, livre e absolvida, “declarando-se não ter lugar a justiça, para a acusar” e mandando-lhe dar baixa na culpa do crime, que “falsa e aleivozamente se lhe imputou”. Terminou alegando “fama pública pede recebimento e cumprimento de justiça mil *jures modo protestos* necessários”.

Tudo indica que o advogado considerou de mais fácil argumentação a defesa da ré, Jezuína, porque o libelo de contrariedade para os outros réus foi muito mais extenso. Em defesa dos outros acusados, os atuantes como alcoviteiros do adultério, ele alegava desde o fato de a mulher estar em processo de libelo de divórcio pendente pelo Juízo Eclesiástico da cidade de Mariana, “geral deste Bispado”, até sobre a qualidade das testemunhas.

Após depor contra os querelados adulterantes e os pais de sua mulher por consentirem “dar couto e alcovitarem”, o querelante Cazemiro afirmava, “de fato, dizer que tinha querelado para sua satisfação, emenda dos outros e satisfação da república ofendida”, os autos apresentaram a fase em que o advogado da ré Jezuína estendia-se com sua “exceção peremptória”.

Argumentava, em favor de D. Jezuína, que, muito embora ela fosse obrigada à prisão e livramento, pela pronúncia da querela, ela fora escusada da prisão pela carta de seguro, e que

⁶⁸¹ LARA, Sílvia H. (Org.). *Ordenações filipinas*: livro V. São Paulo: Cia das Letras, 1999. O advogado, ao lado das *Ordenações*, cita ainda uma outra prescrição à qual não se teve acesso. Ele disse: “[...] e ainda pela prescrição, como diz *Clar L*, quinto parágrafo, *adulterarem* nas anotações número 129 folhas onze ao número vinte”. (AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820, p.24.)

o livramento, em face da justiça, não encontrava sustentação legal. O advogado dizia, então, que, visto o marido querelante ter, na escritura pública, desistido de acusar a ré, sua mulher, esta ficou isenta de culpa. E, por isso, a justiça não possuía razão para acusá-la. Essa exceção foi a que recebeu sentença favorável.

Já para defender os outros réus, o advogado argumentava que todo o relato da querela era falso. Continuava sua controvérsia, dizendo que Cazemiro e Jezuína formaram um casal que vivia junto “em uma mesma casa” e que, por mais de uma vez, “tiveram entre si dúvidas”. Desses desentendimentos a dita mulher tomou a solução de se divorciar judicialmente do querelante, o seu marido, e, para isso, requerera às “justiças competentes” o depósito de sua pessoa. Tal depósito fora praticado em casa dos pais da ré, a mulher Jezuína, e o libelo de divórcio fora proposto e continuava pendente na cidade de Mariana, centro do Bispado.

Dizia que provaria que a ré, no depósito declarado, vivia com “gravidade, honestidade e recolhimento” conformes ao seu estado, e seu procedimento se mantivera com “qualidade sem escandalizar” a alguém. “E estando vivendo assim, não pôde um dia resistir à inclinação de seu coração, e a viva saudade que tinha do querelante” a fez procurá-lo. Na ocasião, ele vivia no Largo de São Francisco, na Vila de São João del Rei, perto da casa onde os pais de Jezuína moravam.

Relatava o advogado que Jezuína, “enfeitada para melhor (lhe) agradar com algumas peças de ouro e outros trastes próprios da ré sua mãe”, a quem confessara seu intento e de quem recebera aprovação, “saiu de casa na noite do dito dia e procurou a casa do dito querelante seu marido para reconciliar-se”.

Cazemiro, o marido, vendo-a “adereçada”, perguntou-lhe de onde “houvera ela aqueles ornamentos”? Jezuína respondeu-lhe — relatava a contrariedade do advogado — que eram de sua mãe. Ele, o marido, então, a despojou dos enfeites e a despediu, contudo, ficou com o espólio. Ao retornar para a casa de seus pais, onde estava depositada, despida dos ornamentos com que havia saído em direção à casa de seu marido, Jezuína contou o sucedido à sua mãe.

A ré, mãe de Jezuína, mandou dizer ao marido Cazemiro que lhe devolvesse o que tinha roubado à sua mulher, porque “nada era próprio desta”, mas que tudo pertencia a ela, sua mãe. O querelante, Cazemiro, nada respondeu, sequer devolveu os “ditos trastes e enfeites”, descrevia a contrariedade do libelo escrita pelo advogado. Não querendo ficar com o prejuízo do ocorrido, percebendo a ré, mãe de Jezuína, que o genro não lhe restituiria tudo o que “violentamente tinha tirado a sua mulher” e que lhe pertencia, e, ainda depois de muitas

vezes lhe mandar pedir, querelou do dito seu genro por não querer perder o seu valor que “assaz importava”.

Foi, a partir de então, que a raiva de Cazemiro contra a sua sogra surgiu e adquiriu um nível tão alto que “protestou logo publicamente tomar vingança pelos meios que fosse” e, sendo “naturalmente acelerado, colérico e rixoso”, vingativamente teve a “diabólica” lembrança da querela.⁶⁸²

Sabendo, “porque não era uma coisa oculta”, que o Capitão José Dias de Oliveira, “negociante de fazenda seca”, na Vila de São João, tinha conhecimento na casa dos réus, os pais da mulher de Cazemiro, e faltando-lhe um “imaginado cúmplice”, achou ele, o querelante Cazemiro, “que deste réu o dito Capitão José Dias de Oliveira” devia lançar mão com preferência, “para a infernal máquina, que queria levantar”. A argumentação do advogado relatava, de forma explicativa, os motivos da presença do Capitão José Dias de Oliveira em casa dos pais da ré. Explicava que os vínculos que geravam a proximidade doméstica relacionavam-se aos negócios do Capitão, que, de passagem, lá costumava ir para vender, receber e “lhes inculcar algumas fazendas”, visto que lhe vendia “a vista e fiado” e lhes falava “cível e honestamente”.⁶⁸³ Esse aspecto demonstra a tênue fronteira entre os crimes públicos e privados, bem como a ingerência do direito na vida privada. O tratamento pontual, dado pelo advogado, sobre a presença do réu, Jose Dias de Oliveira, em casa dos pais da mulher acusada de adultério, não pode ser considerado um desperdício de energia. Por outro lado, o caráter diversificado da população mineira e a escassez de mulheres brancas para o casamento não são temas descartados pela historiografia mineira. Silveira realça, em seu estudo sobre os libelos cíveis, produzidos em Vila Rica, no século XVIII, o cuidado dedicado pelo aglomerado familiar para o gerenciamento da existência de mulheres brancas disponíveis para o casamento.⁶⁸⁴

E mais, a controvérsia afirmava provar que o querelante “teve a animosidade, certamente contra os ditames de sua consciência e quanto pode ser a raiva de apresentar neste júízo a querela” e que os réus tiveram a infelicidade de saírem pronunciados. Segundo o advogado, isso aconteceu com os réus inocentes, somente porque as testemunhas “produzidas” por Cazemiro eram todas de péssima conduta. Segundo o advogado, todas elas teriam jurado contra os réus, sustentando-se em motivos corriqueiros, ou, então, subornadas

⁶⁸² AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820, p.24, 24v, 25.

⁶⁸³ *Ibidem*, p.25v.

⁶⁸⁴ SILVEIRA, M. A. *Fama pública, poder e costume nas Minas setecentistas*. 357f. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2000. Sobre os casamentos e constituição de bens, ver especialmente a parte que trata os bens da viúva: “Patrimônio, troca e magia”, p.12-16.

com a ajuda de José Venâncio, “cabra íntimo e muito particular amigo” de Cazemiro, que se transformara no “braço direito” na obra da querela. O advogado seguiu apresentando as qualidades das testemunhas, demonstrando conhecer bem as orientações de Pereira e Sousa sobre esse importante passo do processo ordinário.⁶⁸⁵

Bem-sucedido, o advogado com sua argumentação já havia conseguido a sentença favorável para a ré, mulher do querelante, e, para os outros réus, o juiz de fora concedia a dilação probatória. Eis que, a partir desse momento, e como um fantasma de muitas vidas, o querelante retornou e, como parte, em 12 de outubro de 1820, pedia vistas, dizendo que:

Pedia a Vossa Senhoria seja servido mandar o Escrivão sem perda de tempo faça com vista todos os livramentos que os mesmos tenham feito sem a isso por dúvida alguma com a pena de se lhe formar culpa e receberá mercê [...].⁶⁸⁶

Ao que o escrivão informou ao Senhor Sargento-mor, Juiz de Fora:

[...] o(s) livramento(s) dos réus são unidos em um só corpo digo só processo a Ré se acha absolvida por sentença proferida no dia sete do corrente mês, e os mais Réus se acham com a primeira dilação de vinte dias e para se fazer com vista a Ré absolvida não podem os mais darem sua prova a vista do que Vossa Senhoria mandar o que for servido [...].⁶⁸⁷

A isto foi replicado:

Senhor Juiz de Fora, o Escrivão saiu com a dúvida acima, eu não devo estar por ela porque não tenho culpa que os Réus requer(em) tudo em um só processo, pois uma vez que eles assim o requereram [...] a demora da dilação e nesses termos sirva-se V. S. mandar que o Escrivão faça com vista os ditos Autos sem demora com pena de suspensão e de se formar culpa. E receberá mercê [...].⁶⁸⁸

O Juiz concedeu “sem demora” a continuidade da vista pedida, a dilação foi interrompida, para que, em seu tempo, fosse atendida, “por ser necessário acudir-se em

⁶⁸⁵ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.141. Conferir Capítulo XXV: “Das testemunhas”.

⁶⁸⁶ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820, p.26.

⁶⁸⁷ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820, p.27.

⁶⁸⁸ *Ibidem*, p.28.

primeiro lugar a oposição da sentença nos dez dias da Lei”.⁶⁸⁹ Embora o querelante Cazemiro tenha ganhado essa etapa da demanda, ele perdeu as seguintes, e o acompanhamento do processo permite sugerir que sua querela não era bem vista.

Ele fez seus procuradores a vários advogados e nomeou os solicitadores de causas. Foram citados como seus procuradores os Doutores Gomes da Silva Pereira, Bernardo Leite de Faria Souza Toar, Florêncio Antônio da Fonseca.

Os autos foram dados para vista ao procurador Gomes da Silva, que registrou sua “cota”: “Juro sendo necessário que não devo nem posso aceitar *pro*, nem contra por alguma destas partes e por isso no mesmo instante em que chegam estes autos os largo. Silva.”⁶⁹⁰

Do mesmo modo, os autos, feitos com vistas ao advogado Toar, para os despachar, por parte de seu constituinte, receberam a mesma “cota”: “Igualmente não posso aceitar este patrocínio por várias razões atendíveis entre elas a de achar-me enfermo e bem incomodado, e não poder por isso esforçar-me para o despacho dos autos. Toar.”⁶⁹¹

Igualmente, o terceiro procurador recusou a causa: “Não aceito por ter advogado a causa dos réus em agravo de injusta Pronúncia de que não tiveram provimento e juro: voltando por isso os autos no mesmo instante do Protocolo. Fonseca.”⁶⁹²

Os autos retornaram conclusos ao Juiz de Fora, que determinou ao acusante que elegeesse advogado para sua defesa, visto a escusa dos nomeados, informando, ainda, que havia outros advogados na vila. Depois dessas recusas, o acusante retirou seu pedido de vistas, dizendo que desistia de ser parte, e requereu que tomasse seu termo de desistência, sem que fosse punido ao pagamento das custas do processo. Dessa forma, seguiu o processo ordinário de livramento dos réus querelados, mediante a desistência do pedido de vistas da parte e a interposição da autoridade judicial do Juiz de Fora, quando se mandou proceder *ex officio*.

Subsequentemente, o trabalho do advogado foi o de renunciar a “qualquer tempo probatório”, alegando que “lançava mais prova da terra e de fora”, para o que requereu uma “tomada dos termos judiciais das testemunhas da querela” e que registrasse um rol de nomes para o “artigo das contraditas”.⁶⁹³ Esse procedimento voltava-se para a defesa dos outros réus, já que Jezuína Honória obtivera a sentença favorável. Na audiência, acontecida a 07 de novembro de 1820, em “casas de morada de Dona Joaquina Cândida de Jesus”, buscava-se o

⁶⁸⁹ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820, p.30v.

⁶⁹⁰ *Ibidem*, p.31.

⁶⁹¹ *Ibidem*, p.32.

⁶⁹² *Ibidem*, p.34.

⁶⁹³ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820, p.34v-35.

procedimento de trasladar as testemunhas do sumário de querela, como se “judicialmente fossem inquiridas” e perguntadas “com citação da ré debaixo do protesto de não aprovar seus ditos”. Para o artigo das contraditas, também foi arrolado o nome de novas testemunhas que relataram o libelo de divórcio sem conclusão e o pedido de cópia do processo em Mariana. A causa de foro misto não era uma pequena questão para os envolvidos, acarretando-lhes muitos contratempos.

O processo para o livramento dos réus, o acusado de adultério e os acusados de consentidores, apresentou o traslado do sumário de querela em que se continha o relato das testemunhas que condenaram esses réus à prisão e livramento. Ao depoimento dessas testemunhas foi oposto o das testemunhas “produzidas pelos réus”. Dentre esses, estavam os depoimentos, em 1820, de Caetano Alves de Magalhães, aos 34 anos de idade, localizado nove anos mais tarde, como envolvido no processo contra os réus Miguel Teixeira de Carvalho e seu escravo Severino.⁶⁹⁴ Essa testemunha confirmou tudo o que foi argumentado nos artigos da contrariedade do libelo. Outro nome do rol de testemunhas favoráveis aos querelados foi o do cirurgião José Mendes de Almeida, que também confirmou as desavenças do casal e ratificou a má conduta das testemunhas que condenaram os réus à prisão e livramento na querela. O mesmo depoimento deu a terceira testemunha produzida pelos réus, José Maximiano da Rocha, homem branco, viúvo e cavaleiro professo na ordem de Cristo, que vivia de seus negócios. Outras três testemunhas, um cirurgião, outro negociante e um músico, em terceiro lugar, também confirmaram o teor dos artigos da contrariedade do libelo, perguntados, separadamente, como também relataram o roubo das joias pelo autor querelante. As sete testemunhas acusaram o conhecimento do pedido de divórcio e das brigas do casal.

Os depoimentos das testemunhas demonstram a disputa social em vigor, sobretudo os valores destacados pelo advogado. Ao contrapor suas testemunhas e relatos, ele explora a marginalização, a pobreza, os jogos, a bebida, classificando o autor como desprovido de razão e honra. Cazemiro aparece como “imoral” no juramento das testemunhas, e o advogado explora isso: “Nunca vi a maldade, e o descaramento, a falta de religião e de honra melhor apresentadas do que neste processo. Que horror. Assim como nunca vi a inocência e a virtude aparecerem tão brilhantes como aqui [...]”.⁶⁹⁵

Uma justaposição entre o depoimento das testemunhas no processo de querela, bem como a maneira e profissão com que se apresentaram e o depoimento das testemunhas do livramento dos réus, a forma como se apresentaram e como falaram sobre as testemunhas do

⁶⁹⁴ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Caetano Alves de Magalhães e Miguel Teixeira de Carvalho, 1829.

⁶⁹⁵ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820, p.63.

autor da querela representaram um bom exercício de comparação social e das redes de convivência

O rol de testemunhas depoentes no livramento dos réus pronunciados foi originário tanto da querela do autor Cazemiro contra sua esposa, seu suposto amante e seus pais, para o caso de infidelidade, quanto do processo de livramento que estes, depois de pronunciados, tiveram que acionar.

O traslado da queixa de querela feita no ano de 1819, do autor Cazemiro José Gomes da Silva, apresentou quatro pessoas na qualidade de testemunhas do ofendido. A primeira, de nome João Venâncio de Macena, identificado como cabra livre, natural da Vila de São João del Rei, com idade de 29 anos, detentor do ofício de sapateiro, “sabia pelo ver” que Jezuína Honória, mulher do querelante, cometia o crime de infidelidade. Leonor de França Lira, branca, solteira, natural de Mariana, de ofício de costureira, com idade de 20 anos, “sabia, pelo ver e ser de fama pública”, que a mulher do querelante tinha um caso de amor com o Capitão José Dias de Oliveira. Antonio Simplício da Siqueira, casado, natural e morador na Vila de São João del Rei, exercia o ofício de escrivão, com idade de 40 anos, disse que “Jezuína vivia com asseio”. José Correa de Melo, preto crioulo, livre, natural da Vila da Campanha, com ofício de sapateiro e idade de 22 anos, sabia do caso de infidelidade “pelo ver e ouviu dizer”. Já o livramento dos réus pronunciados apresentava suas testemunhas que, além de relatarem a situação de maneira favorável aos réus, ainda se preocupavam em salientar a desclassificação social das pessoas que testemunharam na querela de qual se extraiu a culpa dos pronunciados.

O processo ordinário de livramento de Joaquina Cândida e Joaquim José Natividade e José Dias de Oliveira, iniciado no ano 1820, apresenta uma inquirição de testemunha que dá origem a vários relatos sobre a desavença do casal e sobre as testemunhas que depuseram na querela contra os réus. O primeiro a testemunhar foi o já conhecido Caetano Alves de Magalhães, identificado como branco, casado, natural e morador na Vila de São João del Rei, homem que vivia de minerar e negócio, com idade de 34 anos. Seu relato voltou-se para a confirmação dos artigos da contrariedade, dizendo que conhecia as desavenças do casal e sabia sobre o libelo de divórcio. Acrescentou, dizendo sobre as testemunhas da querela, que eram pessoas de “péssima qualidade, vadios e cheios de vícios, não vivem dos ofícios declarados”, disse ainda que o escrivão era inimigo dos réus. A segunda testemunha inquirida no processo ordinário de livramento foi José Mendes de Almeida, identificado como branco, solteiro, natural da Vila de Figueira e morador na Vila de São João del Rei. Vivia de cirurgia e medicina, com idade de 66 anos, confirmou os artigos da contrariedade, afirmando que

conhecia as desavenças do casal e a separação judicial, bem como o “caráter vingativo do querelante”. Sobre as testemunhas, disse que são “de péssima qualidade, vadios e cheios de vícios, não vivem dos ofícios declarados”, repetiu que o escrivão era inimigo dos réus. Disse ainda que “conhece a usurpação das jóias”.

José Maximiano da Rocha, branco, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, viúvo natural e morador na vila, que vivia de negócios, com idade de 44 anos, também fez a confirmação dos artigos da contrariedade e disse que conhecia as desavenças do casal bem como o caráter vingativo do querelante. Disse que Jezuína Honória era “mulher honesta” e que testemunhas de péssima qualidade, vadios e cheios de vícios, sem ofícios declarados, a incriminaram. Afirmou que o escrivão era inimigo dos réus. Conhecia a usurpação das joias, garantiu que conhecia a amizade entre o autor e seus cúmplices.

O Sargento-Mor João Rodrigues Cruz, homem branco e casado, natural de Congonhas do Sabará e morador na Vila de São João del Rei, que vivia de seu ofício de cirurgia e medicina, com idade de 52 anos, também sabia das “desavenças”. Confirmou a amizade entre as testemunhas e o querelante e disse que “os réus são pessoas honestas”, acrescentando que “os pais da ré são pessoas brancas”. O Quartel Mestre Antônio Francisco de Almeida, homem branco, casado e divorciado, natural e morador na Vila de São João del Rei, disse que vivia de seu negócio, com 35 anos de idade, e confirmou os artigos da contrariedade elencados pelos réus, além de dizer que a “ré é quieta e de bons costumes”. Sobre a querela, ele afirmou que “são testemunhas sem qualidade” porque são “miseráveis e vivem sem conceito”, afirmando que “andam descalços e o preto é aleijado”. Diz, ainda, que “o escrivão é sujeito de bondade e indolente”. Tinha conhecimento dos “maus tratos” dedicados pelo autor à sua mulher e confirmou a amizade entre as testemunhas e o autor da querela, “todos de péssimos costumes, pobres e sem crédito e de fácil indução”.

Francisco Lopes das Chagas e Carvalho, homem pardo, casado, natural e morador na cidade de Mariana, vivia da arte da música, com idade de 50 anos, disse que tem “bom conhecimento da mulher do autor querelante porque foi seu vizinho”. Afirmou que “os réus são pessoas brancas” e “vivem com gravidade” e que as testemunhas “não merecem conceito e crédito”, porque a “mulher era prostituta e não vivia de seu ofício e que o negro era seu alcoviteiro”.

Manoel José da Cruz, branco, casado, natural de Prados e morador na vila, pois “vive de seu negócio”, com 32 anos de idade, sabia da briga do casal, disse que “os réus são de bons costumes, jamais puderam consentir na prostituição da filha e não tem necessidade” e que “a

mulher vive com asseio”. Nada disse das outras testemunhas, apenas se dedicando a referendar a boa educação dos querelados.

Nas razões finais, o advogado defende a inocência dos réus, dizendo que “a causa dessa querela é infame”, assegurando que “todos são infelizmente pronunciados e felizmente seguros”. Refere-se ao querelante, dizendo que o único fundamento da querela é o uso “inesgotável de semelhantes maquinações por força do (seu) gênio” e de seus “péssimos e inveterados costumes”. Ele descreve os réus como os que têm “provado otimamente que são pessoas brancas, tementes de Deus, cuidadosos e zelosos da honra de sua casa e família” e por isso “muito acautelados, incapazes, portanto, de concorrer para a infâmia de sua filha”. Pede a baixa dos nomes dos réus do rol de culpados, “onde estão estampados” pela injusta culpa de que precisam ser absolvidos.

Foi então pedida a “justiça costumada” e a transcrição das duas certidões necessárias ao processo, quais sejam, os autos de divórcio e a querela do roubo das joias da mulher e sogra. Ambas apareceram transcritas. Dos autos de divórcio intentado por Dona Jezuína Honória foi requerido o dia, mês e ano em que teve início a ação, o teor do libelo, o estado e progresso que o processo viveu no Juízo Geral do Bispado. O traslado feito pelo escrivão do “Contencioso Geral e Resíduos” da Real Cidade de Mariana e de todo o seu bispado demonstrou que o pedido de divórcio estava registrado desde o dia 21 de abril de 1817. O libelo de divórcio, contendo grande documentação, comprovava quanto Dona Jezuína estivera doente em companhia de seu marido e como ele havia sido cruel, sugerindo a ela comportamentos indesejados, com os quais ela não consentiu. Os maus tratos, as pancadas, as doenças e a desonra do autor estavam também presentes no libelo de divórcio, e o procedimento de Dona Jezuína para requerer o divórcio desenvolveu-se por meio de uma denúncia de prática de sevícias. O libelo do divórcio se propôs a provar “que a autora tratou sempre ao réu marido com amor, respeito e fidelidade conjugal, o que não foi bastante, para o Réu lhe corresponder”, e que:

[...] sem causa, razão, ou motivo algum ajustado [...] entrou a aborrecer-se da autora sua mulher por força da extravagância do gênio, e vida licenciosa e porque a autora resistia ao cumprimento dos planos que o réu lhe propunha para ter dinheiro para semelhantes despesas e para o jogo como dirão as testemunhas sendo perguntadas com individuação.⁶⁹⁶

⁶⁹⁶ AMRSJ. Processo-crime/ Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820, p.66.

E ainda depois de tudo, o libelo de divórcio se propõe a provar que o réu, nesse caso é o marido Cazemiro, “é tão cruel e tirano que tem procurado atacar, insultar ao dito Pai da autora pelos socorros que lhe presta” e até mesmo o ameaçava:

[...] por ser o mesmo réu apto para empresas ardigas (sic) por não temer a Deus nem respeitar a justiça vivendo destragadamente (sic) no estado de perdição, deixando de cumprir com os deveres de bom católico e de bom cidadão.⁶⁹⁷

O pedido de separação definitiva do casal com divisão de bens, solicitando fama pública e cumprimento da justiça, é o encerramento. Em seguida, os autos da querela contra Cazemiro, do ano de 1819, anteriores à querela de adultério apresentada por este, demonstram duas situações. Primeiro, a inversão feita na dinâmica global do processo, e, segundo, o fato de que o réu Cazemiro também tirara carta de seguro por essa querela e estivera livre da prisão, para requerer, naquele momento, o cuidado com seu livramento. Profundamente explorado, esse libelo confirma o que este estudo vem apontando no conjunto desta pesquisa, ou seja, demonstra que a carta de seguro foi um recurso amplamente utilizado nos processos-crimes até 1831. Poucos delitos eram punidos com a prisão dos réus, que sempre se livraram seguros da cadeia.

Ao sentenciar, o vereador mais velho da Câmara, José Joaquim Correa, servindo como Juiz de Fora, deu vitória à causa do advogado, condenando os réus ao pagamento das custas, fato que não deixou de provocar uma apelação que confirmou a sentença, dizendo que fora o processo “bem julgado”, em abril de 1821. Assim, a sentença foi mantida, e, novamente, os réus foram condenados às custas de apelação. A apresentação da sentença demonstrou um rigoroso acompanhamento do processo, com todos os procedimentos citados com as respectivas páginas. A sentença prescreveu:

[...] sem haver mais prova deste fato, nem do consentimento dos pais de Jezuína, antes fica desvanecido pelos defeitos das testemunhas comparada com as dos Réus em sua defesa ao nono da contrariedade [...] pelas quais e pela escritura de declaração fazem um convencimento moral da ignorância dos Réus, estando por isso, e pela plenitude da sua prova em notória absolvição. Portanto, e o que mais consta dos autos, absolvo aos Réus do crime porque são acusados, e mando que se vão em paz, e se dê baixa na culpa e riscado do Rol e paguem as custas e apelo.⁶⁹⁸

⁶⁹⁷ AMRSJ. Processo-crime/ Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820, p.67.

⁶⁹⁸ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820, p.73.

Tem-se, na sentença do Juiz de Fora, um exemplo ilustrativo da sociedade de então. Pode-se dizer que, de fato, Jezuína Honória e José Dias de Oliveira possuíam uma relação de amor para além da amizade, talvez ilícita, pois ela ainda era casada. Acreditar que a mulher “tratada com asseio”, apresentadora dos comportamentos “conformes”, que “andava enfeitada de jóias”, diferente de Leonor, “prostituta depravada”, frequentemente “caía bêbada pelas ruas”, vivesse sem um romance, no contexto de uma sociedade em que a carência de mulheres brancas para o casamento era uma situação já estudada, revela-se difícil para um historiador.⁶⁹⁹

Pode-se acreditar que o cuidado com a filha, Jezuína Honória, mantendo-a sob depósito, provendo-a com todos os meios necessários para sua sobrevivência, diferentemente do ex-marido, que a maltratara e lhe dilapidara o patrimônio, fosse um comportamento social adequado para a época. A possibilidade de novo casamento poderia estar computada nos cálculos sociais da família. E mais, esse comportamento não era um exemplo socialmente condenado. Os pais de Jezuína, que também não possuíam um casamento em face da Igreja Católica, conseguiram várias testemunhas de “qualidade” para confirmar seu bom comportamento. Desse modo, sugere-se que o caso amoroso entre Jezuína e José Dias de Oliveira fora legitimado pela sociedade de então.

Faz-se possível, portanto, especular até mesmo sobre o julgamento do adultério, digno ou não de querela. Vale ainda lembrar que Jezuína se casara em 1815, e seu pedido de divórcio judicial ocorrera em 1817, quando o ex-marido já havia vendido a escrava que levara de dote, seus objetos pessoais e lhe demonstrara seu caráter afeito ao jogo, evidenciando que não lhe proporcionaria um padrão de vida e comportamento “conformes” ao desejado por aquela parcela da sociedade.

Outro aspecto evidenciado refere-se à marca impressa pela cor. Não passa despercebido pelos depoentes que Leonor França Lira, “não obstante ser branca, não se nega a qualquer que a procure”, era publicamente vista como prostituta pública e escandalosa, ao contrário dos réus, pais de Jezuína Honória, que, como “pessoas brancas, nunca consentiram que a mulher do querelante se prostituísse”. Tal situação impede que a escravidão e as marcas

⁶⁹⁹ Os estudos sobre as relações legítimas e ilegítimas encontram seus principais expoentes nos trabalhos de pesquisa de BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007. Sobre legitimidade, em Sabará, ver PEREIRA, Ana Luiza Castro. *O sangue, a palavra e a lei: faces da ilegitimidade na Vila de Sabará (1713-1770)*. 2004. 179f. Dissertação (Mestrado em História) – Fafich/UFGM, Belo Horizonte, 2004.

históricas impressas pela cor sejam esquecidas, sobretudo em estudos sobre o território mineiro.⁷⁰⁰

No entanto, o que mais pesara contra Cazemiro e certamente favorecera os réus na tarefa de arregimentar contra ele tantas testemunhas coincidentes, fora o fato de que ele era ladrão contumaz e vivia pulando os muros e pomares alheios para roubar frutas. Fora pronunciado em uma devassa janeirinha,⁷⁰¹ no ano de 1819, por esse motivo, e também ele requerera carta de seguro para cuidar de seu livramento. Seu processo resumido em “apresentação de seguro e libelo acusatório” apareceu no ano de 1820. Nesse ano, ele dizia “que está a findar sua primeira carta de seguro negativa”, conseguida para se livrar dos “crimes que lhe formaram seus inimigos na devassa janeirinha” e para prosseguir seu livramento ordinário, pedia segunda carta de seguro.⁷⁰²

Esperava-se que ele, “morador na Vila onde devia viver manso e pacificamente sem ofender a alguém”, tanto “nas pessoas como nas propriedades”, deveria viver “observando as leis de Deus como bom cristão e as de Sua Majestade como bom vassalo”. Mas Cazemiro fazia tudo ao contrário: era “useiro e viseiro” de saltar os muros dos quintais para roubar “frutas, hortaliças e galinhas”, derrubando e estragando árvores e frutos “que não pode levar consigo ou não estão maduros”, tornando-se conhecido como “ladrão formigueiro”, nada simpático às suas vizinhanças.

6.3 O lugar de cativos e forros na matriz doutrinária portuguesa

Para os escravos, o tratamento poderia ganhar uma conotação ainda mais diversificada. Viver em um mundo escravista, sem contar com a sombra paternalista dos senhores, poderia se tornar um inferno. Na escala dos tratamentos judiciais localizados, o pior foi o acontecido com Maria de nação Congo, quando nem sempre os oficiais agiam dentro da lei, como demonstra o caso em que:

Diz Domingos preto de nação rebolo, que propondo um libelo cível pela sua liberdade, e de sua mulher Maria preta de nação Congo, a Felisbina Maria

⁷⁰⁰ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Promotoria de Justiça e José Dias de Oliveira, 1820, p.26-27.

⁷⁰¹ As devassas dividiam-se em especiais, abertas para um delito específico e em gerais, para “delitos incertos”, casos que geravam os processos das devassas janeirinhas.

⁷⁰² AMRSJ. Processo-crime/Libelo da Promotoria da Justiça e Cazemiro José Gomes da Silva Flores. Caixa 76, doc. 5, 1820.

Xavier e a outros da testamentária, herdeiros, e Tutor dos menores do falecido seu senhor Francisco Gomes Xavier, prestou o suplicante fiança a sua pessoa e jornais de três dias de cada semana, e sua mulher a não prestou, e por isso ficou no serviço e casa da testamenteira Felisbina, mas esta em ódio que lhe tomou pela demanda a correu para fora de sua casa, e foi então para a da dita herdeira Francisca Gomes que se havia casado com o Capitão Antônio Simões de Almeida Ruas, e este igualmente em ódio pela mesma demanda correu ela para fora de casa, voltou ela para a casa de Francisco José Plácido marido de outra herdeira Esmeria, e aí se conservou a vista e face de todos, e dos suplicados nesta Vila onde moram até o dia 18 de fevereiro deste ano de 1830, e porque na mesma casa ia dormir, e juntar-se com ela o suplicante, marido, cresceu por isso mais ódio nos suplicados e requererão ao Juiz pela Lei no impedimento de V. S. com o pretexto talvez de que a mulher do suplicante se acha fugida, ou como quer que fosse, o que é falso [...].⁷⁰³

E, continuando a petição, dizia o Escravo Domingos que seus senhores rompiam com sua obrigação do tratamento justo:

[...] e fundados na única verdade de que ela não afiançara a sua pessoa, e jornais dos três dias, como informou o escrivão, obtiveram despacho e mandado para ser ela apreendida, e entregue a testamenteira Felisbina, o oficial da delegacia Manoel Jacinto Cardoso fez a apreensão, e então o herdeiro Francisco de Paula Siqueira manifestou com o maior rigor todo o ódio, e rancor que tem e conserva a mulher do suplicante dando-lhe bofetões mesmo na rua, sem atender o estar ela pejada de oito meses pouco mais ou menos, com a barriga muito grande, que bem se via, procurando a perdição do feto, e da vida da mulher do suplicante, e tudo em despique e ódio a demanda das liberdades; o dito oficial levou a mulher do suplicante a testamenteira como lhe foi mandado, esta a não quis aceitar, diz ela, que dera parte disto ao dito Juiz [...].⁷⁰⁴

Alegando que a mulher estava presa na cadeia, lugar apropriado para os maiores criminosos, sugeria que nenhuma lei estava cumprida desde que nem os senhores cumpriam seus deveres de detentores da pessoa de seus cativos, nem os juízes seguiam a ordem processual, o juiz denunciava a ausência completa das noções do processo ordinário:

[...] e que este lhe ordenara bocalmente, que a recolhesse a cadeia, e que o fizera assim, de que passara certidão ao pé do requerimento e mandado dos suplicados, e que entregara a estes, diz o carcereiro, que com efeito não se lhe apresentou ordem por escrito para a prisão, e que o dito oficial lhe dera de boca em nome do Juiz, a mulher do suplicante não tem crime, mas desde

⁷⁰³ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Domingos de nação Rebolo e Maria de nação Congo e Felisbina Maria de Xavier, 1828. Caixa 10.

⁷⁰⁴ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Domingos de nação Rebolo e Maria de nação Congo e Felisbina Maria de Xavier, 1828. Caixa 10.

o dito dia 18 de fevereiro até hoje 5 de março está na cadeia lugar próprio dos facinorosos.⁷⁰⁵

A petição descreve a cadeia e as condições da mulher escrava que, encarcerada, permanecia sem receber qualquer sustento de seus senhores:

[...] tendo-se passado quinze dias, está padecendo dores desde os bofetões que lhe deu o suplicado Siqueira, o lugar da sua prisão é frigidíssimo, úmido, e pestilento, os suplicados apenas lhe mandaram nos primeiros quatro dias, e de vinte, em vinte e quatro horas um pratinho de feijão mau temperado, e daí por diante é o suplicante marido quem a tem sustentado.⁷⁰⁶

E segue a denúncia:

[...] e quem poderá crer que uma Vila antiquíssima como esta onde há Magistrados sábios de vara branca, se tenham praticado semelhantes fatos contra a forma das leis! Contra uma miserável criatura que pela sua triste condição é desvalida, e só por que pune pela sua liberdade pelos meios competentes! Onde está o direito que manda prender por isso! Onde está a culpa que cometeu para estar como facinorosa em uma enxovia, prisão terrível onde pode perigar o feto que tem no ventre e a sua vida! Triste humanidade! Que sofre caprichos terríveis apesar de sua proibição [...].⁷⁰⁷

Essa parte da petição traz à tona as dificuldades enfrentadas pela prática de justiça nos casos em que não havia legislação específica. As constantes transformações engendraram, no limite, uma nova ordem social do outro lado do Império. Como lidar com os casos em que os senhores insistiam em perseguir seus cativos e que legislação daria conta deste caso? E, diante disso, a inexistência de autos que comprovem o desentendimento:

[...] e o mais é que o requerimento mandado, e certidão do oficial que fez a delegacia e prisão não aparece nem está nos autos da demanda, e se ficaram os suplicados com eles só porque se não veja, que a ordem não foi de prisão, mas a mulher do suplicante está na enxovia da cadeia, e no estado que fica dito, é por tudo pois que requer a V. S. para que se digne mande informar o Escrivão se a ordem obtida pelos suplicados foi para a prisão de que se trata, e ao carcereiro se ela está na cadeia, e desde quando, e se lhe apresentou ordem para ter presa, ou se foi bocal e de quem lhe deu, e em nome de quem, para depois mandar soltar sem demora a mulher do suplicante, e porá em depósito no poder e casa do mesmo carcereiro que assinará termo que se juntará com este aos autos, visto que os suplicados a não quiseram receber, informando tão bem o oficial da diligência de como a

⁷⁰⁵ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Domingos de nação Rebolo e Maria de nação Congo e Felisbina Maria de Xavier, 1828. Caixa 10.

⁷⁰⁶ AMRSJ, *loc. cit.*

⁷⁰⁷ AMRSJ, *loc. cit.*

suplicada testamenteira a não quis receber apesar de seu requerimento, e o porque a levou a cadeia, tudo a fim de evitar tão cruéis sevícias praticadas com a mulher do suplicante, e antes que venha a esta um maior mal no estado da prenhes em que se acha [...].⁷⁰⁸

Nesse caso, como já foi abordado em estudos sobre a escravidão, a decisão fica mais a cargo da posição política dos juízes do que sustentada em qualquer legislação que lhe dê suporte jurídico. O juiz mostrou-se favorável à escrava:

Convencido da verdade do expedito, e atendendo ao estado de uma pessoa miserável, qual é a suplicada seja depositada primeiro que tudo em poder do carcereiro, quando este assinar termo de depósito, saindo já da cadeia, ou prisão, em que se acha: e de que individuação. São João del Rei, 5 de março de 1830. Assinado Paula Monteiro.⁷⁰⁹

A imensa petição, verdadeira história relatada, foi despachada com os dizeres: “A V. S. se digne mandar, ou melhor, mandar se fação as ditas informações sem demora, para depois deferir ao mais como requer o suplicante. ERM.”⁷¹⁰

Apresentadora de nuances interpretativas, a sociedade escravista revela o seu caráter difuso. A situação ganha ainda outra dimensão quando o envolvido com a justiça é um escravo urbano e em demanda contra seu senhor. Se, na fazenda, o escravo permanecia muito mais submetido à justiça privada do senhor e, em decorrência disso, sua liberdade se mostrava muito mais inalcançável, no meio urbano a possibilidade de liberdade era mais frequente, por outro lado, cumpre lembrar que uma briga e enfrentamento com o senhor poderiam jogar os escravos diretamente na cadeia. Sendo a cadeia “enxovia” e lugar indesejado, como relatam os praxistas, não faltariam oficiais e juízes que não se deteriam frente ao ato de nela encarcerá-los. As lutas de escravos nos tribunais já mostraram que suas vidas e causas não eram fáceis.⁷¹¹

⁷⁰⁸ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Domingos de nação Rebolo e Maria de nação Congo e Felisbina Maria de Xavier, 1828. Caixa 10.

⁷⁰⁹ Pedimos desculpas ao leitor, mas a estarrecedora petição não poderia ser omitida, e sua apresentação, permeada com a participação da autoria deste trabalho, poderia levar ao deslocamento do principal objeto do capítulo, que é o de apresentar alguns processos, tratamentos e questões do cotidiano, todas elas sintomáticas da sociedade em destaque, sobretudo no que se refere aos seus debates com a subsequente constituição de saberes e práticas jurídicas.

⁷¹⁰ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Domingos de nação Rebolo e Maria de nação Congo e Felisbina Maria de Xavier, 1828. Caixa 10.

⁷¹¹ Alguns trabalhos discutem o significado do acúmulo de processos de autoria de escravos e a maneira como eles sacudiram a opinião de jurisconsultos. Pena e Chalhoub também salientam o quanto o debate sobre a Boa Razão preocupou os juristas em temas que diziam respeito à questão escrava (Cf. PENA, Eduardo S. *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990; MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.).

Ora, a legislação que tratava a ordem do processo, substituindo o costume pelo estilo, não era extensível ao escravo. Tal é o que pode ser revelado na petição acima, cuja situação foi confirmada pelos juristas do Império, que se viram em apuros para dar conta dos processos escravistas e, para além disso, da lei em vigor. A escrita do Código Civil do Império, empreitada assumida por Teixeira de Freitas, levou o jurista, romanista convicto, quase ao desespero. A dificuldade em lidar com a questão jurídica dos cativos legou-lhe, para a história, o epíteto de escravista.

Esse jurista, ao intentar a elaboração de um código civil, relegou as questões escravas para um rodapé, argumentando que elas estariam ligadas a um capítulo com prazo de validade no Império do Brasil.⁷¹² Toda a discussão sobre a sociedade em constituição e as lutas escravistas que agitavam tribunais de forma cada vez mais acentuada, a partir da década de 1860, no Império, revelou o quanto as tensões estavam relacionadas à lei e à constituição da cidadania no Brasil, amplamente debatidas desde a primeira década do Império do Brasil.⁷¹³ Sempre protelada, a questão escravista foi permanecendo a cargo e tratamento de cada juiz.

Vejamos o que ensinou aos seus leitores o letrado da corte, Pereira e Sousa, acerca do processo criminal sobre a prisão:

Feita a pronúncia, e posto o réo no número dos culpados então se proceda a sua captura ou prisão. Esta se diz acção pela qual alguém he prezo por ordem do Juiz. Não pode ser prezo sem ordem de magistrados, nem antes da culpa formada [...].⁷¹⁴

Os agravos da injusta pronúncia são previstos, não só para a primeira instância, como também para os corregedores. Quando então, como foi anteriormente apresentado, Pereira e Sousa segue explicando, “cessa a prisão no caso de seguro” e “relaxa-se nos casos de homenagem e fiança”.⁷¹⁵

⁷¹² O debate no interior do IAB foi apresentado em uma bela narrativa de PENA, Eduardo S. *Pajens da Casa Imperial; jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

⁷¹³ GRINBERG, Keila. “*O fiador de brasileiros*”: cidadania, escravidão e Direito Civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. 2000. 423f. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2000. A autora trabalha como tema geral o suposto paradoxo entre a permanência do regime de trabalho escravo posterior à independência e o processo de decodificação do direito civil levado a cabo no Brasil do século XIX. A autora teve a intenção de demonstrar que houve, a partir da independência do país, uma efetiva pressão proveniente de distintos setores da sociedade em defesa do reconhecimento dos direitos civis. A luta em defesa dos direitos civis incluiu representantes diretos ou indiretos da camada com antecedentes escravistas.

⁷¹⁴ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.60-61.

⁷¹⁵ *Ibidem*, p.73

A questão que incomoda o Juiz de Fora, Francisco Paula Monteiro, é o fato de que a negra tenha sido aprisionada na enxovia sem determinação escrita, sem a constituição de autos, sem culpa formada ou pronúncia, e mais, tudo feito “bocalmente”. Todo o procedimento legal fora incorreto. Ela não se livrou do “vexame da prisão” como no caso de Isabel Róiz dos Santos e sua filha Joaquina Rodrigues da Silva.⁷¹⁶ Carece, contudo, lembrar que o manual fora escrito para atender as noções de direito positivo, seguindo os já traçados estilos, mas se sustentava nas noções do reino. Casos relacionados à escravidão estavam fora do escopo do trabalho.

Emergia, com bastante vigor, a situação peculiar do Brasil. Sua matriz doutrinária estava fundamentada nas heranças recebidas de seu pertencimento ao império português, fato que o alvará de 20 de outubro de 1823 confirmava, ao determinar a permanência da vigência das leis portuguesas nas terras do Brasil, enquanto não se publicassem as leis pátrias, mas isso enredava o Império de Pedro, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil em posição ambivalente no que concerne à prática legal e às práticas consuetudinárias. Importa ressaltar, nessa discussão, o caráter retesado dessa sociedade, sobretudo em momentos de discussão da ordem no Brasil.

A justiça e os crimes ganham uma grande atenção nos debates legislativos, ao mesmo tempo em que a sociedade se dividia em acalorado debate sobre a cidadania e a ordem. O tema da escravidão constituiu uma das preocupações jurídicas no Brasil, onde, desde muito cedo, houve a defesa de criação de cursos superiores para a formação dos juristas da terra. A despeito do debate, a questão escravista permaneceu sem solução e manteve-se tributária das *Ordenações Filipinas* e até do direito romano para sustentar as sentenças emitidas em inúmeras disputas nos tribunais imperiais.

Em *O ensaio sobre a escravidão no Brasil*, Perdigão Malheiro (1976) iniciou categoricamente sua argumentação histórica e jurídica sobre o cativo. A serviço da discussão jurídica, o autor afirma que os princípios incontestáveis do “direito” coevo eram aplicados, e este se marcava pelo emprego da máxima de que, “desde que o homem é reduzido à condição de coisa”, sujeito ao “poder e domínio ou propriedade de outro”, é privado de todos os direitos e não tem representação alguma. Daí decorre que ele não possua “representação alguma”, sem lhe ser facultado pretender os “direitos políticos, direitos da cidade, na frase do povo rei, nem exercer cargos públicos”. Essas regras do direito, com matriz doutrinária sustentada na legislação romana, era o que se achava “expressamente

⁷¹⁶ AMRSJ. Processo-crime, caixa 74, doc.17, 1809. Izabel Rodrigues de Oliveira e Manoel Antonio Sousa.

consignado em várias leis pátrias antigas”, e, ainda, acrescenta o jurista, “do nosso direito atual”. Ainda que Malheiro destacasse o fato de que, embora as leis “reconheçam ser este um dos grandes males resultantes da escravidão”, elas direcionam o campo da atuação positiva do direito. Assim, ele desloca para a arena política as transformações necessárias ao sistema escravista.⁷¹⁷

A atuação do juiz de fora, ao cobrar a prática de seus pares magistrados, estava mais envolta em uma opção política do que propriamente ancorada na lei. Ou seja, o juiz forçava a aplicação de uma legislação não produzida para a sociedade escravista, em casos criminais de pessoas em condição de cativo. Desse modo, sua atuação como sujeito político voltava-se para a adaptação de uma matriz doutrinária, transformando-o em um sujeito histórico. Isso ficou evidenciado, quando, ao final do processo, a defesa da alforria de Maria transformou-se em um momento de esgarçamento nas relações sociais, ainda que Domingos de nação Rebolo já fosse um homem morto. A argumentação usada pelo juiz de fora sustentou-se nos bons trabalhos de Domingos e forçava, na sociedade escravista, o legado de uma alforria para Maria de nação Congo. Foi a herança que o escravo deixou para sua esposa.

A escrava fora, nesse processo, representada pelo juiz de fora. A presença de um curador respondendo pelo cativo atendia aos ditames da lei, que retirava do homem reduzido ao cativo o direito a qualquer representação legal, ou seja, negava-lhe a personalidade jurídica, fato, inclusive, impresso no rol de culpados, que apresentou todos os escravos inscritos como escravos de alguém. Os senhores eram os responsáveis jurídicos pelas ações delituosas de seus escravos.

Somente desse modo é que os escravos de Martinho Dias e João Fernandes, os de Caetano Alves e os de D. Mariana alcançaram suas cartas de seguro e não foram presos. Eles e os tantos escravos que apareceram nos processos são representantes da parcela socialmente envolvida na rede da prática dos delitos, ao lado, ou com a concordância, ou a serviço de seus senhores. Nesse caso, eles receberam o tratamento previsto no corpo legislativo. “Tinham alguém por eles” e chegavam a se livrar da prisão que, de outro modo, era efetuada sem a ordem expressa dos magistrados.⁷¹⁸

⁷¹⁷ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes, 1976.

⁷¹⁸ Segundo Pereira e Sousa, a prisão, “captura do réu depois de posto seu nome no número de culpados”, não pode ser feita sem ordem expressa do magistrado, nem antes da culpa formada (Cf. SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806. p.61.).

O inverso também cabia nos processos-crimes. Houve casos em que uma briga com escravos conseguiu colocar homens forros na cadeia. Essa situação pode ser ilustrada com o livramento de Antônio Prudente de Paula. Depois de se livrar da prisão durante dois anos, com o recurso de duas cartas de seguro consecutivas para os anos de 1830 e 1831, o livramento terminara com uma sentença que condenava o réu a um mês de prisão e à multa de indenização pelos prejuízos provocados. O livramento se referiu à demanda judicial em que o Alferes Bento Leite de Faria, “por cabeça de seu escravo Matheos Monjollo”, conseguiu colocar o réu Antonio Prudente de Paula na cadeia. Em 1833, preso na cadeia pública de São João del Rei, o réu, “por apelação para o Tribunal da Casa da Suplicação [...] do Distrito deste Império”, solicitava o “traslado dos próprios autos de livramento crime”, ficando na vila o processo-crime.⁷¹⁹

Acusado de praticar ofensas físicas, Antonio Prudente de Paula foi condenado à prisão e livramento em uma querela. Da primeira, se livrou com as cartas de seguro, mas, na segunda, foi condenado. A história começou aos 22 de julho de 1830, quando, em audiência, compareceu o solicitador de causas do réu Antonio Prudente de Paula. Com este presente, foi dito ao mesmo juiz comissário que “o dito réu seu constituinte se apresentava com sua primeira carta de seguro negativa passada pelo Juízo da Ouvidoria” daquela Comarca pelo crime que dela constava e requeria “se mandasse escrever sua apresentação e que se lhe mandasse passar seu contramandado para não ser prezo durante o tempo da mesma”. Tudo foi visto e ouvido pelo dito juiz comissário, que ficou informado da existência “da dita carta de seguro que se lhe fora apresentada”. Como resultado disso, o réu foi apresentado “com sua primeira carta de seguro negativa” e recebeu o contramandado para não ser preso durante o tempo da mesma carta “na forma requerida”. Assim, tudo dentro da ordem formal do processo, ele procedia ao livramento.

Continuava o escrivão, registrando o que constava do requerimento e deferimento de audiência “que por cota e lembrança” tomou no seu “protocolo delas, onde assinou o dito réu” à sua apresentação. Assinou porque “sabia escrever”, e a esse protocolo, ele, o escrivão, se reportou para passar “a esta autuação” e ao que adiante juntou “a declarada carta de seguro passada pelo dito Juízo em data de nove do corrente mês, como por tempo de um ano”, que seguiu registrada. O livro de audiência do período apresentou o registro do protocolo, no qual,

⁷¹⁹ AMRSJ. Processo-crime, caixa 06, doc. 02, 1830.

ao verso da página 67, foi apontado com o destaque para o nome de Desidério, o solicitador de causas.⁷²⁰

Joaquim Thomaz da Costa Braga, tabelião do primeiro ofício, foi quem tudo escreveu e registrou que “à folhas quarenta e oito verso do livro delas” tinha uma carta de seguro, da qual o réu pagara os impostos em 1830. A carta de seguro foi requerida, despachada a partir da petição, que dizia:

Diz Antonio Prudente de Paula morador na Cruz das Almas subúrbios desta Vila que a sua notícia chegou que o Alferes Bento Leite de Faria e Sousa querelara delle pelo Juízo de Fora desta mesma Vila por ferimentos que diz feitos em hum seu escravo de nome Matheus preto africano, cujo delicto nam cometeo o suplicante e para que melhor possa mostrar sua inocência requer a Vossa Senhoria seja servida mandar se lhe passe sua primeira carta de seguro negativa para solto poder tentar seu livramento. Pede a Vossa Senhoria seja servido mandar que pagos os novos direitos se lhe passe o dito seguro na forma requerida e da Ley. E receberá mercê. Passe, S.J., 7 de junho de 1830= Fontes= Passe (sic).⁷²¹

O réu não conseguiu terminar seu livramento e continuou apresentando-se, residindo em audiência pública. Com a sua segunda carta de seguro negativa pelo crime constante da mesma, em 21 de novembro de 1830, dizia Antonio Prudente de Paula

[...] que em dias do ano passado de 1830 sahio pronunciado no Juízo de Fora desta Villa por uma falça querella que delle e de outros deu o Alferes Bento Leite de Faria e Sousa para mostrar a sua inocência isento da prisão tirou sua primeira carta e como a mesma se acha finda se digne mandar se lhe passe sua segunda carta de seguro. Pede a Vossa Senhoria se digne atender ao exposto haja por bem deferir na forma implorada. E receberá mercê. Passe, S.J., 15 de outubro de 1830= Fontes= Passe (sic).⁷²²

O réu Antonio Prudente de Paula, crioulo forro, solteiro, filho de Tereza Crioula, estava incriminado por pancadas que, juntamente com outros seus companheiros, deram em um escravo, Matheos Monjollo, pertencente ao autor do processo, o Alferes Bento Leite de Faria. O crioulo forro pedia “licença para residir nas audiências pelo seu procurador porque vive do ofício de pedreiro”, demonstrando o quanto as audiências eram incômodas a todos os envolvidos.⁷²³

⁷²⁰ AMRSJ. Existiram três livros de audiência para o ano de 1830 em função das escrituras diferenciadas entre os ofícios. Livro de audiência, ano 1830, p.67v.

⁷²¹ AMRSJ. Processo-crime, caixa 06, doc. 02, 1830, p.3.

⁷²² AMRSJ. Processo-crime, caixa 06, doc. 02, 1830.

⁷²³ *Ibidem*, p.17.

O mesmo acontecera com o Alferes Bento Leite de Faria e mais tarde com duas de suas testemunhas. Primeiro, o Alferes, “negociante de negros novos”, dizia que “sucede agora ser” ele, suplicante, que queria residir em audiência pela pessoa de seu procurador porque fora avisado para:

[...] ir com urgência acautelar os extravios de não pequena soma de dinheiro que tem em mãos de pessoas que moram muito distante dessa Vila, provenientes de escravos novos que compraram ao suplicante, e porque não é possível de deixar de acudir a isto e ao mesmo passo residir [...].⁷²⁴

A esse requerimento, o Juiz alegou que concedia, depois do juramento feito. Segundo, o mesmo Alferes pedia que fosse substituído o inquiridor de testemunhas, muito embora esse inquiridor trabalhasse “com honra e probidade de seus costumes”. Isso acontecia porque ele havia levado duas pessoas para provar os artigos de seu libelo, e, presentes os dois lavradores, que eram Joaquim Antônio Nunes e José Gonçalves da Silva, não foi ao inquiridor possível tomar-lhes o depoimento, em função da enfermidade de sua mulher. Sobre a necessidade de dar as provas de suas testemunhas, argumentava então o Alferes: “demora se dê em gravíssimo prejuízo do suplicante e das mesmas testemunhas que não podem abandonar muito tempo suas lavouras”.⁷²⁵

Em 1833, o auto de prisão relata que foi capturado “na rua da Cachaça a Antonio Prudêncio de Paula pela culpa constante do requerimento retro”, com o mandado do juiz de fora “e entregue ao Carcereiro Jerônimo Emiliano dos Santos”⁷²⁶:

Prendam ao réo pela culpa que lhe resultou da querela [...] foi condenado definitivamente na forma declarada na petição retro e se achava seguro por já ter findo o segundo que obteve pelo Juiz da Ouvidoria desta Comarca [...] seguro.⁷²⁷

O réu continuava preso, insistindo em seu livramento, apelando para a Casa de Suplicação. Duas questões emergem desse processo entre o forro, o traficante de escravos e o próprio escravo Matheos. A primeira se refere à sociabilidade, rixas entre vizinhos e os cuidados ou dificuldades resultantes da disciplina de escravos. Esse processo-crime fora explorado na discussão empreendida por Tereza Cardoso para o período de 1814-1852, em tese de doutorado denominada *Lei Branca e Justiça Negra: crimes de escravos na Comarca*

⁷²⁴ AMRSJ. Processo-crime, caixa 06, doc. 02, 1830.

⁷²⁵ AMRSJ, *loc. cit.*

⁷²⁶ *Ibidem*, p.123.

⁷²⁷ AMRSJ, *op. cit.*

do Rio das Mortes. No capítulo em que a autora aborda o código e os códigos, o esforço volta-se para demonstrar a fluidez sobre a cor e as alianças, proximidades e solidariedades possíveis e reprimidas na sociedade escravista. A autora discutiu o processo do Alferes Bento de Faria, o traficante de negros, contra seus vizinhos, com quem vivia às turras.⁷²⁸

As brigas entre os vizinhos, nos subúrbios da vila, estavam relacionadas aos interesses econômicos na sociedade escravista. Enquanto o Alferes buscava negros novos para seu comércio, a família de Antonio Prudente oferecia casa de diversão para os negros, tirando ganhos econômicos das necessidades de lazer. O conflito vigente na sociedade escravista opunha de um lado os olhares escravistas, que nunca viram com bons olhos as aproximações entre os escravos, as festas regadas a bebidas e muita diversão, e de outro lado a existência daqueles que viam nesses momentos de lazer um ramo lucrativo de negócios, criando as situações conjunturais em que os vizinhos disputavam a demonstração de poder e o exercício efetivo das vantagens materiais.

Provavelmente, Antonio Prudente teria ferido o escravo do Alferes em festejos nas vizinhanças, dos quais os familiares do próprio ofensor eram os empreendedores. Mais do que uma briga pelos ferimentos do escravo, o que estava em jogo eram os desarranjos que os festejos promoviam para os senhores escravistas. A querela pode ter encontrado argumento nos ferimentos, mas os reais motivos da disputa se encontravam na sociabilidade das relações escravistas que precisavam manter os escravos sob o domínio senhorial sempre dificultado pelas festas, bebidas e extensão de amizades.

A segunda questão relaciona-se ao período da sentença. Pode ser que a condenação de Antônio Prudente de Paula estivesse influenciada por uma tendência mais rigorosa, em função do momento de sua aplicação. Depois da promulgação do novo Código Criminal, um dos aspectos com que mais se insistiu na organização nacional foi a queixa relacionada à desordem e à necessidade de implantação de uma disciplina mais férrea na contenção da violência cotidiana contra os “cidadãos”. Certamente, o momento de arrocho nas perseguições criminais não favoreceu o livramento de Antônio Prudente de Paula.

Disso um bom profissional deveria ter conhecimento e, conseqüentemente, saberia usar a retórica apropriada. Pode-se conjecturar se fora um acaso o fato de o advogado insistir que “o réu deveria ser fulminado pelas leis vigentes contra os que praticam e otram semelhantes atentados”, pedindo “fama pública” e condenação na injúria, danos, jornais e

⁷²⁸ CARDOSO, Maria Tereza Pereira. *Lei branca e justiça negra: crimes de escravos na comarca do Rio das Mortes*. (Vilas Del-Rei, 1814-1852). 2002. 263f. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, SP, 2002.

tratamento do escravo. Ora, o advogado pretendia dar maior significado à sua fala, pois o processo criminal abria, de acordo com a matriz doutrinária, o estatuto de infame para o réu.

Observando que o réu fora preso na Rua da Cachaça, é bom lembrar que ela também foi palco para muitas brigas. Lugar movimentado, cheio de casas de negócio, foi um bom cenário para desavenças movidas pelos desencontros amorosos, pelas pedradas, pela diversão, pela bebedeira no cotidiano da Vila de São del Rei. Ela sediou a briga que motivou o longo processo de Germano José Cordeiro e João Teixeira Cabra.⁷²⁹

A briga, da qual João Teixeira saíra aleijado, teve início com esse tipo desavença de rua. Os depoimentos das testemunhas na devassa trasladada confirmaram que Tereza Crioula sofria muitas cuteladas e isso foi motivo de circulação de notícias e boatos. Os depoentes disseram que estavam na Rua da Cachaça, porque de lá eram moradores ou por lá passavam, ou ainda porque lá possuíam casa de negócio, e que assistiram à briga, uma “bulha”, com muita gente. Enxergaram vultos brigando, um homem que batia em uma mulher, outro a defendia com um pau, mas ninguém sabia ao certo quem eram os principais figurantes na briga.

No dia seguinte, várias notícias circularam. Corria que Germano José Cordeiro estava batendo em Tereza Crioula, que gritava em nome de El Rei, e que João Teixeira, Cabra forro, fora acudir ou apartar. Todos declararam que a briga não era resultado de rixa velha. O relato confirmava que Tereza atirava pedras a determinado indivíduo, chamado Francisco, por alcunha “o Maneta”, e que uma pedrada acertara em outra mulher, a Maria Parda. Os boatos diziam que o amásio da mulher acertada fora “em despique” bater na Tereza Crioula. Também foi confirmado que Germano José era um homem pouco conhecido dos envolvidos.

Do incidente resultara a briga de rua. Característica da sociedade em questão, as brigas com pedradas, as vinganças e despiques chegavam a encher os tribunais com processos. Os argumentos de que os envolvidos eram sujeitos quietos, pacíficos, tementes a Deus, eram comumente apresentados nos artigos de defesa e contrariedade dos libelos. Utilizado para incriminar e para defender o réu Germano José Cordeiro, o argumento não nos parece tão absurdo. A forma como a briga acontecera demonstrava o caráter violento e público da sociedade de então, selando sua incompleta sedução pelos discursos civilizadores. Desse modo, um dos recursos mais eficazes ao constrangimento social era proveniente do discurso de cunho religioso.

⁷²⁹ Para mais notícias sobre a Rua da Cachaça, consultar VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da justiça*. Minas Gerais – século XIX. Bauru/SP: EDUSC; ANPOCS, 2004.

O certo foi que João Teixeira saíra ferido, tal como foi confirmado pelo cirurgião, em exame de corpo de delito, e andara durante muitos dias com o braço enfaixado. Também foi certo que Tereza Crioula pedia socorro em nome de El Rei. A possibilidade de que tal argumento não passasse de retórica do advogado está fora de questão. Algumas testemunhas oculares confirmaram que Tereza Crioula gritara em nome de El Rei e todos confirmaram que alguém a fora acudir.

João Teixeira Cabra, súdito crédulo, pensara que deveria acudir. Mas isso não lhe favoreceu quando sua condição de coartado, sem possuir carta de alforria, viera a tona. Circulando livremente “à vista e face de sua patrona e benfeitora”, João Teixeira Cabra gozava das prerrogativas sociais da liberdade, embora ainda lhe faltasse cumprir o pagamento de parcelas de seu coartamento.⁷³⁰ Tal situação o colocava em um terreno de ambivalência, pois, “vivendo sobre si”, sua condição não era oficializada por uma carta de alforria e lhe impedia, judicialmente, de abrir qualquer processo.

É provável que lhe bastasse como pessoa viver a liberdade. Também é possível conjecturar que ele desconhecesse sua condição de não possuidor de personalidade jurídica, enquanto um protagonista social que apenas vivia e se submetia ao exercício de dominação. Enfim, acreditamos que ele não conhecia o sistema jurídico que sustentava sua condição de cativo e, muito menos, que teorizava sobre ela. Quanto ao seu advogado, é mais difícil supor se usara de estratégia. Quando ele tomara conhecimento da condição de forro de seu constituinte é uma pergunta sem resposta. Sem carta de alforria, em fase de cumprimento de coartamento, João Teixeira não era um sujeito de direito jurídico. Como autor, não lhe era concedido abrir o processo. Era-lhe exigido um curador.⁷³¹ O processo criminal, que já exigira do réu a apresentação de duas cartas de seguro, requeria a nomeação de um curador para o autor em maio de 1825.⁷³²

Nessa data, dizia o advogado que, sendo o autor possuidor de liberdade de circular sem oposição alguma, contudo, ele ainda não cumprira o pagamento de seu coartamento, e, diante do risco, de que o réu se utilizasse de tal argumento para escapar de suas responsabilidades, ele requeria que nomeasse um curador ao seu constituinte. Para isso fazia uso de palavras de impacto em sua sociedade:

⁷³⁰ Estudo específico sobre a condição de coartamento encontra-se em PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos em Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Annablume, 1995.

⁷³¹ O principal estudo sobre a condição jurídica do escravo foi o trabalho de MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes, 1976.

⁷³² AMRSJ. Processo-crime/Libelo de João Teixeira Cabra e Germano José, 1823, p.63v.

[...] e é de esperar que o R se queira escapar por este lado trazendo a colação essa realidade crua e descarnada para arredar de si as penas da Lei o alfanje da justiça que está sobre ele, por delitos tão atrozes, ofensivos do suplicante A que ficou aleijado, e consequentemente ofensivo a República, sem se lembrar que ainda há haver, ela se deveria suprir [...].⁷³³

O advogado argumentou ainda que essa nulidade não poderia acontecer e devia ser suprida naquele juízo ou em um tribunal superior para a promoção da emenda dos réus, seus castigos e para a satisfação da república. Lembrando que à república “muito interessa na punição dos delitos, para que se não aumentem!” Ele ainda lembrava “aumentem e venham após uns dos outros”.

O juiz de fora despachou favoravelmente à nomeação do curador. Logo depois, foi deferido o juramento ao advogado, o Coronel Caetano José de Almeida, na condição de curador do autor, João Teixeira, coartado.⁷³⁴ O advogado Caetano “jurou em sua alma de bem e verdadeiramente defender, requerer e alegar tudo o que for a bem da justiça” para o autor João Teixeira, homem cabra.

O tempo transcorria, e o réu já precisava de sua terceira carta de seguro, a partir de julho do ano de 1825. O processo crescia em páginas e custas, ao seguir todos os procedimentos corriqueiros de apresentação da carta de seguro. Somente depois de todos esses procedimentos, os autos ganhavam uma exposição articulada dos artigos, o chamado libelo. Nele, o procurador pediria, a partir de sua exposição da desavença na Rua da Cachaça, a condenação do réu Germano em atenção à deformidade e “aleijão, perdas e danos”. Nessa situação, ele alegou a gravidade, indicando as *Ordenações Filipinas*, ao citar o “Livro 5º, Título, 17 e parágrafo 3, Título 18 e parágrafo 2 e 3, Título 2º no principal, Título 25, parágrafo 4, Título 37, parágrafo 1”. Sustentou suas razões com o auxílio da Lei de 21 de outubro de 1763, parágrafo 5º, buscou seus argumentos na regulamentação que o Alvará de 05 de maio de 1762 e o Decreto de 28 de agosto de 1761 fizeram aos parágrafos finais, do Título 13 do Livro 5º das *Ordenações Filipinas*.

Em nome do autor, o advogado esperava a decisão pelo resultado desse conjunto legislativo. A resposta do advogado do réu não se fez esperar. Inicia alegando que João

⁷³³ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de João Teixeira Cabra e Germano José, 1823, p.63v.

⁷³⁴ Estudos específicos sobre a escravidão discutem a apresentação de curador em processos judiciais como elemento condicionante para as demandas dos cativos. Sobre o assunto, ver CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990; PENA, Eduardo S. *Pajens da Casa Imperial; jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001; MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. Ver, sobretudo, MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes, 1976, obra publicada pela primeira vez em 1866.

Teixeira era “coartado e nunca forro, como se disse na petição”. Esse fato teria ainda peso contra o autor. A disputa judicial aberta com o advogado do réu deu-se em torno do pedido de nulidade do processo, alegando pronúncia sem direito, mas, sobretudo, as alegações se voltaram contra a condição jurídica do autor. E o argumento a seguir:

Assim como protesto pela nulidade em que desde seu começo tem laborado este processo, como iniciado por um escravo, sem autoridade de seu senhor, ou testamenteiro porque suposto fosse coartado, nem pagou o seu coartamento e nem tem carta de liberdade como é prova do documento junto, e nem obteve licença da justiça para estar em juízo, e por isso não desistindo de semelhantes nulidades espera o Réu que a par dos mesmos se defira na forma concluída na contrariedade [...].⁷³⁵

Explorando características próprias da ordem social escravista, o advogado do réu, a essa altura do processo, passou a tratar João Teixeira como escravo. Seu passo seguinte foi o trabalho de esgueirar a vida do forro, inquirindo sua senhora para depor acerca das condições de alforria do autor. O advogado estava, com isso, explorando as brechas do escravismo. Para além de corriqueiro, sabe-se que as marcas impostas pela gratidão na sociedade escravista não eram elementos desconsideráveis. As relações clientelísticas traziam como seu correlato a contrapartida da gratidão, e toda uma carga ideológica circundava tais comportamentos. Qualquer desentendimento entre a senhora e o ex-escravo se transformaria em motivo suficiente para que a testamenteira negasse a alforria ou coartamento, e o forro se veria novamente na condição jurídica de escravo.

Sobre a escravidão moderna nos quadros do império português, tratando o Antigo Regime na perspectiva atlântica, Hebe Mattos destacou as características dessas sociedades, sobretudo no que se refere a uma concepção de sociedade que legitimava e naturalizava as desigualdades e hierarquias sociais. A autora enfatizou a forma como a expansão do império português e de seu ordenamento jurídico pressupôs uma incorporação contínua da produção social, de novas relações costumeiras, entre elas a escravidão, destacando a relevância de tais comportamentos para informar os quadros mentais e sociais da expansão.⁷³⁶

A necessidade de existência de categorias prévias de classificação foi definidora dos lugares sociais e foi incorporada às relações escravistas. Nesse sentido, a autora percebeu a forma como a escravidão se naturalizava, integrando-se à concepção corporativa da sociedade

⁷³⁵ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de João Teixeira Cabra e Germano José, 1823, p.65.

⁷³⁶ MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, J. L.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.141-162.

portuguesa. Assim, a sociedade naturalmente hierarquizada era transplantada para a sua natural ordenação, em um quadro em que o tema da gratidão ganhava espaço. Do mesmo modo que a fidelidade do súdito em relação ao rei era esperada, a gratidão era o outro elemento dessa concepção. No desdobramento das relações sociais, a possibilidade da alforria, sobretudo pelos bons serviços, abria novo campo de desdobramento nas hierarquizações. De modo contrário, a demonstração de ingratidão levava ao rompimento de contratos entre partes insatisfeitas.

Quando a testamenteira de Antonio José Teixeira foi chamada a declarar se o escravo coartado recebera mesmo esse tratamento de seu senhor, o advogado trabalhava com a possibilidade das desavenças. Chamar a testamenteira para inquiri-la significa testar as relações abertas no interior da família sobre a liberdade do escravo e sobre a ruptura do contrato. Os recentes estudos sobre a escravidão demonstraram o quanto a reescravização e outras disputas abalaram os tribunais no século XIX. O caso de João Teixeira, forro, era passível de ruptura das condições de alforria. À condição cativa ou forra de João Teixeira, na ausência de conflito, não se cogitava da aplicação da lei, mas a possibilidade de aparecimento de uma dúvida o lançaria nas malhas da escravidão e complicaria ainda mais a sua capacidade jurídica de citar o réu.

Segundo Hebe Mattos, os referenciais gerais baseados em uma representação corporativa da ordem social não foram transformados com o fortalecimento do poder real a partir do final do século XVIII. As distâncias entre a lei escrita e a costumeira não foram tão acentuadas e mantiveram como premissa as possibilidades naturalizadas de passagem da escravidão à liberdade. No que se refere à condição cativa ou forra, o lugar jurídico de seus detentores era um tanto duvidoso e deve ser considerado para além de sua relação com seus senhores. Noutras palavras, os conflitos dos escravos não se restringiam aos burburinhos com seus senhores, o cativo, como homem social que também foi, muito esteve envolvido nas questões criminais.

6.4 Escravos, forros e brancos criminosos no rol de culpados

Assim, embora uma matriz doutrinária dirigisse as causas criminais e civis, as marcas da sociedade, da qual mais da metade dos constituintes eram escravos ou homens com ascendência escrava, não facilitavam a aplicação legal. A miríade de alvarás, leis e decretos

era a peça-chave com que a justiça real contava para arbitrar os conflitos e dar soluções às situações imprevistas. Acreditamos que isso provocava a emissão de pareceres tão negativos sobre o funcionamento da justiça.

E, como os escravos e forros eram sujeitos históricos possuidores de desejos, sociabilidade e rebeldia, com graus variados de violência e subordinação ao mando do senhor, suas participações em crimes não geraram índices desprezíveis. A caracterização da cor e seus desdobramentos, confrontados com a sociabilidade vigente, apresentam os escravos incriminados em delitos públicos a serviço de seu senhor, como várias petições indicaram. Por outro lado, os cativos não aparecem na condição de testemunhas. Pereira e Sousa diz que, pelas disposições das *Ordenações*, Livro 3, Título 56, “tanto para os presos, como para os escravos, pode haver perguntas”, “se a verdade não puder ser conhecida de outro modo”.⁷³⁷

Provavelmente, o índice de seu aparecimento em rol de culpados não seja suficiente para demonstrar o quanto estiveram envolvidos na criminalidade da sociedade mineira no final do XVIII e início do XIX. Observa-se que, muito embora as medidas administrativas tomadas a partir de 1823 tenham vindo confirmar a manutenção da mesma matriz doutrinária, vigorante até aquele momento, a década de 20 assistiu a um intenso movimento de debate, marcado pela racionalidade que intentava um amplo controle da criminalidade. A coerção ocuparia um elemento central nas preocupações, e as medidas que buscavam o controle da população, sobretudo, daquela ampla parcela de cor, passariam a ocupar amplos setores do debate. Controlar as ações de escravos e de forros e as associações de pardos e brancos pobres com essa camada foi tema presente nos discursos de evocação da ordem.

A grande queixa sobre a violência e a desordem voltava-se para uma subordinação mais acentuada dos negros, demarcando a absorção pelo estado de fatias graduais da autoridade doméstica dos senhores sobre seus escravos e colocando-as na esfera de manutenção da ordem escravista com maior rigor de demarcação das penas.⁷³⁸ A aplicação da ordem liberal seria a racionalização dos delitos e das penas, com a definição de um ideal de ordem, único capaz de deter a ampla massa de cativos em um momento em que o uso da palavra liberdade e a recorrência das denúncias de privilégios e vociferações contra o despotismo podiam desembocar em uma recepção indesejada por parte dos cativos. A ordem

⁷³⁷ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras linhas do processo criminal*. Terceira edição. Emendada e acrescentada com hum repertório dos lugares das leis extravagantes, regimentos, alvarás, decretos, assentos e resoluções régias promulgadas sobre matérias criminaes antes e depois da compilação das ordenações, por ordem chronológica e com hum índice dos regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806.

⁷³⁸ A Lei de 1º de outubro de 1828 dava nova configuração às Câmaras Municipais e nela o artigo 16 introduzia um sinal do controle pretendido pelo estado: aos vereadores era dado conhecer e denunciar os abusos praticados pelos seus senhores aos escravos. (Arquivo da Câmara Municipal de São João, Códice ORD n.132 1828-1841).

seria para todos, mas a nação em construção seria para alguns. É claro que nela caberia a filantropia dos brancos, desejosos de uma escravidão humanizada, mas ainda bastante reticente ao fim do tráfico e completamente avessa a qualquer debate que problematizasse a propriedade escrava.

Os gráficos abaixo (GRÁFICO 6.1 E GRÁFICO 6.2) demonstram a composição jurídica dos envolvidos nos processos criminais. Os culpados com nome no rol se dividiram em 852 livres, um percentual de 70,29%, 174 escravos, índice de 14,35%, e 94 forros, perfazendo um índice de 7,75%, completados com um índice de 7,8% de condição incerta. O índice baixo de participação dos escravos no rol pode ser entendido como um resultado da situação de propriedade inerente ao cativo. A criminalidade escrava era mais comumente resolvida no foro do senhor, não computando os índices oficiais da justiça régia. A exceção seria nos casos de brigas que envolvessem também os senhores ou de rusgas sociais que se metamorfoseassem com argumentos relacionados à propriedade escrava.

GRÁFICO 6.1: LIVRES, ESCRAVOS E FORROS NO ROL DE CULPADOS
ENTRE 1773 E 1831

Fonte: Rol de Culpados - ARSJ.

Em uma sociedade majoritariamente composta de pardos, seja pela cor, seja pela condição social, grande parte dos nomes inscritos no rol seria de pessoas não brancas. Mesmo lembrando a fluidez da cor, isso é bastante significativo, pois a composição social coloca grande contingente de pessoas em face de uma matriz doutrinária para o qual a lei não foi pensada. A cor dos envolvidos em culpas processuais expressa a marca social e demonstra que a camada de pardos e negros era muito representativa. Outro índice alto de desinformação refere-se ao estado civil dos culpados, considerando que em 68,5% dos casos há ausência de informação sobre este aspecto da vida social, aparecendo 12,85 de homens casados e 9,0 % de solteiros.

GRÁFICO 6.2: COR DOS CULPADOS NO ROL DE CULPADOS
ENTRE 1773 E 1831

Fonte: Rol de Culpados da comarca do Rio das Mortes: Vila de São João del Rei.

A porcentagem da cor indica que ela jamais poderia ser desconsiderada no funcionamento da base de aplicação da justiça, embora ela pouco fosse lembrada pela legislação. Isso põe um índice altíssimo de homens de cor na mira dos julgamentos e, se contassem com bons juristas e advogados, poderiam ser menos ou mais sujeitos aos desmandos locais.

Os gráficos permitem avaliar a complexidade das relações inauguradas com os conflitos oriundos da instabilidade provocada pela independência. Uma vez rompida a sustentabilidade que o “paradigma ideológico colonial”⁷³⁹ foi capaz de criar, outras necessidades se impuseram, e uma delas encontrou lugar na justificativa para enfrentar o discurso de “desordem”, alterando a organização judicial sem transformar aspectos mais cruciais da ordem social e econômica. A fórmula encontrada equacionou as demandas dos grupos possuidores de terras e escravos ao projeto da elite intelectual: manter o regime monárquico garantiria o elemento unificador do Império, colocar a matriz doutrinária como alvo de ataque dos liberais cumpriria o papel de justificativa para os descontentamentos com a justiça e, sobretudo, perseguir a racionalidade punitiva serviria como mensagem aos não-brancos de que a ordem seria literalmente ditada por leis mais próximas. Serviria também para indicar aos senhores escravistas que seu território de autoridade privada sobre seus escravos estaria delimitado para o devido cumprimento da almejada ordem. A coerção atingiria o

⁷³⁹ REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p.66-67.

contingente populacional de livres pobres, homens de cor, forros, pardos, camada urbana e suburbana e de escravos cuja saga dos delitos e penas ganharia novo arrocho.

Nas lutas nacionais, os conflitos raciais emergiram e imbricaram-se ao discurso de liberalismo, mobilizando amplos setores da população. O discurso sobre a liberdade não enlevava apenas os brancos, e os embates raciais lembravam o estigma da escravidão, aliados ao risco de que a desorganização trazida pela agitação da cor e da nação abrisse uma janela que poderia facilitar as ações de rebeldia dos cativos. Nesse sentido, os ventos liberais pregaram a movimentação política, a ordem, o fim dos abusos e privilégios e até correlacionaram o Antigo Regime à escravidão, mas o estatuto do cativo africano no Brasil, apresentado como necessário e indiscutível frente à natureza econômica das riquezas do “magnífico império do Brasil”, não foi discutido.⁷⁴⁰ Para isso, o tratamento político reservado ao cativo oscilou num intervalo entre a infantilidade e o vício. A retribuição ao primeiro seria a filantropia e a humanidade dos brancos e o segundo devia ser combatido com o rigor punitivo. Não se admitiu nada que ameaçasse a metáfora da escravidão.⁷⁴¹

⁷⁴⁰ REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p.90-91.

⁷⁴¹ SILVA, Wlamir. Infantil e vicioso: a identidade escrava para o Liberalismo Moderado Mineiro do Período Regencial. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: GUERRA E PAZ, 2005. Londrina: ANPUH; Editora Mídia.

CAPÍTULO VII

E COMO CONSTRUIR O IMPÉRIO DO BRASIL?

Em Minas Gerais, constituindo o debate e o fazer jurídico, os reflexos do texto da Lei da Boa Razão estavam presentes nas cabeças dos oficiais no exercício da magistratura, além de também permanecer a instituição dos perdões. As últimas concessões das cartas de seguro foram localizadas próximas aos meses de publicação do Código Criminal, não sendo fator de menor importância lembrar que o *habeas corpus* as substituiu.

A década de 20, entendida sobretudo a partir da instalação do Império do Brasil, seguiu os passos da justiça do Império Luso-brasileiro até 1831. Entretanto, o espírito do novo império prepararia as transformações liberais com amplo esforço de reconhecimento da questão criminal, o que resultaria em efusiva documentação sobre os presos e culpados na ordem criminal, acionando a rede de oficiais e magistrados através de correspondência pedindo informações sobre o funcionamento da justiça. Naquele momento, efetivou-se um mapeamento dos prisioneiros e culpados na província mineira, investiu-se no conhecimento da ocupação de cargos e funções de justiça, ao mesmo tempo em que o estudo sobre a administração da justiça na província das Minas alegou a existência de completa desorganização da justiça em terras mineiras. Esse conjunto imediato de ações gerou uma coleção de rol de culpados, uma listagem dos cargos de justiça e uma memória escrita pelo ouvidor Manoel Ignácio de Mello e Sousa.

De outro lado, os debates jurídicos que ocuparam grande parte dos trabalhos na Assembleia constataram a necessidade de instaurar cursos jurídicos no Brasil, provendo-o com juristas, uma vez que a matriz formadora dos pensadores brasileiros fora, até então, a Universidade de Coimbra. Depois da cisão do Império, a recepção dos brasileiros em Coimbra era assunto que preocupava as cabeças da elite, participantes da construção do ideário doutrinário do Império, via participação nas Assembleias Legislativas.⁷⁴² Assim, o debate sobre a organização da justiça no Império do Brasil seguiu queixa similar à que vinha

⁷⁴² João Armitage apresenta o contexto em que foi votada a criação das universidades no Brasil. Ele relata os desarranjos políticos do Imperador, ao negociar com os ingleses, sem prévia consulta aos senhores escravistas, o fim do tráfico negreiro no final da década de 20. O mal-estar inaugurado com essa imperícia jogou o Imperador nas mãos da Assembleia, que, para votar um aumento na receita para os gastos executivos, negociou a criação dos novos cursos no Brasil (Cf. ARMITAGE, João. *História do Brasil, desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E const. De J. Villeneuve e Comp., 1837).

ocorrendo, desde o final do século XVIII, no Império Luso-brasileiro. O tema da justiça ocupou lugar de destaque nas prioridades administrativas e compôs com elas o eixo temático imediato que desembocou nos movimentos empíricos de reconhecimento do campo da administração das culpas e punições, constituindo, desse modo, a face prática do pensamento político. Essas medidas de ordenamento prático voltadas para o funcionamento racional das punições e definição dos delitos configuraram grande parte do que o período entendeu como ação liberal. Por outro lado, o conjunto das ações empreendidas não apresentou qualquer intenção de transformação jurídica e civil na constituição social do Brasil, o que impôs um tratamento sinistro e taciturno sobre a organização da esfera social e econômica em vigor, sobretudo no tocante às relações escravistas.

7.1 Os (des)arranjos do debate político

Embora os estudos sobre a década de 20 sejam marcados pela ausência de consenso sobre os vários aspectos da construção da nação e do estado do Brasil, não houve divergência entre os estudiosos do Império do Brasil, ou de sua construção, acerca da matriz formadora de seus dirigentes. Segundo José Murilo de Carvalho, a educação superior foi poderoso elemento de unificação ideológica da política imperial. Para ele, a elite unificou-se a partir de três pontos básicos: o ter-se constituído em uma ilha de letrados num mar de analfabetos; a centralização na formação jurídica com o fornecimento de um conjunto homogêneo de conhecimentos e habilidades e, por último, a concentração, até a independência, da matriz doutrinária difundida pela Universidade de Coimbra e, após meados da década de 1820, pela sua difusão operada a partir de quatro capitais provinciais, ou ainda duas, se forem considerados apenas os estudos voltados para a formação jurídica. O autor lembra que a concentração temática e geográfica promovia os contatos pessoais e favorecia a penetração de um pensamento homogêneo, submetido ao estrito controle que os governos de Portugal e do Brasil mantiveram sobre as escolas superiores.⁷⁴³

Lúcia Maria B. P. das Neves, ao estudar a cultura política da independência entre os anos de 1820 e 1822, também salientou a influência da formação coimbrã sobre os pensadores do Brasil, dividindo o pensamento dirigente do Império em coimbrão e brasílico. Ao tratar o

⁷⁴³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

universo constituinte da elite e seu posicionamento frente ao movimento chamado “Regeneração Vintista” em Portugal, ela os categorizou em grupo coimbrão e grupo brasileiro, estabelecendo sua principal diferença na frequência aos cursos superiores de Portugal ou sua formação oriunda de seminários no Brasil. Percebendo a todos como participantes do mesmo debate, no entanto tributários de sua contextualização regional, em nenhum momento ela descuidou das origens e dos veículos de divulgação da cultura política luso-brasileira.⁷⁴⁴ Os abusos e privilégios do Antigo Regime foram alvo de crítica contundente nos folhetos políticos e nos jornais, mas as denúncias de desordem e desorganização feitas pelos “corcundas” também estiveram presentes.

Renato Leite estudou o pensamento radical no período e ressaltou o quanto a palavra “república” era mal vista, considerando que, “aliás, é também um fenômeno que ocorre com a palavra ‘escravo’.”⁷⁴⁵ Sem dizer explicitamente, o autor demonstra a proeminência de algumas formas de pensamento, dificultando no nascedouro que outros debates ganhassem a força de uma avalanche e provocassem rupturas menos toleráveis. A excitação política que movimentou o período admitia o debate de natureza política mais restrita, afastando a mais remota ameaça à constituição da ordem social vigente. Desse ponto, Renato Leite apresenta a crítica feita aos “perversos partidistas”:

[...] adoção de princípios quiméricos, absurdos, inconjugáveis com a forma de um Governo Monárquico, e que, apresentando uma aparente perspectiva de beleza, considerados teoricamente, são realmente inexecutáveis na prática e sobremaneira perigosos pelas funestas conseqüências que após si trazem.⁷⁴⁶

Ainda por viés diferente, mas estudando o pensamento político do mesmo período, Estilaque Santos ressalta que o debate político fora efervescente na primeira década do Império do Brasil, podendo mesmo assimilar o discurso liberal sob a constituição de um poderoso centro político à sombra da direção monárquica. A sobrevalorização da problemática política frente à recusa de um debate de cunho social ganha, nesse contexto, sua explicação e, quando a opção política se viu frente às possibilidades de profundas mudanças, o contágio das ideias regressistas foi inevitável.⁷⁴⁷

⁷⁴⁴ NEVES, Lúcia Maria Pereira das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.

⁷⁴⁵ LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.33.

⁷⁴⁶ *Ibidem*, p.285.

⁷⁴⁷ SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *A monarquia no Brasil: o pensamento político da independência*. Vitória: Edufes/CEG Publicações, 1999.

Para o mesmo período, o trabalho que aborda a implantação mais rigorosa do controle social como um caminho para a obtenção da estabilidade política em um novo estado, situação coincidente com o caso do Império do Brasil, foi intentado por Thomas Flory. Seu enfoque da política judicial se definiu sobretudo pela tensão entre as necessidades nacionais e os imperativos judiciais locais e, segundo o autor, isso, de forma mais abstrata, seria um estudo que focalizaria as relações entre o público e o privado.⁷⁴⁸ Sua pesquisa atenta para o fato de que a década liberal é uma parte da história do que a independência agregou ao período colonial e, para além disso, foi o modelo ao qual o conjunto de ideias políticas subsequente recorreu para criar uma concepção acerca do estado e do contexto no qual se interpretou o período colonial.⁷⁴⁹

A análise observa que o conteúdo do pensamento reformista no Brasil produziu um liberalismo incompleto, uma vez que não se produziu sem uma base de ideias. No entanto, essa base era separável em duas partes: o compromisso filosófico formal aprendido na Europa e o surgimento do pensamento liberal brasileiro com suas próprias modificações criadas a partir das necessidades brasileiras, sustentadas em apreciações nativas sobre a realidade do Império do Brasil.⁷⁵⁰ O clima de debate liberal produzia um experimento e dividia opiniões, não faltando aqueles que, nas vilas provinciais, se dissessem liberais.⁷⁵¹ Mas, do ponto de vista político e social, o cenário que despontava carecia de uma sustentação teórica mais consistente e, a despeito da efusiva literatura, colocando na paisagem política um vocabulário da revolução, as críticas ao Antigo Regime, apresentadas a partir de periódicos e folhetos, estudados por Lúcia Neves, estavam isentas de conotação social. A censura aos privilégios e abusos do Antigo Regime, temperada com o movimento constitucional, gerou grande discurso sobre a ordem, e o que dela sobreviveu foi uma grande preocupação jurídica sustentada, sobretudo, na racionalização das culpas. O Código Criminal, recebido como o estandarte do liberalismo no Império do Brasil, legou ao *habeas corpus* o lugar de sua mais poderosa

⁷⁴⁸ FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

⁷⁴⁹ *Ibidem*, p.19.

⁷⁵⁰ *Ibidem*, p.36.

⁷⁵¹ A maneira como o saber ou o ser liberal abria caminho para as queixas de caráter político, como as insatisfações não traduzidas em argumentos, prevaleciam na Vila de São João del Rei, dispondo em lados opostos os localismos em confronto. A disputa entre oficiais e os relatos de suas escaramuças chegavam ao Presidente de Província, apresentando comentários bastante significativos em torno do embate político. Ao denunciar o juiz de paz, Caetano Alves de Magalhães, o juiz ouvidor apresentou seu oponente como praticante de “inaudito atentado e mais completa e formal resistência contra a justiça [...]”, dizendo que “este homem (Caetano) conhecido há muitos anos pela sua miserável conduta pública e particular, acobertado hoje com o falso manto de liberal tem-se tornado o mais formidável bachá” (Cf. VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça*. Minas Gerais – século XIX. Bauru/SP: EDUSC; ANPOCS, 2004. p.101.).

demonstração de modernidade, ao mesmo tempo em que marcou o fim das concessões das cartas de seguro.

A formação de um tênue espaço público, através dos debates da imprensa, legou aos periódicos e folhetos a posição de escritos circuláveis, sobretudo em áreas urbanas. Os periódicos, transformados em meios de comunicação universal, apresentaram o debate, dividindo-o em concepções em torno das noções de despotismo, liberalismo, constitucionalismo, separatismo. No limite, polarizaram a separação entre corcundas e constitucionais com a adoção da oposição circunscrita aos conceitos de despotismo e liberalismo/constitucionalismo.⁷⁵² Entretanto, o movimento discursivo não abandonou as versões herdadas do Antigo Regime, e a questão da ordem, embora pouco presente nos periódicos, ocupou espaço privilegiado nas medidas adotadas.

O sintoma disso pode ser vislumbrado na Proclamação aos “Habitantes do Brasil”, feita por D. Pedro I, em julho de 1823, após a abertura da Assembleia Constituinte:

O governo constitucional que se não guia pela opinião pública ou que a ignora torna-se o flagelo da humanidade [...]. A Providência concedeu-me o conhecimento desta verdade: baseei sobre ela o meu sistema, ao qual sempre serei fiel. O despotismo e as arbitrariedades são por mim detectadas; há pouco vos acabei de dar uma prova entre as muitas que tenho dado. Todos podemos ser enganados; mas os monarcas poucas vezes ouvem a verdade, e se a não procuram ela nunca lhe aparece. Quando chegam a conhecer devem-na seguir, eu a conheci, isso fiz. Ainda que por ora não tenhamos uma Constituição pela qual nos governemos, contudo temos aquelas bases estabelecidas pela razão, as quais devem ser invioláveis: São elas — os sagrados direitos de segurança individual e de propriedade, e da imunidade da casa do cidadão — Se até aqui elas têm sido atacadas e violadas é porque vosso imperador não tinha sabido que se praticavam semelhantes despotismos e arbitrariedades, impróprias de todos os tempos e contrárias ao sistema que abraçamos — vós vivereis felizes, seguros no seio de vossas famílias, nos braços de vossas ternas esposas e rodeados de vossos caros filhos [...] Contai comigo, assim como eu conto convosco e vereis — a democracia e o despotismo agrilhoados por uma justa liberdade — Imperador.⁷⁵³

Na fala do Imperador, percebe-se a inflexão que a queixa geral sofreu, sendo, então, direcionada contra a violação de direitos e as assim chamadas práticas de despotismos e das arbitrariedades. E mais, elas não eram, de acordo com a fala do Imperador, próprias do

⁷⁵² NEVES, Lúcia Maria Pereira das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003. p.119-226.

⁷⁵³ PROCLAMAÇÃO Habitantes do Brasil. Rio de Janeiro: Imp. Nacional (1823) *apud* NEVES, Lúcia Maria Pereira das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)* Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003. p.108-109. (Grifo nosso).

sistema e tampouco eram perpetradas com a conivência do monarca, porque “(vosso) imperador não tinha sabido”. O discurso político, tratado como apelativo por Lúcia Neves, é, a nosso ver, mais do que isso. Ele se utiliza da fisionomia que o período atribuiu às noções de despotismos, privilégios e abusos. A crítica contra os abusos e privilégios tomou, em grande parte, a forma de censura aos oficiais e ministros da justiça, corroborada por ensaios que apresentaram a aplicação da justiça como o polo em que mais se praticavam os excessos do Antigo Regime.

O liberalismo no Brasil assumiu uma forma legalista, representada na condenação minuciosa de toda e qualquer prática anteriormente executada nos tribunais do Antigo Regime. Mesmo que a demanda de “justiça”, requerendo o fim dos “despotismos e arbitrariedades”, encontrasse sustentação na expectativa popular, há que se lembrar o caráter habitual de carrear para a esfera pública os conflitos que, em tempos posteriores, assumiram a categoria de questões privadas e vice-versa. Noutras palavras, há que ser lembrada a inexistência de distinção entre as esferas públicas e privadas: em uma forma de governo monárquico que, ao assumir a posição cabeça do corpo, esforçava-se para garantir o bem-viver entre seus súditos e tomara para si a função de arbitragem em conflitos apresentados nas instâncias locais e que nelas explodiam mediante a exploração das inúmeras brechas deixadas pela matriz doutrinária. Havia um fértil campo para os súditos apresentarem os mais variados tipos recíprocos de queixa.

Nesse contexto, encontra-se a motivação que instigou os praxistas a confeccionar um extenso trabalho, contendo informações minuciosas acerca da prática forense, recheadas com modelos de petições, marcadas com orientações sobre as condições das testemunhas, sobre a ouvida alheia, ao lado do caráter excessivamente prédicto que essa literatura jurídica apresentou.

Pereira e Sousa, recebido por Lobão como o apresentador de regras fechadas, pois se teria dedicado a “tratar o direito como isento de dúvidas doutrinárias”, atendera a uma necessidade bastante cara e requerida em seu tempo: responder aos anseios de soluções técnicas para potencializar o funcionamento prático da vida forense. Organizar a matriz doutrinária portuguesa em um texto “compendioso e sintético” fora tema recorrente no debate jurídico desde os trabalhos de Sampaio, publicados na década de 90 do século XVIII. A insistência na apresentação de formas doutrinárias mais práticas, capazes de criar os conhecimentos técnicos necessários para a diminuição do poder interpretativo da lei, fora o movimento que estivera na base da formação intelectual da elite governante no Império do Brasil na década de 20. A grande investida em prol do fortalecimento do estado era contra os,

até então, monopolizadores do conhecimento doutrinário, os reconhecidos doutores e glosadores.⁷⁵⁴

A penetração que tais ideias já manifestavam na década de 1820, de ambos os lados do Atlântico, estaria refletida no pensamento dos magistrados,⁷⁵⁵ indicando, portanto, o vigor das investidas e orientando o contexto político e intelectual em que as memórias sobre o funcionamento da justiça devem ser lidas. O tratamento isolado dessas memórias conduz a uma percepção histórica acrítica, e entendemos que as noções correntes que defendem a ausência de efetividade do tratamento judiciário acabam tributárias de uma leitura incompleta. A literatura jurídica que tratou o tema da justiça como o mais genuíno território dos abusos, pelo menos da parte de alguns, estava repleta dessa organização conceitual e sofria os limites funcionais impostos pela matriz doutrinária. Ao apresentar um quadro de denúncia de total desorganização da aplicação da justiça, ela revelava sua dimensão política. Essas memórias jurídicas seriam recebidas acriticamente por historiadores, que delas se utilizariam como argumento para a defesa de teses sobre o mau funcionamento da justiça colonial.⁷⁵⁶

A observação dos processos criminais contribuiu para essa compreensão, demonstrando que, nas situações em que os acompanhamentos jurídicos se mostravam presentes, os abusos não apareciam, e que, ao contrário, havia um esforço recorrente de forçar o cumprimento da ordem do processo ordinário. O traslado dos autos entre Anastácio Mendes dos Santos e Manoel José de Coelho, que foram apelados do Juízo da Vila de São João del Rei para o Tribunal da Casa de Suplicação do Brasil, sediado na Corte do Rio de Janeiro, no ano de 1819,⁷⁵⁷ apresenta um processo-crime que gerou um conjunto volumoso de autos, nos quais as partes muito se debateram para comprometer-se mutuamente. As partes, nesse processo judicial, eram dois fazendeiros, moradores na Freguesia das Lavras do Funil, e, tal como foi observado, esse processo-crime resultava das desavenças locais, e, acompanhando a

⁷⁵⁴ O papel dos glosadores rechaçado com o movimento de divulgação de um conhecimento técnico encontra exemplo nas intenções legisladas na lei da Boa Razão.

⁷⁵⁵ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980; SANTOS, Estilque Ferreira dos. *A monarquia no Brasil: o pensamento político da independência*. Vitória: Edufes/CEG Publicações, 1999.

⁷⁵⁶ Um longo debate permeia esse tema que já ganhou vários resumos. Para conferir algumas boas abordagens sobre a filiação interpretativa, ver DIAS, Maria Odila. A interiorização da metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986; LARA, Silvia H. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005. p.21-38 e FURTADO, Júnia. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH; SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE HISTORIOGRAFIA MINEIRA. ICAM. Belo Horizonte, 2004.

⁷⁵⁷ AMRSJ. Processo-crime, caixa 23, doc. 04, 1819. Anastácio Mendes dos Santos e Manoel José dos Santos.

tendência observada, o processo tivera origem em brigas de terras e provocações interpessoais.

Em uma denúncia Anastácio, homem branco, acusou o réu, Manoel, de portar “armas curtas”, usando-as para desafiar pessoas e por isso foi denunciado e preso. Embora o réu tenha apelado da pronúncia, o autor acionou seu direito de colocar o libelo de acusação pelo crime, alegando que esses “atrocíssimos delitos” seriam mais bem explicados nos artigos de seu libelo, no qual ele exporia “melhor seus sentimentos”. Em outra passagem do imenso processo, o autor acusante sugeria que Manoel Coelho era sujeito afeito a brigas, que já havia montado emboscada em um caminho para assassinar a Luis Antônio Ribeiro e apenas não o fizera porque não conseguira: no momento exato chegaram pessoas que o impediram de praticar o crime. É claro, o réu negou, e esse artigo do libelo fora condicionado à apresentação da lista de nomes dessas pessoas.

A mesma sugestão do autor já estivera presente no auto da querela, em que, dentre outras queixas, foi dito que o réu o desafiava com palavras atrozes, pois era “revoltoso e valentão, que não teme a Deus e nem as leis de Sua Majestade”. Sugeria, também, que o réu era um assassino. O processo se estendia, com as partes na disputa para demonstrar que o rival era desordeiro. Sem direito a carta de seguro, Manoel foi preso, embora o tamanho do processo e a defesa argumentada em seu nome demonstrassem que não se tratava de um dos desclassificados e fugitivos da justiça, comuns no cenário social mineiro. Acontece que o porte de armas era um dos crimes que não permitia o livramento em liberdade concedido pela carta de seguro.

O autor da querela ainda denunciara que sempre fora atormentado pelo réu e “que, em respeito às justiças, não tem procurado a vingança própria”, e “por conhecer os meios a que deve recorrer”, sabendo que pela lei o uso das armas é proibido, ele recorreu à justiça de Sua Majestade para, através da pessoa do juiz, a denúncia ser distribuída.⁷⁵⁸

Isso colocava em pauta a natureza da carta de seguro. Ela existia desde tempos imemoriáveis da história do reino português e, mesmo em períodos de legitimidade da justiça privada, servira para evitar os excessos de vinganças entre famílias. Ora, observa-se que o autor acusava o réu de usar as armas para fazer desafios. Esse fora um dos crimes mais rechaçados pela jurisdição criminal, e, desde que a justiça real vinha, gradualmente, intervindo no direito das partes, o que mais se condenava era a insistência na manutenção da

⁷⁵⁸ Livro de querela, códice 4, folha 43v e 44, ano de 1819.

justiça privada. Volta à tona o exercício do direito das partes, apresentando-se bem resguardado pela justiça régia nesse processo.

Solicitava-se, por parte do réu, que o processo saísse da instância do juiz de fora, e subissem “os autos para o Juízo da Ouvidoria”, porque a contrariedade do libelo colocada em audiência não havia sido deferida, pois o juiz de fora era “pela lei impedido na dita causa”, em razão de haver feito e assinado o mesmo libelo. O processo foi parar nas mãos do Desembargador Manoel Ignácio de Mello e Sousa, ocupante da cadeira de ouvidor da comarca do Rio das Mortes.

Acompanhar os passos profissionais e o pensamento do desembargador pode ser uma das formas de situar os arranjos e desarranjos do pensamento político com viés liberal na década de 1820, no Império do Brasil. O desembargador, figura ilustre, detentor de carreira política tecida nos meandros predominantes, exerceu amplamente as funções de julgamento e atuou como promotor das formas de desenvolvimento requeridas naquele momento. Saint-Hilaire lembrou que a Santa Casa de Misericórdia, em São João del Rei, esteve abandonada e assinalou que Luccock atribuiu a revitalização ao cuidado do magistrado, ouvidor na comarca, Manoel Ignácio Mello e Souza.⁷⁵⁹

⁷⁵⁹ SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941. p.204.

7.2 O desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza

O texto sobre a organização da justiça em Minas Gerais, escrito pelo desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza apresenta tendência legalista e classifica a justiça da província mineira como herdeira do Antigo Regime.⁷⁶⁰ O desembargador abominou o “deplorável estado da prolongada prática dos processos forenses” e preconizou “urgente necessidade de sua reforma” em 1827. Nesse caso, observa-se a dificuldade ainda persistente de instauração de uma noção de direito individual e positivo, marca tal que se manterá mesmo depois do Código Criminal do Império, época em que ainda muito se insistiria na determinação positiva do crime e de sua punição. Os estudos sobre a organização da justiça no Império do Brasil demonstram o fetiche exercido pela ordem, sustentado em amplo desejo de seus usuários, embora ela nunca tenha sido alcançada nos termos pleiteados.⁷⁶¹

Manoel Ignácio de Mello e Souza foi sujeito marcante no cenário local da Vila de São João del Rei, e sua carreira apresenta indicativos de seus vínculos políticos. A atuação como ouvidor na comarca do Rio das Mortes esteve combinada com a utilização do espaço da vila como sede para o funcionamento do governo legal, em 1833.

O desembargador, depois barão de Pontal, exerceu o cargo de presidente da província no período de 22 de abril de 1831 até 23 de janeiro de 1833, época que assistiu à publicação do Código Criminal e do Código do Processo. Intercalando esse mandato com o desembargador Bernardo Pereira de Vasconcelos, retornou para o segundo exercício em 21 de fevereiro de 1833, para uma vigência de governo até 04 de julho daquele ano, ainda que parte desse mandato fosse marcada pela dupla governação. O terceiro mandato, a partir de 11 de maio de 1835, contou com seu exercício na condição de vice-presidente com duração inferior a 30 dias.

Esteve muito próximo do calor das agitações do ano de 1833, quando seu exercício foi substituído com a ameaça do tenente-coronel Manoel Soares do Couto, vice-presidente “intruso, aclamado na sedição militar que irrompeu em Ouro Preto, na noite de 22 de março”.⁷⁶² Na qualidade de presidente efetivo, Mello estava ausente em Mariana, restando os encargos de tomada de decisão frente ao movimento militar ao seu vice Bernardo Pereira de Vasconcelos. No dia 05 de abril, a resposta à ameaça aplicada pelos rebeldes foi a instalação

⁷⁶⁰ RAPM, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano III, 1898.

⁷⁶¹ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça*. Minas Gerais – século XIX. Bauru/SP: EDUSC; ANPOCS, 2004.

⁷⁶² RAPM, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano I, p.3-21, 1896.

do governo legal na Vila de São João del Rei, onde reassumira, cinco dias depois, o presidente Mello e Sousa. Ali permaneceu governando até 26 de maio, quando retornou para Ouro Preto, já “evacuada dos sediciosos” e “continuando o governo legal”.⁷⁶³ Esse episódio esteve relacionado aos acontecimentos políticos evidenciados na revolta militar, conhecida como a Revolta do Ano da Fumaça.⁷⁶⁴ A escolha de São João del Rei para sediar o governo da resistência foi propiciada pelos possíveis apoios ao exercício de Manoel Ignácio e pode ser entendida como resultado dos vínculos sociais construídos no exercício da magistratura na vila.

Vejamos o que escreveu, no ano de 1827, o desembargador sobre a administração da justiça em Minas Gerais. Sua memória surgiu do encargo de emitir o parecer sobre a execução e cumprimento da Portaria de 24 de setembro de 1824, em que o Presidente da província recomendou a “remessa de huma relação circunstanciada” do estado vigente do funcionamento da justiça, a partir dos núcleos locais. O texto registrava o pedido de que ele trabalhasse com as informações provenientes das instâncias e repartições, “declarando os abusos que se devam evitar, os melhoramentos, e reformas que pareçam”. Seu parecer confirmou a existência de um clima de queixa generalizada no tocante à administração da justiça, apresentando as dificuldades interpostas ao seu trabalho. Ao mesmo tempo, confirmou a existência insatisfeita de um desejo de racionalizar as práticas judiciais. Os entraves para a satisfação da expectativa estariam representados nas inúmeras dificuldades, segundo o desembargador:

Expor e declarar todos os abusos introduzidos na Prática e Processos judiciais seria difícil a quem conhece a multiplicidade das Leis, Alvarás, Provisões e Assentos da Casa de Suplicação e Ordens diversas porque foi estabelecida, alterada, e acrescentada, bem como o diferente modo porque se tem abusado de cada huma dellas segundo a ignorância, dolo, ou malícia dos empregados no exercício do foro. A falta porém dos conhecimentos necessários para cumprir tão penosa tarefa, a brevidade do tempo concedido para satisfazer este dever apenas permite que percorrendo pelos diferentes juízos existentes nesta Província eu toque alguns abusos dos mais frequentes e quantos sejam bastante para mostrar o deplorável estado da prolongada prática dos Processos Forenses, e a necessidade urgente de sua reforma.⁷⁶⁵

⁷⁶³ RAPM, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano I, p.3-21, 1896. p.10.

⁷⁶⁴ Sobre o assunto, conferir GONÇALVES, Andréa Lisly. Liberais e conservadores na construção do Estado Nacional Brasileiro: Minas Gerais, 1831-1842. In: ANAIS ELETRÔNICOS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. ANPHUH, 2006. Sobre as questões relacionadas à ordem, ver VELLASCO, Ivan. *As sedições da Ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça: Minas Gerais - século XIX*. São Paulo: Edusc, 2004. p.105.

⁷⁶⁵ RAPM, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano III, p.5-22, 1898. (Grifo nosso).

Essas palavras do desembargador podem ser entendidas à luz das expectativas da ordem, sem concluir, de imediato, que tudo funcionava em um completo caos. Se considerarmos as atitudes dos atores históricos, antes de serem enquadradas em ato criminal ou cível, como um momento de ação de sujeitos historicamente socializados, e pensarmos o tempo da execução processual como subsequente, portanto um segundo tempo, observa-se o efetivo descompasso entre os dois tempos. A ação do feito desequilibra o tempo da ação judicial. Isso ocorre como resultado de uma combinação de fatores exemplificada nas palavras do desembargador. Em primeiro lugar, ele se queixa do vasto código legal que informa o processo judicial, em seguida, ele observa que os empregados do foro conviviam com vários motivos que lhes poderiam levar ao “abuso” na ação criminal. Ressalta que os problemas adviriam de “ignorância, dolo, malícia”. Ele mesmo reclama que seu trabalho não recebeu tempo apropriado e, embora tenha visto e examinado alguns documentos enviados, faltava “o que respeita a Junta de Justiças, a Junta da Fazenda Pública, aos Intendentes do Ouro nas Comarcas, ao Guarda Mor Geral, substitutos”. Estendeu ainda sua lista de ausência de documentos para os juízes eclesiásticos e seus oficiais, aos delegados do físico e cirurgia-mor, subdelegados e seus escrivães. Ficou claro que a exigência funcionou principalmente no juízo contencioso do crime.

Ao pente fino do desembargador nada escapou. Discutiu, dentro do rótulo de administração da justiça, questões relacionadas à junta de justiça, à junta da fazenda pública, à provedoria da comarca, à administração das rendas das câmaras, afunilando, nesse aspecto, sua reflexão para os assuntos de “ruína de calçadas, ruas, caminhos, o miserável estado da educação e criação dos expostos”. Continuou sua incursão pelos trabalhos das câmaras, percorrendo sobre as despesas de festas, apresentando, nesse quesito, as situações relacionadas ao orçamento e prestação de contas. O desembargador apontou a existência dos “abusos”, escrevendo que “se as rendas diminuíram algum tanto, muito mais as obras públicas, o que mostra a pior administração procedida da indiferença, omissão e dolo dos administradores”.⁷⁶⁶

A listagem das questões de administração da justiça foi acrescida com os problemas gerados pelas contas dos testamentos, ressaltando “os iguais abusos” dos párocos, que não exaravam a lista dos falecidos com testamento, denunciando que o “juramento de calúnia” era deferido a qualquer indivíduo que apresentasse os testamentos. Ainda mais extensa se mostrou a lista dos abusos, quando o desembargador denunciou a atitude de escrivães como autores de certidões triplicadas, pelas quais recebiam emolumentos. Continuou denunciando a

⁷⁶⁶ RAPM, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano III, p.5-22, 1898.

Provedoria dos Ausentes com os problemas de heranças e inventários, até apresentar as omissões praticadas no nível das ouvidorias. Inseriu, no seu relatório, os problemas com a guarda-moria de terras e águas minerais, afirmando que, “contudo, tem o abuso posto em esquecimento o procedimento verbal, e de tal forma alongado o judicial”, que somente se decide qualquer questão, depois de muitos anos e repetidas vistorias, “com prejuízo da parte e atraso da mineração”. O intendente da Casa de Fundição, substituído pelo juiz de fora, a partir de 1813, e os juízos de sesmarias foram tema de seu parecer, bem como sua discussão sobre a atuação dos cirurgiões que subdelegavam suas funções em trabalhos a serem executados nas comarcas, considerando o desembargador que “os abusos praticados nesta administração excedem a toda a expressão”. Subsequentemente, tratou dos juízes eclesiásticos com jurisdição sobre causas propriamente eclesiásticas e mistas, para, somente, então, discorrer sobre as questões propriamente criminais, voltando-se, ao final de suas memórias, para os juízes de órfãos.

Na verdade, o documento corrobora uma insatisfação contundente com a administração em geral, e a contemporaneidade dos problemas por ele relacionados nem sempre ganhou a mesma proporção. Falar sobre problemas de terras minerais era, para o desembargador, menos atual do que falar sobre as sesmarias e seus conflitos, em pleno movimento de ocupação de terras na região e no Vale do Paraíba, e sobre a concessão de sesmarias na região do Rio Doce.⁷⁶⁷ Por outro lado, relacionar a justiça costumeira também era um pouco desatualizado, muito embora ela pudesse assumir a função de boa condutora na finalização dos conflitos. Segundo o desembargador:

As câmaras tão bem administram a justiça nas injurias verbais, fundos módicos, e nas appellaçoens interpostas dos almotacés, mas abuzo que fazem das mais poderosas obrigações empostas pelo seu Regimento lhes fez perder toda a opinião pública, e talvez seja cauza de não recorrerem os Povos a sua decizão [...].⁷⁶⁸

No entanto, a crer nas palavras do parecerista, o tempo de duração dos processos e a necessidade da reforma da prática forense representaram os pontos mais críticos. Segundo ele, o juízo contencioso dificilmente conseguia agir sobre as dívidas públicas, demonstrando que os juízes, impotentes diante do caos administrativo da fazenda, repassavam para a Junta da

⁷⁶⁷ Sobre a construção de uma elite possuidora de terras na região do Paraíba e sul de Minas, Lenharo apresentou a política de unificação do centro-sul por D. João, pródigo na concessão de terras e títulos para os brasileiros que o acolheram (Cf. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.). Segundo o próprio desembargador, no Vale do Rio Doce, a distribuição de sesmarias gerava demandas em função de uma divisão de terras feita de modo irregular.

⁷⁶⁸ RAPM, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano III, p.14, 1898.

Fazenda Pública as causas ligadas à arrecadação dos direitos nacionais. Para o descumprimento das dívidas públicas, havia uma miríade de jogadas, das quais o recurso ao embargo e o prolongamento do processo foram as mais efetivas. Enquanto não havia sentença, os bens permaneciam nas mãos dos autuados.

Enfim, o texto evidencia o caráter social das desavenças e o grande esforço empreendido em sua racionalização e controle, sem contar o quanto todos esses temas se transformavam nas notícias dominadas pelo “público e notório”, na oitiva alheia, na revalidação das solidariedades já construídas, nas brechas para a criação de novas alianças, no papel dos agregados como “useiro e viseiro” de testemunhar, ou na irritação das vizinhanças com os “useiros e viseiros”, por pularem quintais alheios, nas brigas de casais, nas mortes, assaltos e fugas de prisão. Tudo isso culminava no quadro social, cuja transformação era impedida pelas exiguidades materiais, que dificultava a execução criminal e impelia os aos oficiais a viver à caça dos seus presos e devedores da ordem pública. Todos os processos criminais demonstraram a aquecida vivência social em face da matriz doutrinária.

O desembargador descreveu a rotina dos processos ordinários seguindo a ordem da citação inicial e depois a distribuição, as audiências, os direitos de embargos, as dilações, o libelo, a contrariedade em réplica e tréplica, as exceções, denunciando o já conhecido prolongamento dos processos. No entanto, ele mesmo admite que “a limitação da *Ordenação* se tem ampliado abuzivamente” e quase sempre que “alguma das partes não se conforma com qualquer despacho, produz artigos ou razoes de embargos”. Isso confirma o que se veio até aqui argumentando.

A já constatada extensão dos processos, com expedientes de requerimento de declarações, também foi comentada pelo desembargador. A situação dos processos-crimes estudados, em que as partes vão requerendo as declarações de processos anteriores e cópias de devassa, querela, divórcio, certidão de inventário, foi tema das preocupações na memória. Ao estudar os tempos de duração dos processos, Ivan Vellasco encontrou dados bastante elucidativos. Segundo ele, o tempo transcorrido entre a abertura até o término do processo, no período entre os anos de 1808-1841, manteve a média de aproximadamente três anos (954 dias), passando para uma média de aproximadamente um ano, após o ano de 1842 até o final do Império. Ele afirma que “há uma redução inequívoca do tempo de processamento no judiciário”.⁷⁶⁹

⁷⁶⁹ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça*. Minas Gerais – século XIX. Bauru/SP: EDUSC; ANPOCS, 2004. p.137.

Estabelecer uma comparação entre a sua concepção de justiça e a atuação nos processos descritos, exemplos ilustrativos de desavenças locais, contribui para entender o que esses intelectuais vivenciaram e o motivo que os levou a considerar a justiça tão desorganizada. Acreditamos que não se podem assumir acriticamente as palavras do desembargador, embora suas argumentações sejam corroboradas pela realidade da prática processual escrita. A escassez de meios, a inexistência de um campo autônomo de atuação do judiciário e, principalmente, as diretrizes de justiça misericordiosa são entraves interpostos à prática judicial que não podem ser esquecidos. A expectativa de solução prática dos conflitos, os desejos de vingança carreados para as ações judiciais funcionavam apenas na cabeça dos usuários do juízo contencioso. As montagens de autos incomuns, as divergências que opunham radicalmente os relatos de testemunhas lançavam os magistrados em um mar de inusitadas situações, envoltas em muitas disputas de poder. Muitas vezes, não havia a emissão de sentença.

Ivan Vellasco apresentou a sedição do juiz de paz em 1832, na Vila de São João del Rei, mostrando quanto o nível provincial do debate afetava as situações locais. A disputa empreendida por Caetano Alves de Magalhães ao cargo de juiz de paz apresentou a bipolarização que posicionou, de um lado, a Câmara Municipal da Vila em situação de sua aliada e, de outro, o juiz de fora juntamente com o ouvidor da comarca como seus opositores.⁷⁷⁰ Uma vasta correspondência com o Presidente de província evidenciou o confronto, e o mais curioso é que o Presidente estava de posse de minuciosas informações sobre a vida judicial do juiz de paz. Ele fez referência a uma briga em Lagoa Dourada, onde Caetano Alves de Magalhães recebera um tiro e que gerou um processo criminal estudado nesta pesquisa.⁷⁷¹ Ele não sabia que Caetano Alves de Magalhães entrara como testemunha em outro processo, também analisado nesta pesquisa, o que demonstra que o juiz de paz, identificado por Vellasco, tinha larga experiência nos trânsitos judiciais.

Considerando-se a construção do projeto de nação sob o jugo majoritário dos magistrados, não seria difícil aceitar que eles não se mostrassem muito afeitos às questões comuns envolvendo homens menos intelectualizados. Os idealizadores da ordem não conseguiam perceber o componente social envolvido nas demandas criminais, e, para esses

⁷⁷⁰ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As sedições da Ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça*. Minas Gerais – século XIX. Bauru/SP: EDUSC; ANPOCS, 2004. p.91 *et seq.* Ver o capítulo “Juizes e Magistrados”.

⁷⁷¹ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Caetano Alves de Magalhães e Miguel Teixeira de Carvalho, 1829. Cf. CARDOSO, Maria Tereza Pereira. *Lei branca e justiça negra: crimes de escravos na comarca do Rio das Mortes*. (Vilas Del-Rei, 1814-1852). 2002. 263f. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, SP, 2002. p.108.

magistrados intelectualizados, somente restava classificar as situações que viam e sobre as quais tinham de trabalhar, como elementos de grandes abusos e desordem. Isso pode ser comprovado no estudo efetuado por Wlamir Silva, no qual o historiador procurou detectar a pedagogia da ação moderada no projeto sobre a escravidão. Wlamir Silva deixou claro que a metáfora da escravidão demonstrou a oscilação liberal ao tratar o escravo como infantil ou vicioso, que requeria, respectivamente, a filantropia ou o tratamento pautado na demanda de vigilância.⁷⁷²

Como alvo do controle e filantropia, a escravidão se transformava em objeto da sedução da ordem. Essa percepção colocava os senhores de escravos na mira do controle do estado, que passou a vigiar o tratamento reservado aos seus cativos e a estabelecer limites para os delitos, muitas vezes cometidos pelos senhores, de juntar-se com os escravos e resolver questões de caráter privado. O surgimento da lei que arrogava às câmaras o controle sobre o tratamento dado pelos senhores aos seus cativos, rompendo a lei costumeira de domínio privado sobre os escravos, também foi parte do desejo racionalizador. Ela foi transcrita no livro da câmara pelo punho do escrivão, garantindo assim que não caísse num rol de leis pouco conhecidas ou de conhecimento tardio.⁷⁷³

Nesses termos, Flory parece tocar no quesito fundamental do funcionamento imediato da nação independente, ao defender que as bases locais da justiça exerciam a função de pedra angular para a construção de qualquer estado. A necessidade de instrumentalizar os aparelhos independentes e investir os oficiais locais para lidar com o pensamento jurídico interno, a partir da ruptura colonial, transformou o tema em motivo de amplas discussões no nascente Império do Brasil. O desaparecimento do simbolismo exercido pela monarquia portuguesa, quer fosse pelo poder de acionar o exíguo aparelho coercitivo, quer pelo exercício do perdão e graça régia, lembranças frescas e alimentadas pela recente proximidade experimentada com a presença da monarquia portuguesa em terras brasileiras, imprimia dimensões ampliadas ao problema da organização local do funcionamento jurídico.

O cerco em torno dos culpados foi apertado pelo acionamento local dos serviços coercitivos, representados nos esforços de conhecimento do mapa dos delitos, das prisões efetuadas e dos cargos oficiais de justiça, para, em seguida, ser instituído o cargo de juiz de paz. Os serviços das penas receberiam um novo impulso, e as cartas de seguro, fruto das

⁷⁷² SILVA, Wlamir. Infantil e vicioso: a identidade escrava para o liberalismo moderado mineiro do período regencial. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA: GUERRA E PAZ. Londrina: ANPUH, Editora Mídia, 2005.

⁷⁷³ Lei de 1º de outubro de 1828, artigo 16. Arquivo da Câmara Municipal de São João. Códice ORD n.132 1828-1841.

graças e do juízo voluntário, teriam os seus derradeiros anos. Enquanto os trabalhos preparativos do Código Criminal publicado em 1831 se desenrolavam, o exercício da função de juiz de paz transferiu as funções de conciliação para a esfera local. A conciliação e o perdão, antes exercidos pela monarquia portuguesa pelas mãos do juízo voluntário, passaram ao exercício de base estritamente local, por pessoa submetida ao processo eletivo. Diante disso, compreende-se que, historicamente, os oficiais praticantes da oferta do serviço de Sua Majestade disseminassem uma visão que rejeitava as formas organizativas vigentes no Antigo Regime, afirmando que a justiça aplicada era tributária de uma imensa desorganização, e, no reverso dessa noção, é também possível acreditar que a aceitação da presença de fortes componentes sociais nas brigas e ameaças à ordem, habitualmente transformadas em processos, fosse algo distante daquele momento histórico.

7.3 O debate geral e os localismos na aplicação da justiça

A partir da metade da década de 1820, foi instaurado um expressivo arrocho na perseguição aos criminosos, demonstrando que uma das insatisfações apresentadas pelo Império do Brasil relacionava-se com a aplicação da justiça. Seguiu-se uma rigorosa e permanente repressão policial, na qual a fuga dos presos foi severamente condenada, transformando-se em sinal de desmoralização. A movimentação de correspondências demonstrou que os oficiais foram acionados para prestarem conta do número de prisioneiros e réis de culpados, produzindo uma efusiva documentação criminal. As atitudes de racionalidade administrativa foram inauguradas com a Portaria de 07 de março de 1825, em que se buscava o conhecimento do provimento de cargos de justiça, requerendo os nomes com as lotações dos ofícios de justiça para as diversas comarcas. Esse procedimento gerou uma listagem que foi enviada ao Presidente de província, produzida pelo escrivão de Sabará, o Visconde de Caeté, em nome do ouvidor da comarca Antônio Augusto Monteiro de Barros. Ele se dizia persuadido de “ter cumprido as ordens de V. Exa. relativamente aos ofícios de justiça” e que as lotações “já foram enviadas em 15 de abril, 25 de junho e 04 de agosto de 1826”. Seguiu-se a essa listagem dos “presos entrados nas cadeias da Comarca nos anos de 1823, 824, 825”. O ouvidor destacava na correspondência que a marcha prescrita era a prevista na legislação e “que, se, porventura, ocorrem alguns abusos inseparáveis da

imperfeição humana, são de mui pequena monta”.⁷⁷⁴ Acrescenta ainda que isso estava corroborado pela “tranquilidade pública da Comarca, baseada além disso na assídua aplicação de seus laboriosos e morigerados habitantes às suas respectivas industrias”.

A determinação de “Sua Majestade Imperial”, datada de 29 de maio de 1826, provocou outro conjunto de correspondências, envolvendo o Presidente de província, os ouvidores de comarca, acionando os registros de escrivães e tabeliães, através dos juízes de fora. A rede acionada ganhou continuidade com o exercício do juiz de fora que ordenou “mandar que os escrivães do judicial e crime deste juízo, dêem ao pé desta uma relação circunstanciada, e autêntica de todos os presos entrados nas cadeias” nos anos de 1823, 1824 e 1825, na Vila de Caeté, em 14 de janeiro de 1827.

No dia seguinte, o tabelião da Vila da Rainha listava os presos. Registrando o já conhecido caso de arrombamento de cadeia, o tabelião João Gualberto da Silva noticiava que fora aberta uma devassa pelo arrombamento da cadeia daquela vila, saindo dela pronunciado o escravo André. No entanto, ele afirma que o escravo já estava preso e “foi por ele recomendado na prisão em que se acha por ser quando teve notícia”. Ou seja, o tabelião procurava demonstrar a coerência entre as culpas nas devassas e a existência de presos, o que também indica que os criminosos sempre tiveram os oficiais em seu encalço.

Cumprindo as exigências, o segundo tabelião de Vila Nova da Rainha prestava contas de suas responsabilidades, dizendo que, nos anos de 1823 e 1824, “em (meu) cartório não consta de processo algum em que fosse indivíduo preso por crime, e viesse as cadeias desta Vila do Caeté”.⁷⁷⁵ Para o ano de 1825, ele descrevia uma situação, justificando que a devassa em seu poder, quando, em 14 de fevereiro de 1825, “lhe fora por cópia distribuída”, já havia gerado a punição, e o réu já se encontrava preso. No mês de maio, por mandado judicial, o réu fora recomendado, e, no dia 17 de janeiro de 1826, o réu fora remetido “com a própria culpa para a cadeia da cabeça da Comarca por bem do provimento de Correção deixado na mesma devassa” pelo ouvidor e corregedor. O mesmo tabelião respondia, ainda, que o réu, prisioneiro pelo crime de morte, “pronunciado, e recomendado por ele escrivão na dita prisão em que se achava”, foi remetido com “a própria culpa para as Cadeias da cabeça da Comarca”, no mesmo dia de janeiro, “também por provimento deixado na mesma devassa” pelo ouvidor e corregedor “em correição”. Essas respostas demonstram que foi cobrado dos escrivães mais do que apenas registrar os processos. A exigência das “relações circunstanciadas dos presos”

⁷⁷⁴ RAPM, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano XVII, p.272, 1912.

⁷⁷⁵ RAPM, *loc. cit.*

impôs aos oficiais de justiça uma responsabilidade de acompanhar a vida carcerária dos processos a eles distribuídos.

Com data de 14 de abril de 1827, outra listagem de presos foi remetida da Vila do Príncipe “em cumprimento ao ordenado” pelo Vice-Presidente da província de Minas, feito “no seu ofício de 29 de outubro do ano próximo passado”. A lista nominal dos presos “entrados na cadeia da Vila e de Minas Novas”, nos anos de 1823, 1824 e 1825, não foi confeccionada mais cedo “pela demora da (cadeia) de Minas Novas e do Julgado da Barra”, e acrescentava o escrivão “que ainda (me) não foi remetida apesar das instâncias” com que ele as vinha requisitando. De maneira semelhante, o ouvidor da comarca do Ouro Preto, em 28 de junho de 1826, respondia ao senhor Vice-Presidente da província que tinha “a honra de levar à presença de V. Exa. a relação dos presos que entraram na cadeia” da comarca, “com as declarações espirituadas na ordem que se (me) dirigiu e este respeito”.⁷⁷⁶

Seguindo as ordens das correspondências, o segundo tabelião Joaquim Eugênio Gonçalves Pires, da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas do Arassuhay também remeteu sua listagem em 03 de março de 1827. Nela certificou que estava a “fazer a relação em observação da portaria que (lhe) foi apresentada pelo Alcaide da Vila”, afirmando que foi passada pelo juiz de fora e órfãos Francisco Lourenço de Freitas. O mesmo tipo de relação de presos foi emitido pelo Juízo da Ouvidoria da Vila do Príncipe da comarca nos anos de 1823, 1824, 1825.

O atendimento às solicitações sucedeu-se um após outro, com emissão de informações sobre o estado geral da província, mas nenhum superou o apresentado pelo então ouvidor Antônio Paulino Limpo de Abreu, em 20 de abril de 1826, respondendo pela ouvidoria e corregedoria da Vila do Paracatu.⁷⁷⁷ Ao Presidente da província, Barão de Caeté, ele, com honra, remetia as certidões, “conforme o ofício de V. Exa, datado 09 de novembro passado”, acompanhadas de cópia da “portaria expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, em 20 de outubro antecedente”.

Juntou-as no documento de número 1, em que relacionou os presos que entraram na cadeia da vila desde o ano de 1823 até o de 1825, “com todas as declarações determinadas”.

⁷⁷⁶ RAPM, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano XVII, p.277, 1912.

⁷⁷⁷ Os cuidados do ouvidor corregedor não foram em vão, pois Antônio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté, apresentou uma carreira típica dos magistrados no Império. Após a estadia de cinco anos em Portugal, onde chegou em 1815 para licenciar-se na Universidade de Coimbra, em 1820, retornou ao Brasil e foi nomeado, em 1821, para ocupar o cargo de juiz de fora na Vila de São João del Rei, quando então concedeu carta de seguro a Germano José Cordeiro. Depois, foi elevado ao cargo de ouvidor de Paracatu, em 1823, cargo ocupado quando emitiu as informações requeridas no ofício do Presidente em resposta à portaria expedida pela secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, em 20 de outubro de 1825. (Cf. em “Notícia sobre o Visconde de Abaeté”. *RIHG*, Rio de Janeiro, Typografia Universal de H. Laemert, Tomo LVII, Parte I, 1884.)

E, para percebê-las com maior facilidade, as fez constar em um mapa, de número 2, nelas registrando todas as “circunstâncias exigidas”. Ponderou, ainda, ao Presidente de província, “que os presos dos Julgados (ao menos os de delitos graves) costumam ser remetidos para a cabeça da Comarca, por isso que em nenhum deles há cadeia segura”.⁷⁷⁸ Por esse motivo, Antônio Paulino Limpo de Abreu entendeu “não dever demorar a expedição deste negócio, enquanto esperasse pelas certidões” que ele permanecia solicitando a cada juiz ordinário, e assegurava que, “se inovarem alguma coisa a este respeito”, ele as levaria à presença do Presidente logo que as recebesse.

Imediatamente, ordenou ao escrivão da ouvidoria que revisitasse o livro dos “Assentos dos presos e o de Alvarás, de soltura, e as Devassas, Sumários e livramentos respectivos”, e passasse “por certidão ao pé desta”. Exigia que das certidões constassem os nomes de todos os presos, desde o ano de 1823 até 1825, declarando o dia, mês e ano da prisão, em segundo lugar, viesse a culpa de cada um, em seguida, “quais os que tem sido relaxados da prisão e por que modo com a declaração do dia, mês e ano da soltura”, resumindo a entrega das sentenças e o mencionado Juízo por onde foram proferidas.

A ordem de cumprimento foi atendida e o escrivão respondeu dentro do mesmo rigor, dizendo que o carcereiro fora acionado para lhe apresentar dois livros, “a saber, um dos assentos dos presos e outro dos alvarás de soltura”. De posse dessas informações, fez sua lista detalhada, com o nome de 21 presos, seguida do quadro resumo que o ouvidor anunciara no seu ofício ao Presidente de província.

Essa movimentação para o reconhecimento da situação criminal partia de um processo que, se não varreu o Império como um todo, no mínimo, teve como pedra angular a Portaria de “Sua Majestade Imperial”. O pronto atendimento aos itens que estiveram sob a mira dos governantes e seus prepostos tornou-se uma obrigatoriedade, evidenciada na situação que envolveu o ouvidor da comarca do Rio São Francisco.

Diferentemente da pontualidade demonstrada pelo ouvidor Limpo de Abreu, o desembargador ouvidor da comarca de São Francisco, Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva, teve que se justificar e ameaçar com o crime de responsabilidade o descumprimento praticado em sua jurisdição. Ele se desculpava, asseverando que nunca lera os ofícios enviados inúmeras vezes. Em Carinhanha, no dia 18 de fevereiro de 1827, dizia que recebera no dia anterior um ofício datado de 29 de dezembro de 1826, acompanhado das cópias dos ofícios

⁷⁷⁸ RAPM, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano XVII, p.285, 1912.

passados em 29 de outubro de 1825 e 10 de junho, exigindo a remessa até princípio de março de uma relação nominal dos presos da comarca, ordem por ele descumprida.

Ele se dispôs a agir com o máximo de providência, alegando que se prezava “como bom servidor” e que já estariam cumpridas, “bem como (ele) tem feito a quantos tem recebido”.⁷⁷⁹ A reparação não se faria esperar. O ouvidor, imediatamente, se dirigiu aos juízes ordinários das diferentes vilas, “com o ofício constante da cópia junta”, e, apesar da distância, “de 114 léguas deste julgado a Vila do Pilão-Arcado, e da morosidade criminosa dos mesmos juízes em tudo quanto é serviço público” e que “lhe faziam recear demora”, ele, contudo, colocaria todos os seus esforços para a pronta execução. Mediante a garantia de tão logo as relações de presos lhe “viessem às mãos”, ele as remeteria a “Vossa Excelência” com segurança para não extraviar, o ouvidor ficava ainda com a suspeita de que:

[...] os ofícios que lhe foram abertos e consumidos na Vila da Barra, como participei a Vossa Excelência em 26 de dezembro passado, talvez não fossem de S. M. I., porém de Vossa Excelência, e apesar de que para essa indagação dirigi ao respectivo Juiz, o da cópia número dois, até agora nenhuma resposta me tem dado [...].⁷⁸⁰

A grave falha de comunicação fez o ouvidor pedir isenção de qualquer responsabilidade, esperando a “reconhecida sabedoria e justiça” do Presidente da província. O ouvidor aproveitou para participar ao Presidente da província o fato de que “os muitos ofícios recebidos dele e de outras estações” chegavam até ele abertos e, ainda, que ele era impotente para saber “dos autores de tais procedimentos pelas muitas mãos por onde passavam”. Invocando a responsabilidade judicial, sob pena de “se dar em culpa”, o ouvidor enviava para o juiz ordinário da Vila da Barra a seguinte orientação:

O Exmo. Snr. Visconde de Caeté, Presidente da Província, em ofício de 29 de dezembro passado, que agora acabo de receber, me determina debaixo da maior responsabilidade, a impreterível remessa da relação dos presos que entraram nas cadeias desta Comarca nos anos de 1823, 1824 e 1825, até princípios de março próximo futuro em consequência de assim S. M. I. em aviso de 28 de maio e de novembro, também passado, de Portaria de 29 de maio do mesmo ano, expedidos pela Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça para ser presente a Assembléia Legislativa na futura sessão.⁷⁸¹

⁷⁷⁹ RAPM, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano XVII, p.291, 1912.

⁷⁸⁰ RAPM, *loc. cit.*

⁷⁸¹ RAPM, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano XVII, p.291, 1912.

Esperando imediato cumprimento da imperial determinação, o ouvidor ordenou que, logo que recebessem essa orientação, fosse-lhe enviada diretamente a seu Julgado, pelo correio, aquela relação dos presos “com as declarações que o Ilustríssimo Augustíssimo Sr. exige na Portaria de 20 de outubro de 1825 constante da cópia junta”. Ordenava, ainda, que ele fizesse igualmente remeter os ofícios, diretamente pelos correios, para os juízes ordinários das Vilas de Campo Largo e Pilão Arcado.

Essas inquietações provocadas pela justiça povoaram as cabeças dos teóricos e filósofos da política, por ocasião das transformações do estatuto político do Império do Brasil e compuseram a versão nacional do universo político que vinha ganhando novos contornos, desde as últimas décadas do século XVIII.⁷⁸² Os movimentos de organização da nação, neles inclusas as preocupações com a justiça e com a questão criminal, na década de 1820 no Brasil, assistiriam ao intenso debate jurídico-político. Embora eles estivessem, em última instância, emoldurados pelas disputas liberais e absolutistas, grande parte das questões administrativas encontrava-se inextricavelmente ligada ao ordenamento da justiça, enquanto tela, ou seja, objeto de discussão do ordenamento jurídico-político adotado.

No momento histórico de pouca autonomia dos campos constituintes da administração real, sobretudo com grande vantagem dos debates políticos, a forma jurídica sobressairia acima de outras questões deixadas no escanteio ou submetidas a silêncio sombrio. Dentre as formas de discussão, o tema da justiça ocupou um dos lugares mais privilegiados, tanto por sua suposta desorganização, quanto pela utilidade de jogar sobre ela a conservação do modelo socioeconômico. A completa ausência de discussões sobre o escravismo encontrou no debate da ordem e justiça uma forma de escamotear a escolha liberal e constitucional adotada.

⁷⁸² Sobre o debate acerca das ideias políticas, os textos didáticos do pensamento brasileiro de Silvestre Pinheiro Ferreira apontam para as questões que ocuparam o centro das atenções administrativas. Parte do pensamento dividido em cartas sobre a Revolução no Brasil, Memórias políticas sobre os abusos gerais e o Manual do cidadão em um governo representativo discutiu a intenção de passagem da monarquia absoluta para a constitucional, colocando em pauta a preocupação liberal assumida nas primeiras décadas do século XIX. Tais trabalhos selecionados em textos são apresentados em FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Textos didáticos do pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976. Ainda sobre a organização da ordem, o trabalho de FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. Consoante com a tentativa de institucionalização jurídica da teoria política que antevia, em relação aos direitos da sociedade, os direitos naturais, sobretudo os direitos de propriedade, mostrava-se premente na versão brasileira o debate de organização do texto constitucional que definisse os poderes do governo e o modo pelo qual os membros da sociedade participariam de suas decisões. Sobre o assunto, ver os debates de CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980; LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; NEVES, Lúcia Maria Pereira das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003; SANTOS, Estilague Ferreira dos. *A monarquia no Brasil: o pensamento político da independência*. Vitória: Edufes/CEG Publicações, 1999.

Em estreita vinculação com os debates acerca da sustentação jurídica da nação do Brasil,⁷⁸³ a ordem encontraria lugar privilegiado. Se o manifesto dirigido às outras nações europeias, por ocasião da permanência da Corte Portuguesa no Brasil, os portugueses reclamavam a presença de El Rei, fundamentando sua queixa sobretudo nas dificuldades de administração da justiça, feita com muita lentidão e despesa em função da distância da sede do Reino, o mesmo argumento não foi mais considerado quando, a partir do retorno de D. João, intentava-se, através das cortes portuguesas, subordinar o Brasil a situação semelhante. “O regresso do Príncipe, assim como a abolição dos tribunais foram ditados com vistas de aniquilar até o último vestígio o governo central que havia estabelecido no Rio de Janeiro”.⁷⁸⁴

Ressentidos dessa proposta, os brasileiros a transformaram em um dos pontos mais polêmicos entre as cortes portuguesas e as elites nacionais. Tanto a composição coimbrã no Brasil, como o grupo brasiliense perceberiam como inaceitável a extinção dos tribunais superiores no Brasil, traduzindo-a em tentativa de recolonização.⁷⁸⁵ A importância reservada aos tribunais e os poderes concentrados nas pessoas dos magistrados como ocupantes de cargos foram expressos desde o final do século XVIII, quando se intentava o fortalecimento do discurso do Império Luso-brasileiro.⁷⁸⁶

As novidades introduzidas com a instalação da corte no Rio de Janeiro foram transformadas em objeto de disputa das relações entre as duas partes do Reino e se conservaram na pauta de medidas adotadas nos anos iniciais da nação independente. Nesse sentido, nos domínios das terras do Brasil, permaneceu o debate em curso no Reino. A importância assumida pelo debate jurídico-administrativo está revelada nas palavras de Armitage. Segundo ele,

antes do ano de 1808, o Vice-Rei do Rio de Janeiro era o mais alto delegado do Governo; contudo, o poder político de que era revestido limitava-o a exercer as suas atribuições unicamente nesta Província, sendo confiada a

⁷⁸³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

⁷⁸⁴ ARMITAGE, João. *Historia do Brazil, desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1898, até a abdicação do Imperador D. Pedro I em 1831*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp., 1837. p.36.

⁷⁸⁵ Sobre esse debate, cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980; NEVES, Lúcia Maria Pereira das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.

⁷⁸⁶ NEVES, Lúcia Maria Pereira das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.

administração de toda a colônia aos Capitães Gerais, mandados para cada uma das outras.⁷⁸⁷

O autor informa que o poder judiciário estava confiado às respectivas Relações, compostas de desembargadores, que sentenciavam por apelação, e aos ouvidores, “ou juízes itinerantes”, que deveriam fazer a correição anual das comarcas sob sua jurisdição para julgar as causas-crimes. “O julgamento de certas causas competia aos magistrados denominados Juízes de Fora, escolhidos dentre os Bacharéis formados em Coimbra” todos nomeados pela Corte de Portugal.⁷⁸⁸ “Nos distritos menos populosos e mais inferiores, Juízes ordinários, tendo as mesmas atribuições dos Juízes de Fora, eram eleitos pelos indivíduos que se denominavam bons do povo”, acrescentando que assim se denominavam por terem exercido cargo das municipalidades.⁷⁸⁹

Discorrendo sobre os estatutos que regulamentavam o Poder Judiciário, o autor ressalta a existência do “Código Português intitulado Ordenações do Reino” e outros decretos, no entanto, ele afirma que “ainda que em casos ordinários a decisão, tanto nas causas crimes, como nas cíveis, era permitida exclusivamente às autoridades judiciárias, todavia uma ordem do Capitão General bastava em todas as ocasiões, ou para suspender, ou para reduzir à nulidade as sentenças legais”.⁷⁹⁰

Feita essa descrição, o autor continuou sua narrativa, apresentando os decretos que alterariam a vida periférica do Brasil no Império Luso-brasileiro. “Criaram-se logo os principais tribunais para a administração das finanças e da justiça”, além das outras muitas que “seguiram-se para o Brasil grande vantagens”. Armitage revela o caráter do debate e das preocupações correntes. Vê-se como Armitage explanou, em seu trabalho, assinado em 1º de julho de 1835, a organização da justiça, em que os distritos menos populosos e inferiores eram servidos de juízes ordinários.⁷⁹¹

As necessidades vivenciadas nos anos iniciais estão demonstradas nas páginas de Armitage, que apresenta a conversa do Príncipe Regente com o rei de Portugal, seu pai, em que dizia que “era necessário que o Brasil tivesse as suas Cortes” por razões que:

⁷⁸⁷ ARMITAGE, João. *História do Brasil, desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E const. De J. Villeneuve e Comp., 1837. p.2.

⁷⁸⁸ *Ibidem*, p.3.

⁷⁸⁹ ARMITAGE, *loc. cit.*

⁷⁹⁰ ARMITAGE, *loc. cit.*

⁷⁹¹ AMRSJ. Processo-crime/Libelo de Domingos de nação Rebolo e Maria de nação Congo e Felisbina Maria de Xavier, 1828. Caixa 10.

Sem Cortes o Brasil não podia ser feliz. Leis feitas a tão grandes distâncias, por homens que não eram brasileiros, e que não conheciam as necessidades do Brasil, não podiam ser boas [...] O que lhe convinha num dia, já não lhe servia no outro. Conhecia melhor as suas precisões, e era absurdo detê-lo sob a dependência de outro hemisfério.⁷⁹²

Em meio aos acertos territoriais e discussões de reconhecimento da independência brasileira, alguns debates sinalizaram a direção dos primeiros trabalhos encetados no propósito nacional. Um decreto para a instituição de cursos jurídicos no Brasil, a terem sede em Olinda e São Paulo, compôs a exígua pauta de trabalho.⁷⁹³ A implantação dos cursos jurídicos e de Ciências Sociais em São Paulo e Olinda, a criação do cargo de juízes de paz, o aumento da dotação orçamentária do Imperador e a fundação da dívida pública foram medidas adotadas nos decretos, instituídos em barganha pela revisão do polêmico tratado assinado entre o governo britânico e o brasileiro para a cessação do comércio de escravos.⁷⁹⁴ A instituição dos cursos jurídicos foi considerada de utilidade óbvia, visto que organizar a justiça era uma dentre as principais medidas requeridas.

O vivo interesse no assunto pode ainda ser confirmado mediante o empenho com que a Assembleia Constituinte tratou e votou a lei que estabeleceu a futura criação das duas universidades em São Paulo e Olinda. Como a lei não fora, naquela data, promulgada e publicada, a Assembleia Geral discutiu o assunto e, “novamente examinado”, pela lei de 11 de agosto de 1827, os cursos jurídicos foram criados.⁷⁹⁵

O tema ganhou destaque em face da necessidade criada pela situação brasileira. A fase de acertos diplomáticos com Portugal, o interesse em evitar a guerra com os aliados portugueses da Santa Aliança, ao lado das propostas independentes da nação brasileira colocavam os brasileiros, frequentadores da Universidade de Coimbra, em posição de dificuldade. Como conciliar o aprendizado jurídico concebido no interior da organização doutrinária portuguesa com a necessidade de pensadores que o momento político exigia? A

⁷⁹² ARMITAGE, João. *História do Brasil, desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E const. De J. Villeneuve e Comp., 1837. p.56.

⁷⁹³ Segundo Armitage, “sendo quatro meses o período marcado para a sua duração, e tendo havido afluência de negócios a tratar, muito ficou por fazer” (Cf. ARMITAGE, João. *História do Brasil, desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E const. De J. Villeneuve e Comp., 1837. p.168.).

⁷⁹⁴ O governo do Brasil havia-se comprometido à adoção da providência do fim do tráfico em convenção assinada em 25 de novembro de 1826. No entanto, este fora ratificado sem ser submetido à Assembleia Geral, o que favorecia a votação de outros decretos. Sobre o fim do tráfico, o debate fora acirrado e sua continuidade foi considerada necessária, e o tratado foi votado pelos senhores escravistas (Cf. ARMITAGE, João. *História do Brasil, desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E const. De J. Villeneuve e Comp., 1837. p.189.).

⁷⁹⁵ VALLADÃO, Alfredo. *Da aclamação à maioridade (1822-1840) e outros trabalhos históricos*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1973. p.80-81.

participação no Império Luso-brasileiro colocava o Brasil como seguidor de uma matriz doutrinária criada fora de seus limites territoriais.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, magistrado e conselheiro de estado honorário,⁷⁹⁶ foi o autor do projeto que “estabeleceu cadeiras novas, em vez de multiplicadas cadeiras de direito romano, se substituíam duas; uma de direito público constitucional, outra de economia política”.⁷⁹⁷ Tal projeto transformou-se em matriz doutrinária e fonte de inspiração para literatos, historiadores e políticos do Brasil, inaugurando a fase nacional da justiça no Brasil.

Deputado nas cortes de Lisboa, no período de 27 de abril de 1822 até 09 de dezembro de 1822, ele continuou a exercer cargos eletivos como deputado constituinte e como senador, de 1826 até 1847. O projeto refletiu suas experiências e não estava distante do movimento ocorrido em Portugal. Não sem significação, as cadeiras romanas foram substituídas em consonância com a fase já inaugurada nos idos anos de 1769. Depois de passado meio século, novas cadeiras se imporião para atender as necessidades do Brasil. Isso lembrar a função de Francisco Coelho Sampaio, que, nos idos anos de 1790, ao defender um programa de ensino, enfrentava o rótulo de simplista ao pregar o fortalecimento das funções ordenadoras do governo, esforçando-se em submeter o seu programa de ensino ao “método sintético e compendioso”.

Esse debate revela o descompasso em vigor. Se, do ponto de vista da exposição teórica, a diferenciação entre as correntes de pensamento liberal e a preexistente matriz doutrinária da monarquia mostra proposições mais ou menos definidas, do ponto de vista de sua implementação histórica, elas estão longe de um estágio de separação absoluta. Os ordenamentos políticos geradores dos discursos coevos apresentam, por um lado, as facetas da transformação histórica, mas não o fazem linearmente, colocando para o trabalho da pesquisa histórica o confronto entre as práticas discursivas e o ocorrido nos livramentos, querelas e devassas.

À agenda política cumpria desfazer as crescentes insatisfações advindas das dificuldades dos primeiros anos do Império do Brasil. A instalação da Assembleia Legislativa, no dia 05 de maio de 1828, recebeu, na fala do trono, o tratamento requerido. O anúncio das questões de reconhecimento da independência com a celebração de tratados de comércio e navegação ocupou lugar paralelo aos negócios internos. Nesse expediente, as necessidades

⁷⁹⁶ NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973. p.340.

⁷⁹⁷ VALLADÃO, *op. cit.*, p.256.

prementes estiveram expressas na congratulação em que “a Assembléia pela boa ordem e tranquilidade que existia em todas as Províncias”, tomava como prova e “declarava o Imperador de que o sistema monárquico-constitucional se consolidava, diariamente cada vez mais”. Por essa fala, o Imperador renovou “suas instâncias para que a Assembléia atendesse às finanças e à administração da justiça”.⁷⁹⁸ Ora, a boa administração da justiça, expressão tão utilizada nas proclamações do Imperador, não passou de medidas voltadas para a perseguição dos delitos e cumprimento das penas.

7.4 Em busca da boa ordem...

A forma como a boa ordem chegaria a todos os rincões das Minas Gerais pode ser vislumbrada pelo registro de um ofício em um livro de audiência do tabelião do primeiro ofício da Vila de São João del Rei. Contendo no seu verso a portaria do Doutor Juiz de Fora, ambas, a reclamação do juiz de paz e as ordens do juiz de fora, foram, no ano de 1830, trasladadas para o livro de audiência da Vila de São João del Rei como dirigida ao “ilustríssimo Senhor Doutor Juiz de Fora Francisco de Paula Monteiro de Barros”.⁷⁹⁹

O juiz de paz de Piedade do Rio Grande reclamava que não possuía a relação dos criminosos e queixava-se ao juiz de fora que o fato de ainda não a ter recebido o impedia de “por em execução o determinado no parágrafo nove do Artigo quinto da Ley de quinze de outubro de mil oitocentos e vinte e sete”. Alertando que não podia cumprir as ordens porque lhe era “indispensável deprecar a Vossa Senhoria a competente relação desses miseráveis que em tais e tristes circunstâncias se acharem”.

Para isso, o juiz de paz do Curato, Manoel Coelho de Souza, oferece a solução possível para a realização de tal comunicação, escrevendo para o juiz de fora que, “querendo, Vossa Senhoria, ou podendo ser mandar a entregar a Dionízio Martins Gonçalves, portador deste, homem de conceito e um dos oficiais dos quarteirões deste Curato”. Desejando-lhe dilatados anos de vida e que fosse guardado por Deus, ele se despede, no dia 27 de janeiro de 1830, dizendo que “he o que tenho na presente ocasião de apresentar a Vossa Senhoria”.

Reconhecido como homem rigoroso, responsável pela intensificação da atividade jurídica na vila, autor de uma grande produção isolada de julgamentos criminais, o juiz de

⁷⁹⁸ ARMITAGE, João. *História do Brasil, desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E const. De J. Villeneuve e Comp., 1837. p.211.

⁷⁹⁹ AMRSJ. Livro de audiência n.6 do tabelião do primeiro ofício, p.60.

fora, Doutor Francisco de Paula Monteiro de Barros,⁸⁰⁰ exigiu que suas ordens fossem escritas no livro de audiência. Sem perder tempo, no dia seguinte, o juiz de fora ordenou, com ameaças expressas de suspender cargos pelo crime de responsabilidade:

Como athé agora nam tem sido remetidos aos Juizes de Paz do meu Termo os róis dos criminosos o que por tantas vezes tenho recomendado e instado aos tabelliams a meu Juízo e sendo continuamente rogado pelos Juizes de Paz para que lhos mande determino aos mesmos tabelliaens que dentro em quinze dias façam remessa de tais róis aos Juizes que ainda os nam tiverem como o da Piedade do Rio Grande de quem acabo de receber o officio retro a tal respeito que foram com intelligencia minha e o bem a pena de suspençam e esta com o officio retro os registre em os [...] (autos) de protocolos.⁸⁰¹

Temeroso diante das ameaças, o tabelião do primeiro ofício, Joaquim Thomaz da Costa Braga, obedeceu ao rigoroso juiz de fora e registrou o aviso em seu livro de audiência, cumprindo um prazo de três dias, assinou o ofício e a portaria. Muito provavelmente, o juiz de paz recebeu a listagem dos culpados.

Essa situação coloca em destaque vários aspectos da organização judicial e sua metáfora. Em primeiro lugar, o documento demonstra a interlocução entre juiz de paz e juiz de fora e, ao contrário do que Velasco apresenta, não há vestígios de escaramuças entre as duas instâncias. Eles somaram esforços para atingir o objetivo maior, qual seja, o desejo de ordem. Em segundo lugar, o tratamento dos culpados. O mesmo reservado ao escravo, oscilante entre a infantilidade e o vício, tal como Wlamir Silva demonstrou, foi o que se apresentou. Chamá-los de “miseráveis” em “tais e tristes circunstâncias” pode indicar uma sentimento de permanência da justiça misericordiosa, embora ela exalasse seus últimos suspiros.

O cárcere permanecia. A prisão e a enxovia eram reservados para o pagamento dos pecados e era o “ergástulo dos delinquentes”, purgatório das almas, lugar onde se pagavam também os delitos. Laura de Mello e Souza, ao apresentar a colonização como purgatório dos pecados, ressalta o fato de que, nos séculos XVI e XVII, a colônia fora representada no imaginário europeu como lugar de purificação, devendo funcionar como atrativo para as gentes desclassificadas. Ela demonstra que a relação entre os crimes e o local de sua purgação variou durante o período colonial e, nesse sentido, o papel da colônia do Brasil como ergástulo dos delinquentes já começaria a ser repensado no final do século XVIII, quando se

⁸⁰⁰ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça*. Minas Gerais – século XIX. Bauru/SP: EDUSC; ANPOCS, 2004. p.113-115.

⁸⁰¹ AMRSJ. Livro de audiência n.6 do tabelião do primeiro ofício, p.60.

redefiniria a relação do purgatório com o sistema colonial do Brasil. A existência geográfica e temporal do purgatório guardava a terra do Reino desterrada “da mais vil e perversa gente”, que vinha para o Brasil cumprir o seu castigo, “e era necessário que assim o fosse”. Mais tarde, ao mudar o estatuto do Brasil na relação colonial com Portugal e “para evitar que tudo descambasse numa humanidade inviável, seria preciso povoar de melhor gente, do que até agora tem vindo a ela”.⁸⁰²

A marca do purgatório e da punição misericordiosa ainda se apresentava nos discursos do Brasil independente, mas a expectativa da ordem se imporia. Os culpados seriam punidos em cárcere, a nação independente e necessitada de boa gente redirecionaria o castigo dos delinquentes, que ganhariam a definição mais precisa no início da década de 1830. Era a definição liberal, representada nos bastante modernos códigos criminais. A carta de seguro e o juízo voluntário desapareceriam depois dos Códigos, sobretudo depois do Código do Processo do ano de 1832. A preparação do Código Criminal do Império se faria com grande racionalidade de mapeamento dos culpados e correspondências interligando as regiões centrais e periféricas do Império.

Em terceiro lugar, a proeminência que alguns trabalhos receberam ou o zelo apresentado por alguns detentores de ofício e cargos magistrados permitem questionar os problemas interpretativos abertos pelos estudos que tomaram os casos isolados como evidência empírica do descaso e do mau funcionamento das atribuições judiciais. O juiz de fora, reconhecido pelos extensos trabalhos de sentenciar os muitos processos, é uma amostra de que a situação funcionou dentro da lógica nos anos derradeiros da justiça misericordiosa e do juízo voluntário. A revisão racionalista das funções de justiça no Reino e suas possessões, em curso desde a última década do século XVIII, ganharam mais rapidez com a proximidade das autoridades e internalização do debate doutrinário.

Racionalidade evidenciada na sugestão do juiz de paz, que apresentou a solução para concluir a comunicação iniciada. A insinuação de que o portador do ofício era um “homem de conceito”, apto para conduzir a correspondência, faz lembrar o reverso apresentado nos apuros vividos pelo desembargador ouvidor da comarca de São Francisco, Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva, que teve de ameaçar com o crime de responsabilidade o boicote da correspondência endereçada à sua jurisdição.

Finalmente, cumpre lembrar o significado do requerimento nominal de culpados. O fundo documental da Presidência da província apresenta uma série de estatísticas jurídicas,

⁸⁰² SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1986. p.82.

contendo a relação de jurados, réus, presos, com documentos para o período de 1828/10/15 a 1835/12/30. O requerimento de listagem dos culpados era parte de um trabalho em execução.⁸⁰³ No ano de 1828, em ofício datado de 07 de janeiro, o Presidente da província determinou ao relator das juntas de justiça da província que antecipasse o “necessário para não haver demora no progresso das seções”. Devendo começar nos primeiros dias do mês de fevereiro, o ouvidor de Ouro Preto comunicava ao Presidente da província, em resposta, datada de 15 de janeiro, que “a relação inclusa assinada pelo escrivão da Ouvidoria desta Comarca” listava os réus “que existem na cadeia desta Imperial Cidade sem os competentes processos, que deviam ter vindo com esses réus das diferentes Comarcas a que pertencem”. Solicitava então ao presidente, desembargador João José Lopes Mendes Ribeiro, que “determine aos diferentes Ouvidores dessas Comarcas para que enviem a esta Ouvidoria os processos desses réus”, acrescentando ainda os necessários procedimentos “para o futuro tenham todo cuidado em não remeter réus sem os competentes processos”. Os réus transferidos sem processo para a cadeia da cidade de Ouro Preto eram de Paracatu e São João del Rei.⁸⁰⁴

Uma relação dos presos existentes na cadeia da Vila de Paracatu foi enviada ao Presidente da província, em 20 de abril de 1829. O documento informa que a listagem não estava completa, pois se referia somente às prisões feitas “a ordem deste Juízo da Ouvidoria”, a despeito dos inúmeros esforços encetados para impedir a comunicação solicitada. O ouvidor da comarca anuncia que, até aquele momento, ainda não havia recebido a resposta, com exceção dos juízes de São Romão, que, em ofício do dia 06 de abril do corrente ano, lhe participaram não haver presos na cadeia daquele julgado, “cumprindo (lhe) prevenir a V^a Ex^a de que tenho expedido a muito as ordens dos diferentes Juizes para haver conhecimento dos réus que se achavam presos por ordem de outras autoridades”. A lista dos presos se compunha de três nomes. Dentre eles, dois provinham de São Romão por crime de morte, e o terceiro de Salgado. Havia observações dizendo que os réus aguardavam o reenvio para as juntas de justiça e que um dos processos foi devolvido para São Romão “por não estar corrente”.⁸⁰⁵ Longe de terminar, o esforço de racionalidade cresceu com a criação do cargo de juiz de paz e com o Código Criminal.

A lei de 1827, que criou o cargo de juiz de paz, esteve no bojo da construção do liberalismo brasileiro, na primeira fase de constituição desse pensamento, no Império do

⁸⁰³ APM. SP/PP. Subsérie: Estatística jurídica, caixa 1.

⁸⁰⁴ APM. SP/PP. Subsérie: Estatística jurídica, caixa 1, doc. 1.

⁸⁰⁵ APM. SP/PP. Subsérie: Estatística jurídica, caixa 1, doc. 2.

Brasil. Nessa fase, o controle dos crimes estava em jogo com a necessidade de formar os homens públicos, tecnicamente preparados e comprometidos com os interesses da construção nacional. Concordamos com Flory, que também advoga o legado escolástico da sociedade portuguesa, através da Universidade de Coimbra, ao Império do Brasil, argumentando que o isolamento intelectual brasileiro estava longe de acontecer. A fase de reestruturação do pensamento português, inaugurada desde as três últimas décadas, introduziria no mundo lusitano os aspectos do pensamento moderno, do processo científico, e o conceito de conhecimento útil também se estenderia ao Brasil.⁸⁰⁶

A criação do cargo de juiz de paz responderia ao momento em que os laços políticos e econômicos da relação colonial apresentaram-se obsoletos e, uma vez rompidos, cederiam lugar a conceitos mais apropriados para racionalizar nova relação entre o governo e a sociedade. Essa movimentação justificaria o esforço de construção do discurso de ajustamento da justiça, tema afeito a todas as categorias sociais, desde que ocupantes de lugares livres na sociedade.

A série de correspondências que atendia a cada portaria requisitante de notícias criminais e punitivas indica a preocupação com o controle dos crimes. O corregedor interino da comarca, Joaquim José do Amaral, também satisfaz a determinação do Presidente da província, ao levar ao seu conhecimento o número e “estado em que se achavam os processos dos réus”, que aguardavam sentença da Junta da Justiça. Dava notícia de que a relação fora feita pelo escrivão da ouvidoria, responsável pela listagem dos nomes daqueles que se encontravam na cadeia da imperial da cidade de Ouro Preto. No dia 06 de junho, o corregedor informava que a Junta de Justiça só poderia ser instalada no dia 20 de agosto seguinte, “não só porque será quando se ultimem os processos que ora estão em princípio”, mas também porque, “assinando V Ex^a o dia supra em diante, possam ter tempo de recolherem-se a esta Capital os presos que se acham por diversas Comarcas”. Alegava o corregedor que desse modo se evitava a instalação de “uma junta após d’outra”, uma vez que a distância das comarcas demandava tempo para o deslocamento dos presos.⁸⁰⁷

Atrás da troca de informações e do acionamento da grande malha de oficiais, regados com sugestões para o Presidente da província, permeadas com o necessário resguardo de que, “entretanto, porém, V^a Ex^a melhor decidirá”, o trabalho era intenso. Considerando a exiguidade dos meios institucionais, meios humanos, a inexistência do domínio efetivo do

⁸⁰⁶ FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado em el Brasil imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política em el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. p.37.

⁸⁰⁷ APM. SP/PP. Subsérie: Estatística jurídica, Caixa 1, doc. 3. f. 02.

espaço e da comunicação e a precariedade de domínio do próprio aparelho de justiça, tomadas no conjunto como elementos condicionantes dos meios práticos de qualquer ação, pode-se advogar uma efetividade admirável para a época em questão. Tomar as reclamações de desordem de forma pouco crítica pode levar a conclusões enviesadas. Ora, o trabalho de controle estava em andamento, e a efetividade dessa justiça em perseguir a ordem é bastante perceptível.

Segundo António Manuel Hespanha, “a função político-social determinante do direito penal real não parece ser, na sociedade ‘sem Estado’ dos séculos XVI e XVII, a de efetivar, por si mesmo, uma disciplina social”.⁸⁰⁸ Ora, é perceptível que a nova fase liberal é marcada pelo esforço de uma definição das práticas de castigo, de comportamentos processuais e carcerários, e era movida pelos anseios de obtenção de uma ordem instauradora de um sistema penal mais objetivo. Acionando o trabalho da rede dos oficiais, uma intensa cobrança foi efetuada. É difícil de aceitar que as medidas de racionalidade, os códigos criminais, a definição do crime não alcançaram sucesso no constrangimento da população, preservando sempre a lembrança de que o terreno da organização social e econômica apresentava grande probabilidade para a eclosão de conflitos, fermentados no calor da ordem social mantida sem alterações significativas.

Se até então o direito penal se caracterizou por uma normatização com punição menos marcada pela presença e com efetividade sustentada na ausência, a sociedade brasileira em fase de construção de um estado procuraria, através de sua magistratura,⁸⁰⁹ inverter o quadro. A presença punitiva do estado foi acentuada, acertando o território e as regras de sua atuação. Nesse campo, a ação liberal muito se posicionou contra o Antigo Regime. Isso não implica afirmar que o sucesso da positividade da ação penal foi plenamente alcançado, mas sugere que ela foi intensificada. Os esforços voltados para o conhecimento dos culpados e dos presos são os resultados comprobatórios em termos empíricos do desejo racional de conhecer e, por outro lado, evidenciam o alvo e o método usado para o conhecimento. Isso, dito de forma mais genérica, se transforma na manifestação do pensamento liberal e das diretrizes do pensamento político organizador da nação.

É indubitável que o Império do Brasil, na busca de sua doutrina modernizante e contrária ao Antigo Regime, conclamou muitas pessoas ao liberalismo, e as formas adaptadas

⁸⁰⁸ HESPANHA. António Manuel (Coord.). *O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, s/d. v.IV, p.239.

⁸⁰⁹ Toma-se como referência para o trabalho da magistratura e a constituição do pensamento da elite imperial o estudo sobre a formação da elite política imperial, em CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

do liberalismo ganharam expressões variadas nas cabeças dos atores históricos do momento. Para uns, representou a possibilidade de ascensão social, uma vez eliminados os famigerados “privilégios”, os “abusos”, como os periódicos demonstraram, para outros, esta se transformaria na oportunidade de organizar a punição, implantando a ordem, também se opondo aos privilégios que geravam a impunidade dos maiores “criminosos” fugitivos da ordem e da justiça.

Paula Monteiro, rigoroso em suas rusgas, apareceria denunciando que Caetano Alves de Magalhães, frequentador assíduo da documentação criminal, se arrogava com o epíteto de liberal. As divergências demonstram a coexistência de diferentes planos de dominação, enfeixados dentro do arcabouço liberal. Não seria outro o motivo que justificaria uma atuação tão proeminente de Caetano Alves de Magalhães, que, mais uma vez, comparece nos autos criminais:

Diz Manoel Joaquim do Nascimento, morador nesta Villa, que procedendo-se a Devassa por este Juízo por ferimentos feitos na pessoa de Thobias de Villa Nova aconteceu ser o suplicante nella pronunciado, e como tal sendo recolhido a Cadea desta Va. foi relaxado da prizão por fiança, digo por Alvará de Fiança sendo seu fiador o Tenente Caetano Álvares de Magalhães e como são quase findos os oito meses da Fiança e o suplicante ainda não pode cuidar em seu livramento pelos grandes inconvenientes que o cercão, por isso requer a V. S. seja servido mandar-lhe reformar a Fiança, por mais quatro meses, que deverão correr findos os oito, que já estão próximos a findar, debaixo da caução já prestada daquelle primeiro fiador, lavrando-se disso mesmo termos nos autos aos quaes se juntará esta petição constar e protesta o suppe cuidar, quanto antes no seu livramento.⁸¹⁰

Um motivo viável para explicar a atuação de Caetano Alves de Magalhães como fiador de Manoel Joaquim do Nascimento é a criação de vínculos de solidariedade nessa sociedade. O papel que ele exerceria, sua ascensão ao cargo de juiz de paz, seria conseguido via eleição, e essa poderia ser uma forma de mostrar-se apto à função de conciliador. No entanto, seus possíveis cálculos estariam obstados, em 05 de maio de 1830, pela atuação do juiz de fora na qualidade de vigilante da aplicação legal: “Não tem lugar o que pede visto que o Juízo que deve punir tem sido iludido e a Ley absolutamente infringida. Paulo Monteiro”.⁸¹¹

À instância de muitas petições dirigidas ao “Ilmo. Senhor Dor. Juiz de Fora”, o pedido foi deferido, mas o embate demonstrou a argumentação de ambas as partes:

⁸¹⁰ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc. 10, 1830. Manoel Joaquim do Nascimento, p.8.

⁸¹¹ *Ibidem*, p.9.

O supe segunda vez Prosta-se aos seus pés de V. S. rogando a graça de se lhe conceder por mais quatro meses o seu Alvará de Fiança e se bem que pareça a primeira vista, que o suplle. e não tendo ainda cuidado nos termos de seu livramento se faça indigno do que pede, com tudo, attendendo-se a sua grande pobreza, não lhe deve ser imputado como culpa, o que tem sua origem na vicissitude do tempo.⁸¹²

E continuou insistindo na legalidade do processo, citando, a seu favor, as leis e suas alterações aplicáveis na comarca do Rio das Mortes:

Ora como nunca o seu Alvará de Fiança foi quebrado por termos nos autos para poder ter lugar a denegação da prorrogação que pede e esta prorrogação que pelo Alvará de 24 de julho de 1713 ora da competência do Desembargo do Paço hoje pelo artigo 2 da Lei de 22 de setembro de 1828 pertence aos senhores Juizes Criminais o ssupe. Fundado nestes princípios e mais que tudo na clemência de V. S. que decerto não quererá que hum desgraçado fique privado de os meios de sua defesa preso, em huma cadeia insta pela prorrogação pedida na petição retro o que tantas vezes tem sido concedida a outros no em idênticas circunsntancias como trás Ultimamente so resta ao suplicante e esperança que V. S. atenda sua suplica na forma que pede na petição retro.⁸¹³

Diante dessa argumentação, o juiz deferiu condicionalmente o pedido, desenvolvendo uma argumentação ilustrativa da forma como o movimento de punição dos delitos ganhava grande espaço na pauta da ordem em construção:

São na verdade attendiveis as razoes ponderadas mas Lei na (ERM) não as manda ter em contemplação porque assim como o suplicante não tem dado o menor passo para o seu livramento no decurso de oito meses assim também não o dara no curto espaço de quatro o que quando não seja consequência necessária ao menos he muito de presumir-se da impunidade dos crimes se seguem gravíssimos resultados a sociedade e o mesmo sujeito acostumado a impunidade ou já por huma mal intendida clemência do Juiz ou já pelo apoio da chicana não duvida perpetrar outros quaesquer, e então os crimes cometidos pela segunda vez devem ser imputados ao Juiz que não puniu os primeiros entretanto defiro o suplicante com a condição porem de na primeira audiência deste Juízo promover o seu livramento e quando recalcitre desde já declaro sem efeito o deferimentos. S. J., 6 de maio de 1830.⁸¹⁴

O debate sintetizou o movimento ocorrido na década de 20 no Brasil. A diferenciação entre o juízo voluntário e o juízo contencioso, característica marcante do serviço de Sua Majestade, foi eliminada. A função de punição dos delitos escapava da esfera do juízo

⁸¹² *Ibidem*, p.10.

⁸¹³ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc. 10, 1830. Manoel Joaquim do Nascimento.

⁸¹⁴ AMRSJ, *loc. cit.*

voluntário e, abandonando as máximas da justiça misericordiosa, juntamente com toda a crítica dirigida ao Antigo Regime, ganharia o espaço liberal e profissional do juízo contencioso. Diante disso, a racionalização dos delitos ganharia até a categoria explicativa do que é o crime no Código Criminal de 1830/1831.

No entanto, permanecia a questão das características das desavenças. Grande maioria dos delitos autuados nos processos ordinários de instâncias de comarcas era de pequeno porte, desavenças de vizinhança, injúrias e insultos envolvendo a solidariedade e a honra que careceriam da figura real para serem aplacados. A arbitragem para essas desavenças, anteriormente firmadas no juízo da graça e privilégio concedidos por Sua Majestade, não encontrou mais espaço na nova ordenação criminalística e jurídica.

O resultado seria a prisão de todos? Não. Antes disso, o esforço de criação do cargo de juiz de paz, conceituado por muitos como o maior emissário dos ventos liberais, exerceria a função de amenizar, conciliando as partes, exercendo entre elas as funções de “pessoas benfazejas”, ao minimizar os conflitos entre os moradores e vizinhos em distritos e fazendas. Tal criação foi uma quase inversão de posições, pois delegou ao juiz de paz as funções anteriormente designadas pelo Serviço de Sua Majestade. Isso traria nova gama de conflitos e de reserva de espaços públicos, lembrando que o fiador do criminoso ocupou mais tarde o cargo de juiz de paz e, para mantê-lo, organizou um grupo de seus partidários em desfile e disputa com os magistrados da Vila de São João del Rei.⁸¹⁵

A denúncia efetuada por Constança Maria de Jesus evidencia em primeiro lugar o significado atribuído, dentro dos padrões da época, à sanção mágica que refletia na imagem do Príncipe Regente, exercendo um fascínio concessor de graça real e difusor do movimento de corte, sobre uma massa de povos mestiços e pobres. Em segundo lugar, demonstra o quanto a imagem paternalista poderia ser equacionada ao sonhado desejo de ordem. Constança Maria recorria às autoridades que atuavam localmente em nome dos Regentes e denunciava a existência de divergências dentro do grupo dos despossuídos. Ela não gostou dos procedimentos jurídicos aplicados a Manoel Joaquim, como mostrou a petição abaixo:

Diz Constancia Maria de Jesus Criola forra moradora nos subúrbios desta Vila que ella suplicante apresenta a V. S. o seguinte: que achando se pronuciado por este Juízo Manoel Joaquim do Nascimento como consta dos autos, acontece que Tomas Vila Nova o ofendido fez corpo de delito foi remetido ao Dor. Juiz de Direito que procedeu na forma da Lei a devassa [...] e saiu com fiança a que o já se findou sendo também pronunciado em

⁸¹⁵ Cf. VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça*. Minas Gerais – século XIX. Bauru/SP: EDUSC; ANPOCS, 2004. p.91 *et seq.*

huma devassa pelo roubo feito a João Ribeiro Vianna pelo que se acha seguro e como por aquele primeiro crime o mesmo se acha livrando sem que tenha Alvará em virtude do qual possa transitar perante a Justiça tendo sido sim mandado por visto que [...] abusando da Autoridade e da lei passeia armado de uma faca diariamente [...] esta proibida pela Lei em muito maiormente ao suplicante que se acha criminoso por isso e porque a Lei sendo iludida e os maus conservados decerto [...].⁸¹⁶

Diante disso, os autos registraram a prisão do réu porque teve “quebrada a fiança” e “porque o réu não tem cuidado de seu livramento...”. Os dizeres de Constança Maria, crioula, mostram que o desejo de ordem também estava presente nas cabeças de forros, sobretudo mulheres que, pobres, frequentavam audiências e juízos. O significado dessa percepção, longe de ser incoerente com a proposta política mais ampla, pode ser entendido dentro das sugestões de Maria Odila, que assim tratou os mestiços e pobres:

Pode-se vislumbrar, dentro dos padrões da época, o carisma que teria a imagem de um Príncipe Regente e a força com que atraía a massa de povos mestiços e desempregados, incapazes de se afirmarem, sem meios de expressão política, tomados de descontentamento e, em sua insatisfação, por demais presos ao condicionamento paternalista do meio em que surgiram, revoltavam-se contra monopolizadores do comércio e contra atravessadores de gêneros alimentícios, porém fascinava-os a corte e o poder real, com uma verdadeira atração messiânica.⁸¹⁷

O Código Criminal de 1831, ao discorrer sobre crimes e punições, colocou fim à concessão da graça régia de usar a carta de seguro. A última carta de seguro, localizada na Vila de São João del Rei, teve data de 02 de março de 1832 e foi “dada e passada a pedido de” Cândido José Pacheco, que, em petição, se dizia ser “homem branco solteiro morador na Curato de Nossa Senhora da Gloria de Passatempo do termo da Vila de São Jose desta Comarca”. Seu relato repetia o modelo da petição de uma carta de seguro:

[...] que a sua noticia chegou fora pronunciado em Devassa ex officio da Justiça pelos ferimentos feitos na pessoa de Manoel Francisco da Roza homem pardo solteiro, morador no mesmo Curato e isto haverá pouco mais ou menos humas seis meses, cujo delito nega o suplicante haver cometido e nem para ele concorreu com ajuda e favor e temendo se ver preso antes da verdade sabida pela culpa que não cometeu solto quer mostrar sua inocência e tratar do seu livramento na forma da lei e porque os ferimentos desse auto segundo consta são de pouca intidade requer a V. S. se digne a passar a primeira carta de seguro negativa por tempo de um ano e pagos os novos

⁸¹⁶ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc. 10, 1830. Manoel Joaquim do Nascimento.

⁸¹⁷ DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853) In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Dimensões*. São Paulo: Editoria Perspectiva, 1986. p.177.

direitos. Informe o escrivão da culpa com a natureza dessa e tempo em que foi cometido o delito.⁸¹⁸

Contendo um texto em nome da “Regência”, a petição foi despachada e dos autos constou a informação de que a carta foi conhecida e, após o pagamento dos impostos desse seguro, com “80 reis de selo na forma da cota”, a carta de seguro foi passada em 1832. O mesmo Cândido José Pacheco ainda conseguiu outro privilégio que lhe foi despachado “como pediu” em 22 de agosto de 1832:

Diz Candido Jose Pacheco do Arraial do Passatempo que pelo documento no primeiro mostra achar-se impossibilitado de continuar a residir pessoal nas audiências para a ultimção dos termos do seu livramento e pelo segundo mostra que a parte queixosa lhe ha perdoado e por consequente a Justiça compete de ora a avante a acuzação e pelo terceiro mostra que não há lijao nem disformidade na pessoa do queixoso e a vista de tudo isto requer a V. S. seja servido conceder-lhe a graça de residir por seu procurador a cujo fim oferece a procuração em o numero 4 e mandando que junta esta com os mencionados documentos aos autos de livramento o escrivão venha a primeira com o libelo acusatorio por parte da justiça e desde já protesta por vista em seu devidos termos por fiel para contrariar pela maneira que melhor convir ao seu direitos e justiça.⁸¹⁹

Ainda no juízo da comarca de São João, em 02 de março de 1832, havia o requerimento em que solicitava o “informe o escrivão da culpa com a natureza dessa e tempo em que foi cometido o delito”, no qual o peticionário requeria à Regência a condição de “seguro mostrar sua inocência”, através do texto-modelo que recebeu o despacho, com as devidas informações ao escrivão da culpa, registrando o conhecimento, os selos pagos na forma, “paga o selo deste seguro. Pagos 80 reis de selo na forma da cota”. Isso revela que, em março de 1832, o Código Criminal do Império, marcado que fora pelos auspícios liberais e que já não previa a carta de seguro, ainda não contava com ampla aplicação ou ainda se mostrava dependente do Código do Processo Criminal, que não se encontrava em vigor. Nesse caso, estaríamos diante do fato de que somente depois do Código do Processo é que se conseguiam adotar as medidas de transformação introduzidas pelo Código Criminal do Brasil.

Os últimos vestígios da correlação entre a punição e a graça estão no perdão registrado por Manoel José da Rocha, ofendido, morador no Curato do Passatempo:

[...] ele foi citado a requerimento de Candido Jose Pacheco para no termo de Lei declarar se lhe quer ou não ser parte e acusar no livramento que intenta

⁸¹⁸ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc. 12, 1832.

⁸¹⁹ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc. 12.

no Juízo Ordinário da Vila de São Jose da culpa que lhe resultou da Devassa ex officio pelos ferimentos, feitos na pessoa do suplicante e o como o mesmo suplicante não so não quer acusar mais antes lhe quer perdoar como de o fato perdoado já tem.⁸²⁰

No dia 14 de maio de 1832, o pedido foi registrado em Passatempo pela mão de oficiais de justiça, o teor da declaração “para que seja servido mandar tomar por termo o seu perdão conforme apontar”. Seguiu-se então o termo de perdão:

Aos vinte e sete dias do mês de Maio do ano de 1832 neste Arraial do Passatempo termo da Vila de São Jose, Minas, Comarca do Rio das Mortes apareceu presente Manoel Jose da Rocha de mim reconhecido pela própria de que dou fé, para ele na presença das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas me foi dito que por este na melhor forma de Direito perdoava com de fato perdoado tem de hoje para todo o sempre a Candido Jose Pacheco os ferimentos e contuzões que lhe foram feitos, cujo perdão lhe dava pelo mor de Deos muito de sua livre vontade pela incerteza em que estava de quem fora o agressor ou antes por estar convencido da inocência do perdoado a este respeito, e protestava não reclamar esse perdão em tempo algum e a favor do mesmo perdoado desistia de toda e qual pena pecuniária que por justiça lhe pudesse ser aplicável e ele perdoante e que rogasse as justiça de sua Majestade Imperial que Deos guarde o absolvesse e oferecesse toda a equidade e de como assim o disse perante as testemunhas Venancio Ferreira Borjes, e Gaspar Jose Leite de Guimarães, aqui moradores e de mim reconhecido [...] assino.⁸²¹

Os motivos que favoreciam o perdão encontram-se na petição seguinte. Uma vez que o ofendido havia concedido seu perdão, o processo foi tomado por parte da justiça e havia de seguir os procedimentos que geravam o incômodo do deslocamento do Curato de Nossa Senhora da Glória do Passatempo para a Vila de São João del Rei:

Diz Candido Jose Pacheco morador neste Curato de Passatempo do termo da Vila de São Jose desta Comarca que fora pronunciado a prisao e livramento na Devassa ex officio da Justiça se procedeu no Juizo Ordinario da Vila de São Jose pelos ferimentos feitos na pessoa de Manoel Francisco da Roza em noite de 6 de setembro do ano passado de 1831, e para tratar dos termos do seu livramento que tem intentado na conformidade das Leis requer citar o queixoso [...] para se proceder o exame de corpo de delito com a assistência do cirurgião [...] sob a pena de vir preso não obedecendo visto que com grandes dificuldades o suplicado poderá vir a cabeça do termo e Escrivão deste juízo notifique o supdo. se apresentar na forma requerida e ao sirurgiao Simão para o exame Como pede. Passatempo, 9 de julho de 1832.⁸²²

⁸²⁰ AMRSJ, *loc. cit.*

⁸²¹ AMRSJ. Processo-crime, caixa 1, doc. 12.

⁸²² AMRSJ, *loc. cit.*

O oferecimento do libelo acusatório foi feito pela parte da justiça, em que o promotor repetiu a acusação contra o réu Candido Jose Pacheco. A sentença em 10 de outubro de 1832 mandou “riscar o réu do rol de culpados, conta, 7775”.⁸²³

Sob pretexto meramente especulativo, pode-se até mesmo levantar a reflexão possibilitada pelo questionamento de que a proximidade entre as datas de publicação do Código Criminal do Império e a abdicação de D. Pedro I não tenha sido mera coincidência. Sem o recurso de concessão da graça, ou pior, esse recurso transportado para o âmbito local com a figura do juiz do paz, a monarquia teria que trilhar outros elementos para sua consolidação. Por outro lado, pode-se também refletir que a disputa entre pessoas como Caetano Alves de Magalhães e as opiniões sobre ele emitidas pelos magistrados, além de sua incursão como liberal, contribui para entender como o liberalismo fora recebido nas esferas locais e sua coincidência com a busca de novas oportunidades de enriquecimento. O fio comum que perpassaria essas duas proposições poderia ser buscado nas transformações que o final da década de 20 introduziu na esfera local, através do debate liberal e suas extensões aplicadas. Numa perspectiva de longo alcance, elas têm implicações decisivas na revisitação da problemática nacional, na medida em que, sob tal enfoque, se chama a atenção para “a complexidade do processo político em meio ao qual *Estado e Nação* brasileiros passaram de virtualidades inscritas na crise à condição de realidades historicamente construídas.”⁸²⁴

⁸²³ AMRSJ, *loc. cit.*

⁸²⁴ JANCÓS, István (Org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p.16.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aplicadas no território da colônia e mantidas na primeira década do Império do Brasil, as cartas de seguro foram privilegiadas neste estudo, de forma a problematizar a questão da aplicação da justiça lusitana no Brasil colonial e, subsequentemente, no Primeiro Reinado. Enquanto objeto de estudo, elas reforçam as premissas teóricas de António Manuel Hespanha,⁸²⁵ uma vez que a noção jurisdicional e a coexistência de mais de uma matriz de direito compuseram o artefato teórico para o esclarecimento de pontos obscuros do funcionamento da justiça lusitana, sobretudo no que tange aos aspectos aparentemente paradoxais recorrentes na realidade histórica e no tratamento historiográfico sobre o território mineiro.

De outro lado, as observações de Laura de Mello e Souza, em seu estudo *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*,⁸²⁶ forneceram também elementos fundamentais para a compreensão daquilo que, sobretudo, a pesquisa quantitativa revelou. Os números mostraram que havia diferenças quanto ao uso regionalizado de cartas de seguro dentro do território mineiro. Os estudos quantitativos indicaram ainda que os processos-crime eram respondidos apenas por uma parcela do conjunto total das pessoas que viviam no território das Minas. De fora dessa parcela, restavam os excluídos da riqueza do ouro e/ou das atividades de abastecimento alimentício, que, como se viu, eram indivíduos que andavam fugidos, povoando sertões e integrando a categoria daqueles que se mostravam úteis nas Minas. Produziam o fenômeno da utilidade dos vadios, sujeitos que abriam e povoavam sertões e compunham a diversidade social que o território mineiro incorporou como sua sociedade.

Pode-se dizer que os elementos do paradoxo, o qual, de início, se afigura como aparente mediante o raciocínio desenvolvido neste estudo, perdem força. O tratamento dos crimes ou das fugas, quando defrontado com a existência dos elementos da graça régia, ajuda a vislumbrar o significado das diferenças técnicas aplicadas no exercício do governo ou no poder de mando no território da colônia. As graças régias e os perdões estudados a partir dos elementos de aplicação da justiça e da punição permitem o entrecruzamento de dois aspectos

⁸²⁵ HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

⁸²⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

funcionais distintos, que então passam a ser complementares. A compreensão de um completa a do outro. Assim, a análise das cartas de seguro, como elementos de graça régia, mas com funcionamento a serviço da justiça e da solução dos delitos, permitiu entrever um novo ângulo de inteligibilidade. Em contrapartida, o estudo dos perdões mostrou ter havido uma busca de equilíbrios funcionais em uma sociedade ainda carente da instrumentalização prática das formas punitivas.

Nesse sentido, o estudo somente demonstrou o conhecimento da ritualística do perdão e sua força dentro da monarquia lusitana, não se dedicando a aprofundar-se nos elementos que deram corpo ao exercício cotidiano das formas de fazer o ritual. Apenas foram selecionados os aspectos teóricos que deram sustentação jurídica ao pensamento da graça e do perdão como elementos constituintes da chamada liberalidade régia, bem como da existência e prática do juízo voluntário, jurisdição que se assentava na prerrogativa régia de perdoar. Com ela, o monarca conseguia se impor e estabelecer sua justiça, mas, ao mesmo tempo, perdoar misericordiosamente os casos não enquadrados em seu poder de punir. A combinação entre punição e graça gerava o equilíbrio necessário a uma sociedade bastante permeabilizada pelos poderes que lhe faziam concorrência, o que transformava suas instituições políticas em órgãos destituídos de instrumentos práticos e teóricos de pressão punitiva. Em última instância, essa formatação é historiograficamente reconhecida como uma das etapas da centralização política, que ainda se encontrava em fase de implantação. Mesmo em períodos nos quais a centralização do poder é menos questionável (via de regra a era pombalina), ainda faltava construir a racionalidade do pensamento processual. A forma prática do ordenamento funcional dos processos-crimes ainda se encontrava em fase de implantação e a orientação pedagógica dos funcionários que aplicariam tais processo ainda estava em vias de formação. Buscava levar a prática almejada a todo o território imperial.

Em paralelo, encontram-se os pagamentos dos serviços de sua majestade, cobrados de formas múltiplas e revelando que a liberalidade régia era um elemento constituinte da monarquia lusa, mas distribuída pela mão dos funcionários régios. Abria-se o campo de atuação desses personagens. Ganhavam-se mercês e pagavam-se mercês. Porém nem todos os súditos aplicados nas lides coloniais eram capazes de custeá-las. Isso os forçava a fugir, sobretudo no território em aberto das Minas e em face daquela forma específica de funcionamento da punição. Desse modo, o quadro administrativo dava vazão para a diversificação do território das Minas.

Não se detectou nenhuma incoerência entre as formas do exercício do poder doutrinário e da moldura geral lusitana e as aplicações que as especificidades do localismo,

que de fato existiam, suscitaram. Quando foram justapostas as duas esferas, percebeu-se que a justiça aplicada no nível local funcionava em conformidade com as instruções e fazia uso das práticas vigentes no Reino, mas também sofria adaptações. Havia uma diversidade comportamental na administração como um todo e, principalmente, na aplicação da justiça, fato que deu margem às inúmeras interpretações que, no final das contas, se dividiam entre os seguidores influenciados pelos dois principais eixos interpretativos em voga no Brasil. Se algumas leituras se reportaram e se filiaram à queixa sobre a completa desorganização da ordem funcional na justiça, cujo expoente máximo foi Caio Prado Jr.,⁸²⁷ por outro lado, houve os seguidores da interpretação que considerou a organização da justiça no Brasil como experiência bem-sucedida, incorporando o modelo explicativo do pensamento lusitano defendido por Raimundo Faoro.⁸²⁸

O estudo aqui encetado constatou a existência de práticas capazes de fundamentar as duas concepções. Houve a aplicação de um pluralismo doutrinário com noções de direito sustentadas em mais de uma matriz no pensamento lusitano. Assim, tanto a existência de um ordenamento doutrinário moldou os comportamentos da aplicação e prática da justiça, quanto houve um amplo e necessário movimento de adaptação. As adaptações ensejavam o surgimento de localismos, com especificidades aplicativas de cunho localizado. O território das Minas foi palco de regionalismos vários, com comportamentos próprios, e a grande utilidade dos vadios foi um elemento constituinte da realidade punitiva. Isso mostra que a filiação de cada interpretação encontra motivo nas formas metodológicas.

Pode-se afirmar que este estudo revela aspectos institucionais da administração lusitana na sua versão de aplicação local. A institucionalização lusitana seguiu, no Brasil colonial, e depois no Império, até a elaboração das leis pátrias no campo da punição, um modelo traçado no Reino, mas que, em face das necessidades funcionais, práticas e de circulação da informação, sofria adaptações no seu processo de interiorização, dando margem a divergências aplicativas que não negavam a autoridade central do Reino no tocante à sua lógica doutrinária e de metrópole.

Finalmente, o último aspecto a ressaltar é o que concerne às formas não oficiais ou extraoficiais de adaptação, entendidas por António Manuel Hespanha⁸²⁹ como o direito dos rústicos. Essa interpretação, que entende a autonomia político-jurisdicional dos corpos

⁸²⁷ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁸²⁸ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. 2v.

⁸²⁹ HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. p.34-35.

políticos periféricos situada não no plano da lei e do direito oficial, mas à sua margem, é algo a ser considerado.

Há, ainda segundo Hespanha,⁸³⁰ os historiadores, sobretudo os do direito, que entendem a autonomia político-jurisdicional como violação ou distorções do direito e como atitude resultante dos abusos ou de ignorância. No entanto, ele as apreende como práticas marginais, formas alternativas e autônomas de organização judicial que emergiram principalmente nas áreas de fronteira, nos momentos históricos em que a institucionalização ainda estava por se completar. Esse aspecto, que pode ser entendido como um momento histórico em um recorte espacial específico, está ligado a outras questões dessa percepção que ainda continuam em aberto. No entanto, as fugas foram aqui enquadradas como uma forma de comportamento dentro dessas práticas marginais, bem como nestas foi encaixada e, sem duvidar do rigor da justiça, retomou-se a utilidade dos vadios na abertura do território mineiro. Entendeu-se que a emergência da institucionalização, juntamente com a centralização do poder, encontrou, na perseguição da ordem, uma das facetas de sua realização.

As fugas, inseridas nesta última noção, podem ser compreendidas como práticas em vigor nas periferias do sistema institucionalizado, para, a qualquer momento, serem incorporadas dentro do todo territorial organizado do sistema imperial. Este trabalho não se deteve no sistema de fugas, mas mostrou que a pluralidade das formas de aplicação incluía a utilidade dos vadios.

A explicação justaposta das punições e das fugas ajudou a perceber a motivação que impelia as falas coevas a repetir, em reiteradas ocasiões, a queixa de que a justiça lusitana não funcionava e de que os delitos ficavam sem castigo. Essas vozes, que sustentaram empiricamente muitos estudos historiográficos sobre a justiça, acabavam-se chocando com as interpretações acerca do rigor exploratório do território colonial. Ao acreditarem na presença de uma metrópole que somente sabia sugar excessivamente as riquezas do território e fazer crescer na colônia um povo exaurido, deixavam sempre um rastro de dúvida sobre as explicações históricas da relação entre a colônia e sua metrópole.

Esses debates colocam em pauta a relação colonial e a questão da centralização do poder na segunda metade do século XVIII. Entende-se que tal centralização se fez também mediante a incorporação dos métodos de julgar e de punir, garantindo ao estado o direito da punição. Uma das grandes questões do momento era a que indagava se “pode o rei punir”, e

⁸³⁰ HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. p.34-35.

ela apontava para a busca de uma instrumentalização do direito régio de punição, junto ao qual se elevaria o estado acima das vontades periféricas que o circundavam. Diante de tudo que este estudo apresentou, pode-se dizer, com certa segurança, que a construção de uma forma de julgar e a preocupação com a pedagogia do julgamento representaram um dos principais pilares da centralização.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS:

1. Manuscrita:

1.1. Arquivo Regional de São João del Rei (Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei):

Rol de Culpados
 Libelos cíveis
 Libelos crimes
 Livro de Querelas e sumário de querelas
 Processos-crimes
 Livro de audiências
 Querelas e sumário de querelas

1.2 Arquivo Público Mineiro

SSPP/ Fundo Estatística Jurídica
 Casa dos Contos: Rendimentos Gerais da Capitania das Minas
 AHU- Microfilmes

2. Impressa:

Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM):

Cartas e ordens régias
 A justiça na Capitania das Minas Gerais
 Rol de Culpados da Província
 Rol de Presos

2.2 Consultas ao Conselho Ultramarino:

Documentos Históricos. Consultas do Conselho Ultramarino. Rio de Janeiro-Bahia. 1710-1716. v.XCVI. Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Nacional, Divisão de obras raras e publicações, 1952.

3. Obras raras:

3.1 Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro:

FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente accrescentada, e illustrada com muitas Ordenações, leys extravagantes, regimentos, e doutores. E em quatro tomos distribuida.*

TELLES, José Homem Correa. *Commentario critico a lei da Boa Razão/ em data de 8 de agosto de 1769.* Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda 1824.

3.2 Arquivo Nacional, Rio de Janeiro:

BLUTEAU, Raphael de. *Vocabulário Portuguez e Latino.* Autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e Latinos e offerecidos ao Rei de Portugal D. João V. Coimbra: No Collégio das Artes da Companhia de Jesus, Anno de 1712.

3.3 Biblioteca Batista Caetano, São João del Rei:

CABRAL, Antonio Vanguerve. *Pratica judicial, muyto util, e necessaria para os que principiaõ os officios de julgar, e advogar, e para todos os que solicitaõ causas nos auditorios de hum, e outro foro.// tirada de varios authores praticos,// e dos estylos mais praticados nos auditorios Com a nova reformaçam da justiça,// e nesta impressam de 1757. Correcta, emendada, e accrescentada// com todas as sete partes, e hum novissimo index geral alphabetico de toda a obra.// nova edição.* Lisboa: Typographia Rollandiana, 1842.

COLLEÇÃO das Leis do Império do Brasil desde a Independência. Volume 1, 1822 a 1825. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1856. 2ª. Edição.

FERREIRA, Manuel Lopes. *Pratica criminal, expendida na forma da praxe observada neste nosso Reyno de Portugal; e novamente accrescentada, e illustrada com muitas Ordenações, leys extravagantes, regimentos, e doutores. E em quatro tomos distribuida.* Porto: Officina de Antonio Alves Ribeyro Guimaraens, 1767.

FONSECA, Pedro José da. *Diccionario portuguez e latino impresso por ordem del rei fidelissimo Dom José I. Nosso senhor para uso das escolas de todos os seus reinos, e senhorios.* Lisboa: Regia Officina Typografica, 1771.

LISBOA, José da Silva. *Memoria dos beneficios politicos do governo de el-rey nosso senhor D. João VI. Reino do Brasil.* Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1818.

LOBÃO, Manoel de Almeida e Sousa de. *Segundas linhas sobre o processo civil, ou antes addicções ás primeiras, do bacharel Joaquim José Caetano Pereira e Sousa.* Lisboa: Impressão Régia em 1855.

SAMPAIO, Francisco Coelho de Souza e. *Prelecções de direito patrio publico, e particular, offerecidas ao serenissimo senhor d. João principe do Brasil e compostas por Francisco Coelho de Souza e S. paio. Desembargador da Relação do Porto, e Lente*

Proprietário de Historia de Direito Romano e pátrio em a Universidade de Coimbra.
Coimbra: Regia Officina Typografica, 1793/1794.

SILVA, Desembargador Antonio Delgado. *Suplemento a Colleção de Legislação Portuguesa desde sua ultima compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva.* Ano de 1763 a 1790. Lisboa: Na typografia de Luiz Correa da Cunha, 1844.

SILVA, Desembargador Antonio Delgado. *Colleção de Legislação Portuguesa desde sua ultima compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva.* Lisboa: Na typografia de Luiz Correa da Cunha, 1844.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. *Primeiras Linhas do Processo Criminal.* Terceira Edição. Emendada e accrescentada com hum Repertório dos Lugares das Leis Extravagantes, Regimentos, Alvarás, Decretos, Assentos e Resoluções Régias promulgadas sobre matérias Criminaes antes e depois da Compilação das Ordenações, por ordem chronológica e com hum Índice dos Regimentos por ordem alfabética. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806.

THOMAZ Manoel Fernandes. *Repertorio Geral, ou Indice Alphanetico das Leis Extravagantes do Reino de Portugal, Publicadas depois das Ordenações, comprehendendo tambem algumas anteriores, que se achão em observância.* Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1815. Tomo primeiro.

4. Obras de referência:

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Auxiliar Jurídico servindo de apêndice a décima quarta edição do Código Philipino ou Ordenações do Reino de Portugal, Recopiladas por mandado de El-Rey D. Philippe I.* A primeira publicada no Brasil. Obra Útil aos que se dedicação ao estudo do direito e da jurisprudência pátria. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomático; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. 2v.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Ordenações filipinas.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

ANTONIL, João André. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas.* Texte de l'édition de 1711, traduction Français et commentaire critique par Andrée Mansuy. Paris: Institut des Hautes Études de L'Amérique Latine, 1965.

ARRUDA, J. J. A. (Coord). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo. Catálogo 2 (1618-1823).* Mendes Gouveia. Bauru, São Paulo, SP: Fapesp; Edusc, 2002.

ARMITAGE, João. *História do Brazil, desde a chegada da real família de Bragança, em 1808, até a abdicação so imperador D. Pedro I, em 1831.* Rio de Janeiro: Typ. Imp. E const. De J. Villeneuve e Comp., 1837.

BECCARIA, Cesare B. Marchesi de. (1738-1794). *Dos delitos e das penas.* Tradução de Lucia Giudicini. (Clássicos). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BLUTEAU, Raphael de. *Vocabulário portuguez e latino.* Autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e Latinos e offerecidos ao Rei de Portugal D. João V. Coimbra: No Collégio das Artes da Companhia de Jesus, Anno de 1712.

CARVALHO, Theóphilo Feu de. *Comarcas e termos.* Creações, supressões, restaurações, encorporações e desmembramentos de Comarcas e Termos em Minas Geraes. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1922.

- COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.
- COLLEÇÃO sumária das próprias leis, cartas régias, avisos e ordens que se chama nos livros da Secretaria do Governo desta capitania de Minas Geraes, deduzidas por ordem a títulos separados. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Ano XVII, 1912. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1913.
- FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos de História, 1999. 2v.
- FILGUEIRAS JÚNIOR, Araújo. *Código Criminal do Império do Brazil annotado com os actos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário que tem alterado e interpretado suas disposições desde que foi publicado, e com o calculo das penas de todas as suas applicações*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1876.
- MAGALHÃES, Humberto Piragibe; MALTA, Christóvão Piragibe Tostes. *Dicionário jurídico*. Rio de Janeiro: Edições Trabalhista S.A. s/d.
- SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, s/d.
- SOUZA, Manoel Ignácio de Mello e. A administração da justiça em Minas Gerais. *RAPM*, Ouro Preto, Imprensa Official de Minas Gerais, ano III, 1898.
- SOUSA, José Joaquim Pereira e. *Esboço de um dicionário jurídico, teórico e práctico remissivo as leis compiladas e extravagantes*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1827. Tomo III.
- REVISTA do Archivo Publico Mineiro. Bello Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, ano XVII, 1912/1913.
- REVISTA do Archivo Publico Mineiro. Bello Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, ano IV, fascículo I e II, 1899/1898.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941.
- WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Grande dicionário de Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluencia, 1949-1959. 12v. 10 ed.

BIBLIOGRAFIA

- ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos: Claudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- ANASTASIA, Carla M. J. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- _____. A lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas. *Varia História*, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 28, p.29-31, 2001.
- _____. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- ANDRADE, Marcos Ferreira. *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840)*. 253f. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Fafich/UFMG, Belo Horizonte, 1996.
- ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. 2005. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.
- ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges (Dir.); CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luis Adão (Org.). *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP; Portugal, PT: ICCTI, 2001.
- _____. Frotas de 1749: um balanço. *Varia História*, Códice Costa Matoso, Número Especial, Belo Horizonte, n.21, p.190-205, jul. 1999.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa do Brasil: a administração pombalina*. 2.ed. Brasília: FUNCEP/Ed. Universidade de Brasília, 1983.
- BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1180*. Bauru/SP: EDUSC, 2004.
- BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português (século XVI ao XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.
- BOXER, Charles. *The golden age of Brasil - 1695-1750*. Berkeley: University of California Press, 1962.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____. *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família sociedade (São João del Rei, século XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do novo mundo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL. FORMAS, SONS, CORES E

- MOVIMENTO NA MODERNIDADE ATLÂNTICA, 2005, Belo Horizonte. (Comunicação).
- CAETANO, Marcello. *História do direito português (1140-1495)*. 2.ed. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1985.
- CARDOSO, Maria Tereza Pereira. *Lei branca e justiça negra: crimes de escravos na comarca do Rio das Mortes. (Vilas Del-Rei, 1814-1852)*. 263f. 2002. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, SP, 2002.
- CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CAVALCANTE, Paulo. A institucionalização dos descaminhos: governo político e sociedade de contrabandistas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina. *Caderno de Programas e Resumos...* Londrina: Editorial Mídia, 2005. p.381
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CRESPO, Jorge. *A história do corpo*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, S.A., 1990.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2v.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2000. Publifolha, 2v.
- FERREIRA, Valdemar. *O direito público colonial do estado do Brasil sob o signo pombalino*. Rio de Janeiro: Editora Nacional do Direito LTDA, 1960.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Textos didáticos do pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Brasília, DF: Edunb, 1993.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Trad. Lúcia M. Ponde Vassallo. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

- FRAGOSO, João; BICALHO Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FREITAS, Marcos César (Org.). 3.ed. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.
- FURTADO, Júnia F. *O livro da capa verde*. São Paulo: Annablume, 1996.
- _____. *Homens de negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871*. Control social y estabilidad política en nuevo Estado. México: Fondo de Cultura Econômica, 1986.
- GRINBERG, Keila. “*O fiador de brasileiros*”: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. 423f. 2000. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2000.
- HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do Reinado de Afonso III*. 9.ed. Lisboa: Bertrand, s/d. 8v.
- HESPANHA, A. M. (Coord.). *História de Portugal*. O Antigo regime (1620-1807). Dir. José Mattoso. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, s/d.
- _____. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- _____. *Justiça e litigiosidade: história e perspectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- HOMEM, Antônio Pedro Barbas. *A lei da liberdade: introdução histórica ao pensamento jurídico. Época Medieval e Moderna*. Lisboa: Principia, 2001.
- _____. *História das relações internacionais: o direito e as concepções políticas na Idade Moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 2003.
- IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do estado no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n.50, p.257-273, 1974.
- _____. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. In: _____. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p.109-158.
- JANCÓS, István (Org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.
- _____. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.
- KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania na constituição da República Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. *Hábeas-Corpus, prática judicial e controle social no Brasil (1841-1920)*. São Paulo: IBCCRIM, 1999.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- LARA, Silvia Hunold. *Livro Ordenações filipinas*. Livro V. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli M. (Org.). *Direito e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2006
- LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEMOS, Carmem Sílvia. *A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da comarca de Vila Rica*. 153f. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Fafich/UFMG, Belo Horizonte, 2003.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LOPES, José Reinaldo de Lima; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; ACCA, Thiago dos Santos. *Curso de história do direito*. 2.ed. São Paulo: Método, 2009.
- _____. *Direito e transformação social: ensaio interdisciplinar das mudanças no Direito*. Belo Horizonte: Ciência Jurídica, 1997.
- LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. 9.ed. 10ª reimp. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 1990.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. *O direito na história*. 2.ed. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- _____. *As palavras e a lei: direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil*. Ensaio histórico, jurídico, social. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- MAXWELL, K. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Conselho Federal de Cultura, 1972.
- MIRANDA, Pontes de. *História e prática do hábeas-corpus*. 7.ed. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1972. Tomo I.
- MONCADA, L. Cabral. *Estudos de história do direito*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1950.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma sinfonia para o Novo Mundo*. A Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo

- Sistema Colonial. 343f. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.
- NEVES, Lúcia Maria Pereira das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.
- NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.
- NOVINSKY, Anita. *Inquisição: rol dos culpados: fontes para o estudo da história do Brasil. (século XVIII)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.
- NEDER, Gizlene. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira. (1780-1870)*. São Paulo: Edusc, 2005.
- PAIVA, Clotilde de Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 229f. 1997. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 1997.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos em Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Annablume, 1995.
- PENA, Eduardo S. *Pajens da casa imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- PEREIRA, Ana Luiza Castro. *O sangue, a palavra e a lei: faces da ilegitimidade na vila de Sabará setecentista (1700-1764)*. 179f. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 2004.
- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Cia Editora Nacional, Coleção Brasileira, 1979.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RAMOS, Donald. Códice Costa Matoso: reflexões. *Varia História*, Códice Costa Matoso, Número Especial, Belo Horizonte, n.21, p.17-32, jul. 1999.
- _____. City and country: the family in Minas Gerais, 1804-1838. *Journal of Family History*, Carleton University, Canadá, n.3, v.4, p.371-372, 1978.
- REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- RESENDE, Maria Efigênia L. de. Negociações sobre as formas de executar com mais suavidades no período a “Novíssima” Lei das Casas de Fundição. *Varia História*, Códice Costa Matoso, Número Especial, Belo Horizonte, n.21, p.259-273, jul. 1999.
- RESENDE, Edna Maria. *Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João del-Rei, 1840-1860*. 146f. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Fafich/UFMG, Belo Horizonte, 1999.
- ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D.João V. Revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, n.109, v.LV, ano XXVIII, p.25-79, jan.-mar. 1977.

- _____. Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do *Código Costa Matoso*. *Varia História*, Código Costa Matoso, Número Especial, Belo Horizonte, n.21, p.100-118, jul. 1999.
- SANTOS, Estilague Ferreira dos. *A monarquia no Brasil: o pensamento político da independência*. Vitória: Edufes/CEG Publicações, 1999.
- SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.
- SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- SCHWARTZ, Stuart. B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema corte da Bahia e seus juizes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. *Da América portuguesa ao Brasil*. Braga, Portugal: Difel, 2003.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H.; SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord). *Nova história da expansão portuguesa. O Império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Minas no contexto da “acomodação”: rupturas e continuidades na relação entre Estado metropolitano e elites coloniais. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH/ES, 2004.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SILVA, Wlamir. Infantil e vicioso: a identidade escrava para o liberalismo moderado mineiro do período regencial. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: GUERRA E PAZ, Londrina, 2005. Londrina: ANPUH, Editora Mídia, 2005.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *O modelo espacial do Estado moderno. Reorganização territorial de Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998.
- SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto. Estado e sociedade nas Minas setecentistas. (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Fama pública: poder e costume nas Minas setecentistas*. 357f. 2000. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2000. (Manuscrito).
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- _____. *O diabo e a terra de Santa Cruz. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- _____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- _____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- SOUZA, Maria Eliza de Campos. Ouvidorias de comarcas, legislação e estrutura. *Varia História*, Código Costa Matoso, Número Especial, Belo Horizonte, n.21, p.406-420, jul. 1999.
- SUBTIL, José. *O Desembargo do Paço: 1750-1833*. Lisboa: Universidade Autônoma, 1996.

- TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: UNESP; Instituto Camões, 2001.
- TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume, 2006.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial. O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- VALADARES, Virgínia. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri; Portimão: Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004.
- VALLADÃO, Alfredo. *Da aclamação à maioria (1822-1840) e outros trabalhos históricos*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1973.
- VELLASCO, Ivan de Andrade. *As sedução da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça*. Minas Gerais – século XIX. Bauru/São Paulo: EDUSC; ANPOCS, 2004.
- VERRI, Pietro. *Observações sobre a tortura*. Prefácio de Dalmo de Abreu Dallari. São Paulo: Martins Fontes, 2000.